

Palloma Valle Menezes

# ENTRE O FOGO CRUZADO E O CAMPO MINADO

A "pacificação" das favelas cariocas



EDITORA UFRJ

**ENTRE O "FOGO CRUZADO"  
E O "CAMPO MINADO"**



**UFRJ**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Reitor* Roberto de Andrade Medronho

*Vice-reitora* Cássia Curan Turci

*Coordenadora do  
Fórum de Ciência  
e Cultura* Christine Ruta



Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Diretor* Marcelo Jacques de Moraes

*Diretora adjunta* Fernanda Ribeiro

*Conselho editorial* Marcelo Jacques de Moraes (presidente)  
Cristiane Henriques Costa  
David Man Wai Zee  
Debora Foguel  
João Camillo Barros de Oliveira Penna  
Maria Elvira Díaz-Benítez  
Tania Cristina Rivera

Palloma Valle Menezes

# **ENTRE O “FOGO CRUZADO” E O “CAMPO MINADO”**

a “pacificação” das favelas cariocas

© 2023 Palloma Valle Menezes

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luiza Cavalcanti Jardim (CRB7-1878)

---

M543e Menezes, Palloma.

Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado” [recurso eletrônico] : a “pacificação” das favelas cariocas / Palloma Menezes. – Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2024.

1 recurso eletrônico (544 p.) ; digital. - (Direitos e conflitos)

Originalmente apresentado como tese do autor (doutorado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015).

Bibliografia: p. 497-529.

ISBN 978-85-7108-505-3

1. Favelas - Rio de Janeiro (RJ). 2. Favelas - Rio de Janeiro (RJ) - Violência. I. Título.

CDD: 307.3364

---

*Coordenação editorial*

Thiago de Moraes Lins  
Maíra Alves

*Capa e projeto gráfico*

Louise Xavier Dantas

*Preparação de originais*

Paula Halfeld

*Diagramação*

Leonardo Arroniz

*Revisão*

Thereza Vianna  
Patrícia Vieira

*Foto de capa*

Ratão Diniz

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

EDITORA UFRJ  
Rua Lauro Müller, 5  
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-160

LIVRARIA EDITORA UFRJ  
Av. Pasteur, 250 – Palácio Universitário  
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-902

www.editora.ufrj.br

vendas@editora.ufrj.br

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS</b>	7
<b>LISTA DE QUADROS</b>	9
<b>APRESENTAÇÃO, Bianca Freire-Medeiros</b>	12
<b>AGRADECIMENTOS</b>	16
<b>INTRODUÇÃO</b>	21
PARTE I - DA INDETERMINAÇÃO À PROBLEMATIZAÇÃO	
<b>1 DO PONTO DE VISTA DOS “INVADIDOS”</b>	57
<b>2 DO PONTO DE VISTA DOS “INVASORES”</b>	84
PARTE II - DA PROBLEMATIZAÇÃO AOS TESTES	
<b>3 ENTRE ORDENAMENTOS E RESISTÊNCIAS</b>	120
<b>4 O PROBLEMA DA APROXIMAÇÃO NO “POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE”</b>	174
PARTE III - DOS TESTES À ESTABILIZAÇÃO	
<b>5 MONITORAMENTO E “CONTAMINAÇÃO”</b>	212
<b>6 MAPEAMENTO E ROTINIZAÇÃO</b>	257
PARTE IV - DA ESTABILIZAÇÃO ÀS NOVAS INDETERMINAÇÕES	
<b>7 NOVAS OPORTUNIDADES E PREOCUPAÇÕES PÓS-UPP</b>	301
<b>8 NOVAS INSEGURANÇAS EM “TEMPOS DE PAZ”</b>	333
PARTE V - DAS NOVAS INDETERMINAÇÕES ÀS NOVAS INVESTIGAÇÕES	
<b>9 O (RE)TENSIONAMENTO DO CLIMA NAS FAVELAS “PACIFICADAS”</b>	367
<b>10 SOCIOLOGIA DA CRÍTICA ÀS UPPs</b>	407

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	453
<b>POSFÁCIO</b>	475
<b>REFERÊNCIAS</b>	498
<b>APÊNDICE</b>	530

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Etapas do processo de investigação.	27
<b>Figura 2</b>	Estrutura contínua do processo de investigação.	29
<b>Figura 3</b>	Mapa das primeiras UPPs.	45
<b>Figura 4</b>	Mapa do Morro Santa Marta.	90
<b>Figura 5</b>	Mapa da Cidade de Deus.	97
<b>Figura 6</b>	Materiais criados por moradores do Santa Marta para protestar contra câmeras.	130
<b>Figura 7</b>	Convite para manifestação no Santa Marta.	133
<b>Figura 8</b>	Manifesto contra a falta de participação dos moradores do Santa Marta nas decisões do poder público.	134
<b>Figura 9</b>	Cartazes expostos durante uma manifestação no Santa Marta.	135
<b>Figura 10</b>	Cartilha de abordagem policial do Santa Marta.	140
<b>Figura 11</b>	Participantes e logotipo da Rádio Santa Marta.	155
<b>Figura 12</b>	Fôlder de divulgação do Rio Top Tour com mapa do Santa Marta.	164
<b>Figura 13</b>	(A) Turista com a estátua de Michael Jackson no Santa Marta; (B) Mosaico do cantor.	165
<b>Figura 14</b>	Pichação em uma parede da Cidade de Deus.	216
<b>Figura 15</b>	Expectativas dos moradores a partir de contato com traficantes e mecanismos usados para evitar uma ação violenta de policiais da UPP.	248
<b>Figura 16</b>	Expectativas dos moradores a partir de contato com policiais da UPP e mecanismos usados para evitar uma ação violenta de traficantes.	250
<b>Figura 17</b>	“Aviso” do tráfico em uma parede da Cidade de Deus.	364



<b>Figura 18</b>	Mapeamento das críticas às UPPs de 2008 a 2014.	422
<b>Figura 19</b>	Parábola temporal com as fases de crítica ao projeto das UPPs.	426
<b>Figura 20</b>	Convocação para protesto no Santa Marta.	433
<b>Figura 21</b>	Escadas do Santa Marta repletas de garrafas quebradas.	450
<b>Figura 22</b>	Imagens com a temática do monitoramento.	453
<b>Figura 23</b>	Estrutura do regime de “campo minado”.	467
<b>Figura 24</b>	Comparação entre a lógica da investigação para Dewey (1938) e a lógica da investigação no regime de “campo minado”.	469

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Medidas do Estado, rumores e reações dos moradores no primeiro ano das UPPs	124
<b>Quadro 2</b>	Pistas da retomada do “clima” pré-UPP no Santa Marta e na Cidade de Deus	404
<b>Quadro 3</b>	UPPs inauguradas na cidade do Rio de Janeiro entre 2008 e 2014	428
<b>Quadro 4</b>	Ações evitadas por moradores e seus possíveis desdobramentos	464

*Para as moradoras e os  
moradores de favelas.*

*Para Machado e Caetano,  
que me inspiram e guiam meus passos.*

*Quando a UPP invadiu o morro, era foda pra comprar bagulho. Maior escaldação; ninguém queria botar a cara para vender, só tinha criança trabalhando de vapor [...].*

*Bagulho ficou doido, os polícia sufocando, invadindo casa, esculachando morador por qualquer bagulho [...]. Ainda mais com jornal tudo fechando com eles [...].*

*Quando os vagabundo se entocou pros polícia entrar, bagulho virou terra de ninguém [...]. Os caras quente no morro meteram o pé pra outras favela que tava mais tranquila. Quem se fodia mermo era morador, como sempre. Toda hora os polícia parava a gente para perguntar pra onde que ia, que ia fazer. Fala tu, tomar no cu, porra, nascido e criado nessa merda pra ficar dando satisfação pra polícia? Tava geral cheio de ódio já.*

*Nessa que o movimento se levantou de novo, desentocou os fuzil, botou mais gente para trabalhar, espalhou na moral os vapor, os atividades, para voltar a fazer dinheiro. No começo foi foda, a bala comia direto [...]. Depois de um tempo eles cansou de ficar nessa direto, e cada um ficou num canto, e o bagulho ia voltando ao normal. Já dava para queimar um na rua, no sapatinho mas dava [...].*

*Lembro como se fosse hoje, mano, último dia antes dos polícia entrar no morro. Mó clima tenso do caralho, ninguém sabendo o que podia acontecer. Tinha um bonde que achava que os maluco não ia entrar no morro, não, ia trocar tiro até não aguentar mais, esperar virar notícia para o governador mandar parar. [...] Outro bonde achava que iam entregar o morro logo, pra depois tomar de volta, que não adiantava ficar trocando tiro com os cara, que era papo de subir o exército e os caralho, que nem lá no Alemão. Mas na real ninguém tinha certeza de nada, isso era foda. Pior coisa é isso, ficar imaginando um bagulho que a gente sabe que vai acontecer mas não sabe como.*

*(Trechos do conto "A história do Periquito e do Macaco", publicado no livro O sol na cabeça, de Geovani Martins)*

## APRESENTAÇÃO

Em uma década de existência, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) arrebataram, de forma avassaladora, as mentes e os corações da academia brasileira. É o que atesta um sem-número de artigos científicos, relatórios, dossiês e coletâneas, publicados em diversos idiomas, sobre a chamada política de pacificação, inaugurada no Rio de Janeiro em fins de 2008. Ao leitor interessado, uma visita ao Banco de Teses da Capes<sup>1</sup> permite localizar centenas de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema em praticamente todas as áreas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas – do direito à psicologia, da arquitetura à economia, passando pela educação e saúde pública. Apenas nos programas de pós-graduação em sociologia e ciências sociais, já são mais de quatro dezenas de trabalhos que relacionam as UPPs a um vasto cardápio de questões: sociabilidades juvenis, práticas religiosas, políticas públicas de urbanização, representações midiáticas, mobilidades turísticas e outros tantos temas.

Porém, que esteja certo o leitor: o trabalho que agora tem em mãos não é mais um entre muitos. *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: a “pacificação” das favelas cariocas*, de Palloma Menezes, é uma obra singular. Se fosse o caso de sustentar essa afirmativa evocando predicados institucionais, talvez bastasse dizer que, antes de assumir o presente formato editorial, a pesquisa passou por inúmeros crivos: foi defendida como tese de doutorado diante de duas bancas de especialistas, em março de 2015 no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj) (sob orientação de uma referência obrigatória da sociologia urbana, o professor Luiz Antonio Machado da Silva) e, seis meses depois, na Vrije Universiteit Amsterdam; teve suas hipóteses discutidas em fóruns acadêmicos da área, no Brasil e no exterior; seus principais argumentos foram publicados em periódicos de reconhecida excelência antes mesmo da conclusão da tese.

Mas, como bem sabemos, a importância de um trabalho de pesquisa não responde somente à régua das métricas acadêmicas. A contribuição

---

1 Ver: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 23 maio 2019.

que este livro representa aos campos da sociologia urbana e da sociologia da violência não se deve apenas ao que o Lattes pode atestar, mas sobretudo ao que não cabe nele. Nas páginas que se seguem, há ciência politicamente comprometida na sua melhor versão. Isso sem que a autora sucumba à armadilha do encaixe forçado entre aquilo que é do plano do desejo, o que os conceitos antecipam e o que de fato a empiria informa. É conhecimento sociológico gerado na interlocução horizontalizada, na confiança mútua. E essa empreitada só foi possível porque a autora dá o giro completo que a sociologia pragmatista exige: olha nos olhos da realidade e a percebe como ela é – fragmentada, lacunar, incoerente. Sem proselitismos ou ingenuidade.

Em contextos analíticos descomprometidos com uma interlocução simétrica, as situações aqui relatadas figurariam apenas como mais uma anedota sobre a “vida louca” na favela, índices do exotismo de longa data associado à “cultura da pobreza”. Se Palloma não fosse a pesquisadora sensível que é, deixariam de existir as pontes de confiança que lhe permitiram, por exemplo, telefonar para um interlocutor e ter uma conversa significativa às 5 horas da manhã ou arrancar, por assim dizer, confissões de um comandante da Polícia Militar. Isso porque, como este livro atesta de forma definitiva, sensibilidade não é o avesso da coragem. Em momento algum, Palloma se furta a encarar os vários campos minados e a se posicionar explicitamente sobre temas tão letais quanto necessários – vantagens e desvantagens dos processos de justicamento, a “traficalização” da milícia e a “milicialização” do tráfico, para citar apenas algumas das muitas bombas guardadas nessa mina terrestre chamada Rio de Janeiro.

A riqueza do chão empírico, sobre o qual a edificação teórico-metodológica da pesquisa de Palloma se ergue, impressiona. Um mosaico feito de entrevistas presenciais e remotas, letras de música e falas institucionais, postagens em redes sociais e iconografias, mas também de rumores e silêncios. Antes de a expressão *fake news* se popularizar entre nós, Palloma já dava conta de que rumores e notícias guardam lógicas desconcertantemente parecidas e possibilidades heurísticas equivalentes. O laconismo em torno do “problema UPP”, que a autora decide enfrentar e perseguir, revela-se, por sua vez, como o que de fato era: uma eloquência seletiva sobre o que dizer, quando dizer e para quais ouvidos.

Por fim, gostaria de sublinhar que este livro oferece uma contribuição fundamental ao argumento de que as relações sociais podem e devem ser pensadas a partir das mobilidades. Nem sempre fica claro como operacionalizar essa ideia, sobretudo porque as categorias hegemônicas no campo da sociologia são, via de regra, estáticas e sedentárias – ou seja, operam como se estivessem por fora, por cima ou além do movimento. Ao demonstrar que a sobreposição das lógicas do “fogo cruzado” e do “campo minado” cria um novo regime de mobilidade, a autora redireciona nosso olhar para esse lugar de interseção, com suas fronteiras porosas, e nos obriga, por um lado, a repensar os limites da concepção sedentária de território e, por outro, a reavaliar as ferramentas de que dispomos para compreender o que poderíamos chamar de tecnologia dos limites, isto é, os dispositivos que, na prática, garantem a preservação – jurídica, legal, empírica – dos territórios.

As bordas e fronteiras, como nos indica uma vasta literatura, e a pesquisa de Palloma confirma, são constituídas de fluxos de informações, de dispositivos de controle móveis, de monitoramentos com variados níveis de aproximação e afastamento. A autora nos mostra como a contiguidade territorial permanente entre policiais e traficantes, com a consequente convivência entre dois regimes de território, dispara novas lógicas e princípios de mobilidade e imobilidade – ou “novas rotas”, como resume um morador da Cidade de Deus. Observamos, então, como os diferentes atores vão aprendendo, a partir do exercício contínuo de mapeamentos em várias escalas, a navegar pelo novo ambiente que a presença da UPP na favela impunha. Mas nem só de corpos são feitos os regimes de mobilidade: a potência do rumor, como ensina Palloma, é diretamente proporcional à sua capacidade de circulação. Ou, nos termos de Veena Das, é na tradução e rotação – ambas dimensões referidas ao deslocamento no tempo e/ou no espaço – que reside sua condição de possibilidade.

A interface entre vigilância e mobilidade tem longa história e é tão antiga quanto o medo das invasões bárbaras, das doenças e das migrações em massa. Foucault já previra que o panóptico se tornaria obsoleto e substituído por dispositivos não mais voltados para a inibição da circulação, mas para o controle dos fluxos, assegurando que, a partir da inspeção constante que separa os bons e os maus, as coisas – capitais, ideias, informações – estejam sempre em movimento. Na mesma proporção em

que aumenta a mobilidade, aumentam também os pavores diante de seu potencial destruidor e, por consequência, sofisticam-se os dispositivos de vigilância e controle que permitem o escrutínio de corpos, objetos e narrativas por agentes do Estado em vários níveis e esferas da vida. Nesse sentido, podemos dizer que o governo das mobilidades pretende assegurar o fluxo saudável, seguro e sensato.

Não surpreende que as favelas “pacificadas” tenham se prestado, então, como campo de experimentação para supostas soluções tecnológicas que garantiriam a vitória desse projeto de governo das mobilidades dos pobres. Tampouco causa estranheza que o turismo, uma prática de disciplinamento e comodificação dos fluxos circulatórios por definição, tenha sido largamente incentivado nesses territórios. E, claro, nunca é demais lembrar que foi justamente em torno da interrupção de um fluxo – abordagem seguida de desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza – que efetivamente se abriu a possibilidade de uma crítica mais ampla à política de segurança pública e seu governo de mortes.

Certamente um especialista em sociologia da violência, ou um filiado às correntes do neopragmatismo, teceria outras considerações, bem mais interessantes que as minhas, sobre a sofisticação teórica e a riqueza do material empírico que o leitor encontrará nas próximas páginas. Deste lugar afetivamente interessado que ocupo, de quem há muito e de perto acompanha as mobilidades de Palloma Menezes, só me cabe encerrar dizendo do orgulho que sinto em vê-la entrar no “túnel escuro” e sair dele com um livro tão potente.

Bianca Freire-Medeiros

*Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora associada do Centro de Estudos da Metrópole (USP)*



## AGRADECIMENTOS

Este livro resulta de “bons encontros”. Reconheço que, embora qualquer imprecisão ou erro presente nesta obra seja de minha inteira responsabilidade, os possíveis acertos e boas ideias são, sem dúvida, produto de intensas trocas com atores competentes a quem devo meus sinceros agradecimentos por terem me afetado profundamente ao longo da última década.

Esta é uma versão modificada de minha tese de doutorado, defendida em março de 2015 no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj) e, em setembro do mesmo ano, no Departamento de Antropologia Social e Cultural da Vrije Universiteit Amsterdam. Agradeço à Uerj e à VU Amsterdam, que me propiciaram excelentes condições de trabalho durante o doutorado.

Expresso meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), que financiaram a produção de minha tese em diferentes momentos, bem como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que me concedeu um ano de bolsa sanduíche na Holanda. E estendo meus agradecimentos ao Drugs, Security and Democracy Program (DSD), do Social Science Research Council, ao Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso) e à Foundation for Urban and Regional Studies (FURS), que financiaram partes da pesquisa que deu origem a este livro.

Agradeço à Editora UFRJ pelo interesse de publicar a obra. Foi muitíssimo importante para a revisão e produção deste livro o excelente trabalho realizado por Thiago Lins, Paula Halfeld e outros competentes profissionais que atuam na editora.

O presente volume resultou de uma interlocução que comecei a estabelecer em 2009 com moradoras e moradores do Santa Marta e, posteriormente, da Cidade de Deus. Agradeço sinceramente a todas e todos que gastaram parte do tempo de suas vidas cotidianas conversando comigo ao longo dos anos em que fiz pesquisa nessas favelas.

Para preservar o anonimato de meus interlocutores, tal como prometi durante nossas conversas, não citarei os nomes de nenhum deles

aqui. Mas queria expressar minha profunda gratidão por tantos aprendizados, trocas e afetos. E queria agradecer, especialmente, às famílias que me receberam em suas casas durante o período em que morei no Santa Marta e frequentei com recorrência a Cidade de Deus. Serei para sempre grata por tudo que aprendi com essas pessoas queridas que me acolheram e confiaram em mim para compartilhar não só percepções, memórias, expectativas, desejos, medos e receios, mas também suas casas e suas rotinas.

Agradeço também aos agentes estatais e não estatais que se dispuseram a dividir comigo suas experiências de atuação e trabalho em favelas cariocas. A disponibilidade dos policiais de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) que aceitaram ser entrevistados por mim no Santa Marta, na Cidade de Deus e no Parque Proletário – assim como a daqueles que atuaram em outras UPPs e concordaram em ser entrevistados por mim na Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) durante o meu pós-doutorado – foi fundamental para reflexões presentes neste livro. Da mesma forma, não poderia deixar de expressar a minha enorme gratidão aos jovens envolvidos com o comércio varejista de drogas que aceitaram ser entrevistados ao longo da pesquisa e me contaram suas trajetórias de vida e suas experiências no “mundo do crime”.

Além das relações estabelecidas em campo, este trabalho também foi fortemente impactado pelas relações que construí com outros pesquisadores, professores e grupos de pesquisa. Serei eternamente grata ao professor Luiz Antonio Machado da Silva, que me orientou no mestrado e no doutorado e que sempre será uma inspiração central para mim. Agradeço por toda a liberdade e confiança durante a orientação. E sou especialmente grata por ter tido a oportunidade de dividir com ele quatro disciplinas que oferecemos juntos na pós-graduação, um artigo que publicamos em coautoria, além de muitas interlocuções que marcaram minha trajetória.

Este livro, assim como minha carreira de pesquisadora, não teria sido possível sem a generosidade, a disponibilidade, o afeto e o incentivo de Bianca Freire-Medeiros. Foi por “culpa” dela que me apaixonei pelo trabalho de campo bem no início de minha graduação na Uerj e resolvi me dedicar integralmente às ciências sociais. Bianca me inspira muitíssimo, não só intelectualmente, mas em todas as dimensões da vida.

Sou muito grata a Marjo de Theije e a Kees Koonings pela coorientação de minha tese de doutorado. Agradeço aos dois por terem debatido detalhadamente boa parte dos argumentos que apresento neste trabalho em encontros produtivos e muito agradáveis que tivemos em Amsterdã, Bogotá, Rio de Janeiro e também a distância, via Skype.

Agradeço muitíssimo a Bianca Freire-Medeiros, Patrícia Birman, Marcia Leite, Gabriel Feltran e Michel Misse por, gentilmente, terem aceitado compor minha banca de doutorado na Uerj. Do mesmo modo, agradeço a Mattijs van de Port, Dirk Kruijt, Martijn Koster e Martijn Oosterbaan por terem composto minha banca de defesa de tese na VU Amsterdam. As contribuições dadas por todos durante as duas defesas foram essenciais para a revisão do trabalho e a elaboração deste livro.

Esta obra não seria a mesma se eu não pudesse contar com a parceria de Diogo Correa. Ele abriu portas para que eu fizesse parte do trabalho de campo na Cidade de Deus e se tornou um importante companheiro de pesquisa. Quando nos afastamos do campo, ele se tornou um fundamental parceiro de escrita. Além do enorme suporte emocional que me deu para a produção da tese, grande parte das ideias presentes aqui é resultado de nossas trocas intelectuais.

Eu não poderia deixar de destacar a importância da interlocução com outros pesquisadores que vêm contribuindo para enriquecer o campo de estudos em que estou inserida. Agradeço a alguns deles que muito admiro e com quem tive a oportunidade de debater partes do trabalho de campo, bem como da construção e dos desdobramentos da tese, como Marcia Leite, Lia Rocha, Jussara Freire, Wania Mesquisa, Mariana Cavalcanti, Marcella Araujo, Christina Vital, Carly Machado, Fabio Araújo, Monique Carvalho, Bruno Coutinho, Frank Davies, Alexandre Werneck, Carolina Grillo, Daniel Hirata, Taniele Rui, Nicolas Bautès, Daniel Silva e Ludmila Ribeiro.

Sou muito grata pelas trocas que tive durante o pós-doutorado realizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Sou grata por Letícia Ferreira ter aceitado supervisionar minha pesquisa sobre a “crise” das UPPs. E agradeço a Márcio Grijó, Silvia Monnerat, Deivison Amaral, Vanessa Cavalcante e Aline Santiago da Silva pelas trocas, aprendizados e afetos que marcaram minha passagem pela FGV. Além disso, não poderia

deixar de expressar minha gratidão às alunas e aos alunos do CPDOC por toda a construção conjunta em sala de aula e ainda por terem me dado a honra de ser a paraninfa de sua turma mesmo depois de minha saída da FGV.

Comecei a revisar minha tese para virar livro após ter me tornado professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais (COC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Agradeço a Jussara Freire, aos demais colegas de departamento e, principalmente, às minhas alunas e alunos, orientandas e orientandos, pela experiência tão positiva que tive ao longo dos quatro anos que passei na UFF.

Tive a sorte de poder revisar a versão final deste livro depois de ter voltado para a minha casa: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em novembro de 2022, tornei-me professora adjunta do Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Agradeço muito aos colegas do Iesp por toda a interlocução que estamos começando a construir, aos alunos e alunas e, especialmente, aos meus orientandos e orientandas, que me inspiram diariamente a seguir lutando por uma universidade pública gratuita de qualidade, com autonomia e investimentos contínuos no ensino, na pesquisa e na extensão.

Preciso agradecer também aos colegas e amigos do Dicionário de Favelas Marielle Franco: Sonia Fleury, Cleonice Dias, Itamar Silva, Alan Brum, Marcelo Fornazin, Clara Polycarpo, Caíque Azael, Gabriel Nunes, Fernanda Pernasetti, Vitor Martins, Norma Miranda, Thiago Ferreira, Patrícia Ferreira. Trabalhar nesse projeto me ensina muito sobre favelas e política, afetos e apoio mútuo.

Da mesma forma, gostaria de agradecer imensamente as trocas mais recentes com colegas do grupo de pesquisa Mobilidades: Teorias, Temas e Métodos (MTM). Gostaria de agradecer, especialmente, a Apoena Mano pela interlocução tão potente e generosa que teve início com orientação, desdobrou-se em coautorias e segue me inspirando.

Não poderia deixar de agradecer também aos amigos e familiares que sempre me apoiaram e apoiam. Agradeço às pessoas lindas que a Uerj me presenteou e que levarei para a vida: Alexandre Magalhães, Cesar Teixeira, André Salata, Rachel Barros, Juliana Farias, Paulo Victor, Raíza Siqueira, Caroline Carvalho, Mayra Goulart, Fabiene Gama, Kelly Pedroza, Juliana Nunes e Juliana Candian. Não poderia deixar de citar

também os amigos que Amsterdã me deu e que amaria ter sempre perto: Fabio, Tiago, Yaron, Stella, Karina e Sara Konders.

Agradeço também à minha talentosa amiga Clarissa, com quem sei que posso contar sempre. A Poliana, que desde a infância faz parte da família. À minha afilhada Kiane, às primas Mônica e Mirella, ao Gustavo e ao tio Edson, assim como às tias e tios que sempre me apoiaram. À vó Zezé, ao vô Murillo, à tia Ruth, à vó Salette e ao vô Menezes – que, aos 94 anos, me ligou para saber como tinha sido minha defesa de tese, com aquele jeito encantador e carinhoso de que tanto sinto falta.

Agradeço ainda a Yanne por tudo que me ensina todos os dias, por toda a paciência, por todo o companheirismo, por me entender e me aceitar como sou. E não poderia deixar de demonstrar eterna gratidão aos meus pais, Alfredo e Cyrene, por terem sempre me dado toda a liberdade do mundo, além de um enorme incentivo e um apoio incondicional para eu fazer exatamente o que desejo e lutar por tudo em que acredito.

Por fim, não poderia deixar de registrar aqui que, entre a defesa da tese e a publicação deste livro, tive a sorte de, em um clique, encontrar Alexandre, que transformou radicalmente a minha história. Seu jeito bonito, generoso e justo de ver o mundo me inspirou e me deu coragem para “querer caetanear o que há de bom”. Assim, antes deste livro nascer, veio ao mundo o nosso Caetano, trazendo alegria e esperança para as nossas vidas.

# INTRODUÇÃO

## “Entrando em um grande túnel escuro”

Bom, eu vou ser breve, mas vou contar um pouquinho da história. Em novembro de 2008 chegou um aparato policial muito grande aqui no Santa Marta. Nós achávamos que era uma incursão [...]. Aí eu fui procurar saber o que estava acontecendo. Como presidente da associação, o pessoal vinha me procurar. O secretário falou assim: “Não, Zé Mário, isso aqui não é uma incursão, não. Isso aqui foi a chegada da polícia para nunca mais sair daqui do Santa Marta”. Aí eu cheguei para o governador e falei: “Governador, isso não é politicagem para a comunidade, não, né?”. Porque nós já tínhamos sofrido em 1999, com o Bope, uma ocupação também. Duraram nove meses na comunidade, e quando o Bope saiu do morro não falou nada para ninguém. Saiu saindo, a comunidade ficou à mercê de invasões, pessoas morreram, pessoas perderam casas. (Trecho de um discurso de Zé Mário Hilário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, durante a inauguração do projeto Rio Top Tour, em 30 de agosto de 2010)

Quando a UPP chegou, eu me lembro! Foi a maior correria! Nós não sabíamos, não estávamos programados. Estávamos dormindo em casa com fuzil. Perdemos amigos pra caramba. Morreram uns nove nesse dia [...]. Nós estávamos acostumados com a favela tranquila. Sempre amanhecia arregadona. Então, nós chegávamos, deitava na cama, deixava o fuzil de um lado, pistola do outro, e ia dormir. Acordava, tomava banho, escovava o dente, botava o fuzil do lado, ligava a moto e saía para começar a colocar a boca para funcionar. Quando eu fui fazer isso, vi o Caveirão e falei: “Ih, caralho!”. Já desliguei a moto, fui pelo cantinho da parede, entrei em casa de novo e já acordei meus parceiros e falei: “Qual foi, mano? Os canas estão aqui na favela”. [...] Papo vai, papo vem, liga para um, liga para outro [...], e para tirar os negócios [armas e drogas] de dentro da casa? Maior adrenalina doida! Acordamos todo mundo. Moravam quatro moleques comigo: “Vambora,

vambora! Liga para fulana de tal, sicrana, mulher, prima, o que der para elas irem levando aos poucos”. Então, foi assim: UPP entrou, vários amigos dormindo, os canas invadiram, viram o fuzil do lado e nem esperou falar nada [...]. No dia que a UPP chegou morreram uns nove [...]. A gente achava que era uma operação policial normal. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

A gente não sabia o que estava acontecendo. O dia que teve a invasão, eu saí para trabalhar e vi vários policiais entrando. Eu pensei que fosse uma incursão, uma *blitz* só. Via muitos carros do Bope, mas ninguém tinha ideia [...]. Tanto que os caras [envolvidos com a venda de drogas na favela] acreditavam que eles [os policiais] não iam ficar [...]. No início, nem os policiais sabiam, nem os caras da milícia sabiam. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Eu estava acostumado a trabalhar de que forma antes? Estou eu lá no batalhão e recebo uma denúncia: “Ó, a denúncia... temos que prender o tal traficante que recebeu um carregamento de armas e está em tal lugar”. Então, subia todo mundo armado de colete, fuzil, dez policiais, viatura entrava na comunidade, com certeza [havia] troca de tiros, colocando a vida em risco dos marginais, dos moradores, a minha vida e a dos policiais que estavam comigo. E era uma constante, porque, toda vez que tinha uma denúncia, a gente reunia a equipe, vinha e trocava tiro, vinha e trocava tiro, resolvia o que tinha para resolver, saía da comunidade, o tráfico voltava a dominar. No outro dia, a mesma coisa. [...] Quando mandaram a gente subir e ficar na favela, a gente não sabia muito bem o que aconteceria. A gente não achava que fosse ficar por muito tempo no morro, mas fomos ficando. Por ser a primeira unidade, nem polícia nem comunidade sabiam como seria a UPP. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Em novembro de 2008, quando a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) ocupou a Cidade de Deus e o Morro Santa Marta, lideranças comunitárias, moradores, jovens que atuam (ou atuavam) no

comércio varejista de drogas ilegais e até mesmo policiais envolvidos na ação pensaram estar diante de apenas mais uma “operação policial normal” em favelas cariocas. A ação da polícia nesses territórios, a princípio, parecia seguir o mesmo roteiro das incursões que havia algumas décadas vinham reiteradamente ocorrendo nos morros da “Cidade Maravilhosa”.

O roteiro começou, como de costume, com policiais fortemente armados deixando seus batalhões de origem rumo às favelas e contando com o fator surpresa. Assim que os PMs se aproximaram do acesso às favelas, jovens encarregados de fazer a “contenção” do território logo “passaram um rádio”, soltaram fogos e, em seguida, deram tiros para o alto para avisar aos demais integrantes do grupo que a polícia estava cruzando a “fronteira” entre o “asfalto” e as favelas. Conforme os “blindados” e as viaturas foram avançando para dentro dessas localidades, de um lado, traficantes começaram a realizar disparos para tentar conter o avanço da polícia e, de outro, PMs também atiraram repetidamente para abrir caminho e continuar adentrando o território. A rotina da população residente nessas favelas e em suas redondezas foi repentinamente quebrada com os intensos tiroteios, que, por sua vez, foram seguidos de mortes – no caso da Cidade de Deus – e de prisões e apreensões de drogas e armas – em ambos os casos.

Algumas horas após o início das operações, um balanço da incursão policial foi apresentado à mídia. Os números de pessoas, drogas e armas apreendidas, assim como as mortes de “suspeitos”, foram usados como indicadores para medir o “sucesso” das operações. Já o fechamento de estabelecimentos comerciais, de creches e de escolas que tiveram seu funcionamento interrompido foi tratado no discurso oficial como um “efeito colateral inevitável” desse tipo de ação policial.<sup>1</sup> Do roteiro “padrão” das operações policiais de praxe nas favelas, apenas um aspecto não fez parte das ações realizadas em novembro de 2008: dessa vez a polícia não se retirou dos territórios algumas horas ou dias após o início da incursão.

Em um primeiro momento, ninguém entendeu muito bem o sentido da permanência da polícia nessas favelas – nem mesmo os policiais que faziam parte da ocupação, como pode ser notado na fala, citada acima, de

---

1 Vários jornais publicaram na época reportagens sobre a operação. Ver, por exemplo, Spigliatti, 2008.



um policial do Santa Marta. Os repertórios habituais de que dispunham os moradores e traficantes dessas localidades não auxiliavam nesse trabalho interpretativo. Não havia informações oficiais disponíveis sobre o que estava ocorrendo ou iria ocorrer. Inicialmente não houve qualquer anúncio de que seriam inauguradas no Santa Marta e na Cidade de Deus as duas primeiras Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) da cidade do Rio de Janeiro – até porque, nesse momento, o nome UPP ainda nem sequer existia.

Logo, ninguém podia antecipar que, naquele momento, começava a ser elaborado e testado um projeto que ganharia centralidade no debate sobre segurança pública no Brasil. Era impossível – até mesmo para os policiais ou funcionários mais otimistas do governo – prever que se tratava do início de uma experiência que posteriormente seria classificada como uma das mais significativas, se não a mais, em termos de segurança pública produzidas no Rio de Janeiro nas últimas décadas. Como sintetizou o presidente da Associação de Moradores do Santa Marta em depoimento ao jornal *Extra*, no momento em que o morro foi ocupado, a sensação de grande parte da população da favela era de estar “entrando em um grande túnel escuro, esperando chegar rapidamente do outro lado para ver muita luz” (Aprendendo..., 2008).

### **A UPP como objeto de investigação**

Em novembro de 2008, moradores e traficantes do Santa Marta e da Cidade de Deus viveram plenamente o que o filósofo pragmatista John Dewey (1938, p. 171) definiu certa vez como uma *situação indeterminada*, ou seja, uma situação “incômoda, problemática, ambígua, confusa, cheia de tendências conflitivas, obscura”. Eles não sabiam ao certo por que a polícia tinha ocupado a favela em que residiam nem até quando o contingente policial ali permaneceria – muito menos como permaneceria. Diante dessa situação confusa e permeada de ambiguidades, eles começaram a indagar a respeito do que estava ocorrendo, mobilizando assim suas capacidades e competências reflexivas com a finalidade de tornar inteligível aquela indeterminação.

Em um dos relatos citados, que servem de epígrafe à introdução, o presidente da Associação de Moradores do Santa Marta descreve com riqueza de detalhes essa experiência do trato com a nova situação e narra

como muitas pessoas o procuraram para perguntar o que estava se passando na favela. Incapaz de dar uma resposta, ele conta como procurou outros presidentes de associações de outras favelas da Zona Sul para conversar e se reunir com o poder público, exigindo uma explicação sobre o que estava acontecendo.

Os jovens envolvidos com o comércio varejista de drogas nessas duas favelas também começaram a questionar e a tentar entender o novo cenário, acionando os contatos que tinham. Porém, ao notar que não estavam diante de uma “operação policial normal”, não souberam ao certo como agir. Por isso, tiveram que improvisar. Ter informação, qualquer que fosse, naquele momento, era essencial para que pudessem traçar estratégias de ação minimamente seguras.

Mesmo não sabendo nada a respeito do modo como a polícia iria atuar durante a ocupação, bastou o conhecimento de que, a partir daquele instante, os policiais ficariam na favela para que os traficantes improvisassem uma estratégia de ação. Somente alguns poucos jovens envolvidos com o comércio de drogas em áreas específicas, como o Karatê, na Cidade de Deus, resolveram enfrentar diretamente a polícia em meio à situação indeterminada. Ainda que de modo precário e arriscado, muitos traficantes resolveram se esconder; outros (sobretudo aqueles de alta hierarquia) decidiram escapar temporariamente para outras favelas não ocupadas pela polícia e, portanto, mais seguras para eles.<sup>2</sup>

Este livro trata desses e de diversos outros impactos gerados pela inauguração das primeiras UPPs na rotina, na sociabilidade e na mobilidade de favelas cariocas. O ponto de partida do trabalho é o fato de a chegada da polícia no Santa Marta e na Cidade de Deus ter sido vivida pelos habitantes desses territórios como uma “crise”<sup>3</sup> (Shibutani, 1966) ou

---

2 Segundo o então secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, a polícia recebeu informações de que traficantes do Santa Marta “se desarmaram, vestiram uma roupa melhor, lavaram bem as mãos – a polícia tem um *spray* que detecta pólvora – e desceram caminhando tranquilamente” (Beltrame, 2014, p. 108).

3 Como explica Shibutani (1966, p. 172, em tradução livre), “uma crise é qualquer situação em que o maquinário social previamente estabelecido se rompe, em que algum tipo de ajuste é necessário. Crises são geralmente provocadas por mudanças no ambiente. [...] Uma crise é uma crise precisamente porque os homens não conse-

“momento crítico” (Boltanski, 2000; Boltanski; Thévenot, 1991). Isso quer dizer que o início da “ocupação permanente” dessas favelas foi experimentado como um evento que produziu uma ruptura com as formas habituais de ação, quebrando as expectativas que os atores tinham acerca de sua maneira rotineira de ser, de se comportar e de agir. Dito de outro modo, o início das UPPs foi vivenciado pela população desses territórios como uma desrotinização momentânea da vida cotidiana.

Assim como na epígrafe do brilhante Geovani Martins (2018) que abre este livro, tento, ao longo da presente obra, analisar como a chegada da UPP transformou inicialmente os modos de existência ou formas de vida locais, fazendo com que boa parte do que era tomado como óbvio pelos moradores e pelos traficantes deixasse de sê-lo de maneira repentina. Defendo que a UPP, nesse sentido, mais que um “*experimento* de desestabilização” (*breaching experiment*) (Garfinkel, 1967), foi uma *experiência* de desestabilização. Isso porque todos os atores afetados com sua chegada foram obrigados a forjar novos repertórios sensíveis e cognitivos para lidar com a nova situação, uma vez que “na real ninguém tinha certeza de nada”, como descreveu Martins (2018) ao narrar a tensão gerada pela expectativa da chegada da UPP na Rocinha.

O objetivo central deste trabalho é analisar como, diante da zona de indeterminação que se impunha com a chegada da UPP, os moradores das favelas ocupadas se questionaram e buscaram elementos para entender o que estava acontecendo. A análise partirá do que o filósofo pragmata John Dewey (1938) chamou de “processo de investigação”, isto é, uma atividade que visa “à transformação controlada ou dirigida de uma situação indeterminada em uma situação que é de tal modo determinada em suas distinções e relações constitutivas que ela converte os elementos da situação original em um todo unificado” (Dewey, 1938, p. 104-105).<sup>4</sup> Tal

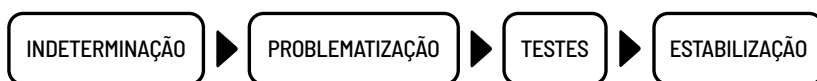
---

quem agir juntos de modo eficaz. Quando normas previamente aceitas se mostram inadequadas como guias de conduta, uma situação se torna problemática e exige algum tipo de ação emergencial”.

- 4 A noção de investigação utilizada por John Dewey tem sua história vinculada às reflexões de Charles Sanders Peirce a respeito do estado de dúvida e de crença. No texto “How to make our ideas clear”, Peirce (1878, p. 289-291) sustenta que os homens buscam permanentemente o estado de crença, sempre mobilizando esforços para

atividade envolve um processo cuja temporalidade ou cujos desdobramentos podem analiticamente ser definidos em etapas, as quais são assim descritas por Ogien e Queré (2006):

Uma situação indeterminada bloqueia a organização da conduta; a redução de sua indeterminação se faz na e pela investigação que a problematiza; a investigação determina progressivamente o problema através da exploração de suas soluções possíveis. A definição do problema é, portanto, o momento-chave da investigação. O ponto de partida é a existência de uma situação problemática, instável ou incerta – ou ainda obscura, confusa, contraditória, conflituosa, enfim, uma situação cujos elementos constitutivos não se mantêm integrados, ou encontram-se em conflito uns com os outros, o que entrava o prosseguimento da conduta. O ponto de chegada é a organização de uma conduta ajustada: a investigação termina de fato quando uma situação integrada ou ordenada pode ser estabelecida, isto é, quando os elementos de confusão e de conflito podem ser reduzidos ou eliminados de modo que uma orientação da ação possa ser definida. (Ogien; Queré, 2006, p. 42-43)



*Figura 1 – Etapas do processo de investigação.*

Fonte: Elaboração da autora.

---

sair do estado de dúvida. Esta última é vista por Peirce como um incômodo, uma “coceira” de que o homem tenta se livrar. Existe, portanto, uma ligação genética entre a noção de dúvida de Peirce e a noção de indeterminação de Dewey. A investigação é, para o primeiro, aquilo que permite passar do estado de dúvida para o de crença, ao passo que, para o segundo, é o que permite passar da situação indeterminada para a situação resolvida. Tal noção, iniciada na filosofia pragmatista, é posteriormente estendida para a sociologia pelos autores da Escola de Chicago e por interacionistas como Shibutani, Faris, Strauss e Becker. Mais recentemente, a sociologia pragmática francesa, em autores como Bruno Latour, Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Francis Chateauraynaud e Daniel Cefaï, transpôs a filosofia das formas elementares da investigação de Dewey para uma sociologia das investigações (axiológicas ou ontológicas) dos atores (Ver Corrêa, 2014; Corrêa; Dias, 2016).

Nesse sentido mais amplo, este livro tem como hipótese fundamental o fato de que a UPP, desde sua chegada, não foi nada senão um objeto constante de investigação dos atores por ela direta ou indiretamente afetados. Tal investigação consistiu em um processo reflexivo e experimental de reengajamento no “novo” ambiente da favela. Em suma, tratou-se de uma busca, por parte dos atores que residiam ali, de uma nova “ação que convém” (Thévenot, 2006). A UPP, seja como um objeto indeterminado no início, quando ainda nem sequer tinha um nome, seja como um objeto problemático depois, quando dotada de uma individualidade e de uma concretude que impunham problemas e questões específicas aos moradores e traficantes da favela a partir de sua presença, nunca deixou de ser – e ao mesmo tempo de se constituir como – objeto da investigação dos atores.

Para tornar a apresentação do processo de implementação da UPP mais inteligível e ordenado, sigo a estrutura linear das fases da investigação de Dewey (1938) na organização do livro. Deixo claro, contudo, que, na prática, penso muito mais em uma circularidade constante das fases, na qual cada uma está contida em todas as outras; ou seja, penso que a indeterminação, ainda que em intensidades variadas, está presente em todas as etapas do processo da UPP, assim como a problematização, os testes e as estabilizações. Por isso, entendo que, ao invés de um sequenciamento teleológico que parte sempre da indeterminação e chega à estabilização, a UPP, na verdade, é um problema contínuo, uma evolução permanente de estabilidades e instabilidades com as quais os atores devem lidar ao longo do tempo em suas investigações e ações. Daí por que a estrutura linear que apresento adiante e que compreende uma situação indeterminada, uma problemática, uma fase de testes e hipóteses e, enfim, uma solução estável é meramente analítica, ajudando-nos a pensar o fenômeno em uma escala mais geral.

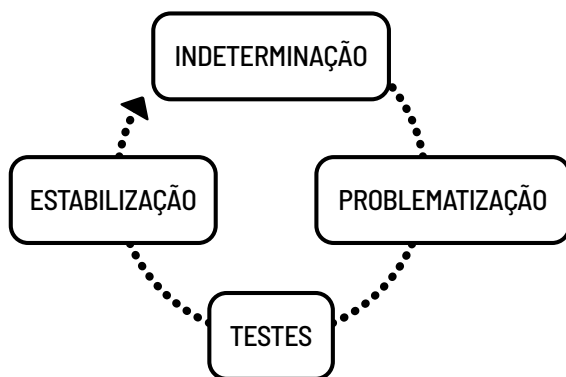


Figura 2 – Estrutura contínua do processo de investigação.

Fonte: Elaboração da autora.

Apresentarei posteriormente a forma como o livro foi estruturado a partir da passagem dessas fases do processo de investigação. Escolhi seguir tal roteiro porque o objeto da pesquisa que originou este livro foi menos a UPP em si, e mais a UPP como problema, ou seja, como um objeto que foi investigado por aqueles que a vivenciaram, digamos, “na pele”. Nesse sentido, este trabalho é o resultado de um acompanhamento da investigação dos próprios atores que, ao mesmo tempo que a experimentaram diretamente, a constituíram e a definiram progressivamente. No entanto, fazer esse acompanhamento nada tem de óbvio, sobretudo se considerarmos que, no início da pesquisa, as pessoas sistematicamente evitavam ou se recusavam a falar sobre as UPPs. Mostro, portanto, os caminhos que segui ao longo do estudo e os desafios que o trabalho de campo me apresentou.

### **Caminhos e dilemas do campo**

Desviar do caminho batido talvez não seja uma grande metodologia, mas cria a possibilidade de se apreciarem alguns pontos de vista incomuns, que podem ser os mais reveladores. (Darnton, 2011, p. 17)

Em outubro de 2009, quase um ano após o início da ocupação policial do Santa Marta, comecei um trabalho de campo no morro situado no

bairro de Botafogo. Meu objetivo era tentar entender os impactos que a chegada da UPP tinha gerado na rotina, na sociabilidade local, na mobilidade e na experiência de “vida sob cerco” (Machado da Silva; Leite, 2008) vivenciada pelos moradores da favela. No entanto, não sabia exatamente como começar a pesquisa, pois não tinha um contato para me ajudar a “entrar” no campo.

Nesse período, no qual pensava na melhor forma de começar o trabalho, por sorte, uma amiga me encaminhou um e-mail divulgando reuniões que estavam sendo organizadas quinzenalmente no grupo Eco, uma importante instituição do Santa Marta.<sup>5</sup> Comecei, então, o trabalho de campo acompanhando essas reuniões. Mas, logo de início, fiquei um tanto surpresa ao notar que, embora esses encontros tivessem sido criados para debater as mudanças que estavam ocorrendo na favela, quase ninguém queria falar sobre a UPP, especialmente com pesquisadores.<sup>6</sup>

As lideranças comunitárias presentes no encontro justificavam essa recusa em tematizar a UPP por considerarem errada a visão adotada pela grande mídia segundo a qual depois da “pacificação” tudo teria mudado na favela. Elas ressaltavam que a UPP não foi o “marco zero na vida na favela”, como a mídia queria mostrar naquele momento. De forma irônica, uma moradora me confessou, por exemplo, que não aguentava mais pessoas “deslumbradas” falando: “Olha só! O favelado agora bebe água gelada porque geladeiras foram distribuídas pós-UPP! Agora todos acessam a

---

5 O Grupo Eco, organização que atua na favela desde 1976, “é uma entidade sem fins lucrativos de caráter educacional e cultural, destinada a promover e apoiar na favela Santa Marta, e eventualmente fora dela, atividades e iniciativas que visem ao desenvolvimento humano integral das pessoas e da comunidade, com atenção especial às crianças, adolescentes e jovens [...]. Hoje é formada por aproximadamente cem pessoas que constituem o corpo de associados da entidade” (Disponível em: [http://www.grupoeco.org.br/html/santa\\_marta.html](http://www.grupoeco.org.br/html/santa_marta.html). Acesso em: 5 jan. 2011). No terceiro capítulo, descreverei detalhadamente uma das reuniões realizadas pelo grupo. Para mais informações, vale conferir o verbete sobre o Grupo Eco publicado no Dicionário de Favelas Marielle Franco (Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Grupo\\_ECO\\_\(Santa\\_Marta\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Grupo_ECO_(Santa_Marta)). Acesso em: 5 jul. 2022).

6 Uma liderança comunitária do Santa Marta me disse, logo em minha primeira ida a campo, que havia uma grande quantidade de pesquisadores no morro e que os moradores já estavam cansados de sua falta de comprometimento, uma vez que chegavam à favela fazendo várias perguntas, querendo entrevistas, mas depois não voltavam para expor os resultados das pesquisas e dar algum retorno à população.

internet de graça, todos têm a casa pintada, têm segurança”. Irritada, ela condenava as falas que apontavam os policiais como responsáveis por resgatar “a cidadania da favela só porque no Dia das Crianças estavam distribuindo brinquedos e fazendo uma ‘brincadeirazinha’ com a molecada”. Essa moradora, assim como muitos outros, repudiava o discurso de que todos os serviços da favela tinham chegado após a “pacificação”.<sup>7</sup> Para os moradores do Santa Marta, esse discurso era muito perigoso porque não levava em consideração os anos de luta e resistência que precisaram enfrentar para permanecer no morro e obter melhorias para a qualidade de vida na favela.

Ao perceber a desconfiança de muitos moradores e o desconforto em falar sobre as UPPs, concluí que seria importante fazer, inicialmente, mais observação que entrevistas. Comecei, então, a intensificar minhas idas à favela e, depois de alguns meses, resolvi procurar uma casa para morar no morro. No início de março de 2010, consegui enfim me mudar para a favela, intensificando assim o meu trabalho etnográfico. Primeiramente aluguei por um mês um quarto na casa de uma família de chilenos que morava na favela; depois consegui alugar um quarto na casa de uma antiga moradora, onde permaneci por quase um ano.

Ao longo do trabalho de campo, acompanhei atividades muito variadas no Santa Marta, como: reuniões promovidas pela associação de moradores e outras organizações associativas da favela; encontros realizados por representantes do poder público e pela polícia; filmagens de novelas e gravações de filmes e reportagens; cultos religiosos; visitas de turistas e de pessoas famosas à favela; eventos culturais e festas; cursos e aulas diversas oferecidas aos moradores (por exemplo, curso de turismo, de prevenção às drogas e aulas de ioga); inauguração e funcionamento da Rádio Comunitária Santa Marta, entre outras.

Na maior parte dessas atividades, assim como no cotidiano da favela, quase ninguém falava abertamente e de forma espontânea sobre as UPPs. Mesmo quando eu perguntava sobre o tema, tinha a sensação de que as pessoas preferiam mudar de assunto ou delicadamente apresen-

---

7 Segue uma outra fala da moradora: “Agora mudou? Que agora o quê?! [...] Não aguento mais ouvir falar que agora tudo mudou, vou abolir a palavra ‘agora’ do meu dicionário”.



tavam alguma desculpa para não falar sobre ele. Isso se revelou de forma ainda mais enfática em uma das primeiras entrevistas que fiz no Santa Marta, com um morador de mais de 30 anos de idade com quem eu já havia conversado algumas vezes.

No início da entrevista, tudo transcorria bem e ele até falava com bastante empolgação sobre sua história e algumas de suas percepções sobre a vida na favela. Ele chegou a comparar o Santa Marta com outras favelas, ao contar sobre uma namorada que morava no Morro da Providência, razão pela qual frequentara aquela localidade por dois anos. No entanto, segundo ele, o Santa Marta era bem melhor que a Providência. Aproveitei a deixa da comparação para lhe perguntar se na época em que frequentava a Providência já havia UPP no Santa Marta. Uma imediata mudança em seu semblante se impôs, o tom de voz também se alterou e o ritmo da conversa se perdeu. Toda a empolgação foi abruptamente dissipada e, em um tom bastante enfático, o entrevistado respondeu: “Sobre isso eu não falo, não gosto de falar sobre o tema”.

Confesso que levei um susto com a resposta tão seca e, quase instintivamente, perguntei por que ele não gostava de falar sobre a UPP. Ele respondeu enigmaticamente: “Porque o importante é que tem emprego, entendeu? Não gosto de falar, não”. Ainda insisti perguntando se ele não gostava do projeto, ao que, de modo ríspido, respondeu apenas: “Não gosto”. Como o desconforto era nítido e como ele não parecia fazer nenhuma questão de disfarçar, tentei achar outro caminho para a entrevista, perguntar sobre outros assuntos, mas um clima de desconfiança já estava instaurado. Seu rosto demonstrava tensão e desconforto; seu olhar já não mais se fixava em mim, mas percorria o entorno, mapeando quem estava por perto, quem poderia estar ouvindo o que falávamos durante a entrevista.

Eu buscava prosseguir, tentando distensionar um pouco o clima, mas ele não parecia mais disposto a interagir como antes. Quando eu fazia uma pergunta ou apresentava um comentário, ele pedia apenas para eu falar mais baixo. Apesar de reduzir o tom de voz, a reclamação permanecia e ele insistia que eu estava falando alto demais, expondo – agora de modo aberto – o desejo de que outras pessoas não ouvissem nossa conversa. Como achava que, de certa forma, a entrevista já estava “perdida”, antes de a conversa acabar resolvi perguntar a opinião dele sobre a re-

lação dos moradores com os policiais que atuavam na favela. Foi, então, que ele repetiu insistentemente que não queria falar:

Olha, posso falar uma coisa para você? Nessas coisas eu não me meto. [...] Não falo porque... Vou falar o quê? Não tem nada o que falar. [...] Se as outras pessoas querem falar, que elas falem. Se elas acham que têm necessidade de falar, que elas falem. Cada um toma conta de si. Eu tomo conta de mim. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

A fala do morador deixava muito claro que ele resistia em tematizar a questão das UPPs e até mesmo em estabelecer qualquer tipo de explicitação sobre temas que fossem associados ao aparato policial recém-chegado. Da pior maneira possível, aprendi que muito frequentemente o termo “UPP” para algumas pessoas podia mesmo soar como algo congênere a um palavrão.

Admito que inicialmente atribuí o insucesso das minhas primeiras tentativas de abordar o tema exclusivamente aos “erros” que eu poderia ter cometido.<sup>8</sup> Com o passar do tempo, contudo, fui notando que o “problema” não parecia estar apenas na minha dificuldade de conduzir entrevistas sobre o assunto. Pude perceber que muitos moradores evitavam falar sobre as UPPs não apenas comigo – em situações de entrevistas formais ou mesmo em conversas casuais –, mas também com outras pessoas e em situações mais informais. Aos poucos fui observando que os moradores evitavam falar abertamente tanto sobre a polícia como sobre o tráfico em inúmeras outras ocasiões. Tudo parecia depender de onde, quando, como e com quem estivessem; de acordo com as circunstâncias, a explicitação desse tema parecia ser um tabu.

Por isso, a questão: como tratar de um tema com atores que se recusam a falar explicitamente sobre ele ou, quando falam, tomam o entrevistador como inimigo, ou seja, como alguém que parece necessariamente

---

8 Na época fiquei me questionando se não deveria ter esperado um pouco mais para realizar a entrevista, quando já tivesse estabelecido uma relação de maior proximidade e confiança com o entrevistado. Julgava que seria melhor não ter usado o gravador ou ter escolhido um local menos movimentado para a conversa. Imaginava que talvez o morador não “travaria” nem ficaria tão irritado se eu tivesse apresentado as perguntas de outra maneira, fazendo mais rodeios e mediações para introduzir o tema das UPPs.

comprar um discurso simplista e triunfalista sobre as UPPs? É verdade que, naquele momento inicial do trabalho de campo, eu não era ainda capaz de entender as razões disso. Depois, bem mais tarde, como expreso na conclusão do livro, consegui elaborar uma resposta para essa questão que, a princípio, me parecia enigmática. A noção de *campo minado*, que desenvolvo ao longo deste trabalho, não deixa de ser a resultante de um esforço reflexivo com base em experiências de frustração das minhas intenções etnográficas iniciais.

Diante do silêncio e da evitação,<sup>9</sup> resolvi, eu mesma, não fazer perguntas, pelo menos por um tempo. Decidi questionar menos e me concentrar no esforço para entender por que as pessoas preferiam não falar sobre os temas que eu abordava. Pouco a pouco fui educando minha atenção para ouvir as narrativas que ecoavam pelos becos, vielas e esquinas da favela. O tempo foi passando e dia após dia fui anotando os pequenos relatos cotidianos que ouvia. Inicialmente, para ser bem sincera, eles não me revelavam muita coisa. Pareciam peças soltas de um quebra-cabeça cujo desenho final eu estava muito longe de imaginar.

Assim, com o passar do tempo, percebi que os rumores poderiam ser uma primeira forma de adentrar o universo nativo sem tantas resistências. Sua circulação impessoalizada, impregnada de um discurso indireto (“ouvi dizer que...”, “estão dizendo por aí que...”, “disseram-me que...”, “alguém disse que...”), facilitava, e muito, o alcance. E isso porque o acesso às narrativas que circulavam como rumor não dependia da entrada em um contexto de confiança, mas sim e tão somente da participação direta nos fluxos comunicativos do ambiente da favela. Estar ali, viver junto, participar de eventos corriqueiros me bastavam para acessá-las. Enquanto o convívio reiterado me permitia, pouco a pouco, conquistar a confiança das pessoas e “desarmá-las” das incertezas iniciais em relação a mim – no caso, uma estranha recém-chegada à favela –, eu coletava alguns dos inúmeros rumores que circulavam por ali.

---

9 O trabalho de Rocha (2013) muito me ensinou sobre a necessidade de prestar atenção e analisar os silêncios e as evitações que presenciei em campo. Inspirada em Rocha, busquei compreender os possíveis impactos da interseção entre “silenciamento” e “pacificação” na rotina e na ação política dos moradores das favelas tal como a pesquisadora fez a partir do trabalho de campo pioneiro realizado no Morro do Pereirão.

Progressivamente fui me dando conta de que essas informações pessoais que transitavam naquele ambiente poderiam ser heurísticamente válidas para refletir acerca dos impactos gerados pela implementação da UPP por dois motivos. Primeiro porque os rumores – que são pensados neste livro como “notícias improvisadas” (Shibutani, 1966), como expliquei no capítulo 1 – foram, se não o principal, decerto um dos mais importantes dispositivos de troca de informações disponíveis para lidar com a incerteza e a indeterminação. Essas narrativas indiretas tiveram um papel fundamental no processo de investigação, pois faziam circular casos e histórias ocorridas desde o início da ocupação policial que ajudavam os moradores a conhecer e a mapear o novo ambiente da favela no contexto pós-“pacificação”. Segundo porque os rumores serviam como uma porta de entrada para entender esse processo de investigação empreendido por múltiplos atores. Descobri que acompanhá-los podia me auxiliar no mapeamento das preocupações dos moradores, as quais foram mudando com o passar das semanas, meses e anos em que a favela foi “pacificada”. Eles me permitiam acompanhar o processo *in the making*. Comecei a mapear, então, todos os rumores que circulavam no Santa Marta desde a chegada da UPP.

Depois de dois anos de trabalho de campo na região, comecei a namorar um pesquisador que estava realizando trabalho de campo na Cidade de Deus. E, inicialmente apenas para acompanhá-lo, comecei a frequentar a aludida favela no fim de 2012. Nessas visitas era impossível não notar semelhanças e diferenças entre os processos de “pacificação” das duas localidades e ignorar que nelas circulavam rumores muito semelhantes. Resolvi, então, realizar um desdobramento da minha pesquisa na Cidade de Deus. A partir dos contatos que Diogo já tinha na favela, consegui entrevistar diversos moradores e também alguns traficantes e ex-traficantes, o que me permitiu entender os impactos da UPP a partir de um ponto de vista que não consegui acessar diretamente no Santa Marta.

Gostaria de enfatizar que demorei alguns meses (em alguns casos) e anos (em outros) para conseguir estabelecer uma relação de confiança com vários dos meus interlocutores. Morar no Santa Marta e conviver cotidianamente com moradoras e moradores da favela permitiu que as pessoas passassem a sentir mais abertura para falar comigo sobre temas que consideravam delicados e perigosos. Além disso, o fato de eu ter par-

ticipado ativamente da Rádio Comunitária Santa Marta – como narro no capítulo 3 – foi fundamental para eu conhecer diversas lideranças da favela e estabelecer um contato mais próximo com moradoras e moradores que atuavam diretamente no projeto.

No caso da Cidade de Deus, como disse acima, beneficiei-me muito da rede de contatos de confiança de Diogo. Aproximei-me centralmente dos moradores com quem ele já convivia por muito tempo, e isso foi fundamental para eles se sentirem à vontade para falar comigo sobre as mudanças que estavam ocorrendo na favela desde a chegada da UPP.

Como narro a seguir, outra dimensão importante da minha pesquisa foi o contato com policiais e jovens que atuavam no comércio varejista de drogas nessas favelas. Mas preciso ressaltar que, como tive um tempo de convivência bem mais curto com esses interlocutores, não consegui construir com eles a mesma relação de proximidade que estabeleci com alguns moradores das duas favelas. Ainda assim, consegui conversar informalmente e/ou fazer entrevistas gravadas com alguns policiais e jovens que atuavam no comércio varejista de drogas a partir da intermediação de moradores com quem eu já tinha uma relação de confiança. Esses moradores me apresentaram para outros interlocutores e me abriram portas no campo, levando-me, por exemplo, para observar situações de interação com policiais ou, até mesmo, marcando entrevistas com jovens envolvidos com o “mundo do crime” que eu não teria conseguido acessar sozinha.

### **Meus primeiros passos em um “campo minado”**

Como anunciei acima, outra dimensão importante da minha pesquisa, além do trabalho de campo com moradores das primeiras favelas “pacificadas”, foram as entrevistas com policiais. Conversei com comandantes e outros agentes da UPP no Santa Marta e na Cidade de Deus. Vale ressaltar que a maior parte das entrevistas que fiz com policiais do Santa Marta ocorreu em meados de 2013. Fiz uma longa entrevista com o capitão que estava à frente da UPP na época, que, em seguida, liberou outros policiais para conversarem comigo. Na Cidade de Deus também realizei entrevistas com policiais dentro de um dos prédios da UPP na favela. Assim como no Santa Marta, o comandante da UPP da Cidade de Deus foi entrevistado e depois escolheu os demais policiais que conversariam comigo nos dias posteriores.

Acho importante problematizar o fato de as entrevistas com policiais terem sido realizadas, tanto no Santa Marta como na Cidade de Deus, dentro das sedes das UPPs. Em ambos os casos, quando eu chegava à sede da UPP, o comandante escolhia os policiais que estavam disponíveis para falar comigo. Isso, de certa forma, facilitava o meu trabalho, ao garantir a presença de policiais disponíveis para entrevista toda vez que eu fosse à favela. Mas, por outro lado, o fato de as entrevistas serem solicitadas pelo comandante e, portanto, configurarem uma “obrigação” – como os próprios policiais afirmam, “dentro do militarismo não há pedido, mas sim ordem” –, somado ao fato de serem realizadas durante o horário de trabalho e na própria sede da UPP, acabou gerando um desconforto/desconfiança em alguns policiais. Ainda que não falassem explicitamente, era nítido que alguns não estavam se sentindo muito à vontade naquela circunstância para fazer críticas ao comando e ao projeto das UPPs.

Por isso, além de fazer entrevistas mais formais, resolvi também realizar conversas informais com os policiais sem a presença potencialmente intimidadora do gravador. Algumas dessas conversas aconteceram fora da sede da UPP. Durante esses bate-papos, os policiais se mostravam menos receosos em falar sobre o projeto das UPPs e sobre a relação deles com outros policiais (incluindo o comandante), com os moradores e com os traficantes que ainda atuavam naquelas localidades.

Fiz entrevistas com policiais ainda em uma terceira favela, localizada na Zona Norte da cidade: o Parque Proletário.<sup>10</sup> A pesquisa realizada ali foi motivada por meu desejo de observar os impactos da UPP em uma área que tivesse sido “pacificada” posteriormente – e não no momento inicial do projeto, como é o caso do Santa Marta e da Cidade de Deus. No entanto, é importante destacar que a pesquisa realizada nessa terceira favela foi bem mais curta. E, além de ter sido mais pontual, mi-

---

10 A UPP do Parque Proletário atende a mais de 19 mil moradores – segundo o Instituto Pereira Passos, com base no Censo 2010 do IBGE – em toda a região de 301.588 metros quadrados e faz parte do Complexo da Penha, situado no bairro da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro. Com mais de 3,5 mil habitantes e quatrocentos domicílios, a comunidade do Parque Proletário tem ligações diretas com os bairros de Engenho da Rainha, Olaria e Penha Circular. A iniciativa para a instalação de uma UPP no local – juntamente com a da Vila Cruzeiro, inaugurada no mesmo dia – completou o que o governo chamou de “cinturão de segurança” previsto para os complexos da Penha e do Alemão.

nha experiência de pesquisa na região foi bem diferente das anteriores porque o Parque Proletário era considerado, na época, pelos próprios PMs, um dos casos mais complicados entre os territórios “pacificados”. Frequentemente aparecem na mídia relatos da ocorrência de tiroteios no local.<sup>11</sup> Especialmente no momento em que eu começava a estabelecer contatos na favela, ocorreu um episódio violento que gerou grande repercussão: o ataque feito por traficantes ao prédio da ONG AfroReggae. Por isso, o clima estava bem tenso.<sup>12</sup>

As primeiras entrevistas que realizei no Parque Proletário ocorreram, por sugestão do comandante, na cozinha da sede da UPP, situada em uma casa que, antes da chegada do projeto, era residência de um famoso traficante do morro. Como a cozinha ficava perto da sala do comandante e muitas vezes diversas pessoas entravam e saíam do local para pegar alguma coisa – como água na geladeira, comida no forno, etc. –, diversos PMs não demonstravam estar muito à vontade para fazer críticas ao projeto da UPP e ao comando local. Nesse caso, mais uma vez, os policiais se mostraram bem mais confortáveis quando as conversas ocorreram em locais mais distantes dos ouvidos do comandante, como, por exemplo, dentro de contêineres da UPP espalhados pela favela.

Convém ressaltar que, para chegar à sede ou a um dos contêineres da UPP no Parque Proletário, algum policial sempre me buscava de viatura e depois me deixava em algum ponto fora da favela. A mesma prática não acontecia nem na Cidade de Deus nem no Santa Marta, onde nunca precisei de acompanhamento para entrar ou sair. Além disso, nos momentos de ingresso e de partida dessas outras favelas, eu não costumava sentir a mesma apreensão que sentia ao chegar ao Parque Proletário.

---

11 Alguns moradores chegam até mesmo a dizer que, nessa localidade, a UPP não trouxe a paz, mas a guerra, já que a proximidade espacial entre polícia e tráfico teria gerado tiroteios com mais recorrência que no período anterior à chegada da UPP.

12 Na época, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) divulgou uma nota comentando o ocorrido: “Policiais da UPP Parque Proletário trocaram tiros agora há pouco com criminosos que passaram de moto atirando contra o prédio da ONG AfroReggae. [...] A fachada do prédio foi alvejada por diversos tiros mas ninguém ficou ferido. [...] Vale lembrar que, logo após os disparos, começaram a surgir denúncias de que o ataque ao AfroReggae teria acontecido a partir de ordens de um pastor e de chefes presos da facção Comando Vermelho” (Núcleo..., 2013).

Certa vez, quando entrei na viatura da PM, ainda fora da favela, um policial da UPP me deu uma arma e disse, em tom de brincadeira: “Segura aí essa pistola, porque o bicho está pegando aqui. Agora há pouco tacaram pedras na nossa viatura!”.

Esse clima de tensão era constantemente narrado pelos policiais, que aproveitavam para enfatizar durante as entrevistas que quase nenhum morador da favela falava com eles e que a aproximação entre a UPP e a população ali era muito difícil. A partir dessas narrativas, parecia evidente para mim, portanto, que não seria fácil me aproximar dos moradores depois de muitas pessoas já terem me visto conversando com policiais e circulando pelo morro dentro de viaturas da PM. Por isso, no Parque Proletário, acabei optando por fazer entrevistas somente com policiais.

Desde o início do trabalho de campo, a aproximação com policiais já tinha sido vivenciada por mim como uma questão problemática, pois sabia que ela poderia me “contaminar”. Eu notava em campo que os moradores comentavam quando alguém falava com algum PM e especulavam por que tal contato estava ocorrendo. Por isso, eu nunca sabia ao certo quando deveria ou não falar com os agentes.

Quando conversei sobre esse dilema com alguns moradores, uns me diziam que eu podia falar com os policiais e participar das atividades promovidas pela UPP, desde que eu fizesse isso sempre a partir da intermediação de uma pessoa que morasse na favela. A intervenção de uma pessoa local serviria para “legitimar” meu contato com a polícia e assim evitar a desconfiança por parte dos demais moradores. Outras pessoas diziam que não era um problema eu falar com policiais, porque eu era “de fora”, razão pela qual todos saberiam que não entendo os códigos locais. Depois de pensar muito sobre o assunto, acabei resolvendo seguir o primeiro conselho. Decidi que só me aproximaria do comandante e de outros policiais – pelo menos na fase inicial da pesquisa – em situações nas quais algum morador me convidasse para participar de um evento ou de uma atividade organizada pela polícia. Mesmo assim, quando esses convites aconteciam, eu ainda ficava um pouco receosa.

Em novembro de 2010, por exemplo, fui convidada por Foca, um morador do Santa Marta, para participar de um curso de escoteiros que a UPP estava organizando. Foca me contou que estava ajudando a co-



mandante Pricilla Azevedo, que estava à frente da UPP do Santa Marta na época, a recrutar pessoas que se tornariam monitores e futuramente formariam um grupo de escoteiros na favela. O primeiro treinamento ocorreria no Morro Azul. Achei que acompanhar o curso poderia ser uma boa oportunidade para observar a interação entre policiais e moradores em um ambiente fora do Santa Marta, mas confesso que fiquei receosa de o fato poder chegar ao conhecimento de outras pessoas. Contudo, com a insistência de Foca, resolvi participar.

No sábado, dia 13 de novembro de 2010, acordei atrasada e descii correndo para a Praça Corumbá. Tinha combinado de encontrar Foca às 8 e meia da manhã em um ponto na pracinha, mas chegando lá não achei ninguém. Fiquei conversando um pouco com uma moradora que trabalhava na feira de artesanato realizada ali, até ver chegar um Gol preto com os vidros bem escuros. Desconfiei que pudesse ser o carro da comandante, pois já sabia que ela não andava em uma viatura policial para evitar ser identificada. Fiquei olhando, e ela logo baixou o vidro para falar comigo. Aproximei-me do carro, ela falou que o pessoal já estava chegando, que ela estava ligando para as pessoas. Assim que ela acabou de falar, afastei-me e fiquei na praça, longe dos policiais, à espera de Foca. Na verdade, estava com medo de que alguém passasse e me visse falando com ela. Assim que pensei nessa possibilidade, passou por ali uma das principais lideranças da favela. Sabia que, se aquela pessoa me visse falando com ela, certamente eu me sentiria obrigada depois a explicar por que estava ali falando com a comandante naquela situação.

Quando Foca e Amaral (outro morador do Santa Marta) chegaram à praça senti que o desconforto pelo contato com os PMs não era só meu. Amaral estava nitidamente tenso e Foca tentava acalmá-lo. Amaral perguntou várias vezes como íamos ao Morro Azul, deixando claro que não aceitaria ir na viatura policial. Ele repetia insistentemente que queria ir em seu carro. Foca mandava o amigo “deixar de ser bobo”, porque era “besteira gastar gasolina se podia ter carona”.

Ficamos conversando um pouco mais até a comandante nos chamar. Confesso que fiquei tensa ao entrar na parte de trás do Gol preto.<sup>13</sup> Mas, quando chegamos ao Morro Azul, Foca, Amaral e eu relaxamos um pouco. O clima ficou mais leve e tudo transcorreu sem tensão durante o curso. Na volta para o Santa Marta, ao chegarmos à entrada da favela, a comandante perguntou se queríamos que eles nos deixassem de carro lá em cima. Eu não disse nada, mas não queria, para evitar que outras pessoas me vissem saindo do carro da polícia. Entretanto, como Foca e Amaral também não falaram nada, não houve jeito, tivemos que sair do carro no pé da escada, que estava cheio de gente.

Logo depois que saímos do carro e nos despedimos da comandante, fui falar com um morador que me perguntou, em tom crítico, se eu tinha ido ao curso de escoteiro. Respondi que sim, e ele, em tom de deboche, ficou dizendo que agora eu era “amiguinha da comandante”. Tentei explicar que para minha pesquisa era importante acompanhar esse tipo de atividade, ao que ele retrucou afirmando que no meu caso ele até entendia, mas que achava “ridículo o Foca ficar de papo com a comandante”.

Esse episódio ilustra como o contato com policiais na favela tem um potencial “poluidor” (mesmo para pessoas “de fora”, como eu). Ser considerada “amiguinha da comandante”, ou de qualquer outro policial, é se enquadrar em uma categoria de acusação, que rotula o outro como um possível delator. Um fato curioso é que, enquanto alguns moradores, em tom de brincadeira, acusaram-me de ser “amiguinha da policial”, também em tom de quem estava brincando, ela certa vez me acusou de ser “X9” (delatora). Isso aconteceu alguns meses depois de a policial deixar o comando da UPP.

Para explicar melhor essa situação, preciso ressaltar que no início do trabalho me apresentei à comandante como pesquisadora. Mas, como

---

13 Vi a comandante tirar a arma que estava em cima do banco. E fiquei ainda mais tensa quando o carro saiu e notei que uma viatura cheia de policiais (uma Blazer com identificação da UPP Santa Marta) nos seguia logo atrás, escoltando o Gol preto. O motorista perguntou quem sabia o caminho, e Foca foi explicando. Enquanto isso, a comandante ligou para um dos policiais que estava no carro de trás e disse: “A princípio, lá está tudo tranquilo, não precisa chegar igual você chegou em Manginhos aquele dia lá, no pá, pá, pá, pá, pá [imitando o som de tiros]”.

posteriormente eu passei a frequentar eventos da UPP sempre acompanhada de moradores, e como na época eu também estava morando na favela, ela parece ter se esquecido de que eu estava realizando uma pesquisa. Só notei que isso tinha acontecido em um evento no qual eram apresentados os resultados de um outro trabalho sobre as UPPs.

No evento, realizado no centro da cidade, só havia PMs e pesquisadores – moradores de favelas não foram convidados. Eu estava sentada na plateia, esperando a apresentação começar, quando notei que a ex-comandante da UPP do Santa Marta havia chegado ao local. Ela me olhou de um jeito estranho, com um olhar arregalado. Naquele momento não entendi bem o que estava acontecendo. No intervalo da apresentação, ela, em tom de brincadeira, disse: “Ah, agora descobri que você é X9, fingia que era moradora do Santa Marta, mas na verdade é pesquisadora, né?”. Expliquei que, de fato, morara na favela por quase um ano, mas que nunca havia escondido de ninguém que era pesquisadora. Novamente em tom de brincadeira, ela disse que estava “doida” para ler os resultados da minha “investigação”. Respondi que ainda não tinha concluído a pesquisa, mas que, assim que a terminasse, ela seria disponibilizada para todos que tivessem interesse.

Embora a conversa tenha sido bem rápida e sem consequências posteriores, confesso que fiquei impressionada pelo fato de a ex-comandante ter me chamado de “X9”. Ser considerada uma possível “delatora” reforçou algo que eu já havia notado anteriormente: os policiais da UPP, assim como os traficantes que atuam em áreas “pacificadas”, também se sentem vigiados na favela e, em alguma medida, também se preocupam com denúncias e denúncias que possam ser feitas contra eles.

Para completar o relato da minha experiência pessoal, gostaria de salientar que, assim como tive medo de que moradores me vissem com policiais durante o trabalho de campo, também receei que policiais me vissem conversando com jovens que atuavam no comércio varejista de drogas ilícitas na favela. Por isso, evitei falar com esses jovens no Santa Marta, que é uma favela muito pequena. Lá eu conhecia muitos moradores por ter morado no local durante um ano e depois por ter continuado a frequentá-lo semanalmente, e achava que seria impossível estabelecer qualquer contato sem que as pessoas observassem com quem eu estava

falando. Na Cidade de Deus, como a favela é muito maior e eu conhecia um número menor de moradores, sentia-me menos vigiada. Mas, ainda assim, quando tive a oportunidade de entrevistar pessoas envolvidas no “mundo do crime”, fiquei com medo de ser vista por policiais.

Embora não achasse que seria rotulada como “envolvida” ou “co-nivente” com o “mundo do crime” – como um morador da favela certamente seria se fosse visto por policiais na mesma situação –, receava que o contato pudesse causar um estranhamento entre os policiais com quem eu já havia conversado. Tinha medo basicamente de que eles achassem que eu pudesse “soltar” para traficantes o que ouvira dentro da UPP. Do mesmo modo, também tinha receio de que os traficantes com quem conversei achassem que eu pudesse contar para os policiais as informações que me passaram. Além disso, eu temia ainda que os moradores me vissem como alguém que estava fazendo circular para a polícia ou para o tráfico as informações que me contavam.

Em resumo, ainda que ninguém prestasse atenção no que eu estava fazendo ou observasse com quem estava falando, eu me sentia vigiada durante meu trabalho de campo. E, com o passar do tempo, pude perceber que isso não era uma paranoia ou “neurose” minha. Notei que estava apenas experimentando sensações semelhantes àquelas que os moradores experimentam ao viver em um território constantemente monitorado tanto por traficantes como por policiais. Considero que talvez o fato de ter experimentado tais sensações – e ter aprendido, de certo modo, a fazer os mesmos raciocínios antecipatórios e a usar os mesmos mecanismos que os moradores usam para evitar “contaminações” – tenha me tornado mais sensível para entender, e descrever ao longo do livro, o que chamo de “regime territorial do campo minado”.

## **Do desenho da pesquisa ao desenho do livro**

Neste livro analiso, portanto, o processo de “pacificação” de favelas cariocas a partir da pesquisa que iniciei em 2009 no Morro Santa Marta (localizado em Botafogo, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro) e posteriormente na Cidade de Deus (localizada em Jacarepaguá, na Zona Oeste) e no Parque Proletário (que faz parte do Complexo da Penha, localizado na

Zona Norte).<sup>14</sup> Segue, abaixo, um mapa da cidade do Rio de Janeiro com a localização dessas e de outras favelas “pacificadas”:

---

14 Minha pesquisa se desenvolveu inicialmente entre 2009 e 2014. Mas durante esses seis anos tive períodos de afastamento e de reaproximação do campo. Em outubro de 2009, comecei o trabalho de campo no Santa Marta. No início de 2010, mudei-me para a favela, onde morei por quase um ano. Como recebi uma bolsa de doutorado sanduíche para estudar por um ano na Vrije Universiteit Amsterdam, entre junho de 2011 e junho de 2012 fiquei afastada do campo. Nesse período, mantive contato com meus interlocutores por e-mail, pelas redes sociais e por telefone. No segundo semestre de 2012, quando voltei ao Rio, retomei o trabalho de campo no Santa Marta. No final desse mesmo ano, comecei outra parte da pesquisa na Cidade de Deus. Em 2013, com um financiamento do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso), fiz novas entrevistas no Santa Marta, na Cidade de Deus e ainda no Parque Proletário. Entre setembro de 2013 e agosto de 2014, passei mais um período fora do Brasil. Ao retornar ao Rio de Janeiro, em 2015, fui algumas vezes ao Santa Marta e à Cidade de Deus para rever meus interlocutores, que acabaram se tornando meus amigos. Tive, então, a oportunidade de conversar sobre o que tinha mudado nessas favelas. Posteriormente, entre 2016 e 2017, voltei a campo para realizar novas entrevistas com policiais e moradores para a pesquisa de pós-doutorado intitulada “Se está assim agora, imagina depois das Olimpíadas’: a ‘crise’ das UPPs e seus impactos nas ‘margens’ da cidade do Rio de Janeiro”, que realizei no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

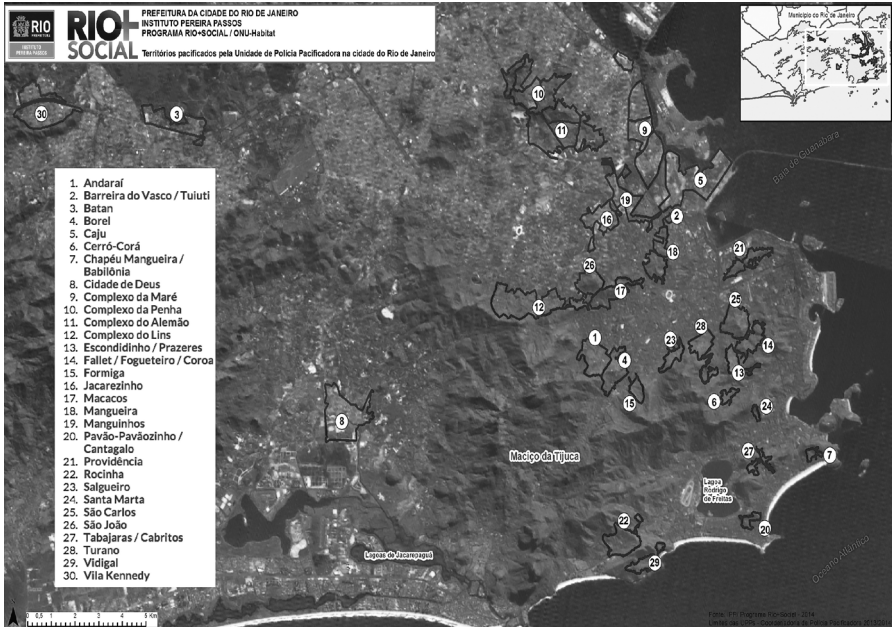


Figura 3 – Mapa das primeiras UPPs.

Disponível em: <http://www.riomaissocial.org/territorios/>. Acesso em: 15 mar. 2015.

No Santa Marta e na Cidade de Deus, além do trabalho de campo, entrevistei moradores com perfis bem variados. As entrevistas foram realizadas, por exemplo, com crianças, jovens, idosos, adultos, trabalhadores, estudantes, lideranças comunitárias e religiosas, entre outros. Além de moradores, nas três favelas pesquisadas fiz entrevistas semiestruturadas com policiais recém-formados, agentes mais antigos, praças e oficiais. Entrevistei homens e mulheres policiais com idades variadas, com diferentes graus de escolaridade, provenientes de diversos locais de moradia – muitos eram de outras cidades do Estado do Rio de Janeiro – e que trabalhavam nos mais diversificados setores das UPPs, exercendo tanto funções burocráticas como operacionais. Por fim, entrevistei traficantes da Cidade de Deus. Como era mais difícil conseguir entrevistar pessoas envolvidas no “mundo do crime”, o perfil dos entrevistados não foi tão variado. Mas ainda assim consegui conversar com um gerente, com vapores (responsáveis pela venda de drogas no varejo) e com jovens que tinham saído havia pouco tempo “do crime”.

Vale ressaltar que neste livro não identifiquei meus entrevistados, com exceção de figuras públicas, como comandantes de UPP e lideranças comunitárias. Não adiantaria mudar o nome destas últimas, pois ainda assim seria muito fácil identificá-las. Mas todos os outros entrevistados tiveram seus nomes, assim como seus perfis e suas trajetórias de vida, omitidos para garantir o anonimato.

Gostaria de esclarecer ainda que o material que tenho do Santa Marta, da Cidade de Deus e do Parque Proletário é bastante desigual, visto que o tempo de pesquisa em cada localidade variou bastante. Fiz trabalho de campo por muito mais tempo na favela de Botafogo, e tive ainda a experiência de morar ali. Na favela de Jacarepaguá, embora tenha feito a pesquisa por um período de tempo mais curto, beneficiei-me das redes de contato de meu namorado da época, que já fazia trabalho de campo no local. No Complexo da Penha, fiz apenas algumas entrevistas com policiais. Deixo claro, portanto, que, muito embora em diversos momentos deste livro eu compare as três favelas, meu objetivo não é fazer um cotejo sistemático e exaustivo entre elas. E isso pode ser notado no desenho desta obra.

Em vez de organizá-la a partir das diferenças ou semelhanças entre as favelas nas quais fiz trabalho de campo, preferi focalizar o processo de investigação que os atores dessas localidades empreenderam a partir da “pacificação”. Em outras palavras, foram as etapas desse processo que escolhi para estruturar e apresentar o ponto de vista das pessoas diretamente afetadas pelo processo de “pacificação”.<sup>15</sup> Este livro está dividido, portanto, em cinco partes, cada qual com dois capítulos.

---

15 Não sugiro aqui que todas as outras favelas que posteriormente foram ou ainda serão “pacificadas” passaram ou ainda vão passar pela mesma experiência de investigação observada no Santa Marta e na Cidade de Deus, até porque houve um processo cumulativo no qual o próprio projeto foi sendo testado, elaborado e modificado. Portanto, os processos de investigação iniciados quando uma favela é “pacificada” podem envolver características distintas que não abordo aqui e que, mesmo se quisesse, não teria condições de fazer, já que, apesar de ter circulado por outras favelas, fiz trabalho de campo por mais tempo apenas nas duas primeiras que foram “pacificadas”. Mas vale notar que, embora minha análise não possa ser utilizada de forma mecânica no estudo de outros casos, isso não significa que não existam traços comuns nas experiências de “pacificação” passíveis de ser analisados a partir de cruzamentos de diferentes pesquisas. Em suma, o que aqui

Na primeira parte desta introdução, mostrei como a chegada daquilo que sequer tinha o nome de UPP foi vivido tanto pelos moradores da favela quanto pelos agentes do governo como uma situação indeterminada. Ninguém, naquele momento, sabia ao certo do que se tratava. Na parte I do livro, avanço nesse raciocínio e apresento como, por meio de suas investigações iniciais, os próprios atores envolvidos no processo transformaram alguns aspectos da indeterminação inicial em uma situação problemática, isto é, uma situação cuja indeterminação passou a ser experimentada, no caso, em vista de novas formas de produção de rotinas. Mostro como a investigação dos atores foi um esforço individual e coletivo para definir a situação e produzir um diagnóstico a respeito do que estava acontecendo.

No capítulo 1, focalizo o ponto de vista daqueles que residiam ou trabalhavam no território das primeiras favelas “pacificadas”. Apresento como a indeterminação gerada pelo início da ocupação permanente do Santa Marta e da Cidade de Deus foi vivenciada por moradores e traficantes. Analiso o processo de investigação realizado por esses atores com base em entrevistas, mas também a partir da análise dos rumores que circulavam pelas primeiras favelas “pacificadas”. Nesse sentido, indico que o mapeamento dos “rumores da pacificação” abriu portas para que eu acompanhasse algumas das principais mudanças nos “problemas públicos” (ou seja, problemas prático-concretos, definidos e percebidos como parte da experiência vivida) ocorridos nas áreas com UPP a partir do fim de 2008.

No capítulo 2, mudo o ponto de vista e busco entender a perspectiva dos não residentes que chegaram à favela com o intuito de “pacificá-la”. Como as UPPs nasceram como um projeto que “foi se conformando a partir da experiência prática, sem estruturação prévia” (Cano; Borges; Ribeiro, 2012, p. 29), analiso como elas foram experimentadas e testadas

---

apresento não é suficientemente amplo do ponto de vista espaçotemporal para ser generalizável para toda e qualquer favela posteriormente “pacificada”, nem é demasiado particular para que tudo seja redutível às duas primeiras favelas que passaram por essa experiência. Em todo o caso, o que é generalizável ou não deve ser sempre uma questão a ser explicada à luz de cada nova pesquisa comparativa sobre o processo de “pacificação”.



pelos agentes da Secretaria de Segurança que trabalharam em sua elaboração. Além disso, mostro também como o projeto foi experimentado pelos primeiros comandantes de UPPs e pelos PMs que atuaram no início do programa. Isso é importante porque, como indica o então secretário de Segurança do estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, o novo modelo de policiamento foi “um desafio para o próprio policial, que também experimentou um aprendizado sobre como agir naquela circunstância” (Beltrame, 2014, p. 166). Utilizo como fontes empíricas para essa análise matérias publicadas em jornais, depoimentos públicos de funcionários do governo feitos durante seminários sobre as UPPs, além de entrevistas realizadas com comandantes e policiais que atuavam em áreas “pacificadas”.

A parte II do livro enfatiza a passagem das problematizações aos testes com base nos primeiros resultados da instalação do aparato policial. Examinando, no capítulo 3, os ordenamentos produzidos e as resistências forjadas a partir das primeiras medidas repressivas da UPP. As câmeras, as “duras”, a regulação dos serviços e da vida cultural e as reações dos moradores são aqui enfocadas como os primeiros testes do dispositivo policial que ajudam a começar a definir limites de quem é quem na favela e permitem apontar caminhos para novas formas de rotinização do espaço tensionado pela presença permanente do aparelho policial. Indico, portanto, como o início do processo de “pacificação” gerou mudanças nas modalidades de presença do tráfico e da polícia nas áreas com UPP.

No capítulo 4, apresento os testes ou simplesmente as tentativas da polícia “pacificadora” para tornar possível e factível uma aproximação entre policiais e moradores no novo regime de intensa proximidade territorial. Traumas passados, incertezas em relação à permanência da polícia na favela, além da descrição de ferramentas de aproximação e do caso exemplar da primeira comandante de UPP, a major Pricilla Azevedo, são mobilizados para mostrar a complexidade que tais testes envolviam. A finalidade, nesse quarto capítulo, é mostrar como as ações da polícia nas favelas “pacificadas” não apenas se basearam na repressão de crimes e no ordenamento do espaço – como evidencio no capítulo 3 –, mas também envolveram uma dimensão mais preventiva, fundamentada na aproximação.

Na parte III do livro, dedico-me à passagem dos testes à rotinação.<sup>16</sup> Para tanto mostro primeiramente, no capítulo 5, como o contato entre a polícia e os traficantes nas áreas “pacificadas” deixou de se basear primordialmente no confronto e passou a ter como elemento central as antecipações e as armadilhas que fazem parte do que os próprios atores chamam de “jogo de gato e rato”. Aponto que grande parte dos moradores, embora desejasse se manter em uma posição neutra, sem aderir a qualquer dos lados, também foi afetada por esse jogo, já que passou a viver constantemente preocupada com os riscos que poderiam ser trazidos por possíveis “contaminações” geradas pelos contatos tanto com traficantes quanto com policiais.

Em seguida, no capítulo 6, apresento como, a partir de uma vigilância constante, moradores aprenderam a mapear traficantes e policiais (assim como policiais aprenderam a mapear moradores e traficantes, e traficantes aprenderam a mapear moradores e policiais). Mostro que, com base nesses mapeamentos, o potencial conflitivo nos territórios das favelas com UPP diminuiu. Dito de outro modo, mostro que, a partir de um reaprendizado cognitivo e corpóreo, policiais, traficantes e moradores passaram a ter uma atenção sensível às novas “pistas” (Ingold, 2011) e variações ambientais capazes de ajudar na “medição do clima” da favela em seu novo contexto. Com isso, instaurou-se um processo de rotinação das UPPs cujo corolário imediato foi uma acomodação dos conflitos e um distensionamento momentâneo das relações nas áreas “pacificadas”.

A parte IV desta obra tem o objetivo de examinar como essa “acomodação”, que ocorreu entre 2010 e 2011, foi temporária e como outras indeterminações passaram a emergir como consequência da chegada da UPP. No capítulo 7, não tomo mais a UPP como fonte de indeterminação, mas sobretudo como fonte de novas oportunidades e preocupações, tais como a elevação do custo de vida e o aumento da presença de turistas e do mercado na favela.

No capítulo 8, trato de novas inseguranças que surgem em “tempos de paz”. Abordo alguns casos de estupro e furtos ocorridos no Santa

---

16 O que chamo aqui de rotinação seria o equivalente deweyano da situação estável – ou, o que talvez seja mais preciso, da instabilidade tolerável. Em termos mais concretos, meu objetivo é mostrar como e sob quais bases aconteceu, ainda que momentaneamente, a rotinação da UPP na favela.

Marta e na Cidade de Deus. Mostro como o aumento de crimes não letais em áreas com UPP, que inicialmente era menosprezado pela polícia, com o passar do tempo foi estatisticamente comprovado, e como essa comprovação passou a ser utilizada como subsídio para a elaboração de uma crítica à prática policial implementada pela UPP nas favelas.

Na parte V, apresento como o surgimento de novas indeterminações levou os atores a empreender novos processos de investigação em territórios “pacificados”. No capítulo 9, atendo-me à investigação dos impactos gerados pelo enfraquecimento progressivo das UPPs. Inicialmente analiso como os moradores especulavam que tal enfraquecimento poderia acabar levando a UPP a se transformar em uma milícia. Em seguida, avalio como as soluções trazidas pelo “milagre” das UPPs foram se desfazendo e, pouco a pouco, os moradores passaram a experimentar a sensação de que havia uma “volta da corrupção policial”, um (re)fortalecimento do tráfico, e de que, por fim, “tudo estava voltando a ser como era antes da UPP”. O retorno dos “radinhos”, dos sofás e troncos de árvore no meio das ruas, das pistolas visíveis, etc. é apresentado como um pequeno indício, para boa parte dos moradores, de um retorno à situação pré-“pacificação”. Sugiro que essas novas dinâmicas geraram um retensio-namento do clima nas favelas “pacificadas”.

Aproveitando o ensejo das críticas que apontam para o enfraquecimento do aparato policial permanente, no capítulo 10 apresento o esboço de uma sociologia da crítica às UPPs. Trata-se, de um lado, de um primeiro esforço de formalização das críticas endereçadas ao projeto nos últimos anos e, de outro, da tentativa de elaborar, de maneira mais sistemática, sintética e inteligível, uma breve história, tipologizada em fases, desses anos de “pacificação”.

Em um primeiro momento, arrisco uma resposta possível para a formação do consenso em torno das UPPs, consenso este seguido de um desarmamento, ainda que temporário, da crítica em relação à política de segurança pautada pela lógica das incursões violentas intermitentes que vinha sendo praticada no Rio de Janeiro até então. Em um segundo momento, tento mostrar como, a partir de 2011, ocorre uma quebra do consenso em torno das UPPs, cujo corolário é um progressivo rearmamento da crítica. Sustento que esse rearmamento se consolida em definitivo a partir das Jornadas de Junho de 2013, mais precisamente com o caso do

desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza na favela da Rocinha. Argumento, então, que, a partir desse caso, o antigo consenso se bifurca em duas outras posições. De um lado, alguns críticos passam a sustentar que a UPP é, para fazer alusão à famosa frase de Churchill sobre a democracia, a pior política de segurança, exceto todas as outras, razão pela qual seria preciso fortalecê-la. De outro, há os que defendem, sob o lema do “Fim das UPPs!”, que todo o projeto de segurança deve ser substituído, uma vez que a “pacificação” nada seria além do que a reprodução das políticas repressivas de Estado vigentes há tantos anos.

Nas considerações finais, examino o período pós-Olimpíadas e o declínio público do projeto das UPPs. A partir de entrevistas realizadas em 2016 e 2017, mostro como havia naquele momento uma percepção difusa, tanto entre moradores como entre policiais, de que o projeto das UPPs “já havia acabado”. Analiso como tal percepção afetou diretamente a forma como os policiais se engajavam no projeto naquele momento e impactou também o modo como os moradores interagiam com os PMs nessa fase do projeto. Além disso, busco mapear: a) os efeitos que o recrudescimento dos confrontos armados gerou na vida cotidiana das favelas; b) os horizontes de expectativa de moradores e policiais em relação ao projeto das UPPs; c) as especulações em relação aos impactos que uma possível oficialização do fim das UPPs poderia gerar.

Na parte final do livro, tento dar ainda uma resposta à pergunta que sempre esteve presente ao longo de toda a trajetória etnográfica da minha pesquisa: continuariam os moradores dos territórios favelados confinados à “vida sob cerco” (Machado da Silva; Leite, 2008)? Argumento que sim, essa experiência subsiste na nova situação pós-“pacificação”. Contudo, isso não quer dizer que ela não tenha sofrido transformações qualitativas relevantes cuja explicitação se faz mais que necessária. E, assim, termino o livro com um esforço para descrever essa nova fenomenologia do habitar que emerge a partir do contexto pós-UPP.

Meu argumento principal é que uma configuração socioterritorial em que o aumento do tensionamento emerge a partir da coabitação e da proximidade espacial permanente entre o tráfico e a polícia nas favelas acabou gerando lógicas de comportamento baseadas na intensificação do monitoramento do outro e de si. Meu ponto é que, se antes, na experiência de “vida sob cerco” anterior à “pacificação”, temiam-se sobretudo os

tiroteios e as possíveis “balas perdidas”, após a chegada da UPP, o medo passou a estar calcado também na antecipação de possíveis “contaminações” geradas pelo contato ou com o tráfico ou com a polícia.

O que chamo de “regime de campo minado” é a dinâmica, mais psicológica e interiorizada, de evitações, cálculos e cuidados cujo objetivo final é evitar ser visto em situação comprometedora – por exemplo, ser visto junto de quem é considerado bandido pelos policiais ou junto dos policiais pelos jovens envolvidos com o “mundo do crime” nas favelas “pacificadas”. Mostro como no contexto no qual a continuidade das rotinas corria um menor risco de ser interrompida pela irrupção de tiroteios, a vida dos moradores não se tornou por isso, digamos, mais “pacífica” e “tranquila”. As potenciais ações violentas continuaram presentes, e o esforço da maior parte dos moradores consistia em antecipar e evitar movimentos, contatos e situações que pudessem sugerir que eles “fechavam” com a polícia ou com o tráfico (ou seja, que apoiavam um dos lados).

Vale ressaltar que, ao longo do livro, uso a noção de “regimes de campo minado” como ferramenta para analisar a vida social nas favelas “pacificadas” onde realizei trabalho de campo. Tal análise tem como ponto de partida a interlocução com autores que há algumas décadas vêm refletindo sobre a coexistência de diferentes ordens sociais em favelas (Machado da Silva, 1993; Misse, 2006; Leite, 2013). Dialogo, especialmente, com os trabalhos nos quais Feltran (2010, 2012, 2020) vem elaborando a noção de “regimes normativos coexistentes” para explicar como conflitos persistentes nas favelas brasileiras se sedimentam profundamente nas subjetividades e rotinas dos moradores desses territórios.

Em muitas favelas brasileiras, regimes normativos distintos coexistem no espaço, cada um fornecendo estruturas e diretrizes diversas para lidar com situações cotidianas. Com base em pesquisas empíricas, Feltran identificou três fontes primárias de normatividade que informam a ação social em áreas urbanas marginalizadas: a) Estado – alicerçado no Estado de Direito, promovido pelas instituições formais e representado tanto pelos agentes da repressão (polícia) como pelo Estado social (por exemplo, o sistema educativo, os programas sociais); b) crime – baseado em um código não escrito de “comportamento correto” enraizado em práticas e organizações criminais, mas que, em certa medida, a população em geral também deve observar; c) religião – baseada na autoridade moral asso-

ciada à doutrina religiosa explícita e aos valores cristãos mais difusos no Brasil e ativamente promovida por instituições religiosas, particularmente as igrejas evangélicas que se proliferaram rapidamente nas últimas décadas. Todos os três regimes normativos estão organizados em torno de classificações morais que distinguem entre certo e errado, justiça e injustiça, e quais sujeitos merecem ou não proteção.

Beraldo, Richmond e Feltran (2022) apontam que cada um desses três regimes promove normas particulares de conduta que ajudam os indivíduos a lidar com situações cotidianas. Eles são produto de profundas desigualdades históricas no Brasil que, ao longo do tempo, deram origem a ordens sociais distintas que hoje não podem ser assimiladas em uma única ordem baseada no Estado de Direito e supervisionada por um Estado laico com monopólio sobre os direitos legítimos de uso da violência. O que ocorre em muitos territórios de favela é a convivência do regime normativo do Estado com outros baseados em normatividades criminosas e religiosas. Esses regimes se autorreproduzem ao incorporar normas em subjetividades e rotinas e, de maneira mais prática, ao gerar recursos materiais e formas organizacionais em constante transformação. Ao longo do presente livro analiso como a superposição desses regimes (estatal, criminal e religioso) variou ao longo do tempo nas favelas onde fiz trabalho de campo, ganhando contornos diversos que podem ser mais facilmente compreendidos a partir da ideia de “fogo cruzado” e “campo minado”.

Preciso ressaltar ainda que, ao longo do livro, mostrarei a partir de diversos exemplos como as experiências de “campo minado” variam muito dependendo da pessoa envolvida, do lugar e do momento em questão dentro da favela. Especialmente as categorias de raça e gênero são fundamentais para compreender essas experiências.

Diversos estudos recentes vêm mostrando a centralidade da raça para a compreensão da vida nas favelas (Campos, 2005; Rocha, 2021; Davies, 2022) e apontam como os homens negros são os principais alvos não só da violência policial (Ramos, 2020), como também das abordagens policiais no Rio de Janeiro (Ramos, 2021). As mulheres, por sua vez, choram o luto de seus filhos, irmãos e vizinhos perdidos pela violência da polícia, bem como do tráfico e das milícias, e, ao mesmo tempo, têm seus corpos constantemente violados por esses mesmos atores armados

que atuam em seus territórios de moradia. Como expõem Barros *et al.* (2020), esse tipo de violência “pode passar despercebida entre tantas outras conhecidas por quem vive um cotidiano com execuções sumárias, detenções arbitrárias, espancamentos, esculachos”. No entanto, ela cria

marcas doídas nas rotinas e nas subjetividades de muitas mulheres e, de tão cotidiana, acaba sendo invisibilizada. Assédios, xingamentos, ameaças e o controle da rotina convertem-se em formas de atuação militarizada do Estado quando executadas pelos seus agentes que ocupam favelas e periferias. Violências que intimidam, ficam na memória e marcam os corpos de mulheres pelo controle e perda de sua liberdade. (Barros *et al.*, 2022, p. 7)

Tais violências marcam a vida de moradoras de favelas não só como experiências passadas, mas como vivências que orientam expectativas futuras, medos de contaminação e evitações relacionadas ao que chamo de regime de “campo minado”. Por isso, mostrarei ao longo do livro como as experiências de “fogo cruzado” e de “campo minado” vivenciadas tanto por moradores como também por policiais e traficantes são generificadas e racializadas.

Por fim, antes de iniciar o primeiro capítulo, gostaria de enfatizar mais uma vez que este livro resulta de um esforço para analisar o fenômeno das UPPs a partir de suas consequências, que, por definição, não podem ser caracterizadas *a priori* como boas ou más. Por isso, faço um duplo afastamento: de um lado, refuto as análises, comumente propaladas pela mídia nos primeiros anos após o lançamento do projeto, que enquadravam as UPPs sempre como política pública de impactos milagrosos, como um marco que reconfigurou por completo os territórios favelados. Nessa acepção, com a qual não me identifico, os problemas e efeitos maléficos são vistos como acidentes, pequenos desvios de percurso de uma trajetória inabalável e de melhorias incontestes. Por outro lado, também não considero a UPP simplesmente “uma reprodução do mesmo”.

O filósofo William James, em sua famosa conferência sobre o pragmatismo, definiu que o sentido de uma ideia ou de um conceito só pode ser auferido e mensurado pelas consequências práticas e concretas que produz. Ou seja, seu sentido está na frente e é prioritariamente definido pelo modo como afeta o universo da experiência das pessoas no mundo. E é assim que procuro olhar o projeto das UPPs: a partir dos efeitos e das

consequências práticas que produziu na vida dos moradores e atores diretamente concernidos e afetados por ele.

Como disse anteriormente, importa-me apurar as investigações desses sujeitos. E se a UPP, ainda para falar como James, foi uma “diferença que fez diferença”, não me cabe definir se foi boa ou não. Meu objetivo não é definir o sentido do que seja a UPP, quer através de críticas quer através de elogios, mas deixar esse trabalho ao encargo dos próprios atores. São eles, mediante as descrições que produzem sobre o modo como foram afetados por essa política de segurança (ou seja, sobre que diferenças reais o projeto fez na vida deles), que devem compor o quadro geral do que seja a UPP.

As UPPs, nesse sentido, são, como diria Bruno Latour (1995, p. 21), um “objeto cabeludo”, um fenômeno complexo, heterogêneo, multifacetado e que por isso necessita de um trabalho detalhado, infinitesimal, capilar (Foucault, 1977), cujo sentido deve ser buscado nas consequências e experiências efetivas que engendrou na população afetada. Não tenho a finalidade, portanto, de descrever um sentido maior do projeto e dizer, no lugar dos que “viveram e o sentiram na pele”, o que é a UPP. Ao contrário, levar os atores a sério implica segui-los em suas descrições do fenômeno, independentemente de para onde isso leve. Desse modo, ao longo do livro, apresento a UPP não como objeto, mas como problema; problema esse que teve impactos múltiplos, cujos sentidos, conforme o método pragmatista (James, 1979), devem ser definidos por suas consequências práticas e concretas, ou seja, pela diferença que produziram na vida dos policiais, dos traficantes e especialmente dos moradores de favelas “pacificadas”.



PARTE I

## **DA INDETERMINAÇÃO À PROBLEMATIZAÇÃO**

# 1

## DO PONTO DE VISTA DOS “INVADIDOS”

### As rotinas, os tiroteios e a “leitura do clima” nas favelas

A percepção e a vivência da violência urbana na vida cotidiana talvez sejam um dos mais importantes fenômenos sociais deste início de século (Burgos, 2008). Na América Latina, tal fenômeno chama especial atenção, pois a região concentra os mais altos níveis de violência urbana do mundo (Koenders; Koonings, 2012).<sup>1</sup> No Brasil, não são poucos os autores (Adorno, 2002; Zaluar; Alvito, 2003; Misse, 2006; Machado da Silva, 2008) que vêm estudando esse fenômeno e apontando que a violência tem sido percebida, com crescente intensidade, nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, especialmente, inúmeras pesquisas indicam que a quantidade de crimes violentos praticados cresceu significativamente a partir dos anos 1980.

Misse (2011) constata que a taxa de roubos com violência registrada pela polícia no Rio de Janeiro passou de 263 por 100 mil habitantes em 1980 para 830 por 100 mil habitantes em 2009. As taxas de homicídio

---

<sup>1</sup> A violência urbana na América Latina tem provocado um debate teórico intenso. Pereira e Davis (2000), Koonings (2001) e Briceno-Leon e Zubillaga (2002) vêm caracterizando as atuais manifestações de violência em diversas cidades latino-americanas como uma “nova” violência, que tem lugar em sociedades democráticas – com Estados consolidados e, portanto, politicamente “em paz” – e que já não envolveria mais a disputa de poder político ou de posições ideológicas centrada no Estado. Diferentes enfoques analíticos vêm enquadrando essa violência como um problema de governança, de *unrule of Law*, ou ainda como um problema ligado ao surgimento de poderes paralelos formados por atores armados que passam a disputar território e poder. Alguns trabalhos, como o de Arias (2006), vêm criticando, contudo, essa noção de poderes paralelos sob o argumento de que os atores armados que controlam territórios urbanos atualmente não podem ser entendidos de modo isolado, uma vez que eles mantêm múltiplas ligações com o Estado, com atores estatais e com a política “legal”.

também aumentaram expressivamente e passaram de 10 por 100 mil habitantes na década de 1950 para 25 por 100 mil na década de 1970, alcançando 50 por 100 mil nos anos 1980. Entre 1980 e 2007, aproximadamente 200 mil pessoas foram assassinadas só no estado do Rio. Como aponta o autor, há “um consenso entre os especialistas de que parte significativa desse aumento relaciona-se ao tráfico de drogas a varejo em favelas e em outras áreas urbanas de baixa renda” (Misse, 2011, p. 14).

A expansão da violência urbana no Rio de Janeiro parece estar umbilicalmente ligada à economia internacional da droga, em particular da cocaína, que se juntou à já existente cadeia produtiva da maconha. A histórica segregação espacial das favelas favoreceu que essa ponta do tráfico internacional, relacionada ao comércio de drogas a varejo, concentrasse um de seus principais canais nesses “territórios da pobreza” (Machado da Silva, 2010a). Assim, as favelas cariocas se tornaram uma espécie de base de operações do crime violento associado ao comércio de drogas ilícitas.

Desde o seu surgimento, há mais de um século, as favelas sempre foram vistas como uma espécie de “quisto” que ameaçava a organização social da cidade (Machado da Silva, 2002). No entanto, os atributos que compõem o conteúdo do que é definido como “o problema favela” se modificaram significativamente a partir dos anos 1980. A “violência urbana” alterou o lugar das favelas no imaginário da cidade (Machado da Silva, 2008).<sup>2</sup> Com a expansão do tráfico de drogas, o aumento dos confrontos armados entre diferentes facções criminosas e os conflitos entre esses grupos criminosos e a polícia, houve uma superposição entre o “problema da segurança” e o “problema das favelas”.

Como lembra Misse (2011), as principais organizações criminosas do tráfico a varejo no Rio de Janeiro – que surgiram dentro do sistema

---

2 Neste livro sigo a perspectiva proposta por Machado da Silva (2008, p. 35) de pensar a violência urbana como uma representação coletiva ou, mais especificamente, uma representação de práticas – ameaças de saque à propriedade privada e à integridade física – e de modelos de conduta subjetivamente justificados. Assim como o autor, parto da ideia de que a violência urbana é uma construção simbólica que “constitui o que descreve”, isto é, “uma categoria do entendimento do senso comum que consolida e confere sentido à experiência vivida nas cidades” e que orienta instrumental e moralmente os cursos de ação que os moradores das cidades consideram mais conveniente nas diversas situações em que atuam.

penitenciário durante a ditadura militar – estabeleceram-se nos morros cariocas e passaram a disputar esses territórios. Essa disputa levou a uma intensa “corrida armamentista” entre comandos:

A expectativa do Comando Vermelho (CV) era a de oligopolizar o mercado a varejo das drogas em todo o estado do Rio de Janeiro, mas ainda em meados dos anos 1980 surgiu outra organização, intitulada “Terceiro Comando” (TC), que passou a disputar violentamente os territórios com o CV. Iniciou-se, assim, uma corrida armamentista entre os dois comandos pela posse das armas mais eficientes e letais, capazes de garantir seja a manutenção do controle dos pontos de venda, seja sua expansão para outras favelas. Com isso, estruturou-se, em paralelo, o tráfico de armas de guerra (fuzis AK-47, AR-15, metralhadoras de uso reservado das Forças Armadas, granadas, armas antiaéreas, bazucas, etc.). Havia também os traficantes que controlavam áreas que se consideravam “independentes” dos dois comandos. Com o tempo, dissidências surgiram e criaram-se novas facções a partir de meados dos anos 1990 (Comando Vermelho Jovem (CVJ), Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP)), elevando a disputa com o CV a níveis de violência inéditos na cidade. (Misse, 2011, p. 19)

O autor aponta ainda que a reprodução dessas organizações criminosas foi particularmente dependente de acordos e trocas políticas com agentes públicos, dos quais policiais – que detêm o uso legal das armas e de informações estratégicas – constituiriam um dos principais tipos. No caso do tráfico de drogas – diferentemente do jogo do bicho, que pratica o “arreglo” (acordo negociado) ou mesmo a cooptação de agentes públicos para sua folha de pagamento –, policiais passaram a praticar o “arrego” (extorsão), impondo trocas políticas assimétricas e praticamente compulsórias com os traficantes. Compreender as negociações envolvendo essas “mercadorias políticas”, como sugere Misse (2011), é fundamental para compreender as relações entre violência, organizações criminosas e lucros nos mercados ilegais brasileiros.

No Rio de Janeiro, como as organizações criminosas se estabeleceram nas favelas cariocas e ali se expandiram, esses territórios passaram a ser vistos “como o valhacouto de criminosos que interrompem, real ou potencialmente, as rotinas que constituem a vida ordinária na cidade” (Machado da Silva, 2010b, p. 297). Conseqüentemente, as favelas deixa-

ram de ser tematizadas na “linguagem dos direitos” e passaram a ser processadas na “linguagem da violência urbana”. Isso significa que houve um “reducionismo de uma linguagem que restringe o tratamento dos problemas (no caso, a manutenção da ordem pública) a uma guerra contra atividades que perturbam o prosseguimento rotineiro da vida social” (p. 293). É importante ressaltar que a culpa dessa guerra foi atribuída aos moradores de favelas, que passaram a ser criminalizados, tornando-se o tipo ideal do Outro que precisa ser afastado a qualquer preço.

Em decorrência desse processo de criminalização dos moradores de favelas, cresceu o clamor por uma ação “dura”, que passou a se dirigir não tanto a grupos sociais específicos, e mais ao controle e à segregação territorial de áreas urbanas consideradas perigosas. Assim, como afirma Machado da Silva (2010b, p. 293), fechou-se “o círculo de ferro que redesenha o espaço da cidade, na formulação dominante, a partir da relação entre violência urbana e ‘sociabilidade violenta’”.<sup>3</sup> E, em seu novo desenho, o Rio passou a ser representado como uma “cidade partida” (Ventura, 1994) na qual, de um lado, estão os bandos ligados ao varejo de drogas situados em favelas e, do lado oposto, estão os “cidadãos de bem” e as organizações policiais impondo (por delegação dos primeiros) a redefinição das favelas como “complexos” territoriais a serem militarmente combatidos e confinados (Machado da Silva, 2010b).<sup>4</sup>

---

3 O autor define “sociabilidade violenta” como uma forma de vida singular na qual “a força física, com ou sem instrumentos e tecnologias que a potencializam, deixa de ser um meio de ação regulado por fins que se deseja atingir para se transformar em um princípio de coordenação (um ‘regime de ação’) das práticas. Em outras palavras, no limite, a violência se libera da regulação simbólica. [...] Ela se torna um fim em si mesma, inseparável de sua função instrumental como recurso para a ação. [...] Ela é sua própria explicação e se autorregula. [...] Ao menos no Rio de Janeiro, os ‘portadores’ da ‘sociabilidade violenta’ são, tipicamente (mas não exclusivamente), os bandos de traficantes responsáveis pelo funcionamento das ‘bocas’” (Machado da Silva, 2010b, p. 286).

4 Leite (2012) indica que a operacionalização da “guerra” contra as favelas envolve uma modelação do mandato policial nesses territórios que libera os agentes do Estado para ultrapassarem a “força comedida” e utilizarem a “força desmedida” (Brodeur, 2004). Esse dispositivo atribui ao agente policial “na ponta” a prerrogativa de decidir quando, como e contra quem agir de forma extralegal, em um movimento discricionário que não se submete à lei, embaralhando o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo (Telles, 2010).

Configurou-se, assim, especialmente a partir dos anos 1990, a representação do conflito social no Rio de Janeiro como uma guerra<sup>5</sup> (Leite, 2012), cujo mecanismo central passou a ser as chamadas operações policiais realizadas em favelas “dominadas” por traficantes de drogas. Diante do caráter sedentário das empresas locais do varejo de drogas, as políticas estaduais de segurança pública, como apontam Misse *et al.* (2013), tenderam a centralizar sua estratégia no enfrentamento pontual ao tráfico, visando efetuar, com regularidade variável, prisões e apreensões de armas, dinheiro e material entorpecente. Mesmo quando se conduzem investigações baseadas em informantes e em escutas telefônicas, são necessárias operações policiais de incursão em favelas para a execução dos mandados de busca e apreensão. E, quando essas operações têm início e a polícia entra no território da favela, quase inevitavelmente ocorrem confrontos entre policiais e traficantes.

Esses confrontos geram frequentemente como “efeitos colaterais” mortes nem sempre acidentais. Isso porque, nesse tipo de ação policial, o extermínio acabou se tornando uma das estratégias para a vitória do inimigo, já que “com facilidade” é “admitido que situações excepcionais – de guerra – exijam medidas também excepcionais e estranhas à normalidade institucional e democrática” (Leite, 2012, p. 379). É possível dizer, portanto, que “a polícia passou a adotar cada vez mais uma política de extermínio” (Misse, 2011, p. 19), na qual a morte de traficantes por policiais durante operações realizadas em favelas é não só tolerada mas também desejada e premiada.<sup>6</sup>

---

5 Uma série de pesquisadores (Rui; Feltran, 2015; Leite; Birman, 2018; Grillo, 2019; Magalhães, 2021) vêm se perguntando, nos últimos anos, se ainda é possível pensar na guerra como metáfora (Leite, 2000). Ao avançar nessa reflexão, Magalhães (2021, p. 3) aposta “na afirmação de que há uma mudança qualitativa nos modos de governar as populações urbanas caracterizada pelo acionamento constante da guerra e da produção da morte” – produção essa que vem sendo analisada detalhadamente por Farias (2020).

6 Entre 1995 e 2000, os policiais militares e civis do estado do Rio de Janeiro que praticassem atos considerados de bravura pelo comando da corporação – que resultavam recorrentemente na morte de supostos criminosos – foram premiados com a chamada “gratificação faroeste”. Criado em novembro de 1995 pelo general Nilton Cerqueira, secretário de Segurança no governo de Marcello Alencar, o encargo especial estimulou confrontos e mortes e só foi suspenso no ano 2000.

A partir de toda essa configuração, a rotina das favelas, nas últimas décadas, passou a se constituir, sobretudo, pela virtualidade de conflitos violentos que podem irromper a qualquer momento nesses territórios. A ameaça de manifestações violentas à rotina da população residente em favelas resulta da contiguidade territorial inescapável com os bandos armados ligados ao comércio de drogas ilegais e da convivência com a atuação pouco previsível e quase sempre violenta da polícia e das milícias.<sup>7</sup> A proximidade entre esses atores provoca nas populações que não moram em favelas uma grande desconfiança em relação aos “favelados”.

Viver em tais circunstâncias gera o que Machado da Silva e Leite (2008) chamam de “vida sob cerco”, isto é, uma experiência de confinamento socioterritorial e político que provoca nos moradores de favelas uma intensa preocupação com manifestações violentas capazes de impedir o prosseguimento de suas rotinas e de dificultar a manifestação pública de suas demandas. Tal experiência é produzida por “eventos fora de controle, em grau e intensidade muito maiores que aqueles que atingem o conjunto da população da cidade, igualmente asoberbado por episódios violentos que se repetem sem cessar” (p. 35). E um dos eventos pouco previsíveis que mais desestabiliza a rotina da população carioca, em geral, e a dos moradores de favelas, em especial, são os tiroteios.

Cavalcanti (2008) sugere que a possibilidade constante de irrupção de tiroteios constituiu um dos princípios estruturantes da fenomenologia da vida cotidiana nas favelas. Isso porque a expectativa do fogo cruzado causa uma constante preocupação entre seus moradores; ela afeta em larga medida a mobilidade dessa parcela da população e impacta também o próprio espaço construído da favela, por meio de esforços constantes para garantir lugares seguros.

É possível dizer, portanto, que as potenciais trocas de tiros tiveram, nas últimas décadas, um papel central no modo como o medo e a incerteza relacionados à “violência urbana” foram vivenciados pelos moradores de favelas do Rio de Janeiro. Para Cavalcanti (2008, p. 37), “a constante iminência de tiroteios produz uma temporalidade concretamente experimentada como uma antecipação, como uma quase espera pela próxima ocorrência, engendrando uma série de rotinas de evitar e avaliar riscos”.

---

7 O tema das milícias será abordado brevemente no capítulo 9.

Para refletir sobre essa *temporalidade antecipatória* – composta por estratégias rotineiras de evitação e de avaliação de riscos e vivenciada especialmente pelos moradores de morros cariocas –, Cavalcanti (2008) apresenta uma interessante discussão sobre a leitura do “clima nas favelas”, isto é, uma atividade interpretativa que envolve a lembrança de momentos passados e emoldura a leitura do momento presente na tentativa de prever episódios que ainda estão por vir. Segundo a autora,

a “leitura” constante “do clima” ou “das coisas” constitui uma atividade hermenêutica incessante, baseada em códigos tácitos, porém compartilhados e altamente sensórios, que combinam elementos significantes visuais e sonoros, jogos de presenças e ausências, performances quase ritualizadas, os ritmos da vida cotidiana e, é claro, o fluxo constante de rumores, fofocas e informações em geral. Essa leitura constante do “clima” se dá através da comparação de uma certa imagem mental, em parte abstrata, em parte “normativa” (no sentido de ser “ideal” dentro do que se conhece como possível), de como as “coisas” são quando está tudo “tranquilo” – o que por si só leva em consideração uma série de variáveis, tais como a hora do dia e a memória do passado recente – com a paisagem da favela em um dado momento qualquer. (Cavalcanti, 2008, p. 39)

Podemos aproximar o que Cavalcanti (2008) chama de “códigos tácitos, porém compartilhados e altamente sensórios” com o que Ingold (2011) denomina de “pistas”. Para este, uma “pista” é um ponto de localização que concentra os elementos díspares da experiência em uma orientação unificada, que, por sua vez, abre o mundo a uma experiência de maior clareza e de maior profundidade. Nesse sentido, “as pistas são chaves que abrem as portas da percepção: quanto maior o número de chaves, um maior número de portas você pode abrir, e mais o mundo se abre a você” (p. 32). Já para Cavalcanti (2008, p. 40), o conjunto dos códigos tácitos e de sua leitura pode ser pensado como o “aspecto de legibilidade do espaço da favela que emerge de modo coletivo pela própria naturalização do conflito”.<sup>8</sup> Dessa forma, colocando em diálogo os dois conceitos antropológicos, é possível pensar que quanto maior o número de “pistas”

---

8 Vale lembrar aqui que, embora exista uma “incessante procura de sinais, a constante reatualização dessa gramática tácita de segurança e ameaças se mostra, no mais



compartilhadas, maior será o “aspecto de legibilidade do espaço da favela” e maior será a facilidade para “navegar” no ambiente (Vigh, 2009). Ou, ao contrário, quanto menor o número de “pontos de ancoragem” disponíveis, menor será a possibilidade de ler o “clima da favela”.

Essas “pistas” ou pontos de ancoragem citados por Cavalcanti (2008) podem ser elementos: a) *visuais* (Há mototáxis trabalhando? Há crianças brincando na rua? Vendedores ambulantes e o comércio local estão atuando? Há olheiros na rua? A boca está funcionando normalmente? Como está o semblante dos “meninos?”); b) *olfativos* (Há cheiro de churrasco sendo feito na hora?); c) *sonoros* (Há música tocando? Há qualquer barulho estranho? Alguém já ouviu som de tiros naquele dia? Com que frequência esse som foi ouvido?). A pesquisadora aponta que as respostas a tais perguntas feitas aos vários sentidos “variam de acordo com a hora do dia, o dia da semana e a memória do próprio ‘clima’ recente – e normalmente só são registradas conscientemente se negativas” (p. 46).

Fica claro, portanto, que toda essa atividade sensorial de avaliação da situação presente e de antecipação de eventos futuros relacionada à medição do clima não envolve apenas um cálculo racional por parte dos moradores, mas também toda uma “ecologia do sensível” da favela. Isso é o que o antropólogo Tim Ingold (2011, p. 37) define como um “modo de sentir constituído pelas capacidades, sensibilidades e orientações desenvolvidas [pelos moradores, traficantes e policiais] em uma longa experiência de vida em um ambiente particular”.

A seguir mostro como essa longa experiência de vida em um ambiente particular, que é o ambiente das favelas cariocas, foi repentinamente alterada no final de 2008. Analiso, ao longo do capítulo, como os moradores e os integrantes de grupos armados ligados ao comércio de drogas ilícitas do Santa Marta e da Cidade de Deus vivenciaram as transformações que ocorreram na “ecologia do sensível” dessas favelas a partir da chegada da polícia nesses territórios, do anúncio de que essas ocupações seriam permanentes e, em seguida, da inauguração das duas primeiras Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do estado do Rio de Janeiro.

---

das vezes, inútil. O fato é que quando os tiroteios irrompem, inevitavelmente pegam a maior parte dos moradores de surpresa” (Cavalcanti, 2008, p. 40).

## Mais uma “operação policial normal”?

Para começar, é importante lembrar que, por já terem tido suas rotinas interrompidas tantas vezes por ocupações policiais, os moradores da Cidade de Deus e do Santa Marta, ao presenciarem a chegada da PM em novembro de 2008, pensaram inicialmente estar diante de mais uma operação policial “normal” – como indiquei na introdução deste livro. A população que vivia nessas favelas, naquele momento, não tinha ideia de que futuramente viria a ser instalado nesses territórios um tipo de policiamento diferenciado, como evidenciam as falas a seguir:

As coisas estavam acontecendo aqui, mas não tinham um nome, como têm agora. Hoje tem o quê? A ocupação, para depois ter a implementação da UPP. Aqui não teve a palavra “ocupação” como nos outros. Aqui era incursão de polícia de rotina. Aqui morreu gente pra caramba. Era incursão normal, mas já era o trabalho de ocupação para a implementação [...]. Eles não falaram nada, já chegaram ocupando. Só que para o morador já era o que acontecia normalmente, entendeu? Já era o que acontecia normalmente. (Trecho de entrevista com Zé Mário Hilário, presidente da Associação de Moradores do Morro Santa Marta)

Os policiais estavam [fazendo] operações constantes em favela. Então, de imediato, nós achávamos que seria só mais uma operação. Mas foi em um dia de manhã, foi muito cedo, e aquilo foi impactante. Porque foi muita polícia, policial do Bope, e eles cercaram a Cidade de Deus toda. Então acreditava-se que era só mais aquela operação. Quando eles vieram, todo mundo achava que seria uma operação normal. Sempre aconteciam essas operações conjuntas. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Moradores da favela de Botafogo relatam que o presidente da associação de moradores foi um dos primeiros a investigar o que estava acontecendo quando a polícia chegou à favela. Como narra um morador do Santa Marta: “A princípio, todo mundo achava que seria uma megaoperação. Mas o Zé Mário foi ver o que estava acontecendo, e o próprio secretário estava presente e disse: ‘Ó, a polícia não sai mais do Santa Marta’”.

O presidente confirma essa versão e conta que em um primeiro momento “chegou a polícia ostensiva” que eles sempre conheceram: “Chegou tomando a chave da porta da associação, tomando a chave do bondinho,

não é? Chegou ocupando a favela da forma ostensiva como eles sempre fizeram. A polícia que nós, favelados, conhecemos”. Como as pessoas começaram a procurá-lo para perguntar o que estava acontecendo na favela, Zé Mário teve que mobilizar seus contatos para investigar a situação:

Não fomos avisados. Quando ficou o clima ostensivo na comunidade, eles tomando tudo, eu, como presidente, tive que ir lá em cima saber o que estava acontecendo. Eles falaram que o secretário e o governador viriam no morro para explicar para a comunidade. O que eu fiz? Chamei todos os presidentes de associações de comunidades da Zona Sul, porque a comunidade estava com medo na época. E fui eu e todos os presidentes de comunidades da Zona Sul conversar com o secretário de Segurança, o subsecretário de Segurança, que eram o Zé Mariano Beltrame e o Roberto Sá, o governador, o vice-governador e alguns outros secretários. E nesse dia eles falaram: “A polícia chegou no Santa Marta para nunca mais sair”. (Trecho de entrevista com Zé Mário Hilário, presidente da Associação de Moradores do Morro Santa Marta)

Relatos apontam que a chegada da polícia nas duas favelas perturbou não só a rotina dos moradores, mas também a dos traficantes, que tiveram de acionar seus contatos para tentar entender o que estava ocorrendo naquele momento. Um traficante que entrevistei me contou que primeiramente ele e outros colegas utilizaram os repertórios habituais de que dispunham, isto é, aqueles que usavam em outras incursões policiais, para tentar superar a indeterminação, entender o problema que se colocava diante deles e resolvê-lo. Como veremos no relato a seguir, os traficantes ligaram para policiais corruptos com quem tinham contato (a “arregadeira”) para tentar “desenrolar”, isto é, encontrar uma solução pacífica, mas, daquela vez, o comandante deu uma resposta que nunca havia dado, configurando e testificando a novidade da situação.

Sabe como é que é, polícia é bandido, bandido é polícia, é assim. Como eles têm nossa informação daqui pra lá, nós temos de lá pra cá também. Aí nós batemos um rádio para a arregadeira, mandamos ir no comandante para ver se ia ter papo. Aí o comandante falou: “Você está maluco? Agora não tem mais nada, não tem negociação. A polícia vai ficar. Pode falar para eles!”. De tarde, foi uma loucura, atravessando daqui para a Penha de moto roubada, casacão, fuzil, pistola pra caralho, voando na Linha Amarela. O dono da

boca na tua garupa, foragido pra caralho. Não fui eu que levei ele, não, fui em outra moto, mas estava todo mundo num bonde só. Aí, você fica como? Tinha que, ao mesmo tempo, ficar na contenção do cara e pilotar a moto! Tu vai deixar o dono da boca pra morrer contigo ali? Tu morre, mas não pode deixar o cara morrer. Aí fomos, deixamos ele lá. Depois voltou, ficou assim [...]. Aí, perto do Natal entrou a UPP. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

Alguns moradores sugerem que traficantes do Santa Marta talvez tenham sido avisados sobre as invasões das primeiras favelas – ainda que de forma bem menos aberta do que passou a acontecer depois que o programa se consolidou.<sup>9</sup> Um morador do Santa Marta, de 56 anos, relatou, durante uma entrevista, que ouviu “comentários de que os traficantes teriam sido avisados, porque senão seria uma carnificina”. Ele destaca, contudo, a diferença entre a experiência do Santa Marta e a de outras favelas que foram “pacificadas” posteriormente: “Não foi tão abertamente como quando o governador Sérgio Cabral avisou, por exemplo, sobre a ocupação do Tabajaras. Aqui no Santa Marta houve, parece que em *off*, uns toques”.

Já moradores da Cidade de Deus dizem que os traficantes da favela não pareciam ter sido avisados sobre a ocupação. Segundo um dos entrevistados, o início da ocupação foi muito violento e, como a Cidade de Deus foi uma das primeiras a receber UPP, naquele momento não havia muitos parâmetros comparativos para ajudá-los a prever o que aconteceria a seguir: “No primeiro estágio da UPP aqui foi um sufoco geral, porque foi massacre, cara. O Bope sufocou. Os bandidos tiveram todos que ralar. A princípio, ninguém sabia o que estava rolando, porque aqui foi o primeiro protótipo”.

Diante dessa nova situação que se apresentava, os moradores e traficantes tiveram que iniciar, portanto, um “processo de investigação” (Dewey, 1938), ou seja, um processo por meio do qual buscaram elementos para entender a situação indeterminada que estavam vivendo.

---

9 Depois que a UPP começou a se expandir, as ocupações desses territórios passaram a ser anunciadas com antecedência pelo governo e pela mídia com o intuito de evitar confrontos e mortes de inocentes.

Esse processo se fez necessário porque a ocupação policial permanente do Santa Marta e da Cidade de Deus reconfigurou o ambiente rotineiro com o qual os atores que ali residiam estavam habituados. Quando isso ocorreu, os primeiros territórios “pacificados” se tornaram momentaneamente paisagens desconhecidas para os próprios moradores e para os traficantes que atuavam ali havia anos. Essas novas paisagens se instituíram como verdadeiros centros de indeterminação com os quais os moradores – assim como os integrantes de grupos armados ligados ao comércio de drogas ilícitas que atuavam nessas localidades – não sabiam exatamente como lidar, já que não dispunham mais dos repertórios e dispositivos necessários para avaliar a situação e, retomando a expressão de Cavalcanti (2008), “medir o clima” da favela.

Os antigos repertórios e formas tácitas, habituais e espontâneas de avaliação da atmosfera local que os atores dispunham não eram mais capazes de dar conta da nova situação. As pequenas “pistas”, os pequenos marcos sensoriais disponíveis na favela, como os fogos, a movimentação dos mototaxis, a localização da boca de fumo, a posição dos “olheiros” ou da “contenção”, a frequência das biroscas, já não serviam mais para aferir o clima. Houve, então, uma alteração sensível e cognitiva, visto que um novo repertório sensível (Ingold, 2011) e novos “mapas mentais” (Gell, 1985) precisaram ser forjados.

Uma nova fenomenologia do tempo e do espaço foi introduzida no universo potencial próprio do contexto prático de ação dos atores. E as “pistas” antes rotinizadas não apenas para antever potenciais riscos relativos aos tiroteios, mas para orientar a ação no trato cotidiano com os traficantes e policiais, foram fortemente alteradas. Daí por que uma nova “educação da atenção” (Gibson, 1979; Ingold, 2000) foi requisitada, isto é, uma nova modalidade de afinação do sistema perceptivo dos residentes com o ambiente foi necessária para “navegar” (Vigh, 2009) na ecologia sensível da favela pós-“pacificação”.

Sugiro que, com a chegada da UPP, os códigos perderam sua operacionalidade momentaneamente. Assim, para os atores se tornou mais difícil a medição do “clima” ou, para ser mais precisa, “a legibilidade do espaço da favela”. Como os recursos habituais e rotineiros de que os moradores dispunham até então para medir o “clima da favela” e definir a situação (Thomas, 2002) se mostraram ineficazes e inoperantes, os atores

tiveram que dar início a um “processo de investigação”. Cefai (2013, p. 11) descreve de modo preciso esse processo:

Quando uma situação ordinária atravessa uma tal crise, seus participantes saem de seu regime de conduta habitual e elaboram uma experiência reflexiva. Eles circunscrevem os elementos que o perturbam, se interrogam sobre suas causas e seus efeitos, se inquietam com suas atitudes respectivas *vis-à-vis* a perturbação e examinam a significação social de seus atos a esse respeito. Eles discutem, raciocinam, se inquietam em voz alta, se informam, investigam, alertam a opinião pública. A perturbação experimentada é convertida em problema.

### **A inauguração da UPP e o surgimento de uma “nuvem de especulação”**

A partir do desenvolvimento de um processo de investigação, moradores e traficantes que atuavam nos territórios ocupados, pouco a pouco, foram começando a entender que aquela era uma operação diferente das que aconteciam com recorrência. Moradores da Cidade de Deus contam que, embora tenham sabido, através de notícias nos jornais e na televisão, que a ocupação da favela seria “permanente”, eles especulavam no início que tal ação policial não duraria muito tempo:

Só soubemos do que se tratava quando eles anunciaram no RJTV, dizendo que seria permanente, que seria um projeto que o governo estava em secreto, e algumas favelas seriam iniciais, que era o Batan e a Cidade de Deus [...]. Mas só que, até então, a gente não tinha esse conhecimento de como seria, até porque era um projeto novo, e sempre vem aquela desconfiança da gente que está na favela, porque antes disso já vieram outras. Por exemplo, primeiro foi o DPO [Destacamento de Polícia Ostensiva], depois foram as cabines, que cada localidade tinha umas cabines, aí passava outra e o Garotinho ganhou o Polígono, [n]o outro [governo] criaram aquele balão que ficava rodeando. Então a gente achava que aquilo era algo passageiro, político. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Nos primeiros meses de ocupação havia, portanto, fortes especulações de que a ação policial na Cidade de Deus não ia “ter vida longa”,

porque “no início a polícia não tinha uma base, um lugar em que pudesse ficar de modo permanente”. Então, “todo mundo achava que era coisa de meses, porque eles tinham que ficar plantados em várias esquinas, sem ter sequer um banheiro. Todo mundo duvidava que eles fossem permanecer na favela desse jeito por muito tempo”.

Meus interlocutores contam que só começaram a acreditar que a polícia não deixaria a favela “tão cedo” quando chegaram os primeiros contêineres que abrigariam os PMs no território. Eles relatam que tal instalação foi lida por eles como o início de uma nova fase. No entanto, havia ainda poucas informações de como seria essa nova etapa. Como resume um morador, “falaram que iam colocar contêiner na CDD [Cidade de Deus] e que o nome disso era UPP. Só que eu não sabia o que era UPP, acho que ninguém sabia direito”. Outro jovem da mesma favela também ressaltou que a falta de informação sobre como o projeto seria desenvolvido permanecia nessa “nova fase”:

Quando a gente viu levantando o contêiner ali, tudo mudou. Então naquele período ali foi uma nova adaptação. A gente pensou: “A gente vai ter que aprender a conviver. A autoridade com a lei e com a margem da lei”. A gente não sabia como é que seria o sistema da UPP. A gente se perguntava: “Como é que vai ser isso? Vai ser um quartel? Vai ser uma central?”. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Esse depoimento evidencia como parte da indeterminação se dissipou quando a UPP foi oficialmente inaugurada, mas que, ao mesmo tempo, novas perguntas começaram a ser elaboradas, dado que ainda havia uma escassez de informações sobre o projeto. Ninguém sabia o que eram as UPPs e que impactos elas poderiam ter na vida das favelas, uma vez que a notícia de que a ocupação seria permanente não foi imediatamente acompanhada de muitas explicações oficiais sobre como a ação policial aconteceria. Como resumiu um morador da Cidade de Deus: “A gente foi lendo no jornal que a invasão era permanente, e depois as pessoas começaram a falar que era UPP. Só que eu não sabia [o] que era UPP”.

A falta de informações precisas sobre o que estava acontecendo e o que viria a acontecer fez surgirem ainda mais dúvidas entre os moradores. Todos buscavam investigar o que estava ocorrendo, e especulações começaram a se proliferar pela favela. Como bem resumiu Zé Mário, no

Santa Marta “não foi avisado, não!”: “Aqui não foi que nem as outras [favelas “pacificadas” posteriormente], não. Então, criou-se uma *nuvem de especulação*”. Essa tal “nuvem” da qual fala o presidente da Associação de Moradores do Santa Marta era composta por uma infinidade de rumores que começaram a circular pela favela.

Durante o desenvolvimento de minha pesquisa no Santa Marta e na Cidade de Deus, notei que os rumores que compunham essa “nuvem de especulação” tinham um papel fundamental no processo de investigação sobre o cenário indeterminado gerado pela chegada da polícia nessas favelas no fim de 2008. Resolvi, então, ao longo do meu trabalho de campo, mapear esses rumores, já que sua análise poderia me ajudar a acompanhar a transformação desse processo com o passar do tempo.<sup>10</sup>

Apresentarei mais adiante como organizei o mapeamento dos rumores da “pacificação”. Mas, devido à importância que ganharam em minha pesquisa, antes do mapeamento propriamente dito, gostaria de apresentar uma breve revisão da literatura sobre o tema.

### **Os rumores como um mecanismo de investigação coletiva**

Há algumas décadas, os rumores se tornaram objeto de investigação sistemática. Contribuições vieram de muitas fontes: historiadores e juristas preocupados com a confiabilidade do testemunho; psicólogos que estudavam a precisão da percepção e da memória; psiquiatras interessados na expressão de impulsos reprimidos em atos comunicativos; antropólogos e sociólogos envolvidos no estudo da resolução coletiva de problemas; e opinião pública.

Muitos desses pesquisadores que tomam os rumores como objeto de investigação científica definem esse gênero narrativo a partir de sua comparação com dois outros gêneros semelhantes: as lendas urbanas<sup>11</sup>

---

10 Parto da ideia de que se os rumores importam diretamente aos moradores (e a todos os atores sociais em geral) que tiveram suas rotinas modificadas, eles necessariamente devem interessar aos pesquisadores que têm como objetivo descrever esse processo de experimentação das incertezas dos seus pesquisados.

11 Para Gail de Vos (1996), as lendas urbanas tendem a ser histórias totalmente desenvolvidas, com detalhes e ação dramática. Por ser mais elaborado, esse tipo de



e as fofocas.<sup>12</sup> Os três gêneros narrativos são marcados por uma característica comum: a dúvida em torno da veracidade das informações que eles fazem circular. Quem ouve rumores, fofocas ou lendas urbanas geralmente tem a impressão de estar ouvindo o relato de um fato que não foi diretamente observado pelo emissor da mensagem, já que aquele que conta a narrativa, quase invariavelmente, inicia a sua fala fazendo uma advertência em relação à falta de verificação da história narrada: “Eu não sei se isso é verdade, mas eu ouvi dizer que...”, “Eu não vi, mas me disseram que...”, “Não tenho certeza, mas andam dizendo que...”, “Não sei se é boato, mas estão comentando por aí que...”.

Rumores são considerados um tipo de “comunicação não oficial” (Kapferer, 2013) ou “comunicação informal” (Michelson; Mouly, 2000). A literatura sobre o tema dos rumores começou a se desenvolver de modo sistemático nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. O fato de os rumores terem se tornado um problema nacional, especial-

---

narrativa seria diferente, portanto, das fofocas e rumores, que são mais breves e se resumem, muitas vezes, a uma simples declaração. Nas palavras de DiFonzo e Bordia (2007, p. 26, tradução livre), “lendas servem para contar histórias e para divertir, por isso tendem a abranger cenário, enredo, clímax e desfecho. Rumores servem para investigar fatos, fazer sentido e gerenciar riscos, portanto, as informações tendem a ser recebidas em pacotes menores que são relevantes para uma situação específica”.

- 12 Embora alguns autores usem os termos “fofoca” e “rumor” de modo alternado, como se fossem sinônimos (Elias; Scotson, 2000), rumores tratam geralmente de um fato recente, enquanto as fofocas, quase sempre, têm um indivíduo ou grupo como alvo. Além disso, alguns autores apontam que existiria uma diferença entre o que seria a “função social” exercida por cada um desses gêneros. A literatura antropológica nos fornece diversas pistas para compreender o que seria a “força social” da fofoca. Trabalhos clássicos de antropólogos, como o de Benedict (1934), fazem referência à fofoca como uma forma de controle social informal. Já as primeiras teorias sobre fofoca destacam mais a função desse tipo de narrativa na manutenção da unidade de um grupo mediante a provisão de níveis informais de avaliação e controle (Gluckman, 1963). A fofoca é entendida, portanto, como um juízo moral, que reforça a integração de um grupo e suas normas de conduta, colaborando para o controle social. Um mexerico é capaz de “punir” quem comete uma infração, mas é também um incentivo para que infrações nem cheguem a ser cometidas. Por isso, a fofoca é considerada um tipo de controle social tão eficiente que alguns antropólogos chegam a sugerir que em algumas comunidades as pessoas são virtuosas por medo de fofocas (Pitt-Rivers, 1971).

mente entre 1942 e 1943, levou muitos pesquisadores a investigarem esse tipo de narrativa (Knapp, 1944; Allport; Postman, 1947).

Muitos dos estudos realizados nesse período rotulavam rumores como relatos falsos ou não verificados, sujeitos a questionamentos. Psicólogos – como Allport e Postman (1947), que utilizavam o método experimental – e psicanalistas – como Jung (1910), que usava o método clínico para investigar os rumores – tinham como foco a mesma preocupação: as distorções causadas na transmissão da mensagem. O uso do termo “distorção”, que eles faziam com recorrência, parecia implicar a existência de um padrão objetivo – de uma verdade – com o qual os enunciados derivados poderiam ser comparados. Além disso, o rumor era considerado um produto, ou seja, algo com uma existência independente do processo no qual surge.

Abordagens distintas dessas podem ser encontradas em pesquisas sobre rumores realizadas por historiadores e sociólogos que tentaram fugir do *individualistic bias* presente nos trabalhos realizados sobre o tema na área da psicologia e da psicanálise. Oman (1918), Dauzat (1919), Bysow (1928), Rose (1940), Peterson e Gist (1951) e Shibutani (1966) são alguns dos autores que não negam que rumores sejam informações imprecisas e muitas vezes não verificadas – como sugerem as análises de Allport e Postman (1947) e Knapp (1944) –, mas que jogam luz sobre outros problemas e questões ao pesquisar esse tipo de comunicação.

Esses autores concebem os rumores como um padrão comunicativo que se desenvolve quando um grupo está envolvido em uma situação na qual algo acontece fora da rotina e todos reúnem, então, seus recursos intelectuais em um esforço para se orientar. Eles consideram rumor “um empreendimento coletivo que obtém sua organização e direção na colaboração de múltiplas pessoas” (Shibutani, 1966, p. 9). Isso quer dizer que os indivíduos não agem de modo independente durante a formação e a difusão de rumores, mas sim como participantes de um processo maior.

A partir do enquadramento adotado por esses pesquisadores, não faz sentido estabelecer uma clara distinção entre o processo comunicativo e seu produto. Logo, o rumor não é visto como um objetivo a ser transmitido, mas algo que é formulado, reformulado e reforçado em uma sucessão de atos comunicativos. O rumor é, portanto, um processo

coletivo. Trata-se de uma narrativa que está em constante processo de construção.<sup>13</sup>

Embora a primeira preocupação de muitos pesquisadores que estudaram rumores tenha sido a imprecisão do relato transmitido boca a boca, Shibutani (1966) propõe estudar a transmissão de rumores não como um processo de distorção, mas como uma interação social. Em outras palavras, sugere estudá-la como uma “transação coletiva” que inclui atividades cognitivas e comunicativas desenvolvidas à medida que indivíduos tentam unir seus recursos intelectuais com o fim de construir uma interpretação em conjunto para uma situação na qual se envolvem. O exame dos mais diversos contextos em que se desenvolvem rumores revela que eles têm um elemento em comum: são todas situações problemáticas e ambíguas. Uma típica situação na qual esse tipo de comunicação informal costuma surgir é a que imediatamente sucede a desastres.

Assim que ocorrem alagamentos, terremotos, incêndios, epidemias, erupções vulcânicas, *tsunamis*, tornados, bombardeios ou invasões feitas por soldados inimigos, as pessoas precisam de informação para decidir como devem agir. Todavia, com frequência, os canais de comunicação institucionais estão completamente destruídos ou parcialmente comprometidos pelo impacto desses eventos, não podendo suprir, portanto, a demanda por notícia da população atingida. Nesses casos, a necessidade de informação é respondida, então, por rumores que começam a circular (Shibutani, 1966, p. 57).

Vansina (1965, p. 20) define rumor como “uma forma de notícia que emerge em situações de tensão nas quais os canais de comunicação não estão operando adequadamente”. De forma semelhante, Shibutani (1966) se refere a esse tipo de comunicação informal como “notícias improvisadas” que podem surgir em situações marcadas tanto por mudanças drásticas do ambiente como por eventos não usuais que repentinamen-

---

13 Durante o processo de construção do rumor há uma divisão do trabalho. A contribuição de cada pessoa durante esse ato comunicativo varia com o caráter de seu envolvimento na situação e sua relação com os outros participantes. Cada participante pode ocupar diferentes papéis nesse ato, cujo objetivo é testar informações para construir uma interpretação coletiva de uma situação indeterminada.

te quebrem a rotina de determinado grupo (Park, 1940). Rumores são, portanto, um substituto para notícias. Eles são notícias que não se desenvolvem através de canais institucionais e oficiais. Logo, a discrepância entre a demanda por notícias e a oferta feita pelos canais de comunicação formais constitui a condição crucial para o surgimento desse tipo de narrativa, cuja característica principal, segundo Shibutani (1966), é seu baixo grau de formalização.

Usando o mesmo enquadramento dos autores citados acima, Cefai (2007, p. 120) sugere que rumores se proliferam “quando as fontes de informação são deficientes e/ou quando os esquemas rotineiros não são mais pertinentes”. Tal definição se ajusta perfeitamente ao caso da chegada da polícia no Santa Marta e na Cidade de Deus em novembro de 2008, uma vez que naquele momento o fluxo das rotinas cotidianas dos moradores foi interrompido pela “ocupação” e havia uma ampla demanda por informação. Mas como as notícias que circulavam pelos canais institucionais não eram capazes de suprir a demanda dos moradores, “notícias improvisadas” passaram a ter grande importância na construção de uma interpretação coletiva do novo contexto que estava sendo experimentado. Shibutani (1966, p. 182, tradução livre) descreve de modo preciso esse processo de experimentação:

As situações de crise surgem sempre que novos eventos são incompreensíveis em termos de suposições estabelecidas. As expectativas existentes são violadas, novas sensibilidades surgem e novas ideias nascem para serem testadas. Para que possam continuar a agir em associação com outros homens, os indivíduos devem alterar suas orientações juntos. Assim, o surgimento de novas hipóteses e sua aceitação como parte de uma perspectiva modificada é um processo social [...]. É consultando uns aos outros e comparando suas experiências que eles alteram seus modos de agir. O rumor é uma parte importante desse processo de transformação. Como tal, não é patológico, mas parte integrante do processo pelo qual os homens desenvolvem maneiras mais adequadas de lidar com novas circunstâncias. Como é muito improvável que todas as novas situações sejam definidas satisfatoriamente por meio de canais oficiais, parece que os rumores sempre desempenharão algum papel nos esforços dos homens para chegar a um acordo com seu mundo em constante mudança.

Em situações de crise, como foi a implementação da UPP, é possível notar, portanto, que as mudanças significativas no ambiente geralmente são seguidas de modificações na orientação intelectual dos indivíduos, com o desenvolvimento de perspectivas mais alinhadas com as alterações nas condições de vida. Assim, novos padrões sociais emergem. E, nesse contexto, o conhecimento não é o resultado final da investigação, mas o instrumento que permite que a vida continue apesar dos problemas:

Como Dewey (1938) argumenta, o conhecimento não é um resultado final fora da investigação, mas um instrumento que permite que a vida prossiga, apesar de ocorrências problemáticas. O estudo do consenso é baseado em situações de crise, então, é uma investigação sobre uma das maneiras pelas quais as sociedades passam por mudanças. (Shibutani, 1966, p. 62, tradução livre)

Neste livro, parto da ideia de que rumores são uma parte integrante dos processos de investigação que surgem em situações indeterminadas. Sigo a sugestão dada por Shibutani em *Improvised news: a sociological study of rumor* (1966) de enquadrar os rumores como uma forma recorrente de comunicação através da qual as pessoas, tomadas por uma situação ambígua, tentam construir uma interpretação plausível utilizando seus recursos intelectuais. Considero os rumores, portanto, um modo coletivo de investigação.

Além disso, acompanho a proposta apresentada pelo sociólogo de fazer uma abordagem situacional dos rumores. Isso significa que, ao invés de analisá-los como relatos isolados, os investigo como fases de um processo maior de ajustamento e de tentativa de elaboração de consensos sobre os significados e as consequências do processo de “pacificação” nas primeiras favelas onde foram inauguradas as UPPs.

### **Mapeamento dos rumores da “pacificação”**

A análise que empreendo dos rumores que ouvi em campo tem como ponto de partida a situação problemática gerada pela implantação da UPP nas primeiras favelas “pacificadas”. No entanto, mostro no decorrer deste livro como o processo de investigação vivenciado pelos moradores de favelas “pacificadas” se estendeu no tempo. Conforme a situação se desenvolvia, a experimentação da UPP como objeto problemático foi ga-

nhando diferentes contornos. Com o passar dos meses e anos, algumas dúvidas foram sendo sanadas, novas questões e tensões foram surgindo e, assim, novos rumores começaram a circular – ou seja, a demanda por notícias mudou e, por isso, novos e diferentes rumores surgiram.

Ao longo do trabalho de campo realizado no Santa Marta e na Cidade de Deus, mapeei mais de sessenta rumores que ouvi nas primeiras favelas “pacificadas”. Como eles tratam de assuntos significativos para certo grupo, em um momento específico e em uma localidade determinada (Rosnow; Kimmel, 1979), entendi que acompanhar como essas narrativas iam mudando no tempo me permitiria refletir sobre como as ansiedades dos moradores mudavam progressivamente desde a inauguração das UPPs. Neste livro, portanto, analiso os rumores como “índices das preocupações” (Shibutani, 1966) e dos “medos do momento” (Lopes, 2008) em diferentes fases do período pós-“pacificação”.

Apesar de não ter a pretensão de esgotar todas as narrativas que circularam no Santa Marta e na Cidade de Deus desde a chegada da UPP, produzi um extenso mapeamento dos rumores nessas favelas desde o final de 2008. Para sistematizar esse elenco de rumores organizei um quadro (Apêndice A) no qual classifico as narrativas a partir de alguns critérios, tais como: a) quando cada rumor circulou; b) seu conteúdo; c) seu modo de circulação; d) sua trajetória com o passar do tempo; e) seus desdobramentos.

Como a questão temporal é a mais importante neste estudo, organizei os rumores primeiramente a partir da ordem cronológica de seu surgimento e circulação, buscando, assim, evidenciar como essas narrativas foram mudando com o passar do tempo.<sup>14</sup> No entanto, julguei importante não só ordenar os rumores cronologicamente, mas também dividi-los a partir dos temas tratados. Para tanto, agrupei as principais temáticas que os rumores ouvidos nas favelas “pacificadas” abordavam. O objetivo dessa classificação era possibilitar que, em um momento posterior, fosse

---

14 Gostaria de ressaltar que, quando apresento esse mapeamento temporal dos problemas públicos em favelas “pacificadas”, não quero indicar que uma nova preocupação substitui as anteriores, mas apenas que algumas questões ganham protagonismo em alguns momentos, enquanto outras deixam de ser tão comentadas e debatidas. No entanto, vale lembrar que nada impede que futuramente certos problemas, assim como os rumores que os expressam, voltem ao primeiro plano.

possível analisar separadamente as alterações ocorridas com o tempo nas narrativas que tratavam especificamente de cada um dos temas gerais, a saber: a UPP e a atuação de policiais no território das favelas “pacificadas”; o tráfico e a atuação de traficantes no território das favelas “pacificadas”; as mudanças nos crimes e conflitos na favela após a chegada da UPP; um possível processo de “invasão” e de “gentrificação” das favelas “pacificadas”.

Além de ter organizado cronológica e tematicamente os rumores que ouvi em campo, também busquei mapear seus modos de circulação, suas trajetórias e seus desdobramentos. Para tanto tomei como ponto de partida a ideia de que rumores geralmente adquirem diferentes formas dependendo “da classe, da capa social, da região ou da ocupação em que circulam” (Scott, 1990, p. 176). E logo observei que algumas das características do Santa Marta, que também estão presentes em quase todas as favelas cariocas – como a proximidade das casas, as ruas muito estreitas, os becos e principalmente a pessoalidade que marca as relações de parte significativa dos moradores<sup>15</sup> –, facilitavam muito a dinâmica de circulação de rumores e a disseminação de fofocas pelo território. Isso porque, como afirma Cefaï (2007, p. 122), essas narrativas “tomam emprestado canais privilegiados, que são os elos de parentesco ou de clã, de vizinhança ou profissão, de ideologia ou de região”.

Vale ressaltar, contudo, que, ainda que as características do Santa Marta e de outras favelas descritas anteriormente sejam importantes para entender a dinâmica da circulação de rumores, elas não são suficientes

---

15 Não quero sugerir que a favela seja uma “comunidade” marcada por uma suposta coesão interna ou pela existência de laços de solidariedade. Vale lembrar, por exemplo, que muitas lideranças comunitárias reclamam que os moradores da favela têm se tornado cada vez menos solidários e apresentado um comportamento cada vez mais individualista. Essa seria uma das principais dificuldades – que obviamente não é exclusiva da favela – encontrada por quem tenta organizar qualquer ação coletiva. Mas é importante ressaltar que as relações sociais no morro frequentemente são marcadas pela pessoalidade. Tanto que alguns moradores chegam a sugerir que o Santa Marta parece uma “cidade pequena” dentro de uma “cidade grande”, onde “todo mundo conhece todo mundo e se mete na vida de todo mundo”. E quando dizem isso evidenciam que a sociabilidade na favela é marcada por uma pessoalidade que geralmente exerce um controle eficaz sobre os membros da coletividade. Controle este que, muitas vezes, é feito através da circulação de fofocas e rumores.

para explicar por que determinadas narrativas ganham mais força que outras. Segundo DiFonzo e Bordia (2007), o que explica a força de alguns rumores é a relevância dos tópicos abordados, isto é, a capacidade que esses tópicos têm de “tocar” as pessoas envolvidas no processo de difusão do rumor.

Quando tratam de uma temática considerada importante para um grande número de pessoas ou que envolve personalidades públicas, certos rumores podem tomar grandes proporções e gerar efeitos bastante significativos, ultrapassando as divisões da estratificação e até mesmo as fronteiras geográficas. Dependendo de sua importância, determinados rumores podem não só circular de boca em boca, mas também ganhar formas de difusão mais abrangentes, passando, por exemplo, a circular através de veículos de comunicação de massa.

Por isso, reuni e analisei ao longo de minha pesquisa não só os rumores que circulavam boca a boca nas favelas em que fiz campo, mas também diversas “notícias improvisadas” sobre as UPPs divulgadas por mídias sociais e até mesmo pela chamada “grande mídia”. Em muitos momentos de minha pesquisa, acompanhei a circulação de vários rumores em *blogs*, fóruns de discussão e mídias sociais, como o Facebook. Foi interessante notar como a publicação de rumores nas redes sociais costuma gerar bastante repercussão, com comentários de diversos moradores da favela ou mesmo de “pessoas de fora”.<sup>16</sup>

Ao acompanhar essas postagens e os comentários publicados e respondidos na sequência, pude observar como certos rumores foram questionados por moradores e como alguns foram confirmados como notícias “verdadeiras” e outros, posteriormente classificados como mentiras.<sup>17</sup>

---

16 Vale lembrar que a popularização do uso da internet e das redes sociais nos últimos anos facilitou o “lançamento ou naufrágio de rumores em escala global” (Cefai, 2007, p. 123). No Santa Marta, na Cidade de Deus e nas favelas do Rio de Janeiro de um modo geral vem crescendo, nos últimos anos, o número de pessoas com acesso à internet, seja através de *lan-houses* – como mostra Passos (2013) –, seja através de conexões pagas ou gratuitas, como o sinal de *Wi-Fi* instalado em março de 2009 pelo governo do estado do Rio de Janeiro no Morro Santa Marta.

17 Sigo a ideia proposta por Shibutani (1966) de que nem todos os rumores são necessariamente falsos. Como aponta o autor, em algumas circunstâncias, uma informação inicialmente imprecisa pode ir se tornando cada vez mais exata e definida à medi-



Tanto no trabalho de campo “real” como no “virtual” foi interessante acompanhar a trajetória de alguns rumores. Esse acompanhamento me permitiu notar que com o passar do tempo:

a) alguns rumores passaram a ser considerados verdades, após serem verificados pelo público ou confirmados oficialmente (tanto pela mídia como por fontes oficiais do governo ou ainda por dados estatísticos). Esse foi o caso, por exemplo, da informação sobre o aumento de crimes não letais em favelas “pacificadas”, que inicialmente circulava apenas como rumor, mas que posteriormente foi confirmada por pesquisas quantitativas, passou a ser considerada um dado oficial e deixou de ser questionada;

b) outros passaram a ser considerados mentiras por algumas pessoas, como foi o caso do rumor de que um tarado teria molestado crianças do Santa Marta;

c) algumas narrativas, mesmo depois de terem sido oficialmente desmentidas, continuaram circulando, como o rumor de que as UPPs iriam acabar em 2016.<sup>18</sup> Nesse caso, embora o governo tivesse negado a informação várias vezes em pronunciamentos oficiais, o rumor permaneceu circulando – muito provavelmente porque ele parecia ser bem mais plausível que a ideia de que o projeto não teria fim depois da realização das Olimpíadas na cidade do Rio de Janeiro;

d) houve ainda rumores que circularam por um tempo, depois ficaram momentaneamente “adormecidos” e posteriormente voltaram a circular.<sup>19</sup> Esse foi o caso, por exemplo, do rumor de que as UPPs poderiam virar

---

da que vai sendo testada e revisada. Isso indica que um relato não verificado pode conseqüentemente se tornar tanto uma verdade como uma mentira.

18 De acordo com Shibutani (1966), há contextos em que os canais institucionais não são considerados completamente confiáveis e por isso alguns rumores podem persistir circulando, pelo menos entre uma parte do público, mesmo quando são formalmente negados. Segundo o autor, isso acontece especialmente quando um rumor parece ser mais plausível que um anúncio oficial.

19 Knopf (1975) aponta que alguns tipos de rumores têm um grande poder de resistência, pois, de tempos em tempos, reaparecem em diferentes lugares e contextos. Por isso, o autor afirma que esses rumores nunca morrem, apenas adormecem.

milícias. Em 2011 ouvi esse rumor no Santa Marta, mas depois não ouvi mais nada a respeito por um tempo. Até que em 2014 vi uma reportagem do jornal *A Nova Democracia* (UPP..., 2014) segundo a qual esse mesmo rumor estaria ganhando força no Cantagalo e no Pavão-Pavãozinho, onde teriam surgido pichações com símbolos de milicianos nas paredes.

Para resumir, defendo a ideia de que os rumores nas favelas “pacificadas” podem ser pensados como tipificações de pontos a serem considerados no modo de “continuar a rotina” dos atores, para usar o termo de Giddens (1991).<sup>20</sup> Entendo que os rumores podem ser pensados como uma síntese que unifica, por intermédio de um gênero narrativo, uma espiral circular entre tipo e índice, congregando espaçotemporalmente (passado/presente + antecipação do futuro + percepção do ambiente) as formas de vida de um segmento particular da população. Assim, o rumor permite a produção de novas interseções em um contexto incerto no qual a reciprocidade de expectativas (Garfinkel, 1967) é quebrada pelo estado de dúvida (Peirce, 1877).

Em alguns casos, rumores podem ser entendidos como uma tentativa coletiva de descrever algo que acabou de acontecer em um passado recente. Em outros casos, essas narrativas podem parecer mais uma tentativa de prever o que pode ocorrer futuramente – “forecast the future” (Fine, 2009, p. 2). Mas, em todos os casos, rumores são, antes de mais nada, uma arma de produção de conhecimento para continuar no momento presente.<sup>21</sup> Esse tipo narrativo antecipa os problemas tentando

---

20 Convém lembrar aqui que rumores não precisam necessariamente lidar com situações ambíguas. Os rumores são irreduzíveis a qualquer tipo de abordagem funcionalista. Todavia, no meu campo de pesquisa, um dos aspectos mais importantes do rumor foi lidar com a ambiguidade gerada pela chegada da polícia nas primeiras favelas “pacificadas”, já que se tratava de um contexto com grande indeterminação e pouca informação disponível. Sustento, portanto, que essa é uma das formas pelas quais o rumor pode ser experienciado, embora isso não signifique que seja sua única ou sequer principal atividade.

21 Vale notar que, não obstante ao longo deste trabalho eu trate os rumores como um “modo de conhecimento” (Cefaï, 2007, p. 122), reconheço também que em algumas ocasiões eles podem servir como substrato para a elaboração de críticas. Em outras palavras, os rumores podem funcionar (embora não funcionem necessariamente) como um “trampolim” para a elaboração de críticas dependendo da situação na qual surgem e circulam. Mas, como alerta Shibutani (1966, p. 146), não há como

garantir a “continuação” das rotinas e a comunicação nos momentos em que elas são quebradas. O rumor, assim, tenta tornar previsível o futuro, incorporando-o à vida diária – pelo acionamento da memória do passado para definir e compreender as questões que causam ansiedade (o que Giddens (1991) chamaria de “insegurança ontológica”). Por isso, é possível dizer que, através dos rumores, passado e presente se ligam numa antecipação do futuro associada às percepções que os indivíduos têm do ambiente em que vivem.

Os rumores sugerem a emergência de uma racionalidade coletiva que deve ser menos mensurada pela facticidade que eles apresentam que pela capacidade expressiva das formas de vida que eles são capazes de articular e amarrar em torno de si. Ou seja, o critério de validade do rumor não deve ser estabelecido por sua efetiva correspondência com o real, mas por sua capacidade de dar forma e de tornar compartilháveis as experiências que afetam e concernem à coletividade em meio às suas dúvidas e incertezas (Cavell, 1979; Frega, 2013).

Apresento, portanto, a hipótese de que os rumores são sínteses dos “problemas públicos” envolvidos na continuidade das rotinas de grupos que não podem expor suas demandas no debate público, o que caracteriza um contingente que vive “sob cerco” (Machado da Silva; Leite, 2008). Se minha hipótese estiver correta, e os rumores puderem ser pensados como sínteses expressivas de problemas públicos, é possível afirmar que essas narrativas exprimem as dificuldades de continuação da rotina com a presença das UPPs. Essas expressões obviamente foram mudando com o passar do tempo, como procuro mostrar ao longo deste livro.

Defendo ainda que os rumores permitem não apenas dizer algo sobre a relação dos moradores e traficantes que atuam em favelas “pacificadas” com um contexto altamente incerto gerado pela chegada da UPP, mas também – por meio da análise do conteúdo e da variação temporal dessas narrativas – fazer uma breve história dos medos, anseios e inseguranças dessa parcela da população que ainda vem encontrando dificuldade para se expressar no debate público. Desse modo, os rumores da

---

definir previamente que desdobramentos ou “efeitos” cada rumor pode ter. E, da mesma forma, não há uma atividade determinada que possa ser considerada uma inevitável, ou mesmo uma típica, consequência de rumores.

“pacificação”, na verdade, são uma forma de, através dos medos e anseios coletivos e individuais dos atores, contar a história do processo de “pacificação” das favelas cariocas. História esta que será narrada ao longo dos próximos capítulos deste livro a partir de um “jogo de eco” (Cefai, 2007) que envolve, de um lado, falas e notícias oficiais sobre a UPP e, de outro, “notícias improvisadas” (Shibutani, 1966) que circularam cotidianamente pelos becos das favelas “pacificadas” desde o fim de 2008.

No próximo capítulo, começo a contar a história do processo de “pacificação” das favelas cariocas a partir de um ponto de vista ainda não contemplado por mim até aqui. Apresento, a partir da análise de declarações públicas, discursos e notícias oficiais, o ponto de vista daqueles que ocuparam as favelas visando “pacificá-las”. Examino, portanto, o outro lado do “processo de investigação” (Dewey, 1938) das UPPs, empreendido pelos policiais e agentes da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, que, pela ausência de estruturação prévia do projeto, também viveram o início da “pacificação” como uma situação indeterminada.

# 2

## DO PONTO DE VISTA DOS “INVASORES”

### **A violência urbana como “um problema sem solução”**

Quando Sérgio Cabral Filho – filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – foi eleito governador, a violência urbana se apresentava como um dos principais desafios a serem enfrentados no estado do Rio de Janeiro. José Mariano Beltrame conta que, ao ser escolhido para chefiar a Secretaria de Estado de Segurança (Seseg), “no fim de 2006, a cidade vivia sob o fogo cruzado dos traficantes” (Beltrame, 2014, p. 88). Segundo o secretário, “era como se não houvesse esperança” naquele momento, pois

além de toda a carga do passado e do sucateamento material, a polícia do Rio se via às voltas com outro problema grave: havia muito estava envolvida numa rotina diária de confrontos com traficantes fortemente armados. Servir à população ganhara uma dimensão muito perigosa. O policial, diversas vezes, entendia que estava lá para o que desse e viesse, para todo tipo de enfrentamento. A polícia que sofre com a violência também gera violência. Portanto, uma questão-chave era como desarmar esse círculo vicioso. (Beltrame, 2014, p. 83)

O “círculo vicioso” ao qual Beltrame faz referência vinha sendo alimentado havia algumas décadas por um “modelo de segurança pautado na letalidade como indicador de eficiência” (Ribeiro; Dias; Carvalho, 2008). Tal modelo tomou vulto na década de 1990 e se aprofundou ainda mais no início da década atual. Algumas pistas que evidenciavam o aprofundamento da concepção bélica na política de segurança no começo dos anos 2000 eram: a “banalização” da utilização do “Caveirão”<sup>1</sup> em favelas

---

<sup>1</sup> O “Caveirão” é um veículo blindado utilizado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) em incursões realizadas em favelas. Oficialmente, segundo a PMERJ, o

cariocas (Ribeiro; Dias; Carvalho, 2008), os pesados investimentos para aumentar o efetivo do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e do Batalhão de Policiamento de Choque (BPChq), além da criação de Grupamentos de Ação Tática (GAT) nos batalhões convencionais.

Misse *et al.* (2013) afirmam que a intensificação da militarização das práticas de policiamento, embora tenha sido importante para a “afirmação e consolidação da superioridade bélica do Estado com relação às facções do tráfico de drogas”, gerou um aumento considerável na letalidade da ação policial e nos números de “autos de resistência”,<sup>2</sup> que atingiram o seu ápice em 2007 – quando foram contabilizados 1.330 casos no estado (o que representava 18% do número total de homicídios naquele ano)<sup>3</sup> e 902 na capital.

Para Ribeiro, Dias e Carvalho (2008), esse crescimento deve ser associado ao fato de Sérgio Cabral Filho, em seu primeiro ano de governo, ter aprofundado ainda mais a “política do confronto”, disseminando, por exemplo, as chamadas “megaoperações” realizadas em favelas.<sup>4</sup> A que

---

nome desse veículo é “Pacificador”, por seu uso para a manutenção da ordem social. No entanto, ele foi apelidado pela população de “Caveirão” por trazer em sua pintura negra o logotipo do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar (Bope), que apresenta uma caveira com uma adaga encravada e garruchas douradas cruzadas. O veículo se tornou símbolo de uma política de segurança pública violenta e criminalizadora da pobreza.

- 2 Tal classificação, presente desde a época da ditadura militar, passou progressivamente a ser empregada com maior frequência para designar as mortes resultantes das ações policiais. Os dados oficiais do Instituto de Segurança Pública (ISP/SSP-RJ) revelam que, entre 2001 e 2011, mais de 10 mil pessoas foram mortas em confronto com a polícia no estado do Rio de Janeiro em casos registrados como “autos de resistência”. Misse *et al.* (2013, p. 7) alertam que, “embora essa seja uma ferramenta que visa a amparar legalmente o policial em suas ações no seu cotidiano de trabalho, isto é, permitindo que ele se defenda, sem correr o risco de acabar preso ou condenado, pode abrir espaço para distorções graves, principalmente se a rotina indicar que não há investigação e fiscalização adequadas das condições em que se deu a resistência do policial”.
- 3 Em 2007, o número de homicídios no Rio de Janeiro era um dos mais altos do país – chegando a 50 a cada 100 mil habitantes, o que colocava o estado na terceira posição entre os mais violentos do Brasil. A taxa de homicídios juvenis era ainda mais alta, ultrapassando a taxa de 100 homicídios para cada 100 mil jovens.
- 4 As megaoperações “contavam com um grande número de agentes das forças de segurança estadual e/ou federal, além de uma ampla cobertura e espetacularização

mais ganhou visibilidade no início do governo Cabral foi a realizada no Complexo do Alemão em 27 de junho de 2007, menos de um mês antes da realização dos Jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro. A operação contou com cerca de 1.200 policiais e resultou na morte de dezenove pessoas. Na época, Sérgio Cabral declarou: “A população está convencida da necessidade desse confronto [...]. Não há como fazer omelete sem quebrar os ovos. [...] Não há outro caminho a ser seguido” (Fernandes, 2007). No entanto, tal operação foi duramente criticada por entidades de direitos humanos nacionais e internacionais e passou a ser chamada “Chacina do Pan”.

O relatório publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) revelou que algumas das dezenove mortes foram causadas por execuções sumárias e arbitrárias ocorridas durante a operação policial. A partir daí, multiplicaram-se as críticas não apenas àquela operação específica, mas à política de segurança que vinha sendo implementada por Cabral como um todo. A política da “guerra contra o tráfico”, que já vinha sendo questionada em diversos países, tornou-se alvo de diversas objeções:

As ações policiais nas favelas estão focadas apenas no uso excessivo da força, em execuções sumárias. A proporção entre as mortes e as prisões e apreensões de drogas e armas durante a realização das “megaoperações” nas favelas indica a ausência de ações coordenadas de inteligência, indica, mais do que isso, que a ação do Estado se torna cada vez mais criminalizadora da pobreza, como se as armas fossem ali fabricadas e as drogas ali cultivadas. Ignora a participação ativa de policiais e de outros segmentos sociais na organização de redes criminosas, como o tráfico de drogas e de armas. (Ribeiro; Dias; Carvalho, 2008, p. 15)

No entanto, até 2008, o problema da violência urbana no Rio de Janeiro – cidade que precisava se preparar para receber a Copa do Mundo em 2014 e que tinha se candidatado para sediar os Jogos Olímpicos em 2016 – parecia ser um “problema sem solução”. Embora a política do con-

---

dos meios de comunicação”. Essas operações eram apresentadas e justificadas pelas autoridades públicas como “ação pacificadora para erradicar a força armada”. No entanto, as “megaoperações se traduziam em ações de alta letalidade por parte das forças policiais” (Ribeiro; Dias; Carvalho, 2008, p. 9).

fronto estivesse desgastada, não havia um modelo alternativo a ela naquele momento. Como apontou o então subsecretário de Planejamento e Integração Operacional da Secretaria de Segurança, Roberto Sá, naquela ocasião, fazer algo novo que desse certo “era impensável”: “Eu cheguei a achar que essa questão das favelas não tinha jeito. Aliás, não só eu, todo mundo chegou a achar que isso era um problema sem solução. Tinha-se que se aprender a conviver com ele”.<sup>5</sup>

O “problema da segurança pública”, como mencionado na fala de Roberto Sá, estava sobreposto ao “problema das favelas”. Havia um consenso, naquele momento, de que não seria possível o governo resolver o problema da violência urbana se não mudasse o seu modo de atuação nos territórios das favelas. Em 24 de outubro de 2007, Sérgio Cabral chegou a sugerir, em uma entrevista, que o aborto poderia funcionar como uma nova forma de controle da violência nas favelas, já que, segundo o governador, esses territórios podiam ser considerados “verdadeiras fábricas de marginais” (Freire, 2007).

Embora não tenha usado o termo “fábrica de marginais”, Beltrame também admite que considerava, naquele momento, que as favelas eram “o ponto de irradiação das ocorrências policiais” nos bairros cariocas ou o “nascidoiro da criminalidade” na cidade (Beltrame, 2014, p. 104). Nas palavras do secretário:

Eu entendia que o grande problema eram os territórios abandonados à própria sorte pelo Estado. O Rio, segundo o Instituto Pereira Passos, contabiliza mais de mil favelas, numa prova de como o desleixo da história hoje recai sobre os ombros da polícia. Assim que cheguei ao Rio, marquei um mapa com os dados da violência, ficava patente a coincidência entre as marcas que havia feito e a criminalidade. A favela Santa Marta, que fica no Morro Dona Marta, em Botafogo, Zona Sul, era o ponto de irradiação das ocorrências policiais do bairro. Jacarepaguá, na Zona Oeste, ostentava índices de

---

5 Roberto Sá falou sobre o início da criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) durante o seminário internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – a experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012, no Centro Cultural da Justiça Federal. Todas as falas do subsecretário citadas nesta seção foram retiradas desse depoimento público, que foi gravado e transcrito por mim.



criminalidade dos mais elevados, e o nascedouro era a Cidade de Deus, bem ao lado. Meu mapa do Rio era um tabuleiro de xadrez com diversas “casas” dominadas pelo tráfico. A solução óbvia era acabar com a distinção e pintar tudo de uma cor. (Beltrame, 2014, p. 104)

Logo, Beltrame afirma que tinha conhecimento da necessidade de elaborar algo novo que trouxesse resultados mais perenes no combate ao tráfico nas favelas. Segundo o secretário, naquele momento, não faltavam “ideias de especialistas” e inspirações – como os casos de Bogotá e Medellín, na Colômbia.<sup>6</sup> Mas o difícil era “obter crédito – ou seja, tempo – para mudar a cultura de trabalho”, era “sobreviver numa secretaria que historicamente troca seu titular de duas a três vezes a cada mandato de quatro anos”. E foi nesse contexto que “as UPPs nasceram em doses homeopáticas na salinha de almoço da Secretaria de Segurança”. O secretário conta que elas são resultado “um pouco de experiências anteriores, das conversas de almoço, da urgência de novas soluções, do talento da equipe e até mesmo de sorte”, mas que é impossível lembrar com exatidão como surgiu a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP): “Não houve algo sistematizado. Aguardávamos uma janela de oportunidade, que surgiu antes mesmo que tudo estivesse perfeitamente organizado” (Beltrame, 2014, p. 105).

A seguir mostro como essa “janela de oportunidades” se abriu no Santa Marta, favela onde o projeto-piloto de Beltrame começou a ser testado em 2008. Examinando nas próximas seções como as UPPs foram, ao mesmo tempo, experimentadas e elaboradas pelo poder público nas primeiras favelas “pacificadas”. Além disso, mostro como o projeto conseguiu, em pouco tempo de existência, construir um forte consenso em torno de si a ponto de ser considerado uma “luz no fim do túnel” para o problema da violência urbana no Rio de Janeiro.

---

6 Sérgio Cabral afirmou em seu *blog* pessoal que a experiência colombiana serviu de inspiração para as UPPs. “Recém-eleito, Sérgio Cabral e seu secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, foram até lá para ver de perto os resultados obtidos com a chamada ‘cultura cidadã’ elaborada pelo ex-prefeito da capital Antanas Mockus”. Disponível em: <http://www.sergiocabral.com.br/conquistas/marcas-de-gestao-publica/pacificacao/>. Acesso em: 25 dez. 2014.

## **Santa Marta: quando a favela se torna um “laboratório”**

O Morro Santa Marta<sup>7</sup> se localiza em uma encosta íngreme no bairro de Botafogo, na divisa com Laranjeiras, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. A favela, segundo dados da Seseg, tem uma área de 54.692 metros quadrados, onde vivem cerca de 6 mil moradores. O território do Santa Marta atualmente é delimitado, do lado direito, por um plano inclinado (inaugurado em maio de 2008, com cinco estações) e, do lado esquerdo, por um grande muro de concreto, construído em 2009 – sobre o qual falarei no capítulo 3.

A história do Santa Marta teve início na primeira metade do século XX. Moradores narram que a favela começou a se formar no final dos anos 1930 e apontam que uma grande parcela dos primeiros habitantes do morro era oriunda das regiões Norte e Nordeste do país e também do interior do estado do Rio de Janeiro (Cunha; Mello, 2011).

A favela tem uma longa história de organização política e vida associativa. Itamar Silva, uma importante liderança do Santa Marta, relata que as primeiras lutas na favela foram pela auto-organização dos moradores,<sup>8</sup> pela água e posteriormente pela luz. Depois, os moradores

---

7 Há uma controvérsia em torno do mito de origem do nome da favela e ainda hoje muitos perguntam se o certo é chamá-la de Dona Marta (como os moradores evangélicos costumam fazer) ou de Santa Marta (que é o nome utilizado pelas principais lideranças políticas da localidade): “A história do nome da favela tem tanto tempo quanto sua história de ocupação. O morro começa seu processo de ocupação num sentido inverso ao usual. De cima para baixo. E uma das primeiras construções foi a capela, que ainda resiste ao tempo no alto do morro. Essa capela, construída com a ajuda do padre Veloso, seria o local de descanso. Como passagem na Bíblia, Jesus teria descansado na casa de Marta na sua caminhada. Por isso que aquela capela, já que teria o mesmo propósito, receberia o mesmo nome: Capela de Santa Marta. E a história e a identidade dos moradores dessa favela se constroem em torno dessa crença. Dona Marta, nome que leva o mirante, é decorrente de histórias para cuja constatação faltam dados. Uns dizem que é porque fazia parte de um terreno só e Marta era a dona dessa terra” (Disponível em: [http://www.grupoeco.org.br/html/saiba\\_mais.html](http://www.grupoeco.org.br/html/saiba_mais.html). Acesso em: 5 jan. 2011). Para mais informações sobre o tema, vale conferir o verbete produzido por Simone Lopes no Dicionário de Favelas Marielle Franco (Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Dona\\_Marta\\_ou\\_Santa\\_Marta%3F](https://wikifavelas.com.br/index.php/Dona_Marta_ou_Santa_Marta%3F). Acesso em: 5 jul. 2022).

8 Tal luta contou com o apoio, por um lado, da Igreja Católica e, por outro, do Partido Comunista, que começou a atuar na favela na década de 1960 (Rocha, 2005).

tiveram que enfrentar as ameaças de remoção que a favela sofreu devido à sua localização privilegiada. A população, contudo, resistiu, investiu na melhoria das habitações e lutou para que a localidade fosse urbanizada.



Figura 4 – Mapa do Morro Santa Marta.

Disponível em: <http://www.riomaisocial.org/territorios/santa-marta/>. Acesso em: 15 mar. 2015.

Entre as décadas de 1980 e 1990, os moradores do Santa Marta tiveram que lidar com um outro problema que passou a fazer parte do cotidiano da favela: a violência. O problema passou a preocupar não só a po-

pulação da favela, mas também a do “asfalto” quando se intensificaram os tiroteios no morro. No fim da década de 1980, o Santa Marta ganhou grande destaque na mídia em razão das “guerras” que sediou – como, por exemplo, a disputa entre os traficantes Zaca e Cabeludo.<sup>9</sup> E alguns inusitados episódios contribuíram para a favela ganhar notoriedade, como o fato de ter sido escolhida por Michael Jackson para a gravação do videoclipe “They don’t care about us”, em 1996.<sup>10</sup> Pouco depois, a favela ganhou ainda mais fama nacionalmente com o lançamento de um documentário e um livro. *Notícias de uma guerra particular* – produzido por João Moreira Salles e Kátia Lund em 1999 – gerou polêmica ao retratar o cotidiano de traficantes e de moradores da favela Santa Marta. E o livro *O abusado*, lançado em 2003 por Caco Barcellos, virou sucesso ao contar a trajetória do traficante Marcinho VP.<sup>11</sup>

Nos anos 2000, ganharam destaque na mídia as operações realizadas pela polícia no Santa Marta. As notícias destacavam a grande quantidade de drogas e armas encontradas por policiais no morro,<sup>12</sup> as mortes ocorridas nas ações policiais e o fato de os tiroteios atrapalharem o trã-

---

9 Inúmeras matérias foram divulgadas sobre a disputa travada entre Zaca e Cabeludo pelo controle da venda de drogas: “Em outubro de 1987, a guerra entre os dois levou pânico aos moradores da favela e de Botafogo. Para surpreender os rivais, os traficantes atiravam nos transformadores, deixando a favela às escuras. Foram 14 dias de tiroteios diários e de mortes” (Zacarias..., 2001).

10 Sobre esse episódio, o jornal *O Globo* publicou, em sua primeira página, que o diretor Spike Lee havia contratado uma produtora brasileira para negociar preços e locações do clipe com Marcinho VP, que na época era o “dono do morro”. Um promotor público reagiu e pediu que um juiz determinasse a suspensão das filmagens. A determinação não foi acatada, e as imagens do Morro Santa Marta circularam internacionalmente junto com a música de Michael Jackson (Freire-Medeiros, 2007).

11 Após o lançamento da obra, Marcinho VP acabou sendo assassinado na cadeia por outros integrantes do Comando Vermelho (CV), que o acusaram de ter “falado demais”. O traficante foi encontrado morto no pátio do presídio Bangu 3, no Complexo de Gericinó, em 2003. Seu corpo foi deixado coberto por livros dentro de uma lata de lixo.

12 Em matéria publicada em 2007, o jornal *O Globo* destacava: “As balas de uma das metralhadoras de grosso calibre apreendidas anteontem no Morro Dona Marta – a.50 – são capazes de perfurar como se fosse papel um helicóptero do tipo usado pela polícia fluminense, além de vencer a blindagem de um Caveirão, segundo especialistas. Um tiro dessa arma é capaz de cortar um homem ao meio a até 2,5 quilômetros, com precisão” (Morro..., 2007).

sito de Botafogo, espalhando pânico entre a população do bairro. Os tiros interrompiam constantemente o fluxo cotidiano da vida dos moradores da favela, que não podiam, por exemplo, nem mesmo deixar crianças em uma creche localizada no alto do morro, pois ali havia constantes conflitos entre PMs e traficantes. Beltrame narra o caso dessa creche, que teve um papel fundamental na escolha do Santa Marta para receber um projeto-piloto de “policiamento comunitário” que estava sendo debatido por ele e por outros gestores na Secretaria de Segurança. Segundo o secretário, embora o projeto ainda estivesse sendo elaborado, “uma janela de oportunidade se abriu antes de tudo ficar pronto” (Beltrame, 2014, p. 107) quando Cabral informou que queria visitar a tal creche do Santa Marta:

Pouco antes de eu assumir a Secretaria de Segurança, foi inaugurada a creche Braguinha [...]. Por se situar em local estratégico, os traficantes foram contra a utilização do prédio como aparato do Estado. Tanto é que, dezoito meses depois de aberta, a creche ainda não funcionava. Apenas trinta crianças haviam sido matriculadas nas 150 vagas disponíveis. A questão se tornou ponto de honra para o governador Sérgio Cabral, que queria visitá-la e que fora avisado dos riscos que envolviam sua segurança. Em 19 de novembro de 2008, cerca de cem PMs, com o apoio do Bope, ocuparam, então, o Dona Marta. [...] No dia em que foi tomada a decisão de não sair, chovia sem parar. Era preciso preparar uma logística, levar comida para a tropa no morro, providenciar abrigo. [...] Liguei para o governador e falei da intenção de ficar. Foi a primeira vez que usei a expressão “pacificação”. (Beltrame, 2014, p. 108)

Beltrame afirma, portanto, que o Santa Marta foi escolhido para receber o tal projeto-piloto por uma questão circunstancial.<sup>13</sup> Mas é importante lembrar que a grande mídia e os moradores não foram avisados previamente de que a operação realizada em 19 de novembro na favela de Botafogo era o início de uma “ocupação permanente”. Uma evidência disso é que a chegada da PM na favela foi narrada pelos jornais cariocas como uma operação policial que visava basicamente reprimir o tráfico

---

13 Segundo o secretário, o Morro da Babilônia, no Leme, e o Morro da Providência, no Centro, também eram “candidatos naturais” onde o projeto-piloto poderia ser testado, pois ambos eram “comunidades pequenas e, se as coisas não funcionassem, seria possível recuar, se rearticular e seguir em frente” (Beltrame, 2014, p. 107).

de drogas. Embora fosse dito que a favela ficaria ocupada “por tempo indeterminado”, nesse primeiro momento, ainda não havia nenhuma indicação de que na localidade poderia ser implementado algum tipo de policiamento diferenciado. As notícias de jornal apontavam apenas que na operação a polícia tinha apreendido dez quilos de maconha, cinco caça-níqueis e quatro motos em situação irregular. Naquele momento, a ocupação não parecia diferir, portanto, das recorrentes incursões policiais que havia décadas vinham ocorrendo em favelas cariocas.

Os primeiros indícios de que um novo tipo de policiamento seria implementado começaram a surgir nos jornais alguns dias após a ocupação do Santa Marta. Em 28 de novembro de 2008, o jornal *O Globo* indicou que seria instalada “uma companhia da Polícia Militar, com 120 homens, no prédio de uma creche [...] no alto do Morro Santa Marta”. A escolha do local onde seria instalada a companhia “deixou o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, numa saia justa com a comunidade” (Araújo, 2008), já que os moradores reclamavam que não queriam que o prédio deixasse de ser usado como uma creche. O secretário afirmou, contudo, que, apesar dos protestos da população, a ocupação iria continuar.

Em 4 de dezembro de 2008, uma reportagem do jornal *Extra* anunciou que uma nova etapa da ocupação do Santa Marta começaria em quinze dias e teria 120 homens sob o comando de uma mulher, a então capitã Pricilla de Oliveira Azevedo. A matéria detalhava que noventa policiais seriam recém-formados e trinta seriam PMs com o curso de “policiamento comunitário” no currículo. Falava-se, nesse momento, não apenas em repressão ao tráfico no Santa Marta, mas também na implementação de um “policiamento comunitário” que chegaria junto com projetos sociais na favela:

A ideia do comandante do 2º BPM (Botafogo), tenente-coronel Gileade Albuquerque, é fazer uma ocupação que misture o policiamento comunitário com a repressão ao tráfico de drogas [...]. Segundo ele, a ocupação do Dona Marta – iniciada no dia 19 de novembro – servirá como um projeto-piloto para outras favelas e comunidades com o mesmo perfil: “Vamos fazer uma ocupação permanente. Ou seja, não vamos sair da comunidade. Além disso, o Estado levará projetos sociais para atender às necessidades da população”, afirmou o tenente-coronel. (Capitã..., 2008)

É importante ressaltar que até então o nome “Unidade de Polícia Pacificadora” ainda não existia. O que estava começando a se configurar, como as reportagens acima destacam, era um “modelo” de policiamento que começou a ser implementado de modo experimental no Santa Marta. Essa favela, segundo o secretário José Mariano Beltrame, transformou-se em um “laboratório” onde o “modelo de patrulhamento comunitário” começou a ser testado para depois ser expandido para outras favelas da cidade do Rio de Janeiro.

É um laboratório, um modelo de política de segurança pública. [...] Vamos apresentar à sociedade os resultados e dizer: “Deu certo, esse é o custo. Se vocês quiserem um policiamento igual no Complexo do Alemão, vai custar tanto”. (Favela..., 2008)

“Modelo” e “laboratório”. De modo intercalado, esses foram os termos mais usados pela mídia e pelo governo do estado para caracterizar o Santa Marta desde a ocupação policial da favela no fim de 2008. A ideia de pensar a favela como um “modelo” é interessante, uma vez que a palavra está relacionada, como indica o *Dicionário Houaiss*, a algo que “serve de imagem, forma ou padrão a ser imitado, ou como fonte de inspiração”. A utilização do termo ajudou, portanto, a propagar a ideia de que a ocupação do Santa Marta não era um caso isolado, mas sim um paradigma ou exemplo que poderia embasar “um programa mais amplo de retomada de áreas dominadas pelo crime em regiões mais complexas, que certamente exigiriam táticas complementares de enfrentamento”, como apontou a reportagem “Ocupação real”, publicada no jornal *O Globo* do dia 3 de dezembro de 2008 (Ocupação..., 2008b).

Mas, para que o Santa Marta conseguisse se constituir realmente como um “modelo de política de segurança pública” a ser reproduzido em outras favelas, era “preciso esperar para ver resultados”, como indicava a reportagem do jornal *O Globo* citada acima. Isso significa que ações deveriam ser experimentadas e seus resultados, comprovados, isto é, sua eficácia deveria ser corroborada na prática. Logo, para se tornar um modelo, tal policiamento precisava primeiramente ser testado em um “laboratório”, ou seja, em um “lugar de trabalho e de investigação”, em um “lugar de grandes operações ou de transformações notáveis”, conforme definição do *Dicionário Michaelis*. Dito de outra forma, para que a

ocupação policial permanente do Santa Marta deixasse de ser um projeto abstrato e indeterminado e passasse a ser considerado um “modelo” a ser reproduzido em outras localidades, era preciso que a própria favela Santa Marta se tornasse um “laboratório”. Era necessário que fossem empreendidas no local, portanto, atividades de “observação, experimentação ou produção de um estudo”.<sup>14</sup>

Convém lembrar que o Santa Marta foi considerado um laboratório não só por ser a primeira favela onde um novo tipo de policiamento foi elaborado e testado pelo governo, mas também por ser dotado de características específicas e propícias para que a realização desse experimento fosse feita algo próximo das “condições ideais” para tal. Segundo Beltrame (2014), o Santa Marta foi escolhido por: a) ser pouco populoso; b) contar com apenas duas entradas; c) não ter circulação de carro (salvo em um pequeno trecho na parte baixa); d) ser um ponto estratégico da venda de drogas na Zona Sul sob a tutela do CV. Como lembra Roberto Sá, “essa série de fatores, como a sua colocação, a sua geografia, a topografia [...], facilitavam estrategicamente uma nova postura policial”. Por isso, o morro ofereceu as condições “laboratoriais” necessárias para que o projeto pudesse ser testado, conforme indica a matéria “O laboratório de Beltrame”, publicada no jornal *O Globo*:

O Morro Dona Marta [...] é palco da tentativa de transformar uma favela dominada pelo tráfico em bairro popular ordeiro. Há razões para prudente otimismo. A comunidade é pequena, sem comunicação física com outras favelas; ou seja, com escassas rotas de fuga. E alguns anos atrás foi alvo de uma série de benefícios; o principal, um plano inclinado, misteriosamente nunca foi inaugurado. O fato de que há um quartel da Polícia Militar, exa-

---

14 Vale notar que um laboratório é “um lugar onde se prepara e elabora alguma coisa”, mas principalmente é um espaço físico devidamente equipado com instrumentos de medida próprios para a realização de experimentos e pesquisas científicas, como aponta *Le trésor de la langue française*. A importância do laboratório na investigação reside no exercício de suas atividades sob condições ambientais controladas, de modo que seja possível garantir que não ocorram influências estranhas e exógenas capazes de alterar o resultado do experimento ou medição. Ademais, outra característica fulcral da condição “laboratorial” diz respeito à tentativa de tornar o experimento repetível em outro lugar, obtendo, se não o mesmo, ao menos um resultado semelhante.



tamente na calçada oposta da São Clemente, pode também ser motivo para otimismo. [...] Os precedentes e as benfeitorias existentes permitem alguma esperança de êxito na operação agora iniciada no Dona Marta – “um laboratório”, como modestamente define o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame. Ele anunciou que a ocupação da favela incluirá “policiamento de proximidade”. [...] O único dado triste de tudo isso é a dificuldade de serem encontradas outras favelas com iguais condições, digamos, laboratoriais. (O laboratório..., 2008)

Como o fim da matéria indica, poucas são as favelas que oferecem as mesmas “condições laboratoriais” que o Santa Marta. Nesse sentido, a implementação do “modelo” de policiamento em outras favelas pode ser entendida como o momento em que a “invenção UPP” sai do espaço controlável do laboratório e passa a ser confrontada por uma quantidade de variáveis e indeterminações infinitamente superiores. Trata-se do momento que Bruno Latour e Steve Woolgar (1997, p. 140) definem como uma “série de testes, de provas mais ou menos públicas, cujo fracasso pode colocar fim à experiência”. Após ser testada com êxito em um espaço laboratorial, a ideia precisa então enfrentar o conjunto inesperado de variáveis e de fatores que necessariamente se apresenta quando ela é transferida para um outro contexto ou lugar.

Embora a experiência do Santa Marta tenha possibilitado a formulação e o teste de um novo modelo de policiamento, não é possível falar apenas na simples “aplicação” desse modelo em outras favelas. Cada vez que esse “novo” tipo de policiamento que ganhou o nome de UPP foi implementado em um ambiente diferente, uma série de novas verificações e testes teve início e um novo processo de experimentação começou a ser vivenciado por todos os atores envolvidos. Assim, o projeto foi se ajustando e ganhando novos contornos. Pode-se dizer, nesse sentido, que quando o projeto foi implementado em uma nova favela foi necessário um novo processo de “pacificação”, que levasse em conta suas especificidades e características imanentes. Não houve, portanto, um modelo comum aplicado indefinida e mecanicamente; ao contrário, em cada nova favela houve uma nova “pacificação”.

Mas, ao mesmo tempo, não há como negar que, ao longo da existência do projeto, ocorreu um processo cumulativo de conhecimento. Logo,

as novas “pacificações” não tiveram o mesmo ponto de partida do Santa Marta. Elas já partiram de um conhecimento comum e compartilhado, embora também tenham produzido novas dinâmicas e complexificado progressivamente o projeto, como será demonstrado a seguir.

### **Cidade de Deus: “laboratório” para “pacificação” em áreas extensas**

Diferentemente do Santa Marta, a Cidade de Deus não está localizada em um morro. Ao contrário, ela é plana e, segundo o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), é dividida em cinco partes: Karatê, CH Gabinal Margarida, Lazer, Edgar Werneck e Quinze. Segundo o Instituto Pereira Passos, com base no Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há na Cidade de Deus 14.742 domicílios e 47.795 habitantes distribuídos em um território de 2.099.531 metros quadrados.



Figura 5 – Mapa da Cidade de Deus.

Disponível em: <http://www.riomaissocial.org/territorios/cidade-de-deus/>. Acesso em: 15 mar. 2015.

A história da Cidade de Deus começou na segunda metade do século XX como fruto da política de remoção de favelas que tomou corpo durante o governo de Carlos Lacerda (1960-1965).<sup>15</sup> O conjunto habitacional da Cidade de Deus, segundo Zaluar (2004), foi construído para abrigar moradores removidos de outras áreas da cidade.<sup>16</sup> É interessante notar que a Cidade de Deus surgiu para “remover as favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro, acomodar desabrigados das enchentes de 1966 e 1967 e resolver o problema de moradia para funcionários públicos do antigo Estado da Guanabara, que formavam uma classe média emergente” (Mello, 2010, p. 51). No entanto, houve um distanciamento progressivo entre a concepção original do conjunto habitacional da Cohab (e suas promessas) e os resultados de sua implantação. Assim, em pouco tempo, o conjunto foi se adensando, se transformando e sendo progressivamente percebido como uma favela.

Nos anos 1980, pouco mais de uma década depois do surgimento do bairro, as notícias que circulavam nos principais jornais cariocas sobre ele destacavam a crescente criminalidade associada à introdução do tráfico de drogas no local, à expansão de loteamentos irregulares e à ausência de serviços de infraestrutura básica. Nesse contexto, Mello (2010, p. 51) aponta que a Cidade de Deus passa gradativamente de “solução” do problema de habitação da população favelada – conforme preconizado pelas políticas públicas da época – para se transformar em questão de “segurança pública”.

Zaluar (2004, p. 3) narra que, ao chegar à Cidade de Deus em 1980 – para dar início à longa pesquisa etnográfica que realizou na favela –, a população local já vivia sob a tensão dos conflitos armados entre traficantes de drogas, e já “estava criado um estilo de masculinidade violento e cruel, que matará milhares de jovens nas décadas seguintes”. Tal estilo

---

15 Zaluar (1985) aponta que, no mesmo período, outros conjuntos, como a Vila Aliança ou a Vila Kennedy, também foram construídos, mas ficavam em subúrbios distantes. A Cidade de Deus era o conjunto maior, tendo inicialmente 6.658 unidades habitacionais, ao passo que a Vila Kennedy reunia 5.509 unidades e a Vila Aliança, apenas 464.

16 Mudaram-se para o conjunto habitantes de 63 favelas, sendo que 70% dessa população provinham de apenas seis: Praia do Pinto, Parque da Gávea, Ilha das Dragas, Parque do Leblon, Catacumba e Rocinha, todas localizadas na Zona Sul.

ganhou visibilidade nacional e internacional devido ao sucesso do filme *Cidade de Deus*, dirigido por Fernando Meirelles e lançado em 2002.<sup>17</sup> O longa, que retrata o crescimento do crime organizado no conjunto habitacional entre os anos 1960 e 1980, gerou muita polêmica e foi criticado por parte da população da favela, que considerou que ele ajudou a aumentar a estigmatização da Cidade de Deus e de seus moradores.

Com o sucesso do filme, a imagem da Cidade de Deus como uma área extremamente violenta passou a ser constantemente reiterada por reportagens de TV e jornal que narravam os conflitos armados na favela. Ações policiais seguidas de tiroteios, apreensões, prisões e mortes na Cidade de Deus apareciam com tanta frequência nos noticiários cariocas que quando a área foi ocupada pela PM, em novembro de 2008, os relatos sobre o sucedido pareciam apontar que aquela era apenas mais uma operação policial semelhante a tantas outras que aconteciam de tempos em tempos no local.

Uma operação que mobilizou ontem 150 policiais militares deixou cerca de 7.700 crianças e adolescentes de treze escolas e três creches sem aulas na Cidade de Deus, em Jacarepaguá. Para evitar que balas perdidas ferissem motoristas, a polícia fechou pela manhã trechos de três vias importantes da região [...]. O objetivo da operação, batizada de “Cidade de Deus é de Deus”, era reprimir o tráfico, os roubos de carros, os assaltos a transeuntes e em ônibus. Sete pontos de vendas de drogas na favela foram ocupados pela PM. Dois traficantes morreram em confronto e um foi preso. Além disso, dezoito motocicletas e dez carros roubados ou com documentos em situação irregular foram apreendidos. Também foram recolhidos uma espada, uma adaga, um revólver, uma pistola, munição e material para embalar drogas. (PM..., 2008a)

As primeiras notícias sobre a ocupação da Cidade de Deus em 11 de novembro de 2008 não continham qualquer informação que indicasse que um novo tipo de policiamento seria implementado na favela. O anúncio de que seria criada ali uma “Companhia Independente de Polícia Militar”

---

17 *Cidade de Deus* foi adaptado por Bráulio Mantovani a partir do livro de mesmo nome escrito por Paulo Lins – morador da favela e assistente de pesquisa de Alba Zaluar por nove anos.

aconteceu somente após um mês e meio do início da ocupação. No dia 23 de dezembro de 2008, em reportagem intitulada “Cidade de Deus ganhará uma companhia da PM”, o jornal *O Globo* sinalizou que o objetivo dessa companhia seria “impedir o retorno de traficantes ou a ocupação do local por milícias, já que a polícia conseguiu desarticular a facção que dominava a venda de drogas ali há mais de vinte anos” (Cidade..., 2008).

Inicialmente, não foi apresentada qualquer ligação entre a inauguração dessa Companhia Independente de Polícia Militar e o modelo de policiamento que estava sendo testado no Santa Marta. Pelo contrário, em depoimento dado ao jornal *O Globo* do dia 6 de dezembro de 2008, Beltrame afirmou que não era possível fazer da Cidade de Deus o que pretendiam fazer no Santa Marta, até mesmo porque, segundo ele, o projeto no Santa Marta não estava consolidado.

As primeiras conexões entre o modelo de policiamento das duas favelas só começaram a aparecer em janeiro de 2009 – dois meses após a chegada da polícia na Cidade de Deus. Primeiramente, a informação foi divulgada em *O Globo* do dia 12 de janeiro, indicando que seria inaugurada na Cidade de Deus uma “Companhia de Policiamento Comunitário” – o mesmo termo utilizado até então no caso do Santa Marta. Depois de alguns dias, o então governador Sérgio Cabral anunciou que a Cidade de Deus, assim como o Batan, passaria a contar com equipes de patrulhamento comunitário no mesmo modelo do empregado no Santa Marta. Um mês depois, foi feito o anúncio da inauguração de uma UPP na favela, como descreve matéria do jornal *O Globo*:

A Cidade de Deus recebeu ontem uma Unidade de Polícia Pacificadora [...]. A partir de agora, 223 PMs trabalham na favela, em Jacarepaguá, sendo 190 recém-formados. Eles chegam três meses depois de iniciada a ocupação da comunidade [...]. O novo tipo de policiamento começou a funcionar no Dona Marta [...]. A experiência foi levada para a Cidade de Deus [...]. O próximo passo da Secretaria de Segurança é levar uma Unidade de Polícia Pacificadora à favela do Batan [...]. Beltrame garantiu que o trabalho na Cidade de Deus e em outras comunidades é diferente e planejado para ser um policiamento definitivo. (A força..., 2009)

Como a reportagem acima anuncia, a instalação de uma UPP na Cidade de Deus aconteceu em 16 de fevereiro de 2009, ou seja, três me-

ses após o início da ocupação policial na favela. Mas, se o Santa Marta e a Cidade de Deus foram ocupadas praticamente ao mesmo tempo, por que a primeira favela foi desde o início considerada o “laboratório” onde um novo “modelo” de policiamento seria testado? Se as ocupações foram quase simultâneas (com apenas uma semana de diferença), por que o governo demorou para anunciar que a favela da Zona Oeste passaria a contar com equipes de patrulhamento comunitário assim como a favela da Zona Sul?

Segundo o então subsecretário de Planejamento e Integração Operacional da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Roberto Sá, isso aconteceu porque a ocupação policial da Cidade de Deus inicialmente não teve qualquer ligação com a experiência que estava tendo início no Morro Santa Marta. A operação realizada na favela de Jacarepaguá foi uma iniciativa isolada de um coronel que teria ocupado a localidade por iniciativa própria sem qualquer pretensão de implementar ali um tipo diferenciado de patrulhamento.<sup>18</sup> O subsecretário relata:

Por uma iniciativa de um coronel que comandava a Zona Oeste, ele resolveu, por meios próprios, fazer uma ocupação na Cidade de Deus, desvinculada do nosso projeto-piloto do Dona Marta. Os resultados, embora com uma modalidade diferente, com uma estratégia diferente, mas fazendo a mesma coisa, que era colocar policiais 24 horas ali, tomando conta do local, começaram a dar resultados tão bons que a gente começou a ter um retorno da população de Jacarepaguá e adjacências: “Pelo amor de Deus, não acabem com isso!”. E nem seria o nosso cronograma passar por ali imediatamente, até porque não tinha cronograma, tinha um projeto-piloto. E logo depois houve uma tortura no Batan, de jornalistas, praticada por milicianos. (Trecho de depoimento do então subsecretário de Segurança, Roberto Sá, no seminário internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – a experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

---

<sup>18</sup> Vale notar que, nesse momento da invasão policial realizada como iniciativa isolada de um coronel, circulava entre os moradores da favela o rumor de que a Cidade de Deus poderia ser invadida por milicianos que dominavam grande parte das favelas e loteamentos da Zona Oeste.

A fala do subsecretário indica que inicialmente havia apenas um projeto-piloto, que não havia ainda um cronograma nem uma lista dos critérios a serem usados para a escolha das favelas que receberiam esse novo tipo de policiamento. Nesse primeiro contexto, a Cidade de Deus e o Batan passaram, então, a fazer parte do projeto por contingência.<sup>19</sup> Isso significa que essas duas UPPs surgiram através de ações mais ou menos planejadas que atendiam a uma necessidade emergencial do governo de dar “respostas imediatas” à pressão da população – que, no primeiro caso, temia um novo fortalecimento do tráfico na Cidade de Deus e, no segundo, exigia uma resposta à tortura de jornalistas cometida por milicianos no Batan.

A Cidade de Deus, contudo, desde o início da ocupação policial, apresentou-se como um caso bem mais complexo que as outras duas favelas ocupadas na mesma época. Matérias publicadas em jornais mostram que, após a permanência da polícia na favela, continuou havendo um “bolsão de resistência”, especialmente em algumas áreas, como o Karatê. E, embora os índices criminais tenham sido reduzidos depois da inauguração da UPP,<sup>20</sup> mortes violentas continuaram ocorrendo na Cidade de Deus.

O caso da “pacificação” da favela de Jacarepaguá se configurou, portanto, como um caso bem mais complicado que o “modelo” do Santa Marta. Como envolvia mais dificuldades, a Cidade de Deus acabou se tornando “um laboratório para a implantação de futuras UPPs em áreas mais extensas” e complexas, conforme declaração do então coordenador-geral das UPPs, Robson Rodrigues da Silva, ao jornal *O Globo* em julho de 2010 (Coordenador..., 2010).

---

19 Beltrame também confirmou essa informação em seu livro: “A pacificação da Cidade de Deus, que aconteceu dias depois da ocupação do Dona Marta, a princípio, não foi intencional. Os resultados quase imediatos de queda de criminalidade em Botafogo fizeram com que o comandante do Batalhão de Jacarepaguá adotasse, de forma autônoma, a mesma fórmula de ocupação maciça. Mas não permanente, pois esse não era o padrão da PM. A permanência foi fruto de outra janela de oportunidade que enxergamos na hora” (Beltrame, 2014, p. 114).

20 “No período de um ano antes da ocupação policial, ocorreram 34 homicídios. Já nos doze meses seguintes ao início da UPP, foram registrados apenas seis assassinatos, o que representa uma queda de 82,4%” (Três..., 2009).

## **A experimentação do projeto e a criação da marca UPP**

A política da pacificação seguiu uma lógica inversa à imaginada por muita gente. Fomos da intenção diretamente para o gesto. Se deixasse para elaborar primeiro um projeto escrito, todo bonito, com a falta de agilidade característica do setor público, o Rio ainda não teria nenhuma das 34 UPPs que estavam instaladas em 2013. (Beltrame, 2014, p. 164)

Desde que o Santa Marta, a Cidade de Deus e o Batan foram ocupados, o projeto das UPPs vem sendo progressivamente criado e testado por meio de um processo de experimentação. Por ter sido moldado ao mesmo tempo que era experimentado, o projeto foi marcado, em sua origem, por uma série de indefinições. Mas, pouco a pouco, foram sendo testados e definidos diversos elementos que acabaram compondo a UPP como uma marca. A seguir mostro como foram mudando ao longo do tempo: o nome do projeto, sua forma de implementação, seus objetivos, o termo utilizado para descrever o tipo de policiamento adotado, o modo de organização desse policiamento e as atividades cotidianas exercidas pelos policiais e comandantes das UPPs.

### **a) O nome e a normatização do projeto**

Primeiramente é importante lembrar que, por ocasião das primeiras ocupações, a “marca UPP” ainda não existia, pois nem mesmo o nome “Unidade de Polícia Pacificadora” tinha sido criado. Por um período, houve uma indeterminação em relação ao nome que esse modelo de policiamento passaria a ter. Como lembra um policial da Cidade de Deus,

o nome UPP surgiu um pouquinho depois que começou o projeto [...]. Por isso que falo que foi um acaso feliz [...]. Se você pegar a manchete de quando começou a UPP aqui, era todo mundo com outra farda ainda, não se falava nem de UPP, se falava de novo modelo de policiamento. Não tinha essa marca UPP ainda. (Trecho de entrevista com um policial da UPP da Cidade de Deus)

No Santa Marta, no período da ocupação policial, em novembro de 2008, falava-se inicialmente que um “choque de ordem” iria ocorrer na favela; depois foi dito que uma “Companhia de Policiamento Comunitário” seria instalada no morro; só posteriormente o nome “Unidade de Polícia Pacificadora”, com a sigla UPP, passou a ser utilizado. Como já dito, na



Cidade de Deus, a ocupação foi primeiro chamada “Cidade de Deus é de Deus” (“PM ocupa Cidade de Deus e 7.700 ficam sem aulas”, reportagem publicada no jornal *O Globo* do dia 12 de novembro de 2008); depois, mencionou-se a criação de uma “Companhia Independente de Polícia Militar”, nome que foi alterado para “Companhia de Policiamento Comunitário”, para depois, enfim, chegar ao termo “UPP”, que ganhou destaque com a inauguração do policiamento comunitário na favela em fevereiro de 2010.

Essas mudanças de nome estão diretamente ligadas ao processo de institucionalização do projeto, que começou a ser realizado alguns meses após o início da ocupação do Santa Marta, da Cidade de Deus e do Batan. Misse (2014) explica que a ocupação dessas favelas foi realizada pelo Bope e pela Polícia Civil, e, em seguida, o policiamento foi feito pelos batalhões de suas respectivas áreas. Pouco depois houve uma transição para uma Companhia de Policiamento Comunitário lotada no próprio batalhão e foram implantados postos de policiamento comunitário. Somente no fim de janeiro de 2009 foi criada uma nomenclatura específica para essa nova forma de policiamento. Como indica Misse (2014), a diferenciação entre as forças policiais dos batalhões e as que passaram a atuar nas UPPs se deu por meio de alguns decretos, como o de nº 41.650, de 21 de janeiro de 2009 – que criou na estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), subordinada ao Comando do Estado Maior, a UPP –, e o de nº 41.653, de 22 de janeiro de 2009 – que determinou aos PMs lotados nas UPPs o recebimento de uma gratificação de 500 reais.

Cano, Borges e Ribeiro (2012, p. 3) afirmam que a existência legal das UPPs está toda baseada em uma “estrutura normativa muito enxuta, composta apenas de alguns decretos”. Misse (2014) também reforça que o projeto tem um baixo grau de institucionalidade e lembra que uma evidência disso é a inexistência de lei que garanta sua continuidade. Em 2010, o deputado estadual Alessandro Molon chegou a elaborar o projeto de lei nº 2.966/2010, que estabelecia “critérios para a implementação das Unidades de Policiamento Pacificadoras (UPPs) no âmbito do Estado do Rio de Janeiro”.<sup>21</sup> Tal projeto, contudo, foi vetado pela bancada governis-

---

<sup>21</sup> “O deputado estadual Alessandro Molon (PT) apresentou na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) um projeto de lei que garante a permanência das UPPs já existentes,

ta, sob o argumento de que, ao invés da aprovação da lei, era mais adequada a criação de um decreto para regulamentar as UPPs. Em 6 de janeiro de 2011, mais de dois anos após o início do projeto, foi lançado, então, o decreto nº 42.787, que compilou boa parte do que vinha sendo posto em prática nos dois anos em que o programa já existia, como:

a criação da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), à qual cada UPP passaria a se subordinar; a manutenção das gratificações para os soldados e a consolidação das gratificações dos oficiais [...]; as quatro etapas para a implantação da UPP [...]; policiais recém-formados com formação em direitos humanos e na doutrina da polícia comunitária; a estruturação de um Conselho Permanente de Avaliação das UPPs [...]; e, por fim, já estava em prática a elaboração pelo ISP do Programa de Polícia Pacificadora (PPP). (Misse, 2014, p. 679)

## **b) As etapas de implementação**

Para que a ocupação do Santa Marta e da Cidade de Deus pudesse ser expandida para outras favelas da cidade foi necessário que as etapas do chamado “processo de pacificação” também fossem normatizadas. Tal normatização só foi positivada a partir do decreto nº 42.787, de 6 de janeiro de 2011, apesar de ter começado a ser testada dois anos antes, com a ocupação do Chapéu Mangueira e da Babilônia em junho de 2009.<sup>22</sup> Desde a ocupação dessas favelas, a implementação das UPPs passou a envolver quatro etapas distintas.

A primeira fase é chamada de “intervenção tática” e marca a entrada da polícia na favela, com veículo blindado e com o apoio do Bope

---

ou que ainda serão implantadas, por um período mínimo de 25 anos. A ideia é fazer com que o programa – que já tem seis unidades instaladas e uma em processo de implantação – vá além da política de governo: ‘Queremos garantir que as UPPs se transformem em política de Estado. As unidades não poderão ser desativadas por questões políticas, como aconteceu com o Gpae [...], que foi asfiziado [...]', explicou o deputado” (Projeto..., 2010).

22 Misse *et al.* (2013, p. 103) lembram que, embora o nome “UPP” tivesse sido lançado pelo decreto nº 41.650, de 23 de janeiro de 2009, “somente após a ocupação das comunidades Babilônia/Chapéu Mangueira em junho de 2009, houve de fato a unificação do programa em todas as comunidades já ocupadas, havendo um relançamento na imprensa de forma mais intensa”.

e do BPChq.<sup>23</sup> Na segunda fase, chamada de “estabilização”, prosseguem as intervenções táticas mescladas com ações de cerco à área de abrangência das UPPs. Rondas são realizadas com frequência nessa fase visando à garantia do controle territorial, além das prisões de criminosos que ainda estejam atuando nessas áreas.

Na terceira etapa ocorre a implantação da UPP propriamente dita. Como descreve a major Pricilla Azevedo, primeira comandante de uma UPP, esse é o momento em “que entra um policial com uma outra farda. E essa outra farda foi escolhida para haver uma diferenciação do policial que trabalha na UPP do policial que trabalha no batalhão, e as pessoas saberem quem procurar”.<sup>24</sup> Os soldados que vestem essa nova farda são, em sua maioria, recém-formados. Como Pricilla destaca, o governo do estado “prioriza que vá trabalhar em UPP policial recém-formado, mas não é exclusividade”: “O efetivo de uma UPP [...] também tem os mais antigos, porque a gente precisa de pessoas mais experientes para determinadas funções”. A utilização de policiais recentemente integrados à PMERJ, como indicam Rodrigues, Siqueira e Lisovsky (2012, p. 11), “além de decorrer da necessidade de efetivo suficiente para as unidades, está associada à expectativa de que os novos policiais não compartilhem dos mesmos ‘vícios’ daqueles que já praticam as formas tradicionais de policiamento no Rio de Janeiro”.

Já a quarta etapa do processo ocorre após a implantação efetiva da UPP: é a fase de “avaliação e monitoramento”. Em 6 de janeiro de 2011 foi inaugurada a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), através do decreto nº 42.787. Além de coordenar a implementação e as ações operacionais das UPPs, o órgão – cuja sede se localiza no bairro de Bonsucesso – foi criado também para atuar na quarta etapa de sua implementação, passando a ser responsável, portanto, por avaliar e monitorar o funcionamento das UPPs.

---

23 Nesse primeiro momento, não ocorreram confrontos, pois as ocupações foram anunciadas com antecedência pelo governo e pela mídia. Logo, grande parte dos traficantes que atuava nas favelas fugiu ou se escondeu.

24 Trecho da fala da major Pricilla Azevedo durante o seminário internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – a experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal.

### c) Os objetivos da UPP

Os objetivos das UPPs variaram com o passar do tempo de existência do projeto. Inicialmente, quando poucas favelas tinham sido ocupadas, o governo chegou a afirmar que o projeto acabaria com o tráfico de drogas nas áreas “pacificadas”. O jornal *O Globo* de 16 de janeiro de 2009 divulgou a seguinte fala de Sérgio Cabral: “Sim, nós podemos. Este ano, com as ocupações da polícia, temos um marco na estrutura de policiamento. Entramos em locais onde não havia a presença do Estado. Vamos acabar com o tráfico nessas regiões”.

A partir da consolidação das UPPs nas áreas “pacificadas” e de sua expansão para novos territórios, os objetivos do projeto, contudo, foram se tornando mais modestos. Beltrame passou a afirmar que a “pacificação” visava recuperar para o Estado territórios dominados pelas facções de traficantes, o que significava, para ele, o fim do fuzil e o fim do trauma nas favelas e redondezas. As falas do então secretário de Segurança e de seus subsecretários passaram a indicar que o objetivo do programa não seria acabar com o tráfico, já que essa meta representaria uma “utopia”.<sup>25</sup> Em 2010, por exemplo, quando jornalistas de *O Globo* flagraram uma feira de drogas na Cidade de Deus em plena luz do dia, o secretário retrucou que a UPP estava cumprindo o que prometia: “A sua missão básica sempre foi desarmar os traficantes e levar paz aos moradores. E o vídeo parece que não mostra gente armada” (Feira..., 2010).

A ideia de que a UPP não tem por objetivo acabar completamente com o tráfico aparece também nas falas de policiais que atuam nessas unidades. Nas entrevistas que realizei, policiais declaravam que, na visão deles, o objetivo do projeto não era acabar com o comércio de drogas, mas sim retomar o domínio territorial, acabar com os tiroteios, evitar mortes, garantir o direito de ir e vir e a liberdade dos moradores, trazer ordem para o território, assim como possibilitar a abertura da favela para a chegada de projetos sociais e serviços.

---

25 Roberto Sá, por exemplo, declarou durante um seminário sobre as UPPs: “Na Avenida Atlântica tem tráfico de drogas, embaixo da Torre Eiffel tem tráfico de drogas. [...] Seria utopia achar que a UPP vai acabar totalmente com o tráfico”.

#### **d) O termo utilizado para descrever o policiamento adotado pelas UPPs**

Além de os objetivos do projeto terem mudado ao longo do tempo, o termo utilizado para descrever o tipo de policiamento implementado pelas UPPs também sofreu alterações. Inicialmente, falava-se em “policiamento comunitário”; posteriormente, o termo utilizado passou a ser “policiamento de proximidade”.<sup>26</sup> No entanto, muitas vezes, os dois termos são usados de modo alternado, aparecendo como sinônimos. E, como não há uma definição precisa do que é o “policiamento de proximidade”, os próprios policiais que atuam nas UPPs têm dificuldades para estabelecer uma diferenciação acurada entre as duas nomenclaturas:

É o mesmo feixe de significados, é muito próximo. [...] Basicamente, na polícia de proximidade, a polícia procura o morador, chega no morador para tentar resolver os problemas dele, resolução dos problemas de segurança. O policial vai até ele. Na polícia comunitária, a gente já parte do princípio de que a comunidade vai estar ali junto com a polícia, chegando para cá e dialogando. (Trecho de entrevista realizada em agosto de 2013 com um policial que trabalhou na CPP na época de criação do projeto das UPPs)

Ainda não está bem definido isso. Uma das coisas que a polícia quer formalizar é essa definição de policiamento de proximidade. Mas o que eles querem diferenciar é justamente que o policiamento comunitário seria algo usado só para a parte social, só para buscar essa interação, para tentar identificar demandas dos moradores e conseguir saná-las. Algo voltado só para o social. [...] aquela coisa que você só se preocupa com essa questão assistencialista,

---

26 No site oficial das UPPs é dito, no momento de realização desta pesquisa, que elas “trabalham com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. [...] A polícia de proximidade é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. Os policiais da UPP não são policiais de confronto e ‘guerra’, e sim de mediação de conflitos e de relação com as comunidades. A polícia de proximidade busca, ainda, instaurar novas formas de interação e parceria entre as instituições policiais e a sociedade, privilegiando o atendimento preventivo. Os policiais são orientados a estreitar laços com a comunidade em que atuam, conhecendo os moradores e os problemas que possam gerar crimes e conflitos”. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/faq>. Acesso em: 28 jul. 2014.

mas não existe mais uma preocupação com o combate ao crime organizado, combate ao narcotraficante, essas coisas. O de proximidade não, ele tem as duas coisas: tanto troca tiro, quanto prende traficante, apreende droga, arma, quanto faz social, a interação. Aí se criou essa denominação: “de proximidade”. [...] O projeto de UPP foi inspirado no policiamento comunitário da Colômbia, mas, como eu falei, o termo “proximidade” foi criado aqui. (Trecho de entrevista realizada em 31 de julho de 2013 com o capitão Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta)

### **e) O modo de organização do policiamento nas áreas “pacificadas”**

O modo como o policiamento é organizado nas UPPs foi sendo testado e formalizado com o tempo. Desde o início da formulação das UPPs, anunciou-se que policiais recém-formados permaneceriam 24 horas no território da favela. Todavia, pouco foi dito sobre a forma como eles atuariam nessas localidades. Sabia-se que alguns dos policiais ficariam “baseados”, ou seja, ficariam parados em “pontos estratégicos”,<sup>27</sup> enquanto outra parte faria rondas pelo território. No entanto, a princípio, não havia uma divisão de tarefas rígida.

No decorrer da ocupação policial permanente das favelas e com a expansão das UPPs, as atividades de policiamento nas áreas “pacificadas”, contudo, ficaram mais complexas e passaram a contar com diferentes setores, como: o Grupamento de Polícia de Proximidade (GPP), o Grupamento Tático de Polícia de Proximidade (GTPP), a Rádio Patrulha (RP) e a Permanência (composto por quem trabalha na sede da UPP, recebe as ocorrências e as distribui para os policiais da RP). Como explicam alguns policiais:

Em tese, o GPP seria para buscar proximidade. O GTPP seria mais focado nessa parte de narcotráfico, de prisão de traficantes, apreensão de armas e drogas. Em tese, o GTPP teria uma área de atuação maior, teria uma mobi-

---

27 Como descreve o então comandante da UPP do Santa Marta: “Existe policiamento mais baseado, que fica em pontos mais específicos; tem base de viaturas que ficam na praça e uma nessa rua Jupira, que ali são locais que não podem ficar sem policiamento. Na praça, porque é a entrada da comunidade, e na Jupira, que é onde tem a quadra, é onde tem o Cantão, onde tem a maior parte do comércio, tem uma agência bancária, então é um local que não pode faltar policiamento” (Trecho de entrevista com o capitão Rocha realizada em 31 de julho de 2013).

lidade maior, e o GPP seria mais fixo, com pontos mais próximos. (Trecho de entrevista realizada em 31 de julho de 2013 com o capitão Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta)

Quem é da RP já recebe direto as ocorrências. São casos, principalmente, de briga de marido e mulher, coisas do cotidiano familiar mesmo. No nosso caso do GTPP, não passam ocorrência para a gente. A gente que procura a ocorrência, entendeu? A patrulha é só para receber ocorrência. (Trecho de entrevista realizada em agosto de 2013 com um policial que atuava na UPP do Parque Proletário)

A escolha de quem vai trabalhar em cada setor é feita pelo comandante ou pelos oficiais que trabalham na parte administrativa da UPP. Os policiais que não moravam na cidade do Rio, inicialmente, em algumas UPPs, tinham prioridade na alocação em setores com escalas melhores – para terem menos gastos com transporte de sua cidade de origem até o trabalho. Se o policial fazia faculdade, o comandante também poderia autorizá-lo a ficar em um setor cuja escala lhe permitisse conciliar os estudos e o trabalho. Mas, no geral, os comandantes escolhiam os policiais para os diversos setores de trabalho a partir do perfil de cada um. Como explicou um oficial da UPP da Cidade de Deus: “A gente procura identificar o perfil de cada policial e tentar encaixá-lo ali no melhor serviço”. O capitão Rocha conta que no Santa Marta, na época em que ele comandava a UPP, o processo de escolha também era feito com base no perfil, mas poderia ser alterado dependendo do desempenho do policial:

Os policiais que têm esse perfil mais operacional, que fazem mais ocorrências, que são mais voltados para essa parte de apreensão de drogas e prisão de traficantes, a gente classifica como GTPP. [...] Se houver alguma coisa que o faça mudar de função, dependendo do que ele tenha feito de bom, ele vai para um serviço melhor, uma escala um pouco melhor, uma função que lhe dá mais prazer, mais afinidade. E se ele fizer algo de ruim – problema com morador, algum desgaste com morador –, a gente procura botar ele em uma função com menos contato com a comunidade, um baseamento na praça, que é um local onde ele fica mais afastado. (Trecho de entrevista realizada em 31 de julho de 2013 com o capitão Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta)

A forma como os grupamentos (GTPP, GPP, RP e outros) eram organizados variava de favela para favela. Como afirma o capitão Rocha: “Aqui no Santa Marta, por não ter rua, por ser tudo muito próximo [...], acaba que todo mundo faz de tudo, não tem essa distinção”. Dependendo, portanto, das características de cada favela, da quantidade de policiais em cada localidade, do perfil dos policiais que atuavam em cada setor e também do “estilo” do comandante de cada UPP, o modo como o patrulhamento era organizado variava substancialmente.

A organização do patrulhamento também mudou muito ao longo do tempo. Na Cidade de Deus, inicialmente havia uma única UPP responsável por patrulhar todo o território. Posteriormente houve uma “tripartição” da UPP, justificada na época pela grande diversidade na dinâmica das diferentes áreas da favela. Todavia, houve depois uma reunificação, passando a existir apenas uma UPP e um comandante em toda a localidade:

Você tinha três administrações [...]. Não tinha uma padronização das normas. Um evento que era autorizado lá, de repente, não era autorizado aqui. Então por isso passou a ser padronizado por um comando só. Fora o policiamento móvel que a gente ganhou [...], em torno de quarenta policiais para utilizar na atividade-fim. (Trecho de entrevista realizada em agosto de 2013 com o major Bruno Xavier, então comandante da UPP da Cidade de Deus)

#### **f) O papel dos comandantes**

Durante todo esse processo de elaboração, desenvolvimento e transformação das UPPs, os comandantes que atuavam nas favelas “pacificadas” exerceram um papel essencial. Depoimentos de PMs que acompanharam o nascimento da UPP mostram como ela foi sendo elaborada e testada ao longo do tempo, em grande medida, a partir da experiência dos policiais que estiveram no comando das primeiras unidades.

Vale ressaltar que, embora os comandantes tivessem esse papel central no projeto de policiamento de proximidade, eles afirmam que não receberam qualquer tipo de preparação especial para comandar as UPPs. Diferentemente dos policiais recém-formados, que passam por um curso de policiamento comunitário, os comandantes não fizeram cursos especiais para atuar nas UPPs e, por isso, tiveram que aprender tudo que pre-



cisavam saber de modo bem informal e improvisado durante o próprio trabalho cotidiano nas favelas “pacificadas”.<sup>28</sup>

Eu não participei de nenhuma capacitação específica para trabalhar em UPP. Os policiais, quando são formados no Centro de Formação para ingressar na carreira policial, hoje, por conta das UPPs, têm, dentro da formação deles, um módulo de policiamento comunitário, policiamento de proximidade. Então eles começam a entender o projeto. Eu não tive isso. Para mim foi [através de] conversas informais com o coordenador, com outros comandantes. Foi mais realmente em um contexto informal [...]. Mas, por parte da polícia em si, em termos de capacitação, não tive, foi tudo realmente informalmente e por interesse meu. (Trecho de entrevista realizada em 31 de julho de 2013 com o capitão Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta)

Além de não haver um treinamento específico para os policiais que vão comandar as UPPs, também não há uma normatização da forma como eles devem atuar cotidianamente nas favelas “pacificadas”. Essa falta de normas para regular a execução cotidiana das UPPs preocupava até mesmo os próprios comandantes:

Hoje em dia, por já ter uma experiência nesse processo de pacificação, já se conseguiu realmente buscar uma normatização para sua criação. Para sua execução em si, no dia a dia, ainda não foi normatizado. Eu, como comandante [...], não sei se tenho que receber morador ou não [...]. Isso aí eu faço por achar que é conveniente, por achar que eu vou ganhar a confiança deles, eu pego e faço. [...] Vai de cada comandante. [...] Se eu quiser fechar aqui e falar assim: “Eu não vou atender morador”, eu não vou atender morador. “Vai na delegacia, registra ocorrência na delegacia. Polícia militar é

---

28 Esse processo de formação dos policiais vem sendo bastante criticado. O sociólogo Ignacio Cano, por exemplo, em entrevista ao portal DW, aponta que o treinamento ainda continua bastante deficiente: “Houve algumas tentativas de modificação, mas o treinamento para a UPP tem duração, no máximo, de uma ou duas semanas. Como é que se desfaz um modelo histórico treinando uma ou duas semanas? E as condições para os policiais são muito precárias: em muitas comunidades, eles ainda estão em contêineres, em condições muito ruins. O trabalho nas UPPs é mais duro que o realizado em outras comunidades. Então não é surpresa que muitos policiais, nas pesquisas até agora divulgadas, revelem que prefeririam trabalhar fora das UPPs” (Caulyt, 2014).

patrulhamento, policiamento ostensivo, não tem que receber ninguém aqui, aqui é para eu cuidar da administração, dos meus policiais.” Eu posso fazer isso aqui, que não vai dar nada para mim, eu estou respaldado. [...] Mas não adianta eu, no Santa Marta, tomar uma atitude e o outro, na outra UPP, não tomar, e vice-versa. Então é importante que todo mundo aja de forma igual, para que o projeto não fique desacreditado. Não achar que, “ah, aqui dá certo por uma atitude específica de uma pessoa. Se ele sair, acabou o projeto”. (Trecho de entrevista realizada em 31 de julho de 2013 com o capitão Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta)

A pendência de critérios claros para estabelecer a forma como o policiamento deveria funcionar cotidianamente teve, pelo menos, dois efeitos bastante negativos. O primeiro foi dificultar a realização de avaliações sistemáticas e periódicas do trabalho dos policiais, assim como dos comandantes de diferentes UPPs. E o segundo foi atribuir todas as decisões ao comandante de cada unidade, o que acabou fazendo com que o policiamento variasse bastante de favela para favela e mesmo de um momento para outro em uma mesma UPP, dependendo do humor do comandante em cada situação. Como criticou Cano (*apud* Caulyt, 2014), ainda hoje, “tudo continua dependendo da vontade e da inclinação do comandante local. Não houve um esforço de institucionalizar essa relação”.

Em resumo, é possível dizer que, com o passar do tempo de experimentação das UPPs, houve um processo de estabilização de diversos elementos do projeto – como o seu nome, seus objetivos e suas etapas de implementação. Outros elementos, contudo, que eram indeterminados inicialmente, assim permaneceram nos anos seguintes. Minha hipótese é a de que essas indeterminações – em relação ao papel dos comandantes e às atividades que eles e outros policiais deveriam exercer cotidianamente em áreas “pacificadas” – acabaram se tornando alguns dos elementos centrais que passaram a definir o desenho e o funcionamento das UPPs. Isso quer dizer que parte da indeterminação ligada ao projeto deixou de ser um estágio de seu processo de experimentação e passou a compor a multiplicidade de aspectos que, em conjunto, começaram a fazer parte do que passou a ser entendido como “UPP”.

“As festas podem ir até meia-noite.” Está bom, mas dependendo de quem está no comando aqui, pode deixar até 2 horas da manhã, até 3 horas.

Dependendo de quem faz a festa, pode ir até um pouco mais tarde. Então vai criando um certo jeito de lidar que você... Na verdade, [...] pode criar uma coisa que o favelado, que está acostumado a lidar com o tráfico... Qual a estratégia que sempre foi de lidar com o tráfico? Foi tentando descobrir até que ponto você podia ir sem se comprometer, sem se envolver diretamente. Tinha momentos em que você tinha que recuar, em outros você tinha que avançar. Então, no fim, você está na mesma lógica da incerteza. Esse que é o problema. Isso vira modelo. Olha, quais são os espaços públicos do Santa Marta? Ali embaixo, no Cantão, não pode nada. Não pode ter festa, aí depois pode ter. Vai ter algum tipo de festa, festa de aniversário não pode mais, porque também os moradores vão testando. Vai ali embaixo, bate um parabéns para uma criança hoje, mas amanhã faz um baile *funk* e aí vai testando um pouco. É esse jogo que na verdade sempre houve e que agora, mesmo lidando com o Estado, você mantém a mesma imprecisão das coisas. (Trecho de entrevista com Itamar Silva, importante liderança do Santa Marta)

## **Os caminhos da “pacificação” e a formação do consenso em torno das UPPs**

Para mim, estava claro: só poderíamos avançar com o projeto se fôssemos capazes de ajustar toda a linha de produção, como numa grande empresa. Recursos financeiros, editais de concurso, logística, ensino, conhecimento, comunicação e, principalmente, uma rota de expansão. Sem conquistar a sociedade, não chegaríamos ao fim. (Beltrame, 2014, p. 114)

Além de todas as indeterminações narradas anteriormente, vale acrescentar que quando o projeto começou a ser testado em novembro de 2008 não estava definida qual seria a “rota de expansão” das UPPs. Como mostrei nas primeiras seções deste capítulo, o Santa Marta, a Cidade de Deus e o Batan foram escolhidos para serem “pacificados” por questões contingenciais, mas, depois desses primeiros casos, “não dava para, com um programa como esse, sair salpicando aleatoriamente e sem controle” UPPs por diferentes favelas da cidade, como afirma Roberto Sá em depoimento de 2012. Beltrame e seus subsecretários tiveram, então, que começar a elaborar critérios para escolher os caminhos da “pacificação”. Segundo Roberto Sá, em um primeiro momento da realização do crono-

grama de expansão do projeto, foram elencadas diversas possibilidades que pareciam ser igualmente plausíveis para a escolha dos territórios que receberiam UPPs:

Começamos a realizar o projeto, e os resultados eram tão bons, que aí partimos para o planejamento, ouvimos as inteligências da Secretaria de Segurança, da Polícia Militar e da Polícia Civil, e idealizamos um cenário. Olha só, com esse cenário de organização, dá para, pelo menos, fazer um planejamento. E veio [...]: vamos fazer um corte, de quarenta, das piores [favelas]. Foi feito um corte de quarenta. Encaminhamos esse primeiro estudo para a Polícia Militar: “Olha, agora vocês vão fazer um planejamento logístico. Quantos homens tem cada UPP, quantas armas, quantas áreas, enfim, o que vocês precisariam para adotar esse policiamento?”. Para nossa agradável surpresa, veio um estudo muito bom com sete propostas de cronograma. Uma proposta era por AISP (Área Integrada de Segurança Pública), começa pela AISP1, AISP2, AISP3... Outra, por facção criminosa: começa pelo CV, depois pelo TCP, depois pelo ADA. Veio outra por efetivo: começa pelo menor efetivo. Veio uma proposta por população de área: começa pela menor população. Na verdade, como era tudo algo tão novo, você podia começar por diversas maneiras. Era uma escolha de Sofia: todas tinham uma lógica, mas a lógica foi usar o bom senso aliado a todas essas variáveis. (Trecho de depoimento do então subsecretário de Segurança, Roberto Sá, durante o seminário internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – a experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

Embora houvesse, naquele momento, sete propostas de cronograma disponíveis para a implementação do projeto que levavam em conta diferentes critérios, ainda havia uma indeterminação em relação a qual proposta iria prevalecer. Posteriormente, contudo, alguns critérios predominaram sobre outros e passaram a ser considerados para a escolha da “rota de expansão”. Em primeiro lugar, acionou-se uma “estratégia de dominação territorial”, isto é, seguiu-se o critério da proximidade espacial das favelas que faziam parte do projeto para evitar, assim, que favelas “pacificadas” fossem atacadas por traficantes de outras ao redor ainda “dominadas” pelo tráfico.

Além disso, foram levados em consideração os “compromissos internacionais”, já que grandes eventos iriam acontecer no Rio e, obviamente, isso gerava expectativas da comunidade internacional em relação à cidade. E, por fim, Roberto Sá admite explicitamente que o governo resolveu criar UPPs em áreas que tivessem visibilidade suficiente para garantir o apoio de entidades, ajudando a produzir uma espécie de consenso normativo de que a UPP era um projeto bom, diferente e que tinha vindo para ficar:

Deus nos ajudou quando a gente resolveu cumprir o eixo. [...] tudo passa pela Zona Sul, Centro e Zona Norte... Se a gente começa fazendo o caminho contrário [por áreas mais carentes], eu não teria o Eike Batista dizendo: “Vamos dar 20 milhões por ano para vocês adotarem essas estratégias”. Eu não teria as Organizações Globo, *O Dia*, *Extra* dizendo: “É um projeto que veio pra ficar”. [...] Não teríamos o apoio da União, do governo do presidente Lula, da presidente Dilma, se não tivéssemos seguido essa estratégia. (Trecho de depoimento do então subsecretário de Segurança, Roberto Sá, em dezembro de 2012)

Segundo o subsecretário, de outra maneira o projeto não teria conquistado toda a visibilidade que alcançou “como política pública, com possibilidade de expansão”: “Se fizesse uma na Zona Sul, uma na Zona Oeste, uma na Baixada Fluminense, hoje nós não estaríamos com UPP aqui. Sabe por quê? Já teria naufragado”. Portanto, parece evidente que a busca por visibilidade passou a prevalecer como o principal critério de escolha dos territórios a serem “pacificados”, em detrimento de vários outros, como o nível de violência de cada área ocupada. E a escolha desse critério passou a ser vista como a única possível, já que se criou um consenso de que, caso contrário, o projeto não teria conseguido avançar e conquistar os apoios que foram fundamentais para sua expansão e manutenção.

Segundo Roberto Sá, três tipos de apoio foram essenciais para o desenvolvimento e estabelecimento das UPPs como uma *marca* de sucesso.<sup>29</sup> O primeiro foi dado pela chamada “grande mídia”, que ajudou a

---

29 Como indica Oliveira (2013, p. 26), “parte constitutiva da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) é a imagem UPP, a marca UPP”.

difundir as informações e a dar visibilidade ao projeto. Como sugerem Burgos *et al.* (2012, p. 44), esse apoio “não deve ser compreendido como um reflexo ‘espontâneo’ do êxito e visibilidade do programa, e sim como peça-chave da sua própria montagem”. Os autores sugerem que uma prova evidente disso é que, desde o início, logo após a ocupação da primeira favela (Santa Marta), a mídia conferiu uma cobertura desproporcional ao alcance da UPP naquele momento. E concluem que “esse fator foi crucial para angariar forte apoio público em um curto período de tempo” (p. 44).

Além disso, outra peça fundamental para a consolidação e expansão das UPPs foi o apoio que o projeto recebeu de organizações da sociedade civil<sup>30</sup> e do empresariado carioca. Eike Batista, por exemplo, doou ao projeto 20 milhões de reais anuais de 2010 a 2013. A Bradesco Seguros, a Coca-Cola e a Sousa Cruz doaram, respectivamente, 2 milhões, 900 mil e 400 mil reais. Segundo Beltrame (2014, p. 117), esse apoio foi fundamental, pois “a lógica do poder público é muito lenta e, muitas vezes, não tem como atender às demandas na velocidade necessária”.

Um terceiro elemento que Roberto Sá cita como fundamental para viabilizar a expansão das UPPs foi o apoio político que o projeto recebeu. O subsecretário ressalta a importância do apoio dos presidentes Lula e Dilma, sugerindo que, como o governo do estado foi capaz de construir um projeto com uma visibilidade positiva, isso gerou o interesse de políticos de outras esferas (federal e municipal) de vincular sua imagem às UPPs. Por isso, resolveram auxiliar o projeto com, por exemplo: o envio de tropas federais para ajudar a ocupação de novas favelas; o repasse de recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci);<sup>31</sup> o pagamento de gratificação de 500 reais mensais (feito pela

---

30 Burgos *et al.* (2012, p. 44) afirmam que “a mídia também ajudou o governo a receber apoio sólido de organizações da sociedade civil [...]. Um exemplo é o apoio público dado pela famosa ONG Viva Rio, uma das mais tradicionais organizações da sociedade civil que trabalham no campo da segurança cidadã. A ONG tornou-se uma das mais importantes parceiras do governo nas áreas pacificadas”.

31 Segundo o portal do governo federal, o Pronasci “foi um marco nas políticas públicas de segurança do Brasil. [...] Sua implementação ocorreu pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com os estados, Distrito Federal e municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social,

prefeitura) para cada policial que trabalhasse nas UPPs, etc. Esses auxílios e apoios foram essenciais para a implementação da UPP e foi o que a diferenciou de projetos anteriores de policiamento comunitário.

Por fim, vale acrescentar que um último apoio essencial para a consolidação da UPP como uma *marca* de sucesso – e também para sua distinção de outros modelos de policiamento – foi aquele que o projeto recebeu da população carioca. Beltrame (2014, p. 114) reconhece: “Sem conquistar a sociedade, não chegaríamos ao fim”. Mas admite que arregimentar o apoio da população carioca de modo geral e, em especial, dos moradores de áreas “pacificadas” não foi fácil. Segundo o secretário, foi muito complicado “convencer uma sociedade cansada de promessas” (p. 104) a acreditar que o novo projeto era algo diferente e que poderia dar certo.

A adesão de grande parte dos moradores de favelas “pacificadas” ao projeto<sup>32</sup> não ocorreu, portanto, de modo imediato assim que a polícia chegou ao Santa Marta e à Cidade de Deus em novembro de 2008, como retrospectivamente pode parecer. Essa adesão só ocorreu após o início de um longo e complexo processo de problematização e testes que analisarei nos próximos capítulos.

---

visando à melhoria da segurança pública”. O então governador do Rio de Janeiro declarou, no dia 10 de dezembro de 2009, em uma entrevista coletiva logo após o “I Seminário de Prevenção da Violência – Avanços e Desafios do Pronasci”: “A filosofia do Pronasci é que nos guiou, e, ao mesmo tempo, os recursos do Pronasci para o Rio de Janeiro foram fundamentais”. Misse *et al.* (2013, p. 113) argumentam que a principal motivação para o estado do Rio de Janeiro aderir ao modelo de policiamento proposto pelo Pronasci foram os recursos financeiros que o governo federal oferecia.

32 Uma pesquisa realizada pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em maio de 2009, seis meses após o início da ocupação policial do Santa Marta e da Cidade de Deus, mostrou que 87% dos entrevistados da favela de Botafogo e 93% dos entrevistados da favela de Jacarepaguá apoiavam as ações das UPPs (FGV, 2009).

PARTE II

**DA PROBLEMATIZAÇÃO AOS TESTES**



# 3

## ENTRE ORDENAMENTOS E RESISTÊNCIAS

### Novas regras e seus impactos na rotina das favelas “pacificadas”

Entre 2009 e 2010 foi o *boom* dos conflitos, foi o momento da adaptação superdifícil. Foram as crises de adaptação mesmo. Foi o período de confronto entre quem vive na favela e tem a sua rotina alterada e quem chega estabelecendo novas regras, entendeu? (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

Assim que a polícia chegou ao Santa Marta e à Cidade de Deus em novembro de 2008, drogas, armas, munições, fardas do Exército, telefones celulares, máquinas caça-níqueis, motos e equipamentos de som foram apreendidos. Obstáculos montados por traficantes e entulhos que impediam a circulação pelas ruas foram retirados. A venda ilegal de gás, a exploração de caça-níqueis, o funcionamento de mototaxistas e de centrais clandestinas de televisão por assinatura (conhecidas como “gatonet”) foram reprimidos. Os bailes *funk* e o som alto em eventos públicos e privados foram proibidos. E assim foi iniciado o que os jornais chamaram de “golpe nas finanças do tráfico” ou “processo de estrangulamento do tráfico” nesses territórios.

Nos locais conhecidos como pontos de venda de drogas, as armas de fogo deixaram temporariamente de ser vistas nas mãos de jovens associados ao tráfico e passaram a ser vistas nas mãos de jovens policiais recém-admitidos na PM que começaram a atuar sob o comando da então capitã Pricilla Azevedo, no Santa Marta, e do então capitão Felipe Romeu, na Cidade de Deus. Os principais jornais cariocas anunciavam, no fim de 2008 e início de 2009, que bandidos tinham “sumido” do Santa

Marta “sem que houvesse confronto”, enquanto, na Cidade de Deus, o tráfico ainda “desafiava” a polícia, embora os tiroteios e as mortes estivessem acontecendo de forma bem mais esporádica que em um passado recente. Apesar das inúmeras diferenças existentes entre o processo de “pacificação” das duas favelas, em ambos os casos, a mídia associava o leque de ações descritas acima à “retomada de territórios antes dominados pelo tráfico”.

Na Cidade de Deus, uma área de 10 mil metros de matagal que, segundo a polícia, era usada como esconderijo por traficantes dessa favela foi incendiada pelo Corpo de Bombeiros a pedido da PM. Além disso, “casamatas do tráfico” feitas de alvenaria e cobertas por lama localizadas em uma área de pântano foram destruídas. “Puxadinhos”, alguns barracos considerados “abrigos de traficantes” e gaiolas construídas para guardar bujões de gás para venda também foram demolidos. Um muro de concreto de 25 centímetros de espessura foi destruído com explosivos, pois, segundo a PM, ele ajudava os “bandidos” a terem uma visão privilegiada para alvejar policiais. Carcaças de carros e de motos foram rebocadas e rádios clandestinas foram fechadas.

No Santa Marta – assim como em outros territórios “pacificados” posteriormente –, um prédio que pertenceu a um famoso traficante – Marcinho VP – foi transformado em um dos prédios da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela. Além disso, inúmeras pichações de símbolos e frases ligadas a “facções criminosas” foram cobertas por tinta branca, ao mesmo tempo que placas com a logomarca da UPP e a indicação do posto policial mais próximo foram espalhadas na favela e em suas redondezas. Policiais foram “baseados” em localidades que eram famosas por reunir traficantes e concentrar a venda e/ou o consumo de droga. Viaturas com a logomarca da UPP foram estacionadas nas entradas e nas áreas de maior visibilidade na região.

Todas essas medidas foram implementadas com o objetivo de, por um lado, apagar ou, pelo menos, tornar menos visíveis as marcas da presença de traficantes nas favelas “pacificadas” e, por outro, dar visibilidade à presença da PM nesses territórios. Elas fizeram parte dos novos ordenamentos que marcaram a presença da polícia (como metonímia da presença do Estado) e ajudaram a construir as favelas “pacificadas” como “um território da UPP”. Sugiro que, do mesmo modo que ações de

jovens ligados ao comércio de drogas ilegais<sup>1</sup> – assim como a maneira segundo a qual a própria polícia operava – constituíam a favela, antes da “pacificação”, como um “território do tráfico” (Cavalcanti, 2008), as novas medidas tomadas pela polícia visavam mostrar a favela como um “território da UPP”. Essa ideia vai ao encontro do entendimento de Barbosa (2012, p. 261), quando afirma que uma das principais características do exercício do poder da polícia no contexto das UPPs foi a “produção de territorialidade enquanto modo de ocupação de um território e controle da circulação”. Tal definição me interessa, em particular, porque evidencia como o controle dos fluxos de circulação pelo território ganhou importância central na atuação da polícia em áreas “pacificadas”.

Vale lembrar que antes da “pacificação” a polícia só costumava cruzar as fronteiras entre o “asfalto” e a favela esporadicamente. A entrada dos policiais nesses territórios ocorria de modo “pacífico” quando já havia acordos preestabelecidos envolvendo subornos e quando tais acordos eram respeitados. Mas, quando as regras existentes eram quebradas, ou as negociações envolvendo “mercadorias políticas” (Misse, 2002) não se mostravam satisfatórias para um dos lados, ou ainda quando surgiam outras questões conjunturais que atingiam não só a favela, mas também o seu entorno,<sup>2</sup> a entrada da polícia nesses territórios ganhava uma di-

---

1 Como indica Grillo (2013, p. 2), os traficantes estabeleciam “pontos comerciais fixos, facilmente identificáveis tanto pelos seus potenciais clientes, quanto pela polícia ou grupos rivais, o que implicava uma necessidade de defesa armada para proteger suas drogas, dinheiro, vidas e liberdade. Grupos de traficantes controlavam não apenas a distribuição local de drogas – a operação das chamadas ‘bocas de fumo’ –, como também todo o território em que ela ocorria, passando a interferir nas diversas esferas da vida social circunscritas em suas áreas de influência. O domínio sobre esses espaços aparecia expresso em marcas com as iniciais CV ou CVRL3 nos muros e postes das ruas, mas, diante das fronteiras borradas entre a favela e o asfalto, a demarcação que me pareceu mais eficiente para distinguir entre o dentro e o fora dos morros de comando era até onde podiam circular bandidos ostensivamente armados e até onde as viaturas de polícia podiam avançar sem serem alvejadas por tiros”. Vale notar que as fronteiras entre favelas em longas disputas e os limites com o asfalto se reafirmavam cotidianamente “através da vigilância e de regimes de visibilidade (de armas, de pessoas) distintos no que passa a ser ‘dentro’ e ‘fora’ do território do tráfico” (Cavalcanti, 2008, p. 44).

2 As operações policiais em uma determinada favela têm início, por exemplo, quando ocorre um crime violento dentro ou fora dela que ganha grande visibilidade e

nâmica bem mais violenta e costumava ocorrer na forma de “operação”. A marca central dessa forma de atuação policial eram os confrontos armados, os tiroteios, seguidos de apreensões de drogas e armas, prisões e, quase inevitavelmente, mortes. Mas logo depois a polícia deixava o território e “abria mão” de monitorar o que ocorria cotidianamente dentro das áreas consideradas “dominadas pelo tráfico”.

Com a inauguração das primeiras UPPs, contudo, as operações policiais temporárias foram substituídas pela permanência da polícia 24 horas por dia nos territórios “pacificados”. E, assim, as ruas que davam acesso à favela, assim como o seu interior, passaram a ser monitorados não só pelos jovens associados ao tráfico que já faziam a “contenção”,<sup>3</sup> mas também por agentes da UPP que passaram a ocupar esses territórios. Nesse novo contexto, os confrontos armados entre policiais e traficantes diminuíram drasticamente e o novo *modus operandi* da polícia na favela passou a se basear muito mais em uma lógica de vigilância e de controle territorial que em de combate. O controle do fluxo de circulação de pessoas, objetos e informações pelo território passou a ser, portanto, uma das mais importantes atividades dos policiais nas favelas “pacificadas”. Tal atividade, como indica Barbosa (2012, p. 262), privilegiava “a busca pelo inimigo interno com o esgotamento gradativo dos espaços de exclusão e desvio”. Mas como ela era realizada?

---

cujos autores são identificados como integrantes de bandos armados ocupantes daquela favela. Elas podem ocorrer também quando uma “guerra” entre diferentes facções provoca tiroteios intensos, incomodando não só a população da própria favela, mas também os moradores dos bairros vizinhos.

- 3 Como explica Barbosa (2012, p. 262): “‘Trabalhar na contenção’ é fazer parte dos grupos de ‘soldados’ que circulam pela comunidade, que se posicionam em pontos estratégicos, que respondem pela ‘primeira carga’, pelo primeiro enfrentamento diante da invasão de grupos inimigos ou mesmo da polícia quando a segurança do ‘patrão’, do ‘frente do morro’ ou de algum gerente de maior importância está em jogo [...]”. Antes da UPP, a contenção era feita com jovens soltando fogos ou utilizando outros códigos específicos para avisar, por exemplo, quando policiais se aproximavam da favela. Diferentes códigos eram usados antes da “pacificação” – e continuam sendo usados em favelas não “pacificadas” – para indicar quando a polícia entra na favela apenas para receber o “arrego” ou quando “invade” para realizar alguma operação (Cavalcanti, 2008). Retardar o avanço da PM era importante para que outros membros do grupo tivessem tempo de esconder drogas, armas e dinheiro – que podiam ser apreendidos ou mesmo roubados pelos policiais.

Neste capítulo apresento, por um lado, os mecanismos utilizados pela UPP para buscar os “inimigos internos” e a redução dos espaços de desvio nas favelas, e, por outro, analiso os impactos que a utilização desses mecanismos gerou no cotidiano da favela. É importante tratar desse segundo ponto, pois, embora os mecanismos de controle utilizados pela UPP fossem menos letais que os confrontos armados, eles também geraram alguns “efeitos colaterais”, uma vez que sua utilização teve significativos impactos no ambiente da favela e na rotina dos moradores que viviam nesses territórios.

Apresento nas próximas seções, portanto, os mecanismos usados pela UPP para controlar a circulação de pessoas e objetos pelo território da favela e descrevo como o uso desses mecanismos foi experimentado pelos moradores do Santa Marta e da Cidade de Deus. Levanto a hipótese de que essa experimentação envolveu, por um lado, a observação direta e, por outro, um “jogo de eco” entre notícias oficiais e rumores. Mostro que, através de tateamentos e testes, os moradores foram tentando entender as mudanças que estavam ocorrendo em seus territórios de moradia. E apresento como, pouco a pouco, eles foram experimentando formas de resistência a alguns ordenamentos impostos pelo poder público entre 2009 e 2010, conforme sistematização no quadro a seguir:

*Quadro 1 – Medidas do Estado, rumores e reações dos moradores no primeiro ano das UPPs*

<b>Algumas medidas tomadas pelo Estado nas favelas no primeiro ano das UPPs</b>	<b>Exemplos de rumores que circulavam quando as medidas foram impostas</b>	<b>Algumas reações que as medidas geraram entre os moradores</b>
Instalação de câmeras de vigilância	Policiais poderiam filmar os moradores dentro de suas casas.	Criação de um grupo no Santa Marta para debater o tema da vigilância na favela
Ocorrência de constantes “duras”	Moradores estariam sendo levados para a delegacia para averiguação pelo simples fato de estarem circulando sem identidade pela favela.	Criação de uma cartilha de abordagem policial do Santa Marta

(continua...)

(continuação)

Forte controle da vida cultural na favela	Policiais estariam proibindo moradores de ouvir <i>funk</i> até mesmo dentro de casa.	Criação da Rádio Santa Marta
Regulação dos serviços e do comércio, transformação do Santa Marta em destino turístico	Comerciantes que não criassem CNPJ poderiam ser reprimidos pelo Choque de Ordem.	Criação da Associação de Comerciantes do Santa Marta e do Comitê de Turismo, além do surgimento de novas lideranças

Fonte: Elaboração da autora.

## A instalação de câmeras e o “Big Brother Santa Marta”

Em setembro de 2009, o governo do estado anunciou que iria instalar câmeras de vigilância no Santa Marta. Na época, o então relações-públicas da PM, major Oderlei Santos, explicou que os equipamentos faziam parte de “um projeto pioneiro, de caráter experimental” e que naquele momento, “assim como acontec[ia] nas praias da Zona Sul ou nos condomínios das classes alta e média, as comunidades também poder[iam] contar com moderna tecnologia em seu benefício” (Morro..., 2009).

A multiplicação de câmeras de vigilância é, sem dúvida, um fenômeno global. Nas últimas décadas, o aumento da quantidade de câmeras instaladas em espaços públicos e privados pode ser notado em diversos países ao redor do mundo. Em diferentes contextos, a instalação de sistemas de vigilância tem sido desejada como uma forma de aumentar a sensação de segurança, por exemplo, em prédios comerciais e/ou em condomínios residenciais. Em outros casos, a utilização desses mesmos equipamentos, por exemplo, no monitoramento de instituições e de vias públicas, tem sido vista como uma ação abusiva, associada ao controle do Estado, à invasão de privacidade ou ao desrespeito a uma série de direitos fundamentais individuais e coletivos (Foucault, 1977; Ericson; Haggerty, 1997).

No Santa Marta, o anúncio da instalação desses equipamentos incomodou uma parcela significativa dos moradores, já que logo após a instalação começaram a circular rumores de que as câmeras podiam filmar dentro de suas residências. Uma moradora daquela favela ponderou: “Se querem filmar a rua, eu acho ótimo. Dá mais segurança. Mas o problema é filmar dentro da casa da gente. É uma invasão de privacidade”.

Na Cidade de Deus, também circularam rumores de que a privacidade da população local seria atingida com a instalação das câmeras. Mas alguns moradores argumentavam, contudo, que “essa coisa de invadir privacidade era bobagem” e que as câmeras trariam, sim, mais segurança para a favela.

Ainda na Cidade de Deus, o tráfico local também reagiu à presença das câmeras. Circulavam rumores de que bandidos armados estariam atirando nos equipamentos e de que um conhecido dono do tráfico de uma das regiões da favela teria tentado derrubar, com uma serra elétrica, um poste no qual havia uma câmera instalada – o que só não teria ocorrido em razão da chegada dos policiais.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança negou o rumor de que as câmeras filmariam dentro das casas, através de uma nota que assegurava que os equipamentos focavam apenas os acessos da favela. Dizia a nota: “Os locais monitorados são sigilosos para evitar a ação de vândalos. É expressamente proibido focalizar, filmar, gravar ou sequer direcionar câmeras de segurança para ambiente privado [...]”. O texto alertava ainda: “Se um crime for cometido dentro de uma residência, mesmo na janela, as câmeras da PM não estarão vigiando” (Comunidade..., 2009).

Vale lembrar, contudo, que no debate sobre vigilância não é possível definir *a priori* o valor de uma dada tecnologia. Como lembram Bijker e Law (1997 *apud* Castro; Pedro, 2009, p. 72), “nossas tecnologias são um espelho da nossa sociedade. Elas reproduzem e dão corpo ao jogo complexo de vetores técnicos, econômicos e políticos”. Portanto, ainda que a assessoria de imprensa tenha negado que as câmeras fossem utilizadas para filmar dentro das residências, uma vez que os equipamentos têm um potente poder de aproximação (*zoom*), a forma como essa tecnologia seria utilizada dependeria de quem a estaria controlando na sede da UPP. Isso ficou claro em uma entrevista realizada com um policial da UPP do Santa Marta que me mostrou como as câmeras eram usadas para monitorar o morro.

O monitoramento, nos primeiros anos do projeto, era feito por um policial que ficava em uma sala na sede da UPP, onde havia uma mesa, uma cadeira e uma televisão de tela plana pendurada na parede. Na mesa havia ainda um telefone e um computador com monitor grande que controlava as imagens que apareciam na televisão.

Durante entrevista, enquanto mostrava as imagens das câmeras, o policial explicava como elas eram operadas:

Há duas câmeras na subida da comunidade, duas no meio, duas aqui em cima. São nove no total. [Eu pergunto: “Elas têm capacidade de aproximar bastante?”] Você quer ver como funciona? [...] Essas aqui são as câmeras: essa aqui é no meio da favela (pedra da santa) [ele aumenta o *zoom*]. Posso ver o que a mulher está fazendo dentro da casa dela. Não é ético, né? Então a gente volta [diminui o *zoom* novamente]. Aqui ficava um pessoal vendendo droga. Aqui fica um pessoal tomando conta. Os bandidos ficam tomando conta e vendendo aqui. Quando a gente chega, eles ficam assobiando. Então a gente monitora direto. Eu gosto muito de ficar olhando, porque qualquer coisa eu já aviso o pessoal da patrulha direto: “Ó, tem um grupo aí...”. Aqui, a subida do cantão. “Tem um tumulto aí, vamos dar uma olhada? Ó, tem um carro estranho”. Posso ver até a moeda no chão [ele aproxima o *zoom* do chão para mostrar a moeda]. “Ó, pega essa moeda aí para mim!” Olha o cachorro, está vendo? Então é muito importante essa questão das câmeras, para a gente poder monitorar a comunidade, quem entra e quem sai. Então eu deixo aqui nos pontos estratégicos. Perto do bondinho, da subida do bondinho. Quadra do pico. “Ih, está tendo uma festinha ali no campo, quem está jogando? [ele aproxima o *zoom* novamente]. Ah, são as crianças, então está tranquilo”. E assim vai... Está vendo? A gente monitora tudo. Está vendo como está tranquilo? Não precisa ficar monitorando direto. [Continua mostrando outras câmeras] Ah, o que a mulher está fazendo? Ó, grupinho, ó. O procedimento é esse [aproxima o *zoom*]. Vamos ver o que está acontecendo? Aqui perto [da sede da UPP no alto do morro]. Ah, criança, está tranquilo [afasta o *zoom*]. Essa aqui é fixa perto da creche, daqueles prédios. Essa é fixa. Eu não mexo com ela. Essa aqui também é fixa. Escadaria perto da estação 4. Aqui, eu monitoro tudo. Ali, atrás no pico, quem chega na companhia. Aqui, quem entra e sai da companhia. “Opa! Tem alguém chegando”, eu vejo. Se alguém chegar estranho, “opa, tem alguém chegando!”. Aqui, a entrada da comunidade na São Clemente. “Ah, eu quero mais um *zoomzinho*, vamos lá ver o que está acontecendo lá. O cara está vendendo o que lá? Uma baliinha”. Sabe de onde vem essa câmera? De cima do DPCO. Lá de cima. Todas elas têm uma aproximação grande. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)



Ao constatar que as câmeras instaladas na favela tinham realmente um *zoom* bastante potente e que eram capazes de dar giros de 360 graus, confesso que fiquei com a sensação de que todo e qualquer canto da favela poderia estar sendo monitorado a qualquer instante. Cotidianamente, muitos moradores afirmam ter a mesma sensação.

Certa vez, durante uma conversa informal em um bar no Santa Marta, a mãe de um jovem que estava morando havia alguns anos fora do país me contou que seu filho ficou “chocado” quando veio recentemente visitá-la. Ela disse que, como de costume, ele achou que pudesse fumar “um baseado” na laje da casa dela. Na visão dele, o fato de fumar dentro de casa não geraria nenhum problema e, mesmo se fumasse na rua, caso a polícia o abordasse, era só ele “desenrolar”. Preocupada com a situação, a mãe pediu para que amigos explicassem ao filho que “agora as coisas não estão mais assim no morro”.

Um outro jovem, que também participava da conversa, contou que costumava fumar maconha na laje de casa. Todavia, depois da instalação das câmeras, passou a ficar com medo, porque, mesmo dentro de casa, com a porta trancada, achava que os policiais conseguiam ver pelas câmeras o que ele fazia na laje da própria casa. Outros moradores presentes começaram a debater se a polícia poderia ou não entrar na casa de um morador caso soubesse, ou visse pelas câmeras, que ele fumava maconha lá dentro. Uns defendiam que por lei os policiais não poderiam entrar na casa sem a autorização do morador. Mas outros lembravam que, podendo ou não, se quisessem, os policiais iriam entrar e quem estivesse fumando, com certeza, poderia “ter problema”. Por isso, um morador mais velho aconselhou o mais jovem a não ficar “explanando” que fumava maconha para evitar problemas com a UPP.

É importante ressaltar que a sensação de estar sendo vigiado não é apenas uma “paranoia” de jovens que consomem maconha e, por isso, se sentem perseguidos, como alguém poderia sugerir. Diversos outros moradores, jovens ou mais velhos, também relatam que, depois da instalação das câmeras, passaram a ter a sensação de estarem vivendo sob a vigilância de um “olho eletrônico”. Como resumiu uma moradora do Santa Marta: “Eu me sinto no verdadeiro Big Brother Brasil Santa Marta, porque, em todo lugar que você olha, você vê câmera. [...] Eu me sinto vigiada 24 horas [...]. Todo mundo é vigiado, ninguém mais tem sua privacidade”.

Devido ao incômodo gerado pela instalação das câmeras na favela, em outubro de 2009, um grupo de moradores do Santa Marta resolveu se organizar para debater as transformações que vinham ocorrendo em seu local de moradia. Recebi o convite para o debate – que tinha como tema inicial a instalação do sistema de vigilância no morro – através de um e-mail com o seguinte material:

### **SANTA MARTA, O LUGAR MAIS VIGIADO DO RIO**

No final de agosto, os moradores do Santa Marta foram surpreendidos, pelos jornais e televisões, com a notícia de instalação de nove câmeras em diferentes pontos da favela. O medo de ser mal interpretada imobilizou a comunidade.

Muita gente da rua e algumas pessoas do morro, por motivos e razões diferentes, aplaudem esta ideia. No entanto: se somos uma favela pacificada, por que continuam nos tratando como perigosos?

Muros, três postos de polícia, 120 soldados, câmeras – será que não está havendo um exagero? Quando é que seremos tratados como cidadãos fora de qualquer suspeita?

Muro: 2.000.000,00, câmeras: 500.000,00 – esse valor daria para resolver problemas de quantas casas, quantos reparos na rede de esgoto e de drenagem?

Os últimos apartamentos entregues no Santa Marta têm um tamanho de 32 metros quadrados. O movimento popular de moradia diz que o tamanho mínimo é de 42 metros quadrados. Outras iniciativas defendem 37 metros. Então, por que os moradores do Santa Marta se conformam com essa metragem e não se manifestam? Isso seria a nossa prioridade!

Quando é que os moradores serão ouvidos sobre os destinos dessa comunidade? Precisamos discutir e refletir sobre isso coletivamente.

O medo está paralisando a comunidade e impedindo-a de se manifestar criticamente. Mas somente o exercício dos nossos direitos é que vai garantir a nossa liberdade.

#### **“Paz sem voz é medo”**

Queremos discutir as nossas prioridades. Queremos conhecer e debater as mudanças feitas no projeto de urbanização do Santa Marta.

Só seremos ouvidos e respeitados se estivermos juntos.

Pense, converse, reflita, debata, se junte.

Assinam este texto: Grupo Eco (Itamar), Associação de Moradores (Zé Mário), Igreja Batista (Pastor Valdeci), Costurando Ideais (Sonia), Centro Social Ana Maria Vieira Pinto (Nanan), Escola de Samba Mocidade Unida do Santa Marta (Antonio Guedes), Hip Hop Santa Marta (Fiel), Som da Casa FM (Luiz Keber).



*Figura 6 – Materiais criados por moradores do Santa Marta para protestar contra câmeras.*

Fonte: Elaboração de moradores do Santa Marta.

O debate foi realizado em 13 de outubro de 2009 na sede do Grupo Eco – que naquela noite estava sem energia elétrica – e reuniu cerca de vinte pessoas. Além de moradores, havia jornalistas e representantes do Observatório de Favelas e do mandato do deputado estadual Marcelo Freixo. Antes do início da reunião, soube que aquele já era o segundo encontro realizado pelo grupo de moradores do Santa Marta. De acordo com eles, o principal objetivo dessas reuniões era garantir o direito de debater as transformações que estavam acontecendo na favela.

A segunda reunião sobre as câmeras foi iniciada por Itamar Silva, coordenador do Grupo Eco, ex-presidente da associação de moradores e uma liderança local conhecida por sua longa trajetória na luta pelos direitos dos moradores de favela. Ele começou o debate relatando o sucesso da

última reunião. Apontou que o texto produzido pelo coletivo tivera ampla circulação e repercussão.<sup>4</sup> Lembrou, contudo, que a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança afirmara que “a instalação das câmeras [era] questão inegociável, assim como a ocupação policial no morro” (Moradores..., 2009). Diante da postura da polícia, que não abria qualquer canal de diálogo sobre o tema, o coordenador do Grupo Eco disse que os moradores precisavam se mobilizar e mostrar que queriam debater tudo que vinha ocorrendo na favela. Nas palavras de Itamar: “As pessoas vão aceitando qualquer coisa, não reclamam de nada. Nosso objetivo é provocar [...]. É importante mostrar que temos opinião e que nos incomoda a forma como certas coisas são feitas. A cada ponto que ficamos sem discutir, ficamos mais enfraquecidos”.

As principais reclamações apresentadas pelos moradores na reunião eram que as intervenções estatais estavam ocorrendo na favela sem que a população fosse comunicada e que o poder público não estava debatendo com os moradores quais eram os investimentos prioritários que deveriam ser feitos no local. Como sintetizou uma moradora: “Várias coisas estão acontecendo na nossa favela ao mesmo tempo [...]. A gente toma conhecimento pela imprensa, pelo rádio, pela televisão, pela internet. [...] Enquanto tem câmera que custou milhões, tem barracos que precisam ser construídos”.

Uma das intervenções realizadas pelo governo e criticada pelos moradores durante a reunião foi a construção de um muro no limite entre um lado da favela e a mata. Muitas pessoas questionaram a iniciativa, pois, na visão delas, não fazia sentido construir uma “ecobarreira” em uma área em que não se construíam novas casas fazia décadas.<sup>5</sup> Além de

---

4 O *Jornal do Brasil*, por exemplo, divulgou uma matéria sobre a instalação das câmeras: “Ao contrário da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Dona Marta, primeira a ser inaugurada, em dezembro do ano passado, as nove câmeras instaladas pela Polícia Militar em setembro na comunidade de Botafogo já causam reações adversas na associação de moradores e nas ONGs que atuam na favela. As queixas são de quebra de privacidade e motivaram a marcação de uma reunião para a próxima terça-feira, dia 13, quando o assunto será abordado. Alguns moradores reclamam de não terem sido consultados sobre o *Big Brother* da PM” (Comunidade..., 2009).

5 O conceito de “ecobarreira” também foi alvo de críticas: “De eco não tem nada. Como é que você vai falar que um muro de alvenaria é ecológico? Parte daí, a primeira coisa errada é isso. Eu acho que veio só para, sei lá, segregar mais. Aumentar

apontarem que o dinheiro gasto com o muro poderia ter sido investido para suprir outras demandas consideradas prioritárias pela população (como urbanização, saneamento básico, educação e saúde), os moradores associavam a construção do muro, assim como a instalação das câmeras, mais à segregação que à sua proteção.<sup>6</sup> Uma moradora, durante a reunião, definiu que para ela as câmeras instaladas na favela não eram “de segurança”, mas “de vigilância”:

Para mim só mudou o comando [...]. Outro dia um amigo falou que agora eu estou morando num condomínio fechado. Ele falou que gostaria que colocassem câmera no prédio dele. Daí não me aguentei e falei para ele: “A diferença é que as imagens da câmera do seu prédio iriam para a central do condomínio e qualquer condômino poderia ter acesso se quisesse; já as imagens de nossas câmeras vão para a central de segurança pública”. Eu não sou a favor de bandido, só porque sou contra câmera. Não venha me dizer que é câmera de segurança, porque o que colocaram aqui foi câmera de vigilância! (Trecho de depoimento de uma moradora do Santa Marta durante reunião realizada no Grupo Eco em 13 de outubro de 2009)

Embora todos os presentes na reunião concordassem que era extremamente importante debater as mudanças que estavam ocorrendo naquele momento, não parecia haver um consenso em relação aos tópicos a serem discutidos. Um morador sugeriu que o debate sobre as câmeras era “mais para fora que para dentro da favela”: “Na comunidade há um pessoal que não vê essa discussão como interessante, uma vez que as câmeras já estão instaladas e há outras questões mais importantes a

---

cada vez mais o preconceito com os moradores, só para isso. É dinheiro jogado no lixo, dinheiro jogado fora, literalmente. Dinheiro que poderia estar sendo investido para construir outras coisas, outras necessidades do morador [...]. Porque a gente também conhece relatos de que há muito tempo o morro já não ultrapassa o seu limite de construção, não se expande. Então totalmente desnecessário, eles colocam uma barreira da utilização da mata, que nós estamos acostumados a utilizar a mata. Nós temos isso desde criança. A gente utiliza a mata para brincar, para pegar pipa, para pegar fruta” (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta).

6 Em depoimento dado ao documentário *Arquitetura da exclusão*, um morador afirma: “Para o Santa Marta virar um presídio agora só falta um portão. Só falta o portão porque já tem muro, a câmera para filmar a gente já tem. Nossa liberdade a gente já não tem mais. Polícia na área toda já tem. O policiamento é geral” (Arquitetura..., 2010).

serem discutidas”.<sup>7</sup> Outra moradora rebateu: “As pessoas falam que não querem discutir as câmeras, mas na verdade não querem discutir nada. Queremos gerar uma reação!”. Ao que Itamar acrescentou: “As pessoas não precisam ter medo de vir discutir questões das câmeras achando que podem se prejudicar”. Para tentar debater as mudanças que estavam ocorrendo no morro sem que houvesse qualquer embate, o grupo organizou uma manifestação na data em que a ocupação policial na favela completava um ano. Seguem abaixo o convite do evento, a carta de manifesto produzida por moradores e algumas fotos dos cartazes da manifestação:

Olá!

Como você sabe, foi criado na comunidade o Grupo de Debates Santa Marta. O Grupo Eco junto com a Associação de Moradores convidou outras instituições e moradores à participarem desse grupo. Estamos realizando reuniões de debates sobre diversos temas: câmeras de vigilância; urbanização; contas da LIGHT, deslizamentos de pedras e outros. Então, no nosso último encontro foi marcado realizar um manifesto (dia 20 de novembro: um ano de ocupação da UPP na nossa comunidade). Precisamos mostrar que as coisas não estão tão bem como divulgam na imprensa.

Abaixo a divulgação:

Manifestação Grupo de Debates Santa Marta  
Dia: 19/11/2009 (quinta-feira)  
Horário: 8:00 horas  
Local: Primeira Estação do Bondinho  
Convide seus amigos e vizinhos!  
Participe! Junte-se a nós!

\*\*\*\*\*

O ato acontecerá às oito horas da manhã e cada pessoa que for participar vai reproduzir em cartazes, sua insatisfação. Usaremos cartazes, faixas, caixa de som e nariz de palhaço.

*Figura 7 – Convite para manifestação no Santa Marta.*

Fonte: Grupo de Debates Santa Marta.

<sup>7</sup> Apesar de ter falado em vários momentos do livro nos moradores de modo geral, não ignorei que a população das favelas é bastante heterogênea. O exemplo desse

**PORQUE CONSTRUIR MAIS PEQUENOS APARTAMENTOS?**

A luta pela urbanização do Morro de Santa Marta é antiga. Em 1986 um projeto deu início as obras de infra-estrutura e já projetava a construção de um plano inclinado. Mas logo tudo parou. Houve mudança na política, o prefeito saiu e com ele foi-se o projeto de urbanização da favela.

Nos anos seguintes os moradores tentaram incluir o Santa Marta no programa Favela Bairro. Não conseguiram.

No final de 1999, a luta pela urbanização foi retomada com força. Conseguiu-se a assinatura de um protocolo de intenções entre governo do Estado e Prefeitura para urbanizar o Santa Marta. Com a saída da prefeitura em 2001, o governo do Estado assumiu, sozinho, a tarefa de urbanizar o Morro.

Em 2004 começaram as obras do novo projeto de urbanização. Houve várias reuniões e assembleias com os moradores. Uma comissão de representantes locais foi formada para acompanhar os trabalhos. A Comissão funcionou até o início de 2007.

Hoje, o Santa Marta aparece nos jornais e televisões, diariamente. Muitas coisas são ditas em relação as obras no Santa Marta, mas os moradores não são consultados. Não decidem sobre o destino de sua comunidade. Falta informação. Falta debate em torno das propostas. Falta participação dos moradores nas decisões que envolvem o modelo de urbanização que está sendo praticado no Santa Marta.

Está passando a hora dos moradores se organizarem para debater livremente e coletivamente as mudanças que o governo do Estado está realizando no projeto de urbanização da favela.

Daqui a pouco, o Santa Marta se transformará em um morro cheio de prédios de micro-apartamentos de 32 m<sup>2</sup>, e ninguém terá como reclamar.

Vamos lá, ainda há tempo!

*Figura 8 – Manifesto contra a falta de participação dos moradores do Santa Marta nas decisões do poder público.*

Fonte: Elaboração de moradores do Santa Marta.

---

morador – que, embora tenha ido à reunião e quisesse participar do debate sobre as mudanças que ocorriam na favela, não concordava que a discussão sobre as câmeras fosse importante – ajuda a evidenciar como as opiniões dos moradores sobre a ação policial e os dispositivos usados pela UPP eram bastante variadas.



Figura 9 – Cartazes expostos durante uma manifestação no Santa Marta.

Fotos: Autora.

Cerca de cinquenta pessoas participaram da manifestação que aconteceu entre as 8 e 9 horas e 30 minutos do dia 19 de novembro de 2009, em frente à primeira estação do plano inclinado. Embora parte dos integrantes da manifestação fossem pessoas “de fora” da favela (incluindo pesquisadores e militantes de direitos humanos), diversos moradores que desciam o morro para trabalhar passaram em frente ao ato e pararam para ver os cartazes e ouvir os discursos feitos por algumas lideranças ao microfone, que enfatizavam que a população da favela não estava tendo direito à voz.<sup>8</sup>

8 Algumas das lideranças que organizaram o evento comentaram a circulação de um rumor segundo o qual no dia anterior alguns agentes do poder público tinham realizado uma reunião na favela com o intuito de esvaziar a manifestação do dia 19. De acordo com os moradores, esse encontro aconteceu mesmo sem um objetivo definido e sem agendamento antecipado, o que despertou em muitos a suspeita de que o único objetivo era tentar desmobilizar a população para a manifestação do dia seguinte.



Um cartaz produzido pelo Grupo Eco continha a imagem da escrava Anastácia ao lado dos seguintes dizeres: “Lutamos pela melhoria da favela, agora queremos vivê-la do nosso jeito. Pelo direito de escolher a melhor solução. Paz sem voz é medo!”.<sup>9</sup> Outros cartazes tematizavam: o aumento do custo de vida na favela (gerado pela formalização dos serviços, como o fornecimento de energia elétrica); os problemas de infraestrutura (como barracos de madeira que estavam quase desabando e a falta de iluminação pública); a carência de investimento em cultura; a ameaça de remoção da parte alta da favela (conhecida como “Pico”) e a construção (financiada pelo governo do estado) de apartamentos muito pequenos (de apenas 32 metros quadrados) para realocar as famílias que seriam removidas. Um dos cartazes reivindicava: “Moradias dignas, SIM. Apertamentos, NÃO!”. Outro dizia: “Santa Marta não é vitrine. Qualidade social já!”. O único cartaz que citava a UPP foi produzido pelo *rapper* Fiell. Nele aparecia a seguinte frase: “A UPP não pode temer a cultura local”.

Jornalistas da TV Brasil, da Rede Globo e da Bandeirantes cobriram a manifestação. Em entrevista dada à TV Brasil durante o protesto, Itamar Silva declarou: “Não pode tudo que acontece aqui se resumir a questão de polícia [...]. A gente está discutindo uma questão de cidadania, um direito de participação. A gente quer recuperar a voz do morador junto ao projeto de urbanização do Santa Marta” (Ocupação..., 2009).

### **“Duras” constantes e o lançamento da cartilha de abordagem policial**

O tema da “opressão policial” na favela, que não foi abordado na manifestação, já tinha começado a ser debatido no encontro de 13 de outubro no Santa Marta. No fim da reunião sobre as câmeras, um morador que conheci naquele dia e que se apresentou como *rapper* Fiell criticou o constrangimento por que tinha passado durante uma “dura” que sofrera na madrugada anterior. A mesma narrativa que ele apresentou oralmente quase no fim da reunião foi enviada a todos os presentes por e-mail um

9 Os moradores do Santa Marta em vários momentos fizeram referência ao trecho da música “Minha Alma”, composta por Marcelo Yuka, que diz que “paz sem voz, não é paz, é medo”.

dia depois. No relato intitulado “Constrangimento diário”, ele descreveu em detalhes como a abordagem tinha ocorrido:

Na terça-feira, à 1h05, fui abordado por quatro policiais [...]. Até aí, tudo bem. O policial, que não deu para identificar, me mandou ir para a parede. Eu falei: “Senhor, eu estou sendo suspeito de quê?”. O policial me mandou ficar quieto e falou que eu estava cheio de marra: “Aí você é suspeito, pois você faz apologia ao tráfico. Está com uma camisa que eu posso te levar para a delegacia!”. Na hora eu indaguei: “Que isso! Aqui [na camiseta] está escrito ‘porte ilegal’. Isso é vendido nas lojas”. Na abordagem havia quatro policiais. Eu perguntei o nome deles, e os PMs se recusaram a informar. Um deles ainda debochou: “Se quiser, pode ir falar para a Priscillinha” – referindo-se à capitã Pricilla. Tive que mostrar a identidade, e vasculharam meus bolsos. Logo em seguida, vinha mais um morador, e os policiais mandaram parar. Foi rápido, e logo o morador foi liberado. Eu perguntei: “Olha só, por que eu tive que ser minuciosamente revistado e essa ação não é igual para todos?”. O PM disparou: “Isso é porque você fez pergunta, rapá!”. Em seguida, eles falaram: “Se quiser, vai à TV Globo, pois a mesma não sabe o que acontece de verdade no Morro Santa Marta. E ‘deputado Marcelo Freixo’ é o caralh...!”. (Trecho de e-mail do *rapper* Fiell em que relata uma “dura” policial)

Após narrar o ocorrido, Fiell reclamou que era abordado constantemente só por ser “do *hip hop*” e andar com roupas com as quais os policiais implicavam. Um morador interveio, então, dizendo que Fiell tinha que mostrar aos policiais que não era contra a polícia, mas sim contra o abuso da autoridade policial. O *rapper* não gostou do comentário e respondeu: “Eu não tenho que mostrar nada a ninguém. As câmeras tinham que filmar isso, mas eles fazem onde não tem câmera. Nós temos é que discutir a segurança que queremos. Policial precisa andar de fuzil aqui dentro?”.

Na mesma reunião, outra moradora relatou mais um caso de “abuso” policial, segundo o qual cinco agentes haviam jogado *spray* de pimenta na cara de um morador. Ela disse que entrou com um processo contra os policiais, mas que os moradores tinham medo de testemunhar. E quando alguém ia fazê-lo, a polícia tentava desqualificar sistematicamente a testemunha, insinuando, por exemplo, que a pessoa costumava beber ou usar drogas.

Alguns dias depois de ter ouvido esses relatos, tive acesso a um relatório elaborado pela ONG Justiça Global que listava outras ações policiais arbitrárias contra moradores do Santa Marta. O relatório elencava uma série de casos que tinham ocorrido desde a inauguração da UPP envolvendo abuso de autoridade, uso excessivo do *spray* de pimenta, agressões cometidas por PMs contra alguns moradores e episódios de homofobia<sup>10</sup> e perseguição. O relatório destacava ainda que, quase sempre que algum morador tentava apresentar uma denúncia contra policiais da UPP, acabava sendo acusado pelos PMs de desacato à autoridade.

Muitos outros casos de abuso policial, além dos acompanhados pela Justiça Global, continuaram sendo relatados entre 2009 e 2010. No início de 2009, notei que circulavam rumores de que, pelo simples fato de andarem sem documentos pela favela, moradores estariam sendo detidos por policiais e encaminhados à delegacia para que suas fichas fossem levantadas. Depois de algum tempo em campo, ouvi relatos de moradores que confirmaram a ocorrência dessa prática.

Já fui conduzido à delegacia erradamente, simplesmente porque eu estava sem documento. Alegaram que eu não tinha documento e por isso tinham que me levar. Mas a gente sabe que não existe nenhuma lei, nenhuma legislação que obrigue a pessoa a andar com documento. (Trecho de entrevista com um morador de 19 anos do Santa Marta)

Assim como ele, diversos moradores da favela sabiam que os policiais da UPP, com frequência, não seguiam o que estava previsto em lei durante as abordagens realizadas no morro, mas temiam criticar publicamente essas arbitrariedades, visto que, nesse período, havia um forte consenso em torno do projeto das UPPs. Isso dificultava a apresentação de qualquer denúncia pública à polícia, pois quem fazia alguma crítica à

---

10 Os casos de homofobia na favela ganharam destaque em uma matéria do jornal *O Dia*, publicada em 8 de setembro de 2009, intitulada “Contra a homofobia no Santa Marta”. A reportagem informava que a Polícia Militar tinha instaurado procedimento para investigar a denúncia de que PMs teriam agredido homossexuais na favela. O então relações-públicas da PM, major Oderlei Santos, declarou ao jornal: “Não vamos compactuar com nenhuma atitude preconceituosa cometida por policiais. Se forem comprovados esses desvios de conduta, os responsáveis por essas agressões serão punidos” (Saigg, 2009).

atuação dos policiais dentro da favela geralmente era acusado de “preferir” o tráfico à polícia ou de “compactuar” com traficantes.

Incomodado com o crescimento dos abusos cometidos por agentes da UPP na favela e com a dificuldade das vítimas em denunciar esses casos, um grupo de lideranças resolveu se reunir para criar uma cartilha de abordagem policial do Santa Marta. O documento foi uma iniciativa do grupo Visão da Favela Brasil, coordenado pelo *rapper* Fiell,<sup>11</sup> com o apoio do Grupo Eco e da Associação de Moradores do Santa Marta. O objetivo central da publicação era conter os excessos da ação policial e reforçar a ideia de que os moradores de favelas deviam ser respeitados pelo poder público e por seus agentes. Nela foram descritos os limites da ação da polícia e a melhor maneira de agir durante uma abordagem policial e no eventual caso de abuso de autoridade. Valendo-se de uma linguagem simples e de muitas ilustrações, o grupo de moradores produziu a cartilha coletivamente, contando ainda como apoio de ONGs e de organizações de direitos humanos.

Para Castellón (2013, p. 30), a cartilha é “uma ação social que surgiu como um grito desesperado”. A autora explica: “Foram tantas pessoas, tantos casos que recebemos, que foi necessário criar um mecanismo de educação e de comunicação para moradores, visitantes e policiais quanto aos direitos e deveres da pessoa abordada pela polícia”.

É possível tomar a cartilha como uma espécie de síntese dos principais excessos que a polícia vinha cometendo no primeiro ano de ocupação das favelas, já que o material foi produzido a partir de um mapeamento informal realizado pelos próprios moradores dos casos mais recorrentes de “abuso”. Eram exemplos comuns dessas arbitrariedades em favelas “pacificadas” naquele momento: a) buscas realizadas por policiais dentro de residências sem autorização dos moradores nem mandado de busca e apreensão; b) “duras” policiais em moradores, sem que existisse uma fundada suspeita sobre quem estava sendo abordado; c)

---

11 Para conhecer um pouco mais sobre a trajetória do *rapper* Fiell, vale conferir o verbete produzido sobre ele pelo Núcleo Piratininga de Comunicação no Dicionário de Favelas Marielle Franco (Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Emerson\\_Claudio\\_Nascimento\\_dos\\_Santos\\_o\\_Repper\\_Fiell](https://wikifavelas.com.br/index.php/Emerson_Claudio_Nascimento_dos_Santos_o_Repper_Fiell). Acesso em: 5 jul. 2022).

xingamentos, ameaças e agressões de policiais a moradores durante as “buscas pessoais” (mais conhecidas como “geral” ou “duras”); d) ocorrências de revistas íntimas em mulheres da favela feitas por policiais do sexo masculino; e) condução arbitrária de pessoas à delegacia apenas para que os policiais “puxassem sua ficha”.

Além de descrever os limites da ação policial, a cartilha buscava orientar os moradores sobre como deveriam agir para denunciar algum eventual “excesso”, indicando, por exemplo, que aquele que sofresse algum “abuso” deveria anotar o nome do policial que atuou fora da legalidade. Como eram frequentes os casos em que policiais não estavam identificados, havia também a orientação para que a vítima anotasse as características físicas do policial, como altura e cor da pele, assim como o horário do ocorrido e todos os demais detalhes possíveis.

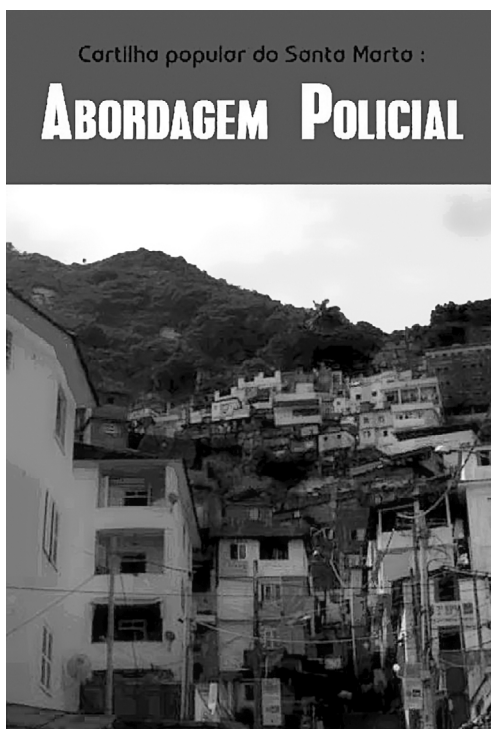


Figura 10 – Cartilha de abordagem policial do Santa Marta.

Fonte: Visão da Favela Brasil/Grupo Eco/Associação de Moradores do Santa Marta.

A cartilha sugeria também que os moradores encaminhassem suas denúncias para um órgão do poder público (como o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública – NUDEDH, a Subprocuradoria Geral de Direitos Humanos do Ministério Público, etc.) ou para organizações da sociedade civil listadas na cartilha (como o Grupo Eco, o Visão da Favela Brasil, a Associação de Moradores do Santa Marta, a Justiça Global, o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos – DDH, etc.). O documento apresentava ainda outras possibilidades de denúncia que poderiam surgir a partir da organização de audiências públicas comunitárias na própria favela. Segundo Fiell,

tudo que está na cartilha está na Constituição. Se os policiais praticassem só o que está na Constituição, não tinha quase violência. Só que, como o policial tem fé pública, eles dizem o que querem. Se você não filmar um ato irregular da polícia, o delegado na delegacia vai acreditar no policial. Então, a ideia da cartilha foi para garantir direitos. Após a cartilha, diminuiu muito a violência policial. Ainda tem, muita coisa a gente nem sabe, mas após a cartilha mudou muito. Policial percebeu que o favelado pensa, percebeu que o favelado é ser humano e tem direitos. (Depoimento de Fiell no documentário *Pelo Santa Marta, para o Santa Marta: o percurso da comunicação comunitária*).<sup>12</sup>

A cartilha pode ser considerada, portanto, uma tentativa bem-sucedida dos moradores de “pacificar” os policiais da UPP. Após o lançamento<sup>13</sup> e a distribuição de três mil exemplares do documento, ouvi relatos de que alguns moradores passaram a andar com ele em mãos, utilizando-o, assim, como um dispositivo para reivindicar seus direitos quando sofriam abordagens policiais excessivas. Uma moradora do Santa Marta contou que seu pai passara a andar sempre com a cartilha, já que era constantemente abordado:

---

<sup>12</sup> Ver *Pelo Santa Marta...*, 2014.

<sup>13</sup> A cartilha – pequena, bem didática e repleta de ilustrações – foi lançada em março de 2010 em uma cerimônia realizada no Santa Marta. Participaram do lançamento Marcelo Freixo (então deputado estadual do PSOL), Itamar Silva (do Grupo Eco), Mario Hilário dos Santos (da Associação de Moradores do Santa Marta), MC Gaspa (do Coletivo Lutarmada), Pro Rap Rua (da favela Santa Marta) e *rapper* Fiell, além de outros moradores do Santa Marta, militantes de outras favelas, pesquisadores, estudantes e jornalistas.

Meu pai andava com a cartilha [...]. Ele não esconde de ninguém que tem o viciozinho dele na cachaça, fuma o cigarrinho no canto dele lá, mas não implica com ninguém, não pega [dinheiro] de ninguém, não tira de ninguém. Então, a dura já é focada! [...] Meu pai já foi agredido por muitos deles, meu pai já ficou internado. Agora, meu pai tem duas costelas deslocadas, tem platina no joelho por agressão, por ter sofrido coisas. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

Alguns dias após o lançamento da cartilha, fui até a sede da UPP no alto do Santa Marta para fazer entrevistas com policiais. Perguntei se eles sabiam da existência do material. Em tom irônico, um deles perguntou a outro: “Foi aquele ‘ganso’ que fez, né? Só podia ser mesmo! Ele é muito abusado!”. O outro policial comentou, então, que era muita pretensão de Fiell achar que podia ensinar a lei para a polícia. Posteriormente, durante uma entrevista, em tom mais polido, mas não menos crítico, outro policial disse que não entendia a necessidade de uma cartilha para ensinar como deveria ser a abordagem policial:

Vi essa cartilha. Ela foi levada para o comando. Só que ela não tem base jurídica. Como eu não posso revistar uma mulher dentro de uma favela? Posso revistar, sim. Desde o momento que eu faça uma revista não íntima, mas sim uma revista superficial com o dorso da minha mão. [...] O dorso da minha mão não é sensível para você chegar ao ponto de dizer que eu estou te bolinando. Logicamente, onde as mulheres guardam drogas? No sutiã, nos seios e no cós da calcinha, perto da calcinha... Então, você passar ali e revistar alguma saliência que esteja aparecendo no corpo da pessoa...Você logicamente não é médico, mas conhece um pouco de anatomia. Você vê um carço ali [aponta para o peito], você sabe que aquilo ali não é normal da anatomia humana. Então você vai chegar ali para ver o que está acontecendo. E você sabe que mulher é bandida também, é mulher de bandido, mulheres que usam drogas. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

O lançamento da cartilha, sem dúvida, tensionou a relação entre os policiais e Fiell, que passou a ser rotulado pelos agentes da UPP como “abusado”. Segundo o *rapper*, desde o lançamento, os policiais começaram a “pegar ainda mais no pé” dele, o que culminou com sua detenção em maio de 2010, no bar do seu sogro, sob a acusação de “baderna” e

perturbação da ordem. O episódio teve início às 21 horas, quando cinco policiais teriam advertido Fiell a baixar o som do bar até as 2 horas. Os policiais teriam dito que prenderiam o *rapper*, caso o som não fosse diminuído. Faltando cinco minutos para as 2 horas, doze policiais chegaram ao bar dizendo que haviam recebido reclamações de que o som estaria muito alto. Segundo Fiell, eles chegaram “metendo as mãos nas tomadas, desligando tudo, invadindo o local”.

Eu tinha acabado de lançar a cartilha. Ela saiu em vários meios de comunicação de massa, como o jornal *O Globo, Extra*. A polícia não se manifestou perante a cartilha. Ela não quis falar, ela não quis reconhecer essa cartilha como algo legal [...]. Ela viu como uma afronta. Doze policiais chegaram no bar do meu sogro, invadiram um espaço privado, o que é irregular. Isso não acontece em um restaurante, não acontece no Copacabana Palace, a polícia invadir e chegar acabando com a festa. Mas como nós estamos em um território chamado “favela”, para a polícia tudo é possível. Então, eles chegaram e me deram voz de prisão. Porque eu falei no microfone que eles não podiam ter entrado em um bar e desligado o som, porque se era polícia pacificadora teria que dialogar. Aí eu fui preso, arrastado pelos becos, tomei porrada. E aí os policiais perguntaram: “Cadê a sua cartilha agora para te garantir?”. A gente sabe que um papel não vai garantir que não sejamos violentados, mas é o que a gente pode fazer, exigir nossos direitos! (Depoimento de Fiell no documentário *Pelo Santa Marta, para o Santa Marta: o percurso da comunicação comunitária*)

No mesmo dia, o portal G1 também divulgou uma matéria sobre o episódio. A reportagem dizia que a Polícia Militar enviara uma nota afirmando que o *rapper* “repetidamente promovia atos de protesto contra os policiais das UPPs” (Polícia..., 2010). Segundo Fiell, além de tentar manchar sua imagem através da mídia, posteriormente o comando da UPP tentou diversas vezes jogar a população contra ele, afirmando que o *rapper* era baderneiro e promovia a desordem na favela. Fiell afirmou ainda que sua prisão foi “política” e associou o ocorrido ao lançamento da cartilha de abordagem policial.

A existência de atritos entre policiais e moradores e de reclamações sobre abordagens truculentas no contexto pós-“pacificação” não foi uma exclusividade do Santa Marta. Relatos de moradores da Cidade de Deus



mostram que as abordagens e revistas eram constantes no início da ocupação e geravam um incômodo até mesmo em quem considerava positiva a presença da polícia na favela. Ouvi diversos moradores se queixando de que tinham suas rotinas interrompidas praticamente todos os dias por policiais que os abordavam – com frequência, de modo truculento – quando eles estavam indo ao trabalho ou voltando para casa.

Sabe o que deu raiva na UPP? Eles não fizeram planejamento para conhecer a comunidade, não fizeram o mapeamento da comunidade. Eles chegaram e não tinha como oprimir o tráfico assim diretamente, então, eles oprimiam o trabalhador. Por exemplo, se eu tenho um bar que ficava aberto até as 2 horas da manhã... No começo da UPP, davam 8 horas da noite, eles mandavam você fechar. E se você não fechasse, eles vinham e quebravam tudo, davam tapa na cara de trabalhador. Toque de recolher. Pelo que eu li um pouco da ditadura, pareceu um pouco. Aquele negócio de que se você não tivesse com documento no bolso era enquadrado na vadiagem. Eu passei a não andar, porque eu sabia que eu ia chegar ali e ia dar 10 horas da noite e eu não ia mais poder ficar ali. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Os comandantes de UPPs que entrevistei não negaram que, algumas vezes, os policiais cometiam excessos, mas classificaram esse tipo de caso como exceção. Eles apontaram que precisavam da ajuda dos moradores para que pudessem detectar e reprimir esse tipo de conduta. Como afirmou a major Pricilla Azevedo: “A gente vai agir, mas precisa que a vítima tenha pulso, que vá lá e comunique a ocorrência”.

Além das abordagens realizadas na rua e em espaços públicos, outra ação policial que também incomodava os moradores, sobretudo no início da implementação da UPP, era a “averiguação de situações suspeitas” realizadas a partir de denúncias. Ficar em casa em determinados horários, sem trabalhar, por exemplo, já levantava a suspeita de envolvimento com o “mundo do crime” na favela:

No início revistavam de casa em casa, iam de casa em casa. Uma vez eu estava até em casa, cheguei da autoescola. Eu ia para a autoescola às 7 horas, fazia quatro, cinco aulas por dia, porque eu estava precisando da minha habilitação. Então eu fui às 7 horas, cheguei por volta das 11 horas e fui deitar.

Quando eu deitei, o policial entrou lá em casa. Aí, a minha mulher atendeu, o tempo estava chuvoso. Aí, o policial:

— Posso dar uma olhada aí?

— Não, tudo bem.

— Quem está lá em cima?

— Meu esposo.

— Teu esposo? Trabalha?

— Sim.

— Dormindo até 11 horas? Trabalhador não dorme até 11 horas, não. Pede para descer lá. Está armado? Tem alguma coisa?

Aí, desci e fui falar com ele, conversei com ele. Falei:

— Não, meu irmão, cheguei da autoescola agora. Estou cansado, vou dar uma dormida, depois vou trabalhar.

— Tem droga? Tem arma? Tem alguma coisa? Fala logo, porque se eu achar...

— Não, não tenho nada, não.

Revistou a casa toda, mexeu em tudo. É aquela coisa... tipo assim, em uma revista normal, quem deveria mexer era eu. Na revista, o cara joga tudo para o alto, abre porta, ele não quer saber! Espalha comida, mete a mão no pote de arroz. Nesse dia, eu joguei um pote de arroz fora. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Os policiais confirmam que o fato de uma pessoa estar em casa no meio da tarde realmente era visto como uma evidência de que ela provavelmente não possuía um trabalho fixo e, logo, reforçava a suspeita de que ela poderia ter envolvimento com alguma atividade criminosa na favela. Por isso, moradores que estivessem “nessa atitude suspeita” precisavam ser encaminhados para a delegacia para que suas fichas fossem levantadas:

Eu chego na casa do sujeito terça-feira, às 2 horas da tarde, ele está lá dormindo e fala que trabalha na loja de não sei de que na Tijuca. Que horas é esse trabalho? Então, a gente tem que saber, mas isso não é a vontade da major, isso não é a vontade do sargento da UPP, isso é a vontade do Estado, do poder público, da preservação da ordem pública. Então, algumas abordagens que a gente faz não são porque eu quero. Eu tenho que querer porque eu estou ali na minha função policial. Mas isso tudo, o que quero que a comunidade entenda é que é tudo para a comunidade, não é para aprisionar a comunidade, é para poupar, para proteger, para também levar para a DP se tiver que levar, mas é tudo para preservar a liberdade e a paz de vocês, né? (Trecho da entrevista que a major Pricilla Azevedo concedeu à Rádio Comunitária Santa Marta em 22 de fevereiro de 2011, enquanto era comandante da UPP do local)

A fala da policial evidencia, portanto, como nesse primeiro momento após a inauguração da UPP as “duras” e verificações eram importantes ferramentas utilizadas pela polícia para monitorar e mapear os moradores da favela. A comandante admite que sabia da insatisfação que essas medidas geravam entre muitos moradores – por ir contra a liberdade individual de alguém que desejava, por exemplo, permanecer dentro de sua própria casa no horário que quisesse. Pricilla ressalta, contudo, que agir assim era necessário para preservar “a liberdade e a paz” na favela recém-“pacificada”. Vale notar que, se uma parcela da população se posicionava contra esse tipo de ação, outra apoiava a “repressão dura”, alegando ser esse o único jeito de a polícia “botar moral e mostrar para os meninos [envolvidos com o tráfico] quem é que mandava na favela agora”.

## **O controle da vida cultural na favela e a criação da Rádio Santa Marta**

Além das “duras” e das averiguações, outro foco de conflito entre policiais e alguns moradores nos primeiros anos de ocupação policial foram as novas regras que a UPP passou a utilizar para ordenar a realização de eventos e atividades culturais nas favelas. Após a chegada da polícia, os bailes *funk* foram completamente proibidos. E logo começaram a circular rumores de que, no início da ocupação, os policiais não estavam permi-

tindo que os moradores ouvissem *funk* nem mesmo dentro de suas próprias residências. Como afirmou uma moradora do Santa Marta:

No começo, eles botaram uma ordem: só podia ficar na rua até as 10 horas da noite. Se tivesse festa dentro de casa, teria que comunicá-los, porque só podia ser até as 2 horas da manhã [...]. E diziam que não podia escutar *funk*... Dentro da sua própria casa [...]. Pelo menos, até hoje, ninguém veio na minha porta falar nada. Mas, no dia em que vier, eu falo! Eu falo: “Eu estou dentro da minha casa, eu escuto o que eu quiser. Se eu quiser escutar pagode, eu escuto; se eu quiser escutar *funk*, eu escuto; se eu quiser escutar louvor, eu escuto. Até macumba, se eu quiser fazer dentro da minha casa, eu faço, porque eu estou dentro da minha casa, não estou incomodando ninguém”. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

A proibição dos bailes foi possível devido à resolução nº 013 da Secretaria de Estado de Segurança (Seseg), que, desde 2007, conferia à polícia o poder de proibir eventos artísticos, sociais e esportivos em todo o estado do Rio de Janeiro.<sup>14</sup> Tal resolução apresenta os requisitos a serem seguidos para a autorização de eventos em determinados lugares. Como explica Carvalho (2011, p. 90), “o que está na resolução vale para todo o estado do Rio de Janeiro. Contudo, os espaços das favelas que são dedicados às práticas de lazer, como quadras ou campos de futebol, em geral, não apresentam a infraestrutura solicitada pela resolução”.

A altura do som, a falta de isolamento acústico e de outros equipamentos, como extintores de incêndio, câmeras de segurança e detectores de metal, nos locais onde os bailes *funk* costumavam acontecer passaram a ser algumas das principais justificativas usadas pelo comandante das UPPs para não autorizar a realização desse tipo de evento em favelas “pacíficas”. Alguns policiais argumentavam que a proibição dos bailes era motivada apenas por uma aplicação da lei, e não por uma “perseguição” deliberada da UPP ao ritmo musical:

---

14 São algumas das exigências da resolução: o aviso de realização do evento às autoridades com vinte dias de antecedência; a delimitação de áreas de estacionamento para o público; a instalação de câmeras de segurança no local, de detector de metais nas entradas e de geradores para o caso de blecaute; atendimento médico emergencial no espaço do evento, entre outras. Ver Carpes, 2013.

Assim, não é que não era permitido [o baile *funk* no início das UPPs]; sempre foi permitido [...]. A mídia fala de forma distorcida [...]. Tinha uma resolução da Secretaria de Segurança – se eu não me engano, é a 013 – que falava sobre os requisitos para você promover um baile *funk* ou um baile com música eletrônica, porque eram ocasiões que tinham mais índices de brigas, geravam muitas ocorrências, grande quantidade de pessoas usando drogas. Então, eles fizeram uma fiscalização mais rigorosa em cima disso. Então, não é que a gente proibiu, ninguém proibiu. Simplesmente, a gente falou: “Para você fazer esse evento, você vai ter que cumprir esses requisitos”. E são muitos requisitos! E aqui [no Santa Marta], por exemplo, a quadra não tinha condições de cumprir esses requisitos: saída de emergência, extintor de incêndio e tal. Tem que ter câmera com tudo filmado. E eles não tinham condições de fazer. Então, a gente não proibiu o evento porque é *funk*. Tinha uma resolução que falava sobre isso e, de acordo com aquela resolução, se não fosse cumprida, não tinha como liberar, porque eu estaria autorizando uma coisa que não estava de acordo com a lei. Então, não foi proibido. (Trecho de entrevista com um policial do Santa Marta)

A censura ao *funk* era relacionada, portanto, a uma “falta de estrutura adequada” nos locais onde os bailes aconteciam e aos “efeitos colaterais” que seriam causados (ou pelo menos intensificados) pelo “som do batidão”. Policiais afirmavam não permitir que o ritmo musical tocasse nem mesmo em festas menores, porque a presença do *funk* estava diretamente associada a um aumento de ocorrências na favela – como a venda e o consumo de drogas, além de brigas e confusões.

A criminalização do *funk* não é algo novo.<sup>15</sup> O *funk*, aqueles que se identificam como *funkeiros*, os bailes e seus frequentadores estão asso-

15 Já na década de 1980, Hermano Vianna (1988) foi o primeiro a apontar a dimensão do *funk* como fenômeno de massa que começou com os bailes dos subúrbios e periferias cariocas e que inicialmente era desconhecido da juventude de classe média da Zona Sul e da grande mídia. Como aponta Facina (2009, p. 4), “a notoriedade midiática veio nos anos 1990 e ocupou não as páginas dos elitizados cadernos culturais dos jornais cariocas, mas sim o noticiário policial [...]. Foram os arrastões ocorridos no Arpoador e em outras praias da Zona Sul que deram visibilidade aos *funkeiros* [...]. Os arrastões foram apresentados ao amedrontado público como assaltos realizados por ‘bandos de *funkeiros* favelados’ [...]. Os ‘arrastões’ despertaram o interesse da mídia corporativa pelos bailes que já ocorriam havia mais de uma década, e ela passou a noticiá-los sempre destacando a violência ocorrida dentro e fora dos clu-

ciados à violência na cidade do Rio de Janeiro, pelo menos, desde os anos 1990. Mas, a partir do processo de “pacificação”, a criminalização do ritmo se intensificou ainda mais. Depoimentos de comandantes de UPPs sobre o tema evidenciam como a proibição do *funk* em favelas “pacificadas” não estava ligada apenas a questões técnicas, mas também à carga simbólica associada a esse ritmo musical. Conforme reportagem de 2010 da revista *Democracia Viva*:

Segundo o capitão Glauco,<sup>16</sup> o baile está proibido: “Eu sou contra. Todo o baile *funk* tem envolvimento com o tráfico. Apesar de ser uma cultura popular, a população ainda não está preparada para isso. No futuro, quando estiverem conscientes, escutando música clássica, música popular brasileira, conhecendo outros ritmos, outras culturas, a gente pode até autorizar, mas hoje não”, argumenta. A capitã Pricilla corrobora a afirmação e lembra a associação simbólica do baile *funk* com o tráfico: “Para os trabalhadores, para as comunidades, ter um baile *funk* aqui hoje significa que a polícia perdeu. É o simbolismo. Vai ter um dia? Vai, mas não agora”, conta. (Mattar; Chequer; Dias, 2010)

Embora juristas, como Nilo Batista, considerem o fato de uma autoridade policial militar tutelar manifestações culturais na favela “algo absolutamente inconstitucional” (Granja, 2011), parte da população desses territórios – ainda que não declare publicamente – é a favor desse controle. Alguns moradores lembram que antes da proibição não conseguiam dormir, já que os bailes aconteciam sem que houvesse controle do volume do som e do horário de término.

No Santa Marta, durante os dois anos em que estive à frente da UPP, a major Pricilla Azevedo estabeleceu que todos os eventos no morro deveriam acabar às 2 horas da manhã. Segundo a comandante, o estabelecimento desse horário-limite foi uma resposta da polícia a uma demanda da própria população: “Tem trabalhador aqui que trabalha noite sim, noite não. Se toda noite sim ele tiver que ficar ouvindo bateria da escola de

---

bes. Principalmente a partir de 1995, vai ser comum também a acusação de ligação dos bailes com o comércio varejista de drogas”.

16 Em 2010, na ocasião dessa declaração, Glauco Schorcht era responsável pela UPP do Morro da Providência.

samba, forró, *pagossamba* ou sei lá o que é, o cara vai dormir que horas? Aí ele vai ser obrigado a dormir que horas?”.

Além de estipular um horário-limite para o término das festas, Pricilla – assim como os comandantes de outras UPPs – passou a exigir que os moradores solicitassem sua autorização para realizarem qualquer evento na favela.<sup>17</sup> Um policial do Santa Marta salientou que essa exigência era importante: “Nós precisamos ter conhecimento sobre o que acontece na comunidade. Quer dizer, uma festa, um baile, isso tudo agora, hoje, só pedindo autorização para ser feito”. Uma parcela da população do local considerava que esse ordenamento imposto pela UPP era importante para melhorar o “clima da favela” e “diminuir a bagunça no morro”.

Entenda bem: dentro de uma sociedade tem que haver ordem, disciplina e respeito. Então, quer dizer, é o Estado impondo a ordem, a disciplina e o respeito, porque ninguém pode viver sem isso. Porque é aquele negócio [...]. Poxa vida, você mora em um condomínio, tem a lei do silêncio às 22 horas; se alguém extrapolar, é claro que você dá um Disque-Denúncia, a polícia vai lá tomar as medidas. [...] O Estado está agora fazendo o papel dele na favela. Acabou a permissividade, entendeu? (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

---

17 Durante o período em que fiz trabalho de campo no Santa Marta, não parecia haver um procedimento padrão que determinasse o dia em que os pedidos de evento deveriam ser entregues pelos moradores ou em que as repostas deveriam ser dadas pela UPP. A concessão de autorização parecia variar muito de acordo com quem estava promovendo o evento, com o local onde a atividade cultural seria realizada e também com a agenda e o humor do comandante. Já na Cidade de Deus notei que, pelo menos aparentemente, havia uma maior formalização nesse procedimento. Numa tarde de sexta-feira fui até a sede da UPP para fazer entrevistas com policiais. Entre uma entrevista e outra, eu ficava esperando no *hall* de entrada no primeiro andar da UPP, onde pude notar a movimentação de moradores que iam até o prédio para verificar se os pedidos de autorização de eventos entregues alguns dias antes tinham sido aprovados. Uma policial explicou que os pedidos deveriam sempre ser entregues no início da semana e que todas as repostas saíam na sexta-feira. O que mais me chamou a atenção foi que os movimentos dos corpos, o modo de iniciar a fala não deixavam dúvidas de que entrar na UPP e falar com um policial não era algo confortável para a maioria dos moradores que ali estava. Quase todos pareciam deslocados e gaguejavam no início da fala, como se estivessem escolhendo as palavras para expressar o que queriam dizer. Dos casos que presenciei, as respostas foram todas positivas.

Embora reconhecessem que o som alto muitas vezes perturbava aqueles que moravam perto dos locais onde eram realizados os bailes na favela, diversos moradores – especialmente os jovens – reclamavam que, com a chegada da UPP, ficaram “sem opções de lazer dentro do morro”. Eles se queixavam de que agora precisavam sair da favela quando queriam se divertir:

Hoje quase não tem cultura no Santa Marta, quase não tem eventos. E os eventos que tem têm um limite de hora para terminar. [...] Tá horrível, o morro tá muito ruim. Culturalmente, antigamente era muito melhor [...]. Porque antes, mesmo sem grana, a gente ia, curtia, se divertia, sem problema. Quando tem grana, aí, sim, a gente parte para outro lugar, porque não tem jeito. Às vezes precisa dar uma saída. Só estudar é foda! (Trecho de entrevista com um jovem morador do Santa Marta)

Além disso, comerciantes e “produtores culturais” do Santa Marta apontaram que o controle da vida cultural da favela imposto pela polícia afetava diretamente seu trabalho. De acordo com esses profissionais, os jovens, em especial, tinham o costume de só chegar nas festas por volta das 23 horas ou da meia-noite. Logo, se as festas deveriam acabar às 2 horas, o tempo de duração dos eventos acabava sendo muito curto. Dessa forma, tornava-se muito difícil ter lucro, já que quem promovia festas no morro deveria arcar com diversos custos – por exemplo, com equipamento de som e com a contratação de uma banda ou DJ.<sup>18</sup> Mas, como geralmente não havia cobrança de ingresso naqueles eventos (ou, quando havia, o valor não costumava ser muito alto), a maior parte do lucro vinha da venda de comidas e, especialmente, de bebidas. Então, menos tempo de festa significava, quase invariavelmente, um menor consumo de bebidas e um menor lucro para quem promovia os eventos.

Moradores reclamavam também que, muitas vezes, os policiais atuavam de forma truculenta quando iam pedir que os eventos fossem

---

18 Alguns moradores revelaram que uma parcela ou até mesmo a totalidade dos custos com equipamento de som, DJs ou bandas que tocavam em eventos no morro era muitas vezes custeada por traficantes na época em que a favela não era “pacificada”. Com a chegada da UPP, houve um corte desse “patrocínio”, o que dificultou ainda mais a realização de eventos organizados por moradores na favela.



encerrados e o som, desligado. Durante meu trabalho de campo ouvi relatos de que policiais haviam invadido estabelecimentos comerciais e até mesmo residências – sem terem mandados específicos para entrar nesses locais – para acabar com aniversários, batizados e outras comemorações entre familiares, amigos e vizinhos. Ao relatar um desses casos, um morador protestou: “Essa coisa de ter hora para evento terminar até dentro da casa do morador é uma ditadura”. Sobre o mesmo tema, outro morador sentenciou: “Nós perdemos o morro!”.

Um dos casos que mais ganhou destaque no Santa Marta foi a já citada prisão de Fiell. O episódio gerou uma repercussão na chamada “grande mídia” e também dentro da própria favela. Itamar Silva, por exemplo, escreveu uma carta aos moradores e lideranças do Santa Marta na qual ressaltava:

Na ausência do tráfico, o Fiell passou a ser o inimigo público número um da polícia e [...] também dos moradores do Santa Marta [...]. Então, neste momento, não podemos deixar que a lógica do “dividir para reinar” tome conta do Santa Marta. [...] O meu apelo a todos aqueles que moram e gostam do Santa Marta é que sentemos e façamos um diálogo entre nós e que não caiamos na tentação de repetir, sem reflexão, o que a polícia ou a imprensa dizem, o papel deles é outro. SE ESTIVERMOS JUNTOS, COM CERTEZA, ENCONTRAREMOS O CAMINHO DO DIREITO E DA LIBERDADE. (Trecho de carta de Itamar Silva, liderança do Santa Marta, a outros moradores e lideranças da favela)

Em junho de 2010, um mês após a prisão de Fiell, algumas lideranças do Santa Marta começaram a realizar reuniões na sede do Grupo Eco para debater a vida cultural na favela no contexto pós-“pacificação”. Durante esses encontros, era frequente a reclamação de que os recursos prometidos para a cultura desde a inauguração da UPP nunca chegaram a ser investidos no Santa Marta.

Outra fala recorrente durante essas reuniões acusava a polícia de querer aplicar na favela as mesmas regras do “asfalto”, sem levar em conta as singularidades daquele espaço social, o que acabava gerando um conflito entre as práticas informais que tradicionalmente existiam no morro e a formalidade que, após a chegada da UPP, começou a ser

imposta.<sup>19</sup> Os agentes culturais começaram, então, a questionar coletivamente como seria possível “fazer valer e respeitar as práticas dos agentes culturais tradicionais dentro da favela”. E uma das respostas encontradas, também coletivamente, para tal questão foi a criação da Rádio Comunitária Santa Marta em 2010.<sup>20</sup> Como resume Castellón (2013, p. 57):

A Rádio Comunitária Santa Marta foi uma ideia a partir dessas reuniões, uma ideia que se concretizou com as doações do músico Marcelo Yuka para o coletivo Visão da Favela Brasil. Os equipamentos permitiram a fundação da rádio inspirada no trabalho coletivo, sem fins lucrativos, e que tinha a intenção de reconhecer, promover e fortalecer todas as manifestações culturais presentes no Morro Santa Marta, ao mesmo tempo que tentou ser uma

---

19 No grupo que participava das reuniões parecia haver uma divisão – ainda que ela não fosse totalmente explícita. Uma parcela dos participantes parecia querer debater a melhor forma de se adaptar ao novo contexto, enquanto outra estava mais preocupada em mostrar um descontentamento em relação ao que estava ocorrendo no morro. Os primeiros achavam que os “produtores culturais” da favela deveriam formalizar algumas regras para a realização de eventos no local – como, por exemplo, a proibição da venda de cerveja em garrafa nos eventos para que elas não fossem usadas como “armas” em casos de brigas – e que deveria também haver uma fiscalização interna para que o horário pré-estipulado para o término do evento fosse respeitado. A outra parte do grupo achava, contudo, que estabelecer esse tipo de regra era produzir uma “arma” que depois a UPP poderia usar contra os próprios moradores. Por isso, seria melhor que o grupo pensasse numa estratégia para evidenciar o descontentamento em relação ao que estava acontecendo e tentar criar uma resistência ao invés de simplesmente se adequar ao novo contexto.

20 Moradores do Santa Marta relatam que a ideia de criar uma rádio no morro já existia desde 2002, quando os moradores Lula e Luiz Kleber, mais conhecido como Ske, começaram a tentar montar uma estação de rádio comunitária na favela. Seis anos depois, Ske e Lula conseguiram uma parceria para viabilizar o projeto: a ONG Promundo doou os equipamentos para a criação da primeira rádio comunitária no Santa Marta. A ideia inicial de Luiz Kleber era fazer uma programação evangélica na rádio, que foi batizada de “Som da Casa FM 106,1” e lançada em fase de teste. Todavia, Luiz Kleber teve um sério problema de saúde e a programação da rádio foi interrompida. No mês de março de 2010, Ske faleceu e Lula ficou desanimado para levar adiante o projeto sozinho. No mesmo ano, contudo, uma nova parceria surgiu. Em uma palestra na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Praia Vermelha, o *rapper* Fiell reencontrou o músico Marcelo Yuka (ex-integrante da banda O Rappa), que resolveu doar uma rádio ao grupo Visão da Favela Brasil. Assim que recebeu a notícia, Fiell se lembrou do projeto iniciado por Ske e ligou para Lula a fim de lhe contar a novidade. A partir dessa conversa, Fiell e Lula resolveram dar continuidade à ideia de instalar uma rádio na favela e criaram a Rádio Comunitária Santa Marta.

voz do morador tanto na sua comunicação com seu próprio entorno, como na sua comunicação com o exterior, seja a cidade, o país ou o mundo. A rádio comunitária é uma instância de uma diversidade de atores locais que antes nunca se tinha visto, trabalhando todos num mesmo projeto.

Com pouco tempo de funcionamento, a rádio conseguiu reunir uma grande quantidade de moradores, responsáveis por montar coletivamente uma programação diária que incluía programas de diversos tipos musicais (*funk*, *pagode*, *hip-hop*, música *gospel*, música latino-americana, *reggae*, *pop*, *rock*, etc.), programas informativos, jornalísticos e de debates, e transmissão ao vivo de eventos organizados no morro. Além de transmitir sua programação via FM e via internet, a rádio também organizava oficinas de formação de locutores e reuniões semanais no Grupo Eco para debater seu funcionamento interno. A emissora passou ainda a promover festas, eventos, debates e atividades que envolvessem moradores da favela e também convidados de fora.





*Figura 11 – Participantes e logotipo da Rádio Santa Marta.*

Fotos: Autora.

Desde o lançamento da rádio, que funcionava na sede do Visão da Favela Brasil,<sup>21</sup> seus idealizadores começaram a preparar a documentação necessária para entrar com o pedido de autorização de funcionamento no Ministério das Comunicações. A diretoria sempre frisava, durante as reuniões quinzenais de organização interna da emissora, assim como nos discursos públicos, que a Rádio Santa Marta era comunitária, e não “pirata”, já que não vendia programas e não tinha fins comerciais. Como explica Fiell:

A Rádio Santa Marta começou em 2010 e foi até 2011. Foram oito meses no ar. E ela mudou toda a sociabilidade no morro. As pessoas começaram a escutar uma voz local. Não só uma, várias. Começaram a participar, indo

21 Como descreve Castellón (2013, p. 87): “A rádio funciona numa casa simples, alugada pelo coletivo Visão da Favela Brasil. A casa tem dois quartos, um utilizado para os trabalhos do coletivo de *hip-hop* e outro usado como estúdio da rádio comunitária. A rádio é acessível, fica num beco de fácil acesso. [...] As pessoas faziam esse uso da rádio, um lugar de encontro, organização e comunicação”.

na rádio ou ligando para a rádio. Começamos a unir pessoas que de repente não tinham contato. Começamos a levar histórias de pessoas do morro. Foi um dos maiores projetos, que aglutinou mais de trinta pessoas do Morro Santa Marta diretamente trabalhando na emissora sem ganhar salário. (Depoimento de Fiell no documentário *Pelo Santa Marta, para o Santa Marta: o percurso da comunicação comunitária*)

No entanto, no dia 3 de maio de 2011, ironicamente o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, a Rádio Comunitária Santa Marta foi fechada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Agentes da Anatel lacraram todos os equipamentos da rádio e levaram o transmissor. Fiell e Peixe, que também fazia parte da diretoria da rádio, foram levados para as dependências da Polícia Federal. Posteriormente, Fiell foi condenado ao pagamento de cestas básicas durante meses por ser oficialmente o responsável pelo funcionamento da rádio.

O fechamento e a “criminalização” da Rádio Santa Marta, ao invés de gerar um estímulo para sua legalização – no mesmo momento em que serviços como luz, água e TV a cabo estavam sendo formalizados –, gerou uma forte insatisfação entre os moradores da favela. Eles consideraram o episódio como “mais uma prova de que o Estado só queria controlar a favela” (o que incluía a tentativa de controle dos fluxos de informação que circulavam por aquele território), sem permitir que os moradores se organizassem e criassem canais de debate nas áreas “pacificadas”. Fiell sintetiza:

Pacificação a gente dá o entendimento de paz, de voz para a população, de progresso para essa população e, nessa mesma favela que tem esse projeto de pacificação, foi tirada uma rádio comunitária, que o povo fazia, que o povo participava, que levava benefícios para essa população. Então, tem muitas contradições. O que é realmente necessário para uma população tem que ser debatido com ela. Até hoje a população pede, pergunta sobre a Rádio Santa Marta! (Depoimento de Fiell no documentário *Pelo Santa Marta, para o Santa Marta: o percurso da comunicação comunitária*)

## **A regulação dos serviços e algumas transformações políticas na favela**

A inauguração das primeiras UPPs envolveu não só um novo controle dos fluxos de circulação de pessoas, objetos e informações pelas favelas, mas também um novo ordenamento do território, que incluiu a regularização de serviços como luz, água, TV a cabo, internet, etc. Para pensar nessa mudança é interessante utilizar a ideia de Barbosa (2012, p. 261) de caracterizar o modo de atuação implementado pós-UPP como “exercício de um poder de polícia a partir da aplicação (ou da tentativa de aplicação) de um modelo hileomórfico (que toma a vida como matéria bruta sobre a qual incidirá uma forma técnica)”. Segundo o autor, esse exercício tem três características marcantes que só podem ser dissociadas para fins analíticos:

está focado em um exercício específico de produção de territorialidade, enquanto modo de ocupação de um território e de controle da circulação; está centrado na produção de uma “estética da ordem”, a partir da normalização dos comportamentos; e constitui uma formação institucional que se abre para o acoplamento de intervenções e saberes de toda espécie (ações urbanísticas ou sanitárias; programas assistenciais ou religiosos; capturas midiáticas; produção de consensos morais em sua articulação com as agendas governamentais; e acoplamento com o mercado e com as intervenções que têm como objetivo transformar a cidade em uma espécie de mercadoria). (Barbosa, 2012, p. 261)

Nas seções anteriores deste capítulo, tratei das duas primeiras características indicadas por Barbosa (2012). Mostrei como a instalação de câmeras e a realização de “duras” constantes estão associadas a um modo de controle dos fluxos de circulação pelo território. Mencionei também o controle da vida cultural na favela como parte de uma “normalização dos comportamentos”. Isso porque, como indica o autor, espera-se que os agentes da UPP não só vigiem o território da favela, mas também atuem “como um agente civilizador no polimento das condutas, participando da instauração de um regime de visibilidade e enunciação endereçado ao controle dos comportamentos” (Barbosa, 2012, p. 262).

Nesta última seção, tratarei da terceira característica apontada pelo autor, ou seja, analisarei a UPP como “uma formação institucional que se abre para o acoplamento de intervenções e saberes de toda espécie”. Essa é uma dimensão do trabalho policial que desde o início da ocupação do Santa Marta e da Cidade de Deus vem gerando conflitos entre os agentes da UPP e a população local.

Quando perguntei a um policial como tinha sido o início do trabalho realizado pela UPP na Cidade de Deus, ele respondeu: “Uma coisa que é importantíssima nas comunidades é que não tem transporte público, não é? Então tem o quê? O mototáxi. Então foi feito um cadastro, tivemos que procurar as associações de moradores, as lideranças comunitárias”. Um morador que trabalhava com mototáxi contou que inicialmente os policiais quiseram proibir totalmente a circulação dos veículos:

A princípio, o comandante não queria receber ninguém. Ele falava que era ordem do comando-geral. Eu falei que eu precisava trabalhar. [...] Ele disse que eu tinha que ir atrás de todos os mototáxis, de todas as lideranças, para marcar um dia para conversar com ele. Aí eu fui atrás. [...] Foi marcada uma reunião. Tinham quarenta mototáxis. O tema “droga” sempre era colocado. Falei para ele que ele não poderia condenar o formigueiro por causa de uma formiga. Até porque tem policiais honestos, mas outros que também são bandidos. Eu falei que podia responder por mim, e não pelos outros. Falei que quem estava ali queria fazer a coisa certa. Aí ele fez a gente fazer carteirinha, tivemos que fazer cooperativa. Tivemos que nos associar à cooperativa lá do Andaraí, colocar crachá, dar os dados todos para a UPP, tirar xerox dos documentos. Tinha que comprar um colete, que, se não tivesse, não podia rolar. Os caras fiscalizavam; se não tivesse, não podia rodar. O negócio foi tenso! (Depoimento de um morador da Cidade de Deus)

Além de gerar impacto no funcionamento do mototáxi, a inauguração da UPP também gerou mudanças na venda de gás. João, um morador que trabalha há muitos anos na Cidade de Deus vendendo gás, contou que possuía várias “gaiolas” espalhadas pela favela nas quais guardava os botijões. Assim que a UPP foi inaugurada, o comandante ordenou que todas as gaiolas fossem retiradas, já que não seguiam as regras impostas por lei para armazenamento de gás. Como não tinha onde guardar os bo-

tijões, o comerciante passou a armazená-los em sua casa e em seu carro. E, por causa disso, acabou sendo preso por policiais da UPP. Depois de solto, João passou a ter que pagar mais caro para comprar botijões armazenados em galpões regularizados, localizados fora da favela.

Além disso, ele ainda teve de enfrentar outra dificuldade: a abertura do mercado na favela. Se antes da UPP, só ele e mais um outro morador tinham o monopólio da venda do gás, agora diversas outras empresas passaram a vender o mesmo produto na favela. Com a competição, o preço do gás diminuiu. Por isso, João enfrentou uma redução significativa de suas vendas (parte das quais mantém por ser mais conhecido pelas pessoas), além de uma drástica diminuição de seu faturamento (já que foi obrigado a reduzir o preço para se manter competitivo). Hoje, embora continue vendendo gás, o morador se encontra bastante endividado.

Outros comerciantes da Cidade de Deus também reclamaram dos impactos da “pacificação” no comércio local. Alguns apontaram uma redução inicial das vendas, uma vez que o enfraquecimento do tráfico teria causado uma diminuição na quantidade de dinheiro circulando na favela. O dono de uma loja de móveis contou que o faturamento de seu negócio foi reduzido drasticamente após a UPP. Como explicação, disse que os “meninos” (envolvidos com o tráfico) compravam muitos móveis para eles mesmos, para a família e até para “fortalecer pessoas da comunidade que estavam precisando”. Mas, como sofreram um “baque” com a UPP, perderam dinheiro e pararam de “esbanjar dessa forma”.

No Santa Marta, também ouvi reclamações semelhantes de donos de bares. Como afirmou um morador: “Não tem como ser hipócrita e negar que muita coisa muda com a UPP e com esse baque no tráfico, porque o capital de giro maior que vinha para a comunidade era o capital de giro do tráfico. Então, o comércio caiu a venda, né?”.

Na Cidade de Deus, alguns comerciantes que realizavam atividades situadas nas “dobras do legal e do ilegal” (Telles, 2010) perderam ainda mais dinheiro após a “pacificação”. O dono de uma oficina mecânica relatou que a UPP lhe deu “o maior prejuízo”. Um morador informou que o dono dessa oficina ganhara “muito dinheiro na época do tráfico, porque consertava moto roubada”. Depois da “pacificação”, não só teria reduzido



o número de motos em sua oficina, como se tornado inviável e excessivamente perigoso o desmonte de motos roubadas.

Além desses impactos iniciais gerados pela inauguração da UPP, em meados de 2009, iniciou-se uma caça aos “gatos” e “gatonets” nas favelas para, em seguida, ocorrer a regularização do fornecimento desses serviços nas áreas “pacificadas”. O fornecimento tributado de energia elétrica teve início no Santa Marta – que foi escolhida como “favela-modelo” pela concessionária de energia elétrica da cidade, a Light.

Segundo a empresa, quase 90% dos quase 2 mil domicílios não tinham fornecimento legal de energia elétrica. Após o levantamento, o mapeamento de moradias e a análise do consumo, a empresa substituiu as ligações clandestinas, conhecidas como “gatos”, pelo fornecimento regularizado, com relógios de medição de consumo para cada residência. Visando a melhor adequar o fornecimento, a Light fez a troca de antigas geladeiras por novos modelos, mais econômicos e de baixo consumo, buscando desse modo incentivar os moradores e envolvê-los no processo de regularização. (Cunha; Mello, 2012, p. 157)

A Light instalou iluminação pública no Santa Marta e, a partir do mapeamento realizado na favela, afixou placas com a identificação de todos os becos e ruas. As casas também foram numeradas, e os moradores passaram a receber a conta de luz em suas próprias residências. Embora continuassem recebendo grande parte de suas correspondências na sede da associação de moradores, o fato de receberem a conta de luz em casa era significativo para eles, já que lhes conferia “um endereço na cidade” (Cunha; Mello, 2012)<sup>22</sup> e lhes permitia ter – sem que fosse necessário so-

---

22 Cunha e Mello (2012) lembram, contudo, que o processo de formalização e conhecimento dos endereços na favela é bem mais complexo e envolve diversas etapas: “Tal processo teve início em abril de 2009, com a instalação, pela prefeitura do município do Rio de Janeiro, de um Posto de Orientação Urbanística e Social (Pousu). Desde então, vem sendo feito um trabalho de mapeamento e regularização das construções existentes na favela, de reconhecimento de logradouros públicos, de fiscalização de obras e de numeração das casas, todas ações visando à concessão da autorização para morar ou da certidão de ‘habite-se’. Em julho de 2009, com o decreto nº 30.870, foram estabelecidas as normas de uso e ocupação do solo da favela Santa Marta. Esse decreto regulamentou a lei nº 3.135, de 5 de dezembro de 2000, que havia decretado a referida favela como Área de Especial Interesse Social (Aeis). [...] O objeti-

licitar à associação de moradores, como faziam antes – um comprovante de residência, documento essencial “para a condição de cidadania do indivíduo” (Ost; Fleury, 2013, p. 649).

Inicialmente, houve um período de transição no qual foi fixado um teto de cobrança do consumo. Estabelecido a partir da média do consumo local, esse teto foi revisado e ampliado a cada quatro meses com o objetivo de “adaptar” os moradores à nova cobrança. Passado esse período de “adaptação”, a Light começou a cobrar dos moradores o total de quilowatts que consumiam por mês, sem qualquer desconto.<sup>23</sup>

Além do fornecimento de energia elétrica, o de água também passou a ser taxado. Inicialmente, os moradores pagavam uma tarifa fixa, mas temiam que, com o passar do tempo, o valor aumentasse progressivamente, assim como aconteceu com a tarifa de luz.<sup>24</sup> Vale notar que a população das favelas passou a ter que pagar uma taxa de esgoto, embutida na conta de água – do mesmo modo que na conta de luz se embutiu uma taxa de iluminação pública.

Outro serviço que foi rapidamente regularizado com a chegada da UPP às favelas foi o de TV a cabo. A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e a Seseg fizeram uma parceria com a empresa de TV por assinatura Sky, em 2010, para desenvolver um pacote especial para a população de áreas “pacificadas”. O pacote, batizado de “Sky Upp”, começou a ser oferecido na Cidade de Deus e posteriormente nas demais áreas com UPP por uma mensalidade de 44,90 reais.

Além da Sky, diversas outras empresas passaram a atuar em favelas após a chegada da UPP, vendendo diversos produtos e serviços que antes

---

vo final dessas ações é a regularização e a legalização da propriedade dos terrenos e casas, através da concessão da autorização para nelas morar (o ‘habite-se’) e da regularização urbanística da favela como um todo” (Cunha; Mello, 2012, p. 161).

23 Atualmente, a empresa só concede reduções no valor da conta para quem está “vinculado a programas sociais, como o Bolsa Família ou o Cheque Cidadão, ou para aqueles que participam do projeto Light Recicla, que, implantado primeiramente no Santa Marta, prevê a troca de lixo reciclável por desconto na conta de luz” (Ost; Fleury, 2013, p. 649).

24 Analisarei, no capítulo 7, os impactos gerados pelo aumento progressivo das tarifas de luz na favela com o passar do tempo.

não eram ofertados nas localidades, como seguros de casa e de vida.<sup>25</sup> No Santa Marta, foi inaugurada uma pequena loja da rede de lojas de departamentos Casa & Vídeo. Na Cidade de Deus, moradores contam que empresários “de fora” passaram a tentar alugar imóveis para abrir novos empreendimentos na favela. Além disso, bancos também passaram a atuar dentro dos territórios “pacificados”. O banco Bradesco abriu um Posto de Atendimento Avançado no Santa Marta, no qual se realizava atividade gerencial relacionada à concessão de crédito e onde era possível encontrar um caixa eletrônico. O serviço Bradesco Expresso – que permite abrir contas, receber pagamentos, fazer depósitos e saques – também passou a ser oferecido em estabelecimentos comerciais das favelas de Botafogo e de Jacarepaguá.

Outra intervenção realizada após a “pacificação” foi o desenvolvimento do programa do Serviço Social da Indústria (Sesi) denominado Sesi Cidadania, fruto de um acordo firmado entre o governo do estado e a prefeitura do Rio com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Sistema Firjan). O programa foi lançado em agosto de 2010 com o objetivo de levar serviços de educação, cultura, saúde, esporte e lazer a moradores de regiões com UPPs.

No mesmo mês foi lançado um outro projeto no Santa Marta, o Rio Top Tour: o Rio de Janeiro Sob um Novo Ponto de Vista, que transformou a favela em um destino turístico oficial da cidade. O objetivo desse projeto, que depois seria expandido para outras favelas com UPP, era “criar uma alternativa que gerasse renda com o turismo, já que várias biroskas estavam fechando e a comunidade precisava ter alternativa de emprego depois de arrefecida a guerra do tráfico”, como afirmou em entrevista Mônica Rodrigues, a idealizadora do Rio Top Tour.

A idealização do Santa Marta como um destino turístico foi fruto de um convênio firmado com o Ministério do Turismo que permitiu a instalação na favela de uma sinalização turística bilíngue e de materiais para a divulgação do projeto (Freire-Medeiros; Vilarouca; Menezes, 2013, 2017).

---

25 Em 2010 foi criado o projeto Estou Seguro, desenvolvido pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) em parceria com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets). O projeto visava difundir a importância da gestão de risco e da proteção conferida pelo seguro para a população de baixa renda.

Além das placas de sinalização, foi construída uma estátua de bronze de Michael Jackson (Mano, no prelo). A obra foi produzida pelo cartunista Ique e fixada na mesma laje onde o astro do *pop* gravou parte do clipe “They don’t care about us”, em 1996. A laje também ganhou um mosaico do cantor feito pelo artista plástico Romero Britto.<sup>26</sup>

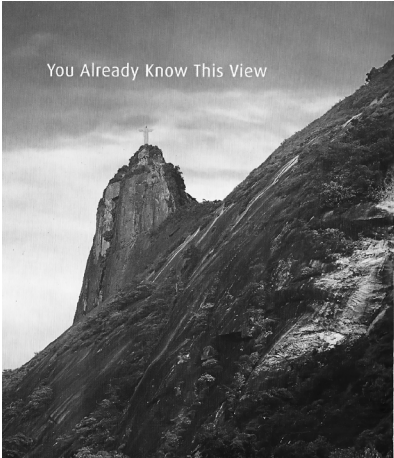
Para receber os visitantes, instalou-se um estande de informações turísticas na Praça Corumbá. Nele inicialmente havia estagiários bilingües e também alguns dos cinquenta moradores que cursavam uma oficina de monitor de turismo local. Aqueles que fizeram a oficina – promovida dentro do Santa Marta pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – também puderam pedir um financiamento (que variava entre 300 e 6 mil reais) em uma linha de crédito oferecida pela Investe Rio, uma agência de fomento do governo do estado. Os moradores que se interessaram pelo empréstimo receberam orientações fornecidas pelo Sebrae em oficinas de empreendedorismo<sup>27</sup> e tiveram que formalizar suas atividades comerciais, já que tal iniciativa estava vinculada à regularização do comércio local.

---

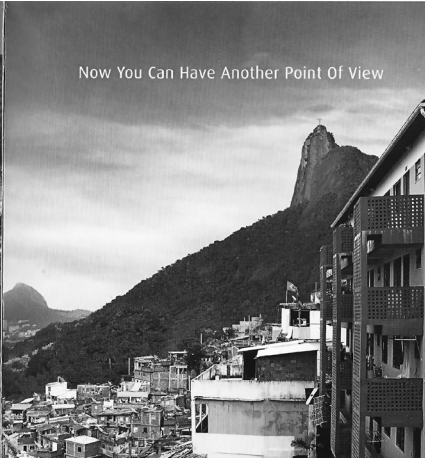
26 A criação do espaço, que passou a ser chamado de “Laje Michael Jackson”, embora tenha agradado grande parte dos moradores, foi criticada por algumas lideranças sob o argumento de que a história local deveria ser mais valorizada e de que o espaço deveria continuar sendo chamado de “Laje do Ambulatório do Dedé” – nome dado em homenagem a um antigo morador que contribuíra bastante para a melhoria da prestação de serviços no Santa Marta. Para mais informações sobre a história do Ambulatório Dedé, vale conferir o verbete produzido por Meireles Mendonça no Dicionário de Favelas Marielle Franco (Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Ambulat%C3%B3rio\\_Ded%C3%A9\\_-\\_Sua\\_cria%C3%A7%C3%A3o\\_sua\\_gest%C3%A3o\\_e\\_o\\_t%C3%A9rmino\\_das\\_atividades](https://wikifavelas.com.br/index.php/Ambulat%C3%B3rio_Ded%C3%A9_-_Sua_cria%C3%A7%C3%A3o_sua_gest%C3%A3o_e_o_t%C3%A9rmino_das_atividades). Acesso em: 5 jul. 2022).

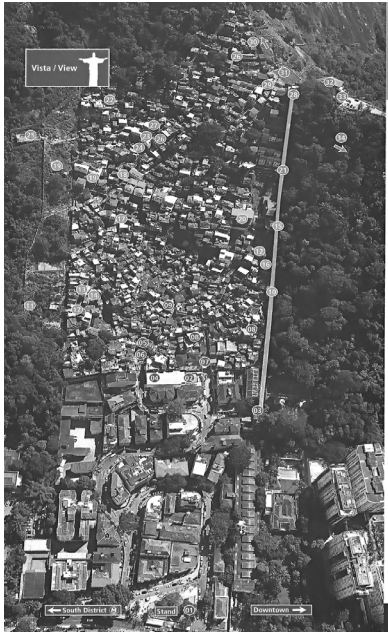
27 Para mais informações sobre empreendedorismo no âmbito do projeto das UPPs, vale conferir De Tommasi e Velazco (2013) e Rocha e Carvalho (2018).

You Already Know This View



Now You Can Have Another Point Of View





Vista / View

### SANTA MARTA:

#### PONTOS DE INTERESSE TURÍSTICO E CURIOSIDADES

Tourist options and curiosities of Santa Marta

SO E PERMITIDO FOTOGRAFIAR LOCALS PÚBLICOS / Only photography of public places is allowed

PARTE BAIXA (estação 1)	BORDER SECTION (station 1)
01 PRAÇA CORUMBÁ (Stand de Informações do Projeto)	01 CORUMBÁ SQUARE (Stand of Tourist Information)
02 CETEP - Cursos Técnicos do Governo do Estado	02 CETEP - Technical Courses of the State Government
03 ESTAÇÃO 1	03 STATION 1
04 QUADRA DA ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE UNIDA DO SANTA MARTA	04 MOCIDADE UNIDA DO SANTA MARTA SAMBA SCHOOL
05 CASAS PINTADAS	05 PAINTED HOUSES
06 PRAÇA "CANTO" local onde se realizam atividades culturais e festas	06 "CANTO" SQUARE, where cultural activities and parties take place
07 "PE DA ESCADA" / "BIB Degraus", ponto de encontro das atividades culturais (Brega, perussuá, samba, capoeira) / POSTO POLICIAL UPP	07 "STAIRCASE", spot of cultural activities (Brega, perussuá, samba, capoeira) / UPP POLICE OFFICE
08 IGREJA EVANGÉLICA	08 EVANGELICAL CHURCH
09 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES / ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES	09 COMMUNITY ASSOCIATION / COMMERCIAL ASSOCIATION
PARTE INTERMEDIÁRIA (Estações 2 / 3)	MIDDLE SECTION (stations 2 / 3)
10 ESTAÇÃO 2	10 STATION 2
11 MURDO	11 WALL
12 IGREJA EVANGÉLICA	12 EVANGELICAL CHURCH
13 PRIMEIRA MINA ( fonte d'água) / COMÉRCIO	13 FIRST MINE WATER (water fountain) / MARKET
14 BIBLIOTECA	14 LIBRARY
15 ESTAÇÃO 3 (subestação)	15 STATION 3 (substation)
16 "COSTUMEIRO (BORG) Cooperativa de Costureiras	16 "SEWING IDEALLY" - Dressmaker Cooperative
17 "PEDRA DE COSMOS E DANIMM"	17 "ROCK OF COSMOS & DANIMM"
18 "SEGUNDA MINA (fonte d'água)	18 SECOND MINE WATER (water fountain)
19 "PEDRA DE ZANGÓ" E "PEDRA DA SANTA"	19 "XANGÓ'S ROCK" / "SAINT'S ROCK"
20 APARTAMENTOS COLOREDO (chamados de "lambaluga" pelos moradores)	20 COLOURFUL APARTMENTS (called "lambaluga" by locals)
PARTE ALTA (Estações 4 / 5)	TOP SECTION (stations 4 / 5)
21 ESTAÇÃO 4	21 STATION 4
22 POSTO POLICIAL UPP	22 UPP POLICE OFFICE
23 ESPAÇO MICHAEL JACKSON	23 MICHAEL JACKSON AREA
24 CASA DE CULTURA DEISE	24 DEISE CULTURAL CENTER
25 ARENA, quadra onde se realizam atividades culturais, festas e fonte de vista	25 ARENA, court where the cultural activities and parties take place (also landscape)
26 IGREJA EVANGÉLICA	26 EVANGELICAL CHURCH
27 COMÉRCIO	27 MARKET
28 ESTAÇÃO 5	28 STATION 5
29 CAPELA SANTA MARTA	29 SANTA MARTA CHAPEL
30 TRILHA PARA O MIRANTE DONA MARTA / VISTA CRISTO REDENTOR	30 TRAIL TO DONA MARTA OBSERVATION DECK / VIEW TO THE CHRIST STATUE
31 CAMPO DE FUTEBOL	31 SOCCER FIELD
32 SEDE DA UPP (Estação de Polícia Pacificadora) / PROJETOS SOCIAIS / PROGRAMA RIO 2016	32 UPP (Peacekeeping Police Unit) HEADQUARTERS / SOCIAL PROJECTS / RIO 2016 PROGRAM
33 SAÍDA DA COMUNIDADE / BARRIO DE LARANJEIRAS	33 COMMUNITY EXIT / LARANJEIRAS NEIGHBORHOOD
34 "PEDRA", mirante natural com vista para a Enseada de Botafogo Bay	34 "BIG STONE", a natural observation deck faced to Botafogo Bay

**ESTE FOLHETO FOI ELABORADO COM SUGESTÕES DOS MORADORES DO SANTA MARTA**

DISQUE TURISMO  
seg-sex das 8h às 20h

**TOURIST INFORMATION**  
Mon-Fri from 8am to 8pm

**0800-2822007**

Figura 12 – Fôlder de divulgação do Rio Top Tour com mapa do Santa Marta.

Fonte: RioTur/Setur/Ministério do Turismo.



Figura 13 – (A) Turista com a estátua de Michael Jackson no Santa Marta; (B) Mosaico do cantor.

Fotos: Autora.

O primeiro passo do processo de formalização do comércio em áreas “pacificadas” foi a realização de reuniões para apresentar à população o projeto Empresa Bacana, organizado pela Diretoria de Desenvolvimento Econômico do Instituto Pereira Passos e realizado pela prefeitura em parceria com o Sebrae e com o Sindicato de Empresas de Serviços Contábeis (Sescon). O projeto oferecia aos que faturavam até 36 mil reais por ano a chance de formalizar o seu negócio pagando mensalidades que variavam de 28,25 a 32,25 reais.<sup>28</sup>

Acompanhei algumas dessas reuniões, realizadas na quadra da escola de samba. Em uma delas foi dito que os comerciantes não deveriam se assustar com a taxa mensal a ser paga depois que criassem o CNPJ, pois a renda deles aumentaria com a intensificação do fluxo de turistas. Sugeriu-se também que os comerciantes deveriam receber um treinamento para garantir o bom atendimento aos visitantes. Foi prometido que os moradores formados no curso de monitor e aqueles aptos a serem comerciantes de turismo receberiam o selo “Amigo do Turista”, que

28 Como Ost e Fleury (2013) ressaltam, o maior atrativo aos olhos do microempreendedor na favela Santa Marta era a possibilidade de, com o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em mãos, adquirir o sistema de vendas por cartão de crédito, o que representava maiores possibilidades de vendas e benefícios com a mudança de clientela (Ost; Fleury, 2013, p. 648).

identificava o morador participante e atestava seu enquadramento nos padrões de qualidade para o turismo.

Para a minha surpresa, em uma dessas reuniões, agentes do poder público reproduziram um rumor que circulava na época de que quem não regularizasse o negócio poderia ter a loja ou o bar fechados pelo “Choque de Ordem”. Uma funcionária da prefeitura, com um tom de quem dava um “conselho de amiga”, disse:

Olha, vocês sabem que está circulando esse rumor, né? Então, se vocês já estiverem com o processo em andamento, nós poderemos tentar ajudar para que não tenham problema com o Choque de Ordem. Mas quem não tiver dado entrada no processo, depois não poderá reclamar quando o Choque de Ordem chegar, tá?

Todas essas mudanças surgidas após a inauguração da UPP e as intervenções que ocorreram em seguida nos territórios “pacificados” geraram diferentes impactos políticos na favela. A criação de novos espaços de debate e de novas organizações locais, a emergência de novas lideranças e a transformação das atividades e do papel de instituições “tradicionais”, como as associações de moradores, foram alguns desses impactos.

No Santa Marta, uma das instituições que nasceu após a chegada da UPP foi uma associação de comerciantes, cuja criação foi recomendada pelos agentes da prefeitura, do governo e do Sebrae em uma das reuniões sobre a regularização do comércio no morro. Na época, eles sugeriram que essa medida seria a ponte entre os comerciantes da favela e o poder público. Para que a organização fosse criada, realizou-se uma eleição que tornou Andreia Miranda a presidente da Associação de Comerciantes do Santa Marta. Ela conta que, após a criação da associação, mais de setenta estabelecimentos comerciais da favela foram formalizados. No entanto, destaca que trinta comerciantes que possuíam barracas na ladeira que dava acesso ao morro – e trabalhavam no local havia cerca de 25 anos – gostariam de formalizar suas atividades comerciais, mas não podiam. Isso porque a prefeitura anunciara que tinha planos para removê-los. Segundo Andreia, ninguém sabia ao certo como e quando isso ocorreria, o que gerou uma grande expectativa para quem vivia essa situação de indeterminação.

Moradores que habitavam o Pico do Santa Marta também viviam uma situação semelhante. Há alguns anos, cerca de cinquenta famílias que residiam na área mais alta e antiga da favela – considerada uma das mais violentas no passado – passaram a correr o risco de ter suas moradias removidas dali. A ameaça de remoção se intensificou com a chegada da UPP e a posterior retomada das obras de urbanização da favela promovidas pelo governo do estado. Consequentemente, ganhou força também um movimento de resistência contra a remoção, e Vitor Lira, um dos moradores do Pico que tomou a frente na luta pela permanência no local, acabou se tornando uma nova e importante liderança comunitária no Santa Marta. Vitor procurou de diversas maneiras articular os moradores do Pico e angariar o apoio dos moradores de outras partes da favela.<sup>29</sup> Ele encontrou, contudo, muita dificuldade nessa luta, pois como tinha um posicionamento bastante crítico em relação à UPP e à atuação do poder público na favela, acabou sendo visto por outras lideranças como uma pessoa “do contra”.

Situação parecida foi vivenciada pelo *rapper* Fiell, que, depois de ter organizado a cartilha de abordagem policial e coordenado a Rádio Comunitária, ganhou visibilidade dentro e fora da favela. No entanto, como havia, entre 2009 e 2010, um forte consenso em torno das UPPs e como outras lideranças comunitárias preferiam não criticar o projeto publicamente, Fiell acabou sendo visto como alguém que era “crítico demais”. Algumas lideranças que também tinham uma visão mais crítica da atuação da UPP chegaram a advertir Fiell sobre riscos que ele estava correndo e alertaram que nada adiantava eles ficarem isolados, sem conseguir apoio dos moradores de modo geral. O próprio Fiell, que era muito procurado para dar entrevistas sobre a atuação da polícia, depois de algum tempo, resolveu evitar falar sobre o tema, pois entendeu que não adiantava ficar “dando murro em ponta de faca”.

Outro espaço de debate criado após a chegada da UPP foi o Comitê de Turismo do Santa Marta, idealizado por Sheila Souza, turismóloga e moradora da favela. Sheila, que foi uma das primeiras a trabalhar com turismo no Santa Marta, conseguiu reunir no comitê praticamente todos

---

29 Ver Menezes, 2015a.



os moradores que estavam ligados à atividade turística na favela. O grupo começou a organizar, em 2010, reuniões periódicas nas quais analisava e debatia diversas questões ligadas ao mercado turístico que começava a se desenvolver no morro.<sup>30</sup> Sheila aponta que gerar um debate sobre todas as mudanças que estavam ocorrendo na favela era importante porque, a partir da chegada da UPP, “aconteceu tudo muito, muito rápido, e o que aconteceu é que a população daqui não foi preparada para esse caminho de mudanças”.

Por ser bastante heterogêneo e reunir pessoas com objetivos bastante diversos, o grupo encontrou dificuldades para coordenar uma ação coletiva e atuar em conjunto. Alguns membros do comitê tinham uma posição mais crítica em relação à atuação do poder público e da polícia na favela e, por isso, preferiam não estabelecer parcerias com a UPP, com outros setores do governo ou mesmo com certas empresas. Já outros membros se aproximavam mais dos agentes do Estado e da polícia e, a partir da mediação desses atores, acabavam tendo a oportunidade de participar de eventos e cursos e de fazer parcerias com diversas empresas. Por adotarem tal posicionamento, contudo, acabavam sendo alvo de muitas críticas, embora pudessem lucrar mais e ter ainda mais visibilidade.

Esse dilema, entretanto, não foi enfrentado apenas pelos membros do comitê, mas praticamente por todas as lideranças da favela. A aproximação e a distância que cada líder comunitário estabelecia em relação ao governo e, especialmente, à UPP acabavam definindo o modo como ele era visto por outras lideranças, pela população da favela e também pelos PMs.<sup>31</sup> Além disso, a maneira como cada uma dessas lideranças se posicionava nesse complexo jogo de aproximações e afastamentos criava divisões internas e disputas políticas na favela, as quais dificultavam uma articulação conjunta. Como descreve Itamar Silva:

---

30 No capítulo 7, debato os impactos gerados pelo aumento da presença de turistas no morro e relato como, com o passar do tempo, o Comitê de Turismo ganhou um papel fundamental para lutar pelos direitos dos moradores que atuavam no mercado turístico do Santa Marta.

31 Em vários casos, esse posicionamento variou ao longo do tempo, e algumas lideranças que inicialmente eram muito próximas à UPP e ao governo se afastaram posteriormente.

Teve uma invasão muito violenta de fora, do mercado, das agências que estavam a serviço do projeto da UPP. O Sesi chegando com projeto dele aqui no Santa Marta [...]. Vale lembrar que o projeto de turismo do estado foi lançado aqui no Santa Marta [...]. E também era um projeto novo, um projeto que estava sendo experimentado e que teve desdobramentos. Mesmo a Faetec, que já estava baseada, ganha uma nova força. Então o Estado, o que ele pode colocar aqui, ele pôs. Então entra também a iniciativa privada. A Light entra muito fortemente depois da UPP para estabelecer a questão do controle e pagamento da energia elétrica. A Cedae aproveita para poder também inaugurar a cobrança de água, de estabelecer a taxa [...]. Você tem toda uma coisa do entretenimento também, que aqui no Santa Marta é a ponta de lança. [...] Eu acho que aí, sim, esse monte de coisa acontecendo aqui, do meu ponto de vista, ela contribui para desestruturar uma comunicação interna. [...] Depois essa inclusão da questão do entretenimento, do mercado, isso vem dividir muito. Porque, em realidade, alguns ganham dinheiro com isso. (Trecho de conversa com Itamar Silva, importante liderança do Santa Marta)

Os moradores que vinham ganhando dinheiro com a atividade turística ou com a promoção de eventos na favela, nos últimos anos, passaram a ter uma grande visibilidade dentro e fora do Santa Marta – uma vez que apareceram em várias reportagens de jornais e de TV, nacionais e internacionais, como exemplos de “favelados empreendedores” que se beneficiaram da chegada da UPP. Embora esses moradores tenham se tornado exemplos de lideranças bem-sucedidas dentro da favela, eles também passaram a ser alvo de muitas críticas. Como aponta o presidente da associação de moradores: “Hoje todo mundo diz que é líder comunitário. Manda sair uma rajada de tiro aqui que eu quero ver qual é o líder comunitário que vai aparecer”.

Zé Mário afirma também que o trabalho da associação de moradores, que já existia no Santa Marta desde 1965, também foi impactado pela chegada da UPP. Com a grande visibilidade que a favela ganhou, mais pessoas “de fora” passaram a procurar a associação. Multiplicou-se a demanda para que o presidente participasse de reuniões e de atividades tanto em outras favelas como em eventos organizados pelo governo e por outros órgãos nacionais e internacionais. Ainda nas palavras de Zé Mário: “Hoje eu vou desde a visita a outra comunidade ao Consulado Geral dos

Estados Unidos [...]. Então você vê que mudou, não é? A gente discursa num palanque com o prefeito, o governador e o presidente da República”. Além disso, as próprias responsabilidades da associação e seu papel na favela também se transformaram nesse novo contexto:

Antes faltava água no morro, a associação que tinha que correr atrás. Agora, faltou água na sua casa, é individual [...]. Então essa figura da associação acabou. Que você mandava o bombeiro ir lá resolver, enfim. Acabou. “Ah, eu não paguei a conta de luz. A Light cortou.” É coisa individual. Você vai ligar, vai pegar um protocolo. [...] Então a forma da associação trabalhar também mudou [...]. Acredito que até 2014 os Correios já vão estar entregando cartas nas casas, e isso vai tirar ainda mais, vai esvaziar ainda mais o número de associados da associação de moradores. Quer dizer, a associação vai trabalhar sem receita nenhuma, a não ser que você faça um projeto [...] e crie cargos, para que haja verba para poder estar pagando secretária [...]. Vai ser difícil para uma pessoa ser administradora da associação futuramente. Vai ter que gostar muito da comunidade. (Trecho de entrevista com Zé Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta)

Nas últimas décadas, os presidentes de associação de moradores, de um modo geral, vêm encontrando muitos empecilhos para atuar na favela, uma vez que constrangimentos impostos pelo tráfico desestabilizaram o papel representativo das associações e minaram sua legitimidade (Silva; Rocha, 2008).<sup>32</sup> Com o processo de “pacificação” e o enfraquecimento do tráfico nos primeiros anos após a inauguração das UPPs,

---

32 Como resume Araujo Silva (2013, p. 13-14), “o esvaziamento das associações de moradores, assim, teria uma dupla faceta: perda de legitimidade [...] e transformação do seu papel político, com um deslocamento da representação política à gestão de projetos sociais. De um lado, se veem constrangidas pelos ditames do tráfico; de outro, encontram-se operantes da ‘lógica da parceria e governança’, que setoriza públicos-alvo, fragmenta demandas e despolitiza reivindicações. Exclusivamente às associações de moradores restaria a mediação entre o tráfico de drogas e atores externos interessados em intervir nas favelas, em realizar um ‘trabalho limpo’ – seja por parte do poder público, seja por parte das organizações não governamentais. Nesse sentido, a elas caberia o ‘trabalho sujo’ do contato e da negociação com os traficantes, que, por seu caráter ilegítimo, as desqualificaria e agravaria sua perda de legitimidade. Contraditoriamente sua principal tarefa no campo da política urbana seria sua decisiva fonte de deslegitimação”.

algumas pessoas pensaram que esses empecilhos seriam reduzidos e que fazer política na favela pudesse se tornar um pouco menos difícil. No entanto, o depoimento de Zé Mário mostra que a proximidade territorial cotidiana entre moradores, policiais e traficantes impôs novos e complexos desafios para aqueles que atuavam como lideranças locais e, especialmente, para quem atuava nas associações:

Eu aqui nunca tive problema, tanto com a rapaziada do tráfico que saiu, quanto com a UPP que está. O meu lado é estritamente cobrar o que é de direito do povo [...]. Eu não vou intervir no lado das ilicitudes nem do lado da Secretaria de Segurança. Eu vou defender o direito do morador do Santa Marta, que é um direito constituído. Com isso aumenta a credibilidade tanto de um lado quanto de outro, né? Aumenta o respeito e a consideração. Acho que é por isso que eu estou aqui e o pessoal está pedindo para que eu continue. [...] Eles estão vendo que, se entrar um presidente fraco, a tendência é que a UPP venha a ocupar o espaço que é nosso de direito. (Trecho de entrevista com Zé Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta)

Zé Mário afirma ainda que há “dois deuses” na favela. Ele conta que os conhece, que fala com eles diretamente e que não perde tempo com soldados, porque “soldado só recebe ordem, entendeu?”. Ter contato e “ser respeitado” tanto pela polícia como pelo tráfico é, em sua visão, o que lhe permite continuar atuando como presidente: “Foi isso que facilitou o nosso trabalho na comunidade: a respeitabilidade dos dois lados. Porque na hora que você escolheu um santo, você se fode. Você tem que trabalhar com a comunidade e ter o respeito dos santos, entendeu?”. Mas a manutenção dessa dupla “respeitabilidade” envolve operações cotidianas complexas, sobretudo porque ele tem que andar em uma espécie de “corda bamba”, sem cair para um ou outro lado:

Se eu tivesse escolhido um lado, acho que eu não estava vivo aqui hoje. [...] Se eu escolher um lado, eu vou cair. Se eu escolher um lado do muro para cair, eu vou cair. [...] Então é complicado. Disse me disse a gente sabe que tem. Só que eu conheço Deus de um lado, Deus de outro lado, e eu tenho que viver aqui no meu caminho, viver a minha vida do lado certo. (Trecho de entrevista com Zé Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta)

Para Zé Mário, era necessário ter “jogo de cintura” para ser respeitado pelos dois “deuses”, era preciso fazer um esforço redobrado para que o presidente da associação não deixasse de ser o “representante legítimo da favela”. Ele assume que a associação não tinha mais “aquela força que tinha anteriormente, quatro anos atrás, cinco anos atrás” e lembra que muitas das funções que as associações de moradores exerciam antigamente já estavam sendo desempenhadas por comandantes de UPP – como intermediar o contato entre a população da favela e diferentes órgãos do governo do estado e da prefeitura, além de mediar conflitos na localidade. Segundo Zé Mário, no Santa Marta a associação ainda resistia porque ele tinha “pulso firme”.<sup>33</sup> Mas especula: “Se amanhã ninguém quiser ser presidente da associação, quem vai comandar a comunidade vai ser quem? Vai ser o capitão da UPP [...]. É o que acontece nas favelas onde a UPP manda mais do que a associação”.

O medo de Zé Mário de que o comandante da UPP pudesse vir a desempenhar o papel do presidente de associação é plausível porque, nos primeiros anos após o início da “pacificação”, a polícia foi assumindo novas funções que iam além do policiamento do território da favela. A atuação dos policiais, após a inauguração das UPPs, foi pouco a pouco passando a envolver não só uma dimensão repressiva voltada para a manutenção da ordem – como demonstrado ao longo deste capítulo –, mas também uma dimensão mais preventiva, a partir do desenvolvimento do chamado “policiamento de proximidade”. É o que apresento no próximo capítulo.

---

33 Zé Mário admite que ainda continuava mediando conflitos na favela. Muitas vezes, os moradores, em vez de procurarem a polícia ou o tráfico para resolver algum problema, preferiam procurá-lo. Ele conta que mediava “desde briga de casal a desmembramento de uma casa”: “Coisas que são judiciais, não são de associação. Então tem coisa hoje na comunidade que é judicial, tem coisa que é caso de polícia, tem coisa que é de defesa do consumidor” (Trecho de entrevista com Zé Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta).



# 4

## O PROBLEMA DA APROXIMAÇÃO NO “POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE”

### Os traumas do passado

O primeiro ano após a chegada da polícia nas favelas onde foram inauguradas as primeiras Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foi marcado por uma forte tensão entre moradores e policiais. “Conflituoso”, “conturbado”, “tenso” e “difícil” são apenas alguns dos adjetivos que tanto moradores como policiais utilizam para definir o período. O major Bruno Xavier, comandante da UPP da Cidade de Deus na época de sua implementação, definiu essa fase inicial como um momento de “adaptação” ou de “aclimatação”, cujas dificuldades ele lista adiante:

Tivemos aqueles problemas de praxe, de abordagem de início, de implantação das novas normas que têm que ser aplicadas dentro da comunidade. Então, o processo de adaptação, de chegada, que é mais difícil [...] porque é o processo justamente de adaptação, de aclimatação com os policiais, com a comunidade. [...] Para algumas comunidades que passaram aí quarenta, cinquenta anos vivendo aí à margem da sociedade, começar a entrar nos eixos é um processo difícil, entendeu? (Trecho de entrevista realizada em agosto de 2013 com o major Bruno Xavier, então comandante da UPP da Cidade de Deus)

O momento inicial da “ocupação permanente” na Cidade de Deus, assim como no Santa Marta, foi marcado, portanto, por um “choque” entre “quem chegou estabelecendo novas regras” e “quem teve sua rotina alterada” – como discutido no capítulo anterior. O comandante da UPP da Cidade de Deus ressalta que a implementação de “novas práticas” e de um novo “método”, definido como “policiamento de proximidade”, teve que ser gradual por envolver uma série de desafios e dificuldades. A principal delas talvez tenha sido, e ainda seja, a tentativa de criar uma aproxima-

ção com atores cujo desejo inicial era, quase que espontânea e invariavelmente, o de afastamento.

Neste capítulo, argumento que houve, pelo menos, três obstáculos que impediram a aproximação entre moradores e policiais nos territórios “pacificados”: a) os traumas e sequelas originados de experiências pretéritas vividas nos territórios favelados tanto por moradores e traficantes quanto por policiais; b) o medo gerado pelo rumor de que o projeto das UPPs não perduraria indefinidamente, tendo, portanto, data para acabar – provavelmente depois das Olimpíadas de 2016; c) o temor da “contaminação” que qualquer contato com policiais dentro dos territórios “pacificados” poderia gerar.

Nesse caso, três tempos históricos se entrelaçam. Acontecimentos passados se relacionam com o que os atores podem esperar do futuro e, conseqüentemente, orientam como eles agem no presente. Koselleck (2006) sugere que as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa são fundamentais para pensar nesses entrelaçamentos entre diferentes temporalidades. Segundo o autor, a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Ele aponta que “na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar, presentes no conhecimento” (Koselleck, 2006, p. 309).

Koselleck lembra que a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. E o mesmo é possível dizer sobre as expectativas. Elas também são ao mesmo tempo ligadas às dimensões pessoal e interpessoal. Além disso, o autor destaca que a expectativa se realiza no aqui-agora (que nada mais é que o futuro presente), mas está “voltada para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem” (Koselleck, 2006, p. 310).

Embora experiências e expectativas se relacionem diretamente, o autor ressalta que elas não são conceitos simétricos complementares, que coordenam passado e futuro como se fossem imagens especulares recíprocas.



Quem acredita poder deduzir suas expectativas apenas da experiência está errado. Quando as coisas acontecem diferentemente do que se espera, recebe-se uma lição. Mas quem não baseia suas expectativas na experiência também se equivoca. Poderia ter-se informado melhor. Estamos diante de uma aporia que só pode ser resolvida com o passar do tempo. Assim, a diferença entre as duas categorias nos remete a uma característica estrutural da história. Na história sempre ocorre um pouco mais ou um pouco menos do que está contido nas premissas. Esse resultado nada tem de surpreendente. Sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera: essa é apenas uma formulação subjetiva daquele resultado objetivo, de que o futuro histórico nunca é o resultado puro e simples do passado histórico. (Koselleck, 2006, p. 312)

Mostrarei a seguir como as experiências passadas mantidas vivas em forma de lembranças juntamente com as expectativas pessimistas quanto à permanência das UPPs e com o risco da “contaminação” pelo contato ajudam a explicar a proximidade sem aproximação existente entre a população das favelas e a polícia no contexto das UPPs. No que concerne à questão dos traumas oriundos de experiências passadas, vários relatos sugerem que a vontade de muitos moradores, no início da ocupação, era de permanecer longe da polícia. Isso porque quase todos os moradores do Santa Marta e da Cidade de Deus já tinham passado por experiências traumáticas com policiais dentro do território das favelas – ou, pelo menos, conheciam pessoas próximas que viveram essa situação. Como narram alguns moradores do Santa Marta e da Cidade de Deus:

Durante esses meus anos de vida, a imagem que eu adquiri do que é um policial – não é um preconceito, é um pós-conceito – por ter convivido vários anos com a polícia vindo à favela [...], a visão que eu tenho é de um cara violento, uma imagem ruim [...]. A imagem que eu tenho de policial é de uma pessoa violenta e intolerante. Para mim não mudou nada [após a UPP], continua a mesma coisa. Polícia é polícia. É tudo a mesma coisa. Não existe essa coisa de “policial bonzinho, policial malzinho”. Polícia é polícia, sempre autoritária e intolerante. (Trecho de entrevista com um jovem morador do Santa Marta)

Ah, tem diferença da forma como os policiais agem na rua e aqui, porque, na rua, eles agem com mais respeito e, devido à gente morar em morro, eles acham

que: “Ah, não, mora em morro, então, vamos bater, vamos esculachar, vamos fazer o que é certo”. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

O que tirava a paz era a polícia que vendia a violência para a favela, não é? Ela vendia a violência e depois vinha cobrar com violência. Então, o tráfico comprava o coronel, para deixar frouxo. Isso aí eles aceitavam, isso aí é sabido [...]. Quando eu era mais jovem, sempre alguém, na roda de amigos, falava: “Tem que acabar com o tráfico. Bota dois, três, quatro policiais ali [no morro] e acaba”. Então a gente sabia que a culpa do tráfico existir era da polícia. A gente sempre quis distância da polícia porque sabia que eles que geravam a violência aqui na favela e ainda ganhavam dinheiro com isso. Eles sempre lucraram com as mortes dos nossos amigos e parentes. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Ainda que a relação entre os policiais e os moradores de favelas seja marcada por uma forte assimetria de poder, é interessante ressaltar que essa relação é traumática para ambas as partes. Assim como muitos moradores têm “trauma de polícia”, diversos policiais também já sofreram inúmeras experiências traumáticas em favelas. Essas memórias de momentos difíceis – como confrontos com traficantes seguidos de morte de moradores inocentes, de “bandidos” e de policiais – afetavam, e afetam, diretamente a percepção que esses profissionais têm dos territórios favelados.

Em seu depoimento sobre o início da ocupação do Santa Marta durante um seminário sobre as UPPs, a major Pricilla Azevedo explicita, por exemplo, uma de suas experiências traumáticas. Na ocasião, a policial narra que, por já ter sido sequestrada perto de sua casa e levada para o Complexo do Alemão em 2007, ficou extremamente incomodada quando foi “convidada” para trabalhar no Santa Marta:

Eu tive a grata oportunidade de trabalhar no Complexo do Alemão de 2006 a 2008. [...] Era uma área extremamente complicada [...]. Em 2008, eu fui convidada (convidada entre aspas, né? Porque no militarismo, nunca é um convite). E aí, confesso que não queria ir. Até porque em 2007 eu também fui vítima dessa violência no nosso estado: fui roubada na porta da minha casa, fui sequestrada e levada para uma favela. E aí vem o porquê de eu

tocar nesse assunto. Porque, quando eu fui pedir ajuda para os moradores quando eu estava apanhando dentro da favela, a primeira coisa que eu vi foi uma senhora na porta dela. Expliquei a situação, falei que eu tinha sido assaltada, amarrada. Ela chamou o marido dela, vieram com uma vassoura na mão e começaram a me bater. Aí, eu comecei a gritar e eles me acharam de novo, me pegaram de novo. Daí numa segunda vez, tentei novamente fugir, entrei numa casa onde tinha uma família conversando [...]. Eu expliquei de novo o que tinha acontecido e eles perguntaram: “Ah, foram os meninos que te pegaram? Então, se você não sair da minha casa agora, eu vou chamar eles novo”. E saíram para chamá-los. Então, esse contato, além da cultura que a gente tinha de incursão em favela... Ainda fui contaminada, porque não tinha como desvincular essa oportunidade que eu tive de pedir ajuda e ter sido tratada dessa forma... Então, quando me mandaram comandar esse policiamento que até então não tinha o nome de UPP, nós éramos ligados à filosofia de policiamento comunitário. A gente procura policiar uma determinada área. Mas como eu ia conseguir fazer isso, colocar isso em prática, se na verdade eu queria era distância daquilo ali? A gente começa a achar que todo mundo que está ali não presta. (Trecho de depoimento da major Pricilla Azevedo durante o seminário internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – a experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

A fala da major Pricilla revela como a memória de momentos de tensão vividos em favelas no passado ajudaram a emoldurar as percepções que ela e muitos outros policiais tinham desses territórios e da população que ali vivia.<sup>1</sup> Por outro lado, as experiências traumáticas experimentadas por essa parcela da população também colaborava para que as pessoas desconfiassem fortemente dos policiais que atuavam nas favelas. E, para completar, essas desconfianças de ambos os lados ganha-

---

1 Vale notar que essas experiências emolduram não apenas o olhar daqueles policiais que as viveram diretamente, mas também de muitos outros (como dos policiais recém-formados que trabalham nas UPPs) que, desde o início de sua formação, são sistematicamente expostos a relatos de colegas que já passaram por inúmeras situações de confronto – sem contar com as “sangrentas” notícias de jornais sobre casos de incursões em favelas, quase sempre seguidos de mortes, às quais toda a população é exposta cotidianamente.

vam ainda mais força com a circulação do rumor de que o projeto das UPPs tinha data para acabar.

### **Medos relacionados ao futuro da UPP**

Provavelmente, o rumor que mais circulou desde a criação das UPPs foi o de que o projeto só duraria até a realização dos Jogos Olímpicos em 2016. Ele aparecia em conversas informais de cariocas que moravam em diferentes áreas da cidade, assim como em debates mais formais entre acadêmicos ou mesmo em artigos científicos, em discussões propostas por movimentos sociais, em vídeos divulgados em redes sociais e até mesmo em *blogs* e em outros fóruns de discussão que, tais como as mídias sociais, alcançam um grande e diverso público. Durante meu trabalho de campo no Santa Marta e na Cidade de Deus, ouvi inúmeras especulações sobre o fim do projeto:

Essas UPPs nada mais são, nada menos são, que depois de 2016 isso vai acabar. Porque vem a Copa e aí as Olimpíadas, e acabou. Porque isso é uma política eleitoreira. É tudo mentira. Esse é o meu ponto, porque isso só existiu... Se a gente colocar em volta de onde estão essas UPPs... Cidade de Deus, perto da Barra, onde vai ter os jogos olímpicos. A gente tem Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Copacabana, Botafogo, tem Leme, Andaraí, Parque da Tijuca, Borel... Gente, isso é muito sério! Estamos pagando milhares, é muito dinheiro em troca de uma Olimpíada, em troca de uma Copa do Mundo. (Depoimento de uma moradora do Santa Marta durante um debate público sobre as UPPs realizado em uma ONG da favela em 2012)

Esse depoimento ilustra como grande parte da população associava a criação das UPPs à preparação da cidade para a realização de grandes eventos. E mostra como, conseqüentemente, havia uma constante especulação de que a ocupação “permanente” das favelas se tratava na verdade de “uma ação temporária” que teria o objetivo de garantir a segurança durante os eventos que ocorreriam no Rio de Janeiro<sup>2</sup> e, além

---

2 A desconfiança de que as UPPs podem ter sido criadas apenas para “limpar” a imagem da cidade e prepará-la para receber grandes eventos é reforçada pelas análises da distribuição territorial das UPPs. Como aponta Barreira (2013, p. 145), “as unidades ‘pacificadoras’ estão presentes em quase todo o território do município, mas

disso, assegurar muitos votos aos políticos que apoiaram a criação do projeto.

Não era raro ouvir nas favelas insinuações de que a UPP era mera “politicagem” ou uma “política eleitoreira”. A recorrente utilização desses termos, especialmente antes das eleições de 2014, evidenciava a existência de um temor de que o projeto acabasse caso houvesse uma alternância no governo do estado.

Esse projeto só me assusta de um lado [...]. Será que isso vai continuar, mudando [de] governante? Porque, se não continuar, vai ter um derramamento de sangue em todo lugar onde tiver UPP. Depois que esse governo sair, quem vai bancar essas UPPs todas aí? (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Mesmo quem não entende de política entende que a UPP é um projeto político. Gol de letra do Sérgio Cabral, não é, meu irmão? O Lula veio com o Bolsa Família, o PAC; o Sérgio Cabral veio com a UPP e com a UPA. Aí fica aquela preocupação nossa de quando o Sérgio Cabral sair. Aí assume o Garotinho, e ele tem desavença com o Cabral. Ele vai querer botar o projeto do Cabral para frente? Você sabe que tudo na UPP é alugado. É viatura alugada, o contêiner é alugado, o computador é alugado, tudo é alugado. Então a gente sabe disso, sabe que a qualquer momento... Então a gente procura manter aquela distância porque nós somos repreendidos. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Por já terem vivido inúmeras situações nas quais políticas públicas foram criadas, apresentadas como a grande solução para o “problema” das favelas e, logo depois, abandonadas, muitas pessoas antecipavam a repetição da história no caso das UPPs. Depoimentos de moradores do Santa Marta e da Cidade de Deus expõem como a lembrança de projetos descontinuados tem um lugar de destaque no quebra-cabeça das memórias que alimentam sobre a atuação do poder público em seus territórios de moradia. A esse respeito, convém retomar um depoimento apresentado no capítulo 1 deste livro:

---

distribuídas de maneira muito desigual”. O projeto está presente apenas em favelas localizadas em “pontos estratégicos, ligados de maneira direta ou indireta aos locais economicamente mais valorizados ou à funcionalidade dos grandes eventos”.

A gente não tinha esse conhecimento de como seria, até porque a UPP era um projeto novo, e sempre vem aquela desconfiança da gente que está na favela, porque antes disso já vieram outras. Por exemplo, primeiro foi o DPO, depois foram as cabines, que cada localidade tinha umas cabines, aí passava outra, e o Garotinho ganhou o Polígono, [n]o outro [governo] criaram aquele balão que ficava rodeando. Então a gente achava que aquilo era algo passageiro, político. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Os moradores de áreas “pacificadas” temiam, desde a criação das UPPs, que o padrão de atuação do Estado nas favelas – caracterizado pela constante descontinuidade de projetos – não se alterasse; logo, não sentiam que podiam confiar que daquela vez seria diferente. Como afirmam Burgos *et al.* (2012, p. 86), permanecia, e ainda permanece, entre os moradores de favela um constante “temor de sofrer uma (nova) traição por parte do poder público”.<sup>3</sup>

Os próprios policiais que passaram a atuar nas UPPs também temiam a descontinuidade do projeto. Um policial do Santa Marta, por exemplo, afirmou em uma entrevista: “Tem um decreto assinado até 2023, mas não vale de nada. É, porque teve o decreto de que a escala nossa ia ser uma e durou dois meses e mudou [...]. Então, não vale muito esse decreto, não. São eles que fazem e eles que fiscalizam”. Devido à desconfiança em relação à longevidade desse novo tipo de policiamento, muitos PMs julgavam que para suas carreiras não seria interessante “perder tempo” trabalhando nas UPPs.<sup>4</sup>

---

3 Os autores explicam que a traição é entendida como “a interrupção da política de ocupação da UPP, que devolveria a favela à situação anterior, com a volta dos traficantes armados. Não é por acaso que essa posição de cautela tenha aparecido com mais nitidez nas favelas da Tijuca e de Copacabana. No primeiro caso, porque a sombra assustadora do tráfico ainda está muito presente na memória coletiva; no segundo, porque a desmoralização da experiência do policiamento comunitário (GPAE) parece ter ensinado que as políticas públicas para favelas costumam ser voláteis” (Burgos *et al.*, 2012, p. 86).

4 Em uma conversa informal no Parque Proletário, na Zona Norte da cidade, alguns policiais admitiram achar que, com o passar do tempo, a UPP perderia a força a partir, por exemplo, da progressiva redução do efetivo policial nas favelas. Eles ressaltaram que já circulavam rumores dentro da corporação de que uma forma para “operacionalizar” essa redução seria a futura transformação das UPPs, pelo governo do estado, em “companhias independentes”.

Não tenho a intenção de precisar como surgiu o rumor de que as UPPs tinham data para acabar, mas julgo não ser arriscado sugerir que provavelmente esse rumor apareceu como resultado de uma junção entre a experiência prática dos moradores da cidade do Rio de Janeiro e o saber teórico produzido por sociólogos, antropólogos e historiadores que evidencia como políticas públicas frequentemente sofrem interrupções no Brasil, especialmente na área de segurança pública. Acredito que a produção desse rumor se aproxima daquilo que Giddens (1991) chama de “dupla hermenêutica”. Isso porque os conhecimentos dos “nativos” assim como os dos “acadêmicos” são construídos a partir de experiências passadas que se retroalimentam na investigação do momento presente, ajudando a construir especulações sobre o futuro. Os relatos dos “nativos” sobre essas experiências, sem dúvida, dão subsídios aos pesquisadores que estudam as recorrentes suspensões das políticas públicas no Brasil. Mas, da mesma forma, as análises científicas produzidas sobre esses casos de políticas públicas que não tiveram continuidade ou que fracassaram também afetam as percepções nativas sobre o tema, que, por sua vez, ao sofrerem alterações, alimentam a produção de novas análises sociológicas e antropológicas.<sup>5</sup> Os rumores fazem parte desse jogo de retroalimentação e, muitas vezes, são os responsáveis por construir pontes entre o saber nativo e o científico.<sup>6</sup>

Portanto, os rumores afetam os pesquisadores que os estudam e também são afetados pelas análises feitas sobre eles. O rumor de que a

---

5 Vale ressaltar aqui que a lembrança dos moradores e as análises realizadas por pesquisadores sobre as experiências de ocupações policiais permanentes consideradas “bem-sucedidas” também geram impacto nas expectativas que certos moradores têm em relação ao projeto das UPPs. Um exemplo disso aparece na fala de um morador da Cidade de Deus: “É uma questão de raciocínio lógico. Os bandidos que estão ainda aí ficam falando: ‘É... 2016 vai acabar’. Eu falo para eles: ‘Deixa de ser bobo, rapaz!’. Eles falam que depois da Copa vai acabar a UPP. Mas lembra do exemplo daquela favela onde instalaram quartel do Bope? Eles tomaram tudo e nunca mais saíram de lá. Eu acho que eles não vão sair daqui nunca mais também” (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus).

6 Como afirma Giddens (1978, p. 85): “Os esquemas conceituais das ciências sociais expressam uma dupla hermenêutica, relacionada tanto com a penetração e a compreensão dos quadros de significado envolvidos na produção da vida social pelos atores leigos, quanto com sua reconstituição dentro de novos quadros de significados implicados nos esquemas conceituais”.

UPP tinha data para acabar, por um lado, alimentava e, por outro, era alimentado pelas expectativas dos moradores e por análises acadêmicas e/ou de militantes. E esse jogo de retroalimentação gerava uma série de consequências práticas: desde o início da ocupação era complicado, por exemplo, o estabelecimento de uma relação de proximidade entre policiais e moradores diante da expectativa de que, em um futuro próximo, traficantes poderiam voltar a dominar o morro e se vingar de quem se mostrasse publicamente a favor da UPP.

Durante uma entrevista, um PM da Cidade de Deus afirmou: “O maior problema do morador da comunidade são esses boatos de que a UPP talvez acabe e aí os traficantes voltem e volte o que era antes. O maior receio do morador é esse. Senão, ele já tinha se entregado cem por cento”. Muitos policiais com quem conversei diziam acreditar que os “boatos” que circulavam pela favela eram propositalmente espalhados e alimentados por traficantes (ou “ex-traficantes”) para evitar que a população se aproximasse da polícia. O comandante da UPP do Parque Proletário afirmou durante uma entrevista que, na visão dele, a criação de rumores era uma forma de que se valia aquele elemento envolvido com o tráfico para coagir o morador, dizendo: “Não, eles vão embora em 2016, aí vai voltar tudo como era antes”.

Pricilla Azevedo – como já dito, a primeira comandante de uma UPP – compartilhava a mesma opinião. Segundo ela, muitas foram as dificuldades que teve de enfrentar quando chegou ao Santa Marta. A principal delas foi a desconfiança da população local, associada, mais uma vez, à lembrança de experiências anteriores de ocupação policial que não tiveram continuidade.

Então, quando me mandaram comandar esse policiamento que até então não tinha o nome de UPP, nós éramos ligados à filosofia de policiamento comunitário. A gente procura policiar uma determinada área. Mas como eu ia conseguir fazer isso, colocar isso em prática, se na verdade eu queria era distância daquilo ali? A gente começa a achar que todo mundo que está ali não presta. Aí fui trabalhar nessa comunidade, uma comunidade que já tinha tido experiência de ocupação policial em 1993. O Batalhão de Operações Especiais ocupou essa favela, ficou lá por cerca de noventa dias, saiu e não deu satisfação a ninguém. Em virtude dessa saída, alguns mora-



dores sofreram consequências com o tráfico, às vezes pelo simples fato de dar um “bom dia” para um policial, ou de num barzinho receber um policial e dar uma água. Então, as pessoas sofreram isso com a saída da Polícia Militar. Então, a gente começou um programa num local onde a polícia simplesmente não deu satisfação, não disse para que veio, o que ela queria, e depois foi lá e saiu. Então, os moradores do Santa Marta, eles simplesmente não tinham contato nenhum com a gente. Então, eu passava, dava um “bom dia” e muitas vezes as pessoas nem olhavam para a minha cara. (Trecho de depoimento da major Pricilla Azevedo durante o seminário internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – a experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

### **As “ferramentas de aproximação” utilizadas em áreas “pacificadas”**

Diante de tudo que foi debatido até aqui, parece evidente, portanto, que a proximidade física entre moradores e policiais da UPP nos territórios de favelas não foi, de modo algum, sinônimo de aproximação. Embora a proximidade física entre policiais e moradores fosse indubitavelmente uma condição necessária para que a polícia pudesse estabelecer uma relação mais estreita com a população, ela não foi suficiente para garantir que uma aproximação ocorresse, de fato, entre esses dois atores.

Como havia um sério problema de “falta de confiança” na polícia e na continuidade do projeto das UPPs, os policiais que atuavam em áreas “pacificadas” tiveram que forjar diversos mecanismos visando a uma aproximação com a população desses territórios. Como resume a major Pricilla: “A polícia militar tinha que ter ferramentas de aproximação para lidar com essas pessoas. Não bastava que participasse de reuniões ou organizasse eventos. A gente tinha que ter algo mais concreto, alguma coisa que não fosse tão pontual”.

A partir das entrevistas realizadas com policiais e das observações que fiz, pude notar que as estratégias utilizadas, especialmente pelos comandantes das UPPs, para se aproximarem dos moradores no início do processo de “pacificação” incluíam as seguintes medidas: a) percorrer a favela e se fazer presente no cotidiano para conhecer e passar a ser

conhecido pelos moradores; b) divulgar para os moradores os números de telefone do comandante e da sede da UPP (para que eles pudessem entrar em contato caso precisassem de alguma ajuda ou quisessem fazer alguma denúncia); c) participar dos eventos e reuniões promovidos pelos moradores na favela; d) realizar reuniões, eventos, festas, excursões, passeios e atividades culturais dentro e fora da favela; e) organizar aulas de futebol, balé, música, etc., ministradas sempre por um policial da UPP.

As estratégias mencionadas não começaram a ser aplicadas partir de uma diretriz ou orientação formal dada pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Na realidade, essas estratégias foram mais utilizadas em algumas favelas com UPP que em outras e, nesses diversos territórios, elas foram usadas de diferentes maneiras. Como a UPP foi um projeto elaborado e formalizado no próprio curso de sua implementação – e experimentado nos primeiros territórios “pacificados”, como mostrado anteriormente –, os comandantes que estiveram à frente das primeiras UPPs foram os responsáveis por criar e testar táticas, deixadas ao seu próprio arbítrio e estilo pessoal, com vistas a uma possível aproximação com a população. Durante uma entrevista, um policial que trabalhou na Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) nos primeiros anos de UPP narrou como se desenvolveu esse processo:

Era tudo muito novo [...]. Foi muito na experiência pessoal de cada um. “Ah, eu acho legal fazer dessa forma”, não tinha uma diretriz. Foi dando certo, sabe? “Ah, a gente vai dividir o policiamento assim, vamos colocar aqui, ali”, não teve isso, não. Foi muito da visão pessoal de cada comandante. Por isso que eu falo que a major Pricilla e o major Romeu foram os grandes, tiveram uma grande parcela de influência em todos os outros comandantes que vieram depois. Porque começou a dar certo, deu certo, e o pessoal começou a replicar isso. (Trecho de entrevista com um policial que trabalhou na CPP)

No início da minha pesquisa de campo, acompanhei especialmente a atuação da comandante Pricilla Azevedo.<sup>7</sup> Descrevo, a seguir, as “ferra-

---

7 Segundo informações disponíveis no *site* do governo do estado do Rio de Janeiro, “Pricilla de Oliveira Azevedo é policial militar e atualmente trabalha como coordenadora-geral de Programas Estratégicos para as Unidades de Polícia Pacificadora

mentas de aproximação” que foram criadas e testadas por ela no Santa Marta e que posteriormente também passaram a ser utilizadas em outras favelas “pacificadas”.

Antes de se tornar a policial com o cargo mais alto no programa das UPPs e a primeira mulher a ocupar uma posição estratégica na Superintendência de Planejamento Operacional da Seseg, Pricilla Azevedo não era uma personagem muito conhecida no cenário da segurança pública. Após ter sido convidada, no fim de 2008, para atuar na primeira favela “pacificada” da cidade e ter passado dois anos à frente da UPP do Santa Marta, Pricilla teve seu trabalho reconhecido dentro e fora da favela – e até mesmo fora do país.<sup>8</sup>

Quando foi anunciado que a então capitã comandaria a ocupação do Morro Santa Marta, a imprensa carioca deu destaque ao fato de uma mulher assumir a responsabilidade de comandar uma tropa de 120 policiais, composta basicamente por homens. É importante lembrar que, naquele momento, o número de policiais mulheres nas UPPs ainda era

---

da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro (Seseg). A major Pricilla Azevedo se juntou à corporação em 1998 [...]; em 2000, começou a trabalhar em batalhões de polícia e em operações de repressão nas ruas da cidade. Em 2007, demonstrou extrema coragem e compromisso com suas responsabilidades ao prender uma quadrilha de bandidos que a havia sequestrado. [...] A Seseg convidou a major para comandar a primeira UPP no Rio de Janeiro, na comunidade Santa Marta, função que desempenhou entre 2008 e 2010. Nessa função, ela comandou 125 policiais militares [...], conseguiu eliminar o tráfico de drogas na comunidade, criou modelos de mediação de conflitos, trabalhou com instituições de nível municipal e estadual para melhorar o serviço de saúde e de coleta de lixo, aumentou as oportunidades de treinamento técnico e educacional e desenvolveu uma bem-sucedida feira de artesanato na comunidade. Ela é a policial com o cargo mais alto no programa das UPPs e a primeira mulher a ocupar uma posição estratégica na Superintendência de Planejamento Operacional da Seseg. Ela já recebeu condecorações da Câmara de Vereadores das cidades do Rio de Janeiro, Tanguá e Itaboraí. Ela também foi premiada com a Medalha de 50 Anos da Força Brasileira das Nações Unidas. Em 2009, a revista *Veja* deu à major Pricilla o prêmio de Personalidade do Ano, com o título de ‘Defensora da cidade’” (Major..., 2012).

- 8 Em 2012, a major apareceu na lista do jornal espanhol *El País*, que elegeu os treze principais líderes ibero-americanos de 2012. Na ocasião, foi divulgada uma matéria no site das UPPs reforçando o destaque dado pelo periódico à major Pricilla como a primeira mulher a comandar uma UPP, cuja coragem era “quase um mito” (Marotti, 2012).

bastante reduzido.<sup>9</sup> Assim, o fato de ser uma jovem mulher negra e ainda comandar um grande número de policiais homens gerava uma certa surpresa. Todavia, esse estranhamento inicial logo foi substituído por um entusiasmo gerado por uma espécie de crença coletiva – compartilhada tanto por policiais, como pela população de um modo geral – de que a comandante teria uma aptidão especial para lidar com os moradores da favela justamente por ser mulher.<sup>10</sup>

A população do Santa Marta também parecia concordar com a ideia de que as policiais femininas são mais afáveis e passam mais confiança que os homens. Por isso, os moradores mais críticos à atuação da polícia apontam que a escolha de uma mulher para o comando da UPP do Santa Marta teria sido uma “jogada de *marketing* do governo”, uma espécie de “maquiagem” utilizada com o intuito de disfarçar a truculência que historicamente marca a atuação da PM nas favelas cariocas. Nas palavras de um jovem do Santa Marta: “O fato de ser uma mulher é estratégia meio que para convencer mais facilmente as pessoas. Colocaram uma mulher lá, mulher negra, para o morador meio que se identificar com aquilo”.

É possível dizer que existia uma crença generalizada – entre policiais e moradores – de que as mulheres que atuavam na UPP tinham uma maior predisposição para atuar no “social” e para se aproximar da

---

9 Posteriormente, esse número aumentou. Segundo Mourão (2013), entre 2010 e 2012, houve um crescimento de mais de 10% na proporção de mulheres integradas ao efetivo. Em agosto de 2013, o número de policiais mulheres atuando nas UPPs já somava 737, segundo a PMERJ.

10 Mourão (2013, p. 27), em pesquisa sobre os efeitos da presença das mulheres policiais nas UPPs, lembra que “a forte naturalização da condição feminina traz consigo a noção de que elas são mais aptas ao tipo de policiamento da UPP”. De um modo geral, parece haver uma crença generalizada de que as mulheres possuem uma maior afabilidade e que este é um elemento capaz de amenizar a reação dos moradores nos contatos com a polícia. Isso pode ser notado nos depoimentos de dois policiais entrevistados na Cidade de Deus. O primeiro ressaltou que considera a abordagem feminina “mais sensível” e que, por outro lado, “a masculina é mais... Como eu posso falar? Não é mais agressiva, mas é uma coisa... A pessoa vê a mulher, ela se sente com mais facilidade de se aproximar por ser mais sensível”. Corroborando essa ideia, o outro policial afirmou que, na visão dele, “a policial feminina tem uma abordagem mais sensível, de se aproximar mais da comunidade. Por isso, a população olha com mais confiança, por ser uma figura mais sensível. As crianças se aproximam mais, os idosos se aproximam mais”.

população. Por isso, Mourão (2013) sugere que a discussão sobre gênero nas UPPs é importante para o debate sobre certos aspectos centrais do projeto. Um desses aspectos é “a associação do *ethos* militar, guerreiro, forjado, como sugerem alguns autores, na gramática da virilidade violenta (Bourdieu, 1998; Welzer-Lang, 2002; Calazans, 2004; Moreira, 2011), à dificuldade de conceber o policiamento de proximidade como ‘verdadeiro trabalho de polícia’” (Mourão, 2013, p. 8).

Nas entrevistas realizadas no Santa Marta, na Cidade de Deus e no Parque Proletário, ouvi uma parcela dos policiais menosprezando o “trabalho social” desempenhado por alguns de seus colegas da UPP. Eles rotulavam os cursos, as atividades desenvolvidas com crianças e jovens e até mesmo o trabalho de mediação como um “trabalho de babá ou de assistente social”. E, ao apresentarem essa crítica, reclamavam também que não podiam “trabalhar de verdade”<sup>11</sup> nas UPPs, que não podiam fazer o “trabalho de policial militar”.<sup>12</sup>

11 A pesquisa *Unidades de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais*, realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), por exemplo, aponta que uma parcela dos policiais (21%) demonstra, em níveis distintos, uma rejeição ao projeto da UPP, ou seja, uma falta de identificação com a prática do policiamento de proximidade, e que 60% afirmam preferir estar fora da UPP. Alguns policiais dizem que preferiam trabalhar em batalhões por conveniências pessoais; outros, para estar onde pudessem fazer “ocorrências verdadeiras” ou participar de atividades “mais dinâmicas”, “mais operacionais” e “mais objetivas”. Como resume Mourão (2013, p. 7): “Mesmo que, na prática, grande parte das ocorrências policiais ‘do asfalto’ seja classificada no campo das ações assistenciais, das contravenções ou do trânsito, construiu-se, entre esses policiais, um discurso segundo o qual fora da UPP se faria o verdadeiro trabalho de polícia. Em parte, porque se desfrutaria de maior autonomia para exercer o poder discricionário no combate a ‘meliantes’ e ‘vagabundos’. Em parte, porque os policiais acreditam que ali seriam mais respeitados pela população. Assim, nas favelas, onde hostilidades históricas marcam, até hoje, o relacionamento da polícia com os moradores, enquanto uma parcela dos agentes incorporou o espírito de uma polícia comunitária, apostando na aproximação e na parceria com a população local, outra parcela não se sente identificada com o projeto, por se perceber desempenhando a função depreciada e pouco viril de cuidar e proteger – ser ‘assistente social’ ou ‘babá de marmanjo’ – no lugar de combater”.

12 Mourão (2013) cita o depoimento de um policial que reclamava por não poder “trabalhar” como gostaria: “Na UPP X era complicadíssimo, mas eles gostavam porque eles podiam trabalhar. Não tinha nenhum tipo de restrição. [...] Hoje em dia, se você falar ‘quero fazer...’, não pode! [...] Fazer o trabalho de policial militar mesmo não

Como lembra Teixeira (2015, p. 78), a mistura que ocorre nas UPPs entre aquilo que é considerado trabalho de polícia propriamente dito e o trabalho como agente social “exibe uma dinâmica repleta de ambivalências e de conflitos relativos a dois repertórios de significados que, em geral, disputam o protagonismo – e a legitimidade – das intervenções nos territórios da pobreza”. Os policiais com essa dupla atuação devem lidar, por um lado, com “o tradicional repertório da guerra, que prioriza o conflito violento com as quadrilhas de narcotraficantes”, e, por outro, com “o repertório do social, que prioriza a ação preventiva através do desenvolvimento de atividades que visam, dentre outros objetivos, à diminuição do envolvimento das pessoas com a criminalidade” (p. 78).

O autor propõe chamar de “policial social” esse agente da UPP que mobiliza simultaneamente elementos dos dois repertórios. Para ele, o policial social não é uma categoria nativa, mas sim uma expressão mobilizada com o objetivo de descrever a articulação de diferentes representações e práticas que compõem o cotidiano de favelas “pacificadas”. Creio que podemos tomar a major Pricilla como um típico exemplo do que Teixeira (2015) chama de “policial social”. Na verdade, nesse caso, o termo pode ser considerado não só um tipo sociológico, mas também uma categoria nativa, já que há moradores que se referem à Pricilla como uma policial “mais social, mais humana, que não é só policial, não é só militar”. Usando as palavras do autor, sugiro que Pricilla “representa justamente o encontro, numa trajetória individual, entre essas duas propostas de intervenção: a ‘prevenção ao crime’ e a ‘guerra ao crime’” (Teixeira, 2015, p. 84).

Pricilla avalia que o início de seu trabalho no morro de Botafogo não foi fácil. No começo, ela não conhecia os moradores e eles também não sabiam quem ela era. Ela conta em depoimento ao programa *Globo Repórter*, exibido pela Rede Globo em 7 de dezembro de 2012, que, ao chegar ao Santa Marta para comandar o policiamento na favela, se sentia “um monstro”, pois todo mundo olhava quando ela passava, mas quase ninguém lhe dirigia a palavra (Duas..., 2012). Apenas crianças se aproximavam da capitã.

---

pode! Apesar de ser policiamento de proximidade, a gente sabe que tem marginal ali... A gente tem que correr atrás para pegar o marginal” (p. 10).

Para tentar driblar as dificuldades iniciais, a comandante decidiu que era necessário se fazer presente no cotidiano do Santa Marta. Ela passou, então, a circular pelas ruas – tanto de dia como de noite, em dias úteis ou nos fins de semanas –, apresentando-se aos moradores e aos comerciantes do morro. Sempre que conhecia um novo morador, a comandante pedia para que ele anotasse o seu telefone e ligasse caso tivesse qualquer problema. Da mesma maneira, em suas falas públicas, Pricilla costumava passar os telefones de contato da UPP, além de seu telefone pessoal, para que a população pudesse entrar em contato diretamente com ela. Durante uma entrevista para a Rádio Comunitária Santa Marta, ela explicou:

Às vezes, eu não atendo o telefone porque posso estar dormindo, posso estar no banheiro fazendo alguma coisa ou em alguma reunião. Mas, se não atendo na primeira, atendo na segunda. Pega caneta e papel aí e anota, o telefone é [...]. Esse é o telefone que fica comigo. Tem o telefone também do policial permanente que fica 24 horas [...]. Infelizmente esses telefones são de serviço e por isso não podemos atender chamada a cobrar. Mas vou dar o meu telefone pessoal, que é [...], esse pode ligar a cobrar. Me dá uma ajudinha aí, se tiver crédito, eu agradeço. (Trecho de entrevista de Pricilla Azevedo à Rádio Comunitária Santa Marta em 2011)

Além de se aproximar dos moradores “comuns”, a comandante também tentou estabelecer contato com as lideranças comunitárias do Santa Marta – como pastores, presidentes de associações, coordenadores de ONGs, etc. Como no início ela não sabia quem eram as lideranças, começou a participar das reuniões e eventos organizados por moradores do morro mesmo sem ser convidada:

Então, todos os eventos que tinham no morro, eu não esperava ser convidada, porque eu sabia que não seria [...]. Mas eu ia. E aí, quando eu chegava, sempre alguém falava que eu estava ali para estragar o evento. Mas eu não estava nem aí. Eu perguntava quem era o presidente e me apresentava [...]. Eu decidi que eu tinha que conhecer todos os ambientes, todos os personagens, saber quem era o quê e por quê. (Trecho da fala da major Pricilla Azevedo durante o seminário internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – a experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

É interessante notar que, após conseguir estabelecer contato com essas lideranças, Pricilla passou a expor publicamente os vínculos formados. Durante uma entrevista à Rádio Comunitária Santa Marta em 2011, por exemplo, ela aproveitou para agradecer o apoio que recebia de algumas lideranças da favela:

Eu respeito o Zé Mário como presidente da associação, porque ele não é polícia, não tem que fazer trabalho de polícia, de informante, de nada disso. Até porque eu tenho meios para saber de qualquer coisa. É cada macaco no seu galho mesmo [...]. Queria agradecer também e mandar um abraço a uma pessoa que admiro muito, que tenho ela como uma autoridade religiosa que faz projetos abençoados para crianças e adultos, que é o pastor Waldecir. Tem uma semana que não o vejo, mas o encontrei ali no pé da escada semana passada e queria mandar um abraço para ele. (Trecho de entrevista da major Pricilla Azevedo à Rádio Comunitária Santa Marta em 2011)

Quando fazia esse tipo de discurso, por um lado, Pricilla parecia querer mostrar intimidade com aquelas lideranças conhecidas na favela para, assim, tentar ganhar mais confiança de outros moradores. Mas, por outro lado, como ela sabia que esse contato com a polícia tinha um forte potencial “contaminador”, parecia também tentar responder antecipadamente às críticas que poderiam ser feitas àquelas lideranças por estarem se aproximando da polícia. Para tentar “limpar” a imagem desses moradores, Pricilla, em diversas falas públicas, ressaltava que, apesar de terem contato com ela, eles não estavam atuando como informantes da UPP. Ainda na entrevista à rádio, quando falava sobre as denúncias que a UPP recebia, fez questão de interromper a frase para dizer: “Não é denúncia da associação de moradores, o Zé Mário [presidente da associação] não tem nada a ver com essa história”.

Embora Pricilla tenha conseguido conhecer e se aproximar de alguns líderes locais, como pastores, presidentes de associações (de moradores e de comerciantes), coordenadores de ONGs e de projetos sociais, etc., outras lideranças se negaram a estabelecer contato com a comandante. Um líder comunitário do Santa Marta, em conversa informal, relatou ter recebido da comandante um convite para participar de um famoso programa dominical da Rede Globo. Fez questão de dizer, em seguida,



que se negou a ir e que, mesmo que a polícia estivesse tentando comprar o apoio dele, ele não estava à venda.

Para tentar driblar essas dificuldades iniciais de aproximação e as “resistências” de algumas lideranças, Pricilla notou que, além de participar das reuniões organizadas pelos próprios moradores, ela também precisava começar a organizar as próprias reuniões para debater com a população temas que iam muito além da questão do policiamento, como problemas relacionados ao recolhimento do lixo, ao fornecimento de luz, de água, etc.<sup>13</sup> No entanto, algumas lideranças da favela também se negavam (e continuam se negando) a participar desse tipo de encontro. Isso ficou muito claro para mim no fim de uma reunião sobre o Programa Saúde da Família realizada no Polo de Inclusão Social Padre Velloso, na qual havia diversos moradores da favela. Nessa ocasião, vi a comandante se aproximar de um líder comunitário do Santa Marta para se apresentar e questionar por que ele preferia se manter afastado da UPP e não participar das reuniões que ela organizava. De um modo bastante ríspido, o líder comunitário disse para a comandante que não tinha “nenhum assunto para tratar com a polícia”. E acrescentou: “Se eu precisar dialogar com o governo, vou direto à secretaria que trata da questão que eu preciso resolver. Se eu precisar falar de educação, vou na Secretaria de Educação; se precisar falar de saúde, vou na Secretaria de Saúde, porque não concordo que a polícia resolva questão que não é de polícia”. Pricilla ainda insistiu, mas ele permaneceu irredutível em sua postura avessa ao diálogo com a comandante sobre problemas que não fossem “de polícia”.

---

13 As reuniões que Pricilla organizava no Santa Marta para discutir temas diversos com os moradores e lideranças locais também passaram a ser realizadas posteriormente por comandantes de diversas UPPs. Vale ressaltar, contudo, que nessas reuniões são discutidos temas variados, mas a segurança pública raramente entra em debate. Davies (2014), ao analisar catorze encontros organizados em quatro UPPs em 2013, mostra que “a participação ‘pacificada’ encontra seu lócus privilegiado nessas reuniões ‘comunitárias’, tendo em vista que nesses rituais o protagonismo dos comandos militares reforça a lógica de convencimento moral nos discursos, mas também na constituição do próprio espaço, na distribuição de papéis e na legitimação das pautas que vão ao debate” (Davies, 2014, p. 41). Para mais informações sobre os desafios da mediação política no âmbito do projeto das UPPs, ver Fleury e Kabad (2014), Carvalho e Silva (2015), Rocha e Davies (2018).

Além de tentar dialogar com as lideranças e com a população adulta, Pricilla notou que era importante promover outras ações para tentar conquistar também as crianças do morro. Ela começou, então, a organizar uma série de atividades dirigidas ao público infantil, que acabou se tornando o alvo principal de sua política de aproximação.

**“Esse é o bonde da Pricilla;  
se não quer, então rejeita. Uh, aceita!”**

Algumas “ferramentas de aproximação” utilizadas por Pricilla, e posteriormente usadas por outros comandantes, foram as excursões, os passeios e as festas na favela. No Santa Marta, além da distribuição de presentes em datas festivas – como no Natal, no Dia das Crianças, na Páscoa, etc. –, levaram as crianças a *shows* no Maracanãzinho, a visitas ao quartel do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e a espetáculos artísticos, como a um circo na Quinta da Boa Vista. Por considerarem que parte da juventude<sup>14</sup> já estava “perdida para o tráfico”, os comandantes de UPPs preferiram, desde o início do projeto, investir mais na organização de atividades voltadas para o público infantil. No Parque Proletário, o comandante falou sobre a dificuldade da polícia em lidar com os jovens:

No trabalho em áreas pacificadas, a gente sempre tem [...] duas faixas etárias nas quais a gente consegue uma entrada muito mais imediata e eficaz, que são os idosos e as crianças. E a gente tem aquela faixa etária aí dos 12 aos 20 e poucos, que é uma faixa etária que é mais difícil da gente lidar. Porque são aqueles que vivenciaram um pouco do *glamour* que o tráfico de drogas tinha dentro das áreas pacificadas. Então logicamente que é mais difícil a gente lidar com essa juventude. E o idoso que não quer ver o filho envolvido com tráfico de drogas. Muitas vezes, ele já tem até históricos negativos na família, de ter perdido as pessoas por causa dessa relação com o tráfico de drogas e as crianças que são óvulos de atividades. (Trecho de entrevista com Filipe Matos de Carvalho, então comandante da UPP do Parque Proletário em agosto de 2013)

14 Para mais detalhes sobre as relações entre projetos sociais e o debate sobre juventude no âmbito do projeto das UPPs, vale conferir o belo trabalho de Motta (2021).

As atividades de aproximação são realizadas, portanto, prioritariamente com os idosos e com as crianças. A interação estabelecida entre as crianças e alguns comandantes de UPPs, como Pricilla Azevedo, assemelha-se àquela que antes era estabelecida entre os “pequenos” e os “donos do morro”.<sup>15</sup> Uma das primeiras atividades organizadas pela polícia logo após a ocupação do Santa Marta foi a distribuição de presentes para as crianças da favela no Natal de 2008.<sup>16</sup>

Assim como os traficantes faziam no passado, Pricilla, além de organizar a distribuição de presentes no Natal, também promovia festas ou atividades recreativas em outras datas comemorativas, como no dia do seu próprio aniversário. Em entrevista dada à Rádio Santa Marta em 2010, a major contou que para celebrar seu aniversário organizou um passeio para levar as crianças da favela a uma visita ao Bope: “Foi muito bom, foi um grande presente de aniversário que Deus me deu, passar o dia do meu aniversário com duzentas crianças aqui do morro em um batalhão de polícia”.

---

15 Koenders (2014) observou que algumas práticas de policiais da UPP da Vila Cruzeiro também lembravam o modo como o tráfico agia para tentar ganhar legitimidade entre os moradores da favela: “Algumas das ‘novas’ práticas policiais nos fazem lembrar de algumas formas pelas quais os traficantes de drogas costumavam tentar obter legitimidade e apoio, o que fazia parte do sistema de ‘reciprocidade forçada’ que desenvolveram para salvaguardar seus negócios e que é sustentado por uma dupla tática de apoio mútuo e sistema punitivo de violência por não colaboração [...]. Isso é algo que a UPP deliberadamente desempenhou, às vezes reconhecendo explicitamente que, para alcançar a reaproximação, eles têm de prestar certos serviços, como o fornecimento de transporte gratuito para eventos, porque era isso que ‘o tráfico costumava fazer’. Um funcionário de uma creche local afirmou: ‘[a polícia] participa de eventos para as crianças, como festa de Dia das Crianças. Cada policial adotou uma criança e comprou um presente para ela’. Mas, quando a creche queria organizar uma festa de Natal, a UPP não deu permissão, pois tinha planos de organizar seu próprio evento, que não seria realizado na comunidade, mas em outra parte da cidade. Isso ilustra a centralização de eventos e atividades sociais pela polícia, o que indiretamente a distanciou da comunidade” (Koenders, 2014, p. 17, tradução livre).

16 “Papai Noel visitou o Morro Dona Marta mais cedo que o esperado. Mas, em vez de um velhinho barbudo com roupas vermelhas, foram os policiais do 2º BPM (Botafogo), que ocupam o morro desde novembro, que entregaram os presentes, ontem de manhã. As armas penduradas nas costas e na cintura pareciam não incomodar os pequenos, que queriam mesmo era abrir os embrulhos. [...] Fardados, os policiais batiam de porta em porta chamando cada criança pelo nome” (PM..., 2008b).

A partir da realização dessas atividades e do estabelecimento de uma relação mais próxima com as crianças, comandantes como Pricilla acabaram se tornando uma nova referência para elas, que passaram, por exemplo, a cantar para essas autoridades os mesmos *funks* que antes cantavam para o “chefe” do tráfico na favela, exaltando o poder de quem mandava no morro. Em meu diário de campo, relatei uma situação em que vi crianças cantando *funks* com o nome da comandante:

Hoje amanheceu chovendo. Desci o morro e fui à Praça Corumbá encontrar com um morador que tinha me convidado para ir ao passeio que a UPP estava organizando ao Circo do Marcos Frota, na Quinta da Boa Vista. Pensei que chegaria na praça e não encontraria quase ninguém devido à chuva. Mas, chegando lá, vi um grande número de pais e crianças se abrigando debaixo dos guarda-chuvas enquanto esperavam o micro-ônibus chegar para levá-los ao circo. O número de pessoas era tão grande que o ônibus lotou e teve que fazer duas viagens. Fui na primeira, junto com um grande grupo de crianças, alguns adultos, a comandante Pricilla e mais um policial. Assim que a viagem começou, Pricilla pediu para que todos fizessem juntos uma oração para agradecer a Jesus pela vida e pedir proteção para o passeio. Assim que a reza terminou, uma pessoa que estava na parte de trás do ônibus gritou: “Que Jesus proteja a nossa capitã!”. A partir dali, o clima foi de descontração. Ao longo do trajeto entre Botafogo e a Quinta da Boa Vista, as crianças cantavam músicas e pareciam se divertir bastante. Em um momento, uma das meninas começou a cantar um *funk* no qual o nome de Pricilla foi inserido. A letra era assim: “Esse é o bonde da Pricilla; se não quer, então rejeita. Uh, aceita! Uh, aceita!”. Pricilla gostou e foi participar da cantoria. Outras crianças começaram, então, a cantar: “A Pricilla é o terror! A Pricilla é o terror!”. Uma mãe que estava acompanhando a filha no passeio, então, interveio e gritou lá de trás: “A Pricilla é uma benção!”. Depois as crianças começaram a cantar o *funk*: “Deixa ela passar, não chora nem mexe, sabe quem está passando, é a cria da chefe!”. E, logo em seguida, o refrão passou a ser: “A Pricilla é o poder!”. A capitã ria e repetia a música com as crianças. Entrando na brincadeira, ela sugeriu que as crianças cantassem a mesma música para o outro policial que também estava no ônibus: “Agora vamos cantar: ‘O Camilo é o poder! O Camilo é o poder!’”. Depois dos *funks*, Pricilla sugeriu que as crianças cantassem músicas da igreja. Quando o ônibus já estava quase chegando lá, Pricilla pediu em voz alta: “Ai, Senhor, segura a

chuva aí! E vocês vão se preparando, porque quando a gente chegar lá alguém vai ter que fazer a oração!”. Durante o espetáculo no circo, Pricilla e o outro policial ficaram o tempo todo brincando e conversando com as crianças, que, por sua vez, passavam a mão na farda deles, andavam de mãos dadas com os dois, sentavam no colo de Pricilla, sem querer sair de perto da comandante. Na volta ao Santa Marta, como todos já estavam mais cansados, as crianças não cantaram tanto quanto na ida. (Trecho de meu diário de campo do dia 6 de novembro de 2010)

Além das festas e excursões, outras atividades direcionadas às crianças e aos jovens incluíam cursos ministrados pelos próprios policiais da UPP. Como explica Pricilla, “tudo começa com o comandante recrutando, por exemplo, um policial que é professor de inglês, outro que é professor de violão, outro que pode dar aulas de artes marciais, e, assim, os cursos vão sendo criados”. Embora algumas pessoas tecessem críticas alegando que policiais não deveriam fazer esse tipo de atividade na favela por não ser essa a função da polícia, Pricilla ressalta que essas iniciativas eram importantes para ajudar os policiais a se aproximarem especialmente das crianças:

As pessoas criticam, falam que a polícia militar não tem que dar aula. Mas qual é o ponto negativo disso? Eu não consigo ver. A gente não vai tirar dez policiais do policiamento ostensivo para dar aula, mas um. Qual é o problema? As coisas positivas são as crianças participarem de atividades que vão interagir com outras crianças do mundo inteiro. Isso abre a cabeça da pessoa. Porque tem gente da favela que não sai da favela. (Trecho da fala da major Pricilla Azevedo durante o seminário internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – a experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

Na Cidade de Deus, essa mesma estratégia de aproximação foi também utilizada desde o início da implementação da UPP. Os policiais da unidade narram que tudo começou de um modo bastante improvisado e aos poucos foi se expandindo. Segundo relatos, um sargento que dava aula de futebol foi o primeiro a começar a oferecer atividades aos jovens. No início, contudo, conforme relata um policial, “ele ficava na praça ali, sozi-

nho. No primeiro dia, só conseguiu um menino para brincar com ele, ficava brincando, chutando bola. Aí, depois veio mais um. Ia chamando, não queriam ir. Aí, depois de um tempo, ele conseguiu. Hoje já tem quatrocentas crianças e tem que negar matrícula”. Depois disso, os oficiais começaram a identificar outros policiais que poderiam atuar da mesma maneira:

O policial é faixa preta de judô. “Gosta de dar aula?”, “Gosto”. Vamos montar um projeto social lá para o policial. Então, a gente vai identificando aqueles policiais que têm essa predisposição para trabalhar em áreas sociais, para estar próximo da comunidade, para trabalhar ali. [...] A gente também procura parcerias [...], o jiu-jítsu é feito na igreja católica da Cidade de Deus, que o padre cedeu o espaço. Reforço escolar, outras lutas, já foram no CRJ [Centro de Referência da Juventude, do governo do estado]. Aula de música está sendo em uma igreja evangélica. (Trecho de entrevista realizada em 31 de julho de 2013 com um policial da Cidade de Deus)

Os policiais apontam que a realização desses cursos era importante para ajudar a UPP a “conquistar” a população. Como narrou um policial da Cidade de Deus durante uma entrevista: “Quando a gente acaba levando um projeto social para as crianças [...], os policiais acabam tendo essa interação com as crianças e aí, a partir disso daí, os pais acabam também abraçando, acabam entendendo o nosso projeto aqui”. Outro policial também ressaltou que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), que passou a ser desenvolvido por policiais nas escolas da favela, ajudava os moradores a conhecerem melhor os policiais e a mudarem a visão que tinham de alguns agentes da UPP:<sup>17</sup>

---

17 O Proerd tem como base o programa Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E.) e foi criado nos Estados Unidos em 1989. Chegou ao Brasil em 1992 por intermédio da PMERJ e desde 2002 está implantado em todos os estados brasileiros. Desenvolvido por policiais militares treinados, o Proerd é realizado em escolas públicas e particulares – com o 5º e o 7º anos do ensino fundamental –, com turmas de educação infantil (Proerd Kids) e também com grupos de adultos (Proerd para Pais). Os principais objetivos do programa são: “envolver a polícia, a escola, a família e a comunidade na problemática das drogas e da violência; desenvolver uma ação pedagógica de prevenção ao uso indevido de drogas e à prática da violência nas escolas; desenvolver o espírito de solidariedade, de cidadania e de comunidade na escola” (Proerd, 2013).

O que nós temos aqui da polícia é o Proerd, você já deve ter ouvido falar. [...] Ao mesmo tempo, a gente faz aquela aproximação, quebra o gelo. Eles já vão crescendo com outra visão do policial. Hoje em dia é “tio/tia”. Antigamente era “verme”. Mudou um pouco, não é? (Trecho de entrevista realizada em 31 de julho de 2013 com um policial da UPP da Cidade de Deus)

As “ferramentas de aproximação” permitiam, portanto, que uma parte da população das favelas mudasse a imagem negativa que tinha dos policiais no passado.<sup>18</sup> No Santa Marta, por exemplo, a comandante Pricilla, por ter se dedicado a desenvolver “ferramentas” para se aproximar especialmente das crianças da favela, ganhou a fama de “mãezona”. Diversas vezes ouvi tanto moradores como policiais dizendo que a comandante tinha conseguido “ganhar a população” porque era sensível, atenciosa, carinhosa e procurava ajudar muitos moradores em questões que não eram consideradas propriamente “trabalho de polícia”. Todavia, é interessante notar que, ao mesmo tempo, circulavam rumores pela favela de que “Pricilla era mãezona, mas, quando precisava, ela batia feito homem”. Esse rumor sintetiza como as ações da policial transitavam entre a prevenção e a repressão, conforme definiu um morador do Santa Marta:

A polícia é de aproximação, mas, na hora que ela tiver que ficar desaproximada, vai desaproximar! (*risos*) Ué, não vai? [...] “Poxa, o cara era bonzinho!”, entendeu? Mas na hora que precisar vai ser malzinho e vai fazer o que tem que ser feito, vai reprimir e não vai ficar só na aproximação. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

---

18 Conforme as UPPs foram se expandindo, muitas das “estratégias de aproximação” desenvolvidas por Pricilla passaram a ser utilizadas por comandantes de outras UPPs, como já dito anteriormente. Além disso, o próprio comando das unidades começou a desenvolver materiais que carregavam a marca UPP, como quebra-cabeças para crianças e calendários com fotos de moradores de diversas favelas interagindo com policiais da UPP. Além disso, a Seseg produziu, em 2012, a cartilha *UPP, a conquistada da paz*, ilustrada pelo cartunista Ziraldo. Distribuída entre crianças de áreas “pacificadas” e disponível no site do projeto, a cartilha fala da importância dos direitos e deveres de cada um na sociedade, além de abordar a integração entre a favela e a polícia.

### **“Ela é mãezona, mas, quando precisa, bate feito homem”**

Os rumores sobre Pricilla circulavam no Santa Marta acompanhados de relatos de que a comandante já teria batido em alguns jovens “envolvidos com o tráfico” na favela. Certa vez ouvi um morador comentando que já tinha visto a comandante “dando muito chute” em um jovem perto da quadra da escola de samba. Segundo ele, “o cara estava meio doidão e quis encarar policiais que vieram falar com ele, ele quis crescer para cima dos caras, mas deu azar de Pricilla estar chegando nessa hora, e aí ela não teve pena e esculachou”.

O fato de Pricilla não atuar apenas na prevenção e no trabalho de aproximação, mas também mediar conflitos e “ser firme”, “tomar atitude quando tem que tomar” e “não fugir do trabalho pesado”, era visto com bons olhos por boa parte de seus colegas de trabalho e também dos moradores da favela. Certa vez, um policial que trabalhou desde o início da implementação da UPP no Santa Marta afirmou gostar da comandante porque, em suas palavras, “na hora de fazer ronda de noite, ela pegava a pistola dela e descia o morro andando com a gente. E, se tivesse qualquer problema, ela resolvia”. Em outra ocasião, ouvi uma moradora dizer que gostava do jeito da comandante porque, a seu ver, “não pode dar mole para vagabundo, não! Senão, ninguém respeita a polícia e vira bagunça”.

A fama de “duração” de Pricilla não se espalhou só pelo Santa Marta; ela ganhou destaque também na grande mídia. Quando a policial ganhou o Prêmio Internacional Mulheres de Coragem 2012, por exemplo, o jornal *O Globo* divulgou uma reportagem com o seu perfil. Segundo a matéria, no início da ocupação, a comandante chegava a andar de fuzil pelas vielas do morro, mas depois da “pacificação” adotou a pistola. Porém, “a arma da major sempre foi mesmo a conversa. Junto com a repreensão no olhar, era imbatível. Pode parecer politicamente correta, mas dizem que se transformava em operações policiais. Com a adrenalina, sobravam até palavrões” (Rocha, 2012).

Nessa reportagem, assim como em várias outras que traçavam um perfil de Pricilla, quase invariavelmente havia referência ao sequestro sofrido por ela em 2007. O fato de a PM ter conseguido fugir e ainda ter participado da operação que prendeu a quadrilha de bandidos responsá-



vel pelo crime é recorrentemente acionado tanto pela mídia como pelos próprios moradores do Santa Marta para compor a imagem de Pricilla como uma “mulher de coragem”:

O título faz sentido. Em 2007, ela sofreu um sequestro-relâmpago. Foi levada com uma arma enfiada na boca até uma favela em Niterói. Quando a identificaram como policial, ela apanhou. Na cara. E muito. Ficou cheia de hematomas. Mas conseguiu fugir. Catou, um por um, seus detratores; só falta um. Um dia chega o dia dele. (Rocha, 2012)

Entre os moradores circulava o rumor de que Pricilla teria sido violentada no sequestro. Por isso, quando ela conseguiu fugir, teria ligado para o governador e pedido autorização para “ir lá e acabar com os caras” que a sequestraram. Quando me contou essa história, um morador do Santa Marta ressaltou que esse caso foi importante para construir a fama de Pricilla. Isso porque, por um lado, ela “ganhou moral” entre os policiais por ter ido atrás dos bandidos e mostrado que tinha disposição para matar e, por outro, porque passou a ser temida pelos bandidos, que sabiam que “ela não perdoava quem andava na vida errada”.

A fama de “durona” de Pricilla acabou fazendo muitas pessoas afirmarem que ela se portava como a nova “dona do morro”. Isso era visto de modo positivo por uma parcela da população – já que muitos consideravam bom que a policial passasse a ser uma referência para a nova geração da favela. Todavia, essa mesma atitude era criticada por uma outra parcela dos moradores. Um jovem me disse em uma conversa: “Pricilla não é essa pessoa que parece ser, simpática. Se fosse para definir Pricilla, definiria como muito autoritária”. Outro adjetivo comumente utilizado pelos moradores para caracterizar Pricilla era “mandona”.<sup>19</sup> Quem a chamava assim geralmente reclamava que ela queria “se meter em tudo” e

---

19 O Bloco de Pela Saco, criado por moradores do Santa Marta, incluiu a major Pricilla em seu enredo do Carnaval de 2012, intitulado “Tem pimenta no samba... mas eu só quero ser feliz”. Convém notar que o nome da major – que já havia saído do comando da UPP do Santa Marta – não é citado, mas ela é tratada como “mandona” na letra do samba, que diz: “A irreverência é a cara da gente/ Faço a festa popular/ Favela-modelo, Rio de Janeiro/ Até a ‘Mandona’ veio visitar/ Não joga pimenta/ Já sou o tempero perfeito pro seu carnaval/ Um brinde aos amigos e à felicidade/ Pode vir geral”.

“mandar em todos” dentro da favela.<sup>20</sup> Durante uma entrevista, uma jovem de 17 anos do Santa Marta me contou um caso, segundo ela, ocorrido em uma festa junina no morro:

Eu estava bebendo, estava usufruindo do meu dinheiro, gastando, e ela falou que menor, na comunidade dela, não poderia beber. Como se a comunidade fosse dela... “Na minha comunidade, não quero que menor beba!” Eu virei educadamente e falei: “Não estou bebendo com o dinheiro da senhora, o dinheiro é meu. Trabalhei o mês todo, no final do mês recebi e quero gastar do modo que eu bem entender”. Ela me pegou: “Ah, já que você quer beber...”. Desceu até a casa dos meus pais e virou para a minha mãe e falou que, se ela me visse bebendo de novo, se ela visse tudo aquilo de novo, ela tiraria a minha guarda e as minhas duas irmãs dos meus pais. E afirmou, na frente da minha mãe, que a minha mãe era incapaz de cuidar de, ao menos, duas adolescentes e duas crianças. E a minha mãe dando o maior duro para dar educação, dar de tudo... Ela falou: “Já sentei, já conversei. O que eu faço não quero que elas façam, mas é dessa forma que o mundo está agindo hoje em dia. Então, elas estão tendo exemplos não só dentro de casa, como na comunidade”. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

Em 2011, pouco antes de deixar o comando da UPP, a major Pricilla concedeu uma entrevista a um programa ao vivo da Rádio Comunitária Santa Marta.<sup>21</sup> Nessa ocasião, ela respondeu perguntas de ouvintes pelo telefone e aproveitou o espaço para mandar um recado a alguns moradores da favela:

Queria aproveitar o espaço para fazer um pedido aos moradores ali dos prédios da estação 3 que têm os apelidos de Jambalaia e Bangu 3 [risos]. Em

---

20 Em 2010, ouvi o rumor de que a comandante poderia se candidatar à presidência da Associação de Moradores do Santa Marta. Acredito que esse rumor possa ter surgido porque muitas pessoas achavam que ela estava “se metendo” em questões que não eram consideradas apenas “assuntos de polícia” e que historicamente eram tratadas pelos presidentes de associação.

21 A participação da comandante no programa gerou alguns conflitos internos na rádio. Alguns dos moradores que faziam parte do projeto defendiam que a policial era bem-vinda e que poderia participar do mesmo programa todas as semanas, enquanto outros integrantes eram mais reticentes e achavam que, embora ela pudesse comparecer ocasionalmente a algum programa, não deveria ter uma participação fixa na grade.

nome de Jesus, precisamos nos reunir para conversar! Esse prédio aí, parece que tem um espírito da confusão aí nesse prédio. Isso aí tem que acabar [...]. Tem uma moradora que estende o lençol aberto, não sei se seca mais rápido, não tem necessidade, atrapalha o vizinho debaixo. Tinha uma senhora que tinha que fazer uma comida de uns cachorros, mas ainda bem que isso já foi resolvido, em nome de Jesus! [...] Então a gente tem que fazer uma reunião para acertar uma coisa. Espero que esteja rolando tudo bem. Já ouvi que tem gente colocando som alto altas horas da noite. É uma falta de respeito e consideração com os vizinhos [...]. Aí, toda hora, principalmente final de semana, chamam a PM para ir lá resolver esses problemas. E agora, já que me chamaram uma vez, eu me meto, sim, e vou me meter sempre [o locutor aciona um barulho de sirene de polícia]. A gente tem que conversar e resolver esse problema, porque não é possível. Já estão há dois anos juntos e não sabem que não podem secar lençol tapando a frente do vizinho? Quer ter cachorro em apartamento? Tem que limpar, não pode ter o cheiro, porque aí eu trago minha família lá da Paraíba para passar o *réveillon* aqui e está aquele cheiro de cachorro podre!?” (Trecho de entrevista de Pricilla Azevedo para um programa da Rádio Comunitária Santa Marta)

O depoimento mostra como questões que a princípio não eram consideradas “problemas de polícia” acabaram se tornando no contexto pós-“pacificação”. Esse alargamento da categoria “problema de polícia” pode ser notado em outro trecho da entrevista de Pricilla na Rádio Santa Marta, no qual a policial parabeniza uma moradora que fazia aniversário naquele dia e alerta: “Que Deus te abençoe, que te dê um namorado honesto, correto e trabalhador, porque, se não for, não vai namorar, eu estou vigiando, eu e seu Manuel não vamos deixar”. Essa fala evidencia como a comandante passou a interferir em questões que iam muito além do que tradicionalmente é entendido como “função da PM”.

Se, no caso relatado, Pricilla poderia ser criticada por estar “se metendo onde não foi chamada” ou por estar interferindo em questões que não são “de polícia”, pude observar outros casos em que esse tipo de interferência era solicitada pelos próprios moradores da favela. Certa vez, eu estava perto da primeira estação do bondinho do Santa Marta acompanhando Joaquim, um morador que precisava pedir autorização a Pricilla para a realização de um evento na favela, quando Miguel, um outro morador que eu também já conhecia havia algum tempo, se aproxi-

mou da comandante junto com o filho. Ele se desculpou por interromper a nossa conversa, mas disse que o assunto era urgente.

Miguel começou a explicar, então, que precisava da ajuda da comandante porque o filho dele “não tinha jeito, era um vacilão, um mentiroso” e ele não sabia mais o que fazer para lidar com o jovem. Relatou ainda que o filho estava faltando ao curso e que logo perderia a bolsa que recebia. Pricilla perguntou a idade do menino, e o pai respondeu que ele tinha 16 anos. A comandante se virou, então, para o adolescente – que estava parado em pé ao lado do pai – e o aconselhou a dar valor ao pai que tinha, porque, segundo ela, ninguém ia amá-lo como ele era amado em casa. Disse ainda que, se ele continuasse naquele caminho errado, logo começaria a ser “esculachado na rua” e acabaria “levando tapa na cara de policial”. Ela perguntou se era isso que ele queria. O menino, muito constrangido e envergonhado por estar recebendo um sermão bem perto do “pé da escada” – onde havia um grande movimento de pessoas –, apenas balançou a cabeça indicando que não. Para tentar resolver o problema, Pricilla disse ao pai que, se ele autorizasse, ela conseguiria um emprego para o menino. A comandante disse achar que o jovem mudaria de comportamento depois que começasse a trabalhar, porque perceberia “o duro que teria de dar para ter o próprio dinheiro” e assim passaria a valorizar mais a família. O pai gostou da ideia e eles combinaram que na semana seguinte, depois que passasse o feriado, o jovem iria procurar Pricilla para resolverem os detalhes do trabalho.

Alguns minutos depois, quando nos afastamos daquela situação, Joaquim começou a criticar o outro morador por ter pedido ajuda à comandante. Para ele, era “muito triste ver que um pai não tem autoridade dentro de casa e que tem que pedir ajuda para uma pessoa de fora resolver os problemas da família”. Joaquim disse estar “chocado” com a cena que havíamos presenciado, porque, na opinião dele, aquela era uma “questão de família”, e não “de polícia”. Ele também criticou Pricilla, dizendo que ela agia como se fosse a “dona” do morro, com a intenção de resolver tudo na favela, assim como o “pessoal da boca” fazia no passado.

Apesar de todas as críticas feitas à Pricilla, é inquestionável que a comandante conseguiu conquistar grande aprovação dentro e fora do Santa Marta. Zé Mário, presidente da associação de moradores, conta que, através das estratégias de aproximação que passou a usar, Pricilla

conseguiu conquistar uma grande parte dos moradores. Ele reconhece que a policial se tornou capaz de mobilizar até mais pessoas para participar de eventos, reuniões, festas e outras atividades que ele próprio e outras lideranças tradicionais da favela conseguiam:

No primeiro ano, a relação entre a polícia e os moradores se deu de forma dificultosa. Eu posso dar um exemplo muito prático: eu, para arregimentar cinquenta crianças para fazer um movimento qualquer na comunidade, eu tenho a maior, uma enorme dificuldade. A Pricilla faz um evento, ela leva trezentas crianças. Aí você já vê a diferença. [...] A Pricilla faz um evento na quadra, vão mais de quinhentas pessoas. A gente pede uma passeata, não vão vinte pessoas. [...] Então, quem está certo, quem está errado? Essa é a interrogação. (Trecho de entrevista com Zé Mário, presidente da Associação de Moradores do Morro Santa Marta)

Por conseguir conquistar parte da população do Santa Marta e a opinião pública, entre 2009 e 2010, Pricilla acabou se tornando a “cara” da “nova” polícia que a UPP representava. Como apontou Itamar Silva, outra importante liderança do morro, em artigo publicado em 2013, Pricilla se tornou “o maior símbolo da UPP”:

Mulher, negra, elegante, boa oratória, mansidão na voz e delicadeza no trato com moradores, ela contrastaria com a respeitabilidade exercida sobre seus comandados e com a firmeza no enfrentamento dos remanescentes do tráfico que permaneciam no território. Respeitada por homens e mulheres, invertia a lógica que construiu a imagem do PM junto aos moradores de favela. O tempo que comandou o Santa Marta lhe rendeu o estrelato – capa da revista *Veja*, perfil publicado em vários meios de comunicação, entrevista na televisão como celebridade, prêmio internacional da ONU, reconhecimento do governo dos Estados Unidos, e por aí vai. Tanta fama lhe rendeu também a promoção a major e a Coordenadoria-geral de Programas Estratégicos das UPPs. (Silva, 2013b)<sup>22</sup>

Considero possível dizer que a policial, ao longo dos dois anos em que comandou a UPP do Santa Marta, apresentou-se como “liderança ca-

---

22 Esse artigo foi publicado em 9 de setembro de 2013, após o anúncio de que Pricilla assumiria o comando da UPP da Rocinha.

rismática”. Julgo que alguns pontos de contato podem ser estabelecidos entre a liderança exercida pela comandante e o “tipo puro” de dominação carismática descrito por Weber (1999). Um desses pontos é que a liderança baseada no carisma “envolve um governo pessoal, e não impessoal” (Bendix, 1960, p. 238). Nesse sentido, vale lembrar que o comando de Pricilla era bastante marcado pela pessoalidade.

Durante um dos cursos organizados pela UPP, em conversa informal, ouvi a comandante assumir que precisava muito tirar férias, mas que não podia se ausentar da favela porque “vagabundo no morro” sabia quando ela estava lá ou não. E que, quando ela não estava, “eles ficavam falando para todo mundo que o morro estava ‘tranquilão’ e que podiam fazer o que quisessem porque a comandante não estava na favela”. Esse caso ajuda a evidenciar como a própria comandante parecia acreditar que era a única capaz de resolver uma série de problemas da vida cotidiana no Santa Marta e que, portanto, sua presença era indispensável para a manutenção da ordem na favela.

Além da pessoalidade, há, pelo menos, três outros elementos que compõem o “tipo ideal” de liderança carismática apresentado por Weber (1999) e que também aparecem na liderança exercida por Pricilla no Santa Marta. O primeiro é que a liderança carismática “domina outros porque, através de sua pessoa, torna-se manifesta uma missão que, com muita frequência, revoluciona a ordem estabelecida”. O segundo elemento é que esse tipo de liderança geralmente “é produto da crise e do entusiasmo”. E o terceiro é que a emergência desse tipo de liderança posteriormente gera “implicações no problema da sucessão” (Bendix, 1960, p. 238).

Pricilla chegou ao Santa Marta em um momento de crise<sup>23</sup> – gerado pela implementação da UPP – com a missão de “pacificar” a favela. Como líder da polícia, ela exigia obediência com base nessa missão, cujo desempenho acreditava ser seu dever. Como líder carismática, conseguiu “dominar” a favela porque, através de sua pessoa, tornou-se manifesta a missão e a intenção de revolucionar a “ordem” estabelecida pelo tráfico

---

23 Conforme já explicado anteriormente, defendo a ideia de que a chegada da polícia ao Santa Marta e à Cidade de Deus foi vivida pela população desses territórios como “crise”, ou seja, como uma desrotinização momentânea da vida cotidiana, em que foram rompidas as formas habituais de ser e agir.

anteriormente. E, assim, conseguiu um “grau de compromisso por parte dos discípulos sem paralelo nos outros tipos de dominação” (Bendix, 1960, p. 238). Mas é importante lembrar que, como

a liderança carismática é uma resposta exclusivamente pessoal a uma crise na experiência humana, aqueles que sucedem ao líder carismático enfrentam, portanto, o problema de preservar um carisma pessoal após o fim do líder e da crise, quando as necessidades diárias entram novamente em evidência. (Bendix, 1960, p. 239)

É importante ressaltar que, quando Pricilla foi convocada a assumir o comando da Coordenadoria-geral de Programas Estratégicos das UPPs, outro policial que trabalhava na UPP do Santa Marta se tornou o responsável pela unidade. E essa transição foi marcada por forte turbulência. Assim que assumiu o cargo, começaram a circular rumores de que, antes de atuar na UPP, ele era policial do segundo batalhão (localizado em Botafogo, próximo ao Santa Marta) e de que tinha envolvimento com milicianos:

Falam das histórias dele... Dizem que ele é um ex-miliciano e [as pessoas] têm medo de que ele faça aqui o que ele fazia onde ele comandava antigamente. Ou seja, uma milícia. [...] Eu, pela minha parte, não vejo ele circulando pela comunidade tanto quanto Pricilla. Ela antigamente circulava pela comunidade, andava para cima e para baixo, estava sempre interagindo com as pessoas, independente de querer saber da vida das pessoas ou não. Ela andava, batia papo, sumia uns tempos, mas [estava] ali na comunidade sabendo o que estava se passando. Eu não vejo ele fazendo isso. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

O comando desse novo policial na UPP do Santa Marta não durou muito tempo, e quando ele saiu circularam rumores de que seu afastamento teria sido motivado por um suposto envolvimento em um esquema de corrupção na favela. Embora tal informação não tenha sido ratificada oficialmente, o capitão Rocha, que passou a comandar a UPP do Santa Marta, confirmou durante uma entrevista que fez com ele que fora chamado para atuar na favela porque o antigo capitão “já tinha passado por um desgaste com o comando das UPPs”. Ele conta que houve “algum problema interno”:

Aí já estava desgastado. Então eu vim, fiquei aqui uma semana, duas semanas, e acabou que o coronel optou por retirar o capitão anterior e me colocar na função de comandante [...]. Assim, para mim, acabou sendo bom. Porque eles puderam conviver com os dois tipos de comandos diferentes: o comando da major Pricilla e o comando do segundo. Realmente teve essa argumentação de que a major Pricilla era mais próxima e o capitão posterior, um pouco mais ausente. E, como eu cheguei depois desse capitão, então eles tinham esse receio, essa angústia de saber como é que eu iria me comportar, se eu iria ser mais próximo, se eu iria ser mais ausente. Então, assim, acabou sendo bom, porque o último foi esse capitão mais distante. Então, o mínimo de proximidade que eu fosse ter já ia dar uma melhorada. Não que ele tivesse sido ruim, enfim, mas só de eu me relacionar, já ia ser diferente. Algumas situações são ruins, com relação à major Priscila, que aí, via de regra, eles queriam fazer comparações: “Ah, porque na época da major não era assim, era assado”. Enfim... A major, ela começou aqui do início. Foi a primeira, quando não sabia o que se tinha que fazer; hoje já tem outras UPPs, é diferente, a major era mulher. Então, tem situações em que eles querem retomar a atitude que a major tomou, que não cabe mais eu tomar [...]. Eles querem que eu... “Ah, porque na época da major Pricilla acontecia isso”, e hoje não cabe mais. Uma coisa é você tomar um tipo de atitude em uma comunidade recém-pacificada, em que o projeto foi recém-inaugurado, em que ninguém sabia como é que ele ia se dar, o que tinha que se fazer. Outra coisa é agora, quase cinco anos depois. Eu não posso chegar e tratar aqui o morador como se a UPP tivesse chegado ontem. Não posso. A relação é outra já, é diferente, tem que conversar. O diálogo, ele tem que ser muito mais intenso do que no início. No início, realmente... Porque não tinha diálogo nenhum, então o mínimo de diálogo que tivesse, já estava bom. (Trecho de entrevista com o capitão Rocha, sucessor de Pricilla Azevedo no comando da UPP do Santa Marta)

Rocha reiterou ainda que facilitou seu trabalho ter substituído o capitão anterior, que tinha uma péssima reputação e era considerado um comandante “ausente”, que não dialogava com a população. Na opinião de Rocha – que tinha um perfil mais próximo ao de Pricilla e buscava se aproximar dos moradores –, o tempo em que esse outro capitão atuou como comandante da UPP do Santa Marta foi importante para os mora-



dores verem que “a questão do comando influencia na administração da UPP”.<sup>24</sup>

Para encerrar o capítulo, ressalto que considero o caso da comandante Pricilla “bom para pensar”, porque, através de seu carisma e de sua forma de atuar, ela sintetizava, em alguma medida, o próprio “espírito” do projeto das UPPs e os dilemas da “pacificação”. A policial conseguia, ao mesmo tempo, realizar uma ação mais preventiva no Santa Marta, fazendo o “trabalho social” e mediando conflitos na favela, mas não deixava de lado as ações repressivas, “agindo com rigor quando necessário”. Ela era doce e delicada com crianças, idosos e “pessoas de bem”, desenvolvendo um trabalho de aproximação e prevenção. Mas, ao mesmo tempo, mostrava seu “*ethos* guerreiro” (Cecchetto, 2004; Zaluar, 2004; Soares, 2012) e agia com “firmeza” com “quem merecia”. Como explicou um morador do Santa Marta:

Poxa, com as senhoras e as crianças a Pricilla era unanimidade. Ela sabe fazer política. Na primeira operação aqui, ela passou uma geral no morro [...], ela foi na associação da terceira idade, ela foi na rádio interagir com o pessoal, debater. Isso é política... Quer dizer, está certo que, às vezes, tem que dar uns tapas mesmo, para ter respeito. Tem gente que é abusada. [...] Ao invés de ser uma batalha, tem que ter adaptabilidade e ela teve adaptabilidade, conseguiu adaptabilidade. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

24 Com o passar do tempo de “pacificação”, a responsabilidade de estabelecer uma relação mais próxima com os moradores deixou de ser só dos comandantes e passou a ser também responsabilidade do P5, que trabalha como relações-públicas da UPP. Como definiu Rocha, o P5 “é um relações-públicas que busca fazer qualquer coisa para ajudar a comunidade. Ação social, qualquer projeto dentro da comunidade, esporte, educação; tudo que vier para a comunidade e tudo que a UPP puder fornecer para a comunidade, o P5 vai estar inserido. É um elo. Ele identifica a oportunidade de outros órgãos e traz para a UPP. Ele identifica a demanda da UPP. [...] É o que faz as festas, os eventos, é o que chama os representantes, é o que faz o café comunitário. Acaba sendo uma liderança dentro da comunidade, e os moradores se identificam muito com o P5, porque é com quem eles conversam. Se a política da UPP não for uma política de diálogo, os policiais da rua não conversarem, vai ser só o P5 que o morador vai ter como referência. Por isso que o P5 é tão falado, tão valorizado”. Segundo o comandante, a P5 do Santa Marta, que era uma mulher na época, era responsável também por estabelecer contato com os moradores via Facebook, devendo “responder aos moradores, divulgar os eventos tanto da UPP quanto os internos”.

Embora Pricilla tenha conseguido se adaptar bem ao ambiente da favela e soubesse “fazer política”, como afirmou o morador do Santa Marta, não podemos ignorar que o acúmulo de funções colocava policiais como ela diante de certos riscos. Por isso, mais uma vez, julgo o caso da comandante exemplar porque ajuda a evidenciar alguns dos principais dilemas da “pacificação” de favelas no Rio de Janeiro.

Um desses dilemas residia no fato de que, ao reprimir continuamente a ação de “criminosos” na favela e, ao mesmo tempo, tentar prevenir que novos jovens se envolvessem no “mundo do crime”, os policiais da UPP acabavam tendo que lidar com certas “tentativas”. A principal delas talvez fosse a de transformar as ações sociais – como cursos, passeios e excursões – não apenas em dispositivos pedagógicos de “ensino” e de “aproximação”, mas também em mecanismos de “monitoramento”. Como aponta Teixeira (2015), existia o risco de os policiais da UPP transformarem os projetos sociais em uma forma sutil de vigilância e de controle, aproveitando-se da aproximação com os moradores para obter informações que pudessem ajudar no trabalho policial realizado na favela:

É possível pensar que o envolvimento de policiais militares com projetos sociais também poderia potencializar a operatividade do repertório da guerra, sofisticando-a: transformando alunos em informantes, através da manipulação das fronteiras entre os diferentes papéis em jogo. (Teixeira, 2015, p. 94)

Os moradores de favelas “pacificadas” não ignoravam esse risco. Eles sabiam perfeitamente que, se participassem das atividades realizadas pela UPP, os policiais podiam tentar “usá-los” para obter informações privilegiadas. E, ainda que essa tentativa não fosse feita e o morador não passasse qualquer informação à polícia, todos corriam o risco de serem rotulados de “amiguinhos da Pricilla”, rótulo este considerado bastante perigoso, visto que significava incorrer no risco de ser tomado como um possível delator (“X9”).

Todos na favela sabiam que o simples fato de participar de alguma atividade na UPP ou de estabelecer qualquer tipo de contato com a comandante ou com outros PMs dentro do território das favelas “pacificadas” poderia gerar uma “contaminação”. Todos na favela sabiam também que esse tipo de acusação poderia colocar a vida de qualquer morador

em risco. Por isso, em muitas ocasiões, diversos moradores de áreas “pacificadas” preferiam evitar qualquer tipo de aproximação com a comandante Pricilla e com outros policiais da UPP.

Em julho de 2010, participei das atividades dos cursos do Proerd para Pais. Embora Pricilla tenha “recrutado” vários moradores para participar das aulas que ocorriam nas manhãs de sábado na sede da UPP, o curso reuniu poucos alunos. Fui convidada por uma moradora que afirmou ter chamado muito mais gente. Ela contou que as pessoas, ao serem convidadas, apresentaram uma forte desconfiança por se tratar de um curso situado dentro da sede da UPP.

Durante uma das aulas, o presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, Zé Mário, também disse ter notado que isso ocorria e lamentou: “É uma pena, porque o pessoal fica naquela neurose e não vem fazer os cursos porque é na UPP, aí não tem as informações que estamos tendo aqui”. Essa “neurose”<sup>25</sup> à qual se refere, por um lado, resultava de um vasto elenco de experiências traumáticas passadas envolvendo atos violentos praticados por traficantes contra moradores no contexto pré-UPP. E, por outro, calcava-se também na circulação de rumores sobre a forma como traficantes vinham atuando em territórios “pacificados”, conforme mostrarei no próximo capítulo.

---

25 A ideia de neurose vem sendo trabalhada por Farias (2008) e Mattos (2014). Segundo esta última, “independentemente de serem ‘envolvidos’ ou não, nenhum deles [jovens de favelas dominadas pelo tráfico] atravessa os limites territoriais entre favelas controladas pela facção rival – fronteiras chamadas de ‘divisas’. [...] as ‘regras’ e a simbologia entre ‘comandos’ rivais servem de antecipação dos riscos presumidos ou reais da violência contra o ‘alemão’ (inimigo e ‘envolvido’ com o tráfico). A autocensura que os jovens se impõem é uma maneira de evitar a ‘neurose’ (suspeição e incertezas) marcante da criminalização à qual estão submetidos, diante da experiência de ‘viver sob cerco’ [...] e do processo mais amplo de expansão discursiva do crime [...]” (Mattos, 2014, p. 645).

PARTE III

**DOS TESTES À ESTABILIZAÇÃO**

# 5

## MONITORAMENTO E “CONTAMINAÇÃO”

### “Na favela, tá tudo monitorado”

Desde o início do meu trabalho de campo, ouvia moradores admitindo que se sentiam vigiados pelos policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) nos territórios “pacificados”. Eles relatavam que essa vigilância ocorria por meio das câmeras instaladas na favela, das “duras” constantes – como mostrei no capítulo 3 – e até mesmo das “atividades de aproximação” – conforme demonstrei no capítulo 4. Os policiais não eram considerados, contudo, os únicos atores que vigiavam os moradores dentro das áreas “pacificadas”. Segundo os próprios moradores, apesar de agirem de um modo bem menos visível, os traficantes e seus “olheiros” continuavam atuando na favela e “monitorando” os fluxos de circulação pelo território, na tentativa de controlar, de alguma forma, o cotidiano da população dessas áreas.

Embora poucas pessoas falassem abertamente sobre a permanência do tráfico nas favelas “pacificadas”, durante a pesquisa, pude observar que muito era dito sobre essa presença através de rumores. E muitas dessas narrativas indicavam que traficantes permanentemente vigiavam os moradores, monitorando, sobretudo, o contato entre estes e os policiais que passaram a permanecer 24 horas no território da favela. No Santa Marta, o primeiro rumor que ouvi, em 2009, apontava que traficantes haviam raspado o cabelo de meninas que supostamente estavam se envolvendo com agentes da UPP. Ouvi esse rumor em uma entrevista que fiz com um PM logo no início de minha pesquisa:

Os moradores ainda têm receio de se aproximar da gente. Falavam que tinha um cara que era do tráfico que, quando a gente chegou aqui, falou que ia cortar o cabelo das mulheres todas, fazer elas ficarem carecas, se elas fletassem com policiais. Hoje demos uma trava nele, hoje ele está sabendo. Ele

está até com a perna quebrada. Deus marca para não perder de vista, sabe? [risos]. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Na opinião dos policiais com quem conversei durante o trabalho de campo, nos primeiros anos após a inauguração da UPP, os traficantes espalhavam propositalmente esse tipo de boato para “meter medo nas meninas” e tentar evitar que elas se aproximassem dos policiais. Perguntei se algum deles já havia se relacionado com alguma moradora. Todos negaram, mas afirmaram ter colegas que já haviam “ficado” com moradoras e que alguns ainda saíam, de vez em quando, com algumas meninas do morro.

Em entrevistas gravadas e em conversas informais que tive com comandantes de UPPs, pude notar que esse tipo de prática não parecia ser visto com estranhamento dentro da corporação. Durante um curso na sede da UPP do Santa Marta, ouvi a comandante Pricilla contar, em uma conversa informal com moradores, que uma mãe a havia procurado para reclamar de um suposto envolvimento da filha com um agente da UPP. Para o descontentamento da mãe, a comandante disse que não condenava a prática, desde que o policial ficasse com a menina fora do horário de trabalho.

Na época em que Pricilla estava no comando, ouvi moradores comentando sobre outros casos entre meninas do morro e policiais da UPP. Em algumas entrevistas, moradores revelaram que algumas meninas da favela se encantavam pelos “meninos” do tráfico e que agora se encantavam também pelos policiais “bonitinhos e novinhos”:

Assim, tem meninas do morro que se encantavam pelos meninos que andavam de fuzil, que andavam de pistola: “Nossa, gente, olha aquela pistola linda, prateada, dourada, não sei o quê”. Então, elas achavam lindo aquilo na cintura deles [...]. E agora, com a UPP, é a mesma coisa: elas acham lindo, se encantam com tudo, com os policiais fardados. Os meninos querem bater, querem matar, querem esfolar, mas paciência, né? (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

Hoje em dia, para as meninas que faziam isso antigamente falarem “eu já fui mulher de traficante e hoje em dia eu sou mulher de policial” pega um

pouco mal. Elas ficam malvistas em outras comunidades. Por isso, preferem evitar contatos. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

Tem mulher casada e tudo que vem aqui e deixa bilhetinho para eles [policiais] aí. Eles chegam: “Aí, tio, peguei!”. Outro dia teve um aí... Para despistar, começou a conversar comigo... Aí, os caras são bonitos! Aqui estava escuro, deixei um papelão aí, o cara deitou aí mesmo. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Casos amorosos entre moradores e policiais da UPP não são uma exclusividade do Santa Marta, mas, ainda que possa acontecer em qualquer local, esse tipo de relacionamento envolve “riscos” variados dependendo da favela em questão. Quanto maior é o grau de tensionamento entre a UPP e o tráfico, menor parece ser a probabilidade de uma moradora ter “coragem” de namorar um policial, já que sofre um risco maior de ser acusada de “X9”. Como apontou um policial do Parque Proletário: “A gente até brinca que aqui as meninas até dão mole de vez em quando, mas lá no Alemão elas nem olham para a nossa cara. Já teve caso do policial olhar para a menina e ela olhar para a cara do policial e cuspir no chão”.

Uma interlocutora me contou que ouviu rumores de que uma moradora do Cantagalo quase morreu por se tornar amante de um policial. Segundo ela, o marido salvou a mulher de ser assassinada por traficantes, mas teve que bater nela e deixá-la jogada com a cabeça e as sobrancelhas raspadas em frente a um hospital.

Punições como essas aconteciam nos primeiros anos após a inauguração das UPPs porque havia uma forte desconfiança de que moradoras poderiam passar informações privilegiadas sobre a organização do tráfico na favela para a polícia.<sup>1</sup> Um policial do Santa Marta confirmou que,

---

1 De acordo com Rodrigues, Siqueira e Lissovsky (2012, p. 29), “em meados de 2011, houve uma ocorrência no Morro da Providência, na qual um grupo de homens armados entrou na favela de madrugada e agrediu duas pessoas. Entre as versões divergentes e desencontradas sobre os autores dessa ação e seus motivos, havia a hipótese de que seriam policiais agindo em represália à expulsão da moça que teve um relacionamento com um policial da UPP. Esse fato e sua vinculação ao caso da moça expulsa oferecem indícios sobre a capacidade de controle das vidas das pessoas pelos traficantes, mesmo que sejam apenas remanescentes na favela com UPP”.

em alguns casos, mulheres que ficavam com agentes da UPP, de fato, colaboravam com o trabalho da polícia na favela:

Realmente tem policial que tem relacionamento com morador, mas, na folga, não tem nenhuma proibitividade com relação ao serviço, não tem nenhuma denúncia com relação a isso, não. [...] E acaba que essas meninas, muitas delas têm contato também com pessoas que no passado tiveram ligação com tráfico e são possíveis traficantes, usuários. Então acaba que até essa relação deles tem algo positivo para o serviço [...]. Algumas coisas servem para a gente ajudar, ou para confirmar as suspeitas que a gente tinha... Então, acaba ajudando. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Meus interlocutores reiteravam que a desconfiança de traficantes em relação a denúncias e delações aumentou significativamente após a chegada da UPP. Segundo um traficante que entrevistei na Cidade de Deus: “Os X9 saíram do armário depois que a UPP chegou aqui. Mas nós não estamos de bobeira, não! Está tudo monitorado!”. Esse monitoramento constante dos traficantes resultou em alguns casos de expulsão de moradores em favelas “pacificadas”. Esses casos incluem não só histórias de namoros, mas também de outros contatos bem mais corriqueiros e bem menos íntimos entre moradores e policiais. Conforme relato de um morador da Cidade de Deus: “Teve um senhor ali que todo dia de manhã levava um cafezinho para a polícia. Deram uma surra nele e expulsaram ele da CDD [...]. Depois os caras deram ordem de ninguém dar um copo de água para eles”.



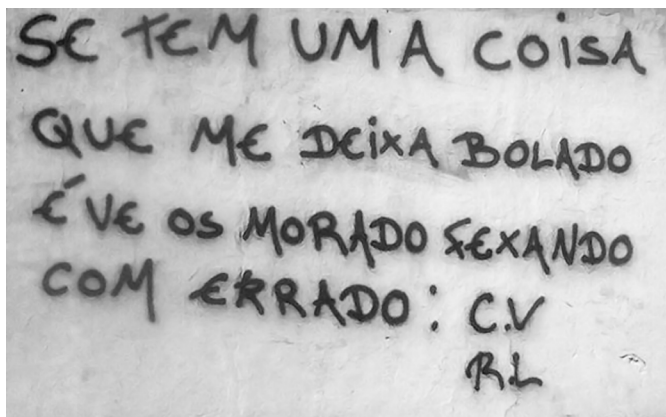


Figura 14 – Pichação em uma parede da Cidade de Deus.

Foto: Autora.

Além dos rumores – considerados por algumas pessoas uma “arma” utilizada pelos traficantes para intimidar moradores –, existiam outras formas ainda mais diretas de intimidação utilizadas pelo tráfico em áreas “pacificadas”. “Avisos” eram espalhados, por exemplo, em pichações pelos muros das favelas com UPP, como pode ser visto na figura 14, e em letras de *funks* “proibições” que tocavam constantemente nesses territórios. Esses “avisos” reforçavam a ideia de que os traficantes estavam constantemente monitorando os moradores para tentar evitar que eles “fechassem com o errado”, ou seja, que apoiassem a UPP.<sup>2</sup> Segue abaixo

2 Esses “avisos” do tráfico presentes nos muros e nos *funks* atingiam, sobretudo, a população mais jovem. Em um artigo que analisa a sensação de “asfixia” vivenciada por moradores de favelas dominadas pelo tráfico (no contexto anterior às UPPs), Farias (2008, p. 184) demonstra que “o desafio que se apresenta aos moradores mais jovens [...] tem sido conseguir administrar suas rotinas apesar dessa extensão imaterial e subjetiva das chamadas regras do tráfico, que as leva muito além da proximidade física dos agentes concretos. Apesar de os jovens afirmarem que dominam os códigos de conduta incontornáveis impostos pelos traficantes, é recorrente nos relatos uma certa indefinição em relação ao que pode acontecer caso eles não sejam obedecidos. Tanto que, mesmo quando eles próprios afirmam que não existe uma regra que proíba explicitamente determinada conduta, sentem um medo difuso e se autoimpõem restrições pela simples expectativa de retaliação potencial. Isso, é evidente, torna virtualmente universal a presença das regras do tráfico, mesmo sem o apoio de qualquer dispositivo concreto de garantia externa”.

a letra do *funk* “Bonde do Bruck EVOLUTION 2013”, de MC Novinho,<sup>3</sup> que faz referência ao monitoramento permanente realizado por traficantes na favela.

O nosso bonde é brabo, e geral já tá ligado

Mais uma do Novinho que deixa o bonde incorporado

Tamo sempre na mídia, e geral não se ilude

Deixe o bloco passar que esse é o bonde do Bruck

Pensaram que nós não vinha, mas nós estamos aí de novo

Se mexer com o menorzinho, vai mexer com o bloco tudo

Aqui não tem vacilão porque geral é fiel

O comentário na favela é que o bonde é um quartel

O bonde é um quartel, mas um quartel de band...

Pode vir, seus olho grande, que nosso bonde é unido

Não entra no meu caminho, por favor, tu não perturbe

Deixa o bloco passar que é o bonde do Bruck

É o bonde do Bruck, hein, comédia?

Conexão total na favela

Bota a cara, alemão!

---

3 O *funk* está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RRi6COx8Jgg#t=25>. Acesso em: 3 nov. 2014.

Como é que tá o Bruck aí, meu parceiro?

Tranquilidade!

E a visão? E a visão?

Tá tudo monitorado!

Se mexer com o nosso bonde, o toque vai ser passado

Que na favela tá tudo monitorado!

Que na favela tá tudo monitorado!

Mexe com a família Bruck que você vai ser cobrado

Que na favela tá tudo monitorado!

É o bonde do Bruck, comédia!

Conexão total na favela!

É possível dizer que desde a inauguração da UPP se multiplicaram as camadas de vigilância presentes nas favelas: policiais passaram a vigiar cotidianamente moradores e traficantes; traficantes passaram a vigiar 24 horas por dia policiais e moradores; moradores também intensificaram a vigilância em relação aos traficantes e aos policiais (podendo, por exemplo, fazer denúncia de traficantes para a polícia e também de policiais que não estivessem agindo corretamente). Além disso, todos esses atores vigiavam aqueles que pertenciam ao mesmo grupo (ou seja, policiais vigiavam outros policiais, traficantes vigiavam outros traficantes e os moradores também vigiavam uns aos outros). E havia ainda a vigilância da mídia, que passou a ser muito mais intensa que no passado, uma vez que jornalistas passaram a estar muito mais presentes nos

territórios “pacificados”.<sup>4</sup> Intensificaram-se ainda outros olhares vindos “de fora”, como o olhar estrangeiro dos turistas (objeto do capítulo 7) e o olhar de pesquisadores, que, como eu, realizaram estudos de todos os tipos em áreas com UPPs. Enfim, como bem resumiu a antropóloga e cientista política Jaqueline Muniz em uma entrevista concedida à Globo News em 2013:

As Unidades de Polícia Pacificadora e as áreas pacificadas no Rio de Janeiro se converteram numa espécie de grande Big Brother. Ou seja, você tem sucessivas camadas de vigilância, de mútuas vigilâncias, vigilâncias essas orientadas por suspeições, que de dentro criam e favorecem a instabilidade. Afinal, saíram alguns traficantes, mas ficaram lá as suas redes sociais de articulação, o dinheiro que eles investiram ali em atividades clandestinas, ou mesmo em atividades informais. E o morador que mora ali, ele todo dia recebe recado. Todo dia tem alguém mandando avisar que o traficante um dia vai voltar. Isso faz parte do jogo publicitário do terror para desestabilizar e impedir a aproximação, que é lenta, é gradual, não vai ser de um dia para o outro. Hoje, os policiais nas UPPs, eles fazem muito mais o patrulhamento convencional, cotidiano e ordinário (ordinário no sentido de diário) do que propriamente a filosofia da aproximação, da proximidade comunitária, como está escrito nos livros. Por quê? Porque é preciso ir gradativamente visitando favela adentro, batendo na porta, sendo convidado. E o que acontece? Os moradores têm medo de oferecer uma água. O próprio policial, para não pôr em risco aquele cidadão, aquele jovem, aquela mulher, aquela criança, ele não para no botequim. Ele come sentado no chão, de maneira a não sugerir e a não passar a ideia de que os moradores são X9 da polícia, são informantes da polícia. Esse processo é um processo delicado. (Muniz, 2013)

Na próxima seção, analiso a importância que o monitoramento ganhou nas novas relações estabelecidas entre policiais e traficantes no am-

---

4 O *funk* “Tá tudo monitorado”, de MC Rodson, trata do monitoramento realizado pela mídia em favelas: “Mas o bagulho tá monitorado/ O que se passa vai sair no rádio/ Passou o crackudo na televisão/ A mídia quer prejudicar os irmão [...] / A vida passa na televisão [...] / Se fala mal é porque nós é bom/ Se não fosse nada, não falava, não! [...]”. O *funk* completo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4Tz387h9ATY>. Acesso em: 16 out. 2014.

biente das favelas “pacificadas”. Em seguida, trato das consequências que a superposição de múltiplas camadas de vigilância gera no cotidiano dos moradores de áreas com UPP.

### **“Agora é gato e rato”**

A inauguração das UPPs impôs uma maior proximidade espacial entre os policiais e os traficantes nos territórios das favelas. Essa proximidade “permanente” gerou significativas mudanças nas modalidades de presença desses atores nos territórios e também nas relações estabelecidas entre eles.

Se, antes da UPP, as relações entre traficantes e policiais eram pautadas basicamente pela alternância entre confrontos armados e negociações envolvendo “arregos”,<sup>5</sup> logo após a “pacificação”, o monitoramento constante do território e dos fluxos de circulação passou a ser mais importante que o uso do poder bélico e o pagamento de propinas – que temporariamente foram suspensos. Como os agentes da UPP passaram a policiar os territórios “pacificados” durante 24 horas, e dada a superioridade do poder bélico do Estado, os traficantes perceberam que não seriam capazes de retomar por completo o domínio territorial e que, portanto, não seria eficaz confrontar os policiais cotidianamente. Logo, perceberam que, para traficarem na favela sem serem notados e capturados, teriam que vigiar os passos dos policiais.

Os traficantes entenderam assim que, para continuar em áreas “pacificadas”, precisavam mudar seu modo de existência. Eles passaram, então, a modificar suas estratégias de ação e a adaptar o comércio de drogas

---

5 Como explica Grillo (2016), tendo em vista a larga superioridade do poder armado do Estado, os traficantes precisam negociar a redução da repressão policial, pagando subornos sistemáticos – o chamado “arrego” – a agentes corruptos das polícias civil e militar. Assim, evitam a realização de operações de incursão na favela, que, por sua vez, promovem a interrupção do fluxo regular das atividades do tráfico. Nessa lógica do fogo cruzado, o confronto serve para testar as assimetrias de força, inflacionando ou tornando desnecessário o pagamento de suborno/extorsão à polícia para a manutenção do funcionamento regular das “bocas de fumo”. Vale notar que essa mesma lógica pode ser também aplicada à crueldade dos portadores da “sociabilidade violenta” (Machado da Silva, 2008), que também usam a explicitação da força como “disposição” subjetiva, conforme mencionado em nota do capítulo 1.

para que ele sobrevivesse no novo ambiente. Segundo meus interlocutores, a primeira mudança foi tornar esse comércio bem menos “sedentário” que antes (Grillo, 2013). Nas palavras de um morador da Cidade de Deus, “eles foram se adaptando. A boca deixou de ser concentrada e deixou de ter arma tão visível”.

Alguns moradores relatam que, nos primeiros meses após a inauguração da UPP, os traficantes, ao invés de se fixarem em um ponto, circulavam pela Cidade de Deus de bicicleta e só paravam rapidamente quando algum cliente queria fazer uma compra. Mesmo depois que começaram a vender a pé, os traficantes passaram a variar muito mais o local onde ficavam para dificultar as ações da polícia.<sup>6</sup> Um policial do Santa Marta me disse que o mesmo também ocorria na favela de Botafogo e que, por isso, inicialmente a UPP encontrou dificuldade em mapear os pontos de comercialização de drogas na favela:

Era complicado falar onde tinha boca e até hoje é. Por quê? Vou exemplificar. Se aqui está rolando um “estica”, vai chegar um Disque-Denúncia: “Está rolando lá uma sacanagem ali”. O comandante vai deixar um pessoal intensificando aquele local ali, isso é de praxe. Aqui eles não vão ficar mais, vão migrar para outro lugar. Então vai ficando complicado de falar onde tem... Muda muito. Eles trabalham assim porque pode estar com uma certa quantidade que eles não vão ser indiciados no tráfico, vão ser indiciados só como

---

6 Luiz Eduardo Soares (2011) levanta a hipótese de que a UPP gerou uma modernização da economia do tráfico: “O modelo de organização e operação do tráfico de drogas no Rio sempre foi irracional e tenderia a tornar-se insustentável. É muito caro manter controle armado e ostensivo sobre territórios e populações, dividindo lucros com policiais. Exercer esse controle exige a organização de equipes numerosas, disciplinadas, hierarquizadas, dispostas a assumir riscos extremos. Os benefícios podem ser obtidos com muito menos gastos e riscos quando se opera com estruturas leves, adotando-se vendas por *delivery* ou por agentes nômades, circulando em áreas selecionadas – como ocorre nas grandes cidades dos países centrais. As UPPs – ótimo programa, sem dúvida necessário –, ao sepultarem o antigo regime, induzem, paradoxalmente, a modernização da economia do tráfico. Não o digo para criticar o programa, vale sublinhar, mas para analisar suas condições de possibilidade, seus efeitos e suas perspectivas futuras. Até porque essa modernização, considerando-se a inviabilidade de extinguir o negócio das drogas, será benéfica, reduzindo as armas em circulação e a violência, além do despotismo a que são submetidas tantas comunidades (Soares, 2011, p. 2).

usuários. Eles portam a droga como usuário, só que eles estão “esticando”. Antigamente era uma carga de cinquenta papéletes, hoje em dia está com três, está com dois. Então eles se adaptaram a isso, porque eles sabem disso, eles não são idiotas. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Segundo o policial, a quantidade de drogas que cada traficante carregava cotidianamente para vender também foi reduzida, o que não quer dizer que o montante total de venda tenha caído, mas sim que houve uma mudança na organização da venda no varejo. Policiais narram ainda que, além disso, os traficantes passaram a deixar pequenas “cargas” escondidas em algum lugar próximo de onde estavam. Quando algum cliente chegava, eles iam até o local onde a droga estava escondida e pegavam apenas a quantidade certa que seria vendida. Ao usarem esse procedimento, chamado de “estica”, eles evitavam o risco de serem pegos pelos policiais em “flagrante”. Como explicou um policial do Santa Marta: “Ele não fica com a carga, vai lá, busca e estica para cá. Não fica com ele ali como antigamente, que ficava tudo no chão ou no bolso [...]. Na maioria das vezes, é assim. A gente sabe quem é, mas ele nunca está com nada, está sempre assim”.

Em suma, além de andar com cargas menores ou mesmo sem carga, os traficantes passaram a guardá-las de modo bem mais espalhado. Um traficante da Cidade de Deus descreveu as mudanças na organização da venda de drogas na favela de forma muito semelhante à descrita pelos policiais durante as entrevistas:

Antigamente, tinha ponto fixo, até porque a dificuldade dos policiais chegarem na boca do tráfico depois das três da tarde era bem maior. Hoje em dia é fácil, então eles já estão aqui. Se a UPP já passou, já botou os moleques para correr aqui, voltar para o mesmo lugar é maluquice, eles já vão para outro lugar. Antigamente, o cara ficava de bolsa na mão, hoje em dia a droga está entocada lá na beira do rio, lá embaixo, e ele está aqui, ele pega o dinheiro e vai lá de bicicleta. Antigamente, os caras guardavam muita coisa junta em um lugar só, agora está tudo bem mais espalhado. Antigamente, todo mundo queria andar armado, hoje não, você andar armado, de pistola, é bobeira, porque não tem necessidade de andar. Você vai perder uma peça do cara de bobeira, vai perder para um policial que vai te pegar com certeza. Um dia

desses aí, três menores deram bobeira indo para baile de arma. Uma pistola sumiu porque o moleque foi para o baile com ela. Eu não gosto de baile, graças a Deus. A minha está guardada lá, eu vou usar para quê? Para mim, vai ficar lá. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

O comandante da UPP da Cidade de Deus descreve essa mudança como uma “adaptação dos traficantes ao novo ambiente”. Ele destaca que os policiais continuam fazendo muitas apreensões, mas que a quantidade de drogas que conseguem apreender em cada ação é bem menor que no passado, já que agora o que há é o “tráfico de formiga”:

Agora é em pequena escala, não tem mais aquele elemento de fuzil, armado, circulando, vendendo entorpecente em alta escala, mas ainda temos aí o traficante se adaptando ao novo modelo de policiamento. Então ele bota em pequenas quantidades. Geralmente são menores de idade. É aquele tráfico formiga, mas ainda tem muita droga. (Trecho de entrevista com Bruno Xavier, então comandante da UPP da Cidade de Deus)

Um morador da Cidade de Deus usou o mesmo termo para se referir ao tráfico pós-UPP:

Antes era aquela quantidade maciça, agora é o tráfico formiguinha. Antigamente era uma carga de pó. Na época que eu vendia, que eu era traficante, ela vinha com 110 papéis de 5 reais. Então dava 550 reais. Quinhentos era do tráfico e 50 reais era do vendedor. Hoje a carga, ela tem vinte papéis, até também para que quando o camarada for preso haja uma possibilidade dele ser pego como usuário. Porque ele vai com cinco, vende cinco, vende mais cinco... Então se tornou um tráfico formiguinha. E hoje, em cada esquina, você vê alguém vendendo. Você falou aquela coisa: “A boca era lá na Curva do S, a boca era lá na farmácia”. Hoje em dia é aquela coisa formiguinha, em vários pontos. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Outra mudança no comércio de drogas pós-UPP foi o aumento da utilização de menores de idade como vendedores de entorpecentes. Embora não seja uma novidade, os policiais indicam que depois da UPP essa presença se tornou majoritária, o que passou a dificultar muito o trabalho da polícia na favela. Para alguns dos policiais entrevistados, a única solução possível para esse problema seria a redução da maioria penal:



A principal adaptação deles é recrutar menores de idade. Nosso maior problema é esse. Nossos últimos índices aqui vão se iniciando do ano passado, [com] 60% a 70% de menores presos. Na verdade, não são presos. São apreendidos. Cometem crime, cometem um ato infracional. Isso daí é complicado, porque, às vezes, esse menor já tem cinco, seis passagens, e os moradores sabem que ele está ali vendendo droga. Na verdade, ele vai, a gente leva para a delegacia, é feita a ocorrência, vai lá o padre Severino e, às vezes, uma semana depois ele está de volta na comunidade. E o morador acha que ele nem foi. Acha que o policial soltou ele, ou nem sabe que ele foi preso, porque ele já voltou. Ele continua lá no local, ninguém viu nada. Então acaba diminuindo um pouco da nossa legitimidade, que acha que não foi preso, mas aí você chega e já foi preso seis vezes. Tem um menino que foi preso nove vezes. Já foi apreendido nove vezes, mas é menor. Teve um que cometeu homicídio logo no primeiro ano que eu cheguei, ele foi preso. Faltavam quinze dias para ele fazer 18 anos [...]. Então acho também pessoalmente, na minha visão, que tem que terminar com essa hipocrisia, tem que ser revista a maioridade penal, porque, se com 16 você já escolhe o presidente do seu país, você já com certeza é capacitado para responder pelos seus atos da mesma forma que pelo seu voto. Então tem que ser revisto isso, tem que ser debatido. (Trecho de entrevista com um policial da UPP da Cidade de Deus)

Traficantes da Cidade de Deus com quem conversei disseram que realmente houve um aumento no número de “menores” atuando na “boca”. Em um primeiro momento, o uso dessa mão de obra foi necessário, pois muitos traficantes tiveram que fugir para outros lugares. Depois de alguns meses de “pacificação”, alguns desses foragidos começaram a retornar – já que não tinham se adaptado ao trabalho em uma favela de onde não eram “cria” e onde tinham que disputar espaço com vários outros traficantes que já atuavam no território havia mais tempo. No entanto, muitos deles eram facilmente identificados pelos policiais. Como afirmou um traficante da Cidade de Deus: “Os meninos que já tiveram passagem pela polícia ficam pichados. Os policiais conhecem até pela tatuagem. Tatuagem esverdeada de cadeia, aí os caras já olham: ‘Opa, vem cá’”. Por isso, ele explica que “o que funciona mais atualmente é menor vender”: “porque se pegarem o menor não vai dar nada mesmo. Vai e volta, vai hoje e volta depois de amanhã”.

Em resumo, é possível dizer, portanto, que as principais mudanças no comércio varejista de drogas em favelas logo após a chegada da UPP foram as seguintes: a) a venda se tornou menos “sedentária”; b) os vendedores passaram a trabalhar de forma mais dissimulada e menos ostensiva (deixando de exibir armas com frequência); c) grande parte das vendas passou a acontecer através do modo chamado “estica”; d) houve um aumento da utilização de menores de idade como vendedores de drogas.

Além disso, outra mudança importante na atuação do tráfico está ligada à noção de “contenção”. Como as relações de poder mudaram e as “fronteiras tácitas”<sup>7</sup> entre as áreas de atuação do tráfico e da polícia (que já eram fluídas) foram redefinidas após a chegada da UPP, os métodos utilizados para fazer a “contenção” – ou seja, a proteção dessas áreas cujos limites são borrados e móveis – também tiveram que mudar. Se antes da “pacificação” traficantes vigiavam as fronteiras entre o asfalto e a favela para saber quando os policiais poderiam cruzá-las, depois da chegada da UPP eles passaram a ter que monitorar a circulação dos policiais dentro do próprio território da favela. Começaram, assim, a mapear os pontos fixos de atuação dos policiais, por onde passavam as rondas, quem fazia parte de cada plantão, etc. Do mesmo modo, os policiais passaram a monitorar qualquer “movimento suspeito” dentro do morro para, pouco a pouco, mapear “quem era quem”, descobrir como os traficantes estavam

---

7 Grillo (2013) indica que as relações entre traficantes, PMs, assaltantes e milicianos produzem fronteiras tácitas na cidade do Rio de Janeiro. A autora aponta que “descontinuidades de distintas naturezas estabelecem interditos à livre circulação de pessoas e limites às atividades criminais, compondo uma complexa economia de riscos. A divisão entre até onde se espera que traficantes vendam drogas e andem armados e até onde há policiamento regular tende a asseverar o contraste entre favela e asfalto. Já a demarcação dos territórios de atuação de uma ou outra facção impõe risco de vida a quem quer que ouse cruzar as fronteiras e frequentar favelas controladas por facções rivais, mesmo que se trate de moradores sem qualquer relação com o tráfico. Há ainda os limites geográficos impostos por traficantes à atuação de assaltantes”. Grillo (2013) destaca ainda que a inauguração das UPPs gerou rearranjos nas relações de poder locais que ocasionaram deslocamentos nas fronteiras tácitas: “A contiguidade entre policiais e traficantes no espaço das favelas modificou a geopolítica local. Essas mudanças repercutiram nas relações entre polícia e tráfico, introduzindo novas tensões às dinâmicas criminais e impondo novas dificuldades à prática de assaltos”.

atuando e escolher o melhor momento para “dar o bote”. Eles precisavam pegar em flagrante aqueles que estavam cometendo crimes, já que, caso contrário, poderiam levá-los à delegacia e, por falta de prova, logo ter que soltá-los novamente.

Durante as entrevistas realizadas com policiais e traficantes em áreas “pacificadas”, pude notar que ambos os atores usavam uma mesma expressão para nomear a forma de interação que se sobrepôs à lógica do confronto: “jogo de gato e rato”. Curiosa com a nova expressão, pedi a um morador da Cidade de Deus para me explicar o que isso significava. Ele respondeu: “Gato e rato é tipo Tom e Jerry. Nunca viu esse desenho, não?”. Gostei muito dessa comparação apresentada por ele, porque as descrições que eu ouvia das disputas entre a UPP e o tráfico nas áreas “pacificadas” apresentavam interessantes semelhanças com a atuação do gato e do rato do desenho animado. Considerando a sugestão nativa de que o gato ocupa o papel da polícia e o rato, do tráfico, apresento a seguir algumas características, comuns aos dois quadros de comparação, de como esses seres interagem no território da favela:

a) O gato e o rato compartilham permanentemente o mesmo território e ambos sabem que o outro está por perto 24 horas por dia.

b) O gato e o rato compartilham o mesmo território, mas não o mesmo ambiente. Digo isso porque o ambiente do rato é muito mais detalhado, cheio de buracos e esconderijos. A percepção do rato é mais infinitesimal, ele conhece muito mais rotas de fuga; por isso, capturá-lo nesse território se torna tão complicado.<sup>8</sup>

c) Entre o gato e o rato existe uma relação de poder que é assimétrica, ou seja, o rato sabe que não pode enfrentar o gato diretamente, razão pela qual, enquanto o gato tenta a captura, o rato tenta a fuga.

d) Enquanto o gato possui mais força, o rato é mais ágil, ligeiro e menor. Em situações “normais”, o rato, mesmo quando avistado pelo gato, sempre consegue escapar, seja entrando em pequenas frestas, seja su-

---

8 Como lembra Oliveira (2014, p. 140), “ao percorrermos as vielas e os becos das favelas, os policiais sabem que os seus inimigos conhecem muito melhor o terreno que eles, sendo capazes, portanto, de se esconder entre as casas e de atacar em ocasiões inesperadas. O desconhecimento dos policiais sobre o local em que se movem os expõe a situações de risco e a uma grande tensão”.

mindando do campo de visão do gato. Daí por que a preocupação do rato é sobretudo evitar ser visto ou ser pego desprevenido.

e) O gato, por sua vez, sabe que é mais forte e mais lento que o rato. Então, suas chances de captura se concentram principalmente nos momentos de desatenção e de relaxamento do rato. De modo a antecipar o melhor momento para “dar o bote”, o gato precisa, então, mapear e monitorar o território, além de conhecer muito bem o comportamento do rato.<sup>9</sup>

Com essas semelhanças estabelecidas, é importante ratificar que, nos primeiros anos após a inauguração da UPP, com o jogo de “gato e rato”, a lógica do confronto direto saiu de cena e assumiram o protagonismo as táticas de engano e a lógica das armadilhas. O que estava em jogo nesse contexto do “gato e rato” era menos a força bruta do confronto e mais a ação calculada que antecipa o erro de percepção e de atenção do outro. Era na boa dissimulação de seus próprios movimentos e na capacidade de fazer o outro ter uma percepção equivocada sobre a sequência de acontecimentos que a lógica da captura se fundamentava. Daí por que a antecipação “do que o outro espera” (e “do que o outro espera que eu espere”, “do que o outro espera que eu espere do que ele espera”, e assim *ad inifinitum*) se intensificava, e uma espécie de reflexividade calcada em antecipações emergia da nova configuração da reciprocidade de expectativas.

Uma tensão psicológica permanente se estabeleceu, sobretudo do lado mais fraco. Acredito estar aí uma boa explicação para a frase que um traficante utilizou com o fim de definir o que havia mudado no contexto pós-“pacificação”. Segundo ele, “agora a adrenalina tá na mente, cara!”. Ele explicou que, naquele momento, mais importante que o confronto armado era a estratégia mental, o raciocínio rápido, era estar constantemente “na atividade”. Essa mesma expressão também foi usada por um outro jovem envolvido com o tráfico na Cidade de Deus:

É, agora o negócio é mental. Acabou o lance de você ficar, o polícia vai vir, vou ter que correr e procurar um negócio para me esconder. Hoje você sabe que os polícia tão ali, que eles vão ficar ali e que vão entrar de qualquer ma-

---

9 Ouvi a expressão “dar o bote” sendo utilizada por traficantes para fazer referência ao momento em que os policiais conseguem capturar um deles com um “flagrante”.

neira. E isso muda, porque antigamente eles ainda iam vir, hoje ele já estão. Você ficava ligado porque eles iam entrar, agora eles estão dentro. Você tem que ficar preocupado que eles vão vir de dentro para dentro. Se você não *tiver na atividade*, eles vão te pegar, porque eles já estão dentro, eles já estão infiltrado ali. Então, não dá para relaxar, tem que estar sempre de olho aberto. É atividade, atividade o tempo todo! (Trecho de entrevista com um jovem da Cidade de Deus; grifos meus)

Esse mesmo jovem comparou as vantagens e desvantagens de atuar como traficante na favela antes e depois da UPP.<sup>10</sup> Na visão dele, agora quem vende droga não é mais bandido, mas sim comerciante. A vantagem dessa mudança, segundo ele, é que o risco de morrer é menor; mas, por outro lado, a adrenalina do confronto armado se perde e aumenta a pressão psicológica. Nas palavras dele:

Hoje é mais fácil ser bandido porque você tem a certeza de que é mais difícil você morrer, entendeu? Hoje não tem traficantes, tem vendedores, tem comerciantes de drogas. Naquela época tinha bandido, bandido. Hoje eles só vendem, não tem aquela pressão do polícia vir, você tem que meter a mão, dar tiro e arriscar a tua vida. Aquela adrenalina acabou. Eles se arriscam menos hoje do que antigamente. Antigamente, o polícia vinha, a bala tinha que comer. Se você estivesse encurralado, você tinha que dar o jeito de sair. Ou você lutaria ou perderia a tua vida. Hoje já não é mais assim, você vai preso. Naquela época, era morte. Pegava um Queiroz da vida [policia bem violento que atuava na favela], morria muito mais. E hoje você dá um fuzil na mão de um moleque desses, ele não sabe nem atirar. Eles sabem de pistola. Mas dá um 762, um AK, eles vão falar: “Como mexe nisso aqui?”. Se você não botar a bala na agulha, eles não sabem o que fazer, não. Há uma grande diferença da época antiga e da nossa. Naquela época, você aprendia a mexer no fuzil, mas também você podia morrer com muito mais facilidade. Hoje, não. Hoje, a polícia está dentro, você tem que monitorar. Tem menos

---

10 Os próprios traficantes também comparam essas vantagens e desvantagens. Um deles, durante uma entrevista, me disse: “Como bandido, para mim não melhorou nada, só piorou de eu ganhar meu dinheiro. Agora, sei que as coisas melhoraram para os moradores com certeza. Hoje sei que para criar filho é bem melhor. Bem melhor, porque eu posso deixar meu filho brincando aqui e ir lá atrás na praça jogar bola, que eu sei que quando eu voltar ela vai estar aqui, entendeu?”.

confronto, mas também a pressão psicológica é maior. (Trecho de entrevista com um jovem da Cidade de Deus)

É importante ressaltar que essa “pressão psicológica” atingia um terceiro ator que também habitava esse ambiente onde ocorria o “jogo de gato e rato”: o morador. Mesmo que evitasse, esse terceiro ator era constantemente impelido a participar das disputas estabelecidas entre os outros dois. Embora em muitas situações tentasse se manter neutro, os demais atores buscavam forçá-lo e/ou conquistá-lo para que escolhesse um lado, porque para eles o não posicionamento parecia significar, quase inevitavelmente, a escolha do lado “inimigo”.

As ações tanto do tráfico como da polícia em relação ao morador, no contexto pós-UPP, deslizavam entre a coação e o convencimento. As tentativas de impedir o contato entre o morador e o lado “inimigo” quase sempre se baseavam em ameaças diretas e indiretas relacionadas com múltiplas camadas de vigilância e com um complexo “jogo de contaminação” que mostrarei a seguir.

### **O perigo da “contaminação”**

Amplamente explorada por Mary Douglas (1976), a noção de “contaminação” na antropologia está associada a uma discussão sobre o puro e o impuro como fenômenos que transcendem a esfera da assepsia físico-biológica. Sujeira e limpeza constituem marcas simbólicas que estabelecem e conformam padrões de coerência cultural, naturalizando e impondo posturas, formas e comportamentos mais ou menos adequados. Segundo a autora, a ideia de sujeira implica a noção de sistema, isto é, um conjunto de elementos logicamente solidários considerados nas suas relações. Evitar a sujeira é, portanto, um processo de arrumação que tenta garantir a conformidade entre a ordem de eventos físicos externos e a estrutura de ideias. Por isso, qualquer reflexão sobre sujeira e potenciais de “contaminação” deve passar por uma reflexão a respeito da relação entre ordem e desordem:

Lord Chesterfield definiu a sujeira como algo fora do lugar. Isso implica apenas duas condições: um conjunto de relações ordenadas e uma contra-venção dessa ordem. Assim, a ideia de sujeira implica uma estrutura de ideal. Para nós, a sujeira é uma espécie de categoria de compêndio para

todos os eventos que borram, mancham, contradizem ou confundem a classificação aceita. O sentimento subjacente é que um sistema de valores que é habitualmente expresso no arranjo dado das coisas foi violado. (Douglas, 1976, p. 109, tradução livre)

Douglas (1976, p. 111) sugere que as regras de “contaminação” podem ser vistas como uma extensão do processo de percepção: “Na medida em que elas impõem ordem à experiência, apoiam o esclarecimento de formas e, assim, reduzem a dissonância”. Isso significa que as crenças sobre “contaminação”, por um lado, reforçam determinada ordenação própria de uma estrutura cultural e social e, por outro, reduzem as ambiguidades existentes na esfera moral. Por medo da “contaminação”, as pessoas deixam de violar a ordem das coisas, pois sabem que, ao cometer erros – e assim se colocar como fonte de ameaça à ordem vigente –, serão “contaminadas”. Como assinala Pereira (2001, p. 135), “a contaminação é um perigo justamente porque existem ambiguidades e a demarcação é difícil ou impossível. Devem-se centrar forças para que os sujeitos contaminantes sejam controlados, a ordem estabelecida e os limites sociais definidos”. Pereira questiona, portanto, como se efetiva esse controle.

Para Douglas (1976, p. 111), o controle dos sujeitos “contaminados” acontece fundamentalmente através de punições. Segundo a antropóloga, há várias formas de punir: às vezes, a violação é punida por decreto político; às vezes, por atentado contra o transgressor; outras vezes, por sanções triviais, e outras ainda, por sanções bem mais graves. A sanção utilizada reflete geralmente os vários aspectos da questão que está em jogo em uma situação específica de “contaminação”.

A ideia central apresentada por Douglas (1976, p. 112) é que “as regras de contaminação, em essência, proíbem o contato físico”, uma vez que implicitamente já antecipam as possíveis sanções que aqueles que forem “contaminados” poderão vir a sofrer. Todavia, nem sempre é possível – ou mesmo uma questão de escolha – evitar ter contato com objetos, pessoas ou situações com um potencial “contaminador”, o que torna a “contaminação” por vezes praticamente inevitável.

Nas últimas décadas, a população que habita as favelas cariocas vem tendo sua imagem recorrentemente “contaminada” pela contiguidade territorial inescapável com uma minoria que integra bandos armados

atuantes nessas áreas (Machado da Silva, 2008). Nesse caso, a maioria dos moradores – embora saiba que o contato com “bandidos” tem um alto potencial “contaminador” e, por isso, tente evitar ao máximo esse contato – é inevitavelmente “contaminada” pelo fato de habitar o mesmo território em que esses bandos armados atuam. Essa “contaminação” produz um sentimento de desconfiança das camadas mais abastadas da cidade em relação à parcela da população que mora em favelas. Por isso, os “favelados” se veem obrigados a fazer um esforço contínuo de “limpeza simbólica”, ou seja, a constantemente “demonstrar ser ‘pessoa (ou grupo) de bem’, a fim de ganhar a confiança do Outro [...] antes mesmo que possam apresentar no espaço público suas demandas como interlocutores legítimos” (p. 15). Corroborando esse raciocínio, Mattos (2012, p. 2) sustenta que, devido à

condição de subalternização no espaço de moradia e de forte estigmatização no imaginário da cidade, os(as) moradores(as) precisam elaborar formas de distinções morais com o mundo do crime. No jogo de identificações acerca da população-alvo de políticas sociais, os(as) moradores(as) utilizam recursos disponíveis de limpeza moral [...] tanto em seu contexto próprio de interação cotidiana quanto nas situações que envolvem a expressão pública de representação política e acesso à Justiça. A limpeza moral também é um recurso presente nos repertórios dos projetos sociais voltados aos jovens “em situação de risco”.

A “contaminação” do morador de favela também interfere na relação estabelecida com a polícia. Por ser constantemente criminalizado em seus contatos com a polícia, o “favelado” precisa a todo instante fazer um esforço para provar que é “trabalhador” e que não tem envolvimento com os bandos armados que atuam em seu local de moradia. Mas, por ser quase que automaticamente considerado “conivente” com as atividades ilícitas praticadas por traficantes, o morador de favela, mesmo quando sofre violações em seus direitos e/ou atos violentos promovidos pelos próprios agentes do Estado, enfrenta uma enorme dificuldade para fazer denúncias. Como resume Machado da Silva (2008, p. 23):

Na tentativa de enfrentar os estigmas derivados das imagens de “conivência”, os moradores de favelas desenvolvem um permanente esforço para



provar ao restante da população da cidade que são pessoas “de bem”, honestas, confiáveis, pacíficas e sem participação ativa na “sociabilidade violenta”. Chamamos esse esforço de “limpeza moral”. Quanto mais impessoais as interações, mais difícil e de resultado mais incerto ela é. Dentro das favelas, os moradores também procuram deixar claro seu distanciamento moral em relação aos traficantes. Não fumar maconha, não cheirar cocaína, não se envolver em seus negócios e redes, não aceitar seus favores são formas de tornar clara para os vizinhos a condição de “pessoa de bem” e a adesão à ordem institucional. Os estigmas sofridos pelos moradores dificultam o recurso a soluções institucionais para diminuir as ameaças que sofrem. Além disso, o medo e a desconfiança têm enfraquecido os laços sociais e a comunicação baseada em relações de vizinhança, dificultando a construção das bases para uma ação coletiva orgânica e bem focada.

A estigmatização da favela e de seus moradores, apesar de ser anterior ao ciclo de ostensividade do tráfico nas favelas, sem dúvida ganhou muita força nas últimas décadas com a presença, nesses territórios, dos traficantes – personagens que encarnam a representação da violência urbana. Pode-se dizer que, com o aumento da presença do tráfico, os territórios favelados passaram a ser menos estigmatizados pela pobreza – embora ainda continuem sendo – que pela violência. Por isso, Burgos *et al.* (2012) sugerem que um dos efeitos mais esperados da implementação das UPPs era, a partir da expulsão dos traficantes armados, o estabelecimento gradual de novas relações entre a favela e seu entorno, superando a situação atual de segregação.

Dada a importância do tráfico para a produção de uma forma específica de segregação, fortemente centrada na acusação da favela e de seus moradores como portadores de uma “cultura da violência”, pode-se esperar que a “pacificação” da favela no mínimo produza mudanças importantes na sua imagem externa e, portanto, no conteúdo da segregação atualmente vigente. (Burgos *et al.*, 2012, p. 83)

Como os autores preconizam, o estigma e a desconfiança das camadas mais abastadas da cidade em relação aos “favelados” talvez possam ter sido mitigados nos primeiros anos após a inauguração das UPPs. Em entrevista, uma moradora do Santa Marta afirma:

Como dizem as gírias aqui do morro, para as pessoas do asfalto, todo mundo que morava no alto do morro era favelado, todo mundo que morava da praça [Corumbá] para cima era favelado. Então, era um povo malvisto; independente de ser trabalhador ou não, era malvisto, porque morava dentro da favela. Agora mudou um pouco. Mudou porque agora a favela está pacificada. Então eles acham que, com a pacificação, chegou a educação para os moradores, chegou o ensino, coisa que a gente já tinha antes. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

Também não me parece incorreto supor que essa possível redução da estigmatização das favelas talvez esteja produzindo transformações na autoimagem dos moradores desses territórios. Segundo Burgos *et al.* (2012, p. 83),

esse tipo de ressignificação da própria imagem da favela é, em si mesma, uma fonte muito interessante de reflexão, assumindo particular relevância quando se leva em conta o axioma sociológico de que a produção do estigma somente é completa quando o estigmatizado acredita na qualificação que os outros lhe conferem. Assim é que, como os muitos relatos colhidos – especialmente na favela do Leme – deixam evidente, a UPP parece abrir espaço para uma reelaboração da própria condição de morador da favela que, no limite, pode apontar para uma participação mais ativa na vida cívica e política da cidade.

No entanto, durante minha pesquisa de campo pude observar que o medo da “contaminação” e de suas possíveis consequências – não só na vida cívica e política da cidade, mas especialmente na esfera da sociabilidade dentro do próprio território da favela – continuou e continua sendo um problema constante para os moradores da Cidade de Deus e do Santa Marta. A partir das observações feitas em campo, pude notar que os “jogos de contaminação” com os quais essa parcela da população tem que lidar cotidianamente em seus territórios de moradia se complexificaram ainda mais após a chegada das UPPs.

Quando falo em “jogos de contaminação”, refiro-me a: a) objetos, pessoas e situações com potenciais “contaminadores”; b) tentativas de antecipação desses potenciais “contaminadores” por parte de quem pode ser “contaminado”; c) circulação de informações (por meio de fofo-

cas) sobre situações “suspeitas” que podem gerar uma “contaminação”; d) apresentação de acusações diretas ou indiretas (através de piadas e brincadeiras) a alguém que pode ter sido “contaminado”; e) esforços de “limpeza moral” que são despendidos após uma “contaminação” inevitável; f) expectativas – compartilhadas coletivamente, por exemplo, via rumores – de sanções que já foram e/ou que podem vir a ser aplicadas futuramente em casos de “contaminação”. Logo, o termo “jogos de contaminação” se refere a uma experiência que envolve práticas e percepções compartilhadas.

Obviamente os “jogos de contaminação” e os esforços de “limpeza moral” (Leite, 2008; Birman, 2008; Rocha, 2013) não surgiram com as UPPs. Há pelo menos algumas décadas, os moradores de favelas vêm tendo que lidar com os potenciais “contaminadores” gerados pela contiguidade territorial com os grupos armados atuantes nesses territórios, conforme já mencionado. Como lembra Leite (2008), mesmo antes das UPPs, muitos moradores tentavam se manter afastados dos traficantes que atuavam em seus territórios de moradia e faziam um esforço de “limpeza moral” para tentar se diferenciar como “trabalhadores”, como “pessoas de bem”.

Se um passado comum e a contiguidade no território aproximam os moradores de favela dos integrantes de alguns membros dos bandos armados (dos “crias” da “comunidade”), muito os separa. Em face da expansão e da visibilidade do tráfico nas favelas, nos dias que correm os moradores empreendem um esforço redobrado de “limpeza moral” para diferenciar-se, enquanto “trabalhadores”, dos “vagabundos” e “bandidos”. Essas tentativas, porém, esbarram em uma interpretação, baseada na “cultura do medo”, que traduz “convivência forçada” por “convivência” ou “ambiguidade moral”. (Leite, 2008, p. 134)

Com a chegada da UPP, o problema da “contaminação” e os esforços de “limpeza moral” continuaram ligados à vida cívica e política da cidade, mas ganharam ainda mais atenção na esfera da sociabilidade dentro do próprio território da favela. Esses “jogos de contaminação” se complexificaram no âmbito da sociabilidade local porque os moradores passaram a ter que lidar não só com a contiguidade territorial inescapável com bandos armados, mas também com a proximidade cotidiana da polícia,

que deixou de atuar de modo esporádico e intermitente e passou a permanecer na favela.

A presença desses dois atores no território não é uma novidade, mas a permanência ininterrupta da polícia nas favelas foi um fator novo que gerou uma série de consequências, sendo uma das principais a ampliação dos potenciais de “contaminação”. Isso aconteceu, por um lado, porque os moradores – mais que antes – sentiam medo da “contaminação” que o contato com traficantes poderia gerar, uma vez que a polícia agora estava dentro da favela 24 horas observando todos os passos de quem ali residia. Por outro, porque eles temiam igualmente ser “contaminados” por qualquer contato com policiais, já que rumores que circulavam pela favela os faziam lembrar a todo instante de que os traficantes ainda estavam presentes no território e vigiavam permanentemente quem pudesse ser um potencial “X9”.

O duplo potencial de “contaminação” que o contato tanto com policiais quanto com traficantes gerou nos moradores de favelas criou uma enorme tensão e um esforço reflexivo constante que envolvem diferentes dinâmicas. Para evitar uma possível “contaminação”, os moradores passaram a empreender diferentes esforços e estratégias em suas vidas cotidianas, como: a) evitar falar *sobre* ou ter contato *com* a UPP e o tráfico; b) usar mediadores para resolver alguma questão com policiais ou traficantes, evitando o contato direto com eles; c) pedir “licença”, “prestar conta previamente” ou ainda apresentar uma “justificação antecipada” na impossibilidade de evitar o contato direto com um desses atores; d) tentar se “limpar moralmente” em caso de “contaminação” inevitável.

Esses esforços e estratégias serão descritos a seguir. Antes, contudo, é preciso ressaltar novamente que o uso desses mecanismos não foi uma novidade que surgiu no contexto pós-“pacificação”. Todos eles já existiam e eram utilizados antes da chegada da UPP na favela. Todavia, o que sustento é que a contiguidade territorial permanente de traficantes e policiais tensionou as relações no ambiente da favela e intensificou as possibilidades de “contaminação”. Um jogo de múltiplos monitoramentos se impôs com força nunca antes experimentada no território favelado, já que policiais e traficantes passaram a dividir o território durante 24 horas. Inicialmente, por não saberem como funcionaria essa nova configuração do ambiente da favela nem como esses diferentes atores agiriam,

os moradores passaram a dispensar uma atenção ainda maior aos contatos e situações potencialmente “contaminadores”. Logo, a utilização dos mecanismos citados passou a ser ampliada e intensificada.

### **Evitando falar sobre e com policiais e traficantes**

Evitar falar sobre o tráfico não é algo novo nas favelas. Diversas narrativas apontam a existência de uma “lei do silêncio” imposta há algumas décadas nesses territórios. No *rap* “Como sobreviver na favela”, por exemplo, MV Bill lista as leis que imperam nessas localidades:

[...] boca fechada que não entra mosca e também não entra bala.

Cagete na favela você sabe que não pode

Se a língua bater nos dentes, você leva um sacode

Nem pense em falar mal de um bandido

E se for mulher maria batalhão, toma tiro no pé, leva coça de cordão.<sup>11</sup>

Embora soubessem que essas “leis” continuavam valendo após a chegada da UPP, alguns moradores relatam que só com o passar do tempo foram aprendendo a partir de experiências práticas que, além de evitar falar sobre o tráfico, também era melhor evitar expor suas percepções sobre a UPP. Um morador de 45 anos “nascido e criado” na Cidade de Deus contou, por exemplo, que se surpreendeu ao comentar com um amigo que, para ele, o clima da favela tinha melhorado desde a chegada da UPP. O amigo não gostou nada do comentário e logo o questionou, conforme o relato a seguir:

Tinha muita gente de olho, e são pessoas que você não imagina que estão de olho em você. Então, quando alguém falava alguma coisa contra a polícia, eu tinha que ir a favor do discurso da pessoa, porque, se eu fosse contra o discurso do cara, não sabia o que podia acontecer. No início, foi uma coisa muito bonita as crianças entrando assim no carro da polícia. Deu até aquela vontade de tirar uma foto, porque é melhor ver próximo a um policial do

<sup>11</sup> A letra na íntegra está disponível em: <http://www.vagalume.com.br/mv-bill/como-sobreviver-na-favela.html#ixzz2lo3qZe88>. Acesso em: 26 nov. 2013.

que a um traficante, né? Aí eu estava ali na pracinha, estava conversando com um camarada e falei: “Ah, eu trouxe meu filho aqui para brincar, porque agora com a UPP deu uma melhorada, né?”. Aí ele falou: “O quê? Você tá mandado!?”. E eu sei que ele gosta de pegar um negocinho [drogas]. Aí eu já fiquei bolado, né? Porque o cara pode fazer meu esqueleto lá. Porque, se você se coloca a favor, já vão pensar que você pode fazer uma ligação e entregar alguém. Então, eu fiquei muito assustado! (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

O morador ficou surpreso com a reação do amigo e disse ter aprendido uma lição com a situação: “Tem que ter muito cuidado com o que você fala e com quem você fala. Então, eu agora nem falo, eu prefiro nem falar sobre UPP em nenhum momento”. Outros moradores da Cidade de Deus também preferiam evitar falar sobre a UPP temendo as consequências que isso poderia gerar. Nas palavras de um outro morador: “Até a questão de você falar que está gostando da UPP pode complicar sua vida. [...] De repente, o cara que ouve você falando não vai com a sua cara e aproveita e faz uma fofoca com o seu nome [...]. Aí, já era, né?”.

Um morador do Santa Marta que, no início da ocupação, parecia não ter medo de elogiar os benefícios trazidos pela “pacificação” diz que, com o passar dos anos, foi aprendendo que é melhor ficar calado. Ele explica que, por conta das coisas que já dissera, passou a ser visto como alguém “fechado com a UPP” e a temer que isso pudesse gerar graves consequências futuramente. Por esse motivo, ele diz que, se a UPP acabasse, teria que sair da favela. Atualmente, ele prefere evitar falar sobre o projeto:

Eu escuto piadinhas o tempo inteiro. Não ameaça de morte, mas piadinha. Eu não acredito que a pacificação vá deixar o Santa Marta, mas eu estou hoje psicologicamente preparado se a UPP sair hoje. Eu não vou embora do Santa Marta, não. Eu vou embora do Brasil. Vou para outro país [...]. Pagar para ver e correr o risco de morrer eu não vou. Porque eu sei que acontece. Tenho um monte de amigos que foram assassinados, que morreram por muito menos. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

A fala mostra, portanto, que, mesmo quem não evita (ou, no caso dele, não evitava) falar publicamente sobre a UPP, não ignora as consequências futuras que isso pode gerar. Elogiar publicamente a UPP, desde

a inauguração do projeto, foi visto como uma tomada de posição. Então, o morador que falava bem da UPP passava a ser rotulado como contrário ao tráfico. Do mesmo modo, quem falava bem do tráfico era rotulado pelos policiais como um inimigo da polícia. Como essa tomada de posição tem um alto custo, muitos moradores preferiram, desde o início do processo de “pacificação”, evitar falar sobre o tráfico ou a sobre a polícia para que ninguém pensasse que eles “fechavam” com um ou outro lado.

Além de evitar falar *sobre* o tráfico e a UPP, muitos moradores, tanto da Cidade de Deus como do Santa Marta, relataram que evitavam falar *com* traficantes e policiais dentro dos territórios “pacificados” e até mesmo manter uma proximidade física com esses atores. Embora muitos moradores já evitassem esse contato mesmo antes da “pacificação”, com a chegada das UPPs, eles redobram seus esforços para fazer um duplo afastamento. Por um lado, tentavam se manter distantes dos traficantes para não serem confundidos com “bandidos” no território da favela. Por outro, tentavam manter distância dos policiais porque sabiam que quem tinha contato com a UPP quase sempre era visto como um potencial “X9”.

Na prática, isso significa que muitos moradores evitavam ficar ou mesmo passar por determinados locais da favela onde pessoas “envolvidas” com o tráfico costumavam se concentrar, especialmente em determinados horários. Um exemplo de como isso acontecia cotidianamente foi narrado por Bento, um morador da Cidade de Deus. Ele conta que trabalhava à noite e sempre voltava à favela muito tarde. Para chegar mais rápido em casa, tinha que passar perto de um ponto onde geralmente alguns meninos vendiam drogas. Apenas por considerar que poderia ser visto por policiais naquele local, ele resolveu tomar duas precauções. Primeiro, parou de trocar de roupa no trabalho antes de voltar para casa. Ele sentiu que era melhor voltar à favela com o uniforme do trabalho, pois, se os policiais estivessem fazendo ronda no momento de seu retorno, veriam assim que ele estava chegando do trabalho. Segundo, passou a fazer um caminho mais longo e a transitar pelo meio da pista (mesmo correndo o risco de ser atropelado), em vez de passar pela calçada onde “os meninos” ficavam parados. Seu objetivo era evitar passar por um local com um grande potencial “contaminador”: “Se ficasse ali de bobeira, corria o risco dos policiais passarem, me verem perto dos meninos no meio da madrugada e acharem que eu sou envolvido”.

Assim como tinha a preocupação de evitar ser visto perto de traficantes, Bento conta que, em outras situações, também evitava se aproximar de policiais no território da favela. Outra cena cotidiana ilustra o cuidado tomado pelo morador: um dia, ele foi buscar o filho na escola, como sempre fazia. Quando voltava para casa, sua esposa ligou perguntando onde eles estavam. Ela disse que estava bem perto do local com duas bolsas pesadas e pediu que o marido a esperasse ali mesmo para ajudá-la a carregar as bolsas até em casa. Bento relata que ficou parado em uma rua próxima ao colégio esperando sua mulher. Nesse intervalo, dois policiais se aproximaram e pararam bem ao seu lado. Os policiais não lhe dirigiram a palavra e ali pareciam estar por mero acaso. Apesar disso, Bento preferiu sair imediatamente de perto dos agentes e esperar a mulher em outra parte da rua: “Eu saí logo dali, não ia ficar ali de bobeira parado perto dos PMs. Vai que alguém passa e acha que eu estou conversando com eles? Aqui a gente não pode dar mole, não! Depois, vai que acontece alguma coisa e falam que naquele dia eu estava na rua passando alguma informação para os caras? Nunca se sabe”.

A preocupação com a “contaminação” que o contato com os policiais podia gerar foi determinante para que Bento também evitasse participar ou permitir que o filho participasse das atividades promovidas pela UPP na favela. Ele lamentava ter que fazer isso, pois gostaria de matricular o filho em um dos cursos oferecidos pela polícia na Cidade de Deus, mas achava mais prudente não o fazer temendo que isso pudesse gerar futuras represálias:

Surgiram mais ONGs, mais projetos, atividades dadas até por policiais da UPP. [...] Mas aqui não vingou, porque a galera do tráfico conseguiu proibir. O pessoal ficou com muito medo, assustado. Eu não colocaria meu filho num projeto da UPP, porque seria rotulado como uma pessoa que depois pode ligar para a UPP para denunciar o tráfico. Porque, imagina, você tem que pensar no depois. E depois que muda tudo? E depois?” (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Vale notar que o medo da “contaminação” gerada pela aproximação com a polícia envolvia não apenas evitar os cursos organizados pela UPP, mas também atos que pareciam bem corriqueiros, como cumprimentar



um policial dentro da favela. Conforme descreve um morador da Cidade de Deus:

No início, os camaradas [policiais] estavam dando “bom dia”. E era até ruim, porque o seu “bom dia” poderia representar uma represália mais tarde com essa galera aí da situação. Uma vez, eu estava vindo da casa da minha sogra. Um PM me deu “bom dia”, eu respondi bem rápido, mas com o maior medo de alguém ver. É sério! Porque a gente não sabia se vinham para ficar ou não, e eles [bandidos] diziam que eles [policiais] não iam ficar! (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

A fala do morador evidencia como simples atos cotidianos exigem um esforço reflexivo antes de serem realizados. O “falar com” um policial (ou com um traficante) podia sugerir alguma forma de vínculo ou adesão. Daí por que entra em cena, da parte dos moradores, uma contínua avaliação a respeito de como, onde, quando, por que e o que falar com um e com outro.

Um morador da Cidade de Deus me contou que, nos primeiros anos após a inauguração da UPP, para dizer um simples “bom dia” a um policial, fazia um cálculo que envolvia três etapas: 1) analisar primeiro o local onde estava; 2) olhar para os dois lados e observar quem estava em volta; e 3) decidir, enfim, se era prudente ou não falar “bom dia” para o policial. Essa deliberação reflexiva não envolvia apenas um cálculo racional, ela era feita a partir de uma “educação da atenção” que foi aprendida, com o tempo, através de experiências vividas. Segundo um agente da UPP do Parque Proletário: “Tem aquela coisa no início de que a pessoa que fala com você no primeiro dia, no dia seguinte, já não está falando porque recebeu uma ordem para não falar”.

A experiência cotidiana dos moradores mostrava, como resumiu uma interlocutora, que era melhor nem dizerem “oi” aos PMs “para evitar ouvir piadinha, fofoca ou até mesmo receber represália”. Qualquer contato de moradores com policiais da UPP poderia ter um efeito “poluidor”. Estabelecer um vínculo com um policial – por mais frágil e superficial que fosse – poderia fazer um morador ser rotulado como “amiguinho

da polícia”<sup>12</sup> e, logo, como potencial delator (“X9”), como bem descreveu uma moradora do Santa Marta:

Vinha um amigo aí de fora [da favela] e ficava de papo com os policiais. Aí também comecei a conversar com eles. [...] Então, você sabe como é... uma amiga minha veio me falar que não pegava bem eu falar com eles, porque rola fofoca e o pessoal pode ficar achando que sou X9. Então, não falo mais, não, porque não pega bem. Até expliquei para os policiais disfarçadamente e eles entenderam. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

### **Quando o contato é inevitável: como tentar não se “contaminar”?**

Embora o contato com a polícia e com o tráfico tivesse um grande potencial de “contaminação”, isso não significava que toda e qualquer aproximação entre moradores e policiais fosse evitada nos primeiros anos após a inauguração das UPPs. Ainda que a evitação desses contatos fosse muito frequente, em diversas situações moradores queriam e/ou precisavam se comunicar com agentes do tráfico e/ou da polícia. Nesses casos, contudo, essa ação geralmente era acompanhada de alguns mecanismos que tentavam evitar que uma “contaminação” pudesse vir a se realizar de fato. A seguir descrevo alguns desses mecanismos.

#### **a) O uso de um “mediador”**

Em algumas situações, os moradores de favelas “pacificadas” precisavam inevitavelmente resolver certa questão com traficantes ou policiais. Quando isso ocorria, algumas pessoas preferiam pedir a alguém que tivesse uma relação mais próxima com a polícia ou com o tráfico para mediar a situação. Essa era uma primeira alternativa de tentar resolver a questão sem que o morador precisasse ter um contato direto com esses atores.

Nessas situações, quem atuava como mediador eram os moradores que, por conta de sua trajetória de vida, tinham uma relação mais estreita com traficantes ou policiais. Os presidentes de associação e as lideranças

---

<sup>12</sup> Vale lembrar que ser “amigo da polícia” sempre é uma categoria de acusação e quase nunca de identificação. Apenas crianças, idosos ou aqueles que os demais consideram “não bater muito bem da cabeça” se autodeclararam amigos de policiais.

comunitárias e religiosas, por conseguirem transitar mais livremente que os “moradores comuns” entre esses diferentes universos, eram frequentemente acionados em situações potencialmente “contaminadoras”.<sup>13</sup>

Alguns moradores, quando queriam perguntar ou resolver alguma questão “na boca”, acionavam alguém que estivesse na “franja” do tráfico (um usuário ou alguém que eventualmente se envolvia com o tráfico, mas não era considerado, de fato, um traficante) para fazer a intermediação. O mesmo podia acontecer quando havia a necessidade de estabelecer contato com a polícia. Caso quisesse organizar uma festa, por exemplo, mas tivesse receio de ser visto entrando na sede da UPP para avisar sobre a organização do evento, o morador acionava alguma “liderança” que já estava acostumada a ter contato com a polícia para entregar o pedido de autorização ao comandante.

Atuar nessa função exigia um grande “jogo de cintura”, pois, para poder transitar entre policiais e traficantes, o mediador “não podia escolher um lado”, como explica Zé Mário. O presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, durante meu trabalho de campo, ressaltava sempre que, para poder circular entre todas as “instâncias” do morro, precisava se manter neutro. Mas tal tarefa não era nada fácil; ele sabia que, se desse qualquer “passo em falso”, seria cobrado:

Há controvérsias, e nós temos que olhar friamente cada caso. Um, para você não ser taxado de X9, e, outro, para não ser taxado de associação com o tráfico. É simples: eu não tenho nem que ser associado ao tráfico, nem ser X9! Eu tenho que viver a vida de maneira tranquila [...]. E é isso que eu tenho feito, embora tenha gente que pense o contrário. Mas é uma minoria pequeninha, porque o Deus não pensa [...]. Eu defendo o interesse coletivo da favela. Por isso, quando tiver mesa-redonda, eu vou estar sempre, [é] certo. “Ah, a mesa está lá em Catanduva”, Zé Mário vai estar certo. “A mesa vai estar em

---

13 “A adesão religiosa vem operando como um recurso que possibilita aos moradores minimizar a submissão aos criminosos e a subversão de suas rotinas. Alguns relatos indicam, inclusive, que vários moradores de credo evangélico dispõem de grande autoridade moral perante esses agentes, desfrutando de uma espécie de ‘salvo conduto’ para circular nas favelas e nos presídios pregando sua fé. Há, até mesmo, exemplos de conversão religiosa de criminosos que os levou a uma intensa dedicação pastoral. A conversão religiosa pode ser assim compreendida como uma alternativa no ‘campo de possibilidades’ dos moradores de favelas, demarcada pelo quadro da permanente limpeza moral que efetua” (Leite, 2008, p. 137).

Bangu 3”, Zé Mário vai estar certo. “A mesa está na UPP”, o Zé Mário vai estar certo. “A mesa está lá no comando-geral da UPP”, o Zé Mário vai estar certo. “A mesa vai estar no gabinete do governador”, Zé Mário vai estar certo. (Trecho de entrevista com Zé Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta)

### **b) A tentativa de obter uma “licença prévia”**

Quando era inevitável o contato com policiais ou traficantes e impossível a utilização de um mediador, outros mecanismos para evitar “contaminação” eram empregados em favelas com UPP. Um morador que quisesse, por exemplo, denunciar que estava sendo ameaçado por um vizinho podia, antes de procurar a polícia, ir até a “boca” para avisar que daria queixa na UPP ou na delegacia.

Ouvi o relato de Lua, uma moradora do Santa Marta que sofrera uma agressão em um evento. Uma mulher havia batido em Lua e tentado dar uma garrafada nela após um breve desentendimento. A agressão foi tão descabida que Lua queria denunciar sua agressora à UPP. O caso é interessante, visto que, por medo de depois ser considerada “X9” e sofrer alguma represália, ela resolveu antes ir até os traficantes da favela para explicar o ocorrido e verificar o que poderia ser feito. Quando explicou a situação aos “meninos”, eles disseram que não havia qualquer mulher na “boca” naquele momento que pudesse resolver a situação. Segundo os traficantes, naquele caso a solução indicada era que uma mulher batesse na causadora da briga. De acordo com Lua, eles assumiram também que naquele momento estavam evitando “arranjar problema no morro”, porque prisões haviam ocorrido naquela semana. Assim, era melhor ela “correr atrás de seus direitos”.

A moradora entendeu que estava liberada para procurar a polícia, mas ficou insegura de ter entendido errado o recado dado pelos “meninos” e depois ser cobrada por ter recorrido à polícia. No dia seguinte, ela resolveu então procurar Janete, uma parente bem próxima do “dono do morro”, para explicar a situação e perguntar como deveria proceder. Após recomendar que Lua falasse com o comandante da UPP, Janete ligou

para ele e agendou um encontro.<sup>14</sup> No horário marcado, Lua foi até a UPP. Lá conversou com o comandante, mostrou o perfil da agressora na rede social Facebook e depois foi à delegacia fazer um boletim de ocorrência, como indicado pelo policial.

Dias depois, Lua foi avisada de que sua agressora estava disposta a agredi-la de novo. Com medo da nova ofensiva, Lua pediu a uma amiga “que tinha contexto com os caras [os traficantes]” para avisá-los de que, se acontecesse qualquer coisa, a culpa seria da mulher que a estava ameaçando. Para se sentir mais segura, Lua resolveu também ligar para o comandante da UPP e lhe comunicar a ameaça. Mas, antes de ligar, achou prudente pedir a opinião de Janete para ter certeza do melhor a fazer naquela situação. Janete mais uma vez sugeriu que ela procurasse o comandante, e foi o que ela fez.

O comandante se comprometeu a pedir aos policiais que trabalhavam na parte baixa do morro (onde Lua morava) para ficarem atentos a qualquer movimentação suspeita. E explicou que, caso ela precisasse, os policiais da UPP poderiam escoltá-la até sua casa. Lua preferiu não receber a escolta, mas afirmou estar mais tranquila, pois, caso acontecesse alguma coisa com ela, tanto os “meninos” quanto o comandante saberiam identificar a culpada.

Essa “licença” dada pelos traficantes e depois por Janete para a moradora procurar a polícia se aproxima do que Goffman (1971) chama de “*remedial works*” ou “*remedial interactions*”.<sup>15</sup> Para o autor, há

---

14 Quando Lua me contou que havia procurado Janete e que ela fora responsável por estabelecer o contato com o comandante, confesso que estranhei um pouco a situação. Já tinha notado que Janete participava de várias reuniões organizadas pela UPP e que parecia ser próxima do comandante, mas eu não entendia muito bem como ela podia se aproximar tanto da polícia sendo parente do “dono do morro”. Quando conversei sobre o assunto com Ana, uma amiga moradora do Santa Marta, ela esclareceu a situação: “Exatamente porque a Janete é parente que ela pode se aproximar da UPP sem se contaminar. Porque todo mundo sabe que ela é parente. Então, ninguém vai desconfiar dela, nem vai falar que ela é X9. Quem não pode se aproximar sou eu ou um morador qualquer, porque aí, sim, vão desconfiar da gente. Mas ela pode transitar por um lado e por outro que ninguém fala nada”.

15 Assinlo que a ideia de usar Goffman para definir conceitualmente esse mecanismo de evitação de “contaminação” me foi dada, em conversa informal, por Alexandre Werneck.

três tipos de “*remedial works*”: *accounts*, *apologies* e *requests*. O terceiro tipo, que pode ser traduzido como “licença”, é um tipo de “prestação de conta prévia”:

Esse [terceiro tipo] geralmente ocorre antes do evento questionável ou, o mais tardar, durante suas fases iniciais. A licença consiste em pedir autorização a uma pessoa potencialmente ofendida para se envolver naquilo que pode ser considerado uma violação dos seus direitos. O ator demonstra estar totalmente ciente da possível ofensa que o ato proposto pode representar e, por isso, pede perdão. (Goffman, 1971, p. 131, tradução livre)

De um modo geral, é possível dizer que, nos casos de pedido de “licença prévia”, o morador comunica aos traficantes que vai estabelecer algum tipo de contato com PMs, esclarecendo se tratar de uma aproximação contingencial. Dessa forma, antecipa aos traficantes que ele não terá culpa por qualquer problema que possa vir a acontecer. Esse dispositivo moral tem, portanto, um caráter antecipatório correlato às desculpas e justificações; porém, apresenta uma geometria diferente, já que é projetado para antecipar algo que pode vir a ocorrer.

### **c) A apresentação de uma “justificação antecipada”**

Durante o trabalho de campo, ouvi relatos de situações em que moradores das favelas, embora soubessem que poderiam se “contaminar”, não tiveram tempo hábil para apresentar “pedidos de licença”, como no caso descrito anteriormente. Às vezes, o contato com policiais e/ou com traficantes não acontecia por iniciativa do próprio morador, o que o impedia de solicitar antecipadamente uma licença. Assim, uma vez que o contato “contaminador” já tivesse ocorrido, um outro mecanismo era acionado, o qual chamo de *imperativo de justificação antecipada*. Ao falar em *imperativo de justificação*, não me refiro, como Boltanski e Thévenot em *De la justification* (1991), à obrigatoriedade de dar uma justificação em um momento crítico cujo evento motivador já ocorreu no passado. De modo distinto, refiro-me à justificação que as pessoas podem dar *antecipadamente* para tentar impedir que uma situação crítica (como um

“desenrolo”<sup>16</sup>) corra mais adiante o risco de terminar não em um acordo, mas em uma ação violenta.

No *imperativo de justificação antecipada*, a justificativa não visa à resolução de um problema ocorrido em uma situação passada, mas consiste sobretudo em uma tentativa de evitar um mal-entendido futuro gerado por uma situação que acabou de ocorrer e que apresenta um potencial de “contaminação”. Em outras palavras, os moradores, antecipando os potenciais males que podiam advir por parte dos traficantes e de outros moradores, produziam, nos primeiros anos após a inauguração da UPP, justificações com a finalidade de mostrar que a situação “contaminadora” tinha ocorrido *apenas* por razões *circunstanciais e necessárias* – isto é, que era pragmaticamente motivada. E que o contato não significava ou implicava qualquer tipo de adesão ou vínculo (ou seja, que não pressupunha “estar fechado com os PMs ou com os traficantes”).

Um caso que ouvi durante o trabalho de campo na Cidade de Deus ilustra bem essa situação. Com a chegada da UPP, um pastor, que também tinha uma empresa de entrega de gás e de galão de água na região, passou a receber, na porta de casa, policiais que “pediam” galões gratuitamente. Com medo do que os policiais poderiam fazer caso negasse a entrega, ele passou a lhes dar os galões quando solicitado. Contudo, ele também ficou com receio do que o tráfico acharia daquilo e se viu impedido a “esclarecer” o que estava ocorrendo. Foi então diretamente (e voluntariamente) à boca de fumo explicar aos bandidos que estava fazendo aquilo por obrigação, e não por vontade própria; ou seja, foi deixar claro

---

16 “Desenrolo” ou “desenrolar”, como define Lopes (2019, p. 8), “são categorias êmicas empregadas para se referir ao desenvolvimento de um diálogo em que os sujeitos envolvidos tratam de determinado assunto para, de algum modo, apresentar uma solução. Apesar da categoria “desenrolo” não ser utilizada apenas na interação com traficantes ou em dinâmicas que envolvem alguma violência ou tensões dessa natureza, muito comum, por exemplo, é dizer que “fulano” desenrolou com “beltrano” e eles ficaram à noite, ou que alguém conseguiu um desconto em algum produto/serviço após desenrolar com o vendedor/prestador do mesmo, é esse o sentido empregado ao longo desta narrativa”. Vale ainda acrescentar, como lembra Mattos (2014), que o termo “desenrolo” costuma ser usado para definir “o uso de uma peculiar habilidade argumentativa em situações diversas no cotidiano. O ‘desenrolo’ adquire dimensão extraordinária no crime, tornando-se dispositivo de mediação retórica de conflitos e regulação da violência entre moradores e traficantes” (Mattos, 2014, p. 645).

que a relação estabelecida com os policiais não significava qualquer forma de vínculo ou adesão, mas uma espécie de “necessidade contingente”. Ao relatar o ocorrido, o pastor destacou que preferiu, nesse caso, ir pessoalmente falar com “os caras na boca”, em vez de usar algum intermediário, para evitar “disse me disse”, fofoca ou mal-entendido. Segundo ele, nesses casos “é melhor dar um papo reto para não ter erro”.<sup>17</sup>

É interessante notar que alguns policiais reconhecem a necessidade dos moradores de recorrer a justificações antecipadas quando estabelecem contato com a UPP. Quando era comandante do Santa Marta, Rocha defendia que a UPP deveria ajudar os jovens que tivessem contato com policiais, tendo em vista que eles podiam ser cobrados por traficantes. Na visão do comandante, a promoção de cursos realizados na sede da UPP podia ser uma “tática” utilizada pela polícia para oferecer aos jovens o “argumento” de que precisavam para “desenrolar” caso alguém pedisse explicação sobre seu contato com policiais:

A forma que a gente tem de se aproximar é através das nossas ações sociais [...]. Porque, quando a gente é professor, um policial é instrutor deles, essa interação ocorre de forma muito mais rápida do que no dia a dia com a gente fardado [...]. “Por que tu tá indo falar com polícia?”, “Não, o polícia é meu professor, me dá aula disso”. É muito mais fácil deles terem um argumento para vir falar com a gente [...] e terem uma forma de justificar essa aproximação. (Trecho de entrevista realizada em 31 de julho de 2013 com o capitão Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta)

Ouvi relatos da utilização dos dois mecanismos descritos – o da “licença prévia” e o da “justificação antecipada” – apenas em situações em que moradores tiveram contato com policiais e temeram sofrer represálias de traficantes pela “contaminação” gerada por essa aproximação. No caso de contato entre moradores e traficantes, não observei a utilização de nenhum desses mecanismos. Nesses casos, o mais comum era evitar o contato com traficantes quando possível e recorrer ao dispositivo de “limpeza moral” quando havia abordagem policial.

Para resumir todas essas possibilidades e explicar melhor as diferentes modalidades temporais que cada um dos mecanismos citados en-

---

17 Para compreender melhor os usos e sentidos da categoria “papo reto”, ver Silva (2022).



volve, formulei dois esquemas nos quais sintetizo essas tentativas dos moradores de evitar, em última instância, sofrer uma ação violenta seja de policiais (figura 15), seja de traficantes (figura 16). Conforme já dito, essas tentativas surgem como resultado das antecipações que os moradores faziam das possíveis consequências ocasionadas pelo contato tanto com PMs quanto com traficantes. Nos dois casos, as expectativas pareciam ser similares. Moradores temiam que o contato com PMs ou com traficantes gerasse uma “contaminação” instauradora de um “momento crítico” que, na falta de um consenso ou de um acordo, poderia dar lugar a uma ação violenta.

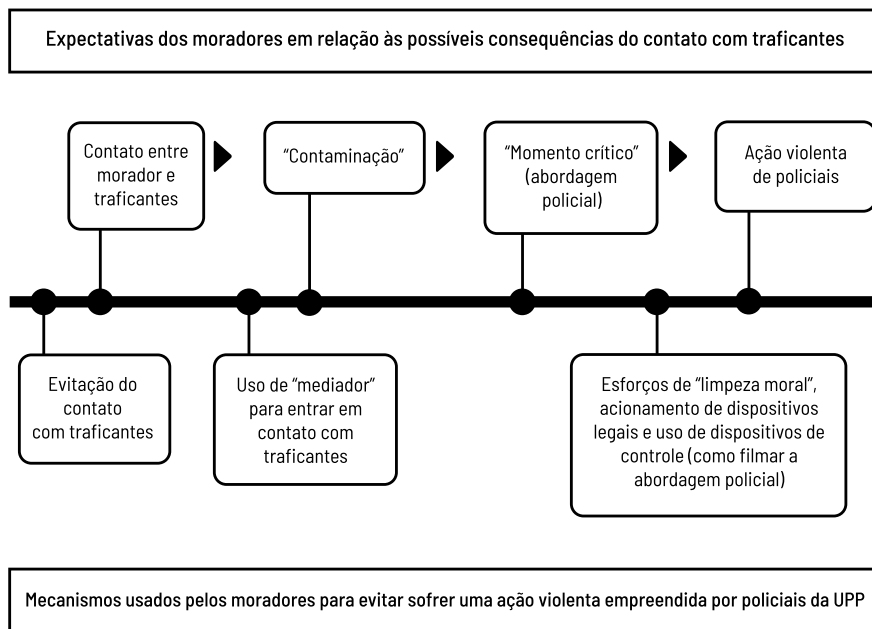


Figura 15 – Expectativas dos moradores a partir de contato com traficantes e mecanismos usados para evitar uma ação violenta de policiais da UPP.

Fonte: Elaboração da autora.

Observei em minha pesquisa a tentativa de um grupo de moradores de simultaneamente não se “contaminar” nem com a polícia nem com o tráfico durante uma festa ocorrida em 2010 na quadra da escola de samba do Santa Marta. Esse episódio me chamou especial atenção, pois os

envolvidos eram pessoas de quem eu era bem próxima. Por isso, acompanhei de perto toda a organização e a realização da festa, assim como os esforços para evitar “contaminações” com o tráfico e com a UPP.

Tudo começou quando alguns moradores me pediram ajuda na obtenção de autorização para realizarem uma festa beneficente com o objetivo de arrecadar dinheiro para um projeto que desenvolviam na favela. Como naquela época eu ainda desconhecia o processo de pedido de autorização, perguntei o que deveria ser feito. Eles me informaram que precisavam entregar um ofício à comandante e pediram que eu redigisse o documento, no qual deveria constar o dia, o horário, o local e os responsáveis pelo evento. Escrevi o ofício, alguns deles revisaram, assinaram e pediram que eu fosse até a UPP com eles entregá-lo à comandante. Um deles alertou que nunca era bom ir sozinho à sede da UPP, que era sempre bom ter uma testemunha caso ocorresse algum problema.

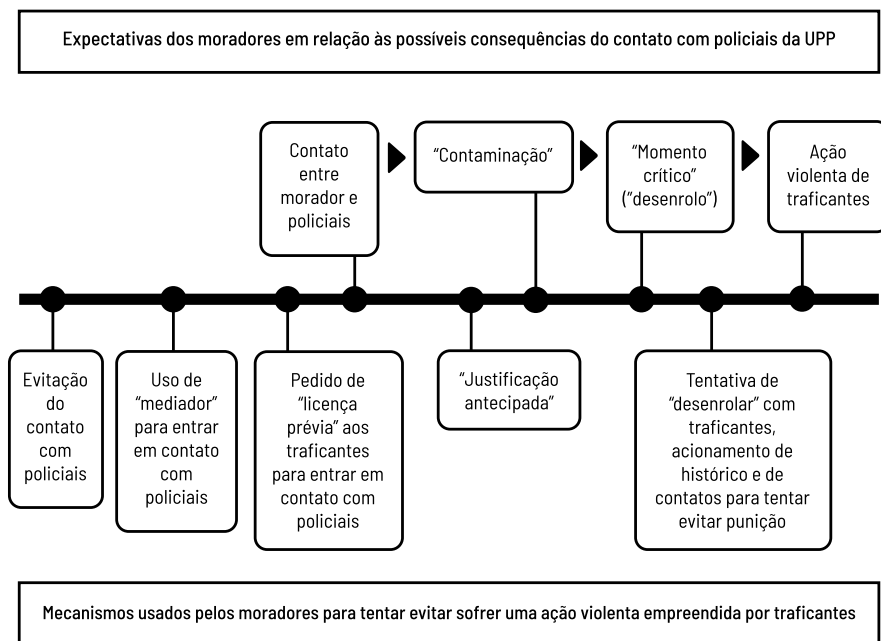


Figura 16 – Expectativas dos moradores a partir de contato com policiais da UPP e mecanismos usados para evitar uma ação violenta de traficantes.

Fonte: Elaboração da autora.

Alguns dias antes da festa, fui com Lúcio, um dos organizadores, entregar o ofício. Na verdade, nem precisamos ir até a sede da UPP, pois, quando estávamos descendo a escadaria principal da favela, encontramos Pricilla (na época, comandante da UPP) acompanhada de outros policiais perto da Estação 1 do bondinho. Lúcio explicou como seria a festa e entregou o documento à comandante. Ao ler o ofício, Pricilla enfatizou que precisava ter certeza de que a festa realmente terminaria às 2 horas e disse que contava com a ajuda dele para que o horário fosse obedecido. Ao perceber que a comandante ficara com o ofício, Lúcio lhe perguntou se ele não precisava ficar com uma cópia do documento. A policial disse que não era necessário, pois avisaria da festa aos policiais que estariam de plantão naquele dia. Por fim, deu seu número do telefone celular para

Lúcio, afirmando que ele poderia ligar a qualquer hora caso tivesse algum problema.

Lúcio e os outros organizadores do evento fizeram reuniões para debater os preparativos da festa. A preocupação central de todos os envolvidos era realizar uma festa “tranquila” que passasse uma boa imagem do grupo e do projeto que desenvolviam na favela. Alguns integrantes do grupo ressaltaram em uma das reuniões que era importante respeitar o horário de término da festa e evitar briga e venda de bebida para menores, de modo que o grupo “não se queimasse com a UPP”.

O início da festa foi marcado por alguns imprevistos. Logo na entrada, os organizadores enfrentaram um impasse, sem saber se liberavam ou não a entrada de crianças sem a companhia dos pais. Como havia comercialização de bebida alcoólica, alguns defendiam que crianças não poderiam entrar desacompanhadas, senão policiais da UPP poderiam interromper o evento, alegando que menores de idade não deveriam estar no local. Contudo, a entrada acabou sendo liberada, já que muitas crianças queriam participar do evento e nenhum aviso prévio havia sido dado sobre a necessidade de menores estarem acompanhados dos responsáveis.

Logo após a resolução dessa questão, surgiu um novo imprevisto: uma famosa “ex-traficante” do Santa Marta queria entrar na festa acompanhada de mais seis ou sete pessoas sem pagar o ingresso, que custava 2 reais para mulheres e 5 reais para homens. As pessoas que estavam na bilheteria relataram que esse foi um momento tenso, pois elas queriam impedir sua entrada, mas a “ex-traficante” “ficou cheia de marra”. Resolveram, então, liberar a entrada do “bonde” para evitar confusão na porta da quadra. No entanto, a situação gerou revolta em alguns organizadores do evento. Ouvei alguns deles comentarem que aquilo era uma falta de respeito. As reclamações começaram a circular acompanhadas de rumores de que os traficantes deviam estar “falidos” e “fodidos”, porque “não era possível que eles não tivessem nem 2 reais para pagar o ingresso de uma festa beneficente”. Além disso, algumas pessoas comentavam que, na visão delas, os traficantes “estavam querendo mostrar ter um poder que eles não tinham mais”.

Ao longo da noite, dois outros episódios geraram momentos de tensão para os organizadores do evento. O primeiro ocorreu quando um dos

MCs<sup>18</sup> convidados para tocar na festa chamou alguns meninos e meninas da plateia para subir ao palco e dançar um de seus principais sucessos. Ao som da música repleta de conotações sexuais, os jovens começaram a dançar. Empolgados, alguns deles começaram a fazer uma *performance* que simulava o ato sexual. Uma menina colocou as duas pernas na cintura de um rapaz e os dois, ao som do “batidão”, começaram a fazer movimentos para frente e para trás com o corpo como se estivessem fazendo sexo. Nesse momento, um dos organizadores do evento – que era evangélico e considerou a dança um atentado ao pudor – subiu ao palco e pediu para o casal parar a dança e voltar para a plateia.

A justificativa dada posteriormente pelo morador para ter expulso a menina do palco foi que a jovem tinha “passado dos limites”. Ele e outros moradores apontaram que a menina estava desajustada não só porque tinha ignorado que na plateia havia crianças e que aquela era uma festa “de família”, mas também porque ela não parecia ter levado em consideração que “o morro não é mais aquele dos bailes *funk* de antigamente”. Alguns moradores destacavam que no novo contexto – em que o *funk* é constantemente criminalizado e festas precisam de autorização da polícia para acontecer – era importante coibir esse tipo de atitude, pois “não pegava bem” para os organizadores de um evento deixar que tocasse *funk* com “putaria”. Do mesmo modo, eles ressaltaram que tampouco “pegava bem” permitir que pessoas fumassem maconha dentro de um evento. Por isso, na mesma noite, os organizadores tentaram coibir que jovens consumissem drogas na quadra da escola de samba.

Um novo problema surgiu quando uma jovem, após sentir um cheiro forte de maconha, se dirigiu a um dos organizadores da festa para alertar que algo deveria ser feito; caso contrário, segundo ela, a UPP entraria lá e acabaria com a festa. Assim que ouviu o alerta, um dos organizadores desceu do palco e foi até a plateia pedir para os meninos que estavam fumando “maneirarem”. Ele explicou que, se alguém denunciasse, os policiais podiam entrar ali e ordenar o término do evento, e, como a quadra estava lotada, certamente isso geraria tumulto e as pessoas poderiam se

---

18 Acrônimo de “mestre de cerimônias”.

machucar. Um dos organizadores disse ainda que suspeitava da presença de policiais à paisana na festa; por isso, eles não podiam “dar mole”.

A festa continuou. Depois da apresentação dos MCs, um DJ começou a tocar e, mais tarde, uma banda de pagode iria se apresentar. Eu estava na plateia, dançando com amigos. Continuávamos sentindo o cheiro de maconha, mas o clima estava “tranquilo”. Contudo, de modo inesperado, um dos organizadores subiu ao palco, pegou o microfone e disse que a festa acabaria antes do previsto, porque pessoas na plateia estariam “consumindo drogas”. A fala causou estranheza nas pessoas ao meu redor. Com o microfone ainda ligado, a mesma pessoa pediu ao DJ que interrompesse a música e acendesse a luz. Algumas pessoas, então, começaram a deixar a quadra. Mas a maior parte da plateia permaneceu no local sem acreditar que, de fato, o evento seria encerrado.

Comecei a me encaminhar para o lado de fora da quadra, quando, de repente, as luzes se apagaram. Pensei que aquilo fosse o indicativo de recomeço da festa, mas a música não voltou a tocar e as pessoas logo passaram a comentar que a energia elétrica tinha acabado. Saí da quadra para ver o que estava acontecendo. Era grande o número de pessoas concentradas na porta da quadra. Havia um carro da UPP na esquina, com dois policiais na frente da viatura. Na rua toda havia um burburinho. Muitos moradores reclamavam do encerramento antecipado da festa. Depois de alguns minutos observando a movimentação, vi um dos organizadores do evento indo em direção à caixa onde ficava o relógio de luz da quadra. Logo em seguida, a luz voltou. Fui perguntar a ele o que tinha ocorrido, e ele respondeu que havia religado o relógio, que estava desarmado. A festa voltou, então, a acontecer. Um grupo de pagode subiu ao palco para fazer sua apresentação já com a quadra mais vazia, visto que muitas pessoas tinham desistido de esperar o recomeço da festa e ido embora.

No fim do evento, quando todos os convidados tinham ido embora, fiquei com os organizadores ajudando a limpar a quadra. Todos diziam estar muito satisfeitos com o resultado da festa, que tinha atraído um grande público. Sobre os imprevistos, uns comentavam que a falta de luz tinha sido apenas um “azar”, mas outros insinuavam que o “apagão” na verdade tinha sido uma “sabotagem”. Um dos organizadores chegou a dizer que tinha certeza de que aquilo não havia acontecido por acaso, que

era muita coincidência ter ocorrido bem na hora em que o fim da festa foi anunciado e as luzes da quadra foram acesas. Para ele, aquilo tinha sido “coisa dos meninos” (envolvidos com o tráfico na favela), que resolveram mostrar força depois que se determinou o fim da festa em virtude de seu comportamento na quadra.

Acompanhar esse evento me permitiu observar um pouco mais de perto o quanto, nos primeiros anos após a inauguração das UPPs, era complexo e difícil habitar um ambiente no qual havia dois regimes territoriais (Leite, 2014) que se sobrepunham e disputavam entre si – um imposto pelo tráfico e outro, pela polícia. Nesse ambiente, todos precisavam empreender esforços antecipatórios cotidianos para tentar calcular as possíveis consequências de seus atos. Mas nada garantia que tais cálculos funcionariam e que algo não daria errado, como se constatou no caso narrado.

O fato de os moradores terem que lidar com demandas bastante contraditórias de diferentes atores presentes no mesmo território gerava uma forte tensão. Como vimos, a polícia exigia um pedido prévio de autorização para que qualquer evento acontecesse. Para que essa autorização fosse dada, os organizadores precisavam garantir que o evento acabaria no horário combinado. Mas, além disso, precisavam tentar controlar uma série de outros fatores para que o evento fosse bem avaliado pela UPP e para que futuramente novas autorizações fossem obtidas. Era preciso, portanto, agir para que menores de idade não consumissem bebida alcoólica na festa, para que brigas não acontecessem e para que drogas não fossem consumidas. Contudo, ao tentar regular esse tipo de prática, os organizadores poderiam acabar gerando insatisfação entre aqueles que nutriam alguma ligação com o tráfico na favela e queriam demonstrar que ainda tinham poder. No caso relatado, o desdobramento foi apenas um “apagão” que antecipou o fim da festa, mas os moradores sabiam muito bem que, em outras situações, desagradar traficantes – assim como policiais – poderia acarretar consequências bem mais graves.

Considero, portanto, o episódio dessa festa um bom exemplo para a reflexão, pois evidencia como a convivência cotidiana com policiais e traficantes – dois atores que querem mostrar constantemente que têm

poder sobre o mesmo território<sup>19</sup> – forçava os moradores a se preocuparem constantemente com as possíveis consequências de seus atos e também com as dos atos praticados por aqueles a sua volta. Nesse espaço tensionado em que todos eram potencialmente monitorados e vistos por todos, havia um medo constante de que tais atos produzissem “contaminações” ou insatisfações capazes de desembocar em uma situação crítica, que, por sua vez, poderia acarretar manifestações violentas tanto por parte do tráfico quanto da polícia – as quais provavelmente não poderiam ser denunciadas no espaço público, e, se o fossem, a denúncia muito provavelmente “não daria em nada”.

A partir de todos os exemplos apresentados ao longo deste capítulo, avento a hipótese de que a nova fenomenologia do habitar instaurada no ambiente “pós-pacificação” – que chamo de “regime de campo minado” – tem como característica central o aumento dos dispositivos de vigilância que intensificam consideravelmente a sensação dos diversos atores que habitam, trabalham ou circulam em favelas “pacificadas” de estarem sendo monitorados. Esse sentimento gerou, por sua vez, um incremento da autovigilância, já que a sensação de ser monitorado aliada ao medo da ação violenta fizeram com que os próprios indivíduos passassem a regular fortemente seus comportamentos antes que ele fosse “regulado” pela força. Como sentiam estar andando por um “campo minado”, esses atores, reflexiva e constantemente, tentavam antecipar as consequências de seus atos. Assim, buscavam controlar, ao máximo, onde, como, quando e com quem circulavam, falavam ou estabeleciam algum outro tipo de contato. Desse modo, procuravam se proteger dos desdobramentos que esses atos podiam gerar, ao mesmo tempo que empreendiam esforços para assegurar a construção de espaços “seguros” e “confiáveis” para circulação, fala e sociabilidade dentro dos territórios “pacificados”.

Nas considerações finais deste livro, retomarei o debate apresentado neste capítulo e explicarei mais detalhadamente o que chamo de “re-

---

19 Como afirmou um morador da Cidade de Deus: “Os bandidos acham que a favela é o território deles. Invade o território de um cachorro. Pega um outro cachorro e joga lá, para tu ver se aquele cachorro não vai gritar: ‘Aqui é meu território’. Vai em algum lugar onde tem índio. Vai tentar passar um trator, para ver se tu não acaba todo arreventado. É o território do cara. Está na raiz, está no sangue, ‘a favela é minha, quem manda sou eu. Eu posso, eu faço’. Ele não pode nada, mas ele acha que pode”.



gime de campo minado”. Antes, contudo, analisarei, entre outros temas, como, a partir das múltiplas camadas de vigilância presentes nas favelas, com o passar do tempo de “pacificação”, moradores, policiais e traficantes foram investigando o novo ambiente e, ao mesmo tempo, mapeando uns aos outros. O próximo capítulo mostra como essa investigação e esse mapeamento cruzado acabaram contribuindo para a rotinização das UPPs.

# 6

## MAPEAMENTO E ROTINIZAÇÃO

### **“Educando a atenção” para “navegar” no novo ambiente da favela**

Assim que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) chegaram e começaram a gerar drásticas e contínuas mudanças no ambiente das primeiras favelas “pacificadas”, minha percepção é a de que os moradores desses territórios se sentiram como “forasteiros”. Momentaneamente, eles não sabiam como “navegar” por esse novo ambiente que, embora sempre tenha estado em contínua mudança, entrou em um intenso processo de transformação com a chegada da UPP. Como indica Vigh (2009), utilizar o termo “navegação” é interessante para pensar nesse contexto de transformação, pois

o termo é etimologicamente relacionado ao latim *navigare*, significando “navegar, navegar sobre e ir pelo mar”, e portanto define uma forma especial de movimento: ou seja, o modo como nós nos movemos em um ambiente em movimento. “Navegação” é, nessa perspectiva, contraposta ao modo como nós nos movemos em campos e em superfícies terrestres. Mais do que significar movimento sobre uma superfície dura e sólida, ele designa um movimento em uma matéria movente e transformável. O conceito, em poucas palavras, acentua o movimento dentro do movimento; é um ato de movimento em um ambiente que é ondulante e não fixo, e, quando usado para iluminar a vida social, ele direciona nossa atenção para o fato de que nós nos movemos em ambientes sociais de atores e actantes, indivíduos e instituições que nos envolvem e nos movem enquanto nós nos movemos. Enquanto tal, o conceito acrescenta uma terceira dimensão para o nosso entendimento do movimento e da mobilidade. Enquanto nós normalmente olhamos para o modo como formações sociais se movem ou para o modo

como agentes se movem dentro de formações sociais, a navegação nos permite ver a interseção – ou sobretudo a interatividade – entre os dois. (Vigh, 2009, p. 420, tradução livre)

Importa dizer, a partir dessa passagem de Vigh (2009), que a implantação da UPP não chegou a transformar um lugar que se mantinha idêntico desde sempre. A UPP apenas acelerou e orientou a transformação para um conjunto de novas direções. Acompanhando o paradigma ecológico segundo o qual organismo e ambiente estão sempre em uma relação transacional, a brusca alteração no ambiente, pela rapidez e pelo impacto, cria novas indeterminações que exigem do organismo a construção de novos repertórios sensíveis e de novos mapeamentos cognitivos para lidar com o novo espaço.

Vigh (2009) mostra que ajustamentos acontecem constantemente em todos os lugares e em todos os momentos. Todavia, em ambientes mais instáveis e em que há mudanças bruscas e radicais, o esforço necessário para esses ajustes é ainda maior, já que estratégias e táticas usualmente utilizadas pelos atores sociais parecem temporariamente ineficientes para ajudar na navegação e na antecipação do que pode ocorrer. Nesses momentos, os atores dão início, conforme já argumentado, a um “processo de investigação”.

Nas favelas “pacificadas”, com o passar do tempo de ocupação e com o mapeamento do novo ambiente, os diversos atores presentes no mesmo território – moradores, policiais e traficantes – educaram sua atenção e seu repertório sensível e elaboraram novas referências capazes de identificar as pequenas “pistas”, os pequenos marcos sensórios disponíveis para a leitura do “clima” da favela. Assim, de modo gradual, os atores se tornaram aptos a se conduzir no novo ambiente, e a navegação social voltou a se “normalizar”, exigindo menos esforço que no momento de crise.

No novo ambiente, agora hipertensionado pela forte proximidade espacial da polícia e do tráfico, os moradores – assim como os próprios policiais e traficantes – aprenderam a produzir novas antecipações e, desse modo, a evitar conflitos. Entendo que esse reaprendizado contribuiu para que o chamado “policiamento de proximidade” (mesmo com todas as suas limitações, complicações e contradições) se incorporasse à vida cotidiana das duas primeiras favelas “pacificadas” e para que, a partir da “rotiniza-

ção” da UPP, as “quebras de rotina” deixassem de ocorrer com a mesma frequência com que aconteciam no início do processo de “pacificação”.<sup>1</sup>

Neste capítulo analiso como esse processo de “rotinização” ocorreu ao longo do tempo e como envolveu o mapeamento do novo ambiente da favela e também dos atores nele presentes. Analiso, nas próximas duas seções, como os policiais foram progressivamente mapeando os moradores e os traficantes das favelas nos primeiros anos após a inauguração das UPPs e como, a partir da contiguidade territorial, os moradores também passaram a enxergar os policiais de modo menos homogêneo, ao mapearem as diferenças existentes entre os comandantes que atuavam nas UPPs e os soldados que trabalhavam em diferentes “turnos” ou “plantões” nas favelas. Na seção seguinte, descrevo como, em um processo semelhante, os traficantes também passaram a conhecer os policiais da UPP e a enquadrá-los em diferentes categorias que ajudavam a antecipar seus padrões de ação. A partir do mapeamento do ambiente e dessas categorizações dos diversos atores que nele atuavam, aos poucos, moradores, policiais e traficantes foram reaprendendo a ler o “clima da favela” e a navegar em um novo ambiente compartilhado. A última parte do capítulo mostra que esse reaprendizado possibilitou um distensionamento momentâneo das relações entre a população, a polícia e o tráfico nas áreas “pacificadas”.

## **Policiais mapeiam moradores e traficantes**

Desde o início do processo de “pacificação”, para que pudessem ocupar e controlar as favelas, os policiais que atuavam nas UPPs precisavam conhecer esses territórios e suas populações e, ao mesmo tempo, criar es-

---

1 É importante deixar claro que na Cidade de Deus o processo de “pacificação” se deu de modo desigual, segundo suas regiões. Diferentemente do Santa Marta, que é uma favela pequena e com um alto grau de controle, a Cidade de Deus é uma favela grande, dividida em quatro regiões diferentes que possuem, na visão dos próprios moradores, “culturas locais” bastante distintas. Na região do Karatê, por exemplo, o tráfico sempre foi mais presente e mais forte, razão pela qual lá se desenvolveu o maior foco de resistência à “pacificação”. Já na região dos Apartamentos aconteceu justamente o contrário: embora o tráfico ainda existisse, o processo de “pacificação” teve uma maior aceitação dos moradores.

estratégias de aproximação com os moradores para tentar “trazê-los para o lado da polícia”. Como resume o comandante da UPP da Cidade de Deus:

A fase inicial foi muito de processo de conhecimento da comunidade como um todo. O pessoal precisava conhecer sua área de patrulhamento, começar a fazer a proximidade com os moradores, para adquirir a confiança daquela comunidade. A partir do momento que você tem a confiança da comunidade, aí que a comunidade começa a dar o retorno, começa a denunciar diversos crimes... Crimes e contravenções que tem na comunidade, desde briga de marido e mulher, lei Maria da Penha, como até o pequeno tráfico de drogas, que ainda tem na maioria das comunidades. Isso é uma coisa que você não vai conseguir extinguir. Acho que não tem como. Infelizmente, tem consumidor e tem a pessoa que vende. Então o processo é todo de conhecimento, conhecimento dos moradores, conhecimento da localidade. (Trecho de entrevista realizada em agosto de 2013 com o major Bruno Xavier, então comandante da UPP da Cidade de Deus)

O “processo de conhecimento da comunidade” assim como as tentativas de aproximação entre policiais e moradores começaram a acontecer praticamente de forma simultânea. Os primeiros contatos com base em abordagens policiais e em averiguações, cujo objetivo era mapear “quem era quem” na favela – e que tinham o “efeito colateral” de gerar conflitos entre moradores e policiais –, foram logo acompanhados de outras estratégias que visavam a uma maior aproximação entre a polícia e a “comunidade”. Portanto, os dois processos se entrecruzaram, auxiliando-se mutuamente. Segundo o então comandante da UPP do Parque Proletário – que também já esteve no comando da Cidade de Deus –, os policiais da UPP deveriam tentar balancear “a coisa do gato e rato” e a aproximação com a população.

A mudança de mecanismo de trabalho se dá exatamente ou vai se dar através da aproximação com a população. Porque, quanto mais próximo da população eu estiver, quanto mais legitimidade eu conseguir alcançar com a população, mais aproximação, mais confiança no trabalho que a Polícia Militar está fazendo, logicamente que essa necessidade do gato e rato de se correr atrás, ela cada vez diminui mais. Se a população confiar na gente, vai denunciar mais e vai ajudar o nosso trabalho. Então, na verdade, são duas

coisas que caminham em caminhos diversos. Quanto menos eu me aproximar, menos o morador confiar no trabalho, menos legitimidade eu tiver, logicamente que mais eu vou ter que ficar correndo atrás, vou ter que ficar procurando de outras formas fazer as prisões, efetuar as prisões, as apreensões. Então, é para esse lado que a gente sempre tenta orientar o policial que está na ponta da linha, para que exatamente ele busque a aproximação, busque realmente conhecer. [...] Porque logicamente que o trabalho dele vai ser muito menos desgastante. (Trecho de entrevista com o então comandante da UPP do Parque Proletário)

Por um lado, conhecer o território e sua população permitiu que a polícia traçasse estratégias mais eficazes para criar um ordenamento na favela e se aproximar dos moradores. Por outro, as estratégias de aproximação também facilitaram a atualização e a ampliação do mapeamento da favela e de seus habitantes pelos policiais – ou seja, favoreceram a produção de um conhecimento que os auxiliasse no controle dos territórios e da circulação através dele – sem que isso gerasse abordagens constantes, responsáveis por tantos atritos entre os agentes da UPP e os moradores.

Portanto, é possível dizer que o exercício do poder da polícia nas favelas com UPPs esteve intrinsecamente ligado à produção de saberes sobre esses territórios e sobre suas populações. Como assevera Foucault (1987), poder e saber estão diretamente implicados, o que significa que poder produz saber, mas “não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil”. Como resume o filósofo, “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 1987, p. 27).

O esforço de mapear as favelas “pacificadas” e os traficantes que nelas atuavam começou antes mesmo da chegada da polícia nesses territórios. Segundo reportagem do jornal *Extra* de 5 de dezembro de 2008, a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), com a ajuda da Polícia Federal, teria passado oito meses investigando o cotidiano do Santa Marta antes de ocupá-lo:

Um minucioso trabalho de inteligência que reuniu de forma inédita um grupo de agentes da Polícia Federal e da Segunda Seção (P-2) da Polícia Militar foi o embrião da bem-sucedida ocupação do Morro Dona Marta em Botafogo,

que banuiu da favela, no mês passado, o tráfico de drogas. No início de 2007, policiais federais e militares se reuniram, traçando uma sigilosa operação conjunta de monitoramento dos traficantes do local. Durante oito meses, com equipamentos de ponta, os policiais fotografavam e filmavam traficantes e viciados nas bocas de fumo da favela. Com todos identificados, várias prisões foram feitas até a PM ocupar o morro no último dia 20. (Morro..., 2008)<sup>2</sup>

Após o início da ocupação, o trabalho de mapeamento do território continuou sendo realizado. Na Cidade de Deus, por exemplo, foi anunciado que policiais estavam sobrevoando a favela e utilizando mapas com fotos de satélite para localizar pontos de venda de drogas e identificar traficantes. Embora os policiais assumam que os levantamentos realizados previamente e/ou a distância tenham auxiliado o início do trabalho, eles apontam que a principal e mais eficiente ferramenta empregada para mapear o território e a população de cada favela ocupada foram as abordagens policiais:

A major Pricilla tinha algumas imagens de alguns moradores que tinham relação com drogas. Eu também já tive acesso a algumas delas, mas, na maioria, eles não têm, eles não devem nada à Justiça. A gente sabe que eles têm ligação com o tráfico, a gente aborda, identifica, mas a gente não pode fazer nada. Ajuda para a gente saber que “olha, aqui tem uma foto que mostra ele com fulano que foi preso, fulano que morreu trocando tiro com a polícia”, coisas que comprovem que ele tem relação, mas para a gente não altera em nada. Aquilo ali não é prova para levá-lo preso. A gente só vai conseguir prendê-lo se a gente pegá-lo com droga. É importante saber? É. Mas a gente tem que abordar. (Trecho de entrevista com um policial do Santa Marta)

A fala do policial indica que não bastava a suspeita dos agentes da UPP de que alguém estava envolvido com o “mundo do crime” porque já tivera “passagem pela polícia”. Para que o “suspeito” pudesse de fato ser

---

2 É interessante notar, a título de ilustração, como os verbos associados à operação (que, à época da matéria, ainda nem era chamada na imprensa de UPP) se modificam ao longo do tempo. Nessa reportagem, é dito que o trabalho da Polícia Militar de ocupação banuiu da favela o tráfico de drogas. Nas reportagens subsequentes, o verbo “banir” é, com o perdão da redundância, banido, já que se começa a perceber o caráter resiliente do tráfico.

incriminado, era preciso que os policiais o abordassem constantemente para tentar produzir um “flagrante” contra ele. Um policial do Parque Proletário destacou a importância de tentar pegar os suspeitos em flagrante para evitar levar moradores sem provas para a delegacia, pois isso poderia ser caracterizado como “abuso de autoridade”.

Hoje em dia a gente está no processo de identificar quem é quem. Tem algumas pessoas que já estão mapeadas. Mas, sempre que a gente vai abordar, não tem nada, ou não tem nenhuma passagem. Aí, então, fica difícil. Você sabe que é envolvido, mas não tem prova. Então, tem que pegar ele no flagrante. Porque, se você pegar por pegar, vai chegar na delegacia e vai caracterizar abuso de autoridade. [...] Você estando aqui presente, você consegue distinguir quem é o trabalhador, quem é o morador e quem não gosta de trabalhar e, vulgarmente falando, é o da sacanagem. Então, você distinguindo, você tem como fazer alguma coisa. (Trecho de entrevista com um policial do Parque Proletário)

Como mostra o depoimento acima, as “duras”, nesse contexto, eram usadas como ferramentas não só para reprimir o tráfico de drogas e produzir provas contra suspeitos, mas também como um instrumento para conhecer e mapear o território e a população da favela. Eram os testes, as verificações necessárias, para que o próprio policial pudesse diferenciar os “potenciais envolvidos” dos “trabalhadores”. No momento inicial da ocupação, estabelecer essa diferenciação era mais difícil, uma vez que os policiais eram incapazes de reconhecer as diferenças e as hierarquias da ordem social local. Por isso, nessa primeira fase do processo de “pacificação”, as abordagens pareciam ser bastante indiscriminadas. Essa falta de seletividade da ação policial era recorrentemente criticada pelos moradores e gerava constantes conflitos entre a população e a UPP. Como narra Pricilla Azevedo, então comandante da UPP do Santa Marta:

Às vezes, a gente ia revistar um menor, a gente nem sempre sabia que era menor. Mas vinha a família inteira em cima da gente, colocavam criança de um ano em frente da viatura para não deixarem a gente sair com o carro para ir para a delegacia. A abordagem era um problema muito grande. Eles acham que a polícia chegou e a polícia já sabe quem é quem na comunidade. Eles acham que a polícia conhece todo mundo. Então, os moradores acham



que, se a Polícia Militar for abordar alguém que era trabalhador, não podia. Então, vinha todo mundo, agredia. A gente já teve policiais que foram agredidos, moradores que tentaram cercar policiais na saída de eventos. Em uma dessas ocasiões, a gente teve que chamar o pai do menor, achando que ia melhorar, mas o pai piorava, porque também ficava contra o policial. (Trecho da fala da major Pricilla Azevedo durante o seminário internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – a experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

Com o tempo de trabalho nas UPPs, os policiais passaram por uma “educação da atenção” (Ingold, 2000; Gibson, 1979) e, assim, começaram a notar as diferenças entre as diversas localidades e os grupos presentes em cada favela. Pouco a pouco, os agentes da UPP foram aprendendo a ler “pistas” que os ajudavam a identificar “quem era quem” entre os moradores e a navegar pelo ambiente da favela. A partir da experimentação de diversas situações e da troca de informações com os colegas de profissão, os PMs foram produzindo um saber compartilhado.

De modo progressivo, os policiais realizavam um mapeamento do território a partir, por exemplo, de levantamentos estatísticos de onde se localizavam “os focos problemáticos da comunidade”. Um policial do Santa Marta explicou que esses levantamentos eram produzidos de uma maneira bem simples: “Se pegamos três ou quatro naquele local, intensificamos o patrulhamento naquela área para coibir qualquer delito”. Desse modo, os policiais passaram também a mapear a população que habitava e/ou circulava nos territórios “pacificados”, o que facilitou muito a ação da polícia na favela:

Hoje eu sei, hoje os policiais sabem quem é uma boa pessoa, quem é o trabalhador, quem é o cara que não quer nada com nada e fica aí à toa. Hoje a gente sabe de todo mundo, quem é quem. Na época [antes da UPP], a gente não sabia, porque a gente não estava aqui na convivência. [...] Então [após a inauguração da UPP], nós começamos a identificar quem era quem. Então tinham os viciados, os que tinham problema e que vieram do tráfico e os que vinham para a comunidade para se esconder: os que faziam roubos, faziam furtos. E começamos a identificar essas pessoas com inteligência. Quando eles começavam a sair da comunidade, nós monitorávamos eles:

“Oh, fulano saiu”. (Trecho de entrevista realizada em 2012 com um policial da UPP do Santa Marta)

“Trabalhador”, “boa pessoa”, “quem não quer nada com nada”, “viado”, “bandido”, “quem veio do tráfico”, “o que veio para a comunidade para se esconder”, “o que rouba”, “o que furta”, “barraqueira”, “pessoa de bem”, “envolvido”, “quem é da sacanagem” são apenas algumas das muitas categorias utilizadas pelos policiais para classificar os moradores da favela. Se, antes da ocupação “permanente” da polícia na favela, os moradores eram vistos pelos policiais de forma relativamente homogênea e a maioria da população era considerada suspeita (as distinções eram pautadas basicamente pela idade e sexo do morador em questão), a partir do mapeamento progressivo que foi sendo feito, a população passou a ser classificada com base em diferentes categorias. E, com essa categorização, os policiais passaram a discernir os que deveriam ser abordados com recorrência daqueles que deixariam de ser considerados suspeitos:

Temos mapeado as pessoas que vão levar dura. Não tem jeito. Não é que nós ficamos pegando pinimba com a pessoa. É porque, toda vez que a gente chega ali, acha alguma coisa com a pessoa. Então temos que revistar para ela saber que estamos trabalhando. [...] Sábado foram quatro presos ali perto da Arena [quadra localizada na parte intermediária do morro] usando entorpecente. E aí falam: “Ah, mas eu não estava, só estava do lado”. Vai, sim, porque eu vou sarquear. Sarquear é para ver se tem algum pedido de prisão preventiva da Justiça, para ver se tem alguma ficha, porque nós temos um arquivo aqui, então todos os elementos que têm algum problema com a Justiça estão cadastrados, e quem teve problema no momento, nós tiramos foto e colocamos no arquivo. Não para constranger a pessoa, mas para que nós possamos saber quem é quem na comunidade. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

O mapeamento permitiu que os policiais comesçassem a agir de um modo individualizado, partindo de uma categorização prévia. Quem era enquadrado como uma “pessoa de bem” ou como “trabalhador” era abordado com menos frequência. Segundo os PMs, as pessoas classificadas em tais categorias só eram abordadas se fossem flagradas em uma “atitude suspeita”:

Eu estou aqui há cinco anos praticamente. [...] No decorrer desses anos todos, tem aquelas ocorrências que são sempre com aquelas mesmas pessoas, fazendo as mesmas coisas. Então você já sabe: “Não, aquela pessoa eu sei que é de bem e tudo o mais”. Isso não quer dizer que eu nunca vou parar essa pessoa. Se ela tiver atitude suspeita, eu vou abordar e acabou. Se agora está fazendo um sol do caramba, aí você vai ver uma pessoa em um local ermo de casaco... Fica meio estranho, não é? É complicado. Nesse calor todo? Não. Isso já se considera uma atitude suspeita, entendeu? O local que tem costume de ter venda de droga, aí vai ter uma pessoa ali que, passou um policial, vai mudar o comportamento. Já é uma atitude suspeita. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Os homens classificados como “abusados” ou as mulheres categorizadas como “barraqueiras” não recebiam o mesmo tratamento dado a quem era considerado “tranquilo”, por exemplo. Mas isso também não significava que eles receberiam o mesmo tratamento dado aos considerados “bandidos”. Os policiais explicam que havia uma gradação no uso da força dependendo da categoria na qual o morador envolvido na situação fosse enquadrado:

A gente já sabe quem são essas figurinhas marcadas. A gente já sabe quem são as barraqueiras da comunidade, que quando alguém vai preso elas aparecem para fazer espetáculo. A gente já sabe que é espetáculo. São as barraqueiras, a profissão delas é essa. Eu sou um pouco rígido. Às vezes, querem se pendurar ali [aponta para a viatura]. “Não vai levar ele!”, “Não vou levar, não? Você vai junto”. Vou arrastando ela junto com a viatura. A gente tem que respeitar porque elas têm um parente. Mas elas não são quem fez o delito. Então, a gente tem um rigor, mas não tanto como a gente faz com aquele que a gente prende. (Trecho de entrevista com um policial do Santa Marta)

Wilson, 37 anos, morador do Santa Marta, contou-me durante uma entrevista que já tivera problemas com policiais do morro. Esses problemas, segundo ele, o teriam levado a ser identificado pela UPP como “abusado”. Ele narrou que um dia voltava da escola, por volta das 22 horas, e que próximo à sua casa acontecia a festa de aniversário de um primo, o que explicava o aglomerado de pessoas bebendo na rua. Segundo o morador, assim que chegou em casa, notou que policiais também estavam chegando. Em suas palavras:

Já chegaram agredindo os outros, xingando a minha tia, empurraram ela [...]. Chamaram o moleque para a mão, fizeram arruaça. Aí o que eles fizeram!? Ficaram ali em volta até arrumar um caô, ligaram para a Pricilla e disseram que estávamos todos bêbados lá, vacilando, arrumando problema, chamando eles para a mão. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

No dia seguinte, Pricilla foi procurar Wilson em seu local de trabalho. Ele conta que ficou surpreso com a presença da comandante e com a quantidade de informações que ela já tinha sobre sua vida mesmo sem qualquer contato prévio. Ele relata que estava trabalhando quando Pricilla chegou e disse estar “caçando ele”:

Eu estava lá e escutei: “Wilson está aí?”. Assim, cheia de ironia: “Eu estou caçando ele”. Aí, eu saí da salinha: “Você está me caçando por quê? Eu sou algum foragido, eu estou te devendo alguma coisa, eu marquei algum compromisso com você?”. Aí ela: “Não, porque as atitudes que você tomou ontem a gente precisa resolver. Se você está podendo chamar a polícia para a mão...”. Eu falei: “Como é que é essa história aí?”. Ela: “É, de ontem [...]. Quero saber quem são os brabos que estão chamando a polícia para a mão”. Falei para ela: “São seus soldados que fazem as merdas e depois falam que a gente que fez. Eu não chamei para a mão, não. Sabe por quê? Porque eu não tenho condições de sair na mão com todo mundo. Mas, aquele [soldado] Sávio, que estava lá, se você quiser, se você deixar, eu chamo ele para a mão mesmo. Não é porque ele está armado, com farda da polícia, que ele pode chegar lá mandando os outros tomar no cu, empurrando a minha tia, chamando o moleque que se formou em Direito para a mão, e depois liga para você, diz que a gente que estava chamando para a mão e você acredita... Você é o quê? A capitã deles ou é cobaia junto com eles?”. Aí ela não gostou que chamei ela de cobaia, ela ficou brava: “Você está muito alterado [...], você é muito abusado, você é arrogante, ignorante!”. Eu falei: “Esse é meu jeito de ser [...], sou assim”. Ela: “Ah, já sei por que você é assim!”. Falei: “Ah, sabe? Tu fez o levantamento? Onde você fez? Na delegacia? Eu tenho tudo o que está escrito lá e mais um pouco”. Ela tinha me sarqueado e aí constatou os processos que eu tenho. Aí falou: “Eu vou te pegar na boa, você gosta de bater em mulher!”. [...] Eu tenho três passagens pela lei Maria da Penha, pelas minhas ex-namoradas. Ela sabe disso tudo. Inclusive, no último, ela ficou me caçando. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

A partir desse dia, Wilson foi enquadrado na categoria de morador “abusado” e, por isso, passou a ser tratado por alguns policiais com deboche e ironia. Além disso, começou a ser abordado com mais frequência e suas reclamações, desqualificadas. Quando a comandante Pricilla deu uma entrevista ao vivo em um programa da Rádio Comunitária Santa Marta, Wilson ligou, sem se identificar, para reclamar das “duras” excessivas que estavam ocorrendo. Segue abaixo o diálogo entre o morador, a major Pricilla e o presidente da associação de moradores, Zé Mário, que também participava do programa transmitido ao vivo pela rádio:

Wilson: Quando ela [Pricilla] não está na comunidade, alguns policiais andam se excedendo nas suas abordagens. O que a gente deve fazer quando a gente se sentir coagido?

Major Pricilla: Ah... eu sei quem está falando [risos]. Quando alguém achar que o policial militar fizer algo errado, pode me ligar, já dei meu telefone. Mas o que não pode acontecer é um morador forçar uma barra para testar o limite dos policiais. Já ouvi frases: “Ué, vocês não são preparados para ficar aqui com a gente?”. Então está querendo testar os policiais. É tipo aquele aluno que está na aula e já sabe a resposta, mas faz a pergunta só para participar da aula. A gente também não pode testar o limite do policial, não. E tem gente que está sóbrio e é uma coisa, mas quando está bêbado fica outra pessoa; e, depois que passa a cachaça, aí ele julga a atitude do policial. Mas eu não fujo dos meus problemas, é só ligar para mim [ela passa o número do celular]. Se não conseguir falar, chama o policial que está fora, tem um sargento supervisor todo dia nas minhas ausências. [...] Mas também não adianta ir cheio de cachaça que ninguém vai entender nada.

Zé Mário: Vai perder a credibilidade. Bem, Wilson, a Pricilla falou o lado da polícia e eu vou falar o lado da comunidade. É importante o morador pegar o nome do policial, o horário e o dia, porque aí vai facilitar o trabalho da major para poder deliberar, apurar os casos de excesso. Tem lei para nós e tem lei para eles também.

Wilson: Gostei muito da resposta. Muitas das vezes, os policiais não estão com os nomes expostos.

Major Pricilla: É porque alguns coletes não permitem.

Wilson: Já tive vários problemas com vários policiais. Um dia, eu estava na porta de casa, passou um policial e começou a me xingar.

Major Pricilla: É só me dar agora, se quiser me dar agora, pode me dar no ar.

Zé Mário: Hoje você sabe o nome dele, você pega e passa o nome dele.

Wilson: Policial Lucas.

Major Pricilla: Têm dois Lucas.

Wilson: É um moreno-claro.

Major Pricilla: Você tem meu telefone, me liga para dar mais detalhes. Você não tinha bebido não, né, Wilson? Que você também me ajude, que não fuja da regra.

Por ter sido rotulado como “abusado” e como alguém que “abusa da bebida”, Wilson continuou tendo problemas com a polícia, mesmo depois que Pricilla saiu do comando da UPP do Santa Marta. Ele conta que teve a ideia de organizar um evento na favela em que haveria bebida liberada, mas que não conseguiu receber autorização da UPP para realizar a festa por causa da sua “fama”:

Outro dia, eu fui lá na UPP pedir autorização para uma festa e o [comandante] Rocha falou que eu não podia fazer uma festa com bebida liberada. Eu perguntei por quê. E ele disse que eu ficava alterado quando bebia. Ele disse que tinha me visto outro dia lá na quadra discutindo com alguém depois que eu tinha bebido. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

O caso de Wilson mostra, portanto, como o enquadramento dos moradores em diferentes categorias define, ou pelo menos ajuda a determinar, a maneira como os agentes da UPP passam a lidar individualmente com cada um nas favelas “pacificadas”. Se uma pessoa é rotulada como “trabalhadora” e de “boa índole”, um policial provavelmente não vai tratá-la com tanto “rigor” como trataria alguém enquadrado em outra categoria com uma conotação mais negativa. Como afirmou um policial do

Santa Marta: “É diferente abordar um trabalhador e uma pessoa que você sabe que é envolvida. [...] Bom, a diferença é um tom de voz um pouco mais..., uma verbalização um pouco mais imperativa. No caso, já com o trabalhador não tem por que você falar assim”.

“Trabalhadores” e “bandidos”, ou “cidadãos de bem” e “vagabundos”, são categorias que, embora apareçam com muita recorrência na fala dos agentes da UPP, obviamente não são empregadas exclusivamente por policiais. Há algumas décadas, essas categorias são frequentemente utilizadas pelos próprios moradores de favela e se tornaram amplamente difundidas no senso comum brasileiro (Zaluar, 1985).<sup>3</sup>

No plano das relações sociais, quando a distinção entre “bandidos” e “trabalhadores” é acionada, nem sempre aparece de uma forma rígida e absoluta. Especialmente na esfera privada, essas distinções são “arranjadas” de uma forma bastante complexa, acomodando uma série de ambivalências, e suas fronteiras são redefiníveis à luz de contextos particulares.<sup>4</sup> Feltran (2007) aponta, contudo, que nas esferas mais am-

---

3 Zaluar, desde a década de 1980, quando realizou sua primeira pesquisa na Cidade de Deus, vem indicando como a oposição entre “trabalhador” e “bandido” ou “vagabundo” é uma importante dimensão do imaginário social. Segundo a antropóloga, “a identidade de trabalhador constrói-se em parte por oposição a bandidos e vagabundos que não trabalham. Mas, se o trabalho é um critério fundamental de diferenciação entre tais categorias, isso não quer dizer que a oposição entre elas seja rígida e absoluta, ou que exista, no plano das relações sociais, uma segregação claramente demarcada, separando-as completamente. Ao contrário, as relações entre bandidos e trabalhadores mostram-se muito mais complexas e ambíguas, tanto no plano das representações que a atividade criminosa tem para os trabalhadores, como no plano das práticas efetivamente desenvolvidas entre eles” (Zaluar, 1985, p. 132).

4 Feltran (2007) analisa algumas dessas ambiguidades a partir do estudo de caso de uma família residente em uma favela do distrito de Sapopemba, na zona Leste de São Paulo. Ao descrever a trajetória da família e acompanhar a prisão de vários dos filhos de Ivete, ele mostra como vai ocorrendo uma mudança no padrão discursivo da mãe em relação aos filhos. Como narra o autor: “No final de 2007, ela fazia até piada do vaivém dos filhos: ‘Estou só querendo ver quem vai ser o próximo a ser hospedado pelo governador’. A crise moral é controlada racionalmente, a condenação dos atos criminosos deixa de ser o centro da atenção. Trata-se de uma ‘opção’ pela vida do crime, como outra qualquer. O crime ou o trabalho passam a ser uma escolha individual – e cada escolha leva a um conjunto de consequências, a um estilo de vida, etc. Todos conhecem os códigos de uma ou outra ‘opção’, e ambas passam a caber dentro da família. A primeira garante mais claramente o sustento,

plas da organização social, e sobretudo nos espaços e arenas públicas, a categorização que opõe “trabalhadores” e “bandidos” tende a ser rígida, polarizada e antinômica. Como resume o autor,

nessas esferas não há composição possível entre “trabalhadores” e “bandidos” – ali, é consensual que os “trabalhadores” merecem proteção e que os “bandidos” carecem de repressão. As forças sociais e públicas destinadas a um e a outro, portanto, são opostas e complementares: a repressão dos “bandidos” significa a proteção dos “trabalhadores”. Os conjuntos não se misturam (mas as categorias que os classificam incluem mais ou menos indivíduos em seu interior, a depender da situação). (Feltran, 2007, p. 23)

Embora não se misturem, as categorias “bandidos” e “trabalhadores” são na práticas bastante plásticas, e os indivíduos enquadrados em uma ou outra variam dependendo do contexto em que elas são acionadas. Feltran (2007) aponta ainda que, a partir de observações em seu trabalho de campo, notou três contextos – que fazem referência a três modalidades de ação repressiva – nos quais essas categorias são enquadradas de modos distintos. O primeiro é o da “repressão de rotina”, na qual são reprimidos apenas os indivíduos envolvidos com o “mundo do crime”. O segundo contexto é o das operações policiais mais amplas, aquelas focadas em determinado tema e com um alvo um pouco mais abrangente. E o terceiro é o das ações policiais nas “crises de segurança pública”, como a que se seguiu aos “ataques do PCC” em maio de 2006 em São Paulo.<sup>5</sup> O autor assinala, no último caso, que praticamente toda a população das favelas e/ou das periferias de São Paulo foi tratada como “público-alvo” da polícia, inclusive aqueles considerados “trabalhadores”. E defende que é “nas formas de definir quem são os ‘bandidos’, diferentes caso a caso,

---

mas torna a família vulnerável à polícia e às tragédias; a segunda é menos rentável, embora seja mais legitimamente aceita no mundo social” (Feltran, 2007, p. 21).

- 5 Em maio de 2006, “ataques coordenados em todas as periferias de São Paulo somaram-se a rebeliões em mais de oitenta prisões. Dezenas de policiais foram assassinados numa só noite. A vingança oficial aos ‘ataques’ foi brutal: 493 homicídios cometidos por policiais nas periferias em uma semana. Mais quinhentos outros assassinatos nas três semanas seguintes. Ao invés de um descalabro, esse extermínio foi acolhido publicamente como seu contrário: a retomada do Estado democrático de Direito e da ordem pública no estado” (Feltran, 2008, p. 64).



que reside a dimensão propriamente política dessa forma de nomeação e categorização social”, já que a disposição desses modos de repressão nunca é aleatória.

Quanto mais “pública” (no sentido de centralmente organizada pelos atores dominantes do espaço público realmente existente) é a ação policial repressiva, menos especificamente voltada aos atos ilícitos, e mais claramente dirigida contra os indivíduos e grupos hierarquicamente inferiores, ela se torna. Quanto mais “pública” a repressão, por consequência, maior é o conjunto dos “bandidos”, mais inclusiva a categoria. (Feltran, 2007, p. 23)

Considero possível utilizar essa regra para pensar nas formas de ação das forças de ordem presentes nos diferentes momentos do processo de “pacificação” das favelas cariocas. Preconizo que a entrada da polícia nas favelas que receberiam UPPs – etapa oficialmente chamada de “intervenção tática” e realizada pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e pelo Batalhão de Policiamento de Choque (BPChq) – se aproximou da terceira modalidade de ação repressiva descrita por Feltran (2007). Isso porque, nesse momento, assim como nas “crises de segurança pública”, a ação é “mais pública” – no sentido de centralmente organizada, como sugere o autor –, e a categoria “bandido” se torna bastante inclusiva. Em outras palavras, praticamente todos os moradores da favela são considerados bandidos em potencial.<sup>6</sup> Segundo moradores da Cidade de Deus, enquanto o Bope estava na favela, muitas pessoas morreram, incluindo jovens que não tinham qualquer envolvimento com o tráfico:

Quando a UPP chegou, até bandido saiu da boca. Os que não saíram do morro tentaram arranjar trabalho. Vi um monte indo trabalhar em farmácia,

---

6 Como resume Feltran (2007, p. 26), “na repressão policial de rotina, o conjunto dos ‘bandidos’ é específico: trata-se daqueles indivíduos que praticam atos ilícitos e participam do ‘mundo do crime’. Nas operações policiais mais amplas, esse conjunto se alarga para incluir aqueles que vivem e se relacionam com eles. E, em situação de ‘guerra’ dos ‘trabalhadores’ contra os ‘bandidos’, todos os jovens moradores das periferias urbanas tornam-se ‘bandidos’. A plasticidade da categoria ‘bandido’ mostra-se de modo notável, e nota-se também que, em todos os casos, ela parte da identificação prévia do ato ilegal ao corpo daquele a quem se pretende atribuir a nomeação de ‘bandido’. A partir dessa identificação, quaisquer ilegalidades da repressão podem ser legitimadas como combate ao ‘crime’”.

em padaria, indo procurar a igreja, que ficou lotada nessa época. Foi algo assim... no começo foi algo assim... impactante. Causou um temor... Era uma coisa sombria. Essa senhora que tinha essa barraca de jornal aqui, ela perdeu um filho. O garoto era trabalhador, só que ele morava lá no Sítio, nos barracos. Invadiram ali, os policiais do Bope entraram e mataram uns quatro juntos. Entre esses quatro, nenhum era bandido. Era aquela coisa que todo mundo tinha medo. Porque, por exemplo, característica do bandido é a mesma desses meninos aí, qualquer um. Mesma forma de se vestir, de se colocar, então você não consegue identificar visualmente. Você não consegue distinguir. Se ele não estiver armado, não estiver com droga, você não consegue identificar. Porque todo mundo tem a mesma prática. Tem a mesma forma de andar, de... Eu estou falando dos jovens, dos garotos. Por exemplo, aquele menino ali. Olha lá. O que distingue um bandido de um garoto assim? Mas é um garoto trabalhador, trabalha aqui com o pai dele, fuma o baseadinho dele e tal, as coisas dele. Então, os policiais não tinham essa meta para separar o joio do trigo. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Posteriormente, a partir da implementação da UPP propriamente dita e da chegada dos policiais recém-formados à favela, a ação policial repressiva foi se aproximando mais das “operações policiais ostensivas” – segunda modalidade descrita por Feltran (2007). Nelas, embora o alvo da ação não seja tão generalizado como nos momentos de “crise”, o perfil identificado como alvo ainda é bastante vasto.

Mas, se inicialmente a ação repressiva da polícia nas favelas “pacificadas” era bastante generalizada e pouco seletiva – o que quer dizer que as abordagens policiais, por exemplo, eram bem frequentes e não tinham um alvo muito preciso –, com o passar do tempo de ocupação, a modalidade de ação das forças de ordem foi mudando. Os agentes da UPP foram conhecendo melhor o território e a população da favela, e conseqüentemente a atividade policial foi se tornando mais seletiva e reativa a ações criminais pontuais. Moradores que consumiam drogas esporadicamente, mas que trabalhavam, foram deixando de ser tratados como “bandidos”, como relatou um entrevistado da Cidade de Deus:

Hoje a gente conhece todo mundo: a gente sabe quem eles são e eles sabem quem nós somos. Tem que aprender a conviver, né? Eles estão aqui por obrigação, temos que viver em comum acordo, né? Eles sabem que eu fumo um baseado, mas sou trabalhador. Eles me veem aqui ferrado no sol, me matando de trabalhar. Eles veem isso. Então, na hora que eles chegam, por mais que eu tenha uma infração, eles já chegam mais devagar. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Assim, a ação policial nos territórios “pacificados” foi se rotinizando e ocorrendo como nos períodos de “normalidade”, para retomar o termo utilizado por Feltran (2007). A categoria “bandido” foi se tornando menos inclusiva, e as ações de rotina da polícia nesses territórios passaram a ter um foco mais preciso e a se dirigir a um público específico,

praticamente apenas contra aqueles indivíduos já bem identificados como praticantes de atos criminais (os que têm “passagem pela polícia”, que são conhecidos por policiais e pelo bairro como “bandidos”, que seguem praticando crimes). Essa repressão específica é teoricamente legal (porque os atos criminais ferem a lei e devem ser reprimidos pelas forças da ordem) e, embora muitas vezes seja exercida ilegalmente (abusos, agressões, extorsão, tortura e mesmo execuções sumárias), ela é legitimada, social e publicamente. Afinal, reprimir os “bandidos” é um dever. (Feltran, 2007, p. 23)

No contexto das favelas “pacificadas”, a repressão ilegal de quem estava “na vida errada”, em muitos momentos, foi legitimada e desejada. Após a ocupação das favelas, continuou havendo “violência ilegal, portanto criminosa, que se legitima social e publicamente [...]; logo, a categorização bipolar entre ‘trabalhadores’ e ‘bandidos’ continua[va] definindo o acesso ao ‘direito a ter direitos’” (Arendt, 2000 *apud* Feltran, 2007, p. 26). A lógica da ação ilegal para com os ilegais, ainda que mais restrita que no contexto anterior, continuou valendo.

Isso pode ser verificado também se lembrarmos que, mesmo no contexto pós-“pacificação”, persiste a crença generalizada de que “bandidos” podem (e devem) apanhar. Essa ideia foi e continua sendo legitimada por polícias, por toda uma parcela da população e também pelos próprios governantes brasileiros. Em 7 de outubro de 2010, por exemplo, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao elencar as

novidades e as vantagens das UPPs durante a campanha eleitoral, declarou: “Não vamos mandar a polícia apenas para bater. A polícia vai bater em quem tem que bater. Proteger quem tem que proteger”. Como ressalta Oliveira (2014, p. 26),

a escolha de palavras, talvez acidental, exatamente por isso não deixa de ser especialmente expressiva. O cerne da repressão ao crime é a truculência oficial: não é para fazer carinho que os funcionários de segurança nos Estados democráticos de Direito carregam armas, mas se espera que essa truculência seja direcionada apenas contra os elementos daninhos.

Durante meu trabalho de campo, notava que essa ideia de que a polícia devia “bater em quem tem que bater” também era compartilhada por parte dos moradores das favelas “pacificadas”. Em entrevista, um comerciante do Santa Marta de 54 anos contou que, quando Pricilla Azevedo era comandante, ele ouvia alguns jovens reclamando que ela “era ruim”. Entretanto, na opinião dele, ela agia corretamente, porque era “ruim com quem era ruim”:

Ah, tem umas pessoas que têm uma imagem ruim da Pricilla. Eu não vejo que ela seja uma má pessoa. [...] Ela é ruim com quem é ruim! [...] Porque tinha uns garotos que ficavam xingando ela. Claro que ela não vai deixar ninguém ficar xingando ela e não vai fazer nada. Xingou? Então, mereceu levar uns tapas. [...] Ela metia a mão na cara e ficava por isso mesmo. E quem se metia levava também. Eu só ficava de longe assim, só espiando, mas com *um medo*... Eu, particularmente, não tenho o que falar. [...] Quando ela chegava: “bom dia”, “boa tarde”, “boa noite”. Ela respondia com a maior educação. Não tenho o que reclamar dela, não. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta; grifos meus)

A fala do comerciante explicita como uma parcela da população das favelas “pacificadas” apresenta à polícia uma certa demanda por violência. Obviamente, não havia a expectativa de que essa violência fosse praticada de modo indiscriminado. Mas, desde que praticada “com quem merecesse”, ela parecia ser não apenas tolerada como também desejada. Incômodos em relação ao uso da força nas abordagens costumavam ganhar mais destaque apenas quando a classificação realizada pelos PMs

não era feita corretamente. Isso fica evidente no depoimento de um morador do Santa Marta e de outro, da Cidade de Deus:

Outro dia, um polícia falou para mim: “Eu sou autoridade”. Respondi: “[...] vocês estão certos em abrir minha bolsa?”. Foi uma dura. [...] Falei para ele que eu trabalho de segunda a segunda, pago minhas contas, “pago até teu salário [...]”. Sou homossexual assumido. E tenha muito respeito com a minha pessoa! Respeito todo mundo. Respeito muito o ser humano, entendeu? E você, para mim, é uma merda”. Ele falou que ia me levar preso, mas não me levou, não, porque o pessoal chegou em volta, que me conhece [...]. Aí ele me soltou, me liberou. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Agora, imagina o trabalhador chegando com a mochila com tudo que você precisa dentro: um desodorante, uma muda de roupa que você precisa levar para o trabalho... Agora imagina o cara chegar e jogar tudo no chão, entrar dentro do carro e falar que você tem que catar! Eu falei: “Meu irmão, acabei de chegar do trabalho e você joga tudo meu no chão, diz que eu tenho que catar!? Sou sua mulher para você achar que pode mandar e desmandar? Sou trabalhador!”. Aí, ele abaixou para catar, porque começou a aglomerar gente e porque eu sou querido na favela toda. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

As duas falas evidenciam que os moradores em questão desejavam ser reconhecidos como “trabalhadores” e tratados como pessoas que mereciam ter seus direitos respeitados. A crítica central nesses casos, portanto, é que os policiais não souberam identificar um “trabalhador” enquanto tal e tratá-lo como um “bandido”. Uma crítica similar aparece em outro caso narrado por uma jovem moradora do Santa Marta. Embora as categorias envolvidas sejam diversas, a estrutura da crítica parece ser a mesma: na visão da jovem, os policiais deveriam saber reconhecer uma menina “quieta e na dela”, e não tratá-la como uma “periguete”.

Muitos deles [policiais] mostram certos tipos de abuso, porque, quando a gente passa, independente de estar bonita ou não, eles mexem, jogam piada, fazem “psiu”, “gatinha”, “vem cá que eu te levo para o céu”. Então, não é legal. [...] Tem meninas que reclamam que eles dão em cima delas, que eles ficam falando besteirinhas... Os caras do tráfico também faziam isso, mas

eles já mexiam com as pessoas certas, já sabiam [...] com quem mexer. Como antigamente, hoje em dia também tem muitas meninas oferecidas. Hoje em dia, muitas delas que não são periguetes pagam o pato por aquelas que são, entendeu? [...] Os policiais não sabem diferenciar quem é quem. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

Nos três depoimentos acima, fica claro que os moradores não estão questionando a ação em si dos policiais. O centro da crítica, no último caso, por exemplo, não é o assédio de policiais a meninas da favela. O que parece ser considerado mais problemático é um erro de classificação ou um ato que ignora a diferenciação que deveria existir no tratamento das mulheres da favela a partir de uma certa categorização. Por isso, parece relevante retomarmos o argumento – exposto por Machado da Silva e Leite (2008) – de que as críticas mais pesadas que os moradores das favelas, nas últimas décadas, vêm apresentando à atuação policial se dirigem ao caráter indiscriminado da ação, que incide igualmente sobre “gente de bem” e sobre “marginais”. Como resumem os autores:

Viu-se que a descrição das formas de atuação da polícia nas favelas é sempre acompanhada de críticas acerbadadas. Estas, entretanto, não se dirigem propriamente à corporação (ninguém é contra a repressão policial), nem tampouco aos métodos violentos em si mesmos. As críticas são antes ao caráter indiscriminado da ação que não distingue entre “gente de bem” e “marginais”. Em outras palavras, o que os moradores criticam é menos a violência policial em si e mais a falta de seletividade de seu objeto. [...] No caso dos moradores de favelas, o [...] problema criticado é, antes, o desrespeito às diferenças e hierarquias internas que constituem a versão local da ordem social. (Machado da Silva; Leite, 2008, p. 45)

No cenário pós-UPP, o núcleo da crítica permanece idêntico. Por isso, a avaliação da UPP feita pela própria população das favelas “pacificadas” está relacionada diretamente à capacidade de seus agentes de: a) categorizar os moradores de um modo relativamente ajustado, se comparado à hierarquização interna já existente, e b) oferecer tratamentos diferenciados aos moradores dependendo da forma como eles são classificados. De modo geral, os policiais (e, conseqüentemente, o projeto) costumavam receber uma avaliação mais positiva se fossem capazes de

categorizar os moradores como eles próprios faziam e de agir de modo mais duro com quem era classificado pela população como “bandido” e de modo mais brando com quem era reconhecido dentro da favela como “trabalhador”. A maior condenação moral por parte dos moradores não se voltava – e parece continuar não se voltando – para o uso da força ou para a ação violenta – e mesmo ilegal –, mas sim para a ação violenta indiscriminada, que atingia – e ainda atinge – aqueles que não estavam diretamente envolvidos em atividades criminosas ou que não faziam parte dos bandos armados ligados à venda de drogas. O que o policial não deveria fazer, na percepção nativa, era “esculachar ‘morador’ ou ‘trabalhador’”. Quando as diferenças e hierarquias internas eram menos desrespeitadas pelos policiais, a chance de haver conflito entre esses atores tendia a diminuir. Ao mesmo tempo, e igualmente, a avaliação positiva do projeto tendia a aumentar – como aconteceu após os dois primeiros anos de ocupação policial no Santa Marta e na Cidade de Deus, antes de o projeto começar a entrar em crise, conforme abordaremos mais adiante.

Como os agentes da UPP passaram a ter mais elementos que lhes permitiam distinguir melhor “quem era quem” na favela, a quantidade de abordagens policiais foi significativamente reduzida (uma vez que o mapeamento da população já tinha sido realizado) e os casos de desrespeito às diferenças e hierarquias internas começaram a ocorrer com uma frequência menor. Por conseguinte, houve uma redução no número de conflitos entre policiais e moradores, como sintetiza um policial do Santa Marta:

Antigamente moradores ficavam um pouquinho chateados com esse procedimento, porque estavam voltando do trabalho. Mas nós não conhecíamos as pessoas, então pedíamos um pouquinho de paciência porque não sabíamos quem era quem. Hoje eu sei que a Palloma passa, que é trabalhadora, eu não preciso ficar revistando ela toda hora. A não ser que ela esteja com um pessoal que não condiz com a postura que ela toma durante a semana. Então, podemos dizer que, a partir desse mapeamento que fizemos na favela, a ação policial se normalizou e passamos a ter menos conflito com os moradores. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Vale notar que, com o passar do tempo, até os comandantes começaram a conhecer melhor os policiais que atuavam nas UPPs e a saber que plantão era mais tranquilo ou mais “acelerado”. A partir desse mapeamento, o comando de cada UPP se tornou capaz de monitorar os policiais que agiam de modo mais truculento e de reprimi-los para que reduzissem os conflitos com os moradores.

A Polícia Militar vem se adaptando até através desse novo modelo de policiamento. A gente passou muito tempo aí em uma política de guerra, de confronto armado [...]. Então, hoje a gente está muito no processo de desaceleração desse quadro que nós tínhamos aí. A gente ainda percebe um pouco de truculência, de arbitrariedade, mas a gente também percebe uma diminuição desses atos. A partir do momento que chega para a gente, a gente começa a observar se é sempre o mesmo policial ou se foi um dia que aquela guarnição estava mais exaltada e cometeu aquele excesso. Tudo isso com a interação do morador aqui. A gente começa a observar para fazer um diagnóstico para melhorar aquele quadro. (Trecho de entrevista realizada em 7 de agosto de 2013 com o capitão Filipe Matos de Carvalho, então comandante da UPP do Parque Proletário)

## **Moradores mapeiam policiais e traficantes**

Quando os primeiros policiais da UPP chegaram ao Santa Marta e à Cidade de Deus, também eram vistos pelos moradores dessas favelas de modo bastante homogêneo – já que a maior parte dos policiais era recém-formada e não tinha atuado anteriormente nessas localidades. Com o passar do tempo, contudo, através das observações diretas e de “notícias improvisadas” que circulavam pela favela, os moradores começaram a diferenciar a atuação do contingente de PMs da UPP.<sup>7</sup>

---

7 Como apontam Cano, Borges e Ribeiro (2012, p. 4), “estudos sobre experiências anteriores de policiamento permanente em favela no Rio de Janeiro, como foi o caso do GPAA [Grupo de Policiamento em Áreas Especiais], que antecedeu as UPPs e foi absorvido por elas, revelam que o simples fato de manter os mesmos policiais trabalhando nesse espaço garante um controle social mútuo por meio do qual tanto os policiais quanto os moradores se reconhecem individualmente”.



Os primeiros contatos entre a polícia “pacificadora” e a população das favelas ocupadas foram estabelecidos pelos comandantes das primeiras UPPs. Por isso, no caso do Santa Marta, a comandante Pricilla Azevedo foi a primeira policial da UPP a se tornar mais conhecida pelos moradores. A atuação dela na favela foi marcada por uma forte pessoalidade. Isso fica evidente a partir de um caso que presenciei na noite de 22 de outubro de 2010.

Naquele dia, eu estava em um bar do Santa Marta conversando com Evandro – um morador com quem eu tinha contato desde o início do meu trabalho de campo –, quando Marcos, um senhor de aproximadamente 70 anos, aproximou-se de nós. Eu não o conhecia, mas Evandro sim, e por muitos anos, e logo notou que ele estava nervoso. Marcos nos contou que estava tendo um problema com um vizinho cuja casa apresentava um intenso e contínuo vazamento de água que estava inundando sua residência. Ele afirmou já ter tentado conversar várias vezes com o vizinho, mas que este havia mesmo chegado a ameaçá-lo dizendo que ele “ia se arrepender se não parasse de encher o saco”.

Marcos contou ainda que já estava perdendo a paciência e que, se a associação de moradores ou a polícia não fizessem alguma coisa, ele ia resolver o problema com as próprias mãos. Evandro ficou preocupado com a situação e perguntou ao amigo se ele havia procurado a polícia. Diante da negativa de Marcos, Evandro lhe sugeriu procurar a comandante. Como tínhamos encontrado Pricilla alguns minutos antes, enquanto caminhávamos para o bar, Evandro resolveu procurá-la ali por perto. Como não a encontrou, perguntou a um policial se ele sabia onde Pricilla estava. Como o policial não soube informar e disse que o rádio dela estava desligado, Evandro decidiu pegar o bonde e ir até a UPP. Ele pediu que Marcos e eu o acompanhássemos até lá.

Chegando à sede da UPP, por volta das 20 horas, encontramos a porta fechada. Batemos no vidro e dois policiais apareceram. Um deles pegou a maçaneta, que não estava em seu devido lugar, mas em cima da mesa logo na entrada da UPP (o que impedia que quem estivesse do lado de fora abrisse a porta), e abriu uma pequena fresta da porta de vidro para falar conosco. Evandro perguntou se podia falar com a Pricilla, ao que um dos policiais informou que ela já tinha ido embora e que só voltaria a trabalhar em dois dias. Pela fresta da porta entreaberta, Evandro tentou

explicar a situação aos policiais – que não nos convidaram a entrar na sede da UPP. Os dois não pareciam querer estender muito o assunto e falaram simplesmente que Marcos deveria procurar a delegacia e prestar queixa do vizinho, porque, se acontecesse alguma coisa com ele, a ameaça já estaria registrada.

Evandro ficou bem decepcionado com a reação dos policiais e se despediu. Enquanto descíamos a favela de bonde, ele lamentava e dizia que era “perda de tempo” procurar outros policiais da UPP. Para ele, era necessário procurar a própria comandante: “Só ela toma atitude, vai lá e resolve as coisas na favela”. Ele garantiu a Marcos que, assim que visse Pricilla no morro, relataria o caso a ela, assegurando que ela falaria com o vizinho e resolveria o caso. De fato, posteriormente ele entrou em contato com Pricilla e ela imediatamente se prontificou a mediar o conflito.

Pricilla sempre tentava, ela mesma, resolver os problemas da vida cotidiana no Santa Marta e intermediar conflitos sem delegar muitas funções.<sup>8</sup> Por isso, os moradores sabiam que, para conseguir resolver alguma coisa, precisavam procurá-la. O comando de Pricilla era tão marcado pela pessoalidade que ela quase não se ausentava da favela e evitava tirar férias. Conforme já mencionado anteriormente, durante um dos cursos organizados pela UPP de que participei, ouvi a comandante afirmar que precisava muito tirar férias, mas que não podia se ausentar da favela porque “vagabundo no morro” sabia quando ela estava presente ou não.

Nesse mesmo dia, um morador que participava do curso contou à Pricilla o caso de um homem “de fora da favela” que havia “dado uma volta” em um conhecido comerciante do Santa Marta usando o nome da comandante. Segundo o morador, o homem chegou ao bar do comercian-

---

8 Com o passar do tempo de “pacificação”, a mediação de conflitos deixou de ser uma responsabilidade apenas dos comandantes. Policiais treinados – que fizeram um curso no Tribunal de Justiça – passaram a ser responsáveis por fazer a mediação de conflitos em favelas “pacificadas”. Essa experiência, contudo, não parece ter sido bem-sucedida em todas as favelas. Como explica Rocha, enquanto comandava a UPP do Santa Marta: “O mediador, pelo menos nas comunidades em que eu rodei (no Andaraí, no Santa Marta e no Macacos), não tem interesse em fazer mediação. Eles ficam lá acompanhando os RO [registros de ocorrência], aí vê lá quando tem briga de vizinho e faz mediação, mas não correm muito atrás”. Por isso, em locais como o Santa Marta, o comandante ainda assumia esse tipo de função.

te afirmando que ia promover um evento no morro do qual a major participaria e que, embora só portasse um cheque de alto valor, precisava comprar alguns refrigerantes. Como supostamente o homem estava organizando um evento com Pricilla, o comerciante não só acreditou no relato e aceitou receber o tal cheque para o pagamento dos refrigerantes, como também deu o troco em dinheiro ao golpista, que, na realidade, inventou a história para repassar o cheque roubado. Diante do caso, Pricilla ficou bastante incomodada e salientou que os moradores ligavam para ela o tempo todo para falar “qualquer bobeira”, mas que não o faziam quando havia uma necessidade real. Insistiu que o comerciante tinha seu telefone desde que ela chegara ao morro e que, portanto, em uma situação daquela, deveria ter ligado na hora que ela daria um jeito de encontrar o tal golpista e resolver o problema.

Por conseguir, ao mesmo tempo, realizar uma ação mais preventiva (fazendo o trabalho “social” na favela), sem deixar de lado as ações repressivas, Pricilla acabou se tornando o “símbolo da UPP”, como mostrado no capítulo 4. Por um lado, ela agia com doçura e delicadeza com crianças,<sup>9</sup> idosos e “pessoas de bem”, ao realizar um trabalho de aproximação e prevenção.<sup>10</sup> Mas, por outro, quando necessário, mostrava seu “*ethos* guerreiro” e agia com firmeza nas “situações necessárias”.<sup>11</sup>

---

9 Nas palavras da comandante: “Com adulto eu tenho meu pé atrás, tenho que fazer e acontecer, mas com criança é um amor especial. Todo o meu trabalho é para o futuro dessas crianças. É um amor que criei, mas eu não consigo largar esse morro. [...] O dia que eu sair daqui, pode saber que estarei aqui constantemente. Isso aqui faz parte da minha vida já. O dia que eu sair daqui, todos os projetos de que eu tiver conhecimento vou continuar trazendo para cá” (Trecho de entrevista com a comandante Pricilla Azevedo em um programa da Rádio Comunitária Santa Marta em 22 de fevereiro de 2011).

10 Em depoimento ao jornal *O Globo* do dia 6 de março de 2012, o presidente da Associação de Moradores do Santa Marta disse que, quando Pricilla recebeu uma homenagem na quadra da favela, “ela não segurou as lágrimas”: “Guardo até hoje, e acho que todo mundo do morro também, a imagem das crianças secando o rosto dela” (Rocha, 2012).

11 Em 2014, uma moradora do Santa Marta, ao se lembrar de Pricilla, afirmou: “Olha, eu tenho saudades da Pricilla, porque ela botava moral no morro! Ela não era ruim, ajudava quem precisava, tinha uma relação muito boa com as crianças e com os moradores mais velhos, mas ela botava moral e não deixava esses meninos abusa-

Desse modo, ela se ajustava à expectativa compartilhada por grande parte da população de que quem era “trabalhador” deveria ter seus direitos garantidos, mas quem era “bandido” deveria ser tratado com rigor. Por isso, quando Pricilla foi convocada para assumir o comando da Coordenadoria-geral de Programas Estratégicos das UPPs, no início de 2011, a notícia gerou um “choque” na comunidade. Zé Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, conta que a população ficou com medo de que a saída da comandante pudesse significar um retrocesso no processo de “pacificação”:

A Pricilla encontrou dificuldade no começo. Mas pouco a pouco a gente foi se aproximando. E juntos, pouco a pouco, fomos mostrando que a polícia que estava chegando era de proximidade, não era aquela truculenta [...]. E, quando a comunidade já estava acostumada com a Pricilla falando com o presidente da República, com o governador, com aquela pompa toda [...], naquele apogeu, [...] de repente, a gente viu a Pricilla tendo que sair do Santa Marta. A notícia foi um choque não só para mim, mas para a maioria dos moradores. A população já respeitava o trabalho da comandante, e a Pricilla já respeitava a comunidade, já conhecia os moradores, já sabia onde estavam os problemas. Então, ficava fácil trabalhar. Quando você consegue separar o joio do trigo, fica muito fácil de trabalhar. A Pricilla saiu, teve algumas mudanças e a gente está tentando não deixar o Santa Marta retroceder. (Trecho da fala de Zé Mário em reunião realizada na UPP do Santa Marta em 29 de dezembro de 2014)

Após a saída de Pricilla, outro policial que já trabalhava no Santa Marta tornou-se o responsável pelo comando da UPP. Como já antecipado

---

dos da favela fazerem o que queriam. Não tem jeito, tem que botar moral mesmo, senão eles abusam!”. Uma outra moradora da mesma favela me contou que fora à UPP denunciar um agressor, mas que até aquele momento nada havia sido feito. Ela avisou que, se os policiais não “tomassem uma atitude”, ela ligaria para Pricilla: “Até hoje tem muita gente que liga para a Pricilla para resolver problema daqui do Santa Marta. Igual a ela nunca mais vai ter outro comandante”. A moradora lamentou o afastamento da major e disse que considerava um erro ela ter assumido o comando da Rocinha em 2013: “Ela não devia ter saído daqui, porque não vai resolver nem os nossos problemas aqui, como fazia, nem os da Rocinha, porque lá é muito grande e complicado. Lá é outra história!”.

em outro momento deste livro, a escolha desse policial desagradou muitos moradores da favela, que não o achavam tão simpático e dedicado como Pricilla. Assim que assumiu o comando, começaram a surgir as primeiras comparações entre ele e Pricilla. Ouvi um morador dizendo que ele era “centrado na posição dele”, que não era simpático como ela. Ouvi outro afirmando que ela era “uma policial social”, enquanto ele era “policial, policial mesmo”. Segundo uma senhora, o comandante não tinha “o mesmo brilho que ela”.

No primeiro fim de semana em que começou a trabalhar como comandante, o policial proibiu a realização de um evento na favela já agendado havia algum tempo. Como Pricilla tinha autorizado o evento anteriormente, alguns moradores ficaram incomodados com a situação. Segundo uma jovem do Santa Marta:

Ele fez isso mais para tentar se impor, porque, na verdade, ninguém está gostando desse homem aqui! Ele é muito chato! Eu prefiro a major, porque com ela a gente se entende, com mulher a gente sempre se entende melhor do que com homem. [...] Ele é fechado, não gosta de conversar. Agora, a major não. A major sempre estava conversando [...]. Agora, esse comandante novo... Jesus no céu, dá-me força! Ninguém merece aquele homem, mas fazer o quê? [...] Tem muita gente pedindo para a major voltar. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

Nas primeiras semanas após a mudança de comando, começaram a circular rumores pelo Santa Marta envolvendo o comandante. Havia rumores de que ele era P2<sup>12</sup> do segundo batalhão (Botafogo) e de que no passado já tinha atuado diversas vezes na favela. Como apontou um mo-

---

12 “Também conhecido como serviço reservado ou velado, a P2 tem basicamente duas funções. Uma é levantar em campo informações para que o comando planeje ações policiais, como a prisão de criminosos, a apreensão de drogas ou a desocupação de uma área. Dessa forma, policiais à paisana sempre vão antes ao local para colher dados. [...] Para colher informações, o policial do Serviço Reservado usa dos mais variados subterfúgios. Os disfarces vão de morador de rua viciado a frequentador de festas da alta sociedade. [...] A outra função da P2 é averiguar a veracidade de denúncias contra PMs. [...] Para preservar a identidade, somente em último caso os integrantes da P2 participam da captura dos criminosos, deixando esse serviço na maioria das vezes para os policiais fardados” (Vicente, 2009).

rador: “Nós não esquecemos que o comandante antes era policial do segundo batalhão. Ele era P2 do segundo batalhão e já veio aqui no tempo da polícia extensiva. Então, nós sabemos o grau de potencialidade que ele tem”.

Além disso, circulavam relatos de que ele teria tentado criar uma milícia no Santa Marta no início da ocupação da UPP. Ouvi rumores de que, fora do horário de expediente e sem farda, o comandante frequentava festas na favela, às quais chegava sempre com cordão de ouro e rodeado de mulheres bonitas que trazia de fora. Por tudo isso, quando o policial saiu do comando da UPP do Santa Marta, as pessoas especularam que ele teria sido afastado porque estaria envolvido em um esquema de corrupção na favela, embora a informação não tenha sido confirmada oficialmente.

Com o passar do tempo de ocupação policial no morro, os moradores foram notando não só que trocas no comando da UPP geravam alterações significativas na forma como a unidade era administrada e o policiamento era organizado, mas também que, em uma escala menor, pequenas mudanças ocorriam a cada troca de “plantão”. Passados os primeiros anos da chegada da UPP, os moradores foram percebendo que os policiais que trabalhavam em alguns “turnos” eram mais “tranquilos” e “simpáticos”, enquanto os que trabalhavam em outros eram mais “brabos” e “mal-encarados”. Existiam ainda os “que zoavam”, os “safados”, os “que pegavam dinheiro”, entre outros, como indicou um morador da Cidade de Deus durante uma entrevista: “Só tem dois plantões que zoam, aqui. O plantão de ontem e o de hoje, o da doze e os gordinhos. O resto dos plantão é tudo safado, o resto pega dinheiro”.

Vale notar que a categorização dos policiais pelos moradores podia ser feita individualmente, mas ocorria com mais frequência a partir desses pequenos grupos de policiais que sempre trabalhavam na mesma escala e, logo, atuavam juntos nos mesmos dias. Esses pequenos coletivos eram chamados por alguns moradores de “bondes” – mesmo termo utilizado em favelas para identificar diferentes grupos de criminosos ou de pessoas envolvidas, de alguma forma, com o “mundo do crime”.

Durante meu trabalho de campo, especialmente a partir da entrada do novo comandante que substituiu Pricilla na UPP, ouvi rumores de

que alguns “plantões” eram melhores que outros. Escutei que com alguns deles era possível conversar e negociar, por exemplo, a duração prolongada de algumas festas, mas que com outros, não. Como relatou Joana, uma moradora do Santa Marta: “Tem o turno de um bendito [policial] que sempre dá problema. Ele sempre manda o forró acabar antes. Quando a gente sabe que é dia dele, já sabe que vai ter problema”. Segundo um outro morador: “Tem plantões violentos, plantões calmos e tem os supercalmos. A pessoa já sabe: ‘Ah, hoje eu posso ficar doidão até mais tarde, hoje eu posso fumar o meu negócio e não vou ter problema.’ O favelado geralmente é bem matemático em cima dessas coisas”.

As falas dos moradores evidenciam que, conforme foram educando a atenção para entender o modo como os “plantões” se organizavam, eles foram aprendendo também a ler “pistas” que indicavam a maneira como cada coletivo atuava, produzindo um conhecimento capaz de lhes permitir antecipar como o policiamento costumava ser realizado a cada dia. Outros exemplos mostram como ocorreu esse processo de educação da atenção:

E aí fui preso por desacato à autoridade, como se eu tivesse desacatado ele, e não eles, bêbados, me agredido. Porque eles estavam bêbados, entendeu? Isso foi um dia... Onde eles estavam agrediram outros [...]. Estavam batendo até em criança! [...] Tem uns caras que botam a farda e ficam bravos para caralho, armados. Chamei um deles para a mão: “Tem coragem de sair na mão comigo? [...]”, “Está me desacatando?”, “Desacatando, não”. Só que eu estava gravando. “Pode me bater, só que eu estou gravando”. [...] Aí ele me ameaçou: “A gente se esbarra na madrugada”. Eu falei: “Eu tenho trinta e dois anos de Santa Marta, bandido nenhum me oprimiu. Bandido matava para caramba no morro e não me oprimiu, não vão ser vocês, comédias, que chegaram agora, com meia dúzia de policiais, que vão me oprimir. Me pega aí”. Estou aí na madrugada, não ando de cabeça baixa, não ando escondido. Se tiver que sair de madrugada, eu saio; se tiver que chegar de madrugada, eu chego. Não vou dizer para você que eu não evito, é claro que eu evito, ainda mais que eu sei o plantão certinho, o plantão de quem é quem. Tem plantão que eu nem bebo; desço para pista, desço para rolo, mas fico só observando, porque eles já estão doidos para pegar uma vacilação. [...] Eles pensam que

estão me oprimindo, que estão me aterrorizando; eu é que estou aterrorizando eles, falo que também estou gravando tudo que eles falam e fazem na favela. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Esse depoimento mostra como é importante conhecer a organização dos “plantões” para a antecipação de possíveis conflitos. Tal antecipação possibilitava que o morador ajustasse suas ações, evitando, por exemplo, beber ou fumar maconha, como explica a seguinte fala:

Hoje em dia, você está fumando um baseado na porta de alguém, não dá vinte minutos a polícia chega. Tem policial que já chega e fala: “Não leva a mal, não, mas fuma mais para ali, porque a tia fica ligando direto. Tem uma mulher que fica ligando toda hora para lá [para a UPP] e, querendo ou não, eu tenho que vir aqui, porque ela está ligando. Se eu não vier, vai dar merda para mim. Então, tenta deixar a gente tranquilo, que a gente deixa vocês tranquilos”. Tem uns que falam isso. Mas depende do plantão. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Moradores de diversas favelas apontavam, portanto, que com alguns “plantões” era possível conversar e negociar, mas que com outros não havia acordo.<sup>13</sup> A partir da categorização dos “plantões”, criou-se, assim, uma previsibilidade. E, de certo modo, os moradores passaram a ser capazes de antecipar como podiam agir para tentar evitar problemas com policiais de diferentes “plantões”.

Vale lembrar ainda que, além de observarem a ação dos policiais na favela, os moradores mapeavam também a atuação dos traficantes que permaneciam nas áreas “pacificadas”. Como afirmou um jovem da Cidade de Deus: “Quem fica na rua, vê a movimentação e sabe quem são os caras do movimento e quem não é, quem está na ativa ou não. A gente sabe quem faz o que e quem trabalha a cada dia”.

Esse mapeamento permitia que os moradores realizassem com mais facilidade a leitura do “clima da favela” em um determinado dia, levando em consideração não só quem estava de plantão na UPP, mas também

---

13 Os rumores que circulavam sobre diferenciações de “plantões”, com o passar do tempo, tornaram-se uma crítica aberta apresentada por moradores de favelas “pacificadas” em diversos debates públicos sobre o tema das UPPs.



quem estava “na atividade” no tráfico. Um morador do Santa Marta sintetizou essa ideia ao dizer que as pessoas tiravam “uma radiografia da favela todo dia”: “Eu estou aqui todo dia, então, observo tudo. Tem que observar um lado e também o outro. Assim, vou sentindo o clima do dia a dia, para saber que clima é esse”.

Como era de conhecimento dos policiais que os moradores faziam essa observação cotidiana e tinham muitas informações sobre a organização do tráfico local, os agentes tentavam estimular a população a fazer denúncias para auxiliar o trabalho da UPP. Os comandantes costumavam considerar a quantidade de denúncias como um índice que ajudava a medir o quanto a população estava confiando na polícia. Para eles, a ocorrência de muitas denúncias em um certo período não significava necessariamente que os delitos estivessem aumentado, mas sim que crescia “a confiança da comunidade na UPP”.

As denúncias eram usadas pelos comandantes como um mecanismo que, junto com a observação direta dos policiais, ajudava a mapear os fluxos de circulação pelo território. Elas eram uma fonte suplementar de informação que permitia à polícia monitorar a atuação do tráfico nas áreas “pacificadas”, como explicou Rocha, na época em que era comandante da UPP do Santa Marta:

A gente vai muito das informações dos moradores e acompanhando, como a gente sabe... Tanto é que há quase cinco anos a gente sabe, mais ou menos, quem é quem, quem anda com as pessoas que podem ter algum tipo de envolvimento, e a gente começa a acompanhar esse deslocamento deles. “Ah, determinado mês ele ficava no bar do Zequinha. Ah, nesse mês ele está no bar do De Assis.” “Já vi fulano e beltrano lá. Fulano e beltrano a gente já prendeu ano passado, mas já está solto. O outro já [...] foi preso.” Então, a gente começa a ver o morador começar a ligar e dizer; então a gente associa tanto as denúncias dos moradores quanto o histórico dessas pessoas. Envolvimento em ações suspeitas, pessoal correndo..., policial inicia o deslocamento em direção àquele bar específico. A gente vê pessoas saindo na porta e ligando, pessoas na janela já olhando. Então, assim, os policiais, já com a experiência deles de polícia, eles já começam a perceber que naquele local está acontecendo coisa que não ocorria ou que não era para acontecer. A nossa forma de avaliar esse deslocamento é com base nas denúncias e com

base nessa movimentação dessas pessoas, na presença dessas pessoas que a gente já sabe que têm envolvimento. (Trecho de entrevista com o capitão Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta)

As denúncias geralmente eram feitas por habitantes de áreas “pacificadas” via telefone. Moradores ligavam para o Disque-Denúncia,<sup>14</sup> para o telefone da sede de cada UPP ou mesmo para o telefone celular dos comandantes. Como apontou um policial da UPP do Santa Marta durante uma entrevista: “Bons moradores são aqueles que não se envolvem, denunciam, porque querem que a polícia continue na favela [...]. Eles ligam para o batalhão, eles passam as informações e depois repassamos para o batalhão informando que fomos lá”. As denúncias podiam ser feitas ainda pelo aplicativo de mensagens WhatsApp ou por e-mail. Alguns policiais relataram que também recebiam algumas denúncias ao vivo, mas destacavam que raramente isso ocorria:

Fiz uma apreensão de *crack* recentemente que foi através de denúncia. Uma moradora muito corajosa parou na viatura e falou com a gente. Ela parou na viatura, ficou um tempão conversando com a gente, como quase ninguém faz, e falou para a gente ir atrás dela. Aí fomos atrás, fingindo que não estávamos com ela. Ela entrou em casa, aí ela fez assim: desceu, ela mesma foi lá na escada, estava embaixo da escada dela. Pegou e deu na nossa mão um estojo. Aí nós descemos com o estojo, abrimos e nos deparamos com *crack* e com anotações. Eu até tinha guardado, acho que ainda tenho. O nome, quem pegou tantos reais, tal dia e tal. Peguei acho que dia 21. A última anotação acho que era do dia 20, então era recente. Eles estavam colocando ali, estavam usando. Porque era próximo da Praça Cantão ali, que tem evento. Então aqui eles vendem assim. Nós ficamos impressionados com a coragem que essa mulher teve, porque quase ninguém faz denúncia assim, de modo tão explícito. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

---

14 Como lembra Patrício (2006), o Disque-Denúncia, desde seu surgimento, lida com um ambiente de desconfiança e descrédito nas instituições de segurança pública, sobretudo a polícia. Na concepção dos seus idealizadores, a central configurava-se em uma eficaz alternativa para fornecer informações sobre crimes. Porém, mesmo os policiais que afirmam que o Disque-Denúncia é um importante instrumento de trabalho têm em seu imaginário a ideia de que este também se trata de um instrumento de delação, de gague, de X9, de traição.

Policiais da UPP da Cidade de Deus e do Parque Proletário me contaram outros casos de denúncias feitas ao vivo, mas, diferentemente da história narrada pelo PM do Santa Marta, nesses relatos sempre ganhava destaque o cuidado que os moradores tomavam para evitar que fossem vistos em contato com os agentes. Um PM me contou que algumas pessoas na Cidade de Deus se aproximaram dele uma vez, quando circulava pela favela, e, sem parar, enquanto também andavam, passaram informações sobre a localização de traficantes em um tom de voz bem baixo e de modo bastante discreto. Por sua vez, um policial da UPP do Parque Proletário narrou que em certa ocasião estava passando por uma rua da favela, quando um morador jogou próximo a ele um papel com um endereço onde foram encontradas drogas escondidas em um buraco na parede.

Em ambos os casos, os policiais destacaram o zelo que os moradores tiveram para evitar que alguém os visse estabelecendo contato com a polícia. Como analisado no capítulo 4, esse cuidado se faz necessário porque qualquer pessoa que mora em uma área “pacificada” sabe que se aproximar de um policial é um ato com grande potencial de “contaminação”. Todos que vivem nessas localidades são constantemente lembrados – seja através de rumores, de “piadinhas” ou até mesmo de ameaças diretas – que, assim como os policiais e moradores mapeiam a favela, o tráfico também mapeia e monitora constantemente os fluxos de circulação pelo território. Esse mapeamento feito por traficantes tem como alvo não só os policiais da UPP, mas também os próprios moradores, com foco especial nos potenciais “X9”.

### **Traficantes mapeiam policiais e moradores**

Assim como os policiais aprenderam a identificar quem eram os “bandidos” que atuavam nas favelas, com o passar do tempo de “ocupação”, os traficantes das favelas “pacificadas” também passaram a ver os policiais das UPPs de forma menos homogênea. Eles passaram a saber exatamente quem compunha cada “turno”, como os policiais de cada “bonde” atuavam e por onde passava cada “plantão”.

Os PMs que perturbam, a gente sabe todos os plantões. Os que perturbam, nós já sabemos até onde eles perturbam, aí já mudamos até de lugar [...].

Então, o nosso jeito de atuar está modificado pra caramba. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

Tem plantão que é mandadão, aí eles nem piam. Tem plantão que é tranquilo, eles ficam mais livres. Tem dia que o moleque vai prestar [contas para o gerente], igual hoje: o menino veio com 600 reais na mão. O gerente pensou que ia pegar os 600 e aí ia pro baile. Mas os canas levaram o dinheiro do moleque. E para explicar que é só dinheiro? Mas o menor é pichadão, é de menor, é pichadão. Os canas passam toda hora, se não estiver tranquilo, não dá para andar aqui, não. [...] Tem plantão que até que gosta de esculachar morador. Fala: “Entra para casa, suas fofoqueiras!”. Aí, tem cana tranquilo, que quando não pega com nada fala: “Aí, 1 a 0 para tu! Mas se eu te pegar na próxima, já sabe!”. E aí, forja, já quer levar para delegacia. E tem uns que gostam de papo gostoso, quer que tu vire X9. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

De acordo com as entrevistas acima, quando jovens com menos de 18 anos eram pegos vendendo droga, o flagrante, ainda que não resultasse em prisão, gerava um prejuízo, uma vez que os policiais podiam pegar algum dinheiro ou até mesmo a droga que estivesse com o “menor”. Segundo um traficante: “O menor perde a carga para o policial e ainda fica pichado”. Quando o jovem ficava “pichado” conseqüentemente “virava um alvo fácil dos policiais”, já que os PMs passavam a saber que ele era “envolvido”, ou seja, que tinha algum vínculo com o “mundo do crime”. Por isso, para não “ficar tomando prejuízo toda hora”, esses meninos evitavam “ficar de boeira na rua” nos dias em que os policiais que os prenderam estavam de plantão na favela:

Os menores tentam evitar ficar expostos no dia em que os policiais que pegaram eles estão de plantão, porque os PMs já conhecem mais os pichados, que prendem duas ou três vezes e soltam, aí sabem que aquele moleque é pichado, só isso. Mas fora isso, pegam o moleque por nada e só falam: “Vou te foder, vou te foder”. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

“Educar a atenção” para saber que policial atuava em qual plantão era importante para determinar quais traficantes atuavam em cada dia e em cada local da favela. Como resumiu um morador da Cidade de Deus, passados os primeiros anos de UPP, já existia “um conhecimen-

to dos dois lados”: “O policial conhece o bandido e o bandido conhece o policial. O policial sabe quem é o vendedor. Sabe quem é, onde está. É uma coisa que corre internamente”. Ainda segundo o morador, como os traficantes também já conheciam os policiais, sabiam, por exemplo, que, quando havia “uma mancha” com determinado policial, ele não ficava exposto na ocasião de seu plantão e colocava outra pessoa em seu lugar. Como acrescentou um traficante da Cidade de Deus: “Agora sabemos os nomes dos policiais todos que trabalham aí. Que dia que é o plantão, que dia que ele vai estar, onde que eles estão, se o plantão dá dura... Está tudo monitorado”.

Obviamente, esse monitoramento não permitia uma previsibilidade completa do que podia ocorrer, já que, como o mesmo traficante afirmou, havia “policiais que [eram] de veneta. Então, o plantão tranquilo pod[ia] ficar mais abusado”. Todavia, a produção desse conhecimento sobre os plantões e o modo como o policiamento da UPP era organizado a cada dia possibilitava aos traficantes traçar variadas estratégias de ação. O conhecimento acumulado sobre a forma como a polícia atuava no território somado ao monitoramento constante dos fluxos de circulação pela favela permitiam que os traficantes se preparassem melhor para continuar vendendo drogas sem serem capturados pelos agentes da UPP com tanta frequência. E isso, sem dúvida, tornou o trabalho da polícia ainda mais complexo e difícil. Como resumiu um policial do Parque Proletário:

Eles sabem quem é quem. Então, quando eles sabem que é um plantão tranquilo, a chance de ser sem tiro é maior, né? Mas quando eles sabem que é uma guarnição que trabalha mais, eles vão ter mais arma na rua. Não fica na rua, mas onde eles estiverem escondidos já vai ter mais arma, eles vão estar mais atentos. A guarnição que tem mais gente que trabalha mais é a que está mais propícia a trocar tiro. (Trecho de entrevista com um policial do Parque Proletário)

Além de mapear os policiais, os traficantes também tentavam mapear os moradores, estabelecendo uma distinção entre “quem fechava com eles” e quem “fechava com a UPP”. Alguns de meus interlocutores da Cidade de Deus contaram que, logo após a inauguração do “policiamento de proximidade” na favela, começou a circular um boato de que

traficantes teriam mandado moradores fazerem um abaixo-assinado se posicionando abertamente contra a UPP. Ouvi algumas pessoas falarem que eles passavam de casa em casa pegando assinaturas para solicitar a saída da polícia do território da favela. Quem não assinasse, obviamente, ficaria “marcado”:

Eu acho que uma hora a UPP vai sair. Vai ficar durante um tempo. E, quando sair, eles vão querer pegar um monte de gente. Eu não vi, mas fiquei sabendo que fizeram abaixo-assinado para ver quem queria que a UPP ficasse e quem queria que saísse. Eles fizeram esse abaixo-assinado e vinham bater na sua porta. Agora, imagina se eles batem na sua porta e você diz que não vai assinar!?! [...]. Tu é coagido. Olha a situação! Você sabe que, se tu não assinar, tá ferrado, então tu assina. Mas imagina o policial entender que você foi coagido, porque se não assinar vai ficar malvisto aqui!? É assustador o número de pessoas que são coniventes com os traficantes! Então, é muito difícil. Tem orelhão aqui que é grampeado. Eu usava um orelhão aqui perto, mas aí me avisaram para tomar cuidado, porque o pessoal da boca escutava tudinho. É sério! É assustador! Porque em todo canto tem olheiro. Parece que eles estão jogando alguma coisa, mas são olheiros! (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Além do rumor sobre o abaixo-assinado, também circulava um boato de que traficantes estariam fazendo um mapeamento dos moradores que “fechavam com a UPP” e que passavam para os policiais informações sobre a organização do comércio de drogas na favela. Meus interlocutores se referiam a esse mapeamento como “a lista das pessoas marcadas para morrer quando a polícia saísse da favela”.<sup>15</sup> Um morador me contou: “Tinha uma lista com o nome dos moradores que estavam gostando

---

15 Vale notar que em outras favelas “pacificadas” circulavam rumores semelhantes: “Junto com os temores referentes ao convívio com a polícia, logo após a entrada da UPP, iniciam-se dinâmicas de ventilação de intimidação por parte dos traficantes que permanecem na favela com a circulação de ameaças de retaliação. Esses rumores buscam fazer crer que aqueles que colaborarem com o trabalho policial sofrerão sanções assim que a polícia se retirar. Nosso narrador descreve esse processo de intimidação da seguinte forma: ‘Os traficantes estão lá ainda, estão observando tudo. E eles mandam, eles mandam. Existem morros em que já existem moradores sumindo por falarem demais, porque se metem em situações que não deveriam...’”

da UPP. Eles [traficantes] diziam que a UPP não ia ficar e que eles iam queimar, iam fazer e acontecer, iam expulsar da favela, que iam matar”.

Em entrevistas realizadas com pessoas que se declararam envolvidas com o tráfico de drogas na Cidade de Deus, perguntei se sabiam da existência dessa tal lista. Dois traficantes confirmaram que o mapeamento era, de fato, realizado e, em tom de ameaça, explicitaram que quem “fechava com os policiais” estava sendo mapeado, “monitorado”, e que futuramente seria punido. Um dos traficantes deu a seguinte explicação: “Não tem lista em papel, mas a gente já sabe quem é quem. Quando anunciarem ‘A UPP vai sair daqui a uma semana’, pode vir comprar casa na Cidade de Deus, porque vão vender casa e bar por 20 reais. Papo reto”. Já outro entrevistado me indagou: “Você acha que nós aqui é cego? Nós estamos ligados em quem entra e quem não entra na sede da UPP, em quem fortalece e quem não fortalece a UPP. A gente está ligado em tudo”.

Essa “onda de ameaças de retaliação”, contudo, perdeu um pouco de força passado o primeiro ano da UPP. Acredito que isso possa ter ocorrido porque, como se formou um consenso em torno das UPPs e os moradores passaram a confiar um pouco mais na polícia, o uso da coação por traficantes nesse novo contexto começou a ter um limite maior que no anterior, considerando também que as possibilidades de denúncias foram ampliadas. Obviamente, essas possibilidades continuaram ainda bastante limitadas e sempre envolveram o risco de “não darem em nada”. Mas, ainda assim, os traficantes – assim como os próprios policiais – sentiam-se mais vigiados nas favelas “pacificadas”, pois sabiam que suas ações tinham mais visibilidade e que os moradores podiam denunciá-las com mais facilidade que antes das UPPs. Por isso, esses atores faziam um certo cálculo de até onde era mais “produtivo” reprimir que tentar “conquistar o morador”.<sup>16</sup>

---

O cruel disso é que a polícia, a imprensa acabam utilizando o morador como isca e depois deixam o cara lá” (Rodrigues; Siqueira; Lissovsky, 2012, p. 29).

16 Rodrigues, Siqueira e Lissovsky (2012, p. 29) sugerem que existe “uma correlação entre o tempo de permanência da UPP e a mitigação dos temores decorrentes das dinâmicas de intimidação. À medida que se ampliam os horizontes de permanência das UPPs, menos eficazes são os discursos que projetam punições para depois do seu fim”.

Um exemplo ilustra o que acabo de afirmar: em 2014, um morador me contou que na época em que circulava o boato de que havia uma lista dos “marcados para morrer” na Cidade de Deus, ele teve uma conversa com o “dono do morro” na favela onde este estava escondido. Segundo o morador, o traficante fez questão de desmentir o boato e dizer que aquela “história de lista” parou de circular, porque “não era produtivo ficar botando essa pressão”.<sup>17</sup> O dono da boca de fumo teria dito para os “meninos” (traficantes) pararem de espalhar aquela história, porque era “falta de visão ficar tocando terror e ameaçando morador”. E teria acrescentado que “levar a comunidade para o lado deles” seria mais inteligente, já que, se a “perdessem”, haveria cada vez mais moradores ligando anonimamente para a UPP para fazer denúncias.

Esse caso mostra como as ações do tráfico – assim como as da polícia – pareciam deslizar, em diferentes momentos, entre a repressão e a tentativa de aproximação. Em alguns momentos, o que predominava era a ameaça e o uso da força física, enquanto em outros se destacavam as tentativas de “conquistar” o morador. Embora essas investidas ganhassem menos visibilidade no contexto pós-UPP, alguns moradores afirmavam que o tráfico ainda continuava “fazendo o social”, doando, por exemplo, cestas básicas e botijões de gás para quem precisava. Um comerciante da Cidade de Deus narrou um fato em que esse tipo de doação ocorreu:

Outro dia uma mulher me chamou e falou que lá no Karatê eles estavam fazendo uma lista, levantamento nos barracos. Eu pensei até que era daqueles apartamentos que vão dar ali do outro lado. Achei que eles estavam fazendo cadastramento, mas não era, não. Uma mulher, ela perguntou assim: “Vem cá, se eu comprar sessenta bujões contigo, faz a conta para mim”. Eu falei: “Para quê, senhora? Para a senhora revender? Alguma promessa?”. Porque se fosse promessa eu apresentaria na empresa. “Não, é porque nós vamos distribuir aqui, fazer um cadastro aqui, a gente queria sessenta bu-

---

17 Outros moradores confirmaram que havia uma lista de pessoas “marcadas para morrer” por apoiar a UPP, mas que perdera força. Um morador me disse: “Essa listagem de fato existiu [...]. Mas eu acho que hoje não tem mais essa lista, acho que eles [traficantes] perderam um pouquinho de força. E o pessoal hoje já tem um pouco menos de medo de se aproximar dos policiais”.



jões.” “Quem é que vai dar?” “Ah, a rapaziada [traficantes] que vai dar”. Aí ainda rola essa benfeitoria do tráfico. Só que hoje é mais difícil, porque foi o que eu falei contigo. Como o dono, o gerente, não está aqui, você trabalhando com a parte inferior do tráfico, ele não tem autoridade para dar. Então, quando você vai pedir, tem que ligar para fulano, tem que falar ainda. Mas do lado de lá, não. Do lado de lá ainda é bem ativo. Cesta básica, bujão de gás, remédio, dinheiro para visita e dinheiro para viúva de alguns traficantes. Tem algumas viúvas de traficante que recebem até os 21 anos, como se fosse uma pensão. Isso acontece porque o tráfico do lado de lá sempre foi mais pesado do que do lado de cá. O tráfico do lado de cá é um tráfico também bem agressivo, mas do lado de lá é muito pior... Porque o lado de lá é muito mais oprimido, muito mais. Aquele barraco, aquele pessoal que mora todo lá. E o pessoal vive daquilo ali. Então eles, no jeito de arrebanhar... Porque lá, meu irmão, se acontecer alguma coisa lá, o pessoal lixa o policial da UPP. Aqui já é mais... Lá é a família inteira que é traficante, é filho, neto, bisneto. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

É interessante notar a distinção que o morador estabeleceu entre a atuação do tráfico em duas áreas da favela com “donos” diferentes. Segundo ele, nas áreas em que o tráfico era mais agressivo e enfrentava mais a polícia, não adiantava “só os meninos quererem ficar sufocando o morador”: “Nessas partes da favela, eles sabem que têm que fazer mais o social para ganhar a população para o lado deles”.

### **A rotinização e a “acomodação” temporária dos conflitos**

Para concluir este capítulo, levanto a hipótese de que, com o passar do tempo de “pacificação”, houve um relativo distensionamento das relações nas favelas com UPPs e uma acomodação temporária dos conflitos. Como o ambiente foi mapeado por todos os atores nele presentes, todos passaram a “navegar” com mais facilidade no território e a identificar as novas “pistas” que permitiam fazer a leitura do “clima da favela”. Policiais, traficantes e moradores “educaram a atenção” para monitorar constantemente o ambiente e planejar suas ações cotidianamente, com

base nas possíveis antecipações que o novo repertório para ler o clima permitia fazer.

Quando falo em planejamento das ações cotidianas não me refiro apenas a uma ação racional – que poderia ser feita a partir da existência de mapas mentais já construídos. Refiro-me a uma atividade reflexiva, mas também a uma sensibilidade corpórea que passou a permitir a identificação de “pistas” que facilitavam essa leitura.

Gostaria de ressaltar que o que estou chamando de “estabilização” do processo de “pacificação” ocorreu de diferentes maneiras nos diversos territórios onde as UPPs foram inauguradas. Em alguns lugares, demorou menos para a presença dos policiais na favela ser incorporada à vida cotidiana dos moradores; em outros, demorou mais. E, em alguns territórios que receberam uma UPP posteriormente, essa incorporação sequer aconteceu. É possível dizer que essa variação resulta de uma combinação de diversos fatores: o tempo de ocupação policial; o local onde a UPP se instalou; a atuação do comandante que estava à frente da unidade e o tipo de relação que os policiais conseguiam estabelecer com a população; a atuação das diversas secretarias do Estado na favela antes e depois da UPP; o histórico e a organização política dos moradores no momento pós-“pacificação”; a importância da favela para o tráfico de drogas e a forma como os criminosos atuavam anteriormente (Burgos *et al.*, 2012), e ainda, por fim, a maneira como traficantes permaneceram atuando em cada favela mesmo após a chegada da UPP.

Os policiais entrevistados durante minha pesquisa, até por já terem circulado por diversas favelas – já que eram transferidos de uma UPP para outra ou mesmo enviados temporariamente para dar apoio em uma unidade diferente daquela em que estavam alocados –, apontaram algumas diferenças observadas entre as diversas regiões “pacificadas”. Muitos tematizaram, especialmente, as diferenças na relação entre a polícia e a população de cada favela.

O Santa Marta realmente é a unidade padrão da polícia [...]. Você anda lá, você sente o clima bom na comunidade. É diferente de você andar em outras áreas. Você anda fardado, as pessoas te olham diferente, cumprimentam diferente. Mas é tudo do local. Por exemplo, foi implantada agora a Barreira do Vasco. Lá tem um público que apoia a polícia. Cerro-Corá, lá em Botafogo,

todo mundo abraçando. Você vai ali na rua, você cumprimenta, todo mundo te cumprimentando. Já em outras favelas é complicado. (Trecho de entrevista com um policial que trabalhou na Cidade de Deus)

Aqui [no Santa Marta] tem muitos que falam com a gente, também tem muitos que têm medo de falar. Agora, em outras UPPs é muito pior. Assim, no Complexo do Alemão, que eu já fui apoiar algumas vezes, ninguém fala com você. Nem mexe a boca, passam assim, nem olham para você. É muito pior. Lá a situação é meio de guerra mesmo. Lá você vê que não está pacificado. É o que eu discordo dessa política de UPP. Eu acho que é só para, como falam no popular, “para inglês ver”. Porque não funciona realmente. Aqui na Zona Sul deu certo, dá certo, mas também não é o que dizem. Muita coisa é abafada. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Além de haver uma diferenciação de “aceitação” da UPP em favelas distintas, existia também uma variação entre diferentes áreas de uma mesma favela. Tanto os moradores como os próprios policiais reconheciam a existência dessa distinção interna, ao apontar que algumas áreas eram consideradas mais complicadas que outras.<sup>18</sup>

Embora a relação entre a polícia, o tráfico e a população variasse de favela para favela e mesmo de uma área para outra dentro de uma mesma favela, quando as primeiras UPPs foram inauguradas havia uma maior indeterminação em relação ao modo como esses atores atuariam no território. Com o passar do tempo, houve uma rotinização das UPPs e uma estabilização das modalidades de atuação tanto dos traficantes como dos policiais nos territórios “pacificados”. Por conseguinte, a rotina nes-

---

18 O Karatê, na Cidade de Deus, é sempre lembrado como uma dessas áreas mais problemáticas: “Eu considero que o Karatê é mais complicado, até por conta da condição econômica da população, que é notória [...], boa parte da população é muito carente. Então, por conta até desse histórico de carência, eu acredito que a aproximação deles com a questão do tráfico rentável com certeza foi muito mais efetiva, porque era um meio de se lucrar imediato e dentro da realidade da população – baixo estudo, nenhuma condição de entrar no mercado de trabalho –, então talvez fosse um caminho mais simples e mais fácil deles acessarem algum tipo de envolvimento e rendimento. Então, por isso, eu considero a área realmente mais complicada, porque a população em si tinha uma aproximação muito grande com o tráfico de drogas” (Trecho de entrevista realizada em 7 de agosto de 2013 com o capitão Filipe Matos de Carvalho, então comandante da UPP do Parque Proletário).

ses territórios se tornou mais previsível e houve uma acomodação temporária dos conflitos entre moradores, policiais e traficantes.

Entretanto, o cenário das favelas “pacificadas” não permaneceu estabilizado por muito tempo, pois a rotinização das UPPs acabou gerando uma reconfiguração de diversos outros problemas e conflitos nesses territórios; reconfiguração esta que foi acompanhada pela insurgência de novos rumores e pelo ressurgimento de algumas antigas especulações. No próximo capítulo, analiso algumas dessas narrativas visando compreender os “novos” medos, tensões e problemas com os quais os atores que habitam o espaço das favelas “pacificadas” precisam lidar quando a UPP se rotiniza.

PARTE IV

**DA ESTABILIZAÇÃO ÀS NOVAS INDETERMINAÇÕES**

# 7

## NOVAS OPORTUNIDADES E PREOCUPAÇÕES PÓS-UPP

### **“A gente não quer falar de polícia... a gente quer mudar o foco”**

Se entre 2009 e 2010 foi o período da “adaptação” pós-“pacificação”, entre 2010 e 2011, com a rotinização das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), houve uma “acomodação” temporária dos conflitos entre quem chegou estabelecendo novas regras e quem vivia na favela e teve a sua rotina alterada. Passado esse primeiro período, em que a UPP era o foco do debate público, outros assuntos passaram a ganhar protagonismo nos primeiros territórios “pacificados”. Essa mudança de foco pode ser notada, por exemplo, na fala de uma moradora durante o 16º Fórum da UPP Social, realizado no Santa Marta em 27 de outubro de 2011:

Eu desci e subi esse morro, segunda-feira, falando para todo mundo: “Vamos lá ver o que é a UPP Social”. O pessoal: “Ah, eu não vou lá, não, porque não vou falar de polícia”. Não é para falar de polícia, não. Se for para falar de polícia, a gente cala a boca e vai embora! A gente não quer falar de polícia... a gente quer mudar o foco, porque tem muita coisa para ser falada ainda. (Trecho de depoimento de uma moradora do Santa Marta durante o 16º Fórum da UPP Social)

Muitos dos “problemas sociais” que já existiam nas favelas havia décadas – como o recolhimento precário do lixo, a existência de valas a céu aberto, as interrupções no abastecimento de água e de luz, além de outras demandas estruturais ligadas à saúde, à educação e à cultura – continuaram afetando a vida dos moradores depois da “pacificação”. Tais problemas passaram a ser o alvo de muitas das reclamações que ganha-

ram força no debate público nas favelas com UPP entre 2011 e 2012. Como resumem Bautès e Gonçalves (2011), essas reclamações se multiplicaram porque, na visão da população, “os serviços públicos nas favelas ainda estão fracos em relação à onipresença da força policial” (p. 23). Essa percepção era compartilhada não só pelos moradores, mas também por vários policiais: “A velocidade com que a UPP caminhou foi diferente da velocidade de todas as outras secretarias [...]. Está difícil de acompanhar essa velocidade na qual a gente tem ocupado esses territórios”.<sup>1</sup>

Desde o início da “pacificação” do Santa Marta, o então secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, anunciava que a ocupação policial seria seguida de uma “ocupação social”. No entanto, inicialmente, ninguém sabia ao certo como seria feita a articulação entre a ação policial e a social em áreas com UPPs. Como o governo do estado e a prefeitura demoraram a definir como essa articulação aconteceria, os policiais de UPPs começaram a ter de lidar com demandas para solucionar problemas que, até então, não eram considerados “problemas de polícia”. Isso porque muitos moradores cobravam deles respostas para diversas questões “sociais”. Alguns agentes da UPP diziam enxergar com “bons olhos” o fato de a polícia estar sendo procurada para intermediar a relação entre a população e o governo, pois para eles isso era um sinal de que tinham conseguido conquistar alguma credibilidade entre os moradores. Mas, por outro lado, a concentração desse poder “nas mãos” dos PMs gerava uma série de problemas, principalmente porque sobrecarregava os policiais, que ficavam com a sensação de estar “levando a culpa de tudo sozinhos”:

Os próprios policiais reclamavam que estavam “caindo no colo e na conta” da UPP problemas que não eram de polícia [...]. A verdade é que estamos trabalhando em cima dos problemas que vêm surgindo por conta da pacificação [...]. É um problema maior do que de polícia, só que a conta, o problema, cai para quem é da polícia [...]. Mas a gente gosta disso, porque de-

---

1 Trecho de depoimento da major Pricilla Azevedo durante o seminário internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – a experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal.

monstra credibilidade, e aí a gente orienta. (Trecho da fala da major Pricilla Azevedo durante o seminário internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – a experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

Tinha que ter mais investimento: educação, saúde, saneamento. Que isso traz o morador para perto da gente também, para ele sentir mais confiança. Só polícia não resolve, não. [...] Porque aqui a gente representa o Estado, se o Estado faz, o Estado representa a gente e a gente representa o Estado. (Trecho de entrevista com um policial do Parque Proletário)

Machado da Silva (2010a), já no primeiro ano após a criação das UPPs, advertia que elas não se sustentariam sozinhas, uma vez que exigiam “outros programas paralelos de intervenção pública”, e alertava que um dos principais riscos do projeto era o de “policializar” a atividade político-administrativa nos territórios da pobreza. Segundo o pesquisador, “transformar um braço da repressão ao crime em organização política é tudo que o processo de democratização não precisa” (p. 6). Uma das estratégias adotada pelo Estado para lidar com esse perigo foi inaugurar em 2010 a UPP Social. Como resume Rocha (2014, p. 5):

Moradores de favelas, especialistas e autoridades compartilham da preocupação de que somente as UPPs não são suficientes para “integrar” as favelas à cidade e à cidadania. Assim, os diversos atores declaram a necessidade de outros tipos de atuação, por parte do poder público e também da sociedade, nesses territórios. É nesse sentido que o programa UPP Social foi apresentado: como uma “agenda posterior à pacificação”.

Não acompanhei em campo a implementação da UPP Social nem as atividades desenvolvidas pelos agentes do projeto. Isso porque, no Santa Marta, os agentes da UPP Social só começaram a atuar em outubro de 2011, durante o período em que eu estava morando fora do Brasil. Na Cidade de Deus, por sua vez, nenhum de meus interlocutores tinha qualquer contato ou familiaridade com o projeto. Portanto, não fiz pesquisa sobre ele nem tenho material empírico para avaliá-lo em sua complexidade. Mas, ainda que sem a pretensão de fazer uma análise aprofundada, apresentarei a seguir um breve relato do que ouvi durante meu trabalho de campo sobre a UPP Social e o projeto Territórios da Paz.



## **Percepções sobre a UPP Social e os Territórios da Paz**

A UPP Social foi idealizada em 2010, quase dois anos após a inauguração da UPP do Santa Marta, pelo economista Ricardo Henriques – que era secretário de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) – para “consolidar o controle territorial e da pacificação, a promoção da cidadania e do desenvolvimento social e a integração plena das comunidades pacificadas por UPP ao conjunto da cidade do Rio de Janeiro” (Edital Seleção Pública – UPP Social, 2010).

No decreto nº 42.727, de 30 de novembro de 2010, que instituiu o programa, o então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, atribuiu à UPP Social função complementar à da polícia no processo de “pacificação”. Como indica Couto (2016, p. 174):

Na esteira da nova política de segurança do governo estadual, foi criada então a UPP Social, como complementação dos esforços de atuação da polícia. Em outras palavras, uma vez solucionado um dos supostos empecilhos para a plena atuação do poder público – o controle territorial por narcotraficantes –, era preciso, então, qualificar a presença do Estado e mesmo do setor privado nesses espaços, consolidando o processo de “integração” dos mesmos na cidade. Era preciso, além disso, evitar que a polícia se tornasse o principal e mais forte agente público presente nas favelas. Se a proposta de “pacificação” deveria ser duradoura, era preciso agir contra a militarização do cotidiano dos favelados, evitando que a polícia assumisse aos poucos todas as funções do poder público na favela.

Na prática, o projeto visava atender às demandas dos moradores de favela em relação aos seus locais de moradia através de análises quantitativas e qualitativas das necessidades de cada área “pacificada”. Essas análises seriam produzidas por Unidades de Gestão Local, compostas por técnicos qualificados contratados pela UPP Social, e repassadas ao governo do estado pelas Câmaras de Gestão Estadual e Municipal, formadas pelos secretários e demais representantes dos órgãos públicos pertinentes. Nas palavras de Couto (2016, p. 178), “a UPP Social estimularia uma presença qualificada do Estado e de seus parceiros nas áreas ‘pacificadas’, alterando gradualmente um histórico de relações pouco democráticas, até que se tornasse desnecessária a sua atuação”.

No segundo semestre de 2010, começaram a ser implementadas três experiências-piloto da UPP Social: no Morro da Providência, na Cidade de Deus e no Complexo do Borel, onde foram criadas Unidades de Gestão Local. Além disso, foi criada uma unidade central de gestão, responsável pela comunicação entre as equipes locais e os órgãos pertinentes para solucionar as questões levantadas.

No entanto, em dezembro de 2010, pouco após o início da implementação dessas primeiras experiências, o projeto da UPP Social começou a enfrentar obstáculos. Devido a disputas políticas, Ricardo Henriques teve que deixar a SEASDH e assumir a presidência do Instituto Pereira Passos (IPP). Como lembra Couto (2016, p. 174), “com Henriques deixaram a secretaria muitos dos formuladores da UPP Social, fragilizando o programa recém-criado e levantando dúvidas quanto à sua continuidade”. Consequentemente, o projeto foi transferido para a prefeitura e rebatizado de UPP Social Carioca.

Vale notar que, quando a UPP Social passou a se vincular à prefeitura, na teoria, seu objetivo permaneceu o mesmo: promover um novo modelo de gestão que superasse o histórico de “ausência do Estado” nas favelas, com base em informação qualificada, participação das populações envolvidas e otimização das intervenções sociais. Na prática, contudo, passou a haver uma “atuação cada vez mais focada na melhoria dos serviços da prefeitura, deixando relativamente de lado a esfera de questões referentes à adaptação no cotidiano da relação entre polícia e moradores” (Couto, 2016, p. 175). A estrutura organizacional da UPP Social também foi alterada, abandonando a divisão entre Unidades de Gestão Local e Câmaras de Gestão Municipal e Estadual e passando a ser composta por três setores diferentes: a Gestão de Informação (GInfo), a Gestão Institucional (GI) e a Gestão Territorial (GT).<sup>2</sup>

O trabalho em conjunto dessas equipes era desenvolvido em três fases do programa: pré-implantação, implantação e consolidação. Na primeira, todos os setores do tripé institucional se voltavam para o acúmulo de informações sobre o “território” a partir de uma metodologia de formulação de políticas públicas que recebeu o nome de “escuta forte”.

---

<sup>2</sup> Para mais informações sobre o funcionamento de cada uma dessas áreas, ver Couto (2016).

Essa fase de pré-implantação durava de um a três meses e terminava oficialmente com a realização do Fórum UPP Social, que inaugurava, então, a fase de implantação do programa, também chamada de fase de gestão. O fórum era o momento de apresentação do projeto para as favelas recém-ocupadas.<sup>3</sup>

De acordo com Couto (2016), após a realização dos fóruns, a fase de implementação era caracterizada por um momento em que padrões de relacionamento mais estreitos com as secretarias já tinham sido criados. Logo, era o momento em que os agentes do programa buscavam levar a “escuta forte” para dentro das secretarias, propondo planos de trabalho participativos – chamados internamente de “Vamos combinar” – para solucionar os déficits de atuação do poder público e estabelecendo fluxos de diálogo que possibilitassem a resolução de questões pontuais.

A terceira fase do programa da UPP Social (a “consolidação”) teria como prioridade o lançamento dos “planos de desenvolvimento locais”. Essa seria principalmente uma fase de avaliação e monitoramento de ações. Segundo Couto (2016), seria também uma fase de preparação para o encerramento de um programa que pretendia ser transitório, ou seja, que se propunha acabar uma vez que seus objetivos fossem alcançados. Essa fase, contudo, nunca chegou a ser alcançada, já que a saída de Ricardo Henriques do IPP – para assumir a presidência do Instituto Unibanco – se deu ainda no início da segunda etapa para a maioria das equipes, quando a própria elaboração dos “planos de desenvolvimento locais” ainda nem estava em discussão.

Enquanto todas essas mudanças ocorriam, no âmbito estadual o novo secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Rodrigo Neves, decidiu manter ao ideia do programa – após a transferência da UPP Social para a prefeitura – e modificar a sua nomenclatura para “Territórios da Paz”. Fleury *et al.* (2013) apontam que as ações da UPP Social Carioca e dos Territórios da Paz passaram a se sobrepor em diversos aspectos, já que ambos tinham o intuito de promover a coordenação das políticas locais e a participação dos moradores, permitindo um fluxo contínuo de informações entre os gestores das políticas e as demandas comunitárias.

---

3 Para uma análise crítica da realização dos fóruns, ver Rocha (2014).

De acordo com Misse e Alvim (2012), a principal diferença dos dois programas era que a UPP Social tinha como dinâmica central os fóruns – que nada mais eram que reuniões comunitárias organizadas pelos gestores sociais do IPP e realizadas logo após a inauguração de uma nova UPP –, ao passo que os Territórios da Paz tinham como ponto de partida a criação de equipes de gestão social que eram alocadas nos territórios sem a realização de um fórum. Tais equipes deveriam apenas observar as reuniões locais e mapear as redes existentes para fortalecê-las.

Durante minha pesquisa, pude notar que os moradores do Santa Marta e da Cidade de Deus pareciam alheios a essas mudanças e às diferenças existentes entre os dois projetos. Nas entrevistas realizadas com moradores e policiais, para minha surpresa, muitos entrevistados afirmaram não conhecer a UPP Social nem os Territórios da Paz. Praticamente só as lideranças comunitárias e os comandantes de UPP diziam conhecer as duas iniciativas, e, entre eles, havia uma opinião quase unânime de que os projetos não estavam conseguindo atingir seus objetivos. O comandante da UPP do Parque Proletário, por exemplo, disse que onde ele trabalhava os agentes de ambos os projetos eram “muito pouco atuantes”. Ele contou que havia encontrado “o menino da UPP uma vez só” e que não sabia se existia o programa Territórios da Paz no Parque Proletário.

O presidente da Associação de Moradores do Santa Marta inicialmente afirmou que a UPP Social era resultado de uma cobrança da organização: “Por isso o Santa Marta avançou na frente e hoje se criou a UPP Social”. Mas, se, por um lado, a UPP Social era vista por ele como uma possibilidade de diálogo aberto com representantes da prefeitura na favela, por outro, algumas outras lideranças enxergavam o projeto como uma estratégia de cooptação da organização associativista de moradores para o nível do Estado.

Quando foi lançado o primeiro Fórum UPP Social, no fim de 2011, algumas lideranças comunitárias relataram ter a sensação de que o projeto havia demorado demais para chegar à favela.<sup>4</sup> As falas dos moradores

---

4 Embora eu não tenha participado desse evento, por estar fora do Brasil, alguns moradores relataram suas percepções sobre a reunião e me passaram a gravação do evento completo. Os depoimentos que cito aqui foram, portanto, retirados da transcrição que fiz da gravação do fórum.

durante o fórum foram marcadas por críticas à postura dos agentes do poder público, que, segundo eles, sempre chegavam à favela com projetos prontos. Algumas lideranças comunitárias questionaram se os agentes da UPP Social realmente queriam dialogar com a população. Um jovem indagou: “Será que o morador vai ser ouvido, será que ele vai poder falar e a opinião dele vai ser levada em conta? Por exemplo, se quiserem um curso de acupuntura, vai ser ouvido isso?”.<sup>5</sup> Outra moradora acrescentou: “Uma coisa que o governo tem que entender: a gente não é espectador; a gente é protagonista. [...] Porque essa é a sensação: os projetos já estão prontos. Quem participou desse projeto da UPP Social levanta a mão. [...] Ninguém participou!”.

Alguns dos meus interlocutores consideravam que os agentes do Territórios da Paz eram mais atuantes no Santa Marta que os da UPP Social, pois realizavam debates constantes sobre temas como a coleta do lixo na favela.<sup>6</sup> Mas, ainda assim, ouvi várias pessoas criticarem o fato de os agentes de ambos os projetos apenas ouvirem as demandas dos moradores sem que isso resultasse em qualquer melhoria efetiva dos problemas que enfrentavam. Essa mesma crítica parece ter se multiplicado em vários outros territórios “pacificados”. Um líder comunitário do Santa Marta resumiu essa crítica enfaticamente durante uma entrevista, ao salientar que a tentativa da UPP Social de criar uma nova organização coletiva para o campo comunitário da favela não teve êxito:

A UPP social não foi capaz de desenhar esse campo. Ela não teve capacidade política para poder chamar para ela essa centralidade e costurar um novo desenho de representação coletiva. E, muitas vezes, ela, eu acho, na tentativa

---

5 Como apontam Ost e Fleury (2013, p. 654), há muitos moradores do Santa Marta que “acreditam que os cursos oferecidos por instituições como Faetec [Fundação de Apoio à Escola Técnica] e Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) não condizem com os anseios da população e principalmente dos jovens. Para eles, tais cursos não dão oportunidades e capacidades novas para os jovens, mas os limitam aos subempregos que o mercado lhes oferece e nos quais prefere mantê-los”.

6 Como apontou uma moradora do Santa Marta durante o 16º Fórum da UPP Social: “O lixo realmente nos preocupa. [...] Eu acho um absurdo a gente ter que subir e andar no meio de ratos e baratas. Eu acho que a quantidade de garis não é suficiente”. Em 2014, um grupo de moradores preocupados resolveu criar o Coletivo Santa Marta, que lançou a campanha “Eu quero o Santa Marta limpo!” e realizou atividades, como um “vassouração” na favela.

[de consolidar essa centralidade], em alguns lugares acabou se sobrepondo às dinâmicas que estavam acontecendo nesses territórios. Eu acho que hoje a gente tem um desafio enorme, que é pensar qual é o desenho organizativo que vai ser capaz de responder a essa atualidade da favela pacificada. (Trecho de entrevista com um líder comunitário do Santa Marta)

A eficiência da UPP Social e do Territórios da Paz, entre 2012 e 2013, passou a ser amplamente questionada. Como sintetizam Fleury *et al.* (2013), os projetos não conseguiram atingir seus objetivos iniciais, uma vez que não havia uma descentralização de poder no âmbito do governo que lhes conferisse “autoridade e recursos suficientes para responder às demandas da população local”. Segundo as autoras, essa centralização resultava de “um modelo decisório extremamente fechado no qual a convocação à participação era frequentemente denunciada pelas lideranças locais como mera representação, incapaz de responder de forma eficiente às demandas estruturais da favela” (Fleury *et al.*, 2013, p. 2).

Vale notar que, além de receberem muitas críticas, os agentes da UPP Social também tiveram que lidar, ao longo dos anos em que trabalharam no projeto, com uma constante indeterminação em relação à sua continuidade. As primeiras indeterminações surgiram poucos meses depois que o projeto foi criado e transferido do governo do estado para a prefeitura. Em 2013, novas incertezas surgiram após a saída de Ricardo Henriques da coordenação. Desde então, começaram a circular rumores sobre um possível fim do projeto. Em 25 de março de 2013, o jornal *Extra* divulgou a informação de que o programa terminaria em abril, mas logo depois a prefeitura desmentiu a notícia. No entanto, ainda assim, os rumores não pararam de circular. Muitos dos pesquisadores contratados que atuavam na UPP Social se demitiram ou foram desligados do programa. Em fevereiro de 2014, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) abriu editais para contratar novos profissionais para a UPP Social. Seis meses depois, em agosto de 2014, a prefeitura resolveu “rebatizar” o projeto:

Sai o UPP Social e entra o Rio Mais Social. [...] O prefeito Eduardo Paes anunciou mais R\$ 888 milhões em investimentos sociais nas áreas com UPP. [...] A mudança do nome do programa foi comemorada [...]: “A equipe ficou muito satisfeita. O nome UPP Social era vinculado à polícia e parecia que era o

braço social dela. Uma boa parte dos moradores ainda tem medo e resiste a qualquer coisa que tem a ver com a polícia. Isso estava dificultando o trabalho dos agentes”, declarou Eduarda La Rocque, presidente do Instituto Pereira Passos, que coordena o atual Rio Mais Social. (Paes..., 2014)

A criação do Rio Mais Social – que foi mais uma tentativa de separar a UPP social da UPP militar – abriu mais um capítulo do complexo processo de injeção de investimentos sociais em áreas “pacificadas”. De acordo com gestores que trabalhavam no projeto, sua proposta passou a ser mais voltada para a promoção do empreendedorismo em áreas “pacificadas”.

Quando Eduarda La Rocque, ex-secretária de Fazenda do município do Rio de Janeiro, assumiu o comando da UPP Social Carioca, o programa teve “uma guinada no foco”, já que a atuação nos territórios passou a girar em torno de iniciativas como o “fomento e a consultoria de negócios” e o fortalecimento da “cultura do empreendedorismo” (Rocha, 2014, p. 17). Segundo Couto (2016), as propostas de “integração” com base na qualificação do próprio modelo de prestação de serviços públicos cedeu espaço para uma atualização do papel da UPP Social como órgão de fomento a investimentos privados e públicos em favelas. Araujo Silva e Carvalho (2015) também fizeram um diagnóstico parecido, apontando que, desde 2012,

a UPP Social sofreu uma guinada substantiva. Suas diretrizes foram profundamente alteradas, deslocando-se da linguagem dos direitos para a do mercado. Vendo as favelas como “janelas de oportunidades” para investimentos de empresas “com responsabilidade social”, o programa tem feito a mediação entre as demandas das favelas e o mercado, entendido como “ágil” e “eficiente”. Esse processo certamente merece ser analisado em seus desdobramentos. Aqui resta apenas sinalizar que, “na ausência do Estado”, os inúmeros canais de mediação política abertos pela “pacificação” encontram eco no mercado. (Araujo Silva; Carvalho, 2015, p. 73)

Como indicam as autoras, os desdobramentos desse processo precisam ser analisados, especialmente no momento de crise econômica que atravessa o estado e o país, responsável pela redução ainda maior dos investimentos sociais. Em campo, era possível notar que os impactos da crise econômica internacional de 2008 e a forte desaceleração interna

da economia brasileira a partir de 2012, que incentivou os governos estaduais a reduzirem as verbas destinadas a projetos de caráter social, colaboraram para aumentar ainda mais, entre a população das favelas “pacificadas”, a percepção de ineficiência do Estado em relação à implementação e execução dos projetos sociais.

### **“Será que ainda estaremos aqui quando as Olimpíadas chegarem?”**

O Estado deve garantir o direito dele de ir e vir. Agora, nós da comunidade nos preocupamos. Por quê? Para que os turistas e o povo da rua não ocupem o nosso espaço na favela. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Um ponto comum entre todos esses projetos criados após a UPP era que eles “vendiam” a ideia de que a “pacificação” havia trazido uma “importante conquista para o exercício da cidadania” nas favelas.<sup>7</sup> Durante meu trabalho de campo, pude notar que tal ideia era questionada por diversos moradores de áreas “pacificadas”. Uma jovem do Santa Marta, por exemplo, disse-me certa vez que achava “errado esse papo de que a cidadania chegou com a UPP”: “[...] todos nós já éramos cidadãos antes mesmo da UPP chegar. Todos nós já pagávamos impostos de várias outras formas”. Um morador da mesma favela afirmou: “Esse fato de ser mais cidadão está prejudicando a nossa vida, a gente não queria que fosse assim. A gente queria ser cidadão, mas continuar morando aqui”. Essa fala evidencia como a “pacificação” gerou um medo entre os moradores de que, com esse processo, talvez eles não conseguissem mais se manter na favela. O *rapper* Fiell, em 26 de janeiro de 2011, abordou esse medo em um texto que escreveu sobre alguns dos impactos gerados pela chegada da UPP na favela:

---

7 De acordo com depoimento de Ricardo Henriques publicado na nota “Sky e governo do estado do Rio de Janeiro lançam plano de TV por assinatura para áreas de UPPs”, divulgada em 14 de setembro de 2010 para lançar a Sky UPP. Disponível em: <http://www.sky.com.br/institucional/empresa/PDFs/pressrelease-36.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.



### “MUITO ALÉM DA UPP: A LIMPEZA ÉTNICA EM TORO DOS ENCLAVES FORTIFICADOS DOS RICOS”

Há mais de dois anos da implantação da UPP (...) O que melhorou? Aqui apresento uma ótica de quem vive lá. (...) Falo além da UPP, porque me lembro de toda a midiática em prol da revolução chamada de UPP (...) Agora, eu quero tirar a UPP desse texto e falar sobre a nossa vida hoje no morro Santa Marta. O desafio que será para todos os moradores permanecerem neste território de negócios para a especulação imobiliária. Vejo um outro morro Santa Marta, onde moram estudantes de classe média, estrangeiros. Onde há disputa para alugar um barraco de dois metros quadrados pela quantia de R\$ 350. Vejo bar se transformando em república, vejo bares tendo que se adaptar à tendência de ser empreendedor. Vejo as marcas excedentes de bebidas alcoólicas nesses bares, em troca de cadeiras e mesas. Vejo também muitos comércios agonizando para resistir à morte, demitindo funcionários e aumentando seus preços. (...)

Agora, existe uma melhoria que eu também reconheço: diminuíram as armas nas mãos dos civis e hoje não ouvimos mais tiros a esmo. O número de mortes com armas letais reduziu. Isso é muito bacana e direito nosso, já que no Brasil não vivemos em uma guerra. Porém (...) até a chegada das Olimpíadas, não sei se estaremos aqui no morro Santa Marta. Hoje, mais do que nunca, temos um custo de vida muito caro. A nossa conta de luz chega com valores aleatórios. (...) Cadê a tarifa social?

Sutilmente, estão “higienizando” a favela, sem que a totalidade dos moradores perceba. A mídia pulveriza a mente do trabalhador com o *slogan* de favela modelo e que temos que agradecer ao santo Sérgio Cabral governador do Rio de Janeiro. O Presidente Lula veio ao morro Santa Marta em setembro de 2010 e propagou que temos que esquecer o nome favela, pois esse já passou e é feio. Mas ninguém comenta a omissão com os moradores do pico do morro, pois lá não chegou absolutamente nada de urbanização. Toda essa transição beneficiou alguém: os enclaves fortificados dos ricos. Esses estão felizes da vida, com o aumento dos seus imóveis, de R\$150 mil para R\$ 300 mil e R\$ 400 mil etc.

Hoje não podemos realizar o baile *funk* no morro, mas os blocos de fora do morro, fazem seus eventos aqui e rola mais do que um baile *funk*. A UPP também faz suas festas, e não tem nenhum problema.

Faço uma convocação para todos os trabalhadores que querem residir nas favelas, principalmente da Zona Sul. Vamos nos organizar porque as remoções vão vir e toda nossa história irá virar mais um livro para sociólogos e pesquisadores que não moram em favelas.

Em seu texto, Fiell elenca uma série de mudanças que ocorreram após o início do processo de “pacificação” e que impactaram fortemente a vida dos moradores, como: a regulação do comércio local e de alguns serviços, como o de luz; o aumento do valor dos imóveis e do preço dos aluguéis; o aumento do fluxo de turistas e de investimentos realizados por empresários “de fora” nas áreas “pacificadas”; o aumento do fluxo de “playboys” que passaram a frequentar festas e eventos em territórios “pacificados”. Tratarei a seguir de cada uma dessas mudanças e dos efeitos (positivos e negativos) que geraram.

### **A regulação dos serviços de água e energia elétrica**

Como mostrei no capítulo 3, o processo de “pacificação” envolveu um novo ordenamento dos territórios com UPP, que incluiu a regularização do fornecimento de eletricidade e de água nesses territórios. Moradores do Santa Marta reclamavam, contudo, que tal regularização não havia sido acompanhada de uma melhoria significativa dos serviços prestados.<sup>8</sup> Eles se queixavam de ter que pagar, por exemplo, a mesma taxa de esgoto paga pelos moradores do “asfalto”, embora o saneamento das áreas não fosse o mesmo, tampouco o fornecimento fosse igualmente distribuído, uma vez que faltava água no morro com frequência. Quanto à iluminação pública, a reclamação se repetia, já que os moradores pagavam pelo serviço, mas constantemente se deparavam com muitas ruas escuras na favela. Prevalencia entre os moradores, portanto, a sensação de que, apesar de estarem pagando as mesmas taxas que os moradores de outras áreas da cidade, não estavam sendo tratados da mesma forma, o que feria sua condição de cidadania (Ost; Fleury, 2013). Um morador do Santa Marta resumiu essa sensação:

Bom, segurança é um conceito muito amplo. Iluminação pública é segurança! E temos, hoje, no Santa Marta, dezenas de lâmpadas queimadas, que a

---

8 A Light, concessionária responsável pelo serviço, alegava na época que as quedas de energia na favela eram geradas, em sua maioria, por moradores que insistiam em fazer “gatos” (ligação clandestina de energia). No Santa Marta ouvi o rumor de que pessoas que trabalhavam com eletricidade na favela estariam cobrando 50 reais para fazer “gato” na casa de quem se interessasse. Já na Cidade de Deus circulavam rumores de que os próprios funcionários da Light estariam se oferecendo para fazer esse serviço de ligação ilegal de energia.

Rio Luz – desculpe o termo que eu vou usar, de novo – caga e anda. Na conta de luz aparece a famigerada taxa de iluminação pública. A gente paga e não tem iluminação pública, também paga taxa de esgoto junto com a conta de luz, mas aqui tem um monte de vala a céu aberto e vive faltando água. Então, que cidadania é essa? Que inclusão é essa da favela na cidade? (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Além disso, muitos moradores relataram encontrar dificuldades para arcar com as contas de água, que não paravam de aumentar desde o início do processo de “pacificação”. Eles apontaram que esse aumento constante gerou grande ansiedade, já que não permitia a cada família prever quanto poderia gastar a cada mês. Um morador da Cidade de Deus e outro do Santa Marta afirmaram o seguinte:

A conta de luz aqui na Cidade de Deus tem vindo muito cara. As contas não param de subir. E a gente nunca sabe o que esperar em relação à conta do mês seguinte. A gente fica nervoso, porque teve conta de luz aí que veio 200 e pouco. Então, a gente pensa: “Se subir mais no próximo mês, vou ficar no escuro, porque não vou ter como pagar”. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

A Light, se você não pagar no dia, ela humilha você, ela corta a sua luz e você fica no escuro... Quem está no mundo externo, de fora, vê na internet lá e acha que o colorido do morro está bonito. O jornalista quebra a cabeça dele lá, faz um floreio danado para escrever que está tudo lindo no morro. Mas aqui nós estamos no clima; no dia a dia, a realidade é outra. Quem está de fora, maravilha. Por enquanto, não, não está essa coisa toda, não. Eu não sou pessimista, não. Eu sou até otimista. Mas a realidade está difícil. As contas estão chegando num valor cada mês mais alto e quem vive de salário mínimo daqui a pouco não vai conseguir pagar, não! (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Diversos moradores da favela estabeleciam uma associação entre as contas altas e o fato de a medição do consumo de energia elétrica no Santa Marta ser realizado através de *chips*. Como apontam Cunha e Mello (2012, p. 157), em 2010, a Light instalou na favela “um sistema de telemedicação para todas as ações, através do qual a companhia faz[ia] cortes e ligações diretamente da empresa e controla[va] o consumo residencial sem precisar medir o relógio todo mês, como fazia anteriormente”. Tal

sistema já foi investigado pelo Ministério Público, que sugeriu a suspensão de seu uso.<sup>9</sup> Contudo, os *chips* continuam sendo utilizados em diversas favelas e constantemente criticados pelos moradores.<sup>10</sup>

## **A valorização imobiliária e o aumento do valor dos aluguéis**

Além das contas de luz (Pilo, 2016; Werneck; Loretto, 2018) e de água, outro fator que passou a pesar no orçamento dos moradores de áreas “pacificadas” foi o aumento abrupto do valor dos aluguéis desde 2008. Durante o trabalho de campo, ouvi relatos de moradores que haviam se mudado de áreas com UPP devido ao aumento do preço do aluguel. Ouvi um desses relatos em uma tarde na Praça do Cantão (parte baixa do Santa Marta). Enquanto eu fazia uma entrevista com Bitá, um nordestino de 60 anos que morava na favela havia mais de cinquenta, uma amiga dele – que aparentava ter cerca de 40 anos – se aproximou de nós e começou a contar que iria se mudar em breve do morro. Bitá se mostrou surpreso com a notícia e perguntou onde ela ia morar. A amiga – que morava havia muitos anos na favela, apesar de ter nascido na Paraíba – respondeu que

---

9 “As 180 mil residências do Rio que têm o consumo de luz registrado por medidores eletrônicos com *chip* da Light poderão ter de volta os tradicionais relógios mecânicos. [...] Segundo o promotor Pedro Rubim [...]: ‘O procedimento da empresa causa um prejuízo injustificado ao consumidor. Até porque, mesmo recebendo uma conta com um valor absurdo, o cliente tem que primeiro pagar para só depois discutir, sob pena de ter sua energia cortada’. [...] Além disso, os novos medidores eletrônicos privam os consumidores da segurança de terem o acompanhamento contínuo de seus gastos” (Viana, 2012).

10 O ápice de reclamações ocorreu em 2013, quando as contas de muitos moradores tiveram um abrupto aumento. De um mês para o outro, alguns moradores deixaram de pagar entre 50 e 80 reais e passaram a pagar entre 200 e 300 reais. Nos meses seguintes, algumas contas chegaram a custar entre 500 reais e mil reais. Um senhor com quem conversei e que tinha uma mercearia bem simples, com apenas uma geladeira, contou-me que a conta do negócio chegou ao valor de 3 mil reais. Em virtude desse aumento tão exagerado, que não parecia ter qualquer relação com um aumento do consumo, os moradores organizaram uma manifestação e fizeram reuniões para pensar na melhor estratégia de conter o avanço dos preços. Uma das ideias levantadas era processar individual e coletivamente a Light pelo uso da medição eletrônica, assim como já estavam fazendo os moradores de Vigário Geral, que também participaram da reunião com o intuito de orientar os moradores do Santa Marta.

ia se mudar para um bairro de Japeri por causa do aumento do custo de vida no Santa Marta. Ela disse que não dava mais para morar ali porque o aluguel no morro estava muito caro: “[Está] 300 reais e tem que pagar a luz, tem que pagar a água. E lá não paga luz, não paga água, não paga nada”. Bitá lamentou, dizendo achar que aquela “questão do aluguel” iria piorar ainda mais e que, na visão dele, violência era aquilo: “cobrar um aluguel que o morador não podia pagar!”. Posteriormente, ouvi tanto no Santa Marta quanto na Cidade de Deus outros relatos de moradores que também estavam encontrando dificuldade em permanecer na favela.<sup>11</sup>

Obviamente, o aumento dos aluguéis não estava relacionado apenas ao processo de “pacificação”, mas também à valorização imobiliária ocorrida em quase todas as capitais brasileiras e, especialmente, na cidade do Rio de Janeiro na segunda década dos anos 2000. Segundo levantamento do Sindicato da Habitação do Rio (Secovi Rio), entre 2002 e 2012, os preços dos imóveis na cidade aumentaram até 700%. Tal valorização, embora tivesse prejudicado quem tinha que pagar aluguel, beneficiou alguns moradores do Santa Marta que possuíam imóveis para alugar no morro. Essas pessoas viram seus rendimentos com aluguéis se multiplicarem com a chegada da UPP. Como afirmou uma moradora da favela de Botafogo: “Tem gente aí [no morro] que tem três, dez, quinze, vinte imóveis! Esse pessoal está faturando. [...] Tem um espaço aqui três por três, um porãozinho com água, que pensei que era impossível alguém morar, mas foi alugado”.

Com o aquecimento do mercado imobiliário nas favelas, ouvi alguns moradores da Cidade de Deus afirmarem que seu sonho era conseguir juntar dinheiro para investir na construção de quitinetes. Eles defendiam que aquele era um ótimo negócio, já que o investimento não precisava ser muito alto e o retorno, segundo eles, era garantido. Certa vez, um mo-

---

11 Se em 2012 a amiga de Bitá já reclamava do aluguel, que custava 300 reais, em 2014 moradores relatavam que era praticamente impossível encontrar casas para alugar na favela por esse valor. Uma moradora me disse que o preço para alugar casas no Santa Marta girava em torno de 700 a mil reais em 2014. O valor do quarto que aluguei entre 2011 e 2012 no morro dobrou depois de dois anos. Vale notar que o padrão dos preços de aluguéis de quarto parece ser o mesmo em muitas favelas “pacificadas” da Zona Sul. Em 2014, um amigo alugou um quarto para morar no Morro da Babilônia por 700 reais ao mês.

rador me disse, arrependido: “Eu queria ter tido visão para investir nesse negócio de quitinetes há alguns anos. Quem investiu no mercado imobiliário da favela está se dando muito bem agora!”.

Em 2010, *O Globo* divulgou uma reportagem sobre Zé do Carmo, um morador do Santa Marta que foi apelidado pelo jornal de “Eike Batista do Dona Marta”. Considerado um empresário de sucesso na favela, ele se tornou dono de uma barbearia, de um salão de beleza e de diversos imóveis no morro. Após a chegada da UPP, ele passou a alugar esses imóveis não só para os locais, mas também para estrangeiros. Em 2012, por exemplo, ele alugou um de seus imóveis para a gravação do filme americano *Velozes & Furiosos*.

Alguns moradores do Santa Marta, como Zé do Carmo, passaram a lucrar bastante com a constante presença de “pessoas de fora” na favela após a “pacificação”. Quando passaram a ocorrer com frequência filmagens de programas de televisão, de novelas e de filmes na localidade, a associação de moradores também passou a receber contribuições em dinheiro<sup>12</sup> ou doações para serem repassadas aos moradores. Além disso, algumas pessoas conseguiram uma renda extra participando da produção dessas gravações, e outras, após a “pacificação”, começaram a atuar como guias de artistas, de políticos de outros países e de muitos turistas que passaram a visitar a favela desde 2008.

## **A “invasão” de turistas em favelas “pacificadas”**

Água morro abaixo e fogo morro acima e invasão de turistas em favelas pacificadas é difícil de conter. Algo precisa ser feito para que a positividade do momento não transforme esses lugares em comunidades “só pra inglês ver”. As favelas pacificadas tornaram-se alvo de uma volúpia consumidora poucas vezes vista no Rio de Janeiro. A partir do momento em que se instalaram as Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs em algumas favelas, é como se tivesse sido descoberto um novo sarcófago de Tutankamon, o faraó egípcio.

---

12 Segundo o presidente da Associação de Moradores do Santa Marta: “A associação só vê algum dinheiro quando tem umas filmagens aí e eles dão 2 mil, 2,5 mil para a associação, quando tem uma filmagem desse porte e a gente tenta fazer alguma reserva”.

Uma legião de turistas, pesquisadores, empresários, comerciantes “descobriram” as favelas. (Silva, 2013a)

A visitação de estrangeiros a favelas não é um fenômeno novo. No entanto, é preciso ressaltar que nunca antes houve um número tão grande de pessoas interessadas em visitar esses “territórios da pobreza” urbana como no período posterior à inauguração das UPPs. Conforme afirmou um morador do Santa Marta:

Eu acho que sempre houve um turismo aqui no morro, sempre teve... desde pessoas que são amigas nossas... sempre vieram pessoas de fora aqui no Santa Marta. Mas a partir da instalação da UPP é que aumentou absurdamente a quantidade de turista aqui no morro. Com a UPP, o turismo aumentou absurdamente. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Freire-Medeiros (2007) constata que, desde o início dos anos 1990, além do significativo aumento do número de pessoas que vêm visitando favelas, houve uma transformação na forma como essas visitas são realizadas. Se antes as visitas a favelas eram quase sempre feitas individualmente e aconteciam de forma espontânea e dispersa, agora, na maior parte das vezes, elas são realizadas em grupos e organizadas por agências ou guias individuais de turismo. Segundo Freire-Medeiros (2007), essas mudanças são produto de um processo mais amplo: a conversão da *favela carioca* em mercadoria turística.

Depois que a Rocinha se tornou o caso paradigmático de “favela turística”, com a organização regular de passeios desde a Eco 92, moradores, agentes privados e até mesmo o poder público tentaram se organizar para explorar, de diferentes maneiras, os “potenciais turísticos” de favelas como Babilônia, Prazeres, Pereirão, Tavares Bastos, Vidigal e Providência.<sup>13</sup> Mas a favela onde a atividade turística vem sendo considerada mais bem-sucedida nos últimos anos é o Santa Marta. Como apontam Freire-Medeiros, Vilaroura e Menezes (2012, p. 205), a favela

---

13 Em minha dissertação de mestrado, estudei o caso do museu a céu aberto do Morro da Providência, inaugurado em 2005 pela prefeitura do Rio de Janeiro. No trabalho mostro como o poder público enfrentou diversas dificuldades para implementar o projeto devido aos constantes conflitos existentes entre traficantes e policiais na favela – onde, na época, havia um Grupo de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE).

de Botafogo “passou a disputar com a Rocinha [...] a imagem de favela mais visitada da cidade e a mais conhecida internacionalmente. Além de possuir várias ‘atrações’, é considerada hoje a favela mais segura do Rio de Janeiro”.

Como mostrei no capítulo 3, no Santa Marta, o poder público resolveu transformar a favela em uma atração turística oficial da cidade através da criação do Rio Top Tour, dois anos após o início do processo de “pacificação”. O lançamento do projeto ocorreu em 30 de agosto de 2010, com uma grande festa organizada na quadra da escola de samba do morro. Participaram do evento o prefeito na época, Eduardo Paes, a então primeira-dama do estado, Adriana Anselmo, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vários ministros e o presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, Zé Mário Hilário. No discurso que fez durante a cerimônia, o prefeito do Rio destacou:

Aqui do lado fica o Palácio da Cidade. Há cerca de oito anos [...], o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, independente de quem era – era o Conde –, teve que, para poder trabalhar com tranquilidade, botar um vidro blindado no gabinete dele. [...] *Esse momento que a gente tem aqui, do presidente da República estar vindo aqui olhar o lançamento de um programa turístico nessa comunidade, vale mais para todos os cariocas do que qualquer obra de não sei quantos bilhões que a cidade pudesse estar recebendo do presidente da República hoje [...]. O que se conseguiu foi trazer aquilo que era mais fundamental para as pessoas da cidade do Rio de Janeiro, que foi paz. [...]* Hoje o prefeito da cidade do Rio de Janeiro não precisa mais de vidro blindado. [...] Qualquer cidadão vem aqui e qualquer turista vem aqui. Não é que virou o paraíso, aqui tem os mesmos problemas que tem ali embaixo, que tem ali na esquina e é assim que o Rio de Janeiro quer ser: *uma cidade pacificada*, tranquilizada, e que as pessoas possam caminhar por ela com toda a liberdade. [...] Essa é uma vitória, uma conquista desse programa que se lança aqui hoje e, acima de tudo, dessa celebração. Todo mundo pode vir, que as portas estão abertas no Dona Marta e em toda a cidade. (Discurso do prefeito Eduardo Paes no lançamento do projeto Rio Top Tour no Santa Marta em 30 de agosto de 2010; grifos meus)

As palavras de Eduardo Paes indicam que a “pacificação” do Santa Marta e a inauguração do projeto Rio Top Tour significaram a transfor-



mação da “favela-modelo” em uma “imagem-síntese”<sup>14</sup> da “cidade pacificada”, em que todos têm garantido seu “direito de ir e vir”.<sup>15</sup> Alguns moradores da favela veem de modo crítico a inauguração do projeto e o consideram uma “jogada política” para promover a UPP:

A UPP faz parte de um projeto que dá muita visibilidade política, não é? Então, esses caras do governo criaram esse projeto de turismo na chamada “favela-modelo” só para gerar cada vez mais ibope para a UPP e para eles. Eu acho que é só para isso, só para gerar um *marketing* político cada vez maior. Porque é meio que uma manipulação mesmo. Quem está de fora, pela mídia, tem uma falsa ideia. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Durante meu trabalho de campo, notei que, embora algumas pessoas criticassem o projeto Rio Top Tour e se queixassem da presença de turistas na favela – pois eles nem sempre respeitavam a privacidade da população local e tiravam fotos de crianças sem pedir autorização, por

14 A mesma ideia que utilizei para pensar o museu a céu aberto do Morro da Providência pode ser utilizada para pensar o Santa Marta, pois nos dois casos o intuito do poder público de capitalizar com a venda da favela turística não é o mesmo da iniciativa privada – que visa basicamente conquistar lucro monetário com esse comércio. A hipótese que levantei em minha dissertação era a de que a prefeitura Cesar Maia tinha o intuito de transformar a favela em uma atração oficial da “cidade-mercadoria” ao criar o museu a céu aberto do Morro da Providência e tentar viabilizá-lo como atração turística. O objetivo central dessa iniciativa era criar um “marco definitivo, comprovador, de que as favelas integram o desenho do Rio de Janeiro” (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2003, p. 42). No Santa Marta, assim como na Providência, podemos aproximar a ideia de se criar um “marco definitivo” à ideia de se criar uma “imagem-síntese”, que “conforma valores e crenças, fornecendo elementos àqueles que, envolvidos com o *marketing* e com os meios tecnológicos de informação e comunicação, procuram articular às atividades econômicas e sociais determinados elementos consensuais do discurso sobre a cidade” (Sánchez, 2001, p. 109).

15 O secretário estadual de Turismo também reforçou em seu discurso no lançamento do Rio Top Tour a ideia de que o Santa Marta era uma síntese da “cidade pacificada”, onde todos têm o “direito de ir e vir”: “Nós estamos inaugurando no Santa Marta, que é a primeira comunidade pacificada, vamos estender para outras comunidades pacificadas. [...] Até 2014, a gente vai estar oferecendo para a Copa do Mundo uma cidade totalmente pacificada, uma cidade de portas abertas e que pode ser visitada, sim, por todos. Pelos seus moradores, por todo o Brasil e pelos moradores do mundo inteiro que visitam o Rio de Janeiro. Então, mais uma vez, obrigado! Parabéns a vocês e espero que vocês explorem muito bem a capacidade que esse lindo lugar tem”.

exemplo –, havia outros moradores do Santa Marta que afirmavam que o projeto significou um ponto de inflexão em sua trajetória de vida.<sup>16</sup> Isso porque, a partir da transformação do Santa Marta em destino turístico, eles começaram a investir em novas atividades profissionais, tornando-se, por exemplo, guias de turismo, artesãos, donos de barraquinhas e de lojas de souvenirs, etc., e passaram a ter uma renda bem maior que antes.

Entre os moradores envolvidos com o *trade* turístico na favela, apenas poucos já tinham alguma experiência anterior à “pacificação” no ramo. A maioria deles teve o primeiro contato com a área a partir dos cursos oferecidos pelo projeto Rio Top Tour. Depois de fazerem o curso de monitor local oferecido na própria favela, alguns deles procuraram o Colégio Estadual Antônio Prado Júnior, onde fizeram curso para se tornarem guias oficiais de turismo, como foi o caso de Gilson Fumaça:

O projeto Rio Top Tour começou em 2010. Eu participei do projeto como monitor local. Em 2011, eu fui estudar no Colégio Estadual Prado Júnior. [...] Me capacitei como guia de turismo em uma instituição regional, nacional, América do Sul; sou técnico em turismo [...]. Montei minha própria agência de turismo e eventos aqui no Santa Marta. A Favela Scene surgiu em dezembro de 2012 [...]. E agora estou com um novo empreendimento [...]: o Hostel Favela Santa Marta – Casa dos Relógios. [...] Além disso, eu organizo festas. Como eu posso dizer? Eventos. *Pagofunk, funk*, feijoada de São Jorge... Faço festas que não são programadas, mensais, assim como o Pôr do Santa. (Trecho de entrevista com Gilson, morador e empreendedor do Santa Marta)

Assim como Gilson, que criou a Favela Scene, outros moradores criaram agências de turismo no Santa Marta – como Brazilidade, Favela Tour Santa Marta, Favela Santa Marta Turismo e TouRio New Paths in Rio. Além disso, foram inauguradas na favela o Hostel Favela Santa Marta – Casa dos Relógios, uma marca de souvenirs chamada Santa Marta We

---

16 Mesmo entre os moradores que não têm nenhum ganho direto com o turismo, há muitas pessoas que consideram a presença de turistas no morro positiva, uma vez que ela ajudaria a melhorar a imagem da favela, muito associada nas últimas décadas à violência. No entanto, há também aqueles que consideram que turismo na favela é “zoológico de pobre” e dizem que se sentem invadidos com a presença de turistas em seus locais de moradia.

Care<sup>17</sup> e lojas voltadas especialmente para turistas, como a Santa Marta Souvenirs. A dona da loja, Andreia Miranda – que também se tornou na época presidente da associação de comerciantes –, conta que, quando teve a ideia de produzir suvenires, nem o próprio marido acreditou nela e a considerou “louca” por investir no propósito. Sua resposta, então, foi a seguinte: “‘O verdadeiro empreendedor, ele não tem medo de investir, ele tem medo de não investir’. Entendeu? Porque depois fica puto, não é? ‘Pô, eu poderia ter feito e não fiz’. Aí, eu peguei e fiz! E deu certo!”.

### **Quando o mercado “invade” a favela**

Embora a chegada da UPP tenha gerado muitas oportunidades para os moradores com o perfil do “verdadeiro empreendedor”, como sugeriu Andreia Miranda, ela também significou um aumento da concorrência, uma vez que o mercado “subiu o morro” (Ost; Fleury, 2013). No 16º Fórum da UPP, Gilson Fumaça criticou o fato de agências de turismo “de fora” da favela começarem a atuar no Santa Marta após a chegada da UPP sem utilizar nenhuma mão de obra local:

Existe uma companhia de turismo [...] que se chama Jeep Tour. Eles vêm, contam um monte de mentira, vêm com o jipe lá por trás, com um guia que não é da comunidade, [que] não sabe a história da comunidade. [...] A empresa não contrata os monitores locais [...]. Eles deixam eles [turistas] lá em cima, depois descem, dão a volta com o guia dentro da comunidade, desrespeitam a privacidade dos moradores, fotografam as pessoas sem pedir permissão [...]. Não podem ver uma criança que falam que aquela criança está passando fome, que está pedindo esmola. Falam coisas absurdas. (Depoimento de Gilson Fumaça durante o 16º Fórum da UPP Social no Santa Marta)

---

17 A marca Santa Marta We Care foi desenvolvida, com a ajuda do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), por um grupo de mulheres moradoras da favela que trabalhavam com costura, artesanato e suvenires. O *design* do nome ficou por conta da NBS Rio+Rio, braço social da agência de publicidade NBS, que bancou o custo com o material para a produção das seiscentas primeiras peças. A NBS Rio+Rio é uma agência de publicidade que inaugurou uma unidade de negócios no Santa Marta em novembro de 2012, com o objetivo de promover “uma ponte entre os projetos/iniciativas das comunidades pacificadas do Rio e as grandes marcas”. Segundo a agência, seu trabalho é “por uma cidade conectada”. Disponível em: [https://www.facebook.com/riomaisrio/info?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/riomaisrio/info?tab=page_info). Acesso em: 10 fev. 2015.

No contexto do mercado turístico, os moradores, sabendo que não podiam simplesmente barrar a atuação de agências “do asfalto” no morro, resolveram se organizar criando o Comitê de Turismo do Santa Marta – conforme mencionado no capítulo 3 – para tentar “forçar” as empresas externas a fazerem parcerias com os guias locais. A “batalha” foi longa e durou mais de três anos. Inicialmente, os donos de agência alegavam que queriam contratar guias locais, mas que não havia mão de obra qualificada para o mercado turístico na favela. Esse argumento foi se enfraquecendo com o passar do tempo, já que um grupo de moradores começou a fazer cursos de idiomas e conseguiu se formar como guia. Em 2013, um dos guias me contou que o comitê conquistara uma vitória:

Derrotamos o inimigo. Eles não queriam nada. A gente fez um vídeo dos moradores falando o que achavam da Jeep Tour e outro de uma reunião do comitê. [...] Mostramos o vídeo. Ele abaixou a cabeça [...]. Aí a gente conseguiu uma parceria com eles. Quinze reais por pessoa. Hoje em dia, eles não vendem mais o Favela Tour no Santa Marta. [...] Eles levam para a Rocinha. Isso foi por conta da nossa pressão. Agora ele vem aí de vez em quando com guia local. Paga os 15 reais do guia local [...]. Melhor até que nem venha. As outras agências, a maioria tem parceria. Chama o guia, fala o nome da agência: “O fulano que mandou, quero falar com ele agora, senão alguém que fala inglês vai falar para o turista que isso não está certo, você está pagando para vir aqui mas a comunidade não vai ser beneficiada”. Causa constrangimento para a própria empresa. [...] Tem um telefone do comitê, que agora está ficando com um dos guias locais e tem uma sequência. (Trecho de entrevista com um guia local do Santa Marta)

Com a atuação do Comitê de Turismo do Santa Marta, a partir de 2013 cresceram as parcerias entre agências externas e guias locais. Uma moradora que atua como guia ressaltou no Facebook a importância dessas parcerias. Nas palavras dela: “A Favela Santa Marta Turismo continua fazendo turismo comunitário e fortalecendo o comércio local. [...] nós, guias, ganhamos, a empresa que nos contrata ganha e os moradores também ganham. Hoje eles compraram na loja da Andreia Miranda, na Mariana, na Lucinha e na Soninha!”.

Mas vale notar que a presença constante de turistas em algumas favelas “pacificadas”, como o Santa Marta, embora representasse uma fon-

te de renda para quem trabalhava com turismo e com comércio, tornou-se também uma fonte de preocupação para alguns moradores. Lucas, morador do Santa Marta, disse-me o seguinte: “O jipe desemboca eles lá em cima, aí eles vêm descendo batendo fotografia. Eles vêm maliciosamente, entendeu? Vão fotografando onde eles querem morar no futuro. A intenção deles é essa, têm essa intenção. De morar aqui em um *big* de um prédio”. Ele ressaltou ainda:

O turista não é bobo. Isso aí, eu falo por mim, é observação, entendeu? É, tipo assim, se eles puderem massacrar a gente, os moradores, o capital econômico abrupto, se eles puderem, devagarzinho... Eles estão botando o IPTU no povo, os impostos. Isso aí a gente não vai aguentar pagar, não vai aguentar morar aqui, não. Aí, eles entram. Então, eles têm essa visão proativa: vamos botar um *big* de um hotel no meio da comunidade, entendeu? Porque é essa a visão, [eles] não vêm aqui para conhecer povo, eles não vêm. [...] A visão deles é montar um Meridien no meio da comunidade. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Essa fala me chamou particular atenção, pois reunia uma série de hipóteses que eu já tinha ouvido em outras situações na favela. Antes da entrevista com Lucas – realizada em março de 2011 – tinha notado que circulava havia algum tempo pelo morro a suspeita de que os moradores e comerciantes da favela, em breve, não conseguiriam mais resistir à especulação imobiliária e ao aumento do custo de vida e acabariam vendendo suas residências e estabelecimentos comerciais para empresários “da rua” e para turistas. Uma moradora do Pico, a parte mais alta da favela, disse-me que, na visão dela, os preços dos imóveis não paravam de subir porque “gringos” ofereciam valores cada vez mais altos para alugar e comprar casas no morro. Ela me contou que um dia estava parada em frente à sua casa quando um guia de turismo “de fora” da favela chegou dizendo que estava guiando um grupo de turistas e que eles queriam alugar uma casa lá. Segundo a moradora, o guia disse que “eles [os turistas] não queriam ir para hotel [...], eles queriam dormir na favela [...]. Ele [o guia] disse que um estava querendo para um mês, o outro estava querendo para seis meses, aí eles pagam 350, 400 ou 500 reais”.

Outro rumor que aparece no depoimento de Lucas e que eu já tinha ouvido anteriormente diz respeito a empresários estrangeiros ou

mesmo a empresários brasileiros que supostamente teriam interesse em construir um hotel no Santa Marta. Ouvi moradores conjecturarem que a construção de tal empreendimento podia ser resultado de dois processos diferentes: um de remoção tradicional (já que o governo do estado planejava remover residências do Pico) e um de “remoção branca” ou “gentrificação”, que potencialmente poderia ocorrer em todo o território da favela.

Muitos dos moradores do Pico que estavam sofrendo ameaças de remoção temiam que a primeira hipótese se tornasse real. Embora o governo afirmasse que as casas do Pico seriam removidas porque a área era considerada “de risco”, os residentes temiam que futuramente fosse construído um hotel no local. Como o governo já tinha mudado o projeto de urbanização do morro diversas vezes e não tinha apresentado um novo plano aos moradores, estes preocupavam-se com a hipótese de que o poder público, no futuro, viesse a fazer obras de contenção para que ali deixasse de ser uma “área de risco” e para que, assim, a iniciativa privada pudesse construir algum empreendimento turístico no local. Um morador me disse que a remoção para ele nada mais era que “uma possível jogada política e capitalista”:

[...] aqui tem uma visão privilegiada de 180 graus da Zona Sul, desde a Lagoa à Ponte Rio-Niterói. Então, futuramente, podem fazer hotéis, pousadas, restaurantes, um mirante para visitação e publicação de imagens, fotos. Eles querem [tirar] as pessoas que residem nesse local com o argumento de que ali é área de risco, mas depois que eles saírem, o governo dá um jeito de fazer obra para que ali deixe de ser área de risco e passe a ser área de rico. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Para tentar barrar esse processo de remoção, algumas lideranças da favela entraram em contato com um engenheiro e pediram que ele realizasse um laudo técnico da área do Pico. O contralaudo apontou que, diferentemente do que dizia o laudo da Geo-Rio, a área poderia ser habitada caso fossem realizadas algumas obras de contenção no alto do morro. O documento foi entregue a representantes do governo, que prometeram avaliá-lo e dar uma resposta aos moradores. No entanto, essa resposta não chegou, e agentes do governo continuaram, por um longo período, fazendo “pressão psicológica” para que os habitantes aceitassem

sair de suas casas. Segundo moradores do Pico, os agentes do poder público utilizavam “boatos” para tentar exercer essa “pressão psicológica” e desmobilizar aqueles que queriam lutar contra a remoção dessa parte mais alta e antiga do morro.<sup>18</sup>

Os moradores reclamavam que, em vez de fornecerem informações claras e precisas que ajudariam a tornar a situação menos indeterminada, os representantes do poder público repassavam informações “desencontradas” e ainda reproduziam rumores como se estivessem confienciando informações das quais “apenas ouviram falar” para, assim, poder “ajudar os moradores”. Alguns de meus informantes, por exemplo, tinham “ouvido falar” que quem não assinasse logo os documentos concordando em deixar a casa onde vivia futuramente poderia não ter um lugar garantido em um dos prédios que o governo estava construindo na parte baixa do morro. Dessa forma, os representantes do poder público pareciam “jogar” com a indeterminação da situação para assim pressionar os moradores a assinar os documentos sem resistir ao processo de remoção.

Na visão dos moradores do Pico, “faltava vontade política” para urbanizá-lo em vez de remover as famílias que viviam ali havia algumas décadas. E isso, na percepção deles, estava diretamente associado a interesses econômicos de grandes empresários cariocas. Em 2012, um morador do Pico me disse saber, por intermédio de pessoas que trabalhavam na prefeitura e no governo do estado e com as quais teria contato, que já estava tudo acertado para que o alto da favela fosse cedido ao empresário Eike Batista para a construção de um hotel. É importante ressaltar que,

---

18 Em diversos outros casos nos quais havia ameaça de remoção, os rumores apareciam como uma peça fundamental. Nesses contextos marcados pela incerteza, os rumores parecem ser acionados como técnicas ou dispositivos estatais utilizados para lidar com essa parcela da população, como sugere Magalhães (2013, p. 143): “Os rumores surgiam e se reproduziam (e mesmo se alteravam ao longo do tempo) após as intervenções específicas da administração pública e quando esta, através do contato estabelecido entre seus agentes e os moradores dessas localidades, produzia uma nova informação sobre a situação, reiterando ou simplesmente modificando (fornecendo-lhe outro sentido) aquela inicialmente veiculada como justificativa para a realocação no início do processo (quando havia). Não importa se o rumor é mentiroso ou verdadeiro, mas sim que ele se insere em jogos de poder e que tem força de verdade, na medida em que produz consequências concretas na vida das pessoas que os reproduzem”.

na época, o empresário ainda não tinha falido e estava investindo muitos recursos em diversos empreendimentos da cidade. Por isso, também circulavam rumores por outras favelas<sup>19</sup> que sofriam ameaça de remoção, como o Morro dos Tabajaras, de que Eike tinha interesse em investir em empreendimentos nessas localidades.

No Tabajaras, os moradores especulavam que o empresário iria construir um grande *resort* para abrigar atletas e turistas que visitassem a cidade durante os Jogos Olímpicos. Para eles, uma evidência do interesse de Eike por essas áreas eram as “doações” volumosas que ele havia feito às UPPs. Bernardo, morador do Santa Marta, afirmou, por exemplo, que Eike não teria feito doações à UPP, mas, sim, investimentos, assim como faziam diversos outros empresários que estavam realizando projetos na favela:

Isso aí foi tudo, assim, interesses. Colorem o morro do Santa Marta para quê? É para mostrar as novas cores da Coral.<sup>20</sup> Os novos pigmentos, as novas cores, é tudo interesse de retorno. E não que “ah, que legal”, não, não, não... O Eike Batista deu quatrocentos carros de patrulha para a PM. Doou esses carros. Aí, um entrevistador perguntou a ele sobre a doação. Ele falou assim: “Doação não, investimento”. Entendeu? [...] É igual [...] cifrão mesmo. É investimento, entendeu? Então, essas empresas quando vêm aí, é interesse. Por exemplo, eles mandam pesquisar você para saber se eles podem fazer isso ou aquilo. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

---

19 Para mais informações sobre a circulação de rumores por outras favelas do Rio de Janeiro, vale conferir as brilhantes teses de Rachel Barros (2016) e Magalhães (2019), além dos textos de Gutterres (2016), Petti (2020) e outros trabalhos reunidos no dossiê “Sociologia e antropologia dos rumores” (Menezes; Gutterres; Magalhães; Barros, 2020).

20 O morador faz referência ao projeto da Coral Tintas intitulado “Tudo de Cor para Você”. Como explica o presidente da associação de moradores: “[Esse] é um projeto que foi feito para atender toda a comunidade, desde que a sua casa esteja emboçada. Tua casa está emboçada? Você vai lá, responde um questionário, a Coral, ela entra com a tinta, com o material de segurança, com equipamento para pintura. O que a gente fez? O Estado tem um projeto que se chama ‘Melhorias Habitacionais’. A gente brigou com o Estado para que ele viesse com a melhoria habitacional, que é o reboco, e a Coral viesse com a tinta e com a segurança do trabalho, enfim, as coisas que são oferecidas pela Coral” (Trecho de entrevista com Zé Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta).



O retorno desses “investimentos”, segundo o morador, chegaria em um futuro próximo. Ele especulava que os moradores futuramente, além de pagar conta de luz e de água, também teriam que pagar IPTU – uma vez que se encontrava em curso o processo de regulamentação fundiária de parte da favela. Como muitas pessoas provavelmente não conseguiriam arcar com tantas despesas, Bernardo especulava a ocorrência de uma “remoção branca” na favela. Na visão dele, esse processo estaria sendo articulado através de uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada:

Tem a cara e a coroa. Eu vejo a coroa. Tem interesses aí nesse sentido, interesses políticos, socioeconômicos, uma porção de coisa. Eles não vêm aqui, não vêm conhecer povo. [...] Eles querem bater fotos, documentar, encomendar pesquisas. Já vi vários pesquisadores aqui, entendeu? <sup>21</sup> Parece que eles vão atacar.<sup>22</sup> Então, a projeção futura é essa. Por exemplo, está tendo aí esse negócio de “habite-se”. Teve uma senhora que ficou feliz da vida, mas agora, se fosse a minha mãe, ela tem 92 anos, ela [...] pegou o “habite-se”, mas ela vai pagar IPTU. E se ela não puder pagar? Vai perder o imóvel para o governo. O governo vai e leiloa. Aí vende para um Eike Batista desse aí disfarçado de americano. Tem interesses. Então, se não se reunir a comunidade, se continuar essa visão, eles vão tomar mesmo. Aqui, quem não tiver uma determinada renda, em um futuro bem próximo, não vai aguentar morar aqui, não. A verdade é essa! (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

---

21 Vale notar que, nesse contexto, existe uma desconfiança não só em relação aos turistas, mas também em relação aos pesquisadores que frequentam a favela. Bernardo especula que pesquisas poderiam estar sendo feitas para mapear casas da favela que pudessem ser compradas por pessoas “de fora” no futuro. Já Fiell, a partir de uma outra perspectiva, em um texto que citei na seção anterior, sugere que os pesquisadores que não moravam na favela se beneficiariam no futuro escrevendo livros sobre o processo de remoção.

22 Durante meu trabalho de campo, ouvi várias pessoas dizendo sentir que as favelas “pacificadas” estavam sendo “invadidas” por turistas, *playboys*, empresários, jornalistas, estudantes de classe média e até mesmo por pesquisadores que chegavam das mais variadas partes do mundo. Ouvi muitos moradores reclamando que pesquisadores “chegavam na favela e faziam sempre as mesmas perguntas”; depois sumiam sem apresentar à população nenhum resultado da pesquisa que haviam realizado. Por isso, várias pessoas preferem não falar ou dar entrevistas temendo o que pode ser feito com seus depoimentos.

Pesquisadores apontaram, nesse mesmo período, que processos de “gentrificação” pareciam estar em curso não só no Santa Marta, mas em outras favelas “pacificadas”, onde parte da população mais carente não iria conseguir arcar com o aumento do custo de vida e, assim, permanecer por muito tempo no território valorizado. Uma espécie de efeito não esperado da implantação das UPPs e das consequentes ações de urbanização nas favelas por elas ocupadas poderia ser, portanto, a criação de uma nova dinâmica de segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro (Mazur; Pontes, 2011).

Para Fleury *et al.* (2013), não parece exagerado afirmar que estava em curso um projeto de metrópole vendável, que buscava posicionar a cidade do Rio de Janeiro vantajosamente como mercadoria consumível no contexto global. Os autores destacam que “essa marca tem muitos produtos, e a favela carioca talvez seja um dos mais cobiçados”. Todavia, lembram que estão se referindo especificamente às “favelas incrustadas nos bairros mais ricos da Cidade Maravilhosa e que estão dentro do circuito dos megaeventos, por onde circularão os turistas” (p. 43).

Embora eu tenha ouvido moradores reclamando do aumento do custo de vida e do preço do aluguel na Cidade de Deus, não ouvi comentários sobre “remoção branca”, como ouvia constantemente no Santa Marta. Na favela de Botafogo, o medo de um processo de “gentrificação” era muito mais presente no cotidiano dos moradores que na favela de Jacarepaguá. Entretanto, é importante lembrar que naquele momento existiam outras favelas da Zona Sul onde a “gentrificação” estava ocorrendo em um ritmo muito mais acelerado que no Santa Marta. Como indicou um morador da favela:

Aqui no Santa Marta não está nesse patamar que já está no Vidigal, porque aqui ninguém quer vender sua casa. [...] De um modo geral, os moradores não querem vender suas casas. Se vendesse, tinha gente para comprar. [...] Minha casa tem três andares. Por exemplo, eu vendo por 500 mil reais. O que eu vou fazer com 500 mil? Comprar o que e onde? Vou viver onde? Vou para Campo Grande? Vou para onde? Não tem lógica isso. Vou ser fazendeiro e criar bicho? (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

A fala do morador explicita como “o afastamento das populações pobres das áreas mais nobres da cidade” permanecia “como uma espécie

de fantasma que pairava permanentemente sobre suas cabeças” (Cunha; Mello, 2011, p. 396). A volta do “fantasma da remoção” com uma nova roupagem forçou algumas importantes lideranças comunitárias a mudarem seus posicionamentos em relação ao processo de regularização fundiária das favelas e de titulação das propriedades nesses territórios. Itamar Silva – liderança do Santa Marta –, por exemplo, afirmou em um encontro promovido pela Casa Fluminense, na Fundação Getulio Vargas:

No início dos anos 1980, quando a política de remoções havia sido superada, eu era a favor da titulação. Mas atualmente essa iniciativa contribuirá para se acabar com as favelas por intermédio do mercado, que, dessa forma, compraria as casas, descaracterizando as favelas e sua cultura. Então, por uma questão de resistência, sou contra essa opção nos termos atuais. A posse é legitimamente tutelada pelo direito brasileiro. Existem diversos outros instrumentos, como a concessão de direito real de uso, dos quais sou a favor. (Daflon, 2013)

No mesmo encontro, o pesquisador Rafael Soares Gonçalves afirmou acreditar que a titulação levaria à gentrificação das favelas, já que “as famílias sofreriam pressão para vender suas casas”. E lembrou que no contexto pós-“pacificação” passaram a ocorrer “festas caríssimas dentro das favelas com UPPs, com preços proibitivos para o próprio morador”. Essas festas eram promovidas, por exemplo, na escola de samba do Santa Marta, por grandes cervejarias – como a Antártica –, por blocos de carnaval – como o Spanta Neném – e por famosos *promoters*, produtores e DJs da cidade. Tais eventos eram frequentados majoritariamente por pessoas “de fora” da favela e geravam opiniões controversas entre os moradores do Santa Marta. Os comerciantes da parte baixa da favela, especialmente perto da Praça do Cantão – onde fica a quadra da escola de samba, que sediava a maior parte desses eventos –, beneficiavam-se com o grande movimento de frequentadores das festas. Eram favorecidos também os moradores que alugavam lajes para a realização dessas festas:

As pessoas que vêm para as festas aqui na quadra consomem mais ali fora do que dentro da quadra. Nós estamos perguntando ao Spanta Neném todo dia quando que vai começar o Morro de Alegria, que eu já não aguento mais esperar! Eu estou quase, eu mesma, fazendo o Morro de Alegria! Eu até que-

ria, mas não posso, não. Para fazer isso tem que ter muito dinheiro! Tem que investir muito! (Trecho de entrevista com uma comerciante do Santa Marta)

Sábado agora teve uma festa com o pessoal da rua que foram 287 pessoas da rua e quatro pessoas do morro. Era uma festa de aniversário de uma produtora executiva do Jongo da Serrinha. Ela trouxe vários artistas e tal, escritores, a galera tudo *top*, não é? Aí, através dessa festa, agora, já sábado que vem, uma outra mulher da rua quer fazer uma festa para 150 convidados, só [com o pessoal] da rua. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta que alugava sua laje para festas)

Os moradores “comuns”, contudo, queixavam-se dos preços dos ingressos, que costumavam girar em torno de 50 e 100 reais, chegando a até 200 reais, como apontou um morador: “Para você ter uma ideia, tem um show que custa 200 reais a entrada. Entendeu? Então é um outro patamar de... É uma outra realidade. Quando tem uma festa lá, de repente, festa popular, que custa 10 reais, 15 reais, é uma coisa rara de acontecer”. Devido a esses altos preços, os moradores acabavam sendo impedidos de frequentar as festas realizadas no morro. Como apontou um jovem do Santa Marta, esse tipo de evento estava “sendo bom”: “bom para as pessoas da rua, e não para as pessoas da comunidade, porque antigamente o samba na escola de samba aqui do morro era de graça para os moradores, a gente curtia numa boa. Hoje em dia, é paga a entrada. Isso é um absurdo!”.

Os produtores culturais da favela também reclamavam da situação e denunciavam uma dupla dificuldade que estavam encontrando para realizar eventos dentro da favela. O primeiro empecilho era imposto pela UPP, que nem sempre dava autorização para que os eventos propostos fossem realizados. O segundo era imposto pelo mercado, uma vez que eles não conseguiam competir com as empresas “de fora” e, assim, utilizar os espaços existentes no morro para a promoção dos eventos. Como relatou um agente cultural do Santa Marta:

Aqui dentro são todos iguais, [...] todo mundo. Agora são só os *playboyzinhos* da Zona Sul que podem fazer festa no morro? Não! Eu sou nascido e criado, eu moro no Santa Marta e eu vou fazer minha festa. [...] Eu não concordo de só o cara da rua poder fazer festa e eu não. Eu participo das festas. Mulheres

mais lindas, me sinto pinto no lixo. Só beldade, é impossível não pegar uma mulher daquela bonita. Só que eu não posso fazer uma festa para o favelado? Não é o que eu gosto? Não é onde eu vivo? Isso acontece porque não tem espaço, e o espaço que tem não é apropriado, aí cria esses argumentos. Aluguel da quadra é 4 mil reais, mas se o cara falar... Nós estamos em abril, se o cara da quadra fala: “Em junho, eu alugo para você”, eu me programo agora, faço divulgação e em junho eu pago aqueles 4 mil dele mole. Vou fazer uma coisa boa. Mas já está agendado tudo para gente de fora aí, e fica difícil de achar vaga e competir com produtores que têm muito mais dinheiro que a gente para investir. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Em resumo, é possível dizer, portanto, que as transformações que ocorreram após a “pacificação” geraram novas oportunidades para uma parte dos moradores – especialmente para aqueles que tinham um “perfil empreendedor”. No entanto, muitas dessas mudanças geraram também novas preocupações para grande parte da população de favelas com UPP. Comerciantes passaram a temer não conseguir manter seus estabelecimentos abertos, tendo em vista a forte concorrência de empresários “de fora” que passaram a atuar na favela. E moradores passaram a viver com receio de não poder permanecer habitando nessa nova favela “segura”, “cheia de oportunidades” e “integrada ao conjunto da cidade” que teria sido criada pela UPP e por todas as intervenções públicas e privadas que a seguiram.

# 8

## NOVAS INSEGURANÇAS EM “TEMPOS DE PAZ”

### **“Tem um tarado rondando a favela”**

Um dos benefícios indiscutíveis das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), em seus primeiros anos, foi a redução das mortes violentas e dos tiroteios nas favelas “pacificadas”. Ninguém nega que a diminuição da visibilidade das armas e dos conflitos armados teve um impacto positivo na rotina dos moradores de favelas – visto que, anteriormente, a possibilidade constante desses conflitos gerava uma enorme ansiedade na vida cotidiana dessa parcela da população da cidade. No entanto, entre 2010 e 2011, comecei a ouvir no Santa Marta e, posteriormente, na Cidade de Deus, inúmeros rumores de que, desde a chegada da UPP, estariam se multiplicando nessas favelas casos de furtos, roubos, brigas e até estupros. Essas narrativas indicavam que a chegada da chamada “pacificação” – apesar de ter gerado uma queda significativa na ocorrência de tiroteios e homicídios – não significou, de modo algum, o fim da violência, mas sim uma mudança nos padrões de crime e conflito nas favelas “pacificadas”.

No final de 2010, enquanto eu morava no Santa Marta, percebi que em todos os cantos da favela não se falava de outro assunto: o comentário geral era que “havia um tarado rondando o morro”. Esse caso me despertou interesse porque mobilizou muito a atenção dos moradores da favela e gerou uma série de especulações. Fiz as primeiras anotações sobre o caso em meu diário de campo no dia 13 de novembro de 2010:

Enquanto estamos na Praça Corumbá conversando, Foca e Amaral comentam sobre o “tarado” que estaria rondando o morro. Eles contam que ouviram falar que o tal estuprador já teria tentado atacar quatro crianças. Pergunto como foi que isso ocorreu, e eles dizem que não sabem ao certo como os ataques ocorreram, mas que ouviram falar que três meninos teriam conseguido fugir e um teria sido violentado. Eles afirmam que ninguém sabe ainda se essa história é mentira ou verdade. Mas agora muitas mães estão com medo de deixar os filhos brincando ou circulando pela favela, já que “tem um tarado rondando o morro”. (Notas de campo de 13 de novembro de 2010)

Ouvi relatos semelhantes diversas vezes nos dias posteriores. Em minhas conversas cotidianas com moradores do Santa Marta, a história quase sempre era narrada seguindo uma mesma estrutura. As pessoas que comentavam sobre o caso, em geral, iniciavam suas narrativas dizendo que tinham ouvido falar que algumas crianças do morro teriam sido atacadas. Logo depois, começavam a especular quem poderia ser o suposto tarado.

Em conversas informais que ouvi no pé da escada, nos becos, nas casas de moradores e em espaços públicos da favela “pacificada”, diversos habitantes do Santa Marta afirmavam que, para eles, não fazia sentido pensar que o tarado fosse alguém do morro, porque julgavam que “ninguém ia vacilar tanto assim no local onde mora”. Apenas as crianças levantavam a hipótese de que ele poderia ser um morador.<sup>1</sup> Os adultos, em geral, especulavam que o tarado poderia ser “um desses turistas que vem para a favela com uma câmera pendurada no pescoço e ficam tirando fotos das crianças sem pedir autorização para os pais”.<sup>2</sup>

---

1 Em 2012, durante uma conversa, um menino de 10 anos me contou o seguinte: “Uma vez, eu estava no Capoeirão [parte do morro localizada embaixo do trilho do bonde, onde há um terreno baldio] esperando uma amiga sair do banheiro, aí veio um cara fingindo que estava pegando água. Ele era preto, grande e feio. Aí, ele começou a correr atrás de mim. Minha mãe estava na barraca do seu Lúcio, e eu corri para lá. Aí, um moço [um morador] que estava no bar foi atrás do tarado para ver se ele estava com uma arma. [...] Acho que o tarado morava aqui”.

2 Um grupo de crianças me contou que um menino de 6 anos havia sumido no morro. Mônica, uma menina de 10 anos que participava da conversa, explicou que, na verdade, o menino já tinha aparecido. Segundo ela: “Ele estava na casa do amigo

Desde que comecei meu trabalho de campo na favela, ouvia moradores comentarem que muitas “pessoas de fora” passaram a circular pelo morro com o início do processo de “pacificação”. Segundo meus interlocutores, além da chegada da UPP, a inauguração de um plano inclinado na favela em 2008 também colaborou para o aumento da percepção de que o local estava sendo “invadido” por “pessoas de fora”. Como o Santa Marta é uma favela relativamente pequena, com apenas duas vias de acesso (uma pela rua Marechal Francisco de Moura, em Botafogo, e outra pela rua Oswaldo Seabra, em Laranjeiras), antes da inauguração do plano inclinado, só era possível circular a pé pelo morro. Por isso, os moradores afirmam que sempre puderam observar e, de certo modo, controlar quem entrava e saía da favela. Contudo, com a inauguração do plano inclinado (popularmente conhecido como “bondinho”), houve uma mudança nos fluxos de circulação pelo território, o que gerou nos moradores a sensação de que não eram mais capazes de monitorar da mesma forma quem estava rondando a vizinhança. Nesse contexto em que o ambiente da favela sofria uma série de modificações, o surgimento de relatos sobre possíveis ataques de um “tarado” potencializou ainda mais a sensação de que os moradores estavam deixando de ter o “controle” de quem circulava pela área.

Além daqueles que cogitavam que o esturprador poderia ser um turista – ou alguém que “se passava” por turista só para subir o morro e “fazer maldade com as crianças” –, havia outros moradores que discordavam dessa hipótese sugerindo que o criminoso provavelmente não era alguém “da rua”, porque “ninguém que não conhece a favela teria coragem de subir o morro para fazer isso”. Nesse sentido, embora nunca tivesse ouvido qualquer especulação de que o tarado pudesse ser um bandido do morro, escutei vários moradores comentando que, na visão deles, os

---

dele, mas acharam que fosse turista [que o tivesse levado]”. Um outro menino então comentou: “Eles [os turistas] pedem para ir na casa da pessoa ou chegam no morro e pedem: ‘Me leva para tal lugar’, aí eles pegam e levam para outro país [...]. Eles pegam, sequestram, roubam, que nem na novela”. A novela citada por ele era *Salve Jorge*, exibida pela Rede Globo entre 2012 e 2013. A trama abordava a temática do tráfico humano e contava o drama de brasileiras que eram enganadas e levadas para outros países.



abusos sexuais ocorridos na favela poderiam estar sendo cometidos por um dos policiais que atuavam na UPP do Santa Marta.<sup>3</sup>

Quem levantava essa hipótese geralmente criticava a postura dos agentes da UPP, como fizeram os moradores Foca e Amaral, ao reclamarem que os PMs não haviam aumentado “as rondas” nem estavam “dando a mínima bola para a história do tarado”. Para eles, os agentes da UPP só queriam “saber de ficar atrás de droga no morro”.

Além das especulações sobre a identidade do tarado, começaram a surgir, em novembro de 2010, algumas propostas de possíveis soluções para evitar que o crime se repetisse. Chamou-me particular atenção o fato de nenhuma das sugestões apresentadas para evitar novos ataques envolver a UPP. As opções levantadas eram: a) fazer justiça com as próprias mãos; b) criar um sistema de vigilância com apitos organizado pelos próprios moradores; c) ir à Defensoria Pública fazer uma denúncia.

Presenciei um debate sobre essas diferentes possibilidades em um fim de tarde no Santa Marta. Naquele dia, eu estava na recepção da rádio comunitária conversando com o *rapper* Fiell, quando Aline – uma moradora que eu não conhecia até então – chegou, afirmando estar muito preocupada com os relatos sobre tentativas de ataque do tarado. Ela soube que a mãe do menino violentado teria dado queixa do crime na delegacia. Mas, em sua opinião, dar queixa não era suficiente. Ela achava que era preciso fazer algo mais, como procurar a Defensoria Pública. Como

---

3 Embora não tenha sido provado que policiais efetivamente estupraram jovens do Santa Marta, posteriormente a mesma especulação apareceu quando novos casos de estupros ocorreram em outras favelas “pacificadas”. No início de agosto de 2014, policiais da UPP do Jacarezinho foram presos suspeitos de abuso sexual: “O comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro informou neste domingo (31) que expulsou quatro policiais militares da UPP do Méier. Eles são acusados de terem estuprado duas mulheres e uma adolescente na comunidade do Jacarezinho, Zona Norte do Rio. Os quatro ainda respondem ao processo perante a Justiça. [...] De acordo com a denúncia do Ministério Público sobre o caso, por volta da meia-noite do dia 5 de agosto, os denunciados chegaram a um beco localizado sob um viaduto em Benfica e foram hostilizados por supostos usuários de drogas, que arremessaram pedras contra os PMs. Em resposta, os agentes decidiram entrar nas casas próximas ao local e obrigar moradores a sair de suas residências. Durante essa ação, os policiais encontraram as vítimas, que foram levadas para um barraco. Ainda segundo o MP-RJ, os policiais agrediram as jovens com tapas e socos, ameaças de morte e as estupraram” (PM..., 2014).

tinha um contato de um defensor, Aline decidiu que iria falar com a mãe do menino para ver se ela aceitava acionar a Defensoria. No entanto, achava que, além disso, as lideranças da favela deveriam tomar alguma atitude em conjunto.

Diante disso, Fiell afirmou que apoiava a ideia de todos juntos fazerem alguma coisa para tentar conter os ataques, mas ressaltou que não queria incentivar algo fora da lei. Ele assinalou que tinha ouvido muita gente dizer que todos deveriam “juntar em cima do cara”, pegar o suposto estuprador e dar uma surra nele. Aline comentou que já tinha ouvido também muitas pessoas dizendo pelo morro não querer que o tarado “caísse na mão da polícia”, pois preferiam fazer justiça com as próprias mãos. Eu mesma já tinha ouvido anteriormente alguns moradores falando que, mais que fazer justiça, o que queriam era vingança com requintes de crueldade. Muitos descreviam o que era feito na época do tráfico quando algum caso de estupro acontecia, e defendiam que punições como as que eram impostas pelos traficantes – como bater no estuprador, “capá-lo” e obrigá-lo a fazer as mesmas coisas que ele fez com as crianças – deveriam continuar sendo aplicadas nesse tipo de caso.<sup>4</sup>

Fiell reafirmou que não acreditava que “fazer justiça com as próprias mãos” seria a melhor solução para o caso e reiterou que, se Aline estivesse propondo esse tipo de atitude, ele não iria apoiá-la. E aproveitou para questionar: “Cadê as câmeras que a UPP instalou aqui para monitorar a favela? Cadê as câmeras que não estão gravando os ataques do tarado?”, acrescentando em seguida que, segundo ouvira, um dos ataques teria acontecido perto de um lugar em que havia uma câmera instalada. Aline concordou, apontando que os policiais da UPP, na verdade, não usavam a câmera para vigiar aquele tipo de situação. Por isso, na opinião

---

4 Certa vez, uma liderança do Santa Marta incentivou, em seu programa na rádio comunitária, uma espécie de “caça ao tarado”, estimulando qualquer morador a “dar pazada” ou a “soltar o ferro” no criminoso. E esse não foi o primeiro caso: após um episódio em que alguém havia quebrado o vidro da porta do bonde, por exemplo, a mesma liderança sugeriu em seu programa na rádio que moradores deveriam “pegar o monstrinho” que fizera aquilo, “porque ele tinha que aprender que aquilo não podia ser feito”, que “tinham que dar na cara dele”, etc. Tal fala foi criticada pela diretoria da rádio, para quem esse tipo de mensagem não deveria ser veiculada para não incentivar o uso da violência como um instrumento de resolução de conflitos na favela.

dela, seria melhor que os próprios moradores criassem outro tipo de vigilância. Ela propôs, então, que os moradores comprassem uns apitos e passassem a usá-los quando identificassem algum movimento suspeito para, assim, chamar a atenção e colocar todos em alerta.

Aline explicou que julgava esse tipo de ação necessária porque o clima na favela era de pânico generalizado. Ela, assim como outros moradores, admitia que vinha se sentindo com medo de circular sozinha pelo morro. Em conversa, ela lembrou que um dia havia sido “escoltada” por amigos para descer do Pico, porque não se sentia segura para ir sozinha para casa.

Ouvi relatos semelhantes de outros moradores na mesma época. Em uma noite, enquanto estava em um bar que eu sempre frequentava, ouvi uma jovem moradora do Santa Marta dizer que queria voltar para casa, mas que achava melhor esperar até o fim da festa que acontecia no local, para ir embora com o marido. Ela preferiu não circular sozinha pela favela naquele horário, pois não queria “correr o risco de encontrar o tarado”.

Confesso que, nesse período, eu também fiquei receosa de circular à noite por algumas ruas escuras do morro. Nessa mesma época, devido a uma viagem que já havia sido agendada anteriormente, tive que me ausentar da favela por alguns dias. Quando voltei de viagem e retornei ao meu quarto alugado no morro, estranhei, contudo, o fato de ninguém falar mais sobre o caso do tarado.

### **Diferentes versões para explicar o “sumiço do tarado”**

Como o assunto do “tarado” tinha mobilizado tanto as pessoas, era impossível não questionar por que ele não estaria mais sendo comentado. Comecei, então, a perguntar a alguns moradores o que tinha acontecido com o tal criminoso e ouvi que ele sumira e que não aconteceram novos ataques. Quando eu questionava por que as pessoas achavam que os ataques tinham cessado, foram-me apresentadas diferentes versões para explicar o tal “sumiço do tarado”.

Vários autores apontam que os rumores ganham energia através de uma série de diálogos. Segundo Trajano Filho (2000, p. 9), “o enredo narrado é literalmente representado durante as interações e, em cada diálogo dramatizado, novos sentidos são negociados, diferentes conteúdos são agregados à trama, interpretações prévias são descartadas e novos

fatos acrescentados”. Como lembra Das (2007), os rumores muitas vezes apresentam interpretações e contrainterpretações de um mesmo fato conflituoso. Essas formas de interpretar e reinterpretar um evento são baseadas em (e, ao mesmo tempo, explicitam) diferentes “pontos de vista” ou “visões de mundo” que vão sendo debatidos coletivamente, como aconteceu no caso do tarado do Santa Marta.

Em uma das versões que ouvi sobre o fim dos ataques do tarado, traficantes eram considerados os “heróis” da história. Uma moradora do Santa Marta me disse durante uma entrevista que o estuprador teria sumido logo após o início do processo de “pacificação” do Complexo do Alemão no final de novembro de 2010. Isso porque, assim que a invasão policial do Alemão teve início, começaram a surgir rumores de que traficantes que atuavam no complexo teriam fugido e se escondido em outras favelas “pacificadas”. A partir daí, algumas pessoas passaram a acreditar que o tarado ficara com medo dos traficantes que estariam se escondendo no Santa Marta e, por isso, teria parado de atacar as crianças do morro:

Lembra a história do estuprador que teve aí? Você lembra, não é? Cadê? Apareceu? Depois que deu esse negócio lá no Complexo do Alemão, aí falaram que tinha gente escondida aí no morro e nunca mais se ouviu falar do estuprador. O pessoal diz que ele ficou com medo. Mas será que tinha tarado realmente? (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

Um outra versão do desaparecimento colocava os traficantes como os grandes “vilões” que teriam criado toda a história de violência sexual na favela “pacificada”. De acordo com essa versão, nenhum caso de estupro teria, de fato, ocorrido. Tudo não teria passado de um “boato”,<sup>5</sup> de uma invenção de traficantes, que visavam espalhar o pânico entre a população e gerar saudade do período pré-UPP.

---

5 “Boato” é um termo menos explorado pela literatura que “rumores” e “fofocas”, por exemplo. Ele geralmente oscila entre as definições dos dois gêneros anteriores (Fine, 1985). No meu trabalho de campo, esse termo aparece com uma denotação negativa. Ele é acionado quando alguém quer questionar a veracidade de uma informação. Por isso, quando um relato é rotulado como boato, ele perde parte de sua credibilidade. Todavia, é interessante ressaltar que isso não significa que ele deixe de circular totalmente, visto que sua veracidade é questionada, mas não totalmente descartada.

Isso daí foi factóide! Foi mentira que inventaram! Isso daí é manobra! É para criar massa de manobra dentro da comunidade. O que aconteceu foram pessoas querendo montar um outro tipo de movimentação na comunidade para a comunidade ficar com os pensamentos dúbios dentro da cabeça. Mas cadê? Me mostra uma pessoa que foi agarrada, que foi estuprada. Cadê? Não tem! Todas as pessoas que falam, nós fomos nos pais, nas mães e foi tudo mentira. Eu tenho certeza que foi para sentirem saudades do que era antes. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Tal versão indiretamente apresentava uma crítica aos traficantes ou ex-traficantes que ainda permaneciam na favela mesmo depois da implantação da UPP. Na visão de quem defendeu essa hipótese, os bandidos já não tinham mais o mesmo *status*, a mesma força de antes, e, por isso, precisavam criar rumores que relembassem aspectos positivos do passado para questionar a ideia bastante difundida pelo governo e pela mídia de que tudo melhorou a partir da implantação da UPP na favela.<sup>6</sup>

Durante uma conversa informal<sup>7</sup> – sem a presença de mais ninguém por perto –, uma moradora afirmou que os traficantes deviam estar comemorando a circulação desses rumores pela favela, porque isso fazia com que as pessoas sentissem saudades da época em que eles domina-

6 Ainda que tenha sido menos comentada, houve uma terceira versão para explicar o sumiço do tarado. Ouvi essa versão só em 2012, quando um menino me contou que os moradores teriam “feito justiça com as próprias mãos”. Em suas palavras: “Mataram ele [o tarado]! Deram uma surra tão forte nele que mataram ele! [...] Outro dia, o tio Milton foi lá perto do Capoeirão de noite, aí ele estava fumando um cigarrinho. Aí, um cara saiu, um cara estranho, que nem eu falei para ele. Aí, num outro dia, viram o cara que sequestraram a filha dele, aí foram lá e meteram a porrada nele e arrancaram o osso do cara. Foi o Dado, filho do Milton, que falou isso para mim”. Quando estava acabando de contar a história, ele foi interrompido pela amiga, de 10 anos, que o desmentiu: “É mentira que mataram o tarado”. O menino retrucou: “Foram uns estranhos que a gente não sabe, mas agora a gente não sabe se ele está morto ou se ele está vivo!”. Embora essa versão tenha sido apresentada de forma um pouco fantasiosa por ele e questionada pela amiga, não acho que ela deva ser ignorada, já que não era pequeno o número de moradores que dizia desejar a morte do tarado.

7 Essa conversa aconteceu no quarto onde eu morava na favela por ocasião de uma visita da moradora. É importante destacar o contexto no qual essa fala foi pronunciada, já que os moradores, quase sempre, evitavam falar abertamente sobre o tráfico, principalmente em público ou na presença de pessoas que não fossem consideradas “de confiança”.

vam o morro. Segundo minha interlocutora: “Antes da UPP, não tinha nada disso no morro, não havia casos de estupro, não havia roubo e, se algum crime como esses ocorresse na favela, era sempre muito rapidamente solucionado”.

Não estuprar – assim como não roubar dentro do território da favela – é uma das mais conhecidas “leis do tráfico”. Os “tarados”, em especial, sempre ocuparam um lugar privilegiado e tiveram uma forte simbologia no contexto de domínio territorial armado dos traficantes nos morros. Todos sabiam que estuprar na favela era considerado um crime sem perdão. Logo, quando ocorria, os moradores já esperavam que traficantes, quase invariavelmente, matariam o estuprador.

Letras de música (especialmente de *rap* e *funk*) abordam o tema da regulação das condutas sociais realizadas por traficantes. O *rap* “Como sobreviver na favela”, de MV Bill, por exemplo, narra como a “lei do tráfico” impunha punições rígidas a quem roubava ou estuprava na favela no contexto pré-UPP.

CDD, Juramento, Borel, Rocinha, Formiga

Alemão, Caixa d'Água, Jorge Turco, Mineira, Coroa

Santa Marta, Cantagalo, Vigário Geral, Salgueiro

Acari, Parada de Lucas, Grota, Providência, Serrinha

Em qualquer favela tem que seguir as ordens para não virar finado

Ai, playboy, ao entrar numa favela, você sente que está sendo vigiado

Coração acelerado, você fica preocupado

Porque tem uma lei que impera no lugar

E se você ficar de bobeira, a chapa pode esquentar

A primeira ordem: não pode ser juda

Tem que ser irmão, senão leva tiro na bunda

Tem que respeitar toda a malandragem  
Senão para o inferno vão te dar sua passagem  
O último que tentou dar volta na parada  
Levou tiro de fuzil e foi parar dentro da vala  
Otário na favela é chamado de bundão  
*Tarado quando não morre perde o pau e perde a mão*

[...]

*A segunda ordem: roubo na favela*

Se os caras te pegar, isso vai dar a maior merda  
Já roubou uma vez, rouba duas, rouba três  
Vai cair pra trás, porque tá na bola da vez  
Antes de cair, vai falar com o sangue bom  
Que vigia a favela e não quer vacilação  
[...]

A lei da favela é a lei do cão  
Escreveu, não leu, vacilou, decorou o chão  
A lei do silêncio aqui, favela mais forte  
Se vacilar, vai ter que contar com sua sorte  
Se vacilar, o bicho vai pegar  
Tiro daqui, tiro de lá [...] (grifos meus)<sup>8</sup>

---

8 A letra na íntegra está disponível em: <http://www.vagalume.com.br/mv-bill/como-sobreviver-na-favela.html#ixzz2lo3qZe88>. Acesso em: 26 nov. 2013.

Embora a letra da música apresente a ideia de que a punição para estupro e roubo na favela é algo praticamente inescapável, alguns depoimentos de moradores que ouvi ao longo de minha pesquisa relativizaram um pouco essa certeza. Durante uma entrevista feita em 2013, um morador do Santa Marta, ao falar sobre o passado da favela, afirmou:

O ritmo da favela na década de 1980 era outro. As casas não tinham essa iluminação toda. Tinha lendas, como a da mulher do latão. Você ia lá pegar água e ela nunca saía da mina. Tinha uma lenda do cara que andava pela madrugada pegando filha dos outros. Isso tudo era causado pela escuridão, né? [...] Essa coisa de estupro acontecia muito, mas como quem praticava isso era de uma família poderosa, não tinha como ninguém reclamar. Eles que comandavam. Não adiantava falar com o irmão, que ele falava que ia falar, mas não adiantava. De dia era uma maravilha, mas de noite era um terror total. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Um relato semelhante apareceu em uma entrevista que fiz anteriormente (em 2010, pouco antes do surgimento do rumor do “tarado” do Santa Marta). Naquela ocasião, um morador de cerca de 40 anos, que já fora envolvido com o tráfico de drogas e se convertera em uma igreja evangélica, também disse que na década de 1980 estupros ocorriam com frequência na favela: “Ninguém fala, mas teve uma época que era muito estupro. Muitas pessoas, muitas mulheres, foram estupradas, foram abusadas sexualmente por uma turma que tinha aqui, que se chamava “turma dos Linos””.<sup>9</sup>

Em novembro de 2010, quando o rumor do “tarado” começou a circular pelo Santa Marta, narrativas como as citadas anteriormente – segundo as quais nem sempre estupros eram punidos por bandidos da favela no passado, até porque, muitas vezes, esses atos eram praticados por integrantes dos próprios bandos armados – pareciam ter sido esquecidas. Naquele momento, os rumores pareciam ter ajudado a reativar uma outra região da memória dos moradores ou a transformar a memória coletiva, que, como afirma Pollak (1992), está sujeita a flutuações constantes.

---

9 No livro *O abusado* (2003), Caco Barcellos também faz referência à violência praticada contra mulheres pela família Lino no Santa Marta e destaca o medo gerado por esses crimes entre os moradores.



*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 1920-1930, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (Pollak, 1992, p. 202)

Das (2007) assevera que a linguagem não só transmite narrativas, mas também as produz. A autora explica que o rumor ocupa uma região da linguagem que tem o potencial de nos fazer experimentar acontecimentos e que, mais que assinalá-los como algo externo, os produz durante o ato mesmo de enunciação. A antropóloga não sugere que a linguagem tem o poder de simular a ocorrência de determinados acontecimentos a partir do nada, mas sim que memórias que poderiam não ser despertadas (como certas memórias da época de domínio dos traficantes no morro) acabam ganhando vida na forma de rumores.

Ao refletir sobre o tema, Das (2007) utiliza os conceitos de tradução e de rotação elaborados por Bergson (1985) para expor o que ela chama de “caráter infeccioso da linguagem”. Ambos os processos – tradução e rotação – permitem trazer o passado ao presente; mas, enquanto na tradução o passado se “contraí” com o propósito de se tornar inteligível no presente, no processo de rotação o passado “orienta” seus aspectos mais úteis para a situação presente e “termina por definir as qualidades afetivas do momento presente” (Das, 2007, p. 95). Tradução e rotação funcionam para atualizar certas regiões do passado e criam um sentido de continuidade entre acontecimentos que, de outra forma, não estariam conectados entre si. Das (2007) sugere também que a análise de rumores não deve ser feita a partir de uma relação de causa e efeito, mas sim de cadeias de conexões que atualizam certas regiões do passado. Isso porque a linguagem e os acontecimentos se constituem mutuamente ao recorrerem ao passado e apresentá-lo de uma forma contraída através dos rumores.

Detalhando melhor esses conceitos, a autora explica que o *processo de rotação* gira em torno de certos aspectos do passado e permite que eles se façam vivos no presente. Enquanto algumas regiões da memória permanecem adormecidas – como nos casos em que os próprios bandidos das favelas abusaram de meninas do Santa Marta no passado –, outras

são recuperadas por esse processo de rotação – reavivando, por exemplo, no momento da circulação do rumor do tarado, a “eficiência” do tráfico no passado para “resolver” casos como esse. Já o *processo de tradução* das memórias em ações, segundo Das (2007), depende de um conjunto de fatores locais sem os quais seria difícil compreender a especificidade da violência em torno da qual se constroem os rumores. No caso do Santa Marta, o processo de tradução inclui o contexto pós-UPP, que supostamente “permitia” que crimes violentos como estupro acontecessem sem que o culpado fosse punido.

Assim como certo saudosismo em relação ao passado faz parte do processo de rotação, a crítica à situação presente faz parte do processo de tradução. O reavivamento das lembranças das punições impostas por traficantes a estupradores e ladrões que atuavam dentro da favela orientada, portanto, o julgamento que os moradores fazem da situação presente e termina por definir o que é considerado uma possível resolução eficiente para esse tipo de crime no momento atual.

Uma reflexão paralela sobre os processos de rotação e de tradução permite notar, portanto, que o rumor do “tarado”, ao reavivar certas regiões da memória dos moradores e gerar saudosismo, abriu espaço para que fosse elaborada uma crítica à situação vivida por eles no contexto pós-UPP. Em outras palavras, os rumores funcionaram como uma espécie de “trampolim” (ou seja, funcionaram como subsídio) para a elaboração de uma crítica à prática policial implementada pela UPP, como mostra a fala de uma moradora do Santa Marta:

Eu fiquei sabendo que chegaram a cometer atos com crianças aqui no morro, mas não posso te dar certeza, porque eu não vi. Dizem que ele [o tarado] tinha ido embora, mas agora estão falando que ele voltou de novo, que ele está rondando o morro. Falam que é pessoa conhecida, porque ele anda mascarado e tudo mais. Outros falam que não, que é pessoa de fora. Outros dizem que são pessoas que convivem no nosso dia a dia, que trabalham dentro da comunidade, em negócio de obra, e que ele trabalha no meio deles. Então, a gente não sabe se é verdade, se é mentira. Mas a gente se importa bastante com isso tudo que dizem, mesmo não sabendo se é verdade ou mentira, porque a gente fica com aquele receio de andar, certa hora da madrugada, por certos becos que são escuros, por não ter muito movimento de pessoas ali.

Também as mães prendem mais seus filhos dentro de casa, até certo horário. Nove horas da noite já está tarde e [as crianças] têm que ir para dentro de casa. Mas os policiais, continuamente, não se preocupam tanto com isso. O foco deles é outro, é vigiar as pessoas que já foram do tráfico. Então, eles ficam muito em cima daquilo, focado em um só assunto, que são as drogas na comunidade. Então, a visão deles para o restante que se exploda, eles ficam mais focados dentro do assunto “drogas”. Eles ficam procurando quem está vendendo, querem saber quem é que compra, quem é usuário, quem não é. Não estão nem aí para a segurança do morador da favela. Eles não esquentam com isso! (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta).

### **“Estão roubando até cueca do varal”**

Além do caso do “tarado” do Santa Marta, diversos rumores sobre casos de estupro e também de furto circularam em várias favelas “pacificadas” nesse mesmo período e ajudaram a reforçar a construção de uma crítica ao policiamento realizado pela UPP. Em conversas informais com moradores pelos becos e vielas do Santa Marta e da Cidade de Deus, frequentemente era possível ouvir comentários como: “Agora não se pode deixar nem uma cueca no varal que ela é roubada”, “Deixar a janela e a porta aberta agora nem pensar, senão vão mexer nas suas coisas e vão roubar”.

Inicialmente, os relatos sobre o aumento de furtos circulavam apenas de boca em boca. Em julho de 2010, durante uma conversa informal com dois moradores do Santa Marta com os quais eu tinha bastante proximidade, um deles me contou que alguns dias antes havia ocorrido um assalto bem perto da casa onde eu morava. Outro morador comentou, então, que tinha ouvido falar que quatro meninos do morro estariam sumidos por causa desse assalto e que achavam que eles haviam sido esfaqueados no matagal (localizado ao lado da favela). Ele não disse quem os teria matado, mas sugeriu que seria alguém ligado ao tráfico. Não voltei a ouvir sobre o sumiço desses meninos posteriormente. No entanto, em diversas conversas e entrevistas, ouvi relatos de vários outros casos de furto tanto no Santa Marta como na Cidade de Deus. A apresentação desses relatos geralmente era acompanhada de uma preocupação com a questão da segurança dentro da favela. Os relatos apontavam que, para tentar evitar a ocorrência desse tipo de crime, muitas pessoas da favela

não estavam mais deixando as portas e janelas abertas ou tinham até mesmo instalado grades e trancas em suas residências.

Em 2011, um caso de furto ganhou especial repercussão no Santa Marta por ter ocorrido em um bar localizado bem próximo a um dos prédios da UPP. Diferentemente das narrativas mais comuns, que tratavam do furto de objetos pessoais – como roupas, acessórios, eletrodomésticos, celulares ou computadores – de casas cujas janelas ou portas estariam destrancadas, o episódio ocorrido no bar do seu Zé envolveu o furto de um montante considerável de dinheiro guardado em uma gaveta trancada. Narrativas sobre esse furto circularam não só no boca a boca, mas também em redes sociais. Logo após o ocorrido, Thiago Firmino, uma liderança do Santa Marta, divulgou a seguinte mensagem no Facebook:

Morador da favela Santa Marta tem seu bar arrombado, algo planejado, pois levaram somente seus 3.600 do cofre [cuja] chave estava guardada em segredo. O bar fica em frente a um posto da UPP, distância de 6 metros, e ninguém viu nada, não falaram nada nem se moveram pra nada. Morador teve que ir prestar queixa na delegacia nesse momento.

Logo em seguida, uma mulher comentou a publicação dizendo: “Que isso, meu Deus! Se falaram que estávamos seguros, aí está a resposta”. Outra pessoa comentou ainda: “Mas eu não sei para que existe uma UPP. Também precisei uma vez e tive que ir à 10ª, porque eles falaram que não podem registrar queixas! Então, me diz: O QUE ELES FAZEM!?”. O autor do primeiro comentário completou: “Eu também queria entender o trabalho deles. Até hoje não sei!”. Depois acrescentou ainda: “6 metros [da UPP] e ninguém viu nada, não falaram nada nem se moveram para nada. Morador teve que ir prestar queixa na delegacia”.

Posteriormente, o mesmo caso ganhou destaque no *blog* do Visão da Favela Brasil. Na “mídia alternativa”, o *rapper* Fiell fez um relato detalhado sobre o furto e apresentou uma análise sobre as consequências que casos como aquele geravam entre os moradores do morro.

Nesta última terça-feira, 4/10/2011, na primeira favela a receber uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), com a totalidade de 120 PMs, aconteceu um roubo a 2 metros da UPP. Mais conhecido no morro Santa Marta por seu Zé, um birosqueiro antigo na favela, teve seu estabelecimento assaltado.

Arrombaram a birosca e roubaram seus 3.600 reais. [...] Esse roubo na birosca do seu Zé deixou a população do morro Santa Marta em alerta. Ontem (terça-feira, 4/10) ouvi várias pessoas falando em comprar uma porta de ferro, gradear os basculantes e redobrar a atenção em suas casas. Não comparando, mas não posso deixar de relatar. Antes da entrada da UPP, tinha o tráfico armado que dominava essa favela, o CV (Comando Vermelho). Toda a população e os visitantes sabiam as leis impostas pelo poder bélico do tráfico. A) Não deixar ter roubo dentro da favela e no entorno; B) Não ter briga na favela; C) Qualquer morador pode dormir com suas portas abertas. E por aí vai [...]. Nenhum dos 120 policiais da UPP percebeu nenhuma anormalidade em menos de três metros de distância. Agora, se qualquer morador estiver comemorando seu aniversário, ou coisa do tipo, eles (UPP) vão ao local e mandam desligar o som, e, se não acatar a ordem, levam preso por desacato à autoridade. E nem vou citar as doze câmeras de vigilância que instalaram aqui no Santa Marta.<sup>10</sup> Onde investiram mais de 500 mil reais... (Para quê? E para quem?). Esse caso lamentável do roubo na birosca do seu Zé levanta, outra vez, o debate dentro do Santa Marta, onde todos os moradores precisam se comunicar e analisar o que está acontecendo dentro da favela. Vai ser triste ver portão de ferro e grades na favela, coisa que já estamos vendo por falta de confiança, que anda no morro, no vizinho e nos outros 5.500 moradores. São lamentáveis esses fatos.<sup>11</sup>

---

10 Durante um programa da Rádio Comunitária Santa Marta em 2011 no qual a comandante Pricilla Azevedo fez uma participação, um morador ligou para lhe fazer a seguinte pergunta: “Nesses dois anos de UPP, infelizmente já fui vítima de três roubos. Essas imagens são solicitadas diretamente pela delegacia ou eu diretamente posso pedir?”. A comandante respondeu: “As câmeras de monitoramento, a gente não consegue infelizmente observar todas as áreas da comunidade. Se o furto acontecer em lugar que tem câmera, podemos puxar até dias para trás, e o senhor mesmo vai ver. Peço para o senhor ir lá pedir. Ou, se for de mais dias atrás, peço à Secretaria de Segurança Pública. Mas vou dar um exemplo: a câmera ali da Jupira, se ela estiver direcionada ali para o Cantão e se o furto aconteceu no acesso da estação 1 até a escola de samba, não vai dar para verificar. Mas eu peço ao senhor para ir lá na UPP solicitar. Mas é o que eu falei: se a câmera não filmou, pode ser quem estiver pedindo, que não temos como retroceder no tempo”. O presidente da associação de moradores, que também participava do programa transmitido ao vivo na rádio, acrescentou: “Tudo que acontece nas câmeras da comunidade, o morador tem dez dias para solicitar lá na central, que fica lá dentro da UPP”.

11 O *blog* do Visão da Favela Brasil foi tirado do ar. O relato que originalmente fora postado ali já não está mais disponível na íntegra, embora tenha sido parcialmente

No texto postado em seu *blog*, Fiell evidencia como a ocorrência de crimes como o furto à birosca do seu Zé tem, pelo menos, duas consequências. A primeira é o surgimento de novas inseguranças e desconfianças entre os moradores, que agora já não se sentem mais à vontade para deixar as janelas e portas abertas – como acontecia no passado – e passam a redobrar a atenção com o intuito de evitar que se tornem vítimas de crimes.

A segunda consequência é o início da elaboração de uma crítica por parte dos moradores em relação à ineficiência do policiamento implementado pela UPP. Explico melhor: ao relatar casos de furtos e estupros que estariam acontecendo no morro, muitos moradores reclamavam que os policiais não estariam fazendo nada para evitar, nem mesmo para investigar, a ocorrência desses tipos de crime.<sup>12</sup> Esse desinteresse dos policiais em tratar de crimes não letais que geravam forte insegurança dentro da favela – como estupro e furto – despertava em muitos moradores a sensação de que a UPP não estava no morro para lhes prover segurança, mas apenas para vigiar e controlar a população favelada.

Gostaria de ressaltar, no entanto, que, embora a crítica exposta por Fiell no texto postado em seu *blog* tenha encontrado “ressonância” em uma parcela de moradores das áreas “pacificadas”, ela também encontrou resistência de outra parte da população. Uma análise mais detida da postagem no *blog* mostra que a crítica aberta feita à polícia pelo artista gerou reações controversas entre os leitores. Alguns publicaram comentários questionando as informações passadas por Fiell e o acusando de ter envolvimento com o tráfico.

Mais uma vez fica confirmada a sua participação no tráfico e seu apoio ao CV – Comando Vermelho. Acho que já está na hora de cair na realidade, a população do Santa Marta não aguenta mais suas intrigas, seus comentários. Fica muito claro que seu objetivo é único e exclusivo [...] manchar a imagem

---

reproduzido em outras páginas, como: <http://revistavirus.com.br/a-upp-do-morro-santa-marta-e-o-controle-social/>. Acesso em: 11 nov. 2018.

12 Como mostrei na seção anterior, os casos de estupro, assim como os de furto, ajudaram a criar uma certa nostalgia, visto que, em muitos casos, os traficantes que dominavam o morro puniam de modo rápido, severo e exemplar quem cometia esse tipo de crime no território da favela.

da polícia, tentando colocar os moradores em uma espécie de insegurança que não existe. Se o tráfico ainda dominasse a região, nossas crianças ainda estariam reféns desses marginais da lei, aliciando-as e pondo em risco seu futuro. Acorda pra vida, volta pra sua terra natal, quem sabe lá você não seja querido, pelo menos, por seus familiares. (Comentário publicado em 14 de outubro de 2011)

Você, MC Fiell, se diz um defensor dos direitos humanos, entendido do assunto policial, etc., mas você é um dos grandes causadores de tumulto dentro da comunidade Santa Marta. Se você entende de lei, deveria saber que existe uma lei do silêncio pela leis brasileiras, não é a UPP que cria isso, você deveria saber que vender droga como você faz e todos sabem é crime, você deveria saber que o gato de luz que tem no bar do seu sogro e na sua casa é crime, mas isso você ignora, né? Mas é claro! Desde que a UPP foi pro morro, a vida de pessoas simples, como o seu Manuel e a senhora Joaquina, ficaram boas, eles vivem sem ameaças de pessoas como você [...]. Sem o controle do tráfico de drogas imposto por você e seus amigos, né, senhor MC Fiell? Você, que já responde a vários inquéritos policiais, uma hora vai ser preso de vez e assim a comunidade do Santa Marta será mais feliz, por[que] elementos nocivos como você só fazem mal à nossa comunidade [...]. (Comentário publicado em 26 de outubro de 2011)

Os comentários publicados no *blog* Visão da Favela Brasil dão pistas para ajudar a entender como era complicado apresentar críticas à UPP naquele momento em que a “pacificação” estava “estabilizada” no Santa Marta e em que havia um forte consenso em torno do sucesso do projeto. Quando um morador apresentava alguma “crítica aberta” à UPP, ele parecia ser, quase imediatamente, capturado pelo dilema que o forçava a escolher entre a UPP ou o tráfico. A apresentação de críticas levava, quase automaticamente, à suposição de adesão de seu autor ao tráfico e, em seguida, a uma defesa da UPP. Abria-se então uma estrutura controversa próxima ao que Boltanski e Claverie (2007) descrevem como “*affaire*”:<sup>13</sup>

13 Segundo Chateauraynaud (1991), um “*affaire*” é a expressão de um desacordo durável. Um desacordo se exprime pela confrontação de pretensões ou versões opostas quanto a um acontecimento ou a um estado de coisas no mundo. A importância de um *affaire* depende da importância dos seres que nele se encontram engajados.

Diferentemente do rumor e da fofoca, que consistem em sustentar uma acusação sem sujeito, dado que ninguém dela assume a responsabilidade e cada um não pretende senão repassar um dizer que lhe foi transmitido e que ele recebeu de um outro, e assim por diante, o *affaire* supõe que um ator crítico assuma para si a sustentação da acusação pública – que ele se apresente como um único homem, uma pura individualidade (ao modo do panfletário descrito por Marc Angenot), ou como o porta-voz de um grupo. A denúncia, posto que comporta uma violência feita a outrem, não é considerada aceitável a não ser que aquele que a sustenta assuma o risco de ver seu gesto se voltar contra ele e que ele se submeta à prova de um procedimento de investigação de cujo reconhecimento depende o reconhecimento público da validade de suas acusações. Se aquele que ele designa como sendo o culpado se encontra desculpado, ele deve poder, por sua vez, ser incriminado. (Boltanski; Claverie, 2007, p. 417)

Como sugerem Boltanski e Claverie (2007), os rumores e as fofocas se distinguem das “críticas abertas” e dos “*affaires*” não só porque produzem consequências menos incômodas para o acusado, mas também porque têm um custo muito menor para o acusador, ou seja, para aquele que apresenta a crítica. Esboçar qualquer crítica explícita à polícia no contexto das UPPs, sobretudo na fase em que imperava um forte consenso em torno das benesses do projeto, implicava um altíssimo custo, pois “obrigava” aquele que proferia a crítica a se posicionar e a responder perguntas delicadas como: “Então, você preferia antes ou agora? Bom mesmo era no tempo do tráfico ou acha que está melhor agora?”.

Difícilmente, algum morador de favela “pacificada” conseguia apresentar uma crítica no espaço público sem ser enquadrado em um desses polos (contra ou a favor da UPP). O caso de Fiell evidencia como a apresentação de uma “crítica aberta” contra a polícia gerava facilmente o surgimento de um *affaire*. O morador que inicialmente era o acusador, assim que publicou suas críticas à polícia em seu *blog*, tornou-se objeto de acusação. Ele logo foi enquadrado como alguém que só era crítico à UPP porque seria “conivente com o tráfico de drogas”. Nesse tipo de enquadramento, não há a possibilidade de ser crítico à UPP sem ser conivente com o tráfico. Nesse tipo de polarização, todos os moradores da favela se veem “obrigados” a se dividir e a se posicionar em um dos dois



campos: os que são contra o tráfico e a favor da UPP *versus* os que são a favor do tráfico e contra a UPP.

Retomarei mais adiante o debate sobre a dificuldade de apresentação de críticas abertas à UPP no momento em que o projeto se encontrava “estabilizado”. Mas antes mostrarei, na próxima seção, como os relatos sobre furtos no contexto pós-“pacificação” não ficaram circunscritos aos rumores e debates realizados em meios de comunicação alternativos.

### **Da anomalia à estatística**

O caso do furto à mercearia do seu Zé ocorrido no Santa Marta em 2011, além de ter sido debatido entre os moradores da favela no boca a boca e pela internet, também acabou virando notícia em um jornal carioca de grande circulação. Em 7 de outubro de 2011, foi divulgada uma reportagem sobre o caso no jornal *Extra*:

Mercearia que fica embaixo de uma sub-sede da unidade no Dona Marta foi arrombada na terça-feira. Policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro Dona Marta se apressaram em dizer que foi um fato isolado. [...] O que mais chamou a atenção foi a localização da mercearia: debaixo de uma casa ocupada pela UPP. (A UPP..., 2011)

Convém observar que não há na matéria qualquer referência a um possível aumento no número de furtos e roubos nos territórios “pacificados”. Nesse caso, o furto é apresentado apenas como uma anomalia, ou seja, uma exceção, um caso isolado. No entanto, essa narrativa começou a mudar quando o aumento da ocorrência de furtos em favelas com UPPs passou a ser “estatisticamente comprovado”. No dia 9 de outubro de 2011, o Portal R7 divulgou uma reportagem intitulada “Crimes proibidos por ‘leis’ do tráfico afligem favelas pacificadas do Rio”, na qual era dito que, “embora a chegada das UPPs tenha reduzido os homicídios e a presença ostensiva de traficantes, roubos e furtos aumentaram na região das favelas, segundo apontam dados do ISP (Instituto de Segurança Pública)” (Crimes..., 2011).

Uma breve análise da forma de circulação de relatos sobre furtos e roubos no contexto pós-UPP mostra que, com o passar dos anos de ocupação, as notícias sobre a ocorrência de crimes não letais foram ganhando

força. Nos primeiros anos após a chegada da PM nas favelas, os relatos de furto circulavam apenas de boca em boca como rumores (cuja veracidade era constantemente questionada). Em 2011, alguns casos de furto passaram a ser comentados em redes sociais e *blogs* e, posteriormente, a aparecer na chamada “grande mídia”. Assim, além de terem passado a circular mais, atingindo um público maior, essas notícias começaram a ganhar um estatuto de “fato”, ou seja, deixaram de ter sua veracidade questionada. Mais tarde, o aumento desse tipo de crime acabou se tornando um “dado oficial”.

Uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – coordenada pelo sociólogo Ignacio Cano e publicada sob os auspícios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – mostrou em 2012 que, apesar de a presença das UPPs ter conseguido de fato reduzir drasticamente a violência letal nas favelas ocupadas, houve um comprovado aumento do registro de ocorrência de crimes não letais nessas localidades.

Os registros de crimes não letais contra a pessoa, tais como lesões, ameaças e estupro, experimentam um aumento significativo nessas comunidades após a implantação das UPPs. Os crimes não violentos contra a propriedade, os furtos, também se incrementam após a entrada do projeto. [...] há duas explicações possíveis para esse fenômeno. Uma é que os moradores, que não costumavam ir à delegacia, passam a denunciar quando sofrem um crime. Isso se deve tanto ao trabalho policial, que encaminha as pessoas para a delegacia, quanto ao fim da intimidação dos grupos armados locais, que não aceitavam a presença policial nem o recurso dos moradores ao sistema de justiça criminal. Paralelamente, os chefes desses grupos criminosos (traficantes, milicianos, etc.) exerciam nas comunidades um forte controle social autoritário, proibindo diversas condutas criminosas e punindo severamente os transgressores. Assim, quem cometia um furto na comunidade arriscava ser torturado, expulso ou morto pelo poder armado local, o que provavelmente contribuía para reduzir esse tipo de conduta. Portanto, uma vez ausente esse controle social autoritário e extralegal, é bem possível que a incidência desses crimes esteja aumentando. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012, p. 45)

A pesquisa sinaliza que mais pessoas, desde a implementação da UPP, têm ido à delegacia denunciar esses tipos de crime. Entretanto, ela não permite afirmar que, inquestionavelmente, houve um aumento desses crimes. Isso porque, como o relatório sugere, esse aumento dos registros pode ter sido causado não por um aumento real das ocorrências, mas por uma diminuição do sub-registro que existia anteriormente.

Durante meu trabalho de campo no Santa Marta, observei que, independentemente do fato de ter havido um aumento real ou de ter ocorrido apenas um aumento dos registros de furtos, houve uma mudança qualitativa concreta na sensação dos moradores: eles passaram a se preocupar mais com a possibilidade de terem algum pertence furtado no território da favela depois da chegada da UPP. Eu também tive essa mesma percepção quando, entre 2012 e 2013, passei a frequentar a Cidade de Deus. Nessa favela ouvi muitos rumores sobre a ocorrência de furtos, roubos e estupros.

O caso que mais me chamou a atenção foi um furto ocorrido na loja da “mulher do dono” de uma das áreas mais famosas da Cidade de Deus. O caso surpreendeu os moradores e traficantes, pois ninguém poderia imaginar que algum assaltante tivesse a “audácia” de furtar dinheiro da loja da mulher do próprio “dono do tráfico”. O caso parecia ser tão absurdo que ninguém levantou a hipótese de que um morador da favela pudesse ter cometido o crime. Porém, várias foram as elocubrações em relação a sua autoria.

Alguns moradores especulavam que o furto poderia ter sido realizado por um usuário de *crack*, sob a alegação de que só uma pessoa drogada e fora de si teria a ideia insana de cometer tal ato. Outros moradores, no entanto, achavam que essa versão não fazia sentido, já que aquele era um crime elaborado demais para ser feito por um drogado ou “crackudo”. Afinal, roubar a loja da “mulher do dono” envolvia uma série de cálculos e planejamentos – para saber quem tomava conta da loja, em que horários não havia ninguém e onde ficava guardado o dinheiro.

Outra hipótese utilizada para explicar o crime levantava como suspeito algum ex-integrante do tráfico expulso da favela. Essa versão parecia ser mais plausível para os moradores, pois alguém que já tivesse atuado junto com outros traficantes da favela talvez soubesse que tipo de segurança era feito na loja e talvez também pudesse estar motivado não

só pela vontade de ganhar dinheiro, mas também por um sentimento de vingança – uma vez que o furto gerou, além de uma perda material, uma desmoralização para o próprio “dono”, que indiretamente foi furtado.

Uma terceira versão que circulou pela favela na época indicava que o furto poderia ter sido cometido por homens envolvidos com alguma das milícias que dominavam diversas áreas da Zona Oeste da cidade. Os mais prováveis teriam sido milicianos da Gardênia interessados em “desmoralizar o dono”, tendo em vista o desejo que tinham de “tomar a Cidade de Deus”. Por fim, havia ainda a especulação de que o crime, na verdade, teria sido cometido por um policial da UPP:

Aumentou muito o roubo depois da UPP. Isso é constante. É nego roubando casa. Roubaram até mulher do dono do tráfico aí. Ninguém sabe, desconfiança tem. Dizem que é a polícia. Ele só fica sentado ali na casa dela. Não sabem se foi policial da UPP ou de fora. Mas quem conhece o movimento da comunidade? Quem agora está aqui 24 horas monitorando tudo? E quem pode se garantir pra fazer um negócio desse? Só um policial, e eu acho que foi um policial da UPP. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Nenhuma dessas versões foi confirmada e o caso acabou sendo silenciado, já que muitos moradores pareciam ter medo até mesmo de comentar o episódio. Certa vez, quando o assunto surgiu em uma roda de conversa, um morador insistentemente sugeriu que era “melhor deixar para lá”, repetindo várias vezes que aquele tipo de assunto “envolvia coisa séria”, que era melhor “deixar quieto”.

Embora existisse um silenciamento de casos como esse em áreas “pacificadas”, tal como o observado na Cidade de Deus, os policiais não desconheciam o aumento dos crimes não letais no período pós-“pacificação”. Conforme apontou um policial que atuou no Santa Marta, houve algumas mudanças nos delitos após a chegada da UPP:

O que mudou um pouco é que alguns tipos de delitos, algumas ocorrências que hoje a gente tem, não tinham antigamente. Antigamente, o morador queria brigar com o vizinho, mas ele tinha muito medo, porque o tráfico impunha aquele terror: “Se fizer, eu vou matar, eu vou expulsar”. Então, hoje, acabam aparecendo alguns delitos, como briga de marido e mulher.

“Ah, porque o marido bateu...” Isso eu estava até vendo em uma pesquisa, que a gente sempre tinha briga de casal – o marido bateu na mulher –, mas realmente tem muito o contrário também, que a mulher é que bate no marido. Briga de casal todo mundo pensa logo: “Ah, o marido...”. Mas a mulher bate no marido. Antes, ela não fazia com medo dos traficantes: “Ah, o marido é amigo do traficante ali, eu vou fazer, vão me matar, vão me expulsar daqui”. Hoje, a gente procede na forma da lei. Quando acontece, a gente vai lá, pega e conduz as partes para a delegacia. Briga de vizinho? Ninguém brigava. Furto? Se tinha, ninguém nem falava, porque sabia que as sanções eram essas daí, morte... Hoje em dia, a gente pega, conduz para a delegacia, abre um inquérito. Então, não é aquele impacto. São apenas esses pequenos delitos. (Trecho de entrevista realizada em 2012 com um policial da UPP do Santa Marta)

Vários moradores criticavam os agentes da UPP sob o argumento de que eles pareciam desconsiderar a gravidade do aumento dessas ocorrências. As falas de alguns policiais, como a apresentada acima, sugerem que, de certo modo, eles amenizavam a gravidade desse crescimento com a afirmação de que aqueles eram “pequenos delitos” que “agora ocorriam no morro, do mesmo modo que sempre aconteceram no resto da cidade”. Segundo a ex-comandante Pricilla Azevedo: “Os viciados que fazem esses crimes, eles furtam qualquer coisa para trocar por *crack*. [...] Então, hoje esses crimes passaram a acontecer nas favelas nessa nova realidade. Tudo que acontece fora da favela está começando a acontecer dentro da favela”.

### **“A UPP serve para quê, se agora está tendo estupro e roubo na favela?”**

Como já foi dito, muitos moradores se mostravam incomodados com a postura dos policiais diante dos casos de furto e estupro ocorridos em favelas “pacificadas”. Luan, uma criança de 9 anos moradora do Santa Marta, contou-me, por exemplo, que teve sua piscina de plástico furtada e que procurou policiais para relatar o caso. Mas, como mostra o depoimento abaixo, o menino não ficou muito satisfeito com a reação dos policiais:

Sabe por que eu não gostei da chegada da UPP? Porque roubaram a minha piscina. Aí, fomos falar para a polícia e a polícia não fez nada. Roubaram dentro da minha laje. Estava em cima da laje. E os policiais falaram assim: “Acha tu!”. Antes, quando roubavam aqui, o bandido pegava quem tinha roubado e mandava entregar de volta para o dono. (Trecho da fala de um menino de 9 anos, morador do Santa Marta)

Em janeiro de 2014, li novos relatos de insatisfação de moradores sobre a atuação da polícia quando o presidente da Associação de Moradores do Santa Marta publicou um texto no Facebook. No *post*, ele comunicava que furtos de carros estavam acontecendo em uma região ao lado da sede da UPP na favela. Várias pessoas comentaram a publicação reclamando que não entendiam como os policiais não viam nada acontecer nem tomavam qualquer atitude: “Acontece isso ao lado deles e eles não veem nada? Legal, UPP no Santa Marta serve pra quê?”. Um morador aproveitou para denunciar um outro caso de furto: “Entraram pela janela do meu banheiro hoje enquanto eu estava no Pico e levaram meu play 2... Tá complicado”. Diante disso, um ex-morador da favela sugeriu que a população se unisse para fazer justiça com as próprias mãos: “Vocês que moram no STM têm que se unir e pegar esse ladrão de galinhas, porque com certeza é morador da comunidade, vamos ficar esperto!”.

Geraldo – um carioca que atua na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) há 20 anos – disse-me, durante uma conversa não gravada na sede da UPP, que lidar com os casos de furto, estupro e brigas<sup>14</sup>

---

14 Vale notar que as brigas em áreas “pacificadas” podem ser mediadas por: policiais, presidentes da associação de moradores, outras lideranças ou traficantes. A escolha do mediador vai depender de quem está envolvido no conflito, o que está em disputa, o local e o momento onde ocorreu. Moradores apontam que, se antes da UPP a resolução de conflitos com muita frequência passava pela boca de fumo, agora há mais situações em que moradores “resolvem tudo por eles mesmos”, sem passar pela mediação de um traficante: “Agora tem muita coisa que o morador passou a ter autoridade. Tem camarada aqui que vê que eles [traficantes] nem sempre andam armados, que são moleques. Então, tem muita coisa que o morador resolve por si próprio, não vão mais desenrolar na boca como antigamente, não. Antes, tudo tinha que ir na boca resolver. Agora, o morador resolve por ele mesmo sem pedir autorização para ninguém”. Moradores apontam também que, além de os traficantes não terem mais a mesma autoridade, os policiais também não seriam mais tão temidos como antes: “A gente observou que os policiais que estão agora, eles são muito pací-

nas favelas “pacificadas” não era tão simples quanto poderia parecer. Na visão dele, durante o trabalho cotidiano nas UPPs, os policiais precisavam evitar, de um lado, a prevaricação e, de outro, o abuso de autoridade e o uso excessivo da força física. Para não incorrer em uma ou em outra violação, eles tinham que sempre decidir situacionalmente qual era a melhor atitude a ser tomada. Obviamente, essa não era uma especificidade do trabalho nas UPPs. A discricionariedade era uma das principais características do trabalho policial.<sup>15</sup> Mas no caso do chamado “policiamento de proximidade”, segundo os PMs, esse dilema parecia ficar ainda mais intenso, uma vez que a ação policial tinha mais visibilidade em favelas “pacificadas” que em não “pacificadas”. Logo, qualquer “erro de cálculo” na ação policial nessas áreas podia acabar ganhando uma maior repercussão, e uma maior cobrança poderia recair sobre o policial em comparação com o que ocorreria em outras áreas.

Geraldo enfatizou durante a conversa que, nos casos de briga, por exemplo, os policiais da UPP precisavam agir com muita cautela. Por ter

---

ficos. [...] Antigamente você não falava um ‘ai’ com a polícia. Os policiais te paravam na esquina, te paravam para agredir. Hoje em dia, não [...]. Os policiais perderam sua autoridade. O pessoal sabe que eles não vão atirar, então não respeitam mais como antes”. Um policial me disse compartilhar da mesma impressão. Nas palavras dele: “É melhor usar arma de choque ou *spray* de pimenta, porque andar armado não impõe mais respeito, já que os moradores sabem que a gente não pode atirar à toa dentro de favela pacificada”.

- 15 Como aponta Oliveira (2010, p. 147), “a força excessiva é um risco na ocupação de um profissional que lida com o perigo e é treinado para, e autorizado a, usar a força, inclusive a fatal. A questão que permanece é o *quantum* de violência é justificável e em quais situações. As prescrições legais são muito vagas e gerais para servirem de guias precisos aos policiais que, nas ruas, enfrentam situações ambíguas e devem responder a elas de imediato. [...] A falta de claro padrão para o recurso à agressão física em geral faz com que o agente público dependa de sua discricionariedade para decidir se deve ou não exercer esse seu direito em determinado encontro [...]. Todavia, não se deve atribuir à negligência das autoridades policiais a falta de prescrições precisas e inequívocas para o uso da violência em geral, sobretudo da força não letal, pois essas providências talvez não possam ser tomadas devido à natureza da ocupação policial: o *quantum* de força deve usar-se e em que situação. A pergunta parece ser irrespondível enquanto a situação a ser confrontada pelo agente permanecer em aberto, e a noção de força necessária, vaga. O recurso à coerção física como um meio de resolução de conflitos envolve essa complexa questão estrutural que não será superada com as perplexidades e a genuína revolta da população diante dos excessos dos detentores imediatos da força pública”.

mais tempo de experiência, ele dizia que orientava os jovens que tinham ingressado havia pouco tempo na PM a não intervir imediatamente nesse tipo de ocorrência. Ainda que não devessem se omitir em casos de confusões e agressões, segundo Geraldo, era preciso saber a hora e o modo certo de agir para que os moradores envolvidos na briga não acabassem se voltando contra os próprios policiais.

Briga de marido e mulher é muito comum. Aí, a gente tem que intermediar. Se um dos cônjuges autoriza, não é invasão de domicílio. A pessoa pede socorro, eu chuto a porta e entro. [...] Sábado passado teve uma briga de família. Todo mundo encachaçado. [...] Quando os policiais chegaram para apaziguar, tem sempre aquele que acha que é o mais forte. Então, começou uma via de fato [...]. Então, eu orientei os policiais assim: “Primeiro deixa eles se matarem, depois que está tudo dominado, que eles estão cansados, que já apanharam, aí sim, aí pode ir lá”. Já apanhou, já está saindo sangue. Se a gente chega na hora que está acontecendo, eles acham que a gente não deveria se intrometer. Então, a briga ao invés de partir para eles, vira contra a gente. Aí, já está definido quem apanhou, quem bateu. Aí, a gente atua. Isso é psicológico, infelizmente é. Teve relato aqui de colegas que levaram soco no nariz porque foram intervir numa ocorrência. Toda profissão tem gente que exagera um pouquinho. Infelizmente, temos alguns que extrapolam um pouquinho, mas a maioria não. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Nos casos de furtos e de estupro, a situação às vezes era ainda mais delicada, uma vez que, segundo os policiais, os moradores demandavam deles atitudes que eles não podiam tomar, como, por exemplo, agredir aquele que havia cometido o crime. As falas de dois policiais revelam como, na visão deles, os moradores demandavam que a polícia agisse de modo semelhante a como o tráfico agia na favela antes da chegada da UPP:

O senso de justiça dos moradores dessas comunidades é a justiça imediata. Ninguém quer esperar um inquérito policial virar um processo e ter uma sentença, comparecer para prestar declaração, chamar testemunhas... Esse processo para eles é algo muito novo de acesso. Eles sabiam da existência, mas não tinham acesso. Quem resolvia o problema da comunidade era o chefe do crime. (Trecho da fala da major Pricilla Azevedo durante o semi-



nário internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – a experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

Se você saía de casa e tinham roubado da sua casa, você voltava para casa, tinha que aparecer quem foi para o tráfico fazer a justiça dele, né? Então, eles eram juiz, executor e advogado. Resolviam tudo. Uma vez teve um probleminha aqui de uma casa que tinha sido invadida quando ela [a dona da casa] estava trabalhando. Aí, ela falou: “Na época do tráfico não tinha isso, minha casa nunca tinha sido invadida”. “Minha senhora, nós estamos fazendo patrulhamento. Mas o problema é que nós não fazemos como os traficantes. [...] Eles matam [...]. Nós trabalhamos na lei [...]. Eu não posso chegar e dar um tiro num cara desse porque ele invadiu sua casa. Isso aí é um delito de furto. No código penal, não tem nada que justifique que eu chegue e dê um tiro”. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Por muito tempo, os hábitos de resolução de conflitos em favelas estiveram atrelados às práticas de “justiçamento” da boca de fumo. Isso porque, em muitos momentos, o próprio tráfico arroga para si o título de “guardião” da “honra” ou da ordem moral da favela. Quando traficantes se envolvem em assuntos que, em princípio, não lhes concernem diretamente – como briga de vizinhos, violência contra mulheres, maus-tratos contra crianças – e pune severamente, sobretudo, furtos e estupro, ele não atua só em nome próprio, mas sim em favor do que seria o “bem comum” – e é através disso que ele supre parte das expectativas morais de uma parcela da população local que, em alguma medida, apresenta uma demanda por ações violentas capazes de ajudar na preservação da ordem pública. Isso significa que o emprego da violência por agentes envolvidos no “mundo do crime”, ao menos quando dirigido contra aqueles que praticaram atos condenáveis pela ordem moral local, é visto por parte da população como legítimo, havendo até mesmo uma demanda para que ele ocorra. Como afirmou um morador do Santa Marta:

Alguém que apanha no morro, ele está apanhando porque ele cometeu alguma vacilação. Ou é desavença, desentendimento pessoal, ou ele cometeu alguma, vai dizer assim, algum ilícito, alguma criminalidade que diz respeito ao código de comunidade mesmo. A comunidade, ela tem os seus códigos,

tem suas condutas. Todo mundo sabe que ladrão no morro vai levar um pau. Todo mundo sabe que estuprador no morro vai levar um pau. E tem que levar mesmo, não é? Sempre foi assim, é cultural. Vai acontecer com UPP ou sem UPP. Isso é normal. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Do ponto de vista da ordem moral, a questão não é se um ato violento, embora ilegal, deve ou não ser praticado, mas é simplesmente saber, primeiro, se os atos violentos são praticados com a pessoa certa e, segundo, se há uma devida proporção entre o ato imoral cometido e a punição que lhe é subsequente. Por exemplo, segundo os critérios comumente empregados nas favelas sob o domínio territorial do tráfico, furtos tendem a ser punidos com ações violentas não letais ou com o banimento da favela, enquanto estupros, sobretudo quando praticados contra crianças, são, em praticamente todos os casos, punidos com morte.

Sustento, assim, que parte da frustração de uma parcela da população das favelas “pacificadas” em relação ao trabalho da UPP se fundamentava em dois aspectos. O primeiro se refere à temporalidade dos processos de justificação. Enquanto, na boca de fumo, as “atitudes” normalmente eram tomadas de imediato ou pouco depois da queixa e, quando necessário, um “desenrolo” logo acontecia, no caso da polícia, todos os procedimentos burocráticos – como o registro do boletim de ocorrência, a instauração do processo, etc. – soavam excessivamente lentos e ineficazes, e assim se descolavam e perdiam aderência concreta das estruturas temporais de resolução de conflito dos favelados.

O segundo aspecto diz respeito à questão propriamente moral. A UPP, ao não operar como a “guardiã” da “honra da comunidade”, frustrava as expectativas morais de alguns moradores, dando a sensação de que a favela pós-UPP estava “largada”, cheia de “vacilação”, e que a “casa estava vazia”, ou seja, sem alguém que conseguisse “colocar e impor respeito”. Como certa vez argumentou um morador da Cidade de Deus que, no passado, foi um dos “frentes” da favela: “Quem se preocupa mais com a honra, em relação a guardar a comunidade, não é a UPP, mas os traficantes”.<sup>16</sup>

---

16 Dito isso, é necessário acrescentar imediatamente que, se é verdade que, em alguns momentos, certos traficantes podem exercer o papel de “guardiões da honra da comunidade”, alguns moradores criticam a ideia de que os traficantes não deixam “va-

Em resumo, pude perceber que o aumento de crimes não letais em favelas “pacificadas”, além de ter gerado novas inseguranças entre os moradores desses territórios, gerou também um duplo jogo de críticas e acusações. Por um lado, policiais acusavam os moradores de terem um “senso de justiça imediata” e demandarem que a polícia utilizasse a força de um modo que não era permitido por lei. Por outro, os moradores afirmavam que o problema central era a falta de interesse e esforço dos PMs em prevenir e investigar esses crimes. Moradores apontavam como alguns indicadores desse “desinteresse” o fato de os policiais da UPP, com o passar do tempo de “pacificação”, já não circularem tanto pelo território, tal como ocorria no início da ocupação, ou seja, já não realizarem tantas rondas e abordagens na favela e permanecerem “sentados dentro das viaturas, com ar-condicionado ligado, usando o celular ou jogando papo

---

cilação” ocorrer na favela. Boa parte dos moradores lembra que “vacilações” acontecem a todo momento, mas só são punidas dependendo de quem está envolvido e do contexto no qual a “mancada” ocorreu. Em última instância, esses moradores apontam que a questão da força é o que predomina, pois, se o pessoal que vacilou tem mais poder que aquele que foi atingido pela vacilação, a probabilidade de uma punição ocorrer é exponencialmente reduzida. Para ilustrar o que acabo de dizer, trago à baila um caso narrado por um morador. Ele conta que um traficante, voltando de um baile *funk*, urinou na porta de sua casa. Sentindo-se desrespeitado com aquele ato, o morador foi até a “boca” para reclamar da situação. Lá chegando, ele se queixou do ocorrido e perguntou ao traficante que havia urinado o que ele faria se o contrário acontecesse, ou seja, se ele, como morador, tivesse urinado na porta de sua casa. A resposta do traficante foi emblemática: “Se você mijasse na porta da minha casa, eu dava um tiro na sua cara”. Ou seja, ele reconheceu que o que fez foi errado, mas, por ter mais força, se achava capaz de urinar na porta da casa do morador sem que fosse punido. Outro exemplo, também extraído de relatos do campo, é referente a um bandido famoso da Cidade de Deus que costumava punir com morte qualquer pessoa da favela que mexesse com alguma de suas mulheres. Vários morreram sob essa alegação. Certa vez, ele saiu com a mulher de um morador que, por não ter nenhum envolvimento com a criminalidade, nada pôde fazer. Mas a questão não acabou aí. Um de seus rivais no tráfico (que pertencia à mesma boca de fumo e era de um cargo hierárquico semelhante ao dele) levou o problema adiante e, em um “desenrolo”, alegou essa desigualdade de postura dizendo que ele deveria pagar com a mesma moeda que cobrava às pessoas com idêntico comportamento. Mesmo assim, por se tratar de pessoas com o mesmo nível de poder na hierarquia do tráfico, nada aconteceu. Por isso, se é possível afirmar que por vezes as ações violentas do tráfico atendem às expectativas morais dos moradores (e esses casos estão, sobretudo, atrelados às respostas a crimes como estupro e roubo), a dimensão moral, na prática, está sempre limitada e subjugada às relações de força e poder.

fora”. Na época, ouvi rumores de que alguns PMs ficavam assistindo a jogos de futebol em bares da favela enquanto bebiam cerveja em horário de expediente, enquanto outros promoviam “festinhas” e levavam mulheres e bebidas para dentro de uma das sedes da UPP no Santa Marta.<sup>17</sup>

Por conta desse tipo de comportamento, muitos moradores consideravam que a favela estava “largadona”. A partir dessa constatação, surgiram alguns questionamentos, como: “Se a UPP não é capaz de garantir a segurança do morador, por que ela está presente na favela?” e “Se furtos e estupros aumentaram depois da chegada da UPP, para que serve o tal ‘policimento de proximidade?’”. Como resumiu uma liderança do Santa Marta: “O aumento desses casos só confirma que a UPP só está no morro para reprimir, vigiar, controlar a gente, e não para garantir nossa segurança! Eles só querem vigiar a favela porque acham que, assim, vão garantir a segurança do resto da cidade”.

Se até 2012 muitos moradores tinham a percepção de que nem os policiais nem os traficantes estavam fazendo nada para prevenir ou punir a ocorrência de casos de furto e estupro nas favelas “pacificadas”, a partir de 2013 esse cenário começou a apresentar algumas mudanças. Comecei a ouvir alguns relatos de que traficantes estariam “voltando” a coibir esse tipo de prática. Como afirmou um morador da Cidade de Deus: “Com o tempo, os caras foram se estabelecendo novamente, eles começaram a puxar a rédea novamente. Então aí, com o passar do tempo, os caras começaram a controlar de novo e coibir mais essa coisa de roubo e estupro na favela”. A foto abaixo mostra, por exemplo, ameaças que foram pichadas na parede de um prédio da Cidade de Deus em 2014. A men-

---

17 Em abril de 2014, foi divulgada uma reportagem sobre casos como esse que também ocorriam em outras favelas. Uma mulher apelidada de “Maria UPP” ganhou destaque em inúmeras reportagens. Ela, a “Maria UPP, mulher que apareceu em fotos de orgias com policiais de Unidades de Polícia Pacificadora, afirmou, em entrevista à Rede Record, que já saiu com mais de mil PMs. Perguntada sobre o motivo, Patrícia Alves, uma pernambucana de 23 anos, foi sucinta: ‘Fiz porque gosto de sair com os polícia. Já saí com mais de mil’. A Maria UPP, que prefere o apelido de Pacificação, revelou que se relaciona com policiais há mais de cinco anos. Geralmente, nas bases das UPPs. Segundo ela, as visitas se estenderam pelas 37 unidades espalhadas pelo Rio: ‘Fui a todas as UPPs. Fazíamos no horário de serviço, mas às vezes também saíamos juntos. A maioria dos policiais eram casados’” (Maria UPP..., 2014).

sagem é clara: “Quem for pego roubando vai morrer. Ass: KRT (Karatê) CV Boladão”.



*Figura 17 – “Aviso” do tráfico em uma parede da Cidade de Deus.*

Foto: Autora.

O fato de o tráfico ter voltado a “controlar” esse tipo de ocorrência na favela era visto com “bons olhos” por alguns moradores. Certa vez, ouvi que um menino tinha levado umas “madeiradas” por supostamente ter furtado uma casa na Cidade de Deus. O morador que me contou o caso disse ainda considerar bom que aquilo acontecesse – “para o pessoal ficar esperto e ver que a favela não está largadona, que não é para ficar de vacilação”. Algumas semanas depois, fiquei sabendo de um caso ainda mais grave. Traficantes mataram na Cidade de Deus um homem que teria violentado sexualmente a enteada de 2 anos. Logo depois descobriram,

contudo, que o estupro não tinha ocorrido, que a criança estava apenas com assaduras normais causadas pelo uso de fralda.<sup>18</sup>

Os casos narrados acima mostram como, especialmente a partir de 2013, os traficantes presentes nos territórios “pacificados” voltaram a usar a força física para punir a ocorrência de certos crimes e a atuar diretamente no controle de uma certa “ordem pública” na favela. Não podemos ignorar que tal atuação era desejada e até mesmo considerada legítima por grande parte dos moradores que acreditava que, se a UPP não estava interessada e “não fazia nada” para conter a ocorrência de furtos, roubos e estupros na localidade, era “melhor os traficantes agirem” para não “deixar tudo largado”. No entanto, é importante ressaltar também que a ocorrência desses casos gerou uma forte preocupação entre outros moradores, que encararam essa retomada do uso da força física por traficantes como um dos primeiros indícios de que estava “tudo voltando a ser como antes da UPP” nos territórios “pacificados”.

---

18 O morador que me relatou o caso disse, indignado, que o homem morto, na verdade, era “uma pessoa de bem” que cuidava sozinho da enteada depois que a mãe abandonou a criança. Segundo ele, a morte foi causada por uma fofoca supostamente espalhada por uma vizinha, que vira o homem assistindo a um filme pornográfico com a criança no colo. O morador que me narrou o caso questionou quem ia tomar conta da menina de 2 anos e disse que queria ver se a vizinha fofoqueira ou se alguém do tráfico envolvido no crime ia ajudar a criança, agora “sozinha no mundo”.

PARTE V

**DAS NOVAS INDETERMINAÇÕES ÀS  
NOVAS INVESTIGAÇÕES**

# 9

## O (RE)TENSIONAMENTO DO CLIMA NAS FAVELAS “PACIFICADAS”

### **A presença ausente da milícia em favelas com UPP**

Até aqui tratei das consequências que a presença permanente de dois diferentes atores violentos e potencialmente arbitrários gerou nas rotinas de territórios “pacificados”. No entanto, não é possível ignorar que, além dos policiais e traficantes, os milicianos se tornaram personagens centrais no debate sobre violência no Rio de Janeiro na última década (Werneck, 2015). E é importante notar que, mesmo não tendo feito trabalho de campo em territórios dominados por milícias, elas se apresentaram na minha pesquisa tanto no Santa Marta quanto na Cidade de Deus como uma constante “presença ausente”.

Em conversas informais, assim como nas entrevistas gravadas, a milícia era um tema que recorrentemente aparecia na fala dos moradores. Sem que inicialmente qualquer pergunta sobre o tema fosse feita, muitos moradores manifestavam, de diferentes modos, percepções e medos relacionados a esses grupos. A palavra “milícia” era utilizada para fazer referência a dinâmicas bem diversas, como mostro a seguir.

#### **a) “Quando a UPP chegou, a gente pensou que eram os milicianos que iam dominar a Cidade de Deus”**

Para começar, preciso ressaltar que na Cidade de Deus a presença da milícia parecia estar mais ligada (embora não exclusivamente) a processos que já existiam no momento em que a pesquisa foi realizada, enquanto no Santa Marta estava mais vinculada a expectativas em relação ao futuro. Essa diferença se deve, primeiramente, à localização de cada uma dessas favelas. A Cidade de Deus, localizada no bairro de Jacarepaguá, mantém uma proximidade física com muitas outras áreas



dominadas por milicianos. E isso, sem dúvida, gerava nos moradores um forte medo de invasão, considerando que a milícia já havia conseguido tomar de traficantes muitas outras favelas na região. Dessa forma, a Cidade de Deus permanecia como uma espécie de último forte reduto da facção Comando Vermelho (CV) na Zona Oeste.

Os moradores contam que, alguns anos antes da “pacificação” da Cidade de Deus, circulavam constantemente rumores de que milicianos tinham o intuito de dominar a favela. Por isso, em novembro de 2008, quando um coronel da Polícia Militar resolveu ocupar o território por iniciativa própria, parte da população da favela achou que a ação poderia ter ligação direta com a chegada da milícia.

Um dia, durante meu trabalho de campo na região, pedi para que dois moradores, Leandro e Bruno, me contassem o que eles lembravam sobre o momento em que a polícia ocupou a Cidade de Deus em 2008. Perguntei se podia gravar a conversa e eles concordaram. Mesmo sem eu ter perguntado inicialmente nada sobre a milícia, Leandro começou sua narrativa dizendo:

Nós achávamos até que, na época, quem ia dominar era a milícia, tinha aquela preocupação. “Miliciano vai dominar, os policiais vão ficar aí que nem lá na praia de Ramos, polícia de um lado, miliciano do outro”. [...] Alguns milicianos sondaram aqui. Porque, a princípio, quem estava eram policiais do batalhão. Então os policiais do batalhão já eram policiais que conviviam com o pessoal da milícia. (Trecho de uma conversa gravada com um morador da Cidade de Deus)

Bruno deu detalhes dessa “sondagem” que milicianos teriam feito para tentar tomar a favela. E disse que a milícia só não ocupou a Cidade de Deus naquele momento porque o governo teria passado a informação de que havia um novo projeto para aquela área. Em suas palavras:

Os milicianos planejaram a tomada daqui, mas eles receberam a contrarresposta de que aqui não poderiam fazer, que eram eles [o governo] que faziam e eles [os milicianos] tinham que perder para eles. Porque aqui ia ser colocada a UPP. [...] Então eles [os milicianos] iriam tomar dos traficantes e iam perder para os policiais. E estava bem aceso esse medo da tomada da milícia aqui mesmo. Toda a comunidade já estava sentindo que os caras iam tomar.

Os caras [os milicianos] já estavam andando por aqui, já estavam sondando. A movimentação, a união dos caras, era muito forte. (Trecho de uma conversa gravada com um morador da Cidade de Deus)

Leandro, por sua vez, concordou que naquele momento a ideia de que a ocupação policial da favela fazia parte de um plano para enfraquecer o CV e abrir espaço para que a milícia dominasse o território parecia muito plausível. E acrescentou que muita gente achava que o Sérgio Cabral apoiava os milicianos. Segundo o morador:

A invasão da milícia, ela era junto com a polícia. A polícia entrava. Primeiro, a polícia entrava, matava cinco, seis, prendia a área, aí os caras [os milicianos] vinham com duzentos homens. [...] A gente achava que isso ia acontecer até porque o Sérgio Cabral foi um dos maiores financiadores da milícia... Só que ali ninguém sabia o que era o projeto que vinha para a Cidade de Deus. [...] Ninguém sabia nada. E agora a gente não tem nem ideia de como será o futuro. (Trecho de conversa gravada com um morador da Cidade de Deus)

A fala de Leandro enfatiza a indeterminação que existiu no passado – no momento da chegada da polícia na favela –, mas também aponta para uma incerteza em relação ao futuro. O morador, assim como muitos outros, considerava incerto o futuro das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e temia em relação ao que poderia ocorrer futuramente nas favelas “pacificadas”. E aí, mais uma vez, as milícias entravam em cena.

**b) “E se os moradores da Cidade de Deus que estão virando policiais quiserem criar uma milícia aqui dentro da favela?”**

Aliado ao medo dos moradores de que a favela fosse dominada por milicianos, que poderiam “vir de fora e invadir a favela”, havia o de que ocorresse a gestação de uma milícia dentro da própria favela, já que vinha crescendo o número de moradores aprovados no concurso da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ):

Uma coisa que aumentou bastante aqui depois da UPP é que muitos jovens que, outra hora, poderiam estar no tráfico, hoje estão ingressando na polícia. A gente tem aqui muitos. Isso é bom, por um lado, porque esses moradores que são policiais e continuam vivendo aqui, ainda que trabalhem em outros lugares, são uma referência positiva para as crianças e para os jovens da

CDD [Cidade de Deus]. Mas, por outro lado, isso também cria aquela dúvida que possa, futuramente, haver o que acontece em área dominada pela milícia, que foi o que aconteceu no Rio das Pedras e no Gardênia, em que um grupo de policiais da área criou uma segurança local. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Há uma área próxima à Cidade de Deus, chamada Quintanilha, na qual vivem muitos policiais. Traficantes já tentaram várias vezes abrir boca de fumo nessa região, mas nunca conseguiram prosperar ali, pois foram expulsos mais de uma vez pelos policiais que viviam e “colocavam ordem” na área. Tomando a Quintanilha como exemplo, alguns moradores tinham a expectativa de que o mesmo poderia acabar ocorrendo em outras áreas da Cidade de Deus, uma vez que, como dito anteriormente, havia crescido muito, nos últimos anos, o número de moradores integrantes dos quadros da PMERJ.

### **c) “E se os policiais da UPP da CDD fecharem com os milicianos da Gardênia?”**

Além de usarem a Quintanilha como referência, muitos moradores da Cidade de Deus me falavam constantemente, durante o trabalho de campo, sobre o caso da Gardênia Azul. A favela, que fica bem próxima à Cidade de Deus, é dominada por milicianos. Mas, nos últimos anos, traficantes da Cidade de Deus conseguiram abrir uma boca de fumo em área de milícia. Segundo moradores, tal feito só foi possível porque os milicianos de diversas favelas da cidade “ficaram mais visados” e “perderam força” depois do episódio de tortura que envolveu jornalistas do jornal *O Dia* em 2008 no Batan – favela localizada também na Zona Oeste da cidade.<sup>1</sup>

---

1 Em meados de 2008, repórteres do jornal *O Dia* atuavam disfarçadamente no Batan para fazer uma reportagem sobre a milícia, quando foram sequestrados e torturados por membros do grupo. A tortura ganhou repercussão nacional e internacional e se tornou um ponto de inflexão quanto à questão das milícias. Os principais desdobramentos do caso foram o “desengavetamento” da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as milícias (CPI das Milícias) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – proposta um ano antes pelo deputado Marcelo Freixo, do Partido Socialismo e Liberdade (Psol) –, a ocupação policial do Batan e a inauguração de uma UPP na favela. Desde o episódio, as milícias ganharam grande visibilidade e

Após esse episódio, houve um aumento da repressão por parte do poder público às milícias e, conseqüentemente, um enfraquecimento do controle social exercido pelos milicianos em territórios como a Gardênia. A partir desse enfraquecimento, traficantes da Cidade de Deus conseguiram atuar na favela, vendendo drogas por um tempo. Mas, logo depois, os milicianos ganharam força novamente e mataram alguns desses traficantes. Para se vingar, o tráfico também teria matado milicianos, acentuando o clima de tensão na região.

Entre 2013 e 2014, circularam rumores de que milicianos estariam entrando na Cidade de Deus de carro e escolhendo aleatoriamente alguns moradores para “dar uma surra” e, por intermédio deles, passar ao tráfico o recado de que a milícia tomaria a favela. Nesse mesmo período, também começaram a ocorrer frequentemente tiroteios na Cidade de Deus, o que induziu os moradores a acreditar que os conflitos eram resultado da tensão entre traficantes e milicianos. Além disso, surgiu a especulação de que os policiais da UPP estariam “fechados” com os milicianos, com o objetivo de enfraquecer os traficantes da favela.

**d) “Quando os policiais da UPP chegaram aqui no Santa Marta, eles queriam criar uma milicinha de leve na favela”**

No caso do Santa Marta, como o morro é localizado na área de maior valorização da cidade, e como não há nas redondezas áreas notoriamente conhecidas como “de milícia”, nunca ouvi nenhum morador afirmar ter medo de que acontecesse uma invasão de milicianos ali – como temiam

---

foram mais reprimidas pelo poder público. Tal repressão, segundo Cano e Duarte (2012), gerou o enfraquecimento do controle social por elas imposto, a redução da capacidade que tinham de gerar renda e a adoção de um estilo de operar mais discreto. A partir dessas mudanças, houve um aumento da presença de traficantes em alguns territórios ocupados pela milícia, como a Gardênia, e também um crescimento de crimes não letais nessas áreas. Conforme os autores, “há uma percepção generalizada sobre a necessidade da presença de um ator forte que tome conta do território, que não deixe ‘a casa vazia’. Alguém precisa estabelecer uma ‘ordem’ no local” (p. 86). Uma vez que a capacidade dos milicianos de regular as condutas dos moradores se tornou mais contida que antes, resultando na perda significativa de sua força, os moradores começaram “a acusar esses grupos de terem se tornado ‘frouxos’ e de não serem sempre capazes de evitar os pequenos crimes, que era uma das suas funções centrais para a população” (p. 129).

os moradores da Cidade de Deus. No entanto, ouvi algumas pessoas no Santa Marta se declararem receosas de que a própria UPP pudesse se tornar uma milícia, como indicado no fim da seção anterior.

Alguns de meus interlocutores me contaram que, no início da implementação da UPP, circulou o rumor de que alguns policiais queriam morar no morro e de que teriam tentado dominar a venda de gás e o serviço de TV a cabo – antes de empresas, como a Sky, começarem a oferecer o serviço formalmente na favela. Em uma entrevista, o presidente da Associação de Moradores do Santa Marta me disse que, na época, recebeu denúncias de que policiais estariam, de fato, tentando criar uma “milícia de leve” na localidade:

Se [o governo] não deixou ter uma ilicitude de um lado, nós não podemos deixar ter de outro. Se o governo veio para tirar o territorialismo do poder paralelo e vai ficar outro, acho que nosso dever como cidadão, como nativo, como morador daqui, é não deixar. [...] Aqui, quando nós tivemos denúncia, eu fui atrás, quando eles [policiais da UPP] quiseram botar gás, quiseram botar maquininha, eu fui atrás e do jeito que estou falando para você aqui, se não teve paralelo de um lado também não vai ter de outro. [...] Eu fui direto ao governador, que encaminhou para a major [...]. E, se não pode ter de um, não pode ter de outro. Então não vamos começar colocando gasinho, isso aqui, aquilo ali, não vai começar nada. Tem que vir o gás, como vem. Não vem qualquer gás? Não está aberto, não é uma cidade formal? Tem que ter essa abertura para todo mundo, não o monopólio de um ou de outro. (Trecho de entrevista com Zé Mário Hilário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta)

**e) “Se continuar assim, a UPP vai ter um fim trágico: vai acabar virando milícia!”**

Passado o primeiro momento da ocupação, com a formalização dos serviços na favela, o aumento da presença do mercado no Santa Marta e a formação de um forte consenso em torno dos benefícios trazidos pela UPP, não ouvi mais ninguém desconfiar de que policiais tentariam implementar uma milícia na localidade. Mas, em 2011, com a mudança no comando da UPP, quando a major Pricilla deixou o cargo e outro policial se tornou comandante, o rumor de que a UPP poderia “virar milícia” voltou

a circular. Nesse período, como já dito anteriormente, surgiram especulações de que o comandante seria corrupto e de que teria envolvimento com milicianos. De acordo com um morador: “Esse policial era da banda podre. Ele eu já conheço de outros carnavais. Ele já veio aqui em outras épocas pegar arrego. Dizem que ele fecha com os milicianos. Ele ia até a baile no morro. Sempre foi, não ia ser agora que ele ia deixar de ir”. Devido a tais especulações, muitos moradores temiam que o projeto da UPP acabasse se desvirtuando na favela:

Os policiais não são confiáveis, não. A projeção do futuro aí, segundo os moradores que andam pelo morro – o povo aumenta, mas não inventa –, é de virar milícia. Daí, eles vão começar a querer vender coisa aqui... por exemplo, um ponto de gás, montar um restaurante. Aí, começa assim. Então, tem sempre um no morro. Os moradores têm medo disso, porque é aquele negócio: quase todo mundo é vendável. A polícia vem como se fosse bandido. A condição deles é igual, eles se vendem... O governo paga mal, o cara quer mais, tem carro, tem um padrão de vida que ele quer manter. Como é que ele vai manter? A pessoa como policial pode tudo, ela está no poder! (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Costumo dizer que só mudou de mão o fuzil. E essa coisa da UPP, tenho medo de virar uma milícia, sempre tem essas coisas. Cara, e depois? Se acabar os investimentos do Estado, como é que vai ficar? Eles não vão querer entregar o morro na mão dos traficantes de novo. Tem essa coisa, porque a gente conhece muito bem como é a polícia. Eu, particularmente, não confio. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

A gente tem medo desse negócio de milícia. [...] Se o comandante falar que todo mundo vai ter que contribuir, contribui. [...] Não, eu estou dizendo assim que já acontece, mas se a gente não tomar cuidado... Todo mundo está falando isso. Hoje o Pimentel falou a mesma coisa: “Tem que ter o maior cuidado, senão as favelas da UPP vão acabar virando lugar de milícia”. Ah, você imagina o turismo, que é o que mais dá dinheiro no Santa Marta hoje!? [...] Quer dizer, se a gente perder o controle total do Santa Marta no geral, vai acabar que o comandante vai chegar, vai chamar as agências e os caras

vão pagar um real por gringo para ele. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

**f) “Ninguém pode falar de pacificação em áreas de milícia, porque os milicianos têm medo dos moradores da área, deles pedirem para instalar UPP lá”**

Entre as pessoas que me disseram ter medo de, no futuro, “o Santa Marta virar milícia”, chamou-me a atenção uma jovem de 17 anos. Durante entrevista, ela confessou ter “pavor de miliciano”, porque, embora fosse “nascida e criada” no Santa Marta, tinha morado por um tempo em uma área dominada por milícia. Ela narrou que no período em que estava morando nessa área foi ameaçada por milicianos, que disseram saber de onde ela vinha e a coagiram a não falar nada sobre a UPP para vizinhos ou amigos dali:

No meu caso, eu me sinto mais inibida, com medo de sofrer represália, porque, há pouco tempo atrás, eu fui morar em uma comunidade de milicianos. Então, quando a pessoa entra, eles sabem de tudo e de todos. Ficaram sabendo de onde eu tinha vindo, vieram me cobrar, conversaram comigo sobre a situação que se passava lá dentro, me explicaram a minha situação: “Ó, você não é bem-vista, e o que você fizer de errado vai ser cobrada”. Falaram que era porque eu morava em uma favela que era pacificada, onde não tinha mais traficante, que a favela era para ser deles, da milícia, que, uma hora ou outra, também ia ser tomada. [...] Meu problema foi ter vindo de favela pacificada. Não é questão deles não gostarem do Santa Marta. Eles não têm nada contra, desde que ninguém fale nada [...]. Há boatos de que tem pessoas que trabalham na pacificação aqui do morro e que têm envolvimento com os milicianos. Então, uma coisa já aumenta outra. Vai contar lá se está bom ou se está ruim, vai ser cobrado lá mesmo, porque bate um radinho, um “fio”, para não sei quem e acaba todo mundo sabendo. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

A moradora contou que os milicianos tinham medo de que ela falasse bem da “pacificação” e de que os moradores daquela área comessem a desejar e a demandar que ali fosse implantada uma UPP. Além disso, a jovem ressaltou que tinha receio de que futuramente pudesse haver uma

milícia no Santa Marta, porque “a milícia não é essa maravilha toda que as pessoas pensam”.

**g) “Agora miliciano vende droga e traficante quer cobrar taxa de comerciante”**

Quando perguntei à jovem moradora citada anteriormente por que ela achava que a milícia não era tão boa quanto imaginava no passado, ela disse que se decepcionou porque pensava que em áreas de milícia não era permitida a venda de drogas. No entanto, na “comunidade” onde morou, ela viu que existiam bocas de fumo controladas por milicianos. Em suas palavras:

O que eu pensei que diferenciava tráfico de milícia não rola mais. Pensava que em área de milícia não tinha droga. Mas morando lá eu vi que eles vendiam drogas, sim, era tudo na mão deles. Era gás, era água, tudo na mão deles, você comprava com eles... Negócio de Sky você comprava com eles. Drogas também, mas só para quem era maior de 18 anos. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

O relato mostra como as fronteiras que diferenciam as práticas dos traficantes e as dos milicianos parecem estar cada vez mais borradas. Vale notar que, assim como há milicianos que passaram a vender drogas, também se multiplicaram na última década casos de traficantes que implementaram práticas antes reconhecidas como típicas de milicianos. Parece estar havendo, portanto, um processo de “traficalização” da milícia, por um lado, e de “milicialização” do tráfico, por outro.

Na Cidade de Deus, ouvi moradores relatarem que a “milicialização” do tráfico é um fenômeno que começou a se desenhar antes da chegada da UPP no local. Isso porque traficantes da favela de Jacarepaguá, além de monopolizarem a venda de drogas, antes da “pacificação” dominavam também o fornecimento de gás, de “gatonet”, de internet e o serviço de mototáxi. Em alguns casos, o “dono” do tráfico também era o “dono” da prestação de alguns desses serviços. Em outros, o “dono” presenteava alguém próximo, que passava a administrar o serviço; em retribuição, o contemplado repassava ao “dono” uma parte dos lucros ou um valor fixo todos os meses. Alguns dos traficantes que entrevistei confirmaram essas informações:



De um tempo pra cá que teve mais disso, o tráfico começou a querer em si, o tráfico começou a puxar pro lado da máfia, tá entendendo? [...] O tráfico deixou de ser aquele trafico só de drogas, o tráfico começou a expandir para gás, para transporte alternativo, gatonet, tá entendendo? O tráfico começou, e não só o tráfico, a milícia também, tá entendendo? (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

[Quando] a UPP tava entrando aqui, eu perdi tudo o que eu tinha, porque antes eu era dono da gatonet, dono do mototáxi, dono do gás, quem abastecia era eu. Então, eu fiquei muito desnordeado, fiquei muito desnordeado. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

No Santa Marta, ouvi rumores, entre 2012 e 2013, de que traficantes estariam começando a adotar uma prática até então associada aos milicianos: a obrigatoriedade de pagamento de uma taxa mensal por parte dos comerciantes. Quando surgiram as especulações de que essa taxa estaria sendo cobrada pelos traficantes, ouvi alguns moradores apontarem tal cobrança como um sinal de fortalecimento do tráfico na favela. Nesse momento, circulava ali o rumor de que os traficantes estariam batendo em quem se recusasse a pagar tal taxa. Mas nem todos os moradores acreditavam que isso estivesse ocorrendo. Um comerciante contou que ninguém havia cobrado nada dele e que, se tentasse cobrar, ele não iria “dar brecha, porque, se você pagar a primeira vez, não consegue se livrar nunca mais”.

Essas falas dos moradores mostram, portanto, que houve uma espécie de embaralhamento dos papéis e práticas da polícia, do tráfico e da milícia em favelas “pacificadas”. Esse embaralhamento gerou grande ansiedade na população, que encontrava dificuldades para definir o que podia esperar de cada um desses atores, uma vez que a milícia e o tráfico pareciam estar passando por um intenso processo de “mutação”<sup>2</sup>

2 Cano e Duarte (2012, p. 133) asseveram que “em 2008, as imagens biológicas – tão caras na origem das ciências sociais – que surgiram a propósito das milícias eram a de um câncer ou de uma doença autoimune, de forma que as células que deveriam proteger o corpo social se dedicavam a ameaçá-lo. No momento atual, a nova imagem biológica da milícia é a de um vírus, que apresenta mutações constantes para se adaptar às novas condições e, dessa forma, evade as vacinas e os remédios desenhados para combatê-lo”.

desde 2008 e por um novo processo de fortalecimento, como mostrarei mais adiante.

Embora não tenha desenvolvido um estudo comparativo entre tráfico e milícia, acredito que o cruzamento dos dados da minha pesquisa com os resultados da pesquisa sobre milícias realizada por Cano e Duarte entre 2008 e 2011<sup>3</sup> permite visualizar que a criação das UPPs e da CPI das Milícias parece ter gerado alguns efeitos semelhantes em áreas “pacificadas” e em favelas dominadas por milícias. Para começar a esboçar essa comparação, é preciso lembrar que, como apontam Cano e Duarte (2012, p. 78), “em 2006 e 2007, a maioria das comunidades relatava o patrulhamento das milícias e o controle de acessos às comunidades com um nível de ostensividade semelhante ao do tráfico”.

Acredito que, em alguma medida, seja possível aproximar e estabelecer relações homólogas entre o que ocorreu com o tráfico após o início da “pacificação” e aquilo que ocorreu com as milícias após a CPI. Digo isso porque no capítulo 5 mostrei como a criação das UPPs teve impacto na forma de atuação do tráfico, que passou a ser mais discreta e menos ostensiva em áreas “pacificadas”. Cano e Duarte (2012, p. 78) mostram, de modo semelhante, que

as próprias técnicas de domínio territorial [das milícias] se tornaram mais sutis e menos visíveis. [...] O patrulhamento e a ostensividade são menos comuns, e muitos entrevistados manifestaram que os milicianos apenas fazem rondas nas comunidades à noite ou não o fazem em absoluto. Em vários locais, os milicianos aparecem apenas quando são chamados para checar uma denúncia ou resolver um conflito. Essa estratégia se aproxima do modelo dos grupos de extermínio e também da figura do “dono do morro” em algumas comunidades, onde o controle é exercido de forma pouco ostensiva, sem a presença permanente e sem controle de acessos.

---

3 Os autores realizaram uma pesquisa para analisar a evolução do fenômeno das milícias no estado do Rio de Janeiro entre 2008 e 2011 e avaliar “se houve mudanças na sua composição e estrutura, na sua abrangência territorial, na sua capacidade de geração de lucro, no seu modo de operar, na sua legitimidade e na sua relação com as comunidades” (Cano; Duarte, 2012, p. 15).

A expressão “no sapatinho”, utilizada por moradores entrevistados por Cano e Duarte (2012) para definir a atuação das milícias após a CPI, também ajuda a pensar na atuação do tráfico após a “pacificação”, pois em ambos os casos os grupos criminosos tentaram agir de modo mais discreto e invisível. Um exemplo disso é a constatação de que traficantes, assim como milicianos, passaram a evitar o assassinato de pessoas dentro das favelas e, quando os homicídios ocorriam, a expor menos os corpos em comparação com o que faziam no passado.<sup>4</sup>

Embora a atuação do tráfico e das milícias tivesse se tornado menos visível temporariamente, é interessante notar, contudo, que o clima de intimidação aumentou logo após a criação das UPPs e da CPI – já que tanto os traficantes como os milicianos “precisavam” evitar que os moradores fizessem denúncias e colaborassem com as investigações que vinham sendo feitas pela polícia. Nas palavras de Cano e Duarte (2012, p. 74):

A primeira e mais paradoxal [consequência do aumento da repressão estatal às milícias] é que, sob a nova consigna de discrição, o clima de intimidação não é menor, como poderia se esperar, mas ainda maior. Como as milícias agora temem em maior medida que qualquer informação divulgada possa resultar em investigações penais contra eles, os moradores estão com grande receio de falar sobre o tema, mesmo quando apoiam a ação desses grupos.

Acredito ser possível aproximar esse cenário descrito pelos pesquisadores daquilo que observei no Santa Marta e na Cidade de Deus, visto que, tanto em áreas controladas por milícias como naquelas que receberam UPPs, a violência se tornou menos visível entre 2008 e 2011. No entanto, ao mesmo tempo, houve um significativo aumento da vigilância e da coação visando impedir que moradores fizessem denúncias contra a milícia, em um caso, e contra o tráfico, em outro.

---

4 De acordo com Cano e Duarte (2012, p. 130), vários de seus informantes revelaram que “as milícias estão matando menos, mas, sobretudo, estão sendo mais discretas nos seus homicídios, recorrendo ao desaparecimento de pessoas como alternativa. Os registros oficiais de desaparecimentos, a despeito das suas limitações, parecem confirmar uma tendência ao aumento de casos em locais e momentos em que a milícia está mais presente”.

A partir de 2012, essa situação parece ter voltado a se modificar tanto em áreas dominadas por milícias – que, segundo especulações, aumentaram significativamente nos últimos anos na cidade do Rio de Janeiro – como em áreas “pacificadas”. Nas favelas com UPP, a violência voltou a ganhar mais visibilidade e houve um retensionamento do clima nessas áreas. A seguir, aponto como esse retensionamento foi associado, por um lado, a um novo fortalecimento do tráfico e, por outro, à volta da corrupção policial nesses territórios – que, na visão dos moradores, poderia acabar gerando um “fim sinistro” para as UPPs: a sua transformação em milícias em um futuro próximo.

### **O (re)fortalecimento do tráfico**

Um dos resultados mais celebrados do processo de “pacificação” foi o enfraquecimento inicial do comércio de drogas varejistas em favelas cariocas. No Santa Marta e na Cidade de Deus, moradores apontam que, desde o início da ocupação policial, em 2008, a venda de drogas caiu drasticamente e os agentes ligados a essa atividade perderam muita força.

Alguns moradores da Cidade de Deus narram que, no momento inicial da ocupação, muitos traficantes fugiram e alguns ficaram bem escondidos, efetuando pouca ou quase nenhuma venda, por temerem os agentes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). Um homem de 40 anos, “nascido e criado” na favela de Jacarepaguá, disse-me durante uma entrevista que, de início, “os traficantes sumiram da favela porque o Bope é uma polícia temida”: “eles não têm respeito, têm temor”. Em entrevista, um dos traficantes da Cidade de Deus me contou que, num primeiro momento, “o pessoal deu uma parada nas vendas porque com o Bope não tinha papo”. Durante a entrevista, ele perguntou a outro morador que também participava da conversa se este achava que o Bope se corrompia:

Joca (morador): O Bope eu acho que não se corrompe, não, cara. O pessoal respeita mais o Bope devido às mortes também. Eles matam mesmo, não dá em nada. É mais por isso. Você acha o Bope corrupto, Toni?

Toni (traficante): É uma pergunta que é muito difícil de responder. Você não vê. É uma coisa que você nunca viu, nunca soube, então...

Joca (morador): Aí por você não ver e nunca saber, você só respeita pelo teor da periculosidade que eles têm, de matar mesmo e não dar em nada.

Na Cidade de Deus, também ouvi pessoas relatando que no início da ocupação policial da favela as igrejas evangélicas ficaram cheias. De acordo com um morador: “A igreja ficou lotada de bandido. [...] O negócio ficou salgado. O Bope vinha aí, batia de porta em porta. O Bope só trabalhava de madrugada. Na madrugada, era corda no pescoço, gravata, cabo de vassoura e pau neles. Todo mundo ficou aterrorizado”.

Assim que o Bope deixou a favela e a UPP foi inaugurada, segundo os moradores, pouco a pouco, os traficantes tiveram que se adaptar à nova situação. Alguns que tinham fugido para outras favelas<sup>5</sup> voltaram para “casa”, mas notaram que trabalhar no tráfico em uma favela “pacificada” não seria a mesma coisa que antes; por isso, vários jovens resolveram procurar emprego. O presidente da Associação de Moradores do Santa Marta conta que conseguiu emprego para muitos jovens egressos do tráfico:

Tem gente que vivia na criminalidade e ganha mil, 2 mil por mês, com trabalho honesto. Eles nunca pensaram em ganhar um salário desse. E quem vem me pedir ajuda são as pessoas que estão aí, desse lado aí. [...] Não estou cometendo nenhum crime ao ressocializar pessoas. Os próprios deuses falam comigo: “Arruma emprego para essa galera”, porque não tem mais como pagar. Quem tem fome tem pressa. Eles estão vendo que o que é feito é o correto. Então, se a pessoa não quer trabalhar, não quer nada, ela vai ter que ir para outro morro. Por que ela vai ficar aqui ganhando 50 conto, 100 conto por mês? Não vão, né? Então, é melhor trabalhar e esperar o futuro para ver o que o futuro vai ser. Quem sabe o que vai ser o futuro? (Trecho de entrevista com Zé Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta)

---

5 Poucas semanas após o início da ocupação do Santa Marta, foram divulgadas reportagens que tratavam de uma suposta migração dos traficantes da favela de Botafogo para outros morros: “O delegado Marcus Vinicius, titular da Delegacia de Combate a Drogas (Dcod), também afirmou que o tráfico não está mais no Dona Marta. Segundo ele, os bandidos da comunidade dividiram-se na hora da fuga: parte se refugiou na Ladeira dos Tabajaras e no Pavão-Pavãozinho, ambos na Zona Sul; e parte migrou para a Vila Cruzeiro, para Manguinhos e para a Mangueira. ‘O que está acontecendo no Dona Marta é uma ocupação séria, diferentemente de todas as outras. Posso afirmar que não está mais havendo venda de drogas na favela’, disse Marcus Vinicius” (Ocupação..., 2008a).

Amanda, uma moradora do Santa Marta que se tornou uma de minhas principais interlocutoras em campo, contou-me certa vez o caso de Wallace e Dário. O primeiro tinha 25 anos de idade e o segundo, 27. Eu os conhecia porque eles costumavam frequentar o mesmo bar na favela aonde eu sempre ia com os amigos. Em momento algum, contudo, eles haviam falado sobre seu passado. Eu sabia apenas que Wallace trabalhava como motorista, com carteira assinada, e que Dário tinha conseguido um emprego na Sky depois que a empresa se instalou na favela.

Durante uma conversa informal, Amanda me contou que os dois faziam parte do tráfico quando a favela foi ocupada e que, quando viram que a polícia não sairia do Santa Marta, resolveram se mudar para outro morro dominado pelo CV. No entanto, eles não se sentiram bem nessa outra favela que não conheciam direito; lá não tinham muitos contatos nem a “mesma moral” de que desfrutavam no morro onde nasceram e foram criados. Por isso, diante das dificuldades de adaptação, voltaram ao Santa Marta alguns meses após o início da “pacificação”.

Como o comércio de drogas na favela estava bem enfraquecido no primeiro ano após a chegada da UPP – quando as “duras” e rondas eram muito frequentes –, Wallace, Dário e alguns outros amigos começaram, então, a procurar emprego. Ter um trabalho com carteira assinada era importante não só para ter uma fonte de renda, mas também para garantir que eles pudessem permanecer na favela sem serem constantemente perseguidos por policiais da UPP. Eles precisavam, portanto, não só largar a vida de “bandido”, mas também demonstrar que tinham conquistado uma rotina de “trabalhador”.

Na visão de Amanda, a chegada da UPP “foi a salvação para esses meninos”. Para ela, se a polícia não tivesse invadido o morro, provavelmente Wallace, Dário e muitos outros já teriam morrido ou estariam presos. Contudo, convém notar, como ressaltou a moradora, que, embora eles tivessem adotado uma rotina de “trabalhador”, continuavam indo a outras favelas não “pacificadas” para “curtir” os bailes *funk* nos finais de semana. Nessas ocasiões, segundo minha interlocutora, eles costumavam pegar armamentos emprestados com antigos parceiros “só para tirar onda de ‘bandido’” no baile.

Além disso, mesmo após a “pacificação”, eles ainda atuavam como mediadores em brigas e conflitos na favela, conforme faziam na época

em que estavam diretamente envolvidos na “boca”. Alguns moradores criticavam essa postura de tentar mostrar que ainda tinham algum *status* por causa da ligação passada com o tráfico. Certa vez ouvi Lia, uma jovem moradora do Santa Marta de 17 anos, reclamar que não gostava de Dário porque ele vivia querendo “tirar onda de traficante, falando em voz alta pelos becos que é amigo de fulano, que é fechado com não sei quem”. Em um tom irônico e debochado, a jovem contou que, em virtude desse “comportamento marrento”, Dário havia “se dado mal e apanhado de uns policiais”. E completou avaliando: “Bem feito. É bom para ver se ele para de marra e nota que agora muita coisa mudou!”.

Até 2010, parecia evidente, portanto, que os traficantes do Santa Marta estavam bastante enfraquecidos, embora a venda de drogas continuasse ocorrendo na favela. Os primeiros indícios de que eles estariam começando a se fortalecer novamente começaram a surgir em 2011. Nessa época, ouvi relatos de que os traficantes estariam comercializando *crack* na favela de novo, depois de um período de interrupção nas vendas. Entre 2011 e 2012, circularam boatos de que jovens envolvidos com o “mundo do crime” voltaram a andar armados pelas favelas com UPP – sobretudo nos bailes. No Santa Marta, ninguém nunca afirmou ter visto, de fato, um traficante armado no morro durante esse período, mas muitos moradores com quem conversei disseram já ter ouvido boatos de que “os meninos estariam andando de pistola”. Enquanto conversávamos sobre o tema, alguns moradores acionaram outro rumor, sugerindo que traficantes do Santa Marta não estariam andando armados nem enfrentando a polícia (como já acontecia no mesmo período em outras favelas, como na Cidade de Deus e no Parque Proletário) porque o “dono do morro”, preso na penitenciária de Bangu, queria evitar problemas com a polícia e o risco de ser transferido para um presídio de segurança máxima em outro estado do país.

Um rumor parecido também circulou pela Cidade de Deus, onde pessoas diziam que em uma área da favela não havia enfrentamento armado na época porque o “dono” tinha proibido os bandidos de atirarem contra a polícia. Já em outra área, com outro “dono”, a ordem seria para que bandidos atirassem em policiais que estariam “causando problemas” para o tráfico.

Cada dono de morro tem sua doutrina. Tem uns que não gostam de esculachar. O amigo daqui não quer esculachar ninguém. O ritmo dele é botar dinheiro no bolso e ficar milionário. Ele não quer que mate ninguém na favela, porque ele também quer sair da cadeia e ficar em liberdade. Porque matando vagabundo na favela dele, acaba caindo nas costas dele e ficando mais difícil para ele sair depois. Dependendo da favela é diferente. Lá do outro lado, eles já mandam matar e jogam para o jacaré. Eles não querem saber, não. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Entre 2012 e 2013, contudo, surgiram relatos de que em todas as áreas da Cidade de Deus estaria havendo um afrouxamento da regulação e da evitação do uso da força física. Um morador da favela afirmou que algumas “dinâmicas” existentes no passado teriam voltado e que a violência começava a “se naturalizar novamente”. Perguntei do que se tratava, e ele respondeu que, se logo após a chegada da polícia, os traficantes evitavam dar uma surra em alguém que tinha “vacilado” para não chamar a atenção da UPP, naquele período, entre 2012 e 2013, eles pareciam já não ter mais medo de usar a força na favela – nem mesmo no Santa Marta, considerada “favela-modelo”. Em abril de 2013, segundo moradores, um homem foi torturado na favela pelo tráfico e gritos foram ouvidos a noite toda. Um dos moradores explicou o motivo da represália: “Ele vendia dois biscoitos [drogas], mas ficava com o dinheiro de um só para ele e repassava só o dinheiro do outro. Aí os caras não perdoam. Agora ele está todo quebrado. Apanhou porque tentou enganar o tráfico”.

Na mesma época, ouvi o rumor – sobre o qual já falei na seção anterior – de que traficantes estariam cobrando tarifa de todos os comerciantes e de pessoas que queriam realizar projetos do morro. De acordo com uma moradora, um professor de artes marciais que realizava um projeto na favela se negou a pagar a taxa e, por isso, teria levado uma surra de traficantes. A família do professor, segundo ela, procurou a polícia para dar queixa, pois queria que os “meninos” levassem um susto e vissem que eles “não iam deixar a história por isso mesmo”. Mas depois resolveu não levar a denúncia adiante.

Em 2013, uma outra moradora contou mais um caso de agressão cometido por traficantes. Em suas palavras, “traficantes deram uma surra em um menino porque ele derramou [roubou dinheiro do tráfico]”.



Depois disso, começou a circular pelo morro o boato de que, ao ser internado no hospital, o homem que apanhou entregou o nome de várias pessoas envolvidas com o tráfico de drogas no Santa Marta a policiais da UPP que foram visitá-lo. Por isso, após esse episódio, ele ficou impedido de voltar ao morro. Segundo a moradora, devido a esses casos, muitos policiais civis começaram a circular pela favela: “Tem um monte de civil à paisana procurando um cara aí que vai ter que deixar o morro para ver se a coisa acalma”.

Moradores da Cidade de Deus relatam que casos de agressões cometidos por traficantes também passaram a ocorrer com cada vez mais frequência na favela a partir de 2013. Sávio, um morador de 30 anos de idade, de quem eu era próxima, teve que passar por uma cirurgia para reconectar um osso fraturado depois de levar “madeiradas” de traficantes e ter o braço quebrado ao se defender de um golpe que, segundo ele, se tivesse acertado a cabeça o teria matado. Ele conta que apanhou porque “os caras arranjaram um caô”, dizendo que sua mãe estava devendo dinheiro à sogra de um dos “meninos da boca”. Outras pessoas especulam que, na verdade, ele apanhou porque estava vendendo droga “ilegalmente” na favela, o que significa que Sávio estaria realizando vendas de modo independente, desrespeitando, assim, o monopólio da venda de drogas que pertencia ao “dono” daquela área.

Além do crescimento dos casos de agressão, rumores apontam que o número de assassinatos e de desaparecimentos também aumentou a partir de 2012 e 2013. Em uma noite de trabalho de campo na Cidade de Deus em 2013, enquanto entrevistava Luiz – um evangélico de 50 anos – sobre a frequência dos assassinatos na favela antes e depois da UPP, chegou Rafa – um amigo dele, da igreja – e eles começaram a discutir sobre o assunto. Luiz defendia que as mortes tinham diminuído muito desde o início da “pacificação”, enquanto Rafa argumentava que ainda ocorriam muitas mortes, mas que não ganhavam visibilidade.

Luiz: As mortes eram mais intensas, os castigos eram mais intensos. Hoje não.

Rafa: O que acontece é o seguinte: eu falei para ela, cada local... Até questão de postura da UPP, ela contribui. Por exemplo, quando a UPP chegou no

Complexo do Alemão... A gente não sabe através da UPP, mas toda semana morre uma pessoa no Complexo do Alemão. O tráfico mata. Toda semana morre gente no Karatê. A UPP mostra? É porque a gente vive...

Luiz: Agora? Hoje?

Rafa: Morre, cara. Toda semana.

Luiz: Cara, o índice de morte aqui era muito alto!

Rafa: Sei! Sei que baixou bastante.

Luiz: Muito!

Rafa: Mas toda semana morre um no Karatê.

Luiz: É sem comparação.

Rafa: É porque não é visível. Antigamente o cara matava e mostrava para todo mundo ver.

Luiz: Na Cidade de Deus, aqui, tinha, em média, entre quarenta, cinquenta, sessenta mortes por mês. Era esse o número. Muita gente que morria. Estou falando a nível de Cidade de Deus, não só [da região dos] Apartamentos. Essa média aí.

Rafa: Hoje morre um por semana.

Luiz: Nem um por semana morre.

Rafa: Morre. No Karatê? Agora, hoje, é o que eu estou falando para você. Morre gente toda semana aqui. [...] Eu passei na ponte do Karatê esses dias, eu estava ali na ponte e os caras estavam arrastando um cara pelo chão, só socão, querendo levar ele lá para dentro dos barracos. Eu liguei para o policial, liguei para a UPP. “Irmão, está acontecendo um negócio aqui”, chamei a polícia. “Espera aí, a gente vai fazer um boletim aqui, uma ocorrência aqui”. Eu: “Meu irmão, quando você chegar, você não vai encontrar nem o osso do cara”. É aquela coisa burocrática, aquela coisa... E isso traz medo, cara, traz medo. [...] A gente tem, mas a gente não tem recurso, a gente não tem essa

confiança no recurso que foi imposto para a gente. A gente se sente mais sitiado do que protegido. A verdade é essa!

Luiz: Isso é verdade!

Rafa: Cara, por incrível que pareça. Pessoal fala assim: “Poxa, na Cidade de Deus a morte baixou”. Baixou, mas não deixou de ter morte. Morre gente toda semana na Cidade de Deus, e você procura na estatística, no boletim de ocorrência, não tem. Aquela menina que morreu lá na 13, uma menina que era da nossa igreja, ela morreu, traficante matou ela. Não teve nem RO, Registro de Ocorrência. Não saiu no jornal. Aí vem o capitão da UPP falar que na Cidade de Deus o índice de morte baixou em quase 99%. Baixou nada! Tem pessoas que são mortas a pedradas no Karatê. Eles cortam as pessoas e jogam no meio daquele pântano lá, daquele brejo lá. Então fica uma coisa muito oculta no nosso meio, e nós ficamos preocupados com isso, porque, na verdade, os policiais não passam segurança nenhuma. Alguns policiais são despreparados. Eu não falo com os policiais. Eu não falo, não, naquela questão de pedir recurso, porque a gente sabe que não tem como. O governo não se preocupa com o povo. *A UPP não está aqui para proteger a gente, não. Eles estão aqui para proteger o território.* Interessante para eles é controlar o território, não trazer segurança para nós. Tem policial que se preocupa, por exemplo, com som alto, cara. É uma cultura que a gente tem, a pessoa tem, de ouvir som alto. Tem policial que se preocupa com festa, se preocupa com coisas banais, que são coisas que já são do nosso cotidiano. E, ao mesmo tempo, eles não correm atrás do que deveriam correr! (grifos meus)

Como a fala deste último morador evidencia, nesse período se tornava cada vez mais intensa entre a população das áreas “pacificadas” a percepção de que os policiais da UPP estavam fazendo “corpo mole” e já não se empenhavam mais para evitar a ocorrência de crimes nas favelas. Muitos moradores associavam o aumento da venda de drogas e o novo fortalecimento dos traficantes a um outro processo que estaria simultaneamente ocorrendo nas favelas com UPP: a volta da corrupção.

### **A volta da corrupção policial**

Desde que a major Pricilla Azevedo deixou o comando da UPP do Santa Marta, começaram a circular rumores de que os policiais estariam pe-

dindo propina para “afrouxar” o policiamento no morro. Entre o final de 2010 e o início de 2011, por ocasião da troca de comando e da designação de outro comandante para a tarefa, muitos moradores começaram a notar que os policiais já não faziam mais rondas pelos becos, permanecendo dentro das viaturas ou parados em pontos fixos. Como destacou um morador da favela de Botafogo:

Se os caras estão voltando a mostrar arma, isso é quando o policial dá motivo. Ele mesmo deixa de fazer o serviço dele. Se ele sabe que tem, se ele faz a averiguação correta, não vai dar motivo. O cara vai vender escondido, não vai botar fuzil, não vai botar pistola. Mas, se não tiver, se tiver a possibilidade de mostrar a arma, a droga, ele vai mostrar. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Na Cidade de Deus, os moradores também perceberam o policiamento “afrouxar” com o passar do tempo e associaram o fato ao aumento da corrupção entre os policiais da UPP. Durante uma entrevista gravada com dois moradores, um afirmou: “No início foi forte. Se continua nessa pegada, o negócio ia ficar feio. Só que eles afrouxaram”. O outro concordou e acrescentou:

Com o decorrer do tempo, o que aconteceu com a gente, com os moradores e com algumas UPPs... os moradores veem que eles são policiais corruptos e não estão nem aí para... Tem policial que chega ali na minha porta e fica na viatura. Policial fica ali de 7 horas da manhã até 7 horas da noite sentado dentro do carro, deitado. Deitado! Aí, na esquina, na frente, estão os caras ali vendendo pó. Desmoraliza. A gente não consegue acreditar. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Tanto no Santa Marta quanto na Cidade de Deus, ouvi especulações de que policiais da UPP estariam recebendo propinas por motivos diversos. Relatos apontavam que alguns PMs estariam pedindo “gorjetas” de comerciantes da favela e de “produtores culturais” para permitir a realização de festas, ou para não forçar seu término no horário imposto pelo comando local, ou mesmo para não fiscalizar o que ocorria durante esses eventos.

Em 2011, um jovem do Santa Marta, que já fora envolvido com o tráfico mas que depois virara evangélico, contou que alguns policiais o procuraram para pedir “uma cervejinha” como forma de garantir que “rolasse de tudo” no bar onde trabalhava. Ele entendeu que os policiais estavam sugerindo que “ia poder rolar droga”, mas fez questão de perguntar o que aquilo significava, porque ele não tinha envolvimento nenhum, era “um homem de Deus”. Os agentes apontaram para suas tatuagens – uma delas, feita na época em que ele era ligado ao “mundo do crime”, representava um palhaço com um cigarro na boca – e perguntaram se aquilo era “coisa de um homem de Deus”. Eles disseram, rindo, que iam acreditar que ele era “crente”, mas que ele deveria avisar aos amigos que frequentavam o bar que os agentes “queriam um agrado” para “tudo rolar solto” nas festas realizadas ali nos finais de semana. O jovem achou mais prudente não discutir e preferiu sair de perto dos policiais, apesar da revolta e da decepção: “Não sabia que as coisas estavam voltando a ser assim no morro”.

Na Cidade de Deus, também ouvi relatos semelhantes. Um morador que trabalhava na quadra de uma escola de samba da favela contou que policiais da UPP estariam pedindo um valor fixo por semana para liberar a realização de eventos no local. Caso o valor não fosse pago, eles não dariam autorização para nenhuma festa.

Além de cobrarem para liberar eventos, segundo moradores, policiais também estariam cobrando para “liberar” a venda de drogas na favela. Henrique, morador de 37 anos da Cidade de Deus, afirmou: “Tem uns [policiais] que estão aqui para ficar trinta dias só para receber o dinheiro”. Henrique disse que, na visão dele, os traficantes estavam em uma posição muito confortável:

A UPP trouxe um benefício para o tráfico. Tudo é uma faca de dois gumes, não é? Dois pesos, duas medidas. Ela, por incrível que pareça, ela trouxe um benefício para o tráfico. O tráfico hoje, ele ganha dinheiro. Antigamente tinha que ter arrego, tinha que ter arma, tinha uma preocupação intensa com traficante de outra área. Hoje em dia não tem, cara. A UPP, ela fez a segurança do tráfico. Ainda tem arrego, algumas viaturas, agora... dependendo do plantão. Como sempre teve, só que agora é mais barato do que era antes. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Os traficantes que entrevistei na Cidade de Deus confirmaram que realmente estava havendo um progressivo aumento da corrupção na favela nos últimos anos. Mas um deles destacou, em 2012, que ainda não estava “rolando” tantos “arregos” fixos – ou seja, o pagamento de um valor preestabelecido por semana ou por mês – como antes. Ele disse que o que ocorria de modo mais generalizado eram casos em que os policiais pegavam alguém vendendo drogas e pediam dinheiro para liberar a pessoa, sem levar para a delegacia:

Quando pega com uma coisa assim, dependendo de quem for, se já rodou alguma vez, se está devendo eles... se estiver devendo, eles levam, se não estiver devendo... Por exemplo, me pegou, não sou pichado e ele me pegou, vai ser a primeira vez que eles vão me pegar. Aí, eles pedem um dinheiro, 1.000 reais, 2.000 reais, vai um dinheiro para as mãos deles, eles me soltam. Aí, no plantão deles, eu já sei que estou pichado, porque eles tiram foto. Aí, eu não vou dar mole na rua. É assim que acontece. Tem um montão hoje aí que não está na rua, amanhã vai ter um montão que não vai estar na rua e o de hoje já vai estar, é assim. Os caras vão ficando pichados e começam a sumir da rua no plantão do cara. Igual o fulano, ficou sabendo? Rodou três vezes para o mesmo policial, dentro de quinze dias. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

Como alguns traficantes ficam muito em evidência e são pegos muitas vezes por policiais – o que acaba dando prejuízo para a “boca”, porque, além de perderem a carga de droga, ainda devem pagar ao policial para serem liberados –, eles acabam sendo “desativados”, ou seja, desligados do tráfico. Segundo eles, “ser desativado” significa ser obrigado a parar de trabalhar para o tráfico naquela área:

A gente manda: “Vai trabalhar que não está dando para você, não”. A gente manda sair mesmo de vez. Mas nunca sai. Porque sai daqui, mas lá [em outra região da Cidade de Deus] deixa. Aí, quando começa a ter prejuízo de lá, tira de lá também. Geralmente vai para outro lugar. O cara que vacila aqui na Treze, ele tem vaga garantida lá no Karatê. Mas vai dar prejuízo, porque está pichado. Porque tem gente que, tipo assim, gosta de botar a cara. Tipo assim, você rodou para o cara hoje. Você sabe que amanhã, depois de amanhã, é plantão do cara. Você vai ficar na rua fazendo o que de bobeira?

O cara te pegou hoje, já te conhece. Aí, te pegou de novo... Depois que leva o primeiro malote, parceiro... já era, vai querer pegar você sempre. Então, tem que ficar esperto. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

Mais recentemente, em 2014, ouvi relatos de moradores da Cidade de Deus de que na favela estaria havendo “arregos” por rua. Como “arregar” a favela toda exige uma engenharia muito complexa, naquele momento era mais fácil para os traficantes conseguir acertar com certos plantões um valor fixo para os agentes não circularem por determinadas ruas. Um de meus informantes disse que, depois de certo horário, traficantes estavam “fechando” algumas ruas da favela. Policiais dos plantões “arregados” não circulavam por essas ruas durante o horário acordado, que geralmente incluía toda a madrugada. E, além de não haver circulação de carros nessas ruas, elas costumavam ficar completamente escuras. Meu informante revela que os traficantes estariam articulados com funcionários da Rio Luz (também moradores da favela ou relacionados com lideranças locais) para garantir que as lâmpadas dos postes propositalmente quebradas nessas áreas não fossem trocadas.

Segundo esse informante, os traficantes preferiam que as ruas ficassem escuras por dois motivos: primeiro, porque a rua escura criaria um “clima de boate” para a realização de festas com equipamentos de luz negra e colorida; segundo, porque a escuridão dificultaria que moradores vigiassem as atividades do tráfico nessas áreas. O morador afirmou que, em uma rua totalmente escura, é muito mais difícil que alguém consiga tirar foto ou filmar as atividades do tráfico, sem ninguém notar, para fundamentar uma denúncia anônima.

Além do recebimento de “arregos”, policiais cometeriam outros atos condenados por muitos moradores. Ouvi, por exemplo, várias pessoas reclamando que policiais “forjavam flagrantes”. Em uma conversa informal, um PM me contou que isso, de fato, ocorria às vezes. Ele fez questão de justificar por que ele e outros colegas da UPP sempre andavam com uma pequena quantidade de drogas no bolso. Segundo ele, “carregar o flagrante” é importante, porque às vezes eles estão tentando capturar um traficante e, no momento da fuga, o “bandido” entra na casa de moradores. Teoricamente, os policiais não poderiam entrar na casa de

moradores sem mandado, mas entram. Então, se o morador reclamar da “invasão”, o policial pode justificar que entrou no local porque recebeu uma denúncia de que havia droga escondida ali. Muito provavelmente, o morador dirá que a denúncia não faz sentido, mas o policial logo “achará” a droga na casa, dificultando assim que o dono apresente qualquer denúncia em relação à invasão de seu domicílio.

Durante as entrevistas que fiz com jovens envolvidos com o “mundo do crime”, alguns deles afirmaram que policiais também usavam esses “flagrantes” para forjá-los. Os policiais sabiam que eles eram envolvidos com o tráfico e, por isso, ficavam monitorando sua movimentação. Mas como eles “não davam mole” e evitavam andar com drogas ou armas, os policiais não conseguiam pegá-los em flagrante. Então, depois de abordá-los várias vezes sem conseguir pegar nada para incriminá-los, acabavam “plantando drogas” no bolso ou em alguma mochila de posse dos jovens para, assim, terem a prova de que precisavam para levá-los presos.

Outra prática ilícita cometida por alguns policiais da UPP era a “compra de X9”. O mesmo policial que me contou sobre o “flagrante” que sempre costumava carregar confessou que às vezes, depois de dar “duras” em viciados, ele entregava o número de seu celular a eles e lhes prometia uma recompensa caso entregassem algum traficante ou algum esconderijo de drogas. Perguntei como essa recompensa era feita e o policial me contou que, algumas vezes, quando o viciado lhe entregava o lugar certo onde havia droga escondida, ele, para recompensar e incentivar o delator a lhe passar mais informações, dava-lhe uma parte da droga apreendida.

Quando ele fez essa afirmação, perguntei se já tinha ouvido falar de algum caso em que alguns desses “X9” tivessem sido descobertos pelo tráfico. Ele falou que na favela onde trabalhava nunca soube disso, mas que já tinha ouvido uma história de que, em outra favela “pacificada”, o dono do morro teria oferecido um grande montante de dinheiro para policiais lhe “venderem” o “X9”, ou seja, para revelarem quem passava informações sobre o tráfico aos agentes da UPP. Segundo ele, os colegas policiais aceitaram o dinheiro, por se tratar de uma quantia alta, e posteriormente souberam que o “X9” em questão fora assassinado pelos traficantes.

Essa prática de “compra e venda de X9” é conhecida pelos moradores da Cidade de Deus, por exemplo. Eles contam saber que “não dá para confiar completamente nem nos bandidos nem nos policiais” e relatam



que, com a circulação de rumores sobre o aumento desse tipo de prática, a população se sente cada vez mais desestimulada a fazer denúncias e a colaborar com o trabalho dos policiais.

Moradores diziam, na época da pesquisa, saber que alguns “plantões” da UPP estavam recebendo “arregos” sistemáticos e outros não. Eles diziam que alguns policiais eram honestos e outros corruptos. Mas ressaltavam que, como não era possível ter certeza absoluta em relação a quem estava “fechado” ou não com o tráfico, preferiam não se arriscar fazendo denúncias. Como explicou um morador da Cidade de Deus:

Aí, a gente tem algumas ideias, algumas pessoas têm algumas ideias, uma iniciativa, [mas] a gente não pode fazer uma denúncia, não pode parar para conversar, não pode encarar para... Não pode denunciar, porque você fica desconfiado. Porque os policiais vendem quem denuncia para os meninos. Já ouvi casos assim na UPP. De morador denunciar venda de drogas e os policiais entregarem quem foi o X9 para os caras. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Vale notar ainda que, a partir de 2012, junto com as narrativas sobre o (re)fortalecimento do tráfico e sobre o aumento da corrupção, voltaram a circular rumores – presentes no início do processo de “pacificação” – de que moradores que falavam com policiais ou apoiavam a UPP estariam sofrendo represálias. Por tudo isso, várias pessoas, tanto do Santa Marta quanto da Cidade de Deus, que inicialmente tinham perdido um pouco do medo de se aproximar da UPP – no período em que ocorreu a “acomodação” dos conflitos e a redução desse tipo de intimidação – admitiram que voltaram a evitar falar sobre ou com a polícia dentro das favelas com UPPs. Como resumiu um morador da Cidade de Deus:

Eles começam a pegar confiança de pensar: “Olha, já fizemos isso, já demos coro em um, o fulano de tal nós matamos”. Então, aos poucos, aumenta a crise das UPPs e tudo está voltando a ser como antes. Se eu já evitava falar com os policiais – e quando falava, olhava em volta pra ver se dava ou não dava pra falar –, hoje procuro falar menos ainda! (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

## A “crise” das UPPs

A percepção de que o projeto das UPPs estava “começando a entrar em crise” se intensificou a partir de 2012, quando foram inauguradas UPPs na Rocinha e nas favelas do Complexo do Alemão e da Penha. Nessas localidades, a polícia encontrou muito mais dificuldade para promover a “pacificação”, e isso de certo modo abalou a imagem do projeto como um todo. De acordo com um morador da Cidade de Deus:

Não sei se [em] alguns lugares o projeto teve o mesmo sucesso que aqui. Eu digo assim: o sucesso, o retorno. Por exemplo, no Santa Marta e numa parte da Cidade de Deus. É que nem no Complexo do Alemão. Complexo do Alemão – não sei se você já foi lá, no Complexo do Alemão –, os caras estão correndo atrás dos policiais da UPP. Os policiais, tem área no Complexo do Alemão que os policiais não passam. Está aquela mesma coisa, só que fica aquela convivência. Aí, por outro lado, o que o policial faz? “Meu irmão, eu não vou perder minha vida por causa de 800 e poucos reais. Eu não vou deixar meu filho órfão”. A UPP no Complexo do Alemão está assim. Os caras estão correndo atrás da polícia. Por que ninguém fala isso? Por que não mostra essa...? Tem pessoas que... Quando a UPP chegou no Complexo do Alemão, eles dizem que morreram nove ou dez. Morreram mais de cinquenta. Sabe como é que nós sabemos? O menino que congregava aqui na nossa igreja morreu lá. Estava dormindo em casa, os policiais chegaram, falaram assim: “Olha, ele era traficante”. Os policiais foram e mataram ele. Não saiu no jornal, não saiu em nada. Quando veio aquele impacto, que o Bope saiu, entrou a UPP, os caras mataram mais de cem pessoas. Então, quando a UPP, ela chegou, quando saiu aquele impacto do Bope, os caras mataram mais de cinquenta pessoas lá no Complexo do Alemão. Expulsaram famílias inteiras. Porque foram pessoas que se prontificaram a ajudar. Então essa é a nossa preocupação. É a preocupação que permeou aqui, e a gente sabe que o tráfico ainda está aqui. Então, será que daqui a pouco aqui vai entrar no mesmo ritmo de lá? (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

A expansão da UPP para essas favelas maiores gerou preocupação não só nos moradores de áreas já “pacificadas”, mas também nos policiais que atuavam nesses locais. Em 2013, fiz uma entrevista com o então comandante da UPP do Santa Marta, o capitão Rocha, e ele se queixou

que o efetivo de policiais estava sendo constantemente reduzido, pois tinha que ceder PMs alocados nessa favela para que reforçassem as outras UPPs mais “problemáticas”:

Hoje o nosso efetivo é de 108 policiais. Por dia, a gente tem a média de quinze policiais. Aí, cede três, quatro, então fica com oito, dez policiais. É muito pouco. Precisaria ter mais. Mas assim mesmo dá conta. Alguns locais, alguns becos, algumas vielas que eles costumam ficar, às vezes são dois, três locais. Então eu só vou ter um, dois policiais para poder rodar esses locais. Eu preciso ter policiais nos acessos para poder dar tranquilidade para quem passa. Tem moradores que chegam do trabalho, e aí esses locais são redutos deles, eu preciso ter também, mas não é tão importante quanto os acessos. Porque, se eu boto ali e eu não consigo resolver o problema e não tiver policial no acesso, o morro vai ficar desesperado. “Cadê o policiamento? Não tem mais policial”. Tendo ali, eu sei que tem policial, e mesmo que tenha algumas coisas ali, é muito melhor eu não ir ali sabendo que tem policiamento ali embaixo do que eu não ver nenhum policiamento aqui embaixo. Porque vai que lá também continua ruim e aqui embaixo não tem ninguém. Eu bato muito nisso com eles. Naquela descida ali da administração, aquela escada ali, passa praticamente 80% da população. No horário da pessoa ir trabalhar e chegar do trabalho, tem que estar ali naquela escada, ou na borda da estação, ou naquela escada ali em frente ao PPC, ou no larguinho da padaria. A viatura da Jupira tem que estar lá também e a da praça também. Então, todo mundo que passa vê a polícia, não tem como não ver o policial. (Trecho de entrevista realizada em 2013 com o capitão Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta)

Como o capitão destaca nessa fala, a questão da visibilidade do policiamento era muito importante para que os moradores tivessem a sensação de que o morro estava seguro. Esse sentimento, segundo o comandante, estava ficando abalado porque os traficantes estariam restabelecendo bocas de fumo em lugares fixos na favela, pelos quais os moradores evitavam circular:

A gente percebe que, em alguns pontos da comunidade, existe uma presença hoje, especificamente, de menores parados em certos locais que a gente sabe que são pontos de consumo, possíveis pontos de venda, de forma mais

ostensiva, mais demasiada; coisa que quando a gente estava aqui não tinha. A gente percebeu [...], voltei aqui e tive contato com os moradores e com os policiais. É que eles mudaram um pouco o *modus operandi* de vender a droga. Pessoas que antes ficavam de frente vendendo, elas agora não estão mais ficando por já terem atingido a maioria ou já terem ficado presas, já serem pessoas conhecidas dos policiais, eles estão colocando menores para ficar vendendo, para ficar olhando. Olhando os menores já ficavam, mas agora os menores estão vendendo, com posse de material entorpecente. E aí um garoto de 12, 13, 14 anos, ele corre nas escadarias, se embrenha em um buraco desses, a gente com colete, com arma, não vai correr. E, às vezes, isso acaba até revoltando o policial. Às vezes, uma criança dessas de 14, 15 anos, corre quinze, vinte, cinquenta vezes mais que um policial, que nunca vai conseguir pegar. E aí o policial, sabendo que é uma criança, que não está armada, ele se sente impotente. Vai chegar um dia que ele, de repente, não está bem, com problema em casa, alguma coisa, e vai dar um tiro para o alto para ver se, de repente, aquela criança, aquele menor, vai parar, vai se assustar e ficar parado. Na corrida, não vai pegar nele. Então, foi mais uma mudança da forma de atuação do tráfico, que aparentemente aumentou as vendas dele, deu uma fortalecida nele, e aí eles começaram a demarcar um território em locais que a gente sabe que são locais de boca de fumo, e a gente percebeu que os moradores pararam de passar e frequentar os locais por esse receio. Foi uma percepção que eu tive bem superficial nesse período que eu voltei, cheguei. Mas é algo que facilmente a gente vai combater. Só que a gente não tem aquela preocupação de resolver de uma hora para outra. Se fizer de uma hora para outra vai ter trauma, vai ter desgaste. A gente vai ficar mais presente ali, eu vou pedir para os meus supervisores exigirem a presença de policiais ali. O problema da falta de efetivo, a gente tem que apoiar Alemão, apoiar outros batalhões. (Trecho de entrevista realizada em 2013 com o capitão Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta)

Através de uma denúncia, o comandante da UPP do Santa Marta descobriu em 2013 que traficantes estavam usando um prédio em construção do governo do estado dentro do Santa Marta para fazer a “endolação”, isto é, o processo que envolve o preparo da carga de droga recebida, sua mistura com outras substâncias para aumentar a quantidade e sua

embalagem para venda na favela. Segundo Rocha, a polícia apreendeu no local “uma quantidade boa de material entorpecente”.

Um é o vigia, que o pessoal fala que é usuário, estava meio ali só para poder usar a droga mesmo, estava de bucha; tinha um outro que veio da Bahia recentemente e que só estava usando o espaço para dormir, pessoal estava falando também que não tinha relação, que os outros dois, sim. Um era [...] gerente da cocaína no morro, era um dos que mandavam mais, e o outro era um garoto mais novo, garoto faz-tudo, mas que também já estava despontando, já estava ameaçando os outros, agredindo. Já estava querendo se impor dentro da comunidade como liderança. Então para eles foi uma baixa muito grande, para a gente foi muito bom. E os moradores sabem, já sabiam disso. Quando a gente prende, assim, a gente *renova a confiança* dos moradores na gente. (Trecho de entrevista realizada em 2013 com o capitão Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta; grifos meus)

Na mesma época, contudo, aconteceram outros episódios que fizeram os moradores *renovarem a desconfiança* em relação à UPP. Depois de quase cinco anos sem disparos de arma de fogo, eles voltaram a ocorrer em 2013 na “favela-modelo”. Quando perguntei ao capitão Rocha sobre esses casos, ele disse:

Aqui outro dia teve uma coisa de um tiro para o alto. Teve dois episódios: um que pegou em uma criança e o outro que alguém correu e o policial deu um tiro para o alto. Foi de noite isso, 9 e pouca. A rua cheia de criança, o policial deu um disparo para o alto. Fiquei sabendo disso. Pode ter tido uma mudança de filosofia de trabalho,<sup>6</sup> de repente de supervisão, de acompanhamento,

---

6 Rocha não estava à frente da UPP na época em que o disparo ocorreu; contudo, logo depois, voltou para assumir o comando no Santa Marta. Na ocasião, circulou o rumor de que ele teria sido chamado de volta por causa do disparo. Perguntei a ele se isso era verdade, e ele respondeu: “Na verdade, eu não sei ao certo por que eu voltei. Não foi passado ‘você voltou por isso’. O comandante, quando me chamou lá para poder falar que eu ia regressar, ele comentou que houve algumas falhas aqui do comando anterior e que foi necessária a mudança. Veio uma ordem superior a ele, uma ordem do comando-geral da polícia para que houvesse a substituição. O subcoordenador, que é quem trabalha nessa parte operacional, que mexe com os comandantes, falou que não queria que fosse eu, que tem outras UPPs, que poderia escolher um outro comandante para vir para cá, que eu estava bem no Macacos, estava iniciando um trabalho lá, estava indo muito bem, e aí [...]: ‘Não, tem que ser

de preocupação com certos detalhes que, de repente, um teve e o outro não, mas de voltar a ser o que era... Está muito longe de ser o que era. Um morador correr e um policial, de repente, se desesperar, querer que ele pare e dê um tiro para o alto, é muito mais um despreparo, uma afobação, do que falar que vai voltar a ser o que era. É porque a gente ficou aqui anos sem dar um tiro, aí o policial deu um tiro e todo mundo vê, aí... “Ai, meu Deus, tiro! Vai voltar a ser o que era. O policial vai matar bandido, o bandido vai voltar a andar armado e vai voltar a ser o que era.” (Trecho de entrevista realizada em 2013 com o capitão Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta)

Durante uma entrevista realizada em 2013 com Dado – um morador do Santa Marta que eu conhecia desde o início de meu trabalho de campo –, soube que um outro caso de disparo de arma de fogo tinha ocorrido na favela. Ele me contou que seu sobrinho havia tomado um tiro na localidade do Cantão durante uma festa. O tiro foi disparado por um traficante por causa de uma disputa pessoal que, segundo Dado, “envolvia mulher” e que “não tinha nada a ver com tráfico mesmo, não”. Na entrevista, ele ressaltou que o caso foi abafado pela UPP e que não ganhou muita repercussão:

Na verdade, foi realmente uma coisa que não houve uma reportagem, porque foi uma coisa de madrugada. Então nesse negócio de ser de madrugada acabou abafando mesmo no horário... É um horário que está todo mundo dormindo e só deu aquele negócio de BO, aquela coisinha que tem que dar mesmo. Você não tem para onde fugir. Então teve esse negócio, tanto que eles mesmos já pegaram, já levaram. Tanto que deixaram, quando acontece essas coisas assim de facada, tiro, eles geralmente deixam um policial, deixavam um policial lá 24 horas, ficou, acho que, uma semana no hospital. Então quando eu vim para casa, eles vieram e conversaram comigo, tentando aba-

---

o Rocha’. Aí você tem mais 37 UPPs lá e você escolhe um outro capitão para ficar no Macacos, mas lá no Santa Marta ‘tem que ser o Rocha’. Então, lá podia ter muito mais uma questão política, uma influência política que a comunidade tem, aqui foi a primeira, aqui é a UPP-modelo, então existe uma preocupação do próprio comando da polícia de que aqui nada dê errado, tudo dê certo. E por eu ter ficado aqui bastante tempo, ter um reconhecimento maior da comunidade, eles confiam no meu trabalho, todo mundo”.

far mesmo... Na verdade, se desse uma reportagem ia queimar o mundo.  
(Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Segundo moradores da Cidade de Deus, a ocorrência de disparos de arma de fogo e de confrontos armados tinha crescido, especialmente a partir de 2013, o que ajudou a consolidar a percepção de que estava “tudo voltando a ser como antes”.

É tudo uma questão de “aos poucos”. Não é de uma hora para outra. Mas, de uma hora para outra, eles começam a pegar confiança de pensar: “Olha, já fizemos isso, já demos coro em um, já demos coro em outro. O fulano de tal, nós matamos”. Aí, você está em casa e tem que se jogar no chão porque começa a ouvir tiros... Então, aos poucos parece que tudo vai voltando a ser como antes. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Em 2014, os moradores da favela relataram que novas ocupações policiais na Cidade de Deus voltaram a ocorrer. Essas operações, realizadas pela polícia civil e/ou militar, com apoio da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) e até de helicópteros da PM, gerou um sentimento ambíguo nos moradores. Por um lado, algumas pessoas se sentiam satisfeitas por acharem que a retomada das operações era um sinal de que os policiais estavam tentando reprimir o tráfico nas áreas “pacificadas”. Mas, por outro, alguns moradores ficavam desconfiados, pois o fato de a polícia civil fazer operações em áreas “pacificadas”, como ocorreu em dezembro de 2014 na Cidade de Deus, era considerado um indício de que a “polícia de proximidade” não estava logrando êxito e de que tudo parecia estar voltando a ser como antes.

Agentes da 32ª DP (Taquara) realizaram na manhã desta terça-feira uma operação para cumprir treze mandados de prisão e de busca e apreensão na Cidade de Deus, na Zona Oeste. Quatro pessoas foram presas, entre elas duas mulheres de líderes do tráfico na região. Os policiais foram recebidos a tiros na localidade conhecida como “Karatê”. A ação contou com quinze equipes de outras delegacias, policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), da UPP que atua na comunidade, e um helicóptero da PM. De acordo com o delegado Rodolfo Waldeck, as incursões na comunidade – que conta com uma UPP – têm sido frequentes para reprimir o tráfico de drogas na re-

gião. Na ação de hoje, um carro roubado, drogas e munição foram apreendidas. No total, vinte mandados de prisão foram expedidos, sendo que sete deles já haviam sido cumpridos anteriormente. Entre os quatro presos de hoje estavam duas mulheres que são companheiras de criminosos da região, entre eles Luciano da Silva Teixeira, o Sardinha, apontado como o chefe do tráfico, e Jardel Teixeira de Oliveira, irmão de Sardinha. Ambos já estão presos. Por conta da operação policial, uma creche da rede municipal, que atende cem alunos, está fechada. Já a Secretaria de Estado de Educação afirma que todas as suas unidades na região da Cidade de Deus estão funcionando normalmente. (Operação..., 2014)

### **“Está tudo voltando a ser como antes”**

Embora a sensação de que tudo estava voltando a ser como antes existisse tanto entre os moradores da Cidade de Deus como entre os do Santa Marta, os “ritmos” nos quais as transformações ocorreram nessas duas favelas nunca foi o mesmo. Enquanto, em 2013, eu ouvia moradores da Cidade de Deus afirmando que o ritmo na favela estava mudado – “Domingo os moleques estavam aí, pesadão, com várias pistolas. O ritmo tá diferente, tem pistola pra caraca. Domingo, então, tu vê todo mundo armado” –, no Santa Marta nesse momento eu não ouvia esse tipo de narrativa, embora existissem rumores de que alguns traficantes estivessem voltando a andar armados, mas de um modo bem menos ostensivo que na Cidade de Deus.

Em relação à lógica do retorno das operações, também havia uma grande diferença entre essas duas áreas “pacificadas”. Enquanto na Cidade de Deus houve, no fim de 2014, uma operação para prender traficantes, no Santa Marta houve um “treinamento” do Bope no mesmo período. É importante notar que eram usados diferentes termos para fazer referência à atividade policial nesses dois casos. O termo “treinamento”, por um lado, sugeria que a favela estava “calma”, pois, caso contrário, não seria possível fazer um “treinamento” no local. Se o Bope entrasse em uma favela com um “clima tenso”, seria para fazer “uma operação de verdade”, e não um treinamento. No entanto, a presença do Bope gerou um clima de tensão entre os moradores:



Sobre o treinamento do Bope aqui na favela só tenho escutado notícias ruins. Nosso presidente anunciou o treinamento na semana no microfone e que era pra todos ficarem tranquilos, que era somente treinamento deles, mas o ritmo foi outro. Moradores, crianças e geral de cara na parede, trabalhador foi levado sem muitos motivos, tapas e socos na cara, olhando pra eles tinha a resposta: “Tá olhando o quê? Rala daqui!”. Crianças e meninas pequenas sendo revistadas e de cara na parede e mãos pro alto. Esse foi o treinamento anunciado do Bope na favela ontem. Doideiraaaa! Quem tiver mais algo sobre ontem posta aqui. Coloque os casos sérios presenciados por vcs. José Mário Hilário dos Santos e Márcio Rocha, ficaram sabendo de diversos abusos ontem do Bope aqui na favela? Muitas famílias indignadas. Fui parado por várias pessoas reclamando do treinamento de ontem, que achavam que era algo até curioso de assistir, mas a realidade não foi nada assim. Será esse treinamento de terror que vai ser ensinado para os novos policiais? Esse tipo de treinamento é aplicado em Ipanema ou no Leblon? GZuis... #sinistro. (Publicação de um morador do Santa Marta no Facebook em 30 de outubro de 2014)

Esse relato publicado por um morador do Santa Marta no Facebook gerou grande repercussão. Mais de cem pessoas fizeram comentários se manifestando contra a realização do “treinamento” e falando que era um absurdo a polícia continuar agindo com truculência, “ainda mais em uma favela pacificada”. O presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, Zé Mário Hilário, escreveu um comentário também no Facebook afirmando ter entrado em contato com o comando do Bope e aconselhando as pessoas agredidas a entrarem em contato com a associação para apresentar uma denúncia. No entanto, muitos moradores apostaram que quase ninguém iria denunciar por medo de possíveis perseguições de PMs dentro e fora da favela. O autor do primeiro texto sobre o tema publicou um outro comentário no Facebook, lamentando a atuação do Bope no morro:

A major Pricilla me ligou, também perguntando sobre, e informei o que as famílias me falaram e os jovens. Sabemos que muitos têm medo, e não vou questionar e obrigar as pessoas a irem na frente de comandantes falar e apontar quem abusou na operação, quem deu pescoção e quem foi que tomou socos na costela dentro do bar e isso e aquilo. [...] Muitos vão me julgar

e isso e aquilo, mas postei os fatos que aconteceram ontem, mesmo que ninguém ou quase ninguém fale nada nas redes por MEDO. O mesmo foi quando foram presos três jovens há uns cinco, seis meses atrás [...]. Cada um paga por seu erro cometido, só não podemos aceitar que jovens apanhem na favela e que isso seja tratado com normalidade, já que está pacificada e não teria a necessidade das agressões. [...] Precisamos de tempos de paz e que essas tensões não voltem mais. Temos 113 policiais na UPP e tudo está tranquilo até o momento, então pra que recebermos um treinamento onde vamos ter que passar por sustos e coisas desagradáveis??? Eu não quero fazer parte desse treinamento... obrigado. (Publicação de um morador do Santa Marta no Facebook em 30 de outubro de 2014)

Alguns dias após o “treinamento”, ouvi uma moradora associar essa ação do Bope a um rumor que circulava pelo Santa Marta de que a favela poderia ser invadida por traficantes da Amigos dos Amigos (ADA) – uma facção rival do CV. Essa especulação começou a circular na favela em setembro, depois que surgiram relatos de que o Morro dos Tabajaras teria sido invadido pela ADA com apoio da UPP. Como o “dono” do tráfico no Santa Marta também era “dono” do Tabajaras, algumas pessoas começaram a especular que a favela de Botafogo poderia ser o próximo alvo da facção. Em virtude desses rumores, surgiu um clima de tensão na região.

Na noite de 26 de setembro, uma “movimentação estranha na favela” gerou a desconfiança dos moradores, que começaram a especular no Facebook o que poderia estar ocorrendo. Um morador do Santa Marta comentou que havia um “helicóptero sobrevoando o Santa Marta e o Tabajaras muito misterioso!”. Depois repetiu: “Helicóptero todo apagado! Só escuta o barulho! O bagulho tá doido! É o Caveirão voador!”. Outros moradores também fizeram muitos comentários especulando por que o helicóptero estava sobrevoando as duas favelas:

Alemães invadiram o Tabajaras, por isso a polícia tá tensa.

Alguma coisa errada, que não pode estar certa.

Esse [helicóptero] me parece o de observação, pra quem tá em terra fazendo operações receber as coordenadas. Luzes internas apagadas impossibilitando saber a localização.

Uma amiga lá do Tabajaras hj cedo comentou comigo que tá rolando um papo lá sobre uma possível invasão.

Só deve estar monitorando daquela câmera de calor, o helicóptero está 100% apagado.

Me parece que mudou o cozinheiro no Tabajaras.

Vamos ter cuidado com o golpe militar. Eles estão vendendo nossa área pra outra facção criminosa. E isso veio da própria boca do PM.

(Trechos de comentários publicados no Facebook em 26 de setembro de 2014)

Em uma outra ocasião, à noite, a energia elétrica no morro caiu – o que não era muito incomum. Entretanto, como o clima estava tenso, vários moradores relataram ficar em pânico, achando que a invasão da ADA poderia ocorrer naquele dia. Uma moradora que tinha se mudado havia pouco tempo para o Santa Marta me contou que nesse dia resolveu sair de casa e só voltou três dias depois. Ela disse não estar “acostumada com essas coisas de invasão igual aos moradores que são nascidos e criados no morro”. Ela ficou imaginando por onde os traficantes da ADA poderiam entrar e o que faria para conseguir se proteger no meio do tiroteio. Segundo seu relato, depois de conjecturar sobre como tudo poderia acontecer e fazer um cálculo de como agir, ela entrou em pânico e decidiu ir dormir com o filho na casa de parentes que moravam fora da favela. Mas, após três dias longe do morro, percebeu que a invasão não tinha acontecido: “Resolvi então só sair de casa quando o tiroteio começasse!”.

Vale acrescentar ainda que, como esse “treinamento” do Bope foi feito em um momento de tensão na favela, alguns moradores especularam que a polícia poderia supostamente estar fazendo um “treinamento” para, na verdade, mapear a atuação do CV no morro e posteriormente usar esse mapeamento para facilitar a entrada da ADA. Especulação semelhante foi feita por alguns moradores da Cidade de Deus quando presumiram, em diferentes momentos, que a polícia poderia estar “apertando o cerco” contra o tráfico na favela para facilitar uma suposta invasão. Mas nesse caso não se tratava de uma disputa de territórios entre diferentes facções do tráfico de drogas, mas sim de uma disputa entre traficantes da Cidade de Deus e milicianos da Gardênia Azul.

Embora as especulações sobre ameaças de invasão na Cidade de Deus e no Santa Marta fossem bastante diferentes, elas guardavam uma semelhança: nos dois casos, a população desconfiava que a polícia poderia colaborar, ou, pelo menos, facilitar invasões de facções rivais ou de grupos de milicianos em áreas “pacificadas”. Nesse cenário, havia uma desconfiança generalizada de todos contra todos, uma vez que não era possível saber quais policiais estavam agindo dentro da lei e quais estavam “fechados” com o tráfico local, ou ainda quais poderiam estar ajudando uma facção rival ou grupos de milicianos com possíveis invasões. Os moradores de áreas “pacificadas” se sentiam pressionados de todos os lados e temiam fazer denúncias – tanto contra a atuação do tráfico quanto contra a atuação da própria polícia –, já que temiam represálias em um cenário no qual o domínio territorial da favela parecia novamente estar em jogo, ou melhor, em disputa.

A título de conclusão, para entender as disputas de poder que ocorreram entre a polícia e o tráfico nos territórios “pacificados”, podemos pensar na imagem de um pêndulo que contextualmente variou mais de um extremo a outro em um *continuum* cujos polos seriam, de um lado, a “retomada do domínio territorial” pela polícia e o enfraquecimento do tráfico, e, do outro, o enfraquecimento da polícia e a retomada pelo tráfico dos territórios “pacificados”. Na prática, esses extremos lógicos indicariam as tendências produzidas pela permanente combinação entre as alternativas polares. Se, no momento da implementação da UPP, o pêndulo tendeu mais para o enfraquecimento do tráfico, com o passar dos anos de “pacificação”, ele passou a pender para o outro lado, com o novo fortalecimento dos bandidos na favela e com a “desestabilização” da UPP.

Mas é importante lembrar que esse pêndulo não oscilou de uma única vez, de modo abrupto, de um lado para o outro. Essa oscilação, ao menos nas duas primeiras favelas “pacificadas”, ocorreu a partir de variações infinitesimais que, em certos momentos, o levavam um pouco mais para um lado, mas em outros variavam na direção oposta. Houve avanços e retrocessos de um lado e de outro em diferentes momentos. E essas microvariações foram percebidas cotidianamente pelos policiais, pelos traficantes e também pelos moradores quando “liam” no dia a dia o clima da favela. Com o passar do tempo, porém, a soma dessas oscilações

infinitesimais gerou acúmulos que permitiram a esses atores visualizar de um modo mais global as mudanças que estavam ocorrendo, tornando-os, assim, capazes de identificar estados e de sugerir tendências que poderiam surgir em longo prazo.

Quando eu perguntava aos meus interlocutores por que eles tinham a percepção de que “tudo estava voltando a ser como antes”, eles geralmente apresentavam uma comparação do “clima da favela” em três diferentes momentos. Eles falavam primeiro sobre como era o “clima” antes da chegada da UPP, depois explicavam como ele ficou nos primeiros anos de implantação do projeto e, por fim, o analisavam no momento de “crise”. As falas indicam que a composição dessas três temporalidades era feita a partir da leitura de pequenas “pistas” que iam se somando e permitindo que os moradores comparassem a atmosfera do ambiente nesses diferentes momentos. Apresento, a seguir, no quadro 2, algumas “pistas” que produziam a sensação de que o “clima da favela” estava se aproximando daquele existente no contexto pré-UPP no Santa Marta e/ou na Cidade de Deus entre 2014 e 2015:

*Quadro 2 – Pistas da retomada do “clima” pré-UPP no Santa Marta e na Cidade de Deus*

<b>Pistas de que estava “tudo voltando a ser como antes”</b>	<b>Santa Marta</b>	<b>Cidade de Deus</b>
Redução do número de policiais na favela	X	X
“Afrouxamento” do policiamento e redução das ocorrências de “duras”	X	X
Constatação de muitas áreas escuras na favela, sem a substituição de lâmpadas queimadas	X	X
Aumento do número de pessoas fumando maconha em lugares públicos	X	X
Presença de sofás nas ruas, usados para dificultar a passagem das viaturas policiais		X
Retomada da utilização de “radinhos”, usados por traficantes para mapear a circulação dos agentes da UPP pelo território da favela <sup>7</sup>		X

(continua...)

7 Moradores contam que, logo após a inauguração da UPP, traficantes haviam abandonado os “radinhos” para se comunicar entre si tanto no Santa Marta quanto na Cidade de Deus. Os vendedores passaram a se comunicar apenas através de aparelhos celulares comuns com o fim de chamar menos a atenção da polícia, já que

(continuação)

Aumento da corrupção	X	X
Surgimento do “arrego por rua”		X
Retorno de pontos de venda de drogas (“bocas”) “sedentários” e “permanentes”		X
Retomada da obrigatoriedade de baixar o farol e acender a luz interna do carro para passar por certas ruas da favela		X
Proibição de usar telefone celular perto de pontos com vendedores de drogas	X	X
Volta dos bailes <i>funk</i> nas quadras fechadas	X	X
Multiplicação de bailes realizados no meio das ruas na favela		X
Novas ocorrências de disparos de arma de fogo e de trocas de tiros <sup>8</sup>		X

(continua...)

(continuação)

(Re)configuração de “fronteiras tácitas” e delimitação de novas áreas “dominadas” pelo tráfico dentro de favelas “pacíficas” por onde os policiais da UPP não circulavam e onde os traficantes andavam ostensivamente armados		X
---	--	---

o “porte de radinho” era considerado pelos policiais um indício de associação ao tráfico de drogas na favela. Além de trocar mensagens via SMS e pelo aplicativo de conversas WhatsApp para sinalizar a aproximação de policiais em determinadas áreas, os olheiros do tráfico também costumavam usar códigos, como explicou o comandante da UPP do Santa Marta: “Aqui eles assobiam. Assobiam e batem no corrimão, gritam. Ali no Michael Jackson, ficam ali e batem no parapeito. Subindo a escadaria, fica um garoto e uma mulher o tempo todo logo ali no parapeito. A gente já sabe quem são locais. É complicado a gente fazer alguma coisa. Você não pode prender ninguém simplesmente por estar batendo no corrimão. Mas a gente sabe o que isso significa [...]. A maioria dos policiais tem locais para ficar, e tem um grupamento que eles ficam [...] de rodar o morro inteiro, eles ficam [...] perto do Michael Jackson. Tem uma casa ali que fica tomando conta deles. Eles botam o pé para fora, já avisam. Tem um vigia ali, tem uma casa ali que fica 24 horas tomando conta deles”.

- 8 Acredito que um dos principais motivos para o retorno dos tiroteios e dos confrontos armados seja a adaptação dos traficantes à presença policial. Com o tempo, os bandidos passaram a controlar melhor os movimentos e as ações policiais e, com isso, a se sentir “mais à vontade”, sabendo como e de que forma atacá-los quando “necessário”. Como afirmou um morador da Cidade de Deus: “Agora eles pegaram o ritmo e estão se sentindo à vontade para dar tiro nos policiais!”.

Rumor de que alguns traficantes circulavam pela favela portando não só pistolas, mas também fuzis		X
Retomada do uso de fogos de artifício em algumas áreas para avisar que policiais se aproximavam da “boca” <sup>9</sup>		X
Rumores sobre tentativas de novas invasões em territórios “pacificados” (tanto por integrantes de facções rivais <sup>10</sup> como por milicianos)	X	X
Retomada das operações policiais		X
Aumento dos casos de agressões e mortes violentas em áreas “pacificadas”, incluindo ações praticadas tanto por traficantes como por policiais.	X	X

Fonte: Elaboração da autora.

Em 2013, os relatos de atos violentos cometidos tanto por traficantes como por policiais em territórios “pacificados” deixaram de circular apenas pelo território das favelas e começaram a ganhar também as manchetes de jornais. O caso do desaparecimento do pedreiro Amarildo foi um marco desse novo momento (Resende, 2019). Amarildo de Souza era morador da Rocinha e desapareceu depois de ser levado por policiais da UPP para prestar depoimento em julho de 2013. Embora o corpo de Amarildo não tenha sido encontrado, surgiram fortes indícios de que ele fora torturado e assassinado por policiais, o que gerou uma grande comoção nacional. O questionamento “Cadê o Amarildo?” virou uma das principais bandeiras das manifestações que tomaram conta das ruas da cidade do Rio de Janeiro e de quase todas as capitais brasileiras, e que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”. Convém notar que esse caso abriu espaço para um amplo questionamento em relação às UPPs, quebrando o consenso que parecia existir em torno do sucesso do projeto e que, por um longo período, o deixou blindado às críticas. Estas agora passaram a se proliferar e a colocar a “estabilidade” do projeto em xeque, como mostrarei no próximo capítulo.

9 Um morador me explicou que o uso de fogos de artifício (geralmente feito por menores de idade) era mais eficiente que o uso de “radinho”, pois eles cobriam um campo de ação maior e atingiam até mesmo a “rapaziada” que não estava “de plantão”, mas que logo ficava alerta e entrava “na atividade” quando os ouvia.

10 Em 2015, começou a circular um rumor na Cidade de Deus de que Playboy, traficante da facção ADA, estaria “montando um bonde para invadir a Cidade de Deus”.

# 10

## SOCIOLOGIA DA CRÍTICA ÀS UPPs

### **O desarmamento da crítica e do tráfico em áreas “pacificadas”**

Neste último capítulo, apresento o esboço de uma sociologia da crítica às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Trata-se de uma tentativa de mapear e analisar as críticas endereçadas ao projeto ao longo dos últimos anos. Minha ideia é apresentar, de modo sistemático, uma breve história das UPPs, tipologizada em fases, a partir das críticas que foram apresentadas ao projeto em todo o seu período de existência. Para isso, começo retomando o cenário pré-UPP e apresento uma análise temporal do modo de funcionamento dessas críticas, cujas direções podem ser assim sintetizadas: a) um primeiro momento, em que há o desarmamento do tráfico e uma incorporação parcial pela nova política de segurança pública das críticas endereçadas ao combate à violência urbana estruturadas em torno da “metáfora da guerra” (Leite, 2012); b) um segundo momento, em que ocorre a formação de um efetivo e sólido “consenso” em torno das UPPs; c) um terceiro, no qual, em razão desse consenso e da consolidação do projeto, há uma intensa dificuldade de apresentação de determinadas críticas e uma redução de seu espaço de expressão; d) um quarto momento, no qual começa a formação progressiva de um novo repertório crítico, ainda que em estado fragmentado; e) um quinto, em que há o surgimento e a intensificação de novas “energias críticas”<sup>1</sup> que eclodem a partir das manifestações de 2013, sendo o caso Amarildo exem-

---

1 A expressão “energias críticas” é inspirada no uso que dela faz Gustavo Bezerra em sua tese de doutorado, que, não por acaso, utiliza o livro *O novo espírito do capitalismo* para pensar a questão social, a redemocratização e o capitalismo móvel no Brasil. Ver Bezerra, 2012, p. 72, 110, 128, 271.



plar em sua capacidade de canalizar essas energias; f) por fim, um sexto momento, em que se observa o rearmamento tanto do tráfico de drogas quanto da crítica às UPPs.

Antes do lançamento do projeto das UPPs, a “violência urbana” no Rio de Janeiro era encarada por grande parte da população carioca como “um problema sem solução”. O “círculo vicioso” de violência, sempre retroalimentado pela política de segurança baseada no confronto ou no enfrentamento que há décadas vinha sendo implementada no estado, parecia ter atingido seu ápice em 2007, primeiro ano do governo de Sérgio Cabral Filho. José Mariano Beltrame, secretário de Segurança do Rio de Janeiro de 2007 a 2016, afirma que, ao assumir a aludida pasta, “a polícia do Rio era a que mais matava e a que mais morria”. E conclui: “Se a polícia que mais matava era também a que mais morria, a solução era óbvia: partir para o confronto como se fazia não era a solução” (Beltrame, 2014, p. 78).

Nesse momento, fortaleceu-se, portanto, um consenso em torno da ideia de que a política de “guerra contra o crime” estava sendo contraproducente e pouco eficaz. Tudo indicava que essa política deliberada de confronto não estava tornando o Rio de Janeiro mais seguro, além de gerar um alto índice de letalidade e um exagerado custo humano, tanto por parte dos policiais quanto dos traficantes – e isso para não falar dos moradores vítimas de “bala perdida”. Ademais, também havia uma opinião generalizada de que a “política do enfrentamento” não apenas causava um enorme transtorno à vida dos moradores da cidade, em geral, e aos favelados, em especial – que tinham de conviver com os constantes tiroteios em seus territórios de moradia –, como não era capaz de romper com o domínio territorial do tráfico nas favelas. Mesmo com uma política de segurança repressiva calcada em enfrentamentos intermitentes, o “direito de ir e vir” nos territórios favelados não era garantido pelo Estado, ali predominando o arbítrio dos traficantes.

Com o intuito de obter resultados mais perenes no combate à violência na cidade – que, é preciso lembrar, se preparava para receber a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016 –, o governo do estado, com Beltrame à frente de sua secretaria de Segurança, resolveu testar, então, uma nova forma de atuação policial nesses territórios. Surgiu, assim, em novembro de 2008, o experimento de uma nova forma de po-

liciamento que daria emergência ao que posteriormente ficou conhecido como UPP. Seu teste inicial ocorreu com a ocupação policial permanente do Morro Santa Marta. Para surpresa até mesmo dos idealizadores do projeto, os resultados foram quase imediatos: logo as UPPs se apresentaram como “uma ótima oportunidade para baixar os homicídios, os índices de criminalidade e mudar a cultura policial do confronto” (Beltrame, 2014, p. 114). Com base nesse primeiro êxito operacional, deu-se início, como o próprio Beltrame argumentou, à “fase do convencimento público”. Um “trabalho de relações públicas” que envolveu “mais de 150 encontros com a imprensa e formadores de opinião” (p. 115) foi realizado. Com isso, o secretário e sua equipe foram pouco a pouco conseguindo enfrentar algumas das resistências ao projeto no interior da própria polícia, com a população de um modo geral e, especialmente, entre os moradores das áreas ocupadas.

Foi considerável o sucesso obtido a partir da implementação inicial juntamente com um trabalho de convencimento público, e as UPPs acabaram se configurando no horizonte de uma parcela da população carioca como a “luz no fim do túnel” para o problema da violência urbana no Rio de Janeiro. Em seus primeiros anos de existência, o projeto – diferentemente das “ocupações permanentes” anteriores, como as realizadas pelo Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) – conseguiu reunir uma ampla base de sustentação, que incluiu o apoio: a) da mídia; b) de políticos das esferas federal, estadual e municipal; c) do empresariado carioca; d) de organizações da sociedade civil; e e) da maior parte da população carioca (incluindo aqui, é preciso lembrar, uma grande parcela dos moradores das favelas “pacificadas”).

Além disso, os discursos acadêmicos sobre as UPPs também tiveram um papel importante nesse processo de consolidação do projeto. As primeiras pesquisas sobre os impactos do processo de “pacificação” – como a realizada em 2009 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que mostrava que 87% dos entrevistados no Santa Marta e 93% na Cidade de Deus apoiavam as ações da polícia – não só serviram para diagnosticar o “sucesso” do novo modelo de policiamento mas também ajudaram a construir o consenso em torno da ideia de que as UPPs eram o melhor projeto de segurança instituído nas últimas décadas. E isso não apenas para aqueles que viviam no entorno e nos bairros nobres da cidade, como também – e

sobretudo – para os moradores dos territórios favelados. Os resultados de diversas pesquisas sobre o projeto até 2012 listavam os seguintes elementos como indicadores de seu êxito:

a) o desarmamento do tráfico em favelas “pacificadas” – ou, pelo menos, a redução do porte ostensivo de armas de fogo por atores diferentes da polícia –, que, associado à forte diminuição das incursões policiais esporádicas e dos tiroteios, levou a uma drástica redução dos homicídios e da violência armada em geral, não só no interior das favelas mas também no seu entorno (Cano; Borges; Ribeiro, 2012);

b) a redução da arbitrariedade e da violência policial nas áreas onde as UPPs estavam operando (Machado da Silva, 2010a), que estaria relacionada ao “maior controle social, interno e externo, sobre a corrupção e o abuso de poder praticados por policiais” nos territórios “pacificados” (Musumeci *et al.*, 2013);

c) a queda nos números de “autos de resistência” (Misse *et al.*, 2013, p. 9), o que parecia indicar que a UPP poderia ajudar a “civilizar” a polícia ou que poderia se tornar uma “política de proteção da população contra a própria polícia e contra o alto grau de letalidade das incursões policiais” (Misse, 2014, p. 682);

d) a maior liberdade de ir e vir dos habitantes, que acabava melhorando significativamente o sentimento de segurança entre os moradores diretamente afetados pelas UPPs (Musumeci *et al.*, 2013; IBPS, 2009; Cecip, 2010; Souza e Silva, 2010; Burgos *et al.*, 2012; Cano; Borges; Ribeiro, 2012; Oliveira; Abramovay, 2012; Rodrigues; Siqueira; Lissovsky, 2012; Serrano-Berthet, 2013);

e) a ampliação das expectativas positivas quanto à segurança para toda a população da cidade, incluindo boa parte dos moradores das localidades-alvo de sua implantação no futuro e até mesmo os segmentos mais abastados, que não precisavam de UPPs onde viviam (nem as queriam) (Machado da Silva, 2010a).

Todos esses indicadores ajudaram a reforçar a ideia de que, “após mais de três décadas de experimentos fracassados de programas de se-

gurança pública no Rio de Janeiro”, as UPPs se apresentavam como “uma resposta bem-sucedida para a questão da violência nesse estado, em especial na sua capital” (Burgos *et al.*, 2012, p. 2). Como sugeriu Barbosa (2012, p. 257), no momento inicial do projeto havia uma percepção coletiva de que era possível “elevar o tom e dizer que, desde a reforma urbana e sanitária do prefeito Pereira Passos (com o ‘bota-abaixo’ dos cortiços e moradias pobres do centro da cidade no início do século XX) e a remoção das favelas durante os anos 1960 e 1970”, poucas ações governamentais tinham produzido um impacto tão significativo na vida dos moradores da cidade do Rio de Janeiro quanto as UPPs estavam gerando.

### **O consenso em torno das UPPs**

Com a redução da letalidade, o apoio dos moradores das favelas e do asfalto, as notícias midiáticas que ventilavam as benesses do projeto, o amparo do empresariado com fornecimento de suporte financeiro, além dos apoios dos governos nos três planos (municipal, estadual e federal), o “sucesso” das UPPs passou a ser amplamente celebrado. Diversos moradores costumavam afirmar que, nesse momento, os que ousavam criticar o projeto ou eram imediatamente reduzidos à condição de defensores dos traficantes ou eram tratados como, para dizer o mínimo, desarrazoados.

Contudo, convém perguntar por que e como exatamente isso aconteceu. Acredito que o esboço de uma *sociologia da crítica* às UPPs possa ajudar nessa tarefa. Inspirada nas reflexões que Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009) fizeram a respeito do papel da crítica nas transformações do capitalismo, tomo como ponto de partida a ideia de que o consenso inicial estabelecido em torno do projeto das UPPs se deu em razão de sua capacidade de incorporar, ainda que parcialmente, algumas das principais críticas que vinham sendo apresentadas à política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas. Nesse sentido, argumento que o consenso é uma resultante do fato de a política de “pacificação” ter sido, ao menos em um primeiro momento, uma resposta eficaz às críticas endereçadas à política de segurança até então vigente, pautada na “metáfora da guerra”.

O argumento principal deste capítulo é que a política de segurança em torno das UPPs conseguiu reduzir as recorrentes interrupções de roti-

na, os tiroteios, as mortes violentas e a presença ostensiva de armas, bem como mitigar temporariamente o domínio que os traficantes possuíam do território das favelas “pacificadas” – ou seja, logrou atenuar os principais elementos em torno dos quais a “representação da violência urbana” (Machado da Silva; Leite, 2008) estava fundada. Assim, a UPP foi capaz de desarmar provisoriamente não só o tráfico, mas também as principais críticas que vinham sendo feitas à política de segurança pública baseada na lógica do enfrentamento. Por isso, defendo que, juntamente com a instituição de um consenso em torno do projeto – ou mesmo, como alguns jornais chegaram a dizer, do “milagre” das UPPs –, ocorreu um desarmamento das críticas dirigidas à (antiga) política de segurança.

Para explicar melhor esse argumento, julgo conveniente explicitar o que Boltanski e Chiapello estipulam em sua obra conjunta, *O novo espírito do capitalismo* (2009), como os impactos da crítica no processo de transformação do sistema capitalista. Segundo os autores, a crítica, de modo geral, pode ter impactos e consequências de três ordens. Um primeiro efeito possível concerne à capacidade que a crítica pode ter de deslegitimar e subtrair a eficácia de seu alvo. Ao proporem uma história do capitalismo em três fases, cada qual dotada de um “espírito” (em deliberada alusão à obra de Max Weber), Boltanski e Chiapello se esforçam para mostrar como as críticas foram importantes para deslegitimar certos modelos de capitalismo – este último definido pelos autores como modo de obtenção ilimitada de lucros por meios pacíficos. Assim, a crítica, segundo os autores, teria sido um ator fundamental capaz de obrigar o sistema capitalista a inovar e a produzir novas formas de engajamento, adesão e legitimação para se perpetuar.

No caso das UPPs, sustento que as críticas dirigidas ao modelo de policiamento pautado na política do confronto ajudaram a expor a ineficácia das recorrentes incursões violentas. Ao mesmo tempo, as críticas sinalizavam para a necessidade de construção de uma outra forma de policiamento que, em muitos aspectos, se aproximava da “polícia pacificadora”. Essas críticas iniciais, ao apontarem tanto a ineficácia quanto o alto custo humano das incursões violentas recorrentes, expuseram a necessidade de uma nova forma de policiamento menos violenta e mais eficaz.

Um segundo efeito da crítica para o qual Boltanski e Chiapello (2009) chamam a atenção é obrigar aqueles a quem a crítica se dirige a se justifi-

carem em termos de bem comum. Nesse caso, quando a resposta daqueles aos quais a crítica se dirige não se reduz a meras “palavras vazias”, mas se calca em ações concretas cuja eficácia posteriormente se torna incontestada, dois são os seus desdobramentos. Por um lado, ocorre a incorporação, ainda que parcial, de uma parte dos valores nos quais a crítica se assentava. Nessa via, pode-se citar o exemplo do caso europeu no qual o capitalismo, para se perpetuar e apaziguar a forte crítica social vigente no fim do século XIX e início do século XX, a incorpora parcialmente e funda o que mais tarde ficou conhecido como Estado de Bem-estar Social. A consequência disso, por outro lado, é que a crítica social não passa incólume por essa incorporação: “O preço que a crítica deve pagar por ter sido ouvida, pelo menos parcialmente, é ver que uma parte dos valores por ela mobilizados para opor-se à forma assumida pelo processo de acumulação [capitalista] foi posta a serviço dessa mesma acumulação” (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 63). Segundo os autores, o preço pago pela crítica social por ter sido parcialmente incorporada pelo capitalismo no Estado de Bem-estar Social foi, portanto, a sua temporária desmobilização – ou, nos termos que aqui colocamos, o seu desarmamento.

No caso das UPPs, o preço pago pelos pesquisadores, militantes, moradores e movimentos sociais que lutavam pela causa dos direitos humanos e de uma polícia menos violenta e repressora foi ver o governo do estado do Rio de Janeiro mobilizando parte do discurso que eles próprios usavam para criticá-lo com o fim de se defender. Afinal, desde o início, uma das principais bandeiras do projeto de polícia “pacificadora” foi a ideia de que o seu modelo de policiamento se fundamentava em uma polícia menos violenta e mais próxima da população local, em um modo de policiamento que buscava sua eficácia não tanto no aumento da repressão, mas na aproximação e na redução dos índices de homicídios e de mortes violentas. Esses elementos até então apontados pelas críticas à política de segurança pautada na “metáfora da guerra”, em razão de sua incorporação parcial pelo aparato policial “pacificador”, passaram então a ser utilizados pelo próprio Estado para defender a sua ação. Sustento, com isso, que esse foi um dos elementos fundamentais para o estabelecimento do “consenso” em torno das UPPs, razão pela qual o Estado conseguiu *desarmar* as críticas, isto é, produzir uma incapacitação temporária de uma grande parcela das críticas que lhe eram dirigidas até então.

Ainda com relação ao capitalismo, Boltanski e Chiapello (2009) se referem a um terceiro possível impacto da crítica. Nesse caso, eles dizem se tratar de uma

análise muito menos otimista no que se refere às reações do capitalismo. Isso porque se pode supor que, em certas condições, o capitalismo pode escapar à exigência de reforço dos dispositivos de justiça social tornando-se mais dificilmente decifrável, “embaralhando as cartas”. Segundo essa possibilidade, a resposta dada à crítica não leva à instauração de dispositivos mais justos. Ao produzirem uma transformação, no caso do capitalismo, dos modos de realização do lucro, o mundo passou a ficar momentaneamente desorganizado em relação aos referenciais anteriores e num estado de grande ilegitimidade. (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 63)

No período inicial de implementação das UPPs, esse terceiro elemento é incontestável: se, por um lado, houve um efetivo processo de incorporação parcial das críticas em torno da política de segurança pautada pela lógica do confronto, seguido de respostas eficazes, como a redução dos tiroteios e das mortes violentas, por outro, esse novo projeto de policiamento, ao menos nos seus primeiros anos, instaurou uma zona de indeterminação para a qual novas críticas ainda não possuíam ancoragens inteligíveis. As novas formas de repressão e os novos problemas instituídos pelo recém-instalado dispositivo “pacificador” clamava pela elaboração de um novo repertório crítico. Com o “embaralhamento das cartas” instituído pela situação inicial pós-“pacificação”, as novas críticas que foram se formando ficaram por muito tempo esparsas, dispersas, fragmentadas. Nesse estágio de indeterminação no qual, por meio de uma atividade de investigação, para usar a famosa expressão de John Dewey (1938), os atores procuravam entender o que estava acontecendo e, a partir daí, elaborar um repertório crítico adequado aos novos problemas, não era possível definir uma causa coletiva comum – fato este que, como veremos adiante, só acontece efetivamente a partir das Jornadas de Junho de 2013 e, sobretudo, do caso Amarildo.

No momento inicial de instalação das UPPs, tudo se passava como se o antigo repertório crítico, estruturado em um determinado estado de coisas no qual vigorava a lógica das incursões violentas intermitentes do contingente policial, passasse a operar no vazio. Não por acaso, alguns

moradores e lideranças comunitárias, no momento mesmo da implementação da nova forma de policiamento, diziam com frequência estarem “patinando”, isto é, buscando algum ponto de ancoragem que produzisse alguma inteligibilidade sobre o novo cenário pós-“pacificação”. A despeito do jogo de interpretações e da multiplicidade de definições acerca das UPPs, um único e grande consenso parecia atravessar as heterogêneas posições dos atores naquele momento: a chegada do dispositivo “pacificador” havia produzido indubitáveis alterações no ambiente da favela, nele instaurando novas zonas de indeterminação, com as quais o repertório sensível e crítico de até então não estava preparado para lidar.<sup>2</sup>

A seguir, apresento um mapeamento de como esse novo repertório crítico às UPPs foi pouco a pouco se formando ao longo dos três primeiros anos de existência do aparato “pacificador” e de como foram surgindo respostas institucionais às críticas feitas ao projeto.

## **O silenciamento da crítica ao projeto**

Em 2009, quando o projeto começava a ser elaborado e expandido, muitos moradores do Santa Marta e da Cidade de Deus – primeiras favelas “pacificadas” – apontavam a redução das mortes violentas e dos tiroteios como um benefício inquestionável trazido pelas UPPs. No entanto, já após o primeiro ano de instalação do projeto era possível perceber, nas conversas informais que eu tinha em campo, um certo incômodo de meus interlocutores em relação à disparidade entre a experiência vivida por eles como residentes do território favelado e aquilo que era dito na mídia e nas propagandas oficiais do governo sobre os impactos do projeto. Enquanto um novo repertório crítico se formava, nas páginas de jornais e de revistas nacionais e internacionais, assim como em matérias divulgadas na televisão e na internet, a UPP aparecia apenas como um caso de

---

2 Como apontam os nossos dados etnográficos (e conforme visto no capítulo 1), a ocupação policial permanente do Santa Marta e da Cidade de Deus reconfigurou, para os residentes das duas favelas, o ambiente rotineiro com o qual estavam habituados. Assim, os antigos repertórios e formas tácitas, habituais e espontâneas de avaliação da atmosfera local de que os atores dispunham não eram mais capazes de contemplar a nova situação. Daí resultou a dificuldade de formação de um novo repertório crítico a partir dos novos problemas que surgiam com a implementação do aparato “pacificador”. Afinal, como é possível criticar aquilo que (ainda) não se conhece?



“sucesso” incontestável. Até 2011, muitas matérias elencavam os benefícios gerados pela “pacificação”, enquanto poucas notícias tratavam de conflitos e problemas em áreas “pacificadas”. As manchetes de jornal passavam a falar não mais em “ocupação” policial, mas se referiam à implantação da UPP como um “benefício” que chegava à favela. E, nesse contexto, as críticas às UPPs não ganhavam grande destaque no debate público. Como resume Vital da Cunha (2015, p. 56):

A mídia anunciava a cidade como um espaço de maior segurança e mobilidade para as camadas altas e médias, assim como para os moradores de favelas que estavam sendo libertados do jugo de traficantes armados no território. As análises em torno da caracterização ou não das UPPs como uma política pública ou um programa, a sua identificação como polícia de proximidade ou não, debates em curso nos meios acadêmicos, tinham pouca repercussão na grande mídia porque expunham críticas mais estruturais ao programa, enfatizando a reprodução de condutas históricas do Estado na direção das populações faveladas. O que as matérias naquele período destacavam com frequência era a importância das UPPs para o cidadão de todas as camadas sociais no que dizia respeito à garantia do cumprimento das mais variadas rotinas com segurança, como a ida e a volta do trabalho e da escola.

Em um artigo no qual analisam, em matérias do jornal *O Globo* publicadas entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009, quais significados o termo “paz” e seus correlatos adquirem no contexto da instalação de UPPs no Santa Marta e na Cidade de Deus, Rocha e Palermo (2015) mostram que as tensões e críticas ao projeto são tratados pela mídia, nesse período, apenas como “ruídos menores dentro de um cenário de ‘paz’” (p. 39). Para eles, a condição de possibilidade para que as favelas com UPP fossem representadas pela mídia como localidades “em paz” era “o silêncio e a invisibilidade do morador de favelas dentro das representações sobre o processo de ‘pacificação’” (p. 39).

De um modo geral, concordo com o argumento apresentado pelos autores, mas considero que a construção das favelas “pacificadas” como “lugares sem conflitos, confrontos ou tensões” não dependeu exatamente da invisibilidade dos moradores nas representações sobre o processo de “pacificação” – até porque faz parte dessa representação a imagem de moradores felizes e satisfeitos com esse processo. Argumento que a for-

mação e, principalmente, a manutenção do consenso em torno das UPPs dependeram do chamado *silenciamento da crítica*. É importante ressaltar que quando falo em silenciamento da crítica incluo tanto as queixas dos moradores quanto as dos policiais (especialmente daqueles que lidam diretamente com a população e estão no nível mais baixo da hierarquia da corporação, sem qualquer papel de comando dentro da polícia) e as dos traficantes (que têm negada qualquer possibilidade de apresentar críticas à atividade policial ou ao Estado, uma vez que agem contra a lei).

Digo isso porque, durante as entrevistas realizadas com policiais, ouvi muitos se queixarem de que não podiam falar publicamente o que pensavam sobre as UPPs – por conta do militarismo e da hierarquia, que só permitiam o pronunciamento dos superiores, os quais falavam em nome da corporação – tampouco criticar o funcionamento do projeto nem mesmo dentro de seus ambientes de trabalho. Como revelou um policial do Santa Marta: “Não há espaço para críticas. Se você falar qualquer coisa, vão te perseguir. Aí começam a usar o militarismo contra você, por ele ser superior”.<sup>3</sup>

---

3 Nas entrevistas, policiais criticaram também outros aspectos do militarismo. Diversos policiais recém-formados se queixaram por serem tratados como “crianças” dentro da UPP. Para eles, havia um exagero com cobranças que eles consideravam “bobas”, como o uso obrigatório da boina, que, se não fosse feito, poderia gerar punições. Nas palavras de um policial do Santa Marta: “Eu acho que, às vezes, ficam tratando a gente como quem trata criança. Mas eu acho que é o militarismo que atrapalha. A hierarquia é muito forte. Muito forte. Porque ele, [não] é [porque ele é] cabo, ou ele é sargento, que ele sabe mais do que eu. Muitas vezes não é. Eu sou obrigado a aceitar aquilo ali porque ele é meu superior [...]. Eu acho que a polícia não tem que ser assim”. Um outro policial que trabalhava na mesma favela fez uma crítica semelhante: “Se eu vou ao banheiro, eu tenho que falar: ‘Mamãe, conta os passos’. Mais ou menos isso. Eu já fui anotado por isso. [...] Não fui punido, mas fui anotado. [...] Essas são coisas que não acontecem em todo lugar, muitos batalhões não têm isso. [...] Lá tem o militarismo, mas não como aqui. Porque aqui não tem guerra, não tem o que fazer. Porém, já tem UPP. Eu fui apoiar a Vila Cruzeiro, a Vila Cruzeiro é assim. Lá é assim. A bala voou, na gíria que a gente usa, e o cara está preocupado se o policial está usando cobertura. Isso aqui vai mudar o que no meu serviço? Nada. [...] Só vai incomodar, porque isso aqui coça a cabeça. [...] Fica preocupado com coisa boba em vez de [ficar] preocupado com o serviço. ‘Sai daí que aí é um beco perigoso, vai rodar’, e tal. Não, fica se preocupando com coisas bobas” (Trechos de entrevistas com policiais do Santa Marta).

De diferentes maneiras, meus interlocutores – e aqui incluo, novamente, tanto moradores como policiais e traficantes – indicavam que parecia haver uma grande discrepância entre a forma como eles experimentavam e vivenciavam a UPP e a maneira como o projeto era retratado pela mídia ou como era apresentado no debate público. Havia uma percepção coletiva de que o governo só divulgava as informações que interessavam para manter uma boa imagem da UPP e de que havia uma cumplicidade da chamada “grande mídia”, que não abria espaço para a apresentação das críticas ao projeto nas matérias e reportagens jornalísticas.

Mas o ponto principal para o qual quero chamar a atenção é que a lacuna entre a vida cotidiana dos que viviam no ambiente favelado e os anúncios midiáticos se intensificou progressivamente no decorrer dos dois anos do projeto. Se é verdade que o sucesso inicial das UPPs não apenas desarmou a crítica como conseguiu obter apoio e adesão de parte dos próprios moradores da favela, é igualmente verdade que, com o tempo, esses mesmos residentes passaram a ver uma série de problemas que a grande mídia e o governo pareciam querer – e insistiam em – ignorar. Daí por que houve um progressivo aumento da percepção coletiva de que o governo só divulgava as informações convenientes para manter uma boa reputação das UPPs e que a mídia era cúmplice nesse processo.

Em resumo, a chamada “grande mídia” não abria espaço para a apresentação das demandas e reclamações dos moradores, policiais e traficantes de áreas com UPPs nas matérias e reportagens jornalísticas. Nas palavras de um morador da Cidade de Deus: “Nós, que convivemos aqui, nós não vivemos de estatística, não. A gente que mora na favela sabe que a UPP, ela trouxe muitos benefícios, mas nada daquilo que sai no jornal é verdadeiro. Nós vivemos um factóide”. A mesma ideia aparece nas palavras de outros moradores do Santa Marta:

Quem é de fora e vê televisão acha que está uma maravilha, que a gente está adorando morar aqui. Uma impressão de felicidade, que os moradores estão bem. Uma falsa ideia de paz, a mídia passa isso. Mas, na verdade, só quem mora aqui sabe como é que é duro estar tendo que se manter aqui. Sabe como é difícil. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Tudo que há de problema em relação ao governo aqui no Santa Marta, tudo que envolve escândalo, não ganha destaque na mídia. [...] Fica à boca pequena. Até porque você não vê ninguém lendo jornal no meio da rua e mostrando: “Aqui ó, o que está acontecendo no Santa Marta”. Porque antigamente, quando tinha guerra, você lia o jornal e comentava no meio do caminho: “Caramba, olha a minha casa lá!”. Depois que chegou a UPP, os problemas ficam só na boca pequena, não há destaque na mídia, entendeu? E também tem aquilo: “Opa, se não saiu na televisão, também não sou eu que vou afirmar”. Não é nem que seja mentira, mas, “se a televisão não explodiu aquilo, por que que eu vou explodir? Vai pegar mal, vão dizer que sou eu que estou falando”. Tem aquela neurose, né? (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

Nesse contexto de forte desconfiança em relação a quase tudo que era dito na grande mídia e nos canais oficiais do governo sobre o projeto das UPPs e seus impactos, os rumores ganharam grande importância. Isso porque quase nenhuma informação oficial era tomada imediatamente como verdadeira sem que ocorressem especulações sobre sua veracidade e sobre quais poderiam ser as “reais intenções” do governo e da mídia ao divulgá-la. Assim, houve um constante “jogo de eco” entre as notícias formais e as “notícias improvisadas” (Shibutani, 1966). E foi a partir desse jogo que as percepções dos atores sociais foram sendo formadas, novos ajustamentos coletivos foram surgindo e novos repertórios críticos foram se constituindo.

Entendo que uma sociologia da crítica às UPPs precisa tomar como objeto de análise não só as críticas abertas ao projeto que ganharam destaque na chamada “grande mídia”, mas também aquelas que foram apresentadas em fóruns locais de discussão e em conversas cotidianas, e até mesmo as informações que circularam apenas na forma de rumores. Digo isso porque parto do pressuposto implícito de que o conjunto de situações descritas neste livro está marcado pela posição de subalternidade das favelas e pela dificuldade que os moradores enfrentam de manifestar publicamente suas demandas.

Defendo a ideia de que em situações nas quais o acesso à esfera pública é impedido ou a exposição da crítica implica uma boa dose de riscos, as pessoas tomam muito mais cuidado ao apresentar críticas em espaços

públicos; assim, muitas vezes, a elaboração intersubjetiva das experiências vividas ocorre centralmente na forma de rumores. Eles constituem uma modalidade de discurso indireto capaz de captar as sensações e os estados existenciais das pessoas, fazendo-os circular de modo relativamente efetivo e seguro. Por isso, os rumores ganharam especial destaque em minha análise e, junto com as notícias publicadas pela mídia e as observações feitas em campo, serviram de subsídio para a formulação do mapeamento das críticas às UPPs disponível na figura 18.<sup>4</sup>

Retomando o argumento anterior, levanto a hipótese de que o consenso em torno das UPPs não foi abalado em seus primeiros anos de existência porque o governo incorporou parte dessas primeiras críticas feitas ao projeto. A crítica inicial sobre a falta de diálogo entre a polícia e a população, por exemplo, foi em parte desarmada a partir do momento em que os comandantes da UPP passaram a organizar reuniões comunitárias para debater questões diversas com os moradores.

O problema relacionado às “duras” excessivas e aos casos de arbitrariedade e violência policial foi minimizado nas primeiras favelas “pacificadas” passada a fase inicial de adaptação da UPP. Isso porque, como visto no capítulo 6, com a rotina da atividade policial na favela, as abordagens policiais passaram a ter foco mais seletivo e a ocorrer com menos frequência. Consequentemente, houve uma momentânea “acomodação” dos conflitos entre policiais, moradores e traficantes. Essa “aco-

---

4 As fontes que usei para acompanhar as mudanças nas críticas ao projeto ao longo dos últimos anos foram: a) as observações feitas em campo; b) as entrevistas realizadas com moradores, policiais e traficantes; c) o cruzamento de outros dois mapeamentos que eu já havia organizado anteriormente – o de notícias que saíram na grande mídia sobre as UPPs e o de rumores que circulavam pelas primeiras favelas “pacificadas” desde a inauguração do projeto em 2008. O cruzamento das observações, entrevistas e desses dois mapeamentos me permitiu ter acesso a um vasto elenco de críticas com níveis de publicização muito variados. Pude ter acesso não só às críticas que apareciam na grande mídia, mas também às que circulavam em mídias locais (como na Rádio Comunitária Santa Marta) e ainda a outras apresentadas em reuniões comunitárias mais formais e até mesmo em simples bate-papos que aconteciam pelos bares, ruas e vielas das duas favelas “pacificadas” onde fiz trabalho de campo. Acompanhar os rumores também foi de grande valia, pois me permitiu analisar como algumas “notícias improvisadas” (Shibutani, 1966) serviram de trampolim para a elaboração de críticas públicas, enquanto outras permaneceram apenas circulando localmente ou desapareceram em pouco tempo.

modação”, como observou uma liderança comunitária do Santa Marta, foi “lida” por muitas pessoas como indicativo do “sucesso” do policiamento implementado pela UPP, já que a polícia “tinha aprendido a lidar melhor com a população”, tornando os conflitos entre moradores e policiais menos frequentes e intensos. Assim, as lideranças não podiam mais dizer simplesmente que a polícia era violenta, como aponta Itamar Silva:

Essa coisa da polícia ser flexível, ela atinge essa coisa do confronto. Então, em realidade, eu não posso dizer para você que ela é violenta. Ela, em alguns momentos, é. Quando ela negocia os interesses públicos, ela perdeu de um lado, mas vai cedendo de outro, vai fazendo um jogo. Isso vai tirando a potência de uma resistência, de um debate mais direto. (Trecho de conversa com Itamar Silva, importante liderança do Santa Marta)



Figura 18 – Mapeamento das críticas às UPPs de 2008 a 2014.

Fonte: Elaboração da autora.

Assim, após a rotinização das UPPs, muitas críticas elaboradas contra o projeto pareciam não encontrar ressonância nem mesmo entre os moradores das favelas “pacificadas”. Reclamações relacionadas à instalação de câmeras e à proibição do baile *funk* perderam força, como ressalta a fala de Zé Mário:

Quando lançaram as câmeras, nós fizemos um grande movimento, algumas lideranças e a comunidade mesmo não apareceram. [...] O nosso movimento contra a proibição do baile *funk* não deu certo. Os moradores não foram, não participaram. Nós botamos anúncio na rádio, colocamos cartazes, fizemos convocação. Cadê o povo? Por que o povo não foi se todo mundo fala-

va que queria o *funk*? Então, dali para lá, a nossa cabeça também começa a ficar mudando. Será que nós estamos no caminho certo? Será que é isso mesmo que o povo quer? Então tem que deixar o povo se dirigir, se guiar por si só, né? E talvez por isso que hoje a major consegue arregimentar mais pessoas do que eu para um evento. Enquanto eu estava pensando que, na cabeça do povo, eles queriam *funk*, e não câmeras, e na verdade o que demonstrou foi o contrário, né? Na nossa intervenção das câmeras, eu acho que eu não vi vinte moradores. Na intervenção no *funk*, eu não vi quinze pessoas. A intervenção das câmeras foi primeiro, depois a do *funk*. E dos quinze que tinham lá, eu acredito que oito não eram *funkeiros*. Eram só lideranças que estavam lá para apoiar. Então, eu não entendo, até hoje não entendi. (Trecho de entrevista com Zé Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta)

Como perceberam que uma grande parte da população não parecia estar tão incomodada com as câmeras, nem com a proibição dos bailes na favela, nem mesmo com a atuação da UPP na localidade – já que os policiais não agiam mais de modo tão violento e indiscriminado quanto no início da ocupação –, as lideranças resolveram mudar o discurso que vinham fazendo. Mesmo aqueles que tinham apresentado, com mais ênfase, críticas à atuação da polícia na favela resolveram “mudar de foco”, por entenderem que não adiantava, como um deles me disse, ficar “dando murro em ponta de faca”. Eles resolveram, então, deixar de falar sobre a UPP publicamente e de apresentar críticas ao policiamento realizado em áreas “pacificadas”.

Segundo meu entendimento, o silenciamento da crítica às UPPs atingiu seu ápice em 2010, quando o consenso formado em torno do sucesso do projeto parecia estar mais forte que nunca. Colaboraram ainda mais para o fortalecimento desse consenso as ocupações de novos territórios favelados nesse mesmo ano. A cena dos bandidos da Vila Cruzeiro, favela da Zona Norte do Rio, fugindo para o Alemão circulou o mundo todo e marcou presença em todos os principais telejornais brasileiros. Tratou-se de um ponto de bifurcação do processo “pacificador”. Exatamente no mesmo lugar em que, em 2002, o tráfico torturara e assassinara o jornalista da Rede Globo Tim Lopes, a polícia ali triunfava. Parecia ser a vitó-



ria da paz sobre a guerra, a vitória das forças do Estado sobre o arbítrio de narcotraficantes. Nas palavras de Beltrame (2014, p. 145): “A vitória do Alemão foi retumbante”, provando-se “que o Estado era quem mandava no território”. Para o então secretário de Segurança, essas ocupações se tornaram “um divisor de águas na história da segurança pública do estado”, uma vez que sua consequência foi a consolidação do projeto das UPPs:

A ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, com a posterior implantação das UPPs nessas favelas, consolidou a política de pacificação. A credibilidade do projeto ficou estabelecida de tal forma que foi possível avançar rapidamente no planejamento e na execução. Desenvolvemos um *know-how* cada vez mais eficiente. Fomos agraciados com recursos, estrutura e musculatura para disseminar as unidades. (Beltrame, 2014, p. 148)

Logo em seguida, diversas outras ocupações ocorreram, como a do Morro do São Carlos, no bairro do Estácio, e a das favelas de Santa Teresa – localidades da região central da cidade. Outra ocupação considerada importante foi a da Mangueira, na Zona Norte. Mas a ação que mais mobilizou a polícia e mais ganhou espaço na mídia, depois da ocupação do Alemão, foi a entrada na Rocinha, na Zona Sul.<sup>5</sup> Buscando dar uma resposta a uma das críticas feitas após a ocupação do Alemão e não repetir erros cometidos em ações anteriores, Beltrame (2014) conta que proibiu policiais de carregarem mochilas durante a ocupação da Rocinha. Segundo o secretário, “a ordem tinha o objetivo de evitar que se praticasse o espólio de guerra. A falta de um acessório para esconder o material

---

5 Ao contrário do que havia acontecido na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão, segundo Beltrame (2014), no caso da Rocinha, houve tempo para arquitetar a ocupação. Por isso, a tática daquela vez foi diferente. O governo decidiu, de início, “sufocar” outras favelas dominadas pela Amigos dos Amigos (ADA) e depois a Rocinha. Ordenou-se que fossem revistados todos os veículos que saíssem ou entrassem na favela; assim, Nem, “o bandido mais procurado do Rio, chefe da ADA e o todo-poderoso da Rocinha”, acabou sendo capturado (p. 155). Em 13 de novembro de 2011, a Rocinha, o Vidigal e a Chácara do Céu foram ocupados. Beltrame considera que “o resultado foi fantástico”, pois “em menos de duas horas, a Rocinha estava totalmente ocupada sem que um tiro sequer fosse disparado, e os moradores do Vidigal circulavam pela comunidade com tranquilidade” (p. 155).

dificultava a reincidência desse desvio de conduta” (p. 161).<sup>6</sup> De acordo com o secretário, a estratégia parece ter dado certo, pois, três dias após a ação, ele foi visitar a Rocinha e o Vidigal e teve uma recepção tocante dos moradores, que o paravam a todo momento para enaltecer a “pacificação”: “Já não havia, como nas primeiras experiências, o medo de falar abertamente da alegria de ver a favela livre. Não se verificava mais o receio de represálias caso os traficantes voltassem” (p. 161).

Compartilho da ideia de que essas ocupações podem ser consideradas o ápice da consolidação das UPPs, como sugere Beltrame (2014). Mas, paradoxalmente, o apogeu do projeto foi, como pode ser visto na parábola acima (figura 19), o início da fase decrescente do consenso estabelecido em torno das UPPs. A partir da ocupação de favelas maiores e mais complexas (como o Complexo do Alemão e a Rocinha), alguns dos antigos problemas que, nas primeiras favelas “pacificadas”, tinham sido reduzidos, tais como tiroteios e mortes violentas, foram pouco a pouco voltando à cena.

---

6 Na época da ocupação do Alemão, circularam relatos de que grandes quantias de dinheiro, armas e barras de ouro se encontravam enterrados nas favelas do complexo e que os policiais empreenderam uma verdadeira “caça ao tesouro” na região. Como relatou um morador da Cidade de Deus: “No Complexo do Alemão teve policiais que levaram arma, levaram ouro, levaram televisão, levaram aparelho de celular dos outros. Então tinha muito essa ideia, estava uma mina de ouro aqui, tipo Serra Pelada. ‘Vamos pegar, o que pegar a gente levava.’ Eu conheço muitas pessoas que perderam muita coisa lá”. Denúncias revelaram também que, além de terem suas casas invadidas e seus bens roubados, algumas pessoas ainda foram torturadas para revelar o esconderijo dos tesouros do tráfico que os policiais procuravam nas favelas do complexo.

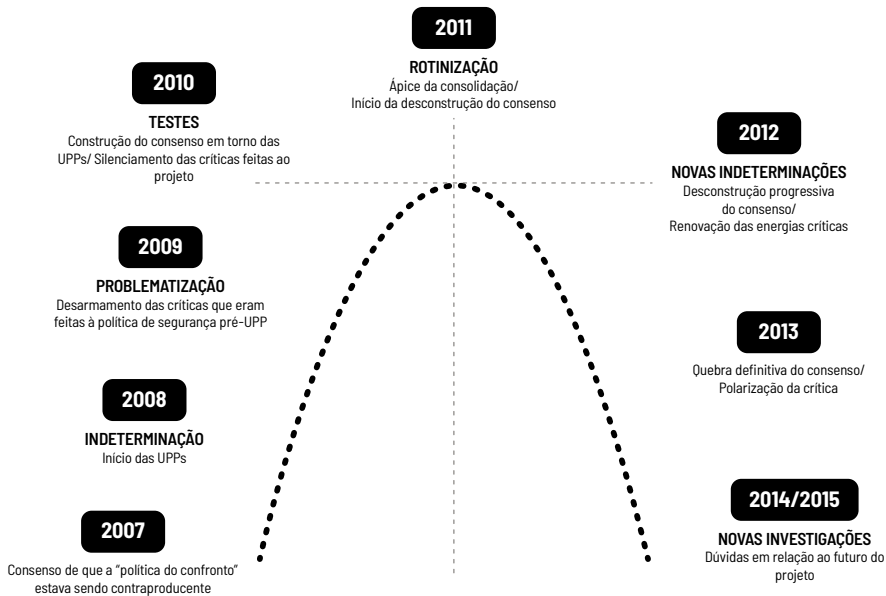


Figura 19 – Parábola temporal com as fases de crítica ao projeto das UPPs.

Fonte: Elaboração da autora.

## O rearmamento da crítica e do tráfico

A partir de 2011, começou a haver o que chamo de *rearmamento da crítica* às UPPs. Minha hipótese é de que essa renovação das energias críticas se deu por, pelo menos, cinco caminhos que tiveram como foco: a) a polícia, o governo de um modo geral e, em especial, a demora na chegada das ações sociais nas favelas com UPP; b) o surgimento de novas inseguranças em “tempo de paz”, como o medo da gentrificação e do aumento de crimes não letais em áreas “pacificadas”; c) o afrouxamento do policiamento nas favelas com maior tempo de “pacificação”, onde se começou a observar o aumento da corrupção e o fortalecimento do tráfico; d) a expansão acelerada do projeto para favelas maiores e mais complexas onde a polícia encontrou muito mais resistência e dificuldade; e) o caso Amarildo e as manifestações de junho de 2013.

O primeiro caminho do rearmamento da crítica foi a mudança do foco das reclamações em áreas “pacificadas” que começou a ocorrer no

fim de 2010 e e se manteve pelo ano de 2011, como demonstrado no capítulo 7. Nas primeiras favelas “pacificadas”, a polícia saiu do centro do debate e o foco da crítica passou a ser o modo como o Estado estava articulando a “chegada do social” nesses territórios. Ou, para ser mais precisa, o alvo central das reclamações passou a ser a demora dos investimentos prometidos.

Não só os moradores reclamavam desses problemas, mas também os próprios policiais da UPP. Eles apontavam que a demora na chegada dos investimentos sociais prejudicava seu trabalho no morro, já que “tudo acabava caindo no colo da polícia” e era “colocado na conta da UPP”. O governo tentou dar uma resposta a essa crítica ao criar, em 2010, a UPP Social. No entanto, em maio de 2011, Beltrame declarou publicamente que não gostava do nome dado ao projeto. Em uma entrevista ao jornal *O Globo*, o secretário afirmou: “A UPP não é social, ela proporciona o social, permite que o social aconteça. Além disso, se a UPP Social começar a não acontecer, pode me levar junto. E eu não quero isso” (Beltrame..., 2011). A previsão de Beltrame parece ter sido uma profecia. Os projetos Territórios da Paz e UPP Social – que mudou de nome novamente em 2014, passando a se chamar Rio Mais Social – receberam muitas críticas posteriormente – como mostrado no capítulo 7 –, e seu fracasso foi mais um fator que contribuiu para abalar o consenso em torno do sucesso das UPPs.

Além de criticarem o déficit nos investimentos sociais, entre 2010 e 2011, moradores de favelas “pacificadas” passaram a tematizar em suas conversas cotidianas o surgimento de novas inseguranças em “tempos de paz”. Uma delas foi gerada pelo aumento do custo de vida e da especulação imobiliária, que fez os moradores temerem não ter condições de permanecer em favelas “pacificadas”. Outra insegurança estava relacionada ao aumento dos crimes não letais após a chegada da UPP. Conforme explicado no capítulo 8, a multiplicação de casos de furto e de estupro em áreas “pacificadas” serviu como um trampolim para a elaboração de críticas ao policiamento feito pelas UPPs.

As mudanças no policiamento das primeiras favelas “pacificadas” que começaram a ser notadas entre o fim de 2010 e o início de 2011 estavam ligadas também à própria rotinização do aparato policial nos territórios favelados. Como apresentado anteriormente, com a adaptação do tráfico ao novo contexto e com o mútuo mapeamento entre bandi-

dos e policiais, houve um afrouxamento do trabalho ostensivo da polícia. A partir desse fenômeno, houve também um aumento das críticas direcionadas aos policiais da UPP, que não estariam mostrando empenho em prevenir e coibir a ocorrência de crimes nem disposição de “correr atrás para abordar e capturar” quem estivesse “envolvido” com o comércio de drogas. Esse suposto “desinteresse” era acompanhado por especulações de que, por um lado, estaria havendo uma progressiva retomada de antigas práticas, como “subornos” e “arregos”, e, por outro, de que a “volta da corrupção” estaria colaborando para o (re)fortalecimento do tráfico.

Até o início de 2011, os comentários sobre a corrupção policial e o rearmamento dos traficantes – que estariam voltando a andar de pistola em algumas favelas “pacificadas”, a ter pontos fixos de venda de drogas e a cometer atos violentos dentro da favela, como matar e dar surra em moradores – circulavam apenas no boca a boca e não ganhavam destaque na grande mídia. Em meados de 2011, contudo, começaram a proliferar matérias sobre tiroteios e mortes violentas tanto de moradores como de traficantes e policiais em favelas onde a “pacificação” já estava consolidada e, principalmente, em áreas recém-“pacificadas”.

Entre 2012 e 2013, houve um aumento no número de UPPs implementadas na cidade do Rio de Janeiro. Só no ano de 2012 foram inauguradas dez novas unidades – como pode ser verificado no quadro 3. Vale notar que essa expansão do projeto ocorre sobretudo em favelas maiores, de difícil controle e muito mais hostis à presença permanente da polícia.

*Quadro 3 – UPPs inauguradas na cidade do Rio de Janeiro entre 2008 e 2014*

Ano	Nº de UPPs inauguradas	UPPs inauguradas
2008	1	Santa Marta
2009	4	Cidade de Deus; Batan; Babilônia e Chapéu Mangueira; Cantagalo e Pavão-Pavãozinho
2010	7	Tabajaras e Cabritos; Providência; Borel; Formiga; Andaraí; Salgueiro; Turano
2011	6	São João, Matriz e Quietos; Coroa, Fallet e Fogueteiro; Escondidinho e Prazeres; São Carlos; Mangueira; Macacos
2012	10	Vidigal; Nova Brasília; Fazendinha; Adeus e Baiana; Alemão; Chatuba; Fé e Sereno; Parque Proletário; Vila Cruzeiro; Rocinha

(continua...)

(continuação)

2013	8	Jacarezinho; Manguinhos; Barreira do Vasco e Tuiuti; Caju; Cerro-Corá; Arará e Mandela; Lins; Camarista Méier
2014	2	Mangueirinha; Vila Kennedy

Fonte: Elaboração da autora.

Em abril de 2012, a UPP chegou ao Complexo do Alemão; em junho, ao Complexo da Penha; em setembro, por fim, chegou à Rocinha. De maneira distinta das outras favelas “pacificadas” até então, o tráfico de drogas dessas localidades apresentava uma forte resiliência ao projeto “pacificador”; mesmo depois da ocupação policial, manteve-se a lógica do enfrentamento armado.<sup>7</sup> Isso mostra que todo o processo analisado ao longo deste livro, e que ocorreu nas duas primeiras favelas “pacificadas”, não foi reproduzido exatamente da mesma forma em outras localidades.

Ouvi moradores e policiais criticarem essa expansão acelerada do projeto, sob o argumento de que o governo estaria dando “um passo maior que as pernas” ao apressar a inauguração de novas UPPs e perseguir o propósito de chegar até quarenta unidades em 2014 com o fim de preparar a cidade para a Copa do Mundo. Desse modo, segundo meus interlocutores, o processo de “pacificação” estaria perdendo em termos de qualidade. Durante uma entrevista, um policial da UPP do Parque Proletário assim definiu a situação:

Agora está meio que uma fábrica. Você viu hoje, não é? Em três minutos inaugura uma UPP. Toda hora, toda hora. Em locais que... O Complexo do Alemão era o QG do tráfico, não é de uma hora para a outra que você vai botar a polícia lá e todo mundo vai aceitar. É só você parar para pensar. [...] E da forma que é feita: avisa que vai entrar, avisa quando vai ser, não prende ninguém. Todo mundo está lá ainda. É complicado. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Parque Proletário)

7 Gostaria ainda de salientar que em muitos lugares, como na Vila Cruzeiro e na Rocinha – sobretudo depois do caso Amarildo –, vários moradores alegaram que a UPP, ao invés de “trazer a paz, trouxe a guerra”. Isso porque, nessas localidades, a presença em um mesmo território de dois “deuses” (como um morador do Santa Marta se referiu ao tráfico e à polícia) apenas produziu mais tensão e aumentou ainda mais a frequência com que tiroteios ocorriam – aumento esse observado inclusive em comparação à frequência dos tiroteios antes da “pacificação”.

Beltrame (2014) respondeu a essa crítica afirmando que, se dirigisse uma empresa privada, poderia ter a cautela de não ocupar todos os mercados. Segundo o secretário, “por uma questão de qualidade, de competências, de carências de recursos humanos, ou mesmo por causa de uma maior complexidade, a melhor opção pode ser a de não crescer” (p. 180). Contudo, no setor público essa escolha não existe, pois, “se a ideia aplicada fez sucesso em um lugar, imediatamente o gestor público trabalhará por mais atendimento, mais áreas de cobertura, mais daquilo que deu certo” (p. 181). E foi isso que ocorreu com as UPPs:

O Santa Marta nos mostrou que o projeto tinha tudo para funcionar; os indícios de criminalidade na vizinhança despencaram e, por conta disso, muita expectativa foi gerada. O resultado ali foi tão promissor que passou a ideia equivocada de que toda UPP seria padrão Dona Marta por onde aportasse. Mas a prática mostrou mais uma vez que segurança pública e criminalidade têm matrizes muito próprias. Área por área. Nem sequer há casos semelhantes no mundo quando falamos de policiamento ostensivo em comunidades enormes, com mais de 100 mil habitantes, do tamanho da Rocinha e do Complexo do Alemão. (Beltrame, 2014, p. 181)

Além da expansão acelerada do projeto, outro fator que ajudou a abalar o consenso em torno do sucesso das UPPs foi o aumento do número de homicídios em favelas “pacificadas”. Em 15 de junho de 2011, ganhou destaque nos jornais e noticiários televisivos o primeiro registro de auto de resistência decorrente da ação de policiais de UPP. O caso envolveu policiais da UPP do Pavão-Pavãozinho e foi divulgado no jornal televisivo *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo:

No Rio de Janeiro, um rapaz foi morto com um tiro nas costas por um policial militar em uma favela da Zona Sul do Rio. É o primeiro caso desse tipo em uma UPP. André Lima Cardoso, de 19 anos, morreu baleado por soldados de uma UPP na madrugada de domingo [...]. Há versões diferentes sobre o que motivou a morte do jovem e como tudo aconteceu. A mãe diz que André não usava drogas, não tinha armas e estava empregado. [...] A polícia diz que o jovem foi encontrado em atitude suspeita com outros dois homens. De acordo com o registro feito pelos policiais, André teria feito um disparo contra os soldados. [...] O crime foi registrado pelos soldados da Unidade de Polícia Pacificadora como homicídio por auto de resistência. (Rapaz..., 2011)

Dez dias depois, outro caso de violência em uma favela com UPP ganhou repercussão na mídia carioca. Policiais faziam uma ronda na Coroa, favela “pacificada” localizada na área central da cidade do Rio de Janeiro, quando foram atingidos por uma granada arremessada por traficantes. Todos os policiais que participavam da ronda ficaram feridos e um deles teve as pernas amputadas depois do ataque. Para Vital da Cunha (2015), esse caso deve ser pensado como “um ponto de inflexão na cobertura midiática sobre as UPPs”. A autora ressalta que a noticiabilidade desse episódio residia no fato de a granada ter atingido o policial e o mutilado, o que remetia a uma estética de guerra. Nesse sentido, “o ataque ao Estado poderia vir a revelar a sua fragilidade, o que parecia insuportável à sociedade carioca que vinha embalada pela retórica salvacionista que se fez em torno das UPPs” (p. 55).

Assim como esse caso, diversos outros surgiram nos meses posteriores, colocando em dúvida a possibilidade de sustentação e a eficácia das UPPs. Aliado a isso, constatou-se o aumento das denúncias de corrupção. Em setembro de 2011, por exemplo, policiais da UPP do Fallet foram presos depois de denúncia sobre um esquema de corrupção no morro. Na época, Beltrame veio a público declarar que os policiais deveriam ser punidos, mas que o caso não colocava o projeto das UPPs em xeque.<sup>8</sup>

As dúvidas em relação à sustentabilidade do projeto ganharam ainda mais força em 2012, com a inauguração das UPPs do Complexo do Alemão, da Vila Cruzeiro e da Rocinha. Nessas localidades, os conflitos armados passaram a ser constantemente noticiados. Em julho de 2012, gerou grande repercussão a notícia da primeira morte de uma policial em serviço em uma favela “pacificada”.<sup>9</sup>

---

8 “O secretário de Segurança do Estado do Rio, José Mariano Beltrame, afirmou nesta segunda-feira (12) que não há crise nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) [...]. Segundo ele, os policiais militares envolvidos no esquema de propina serão excluídos por essa falta. [...] ‘Não é uma crise (nas UPPs), isso não existe. São 40 anos ou mais de ilhas de violência e estamos entrando e permanecendo nesses lugares. Nunca vendi a ilusão, e nunca venderei, de que não enfrentaríamos problemas, mas é imprescindível que se continue. Não podemos perder força’” (Gomide, 2011).

9 “A soldado Fabiana Aparecida de Souza morreu após levar um tiro de fuzil 762, em um ataque à Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da comunidade de Nova Brasília, no conjunto de favelas do Alemão, na Zona Norte do Rio, na noite desta segunda-feira (23). Essa UPP foi inaugurada no último dia 9, marcando a saída definitiva do



Nos meses seguintes, ocorreram novos confrontos e novas mortes de policiais. Em dezembro, já se somavam cinco mortes de policiais no ano de 2012 e se proliferavam denúncias de corrupção em morros “pacificados”, como o da Coroa e o da Providência. Nesse momento começaram então a surgir na mídia referências a uma suposta crise nas UPPs. Inicialmente, o governo do estado tentou negar a hipótese. O coronel Paulo Henrique de Moraes, ao assumir o comando das UPPs em dezembro de 2012, declarou ao jornal *Folha de S.Paulo* que era “um pouco forte dizer” que estivéssemos “em um momento de crise”.

A partir do fim de 2012, quatro anos depois da inauguração do projeto das UPPs, as energias críticas foram renovadas, conseguindo, assim, articular novas demandas. Estas passaram a atingir diretamente o projeto e, tal como Boltanski e Chiapello (2009) apontam como um dos efeitos possíveis da crítica, obrigaram os seus porta-vozes – no caso, os representantes do governo – a se justificarem publicamente em termos do bem comum. O consenso em torno das UPPs começou a ser desfeito com o surgimento de cada crítica que retomava o antigo repertório, como a incapacidade da polícia de desarmar o tráfico, o retorno progressivo de arbitrariedades policiais, o aumento dos autos de resistência, a restrição da liberdade de ir e vir e a volta dos tiroteios, das mortes e dos casos de corrupção em áreas “pacificadas”. Conforme avançava o fracasso do aparato “pacificador”, maior era a renovação e a intensidade das energias críticas.

Contudo, é possível dizer que o definitivo rearmamento da crítica ocorreu com o caso do desaparecimento de Amarildo e toda a repercussão que ele gerou por ter se dado em um momento em que grandes manifestações aconteciam em quase todas as capitais brasileiras. O mês de junho de 2013 foi marcado por manifestações e mobilizações sociais em todo o Brasil. Convocadas originalmente pelo Movimento Passe Livre de São Paulo, os atos contra o aumento das tarifas de transporte público ganharam corpo e adesões em massa, e em pouco tempo se multiplicaram por todo o país manifestações com múltiplas pautas. O curso dos eventos

---

Exército no Complexo do Alemão. Essa foi a primeira policial morta em serviço em uma comunidade pacificada. A bala que matou a PM teria atravessado o colete que ela usava” (Morte..., 2012).

se mostrou como um ponto de inflexão na história das mobilizações sociais brasileiras (Gohn, 2014).

Nesse mesmo mês, as manifestações foram tão intensas que chegaram a mobilizar um milhão de pessoas em um só dia (20 de junho). No mês seguinte, novas manifestações ocorreram. Inicialmente, nos protestos realizados em junho e no início de julho no Rio de Janeiro, críticas ao projeto das UPPs apareciam de modo discreto como bandeira levantada por uma parcela dos manifestantes.

Alguns moradores de áreas “pacificadas”, impulsionados pela energia crítica presente na atmosfera da cidade naquele momento, passaram a organizar manifestações nos bairros onde viviam. Em 8 de julho, os moradores do Santa Marta, por exemplo, organizaram um protesto pelas ruas de Botafogo para expressar sua insatisfação em relação à distorção que havia entre a imagem “vendida” da favela e a experiência cotidiana no morro. Na manifestação, os moradores reivindicavam uma “favela-modelo de verdade, e não maquiagem”. Segue abaixo a convocação para a reunião:

**“QUEREMOS FAVELA MODELO DE VERDADE E NÃO MAQUIAGEM!”**

Tá cansado de pagar conta de luz muito alta?

Cansado de ter que subir a pé por causa das más condições do bonde??

Cansado de pagar esgoto quando ainda temos valas abertas?

Vivendo a insegurança de ser removido??

Então vem pra rua!

O Santa Marta vai descer e reivindicar pra ser  
uma FAVELA MODELO de verdade!

Venha expressar sua insatisfação e lutar por seus direitos.

Esse é um ato organizado por nós moradores.

2a feira - dia 08 de julho às 16hs na Pracinha.

Vamos nos concentrar e depois sair.

Leve seu cartaz e junte-se a nós nessa luta!!

*Figura 20 – Convocação para protesto no Santa Marta.*

Fonte: Elaboração dos moradores do Santa Marta.

Ainda no mês julho, as críticas às UPPs deixaram de ser apenas uma bandeira a mais levantada por poucos manifestantes e ganharam uma estrondosa visibilidade a partir do desaparecimento de Amarildo de Souza.

Por ter ocorrido em um momento de grandes manifestações e em que a atuação da polícia vinha sendo bastante criticada pelos excessos cometidos durante os protestos, o caso Amarildo acabou gerando uma comoção nacional. O questionamento “Cadê o Amarildo?” virou uma das principais bandeiras das manifestações a partir de julho. Devido à pressão exercida pela população nas ruas, nas redes sociais e por personalidades públicas, o secretário de Segurança e o governador do estado tiveram que ir pessoalmente a público, por mais de uma vez, para dar respostas sobre o ocorrido.<sup>10</sup>

Nessas respostas, o governador Sérgio Cabral sempre alegava que aquele era um caso isolado, afirmando, por exemplo, que o caso Amarildo não era “a marca da UPP”. No entanto, conforme as investigações foram avançando, tornou-se evidente que aquele não tinha sido um ponto fora da curva, mas uma prática muito mais comum que se imaginava e de que se falava publicamente.

### **O fim do consenso e a polarização da crítica às UPPs**

O caso Amarildo acabou abrindo espaço para um amplo questionamento sobre as UPPs. Segundo a sociologia da crítica às UPPs que propomos, ele foi o marco, até mesmo um “ponto de bifurcação” (ver Abbott, 2001; Chateauraynaud, 2011), que produziu a quebra definitiva do consenso em torno do sucesso do projeto “pacificador”. A partir de então, as críticas endereçadas às UPPs se polarizaram em dois extremos. Estabeleceu-se uma disputa entre aqueles que defendiam a garantia de continuidade do projeto, porém com reformas que visassem à obtenção e à manutenção

---

10 Em 6 de setembro de 2013, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) anunciou a troca de comando de 25 das 34 UPPs. A justificativa oficial foi “a necessidade de ‘oxigenação’ do programa UPP”. Mas, obviamente, essa foi uma tentativa de dar uma resposta às críticas que as UPPs estavam enfrentando, especialmente após a comprovação de que o comandante da UPP da Rocinha estava envolvido na morte de Amarildo. Logo depois, em outubro de 2013, foi apresentada uma denúncia à Justiça pelo Ministério Público que indicava que a tortura praticada contra Amarildo de Souza fazia parte da rotina dos policiais militares da UPP da Rocinha.

dos resultados conquistados pela própria UPP em seu início, e aqueles que advogavam pelo fim do projeto. Isso equivalia à polarização entre o que Boltanski e Chiapello (2009) chamaram de uma *crítica reformista* (que busca aperfeiçoar os elementos internos ao dispositivo criticado) e uma *crítica radical* (segundo a qual o próprio dispositivo como um todo deve ser colocado em xeque).

Os próprios representantes do governo e os apoiadores mais entusiasmados das UPPs assumiram uma postura reformista. A partir de julho de 2013, eles reconheceram publicamente que, embora tivesse muitas qualidades, o projeto deveria sofrer ajustes. Por exemplo, o próprio Beltrame, no fim de 2013, afirmou em entrevista: “Vamos ter que fazer alguns ajustes nessa caminhada, mas temos resultados muito mais positivos que resultados negativos” (Batista, 2013). Ainda assim, mantinham o raciocínio segundo o qual quem criticava o trabalho policial estava colaborando diretamente para o (re)fortalecimento dos traficantes cariocas, associando, portanto, o rearmamento da crítica às UPPs ao rearmamento do tráfico. Nessa direção, Beltrame afirmou, por exemplo, que “uma polícia que é questionada é a senha de que o tráfico precisa para se recolocar”, e indicou que “parte dos conflitos a que assistimos hoje nas comunidades maiores tem a ver com o vácuo de autoridade que essas crises provocam” (Beltrame, 2014, p. 176).

Durante o trabalho de campo, ouvi policiais afirmando temer que todo esse processo de questionamento das UPPs causasse impactos até mesmo em favelas menores, onde a “pacificação” estaria mais “estabilizada”. O capitão Márcio Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta, por exemplo, declarou:

O caso do Amarildo, particularmente, para mim, me dá uma certa desconfiança [...]. De repente, um evento que acontece aqui, aí ocorre uma briga, ocorre uma prisão de um policial por uma pessoa que o desacatou e aí aquela pessoa vai, filma, bota no Youtube e aquilo vai ganhar uma proporção, porque já está ocorrendo uma tendência das pessoas desacreditarem ou acharem que são arbitrários os policiais, que o negócio não funciona, então... O receio passa a ser muito mais meu, uma preocupação muito maior para que o projeto não fique desacreditado. (Trecho de entrevista realizada em 31 de julho de 2013 com o capitão Rocha, então comandante da UPP do Santa Marta)

Ouvi alguns moradores de favelas “pacificadas” sugerirem, inclusive, que o enfraquecimento da imagem da UPP também geraria uma grande insegurança entre eles. Vários de meus interlocutores voltaram então a especular, agora mais incisivamente, a respeito da “vida longa” do projeto. O medo de a UPP acabar também atingiu artistas, empresários, desportistas, profissionais liberais e entidades sociais, que saíram em defesa do projeto no segundo semestre de 2013. Nesse contexto, um grupo de cariocas resolveu criar uma “rede de proteção” às UPPs, como indicou uma matéria do jornal *O Globo* de 24 de agosto de 2013. Para tanto, lançaram o movimento “Deixem o Rio em paz”, que surgiu como uma reação aos “ataques de traficantes” à sede do AfroReggae no Complexo do Alemão no fim do mês de julho.

Mas, para além da postura reformista, também ganhou força, na esteira das manifestações de 2013, um movimento de crítica radical. O slogan “UPP, 5 anos, basta”, por exemplo, foi criado por moradores de favelas que defendiam o fim das UPPs. Um dos argumentos utilizados contra o projeto era que ele não seria universal e geraria apenas uma migração da criminalidade e da violência para áreas da cidade com menos visibilidade. Além disso, para muitos se tratava apenas de uma nova forma de militarização dos territórios das populações oprimidas (Fleury, 2012), cujo objetivo final era somente a criação das condições necessárias ao avanço do mercado e do neoliberalismo (Freeman, 2012).

Moradores de favelas, militantes e intelectuais que apoiavam o fim das UPPs argumentavam que o projeto não podia ser considerado um avanço na política de segurança pública do Rio de Janeiro. Eles defendiam que as UPPs não tinham sido desenvolvidas para garantir a segurança dos moradores de favelas, mas sim para “proteger o asfalto e os turistas para a chegada dos Jogos [Olímpicos e a Copa do Mundo]”. Em outras palavras, sustentavam que se tratava de uma política “feita de cima para baixo para o preparo da cidade”, de “mais uma forma brutal e esclarecida de racismo do Estado que trata a favela como criminosa e violenta”, como afirmou a jornalista e moradora da favela da Maré Gizele Martins na matéria “Um basta no racismo e nos 5 anos de UPP”, divulgada no jornal comunitário *O Cidadão* em 2 de dezembro de 2013 (Martins, 2013).

Em 2014, o movimento a favor do fim das UPPs ganhou ainda mais força com as novas mortes de moradores de favelas “pacificadas” provoca-

das por policiais de UPPs, como a de Douglas Rafael da Silva Pereira, o DG, dançarino do programa da Rede Globo *Esquentando*, no Pavão-Pavãozinho.<sup>11</sup>

Essa divisão entre uma postura reformista e outra mais radical decorrente do fim do consenso em torno das UPPs marcou também a campanha eleitoral de 2014. Como nenhum dos candidatos a governador (nem mesmo Pezão, que era o governador naquele momento) defendeu o fim das UPPs, boa parte daqueles que aderiram à crítica radical optou pelo voto nulo. Não por acaso, ganhou destaque nas redes sociais durante as eleições a campanha “Não vote, lute!”, que estimulava o voto nulo ou branco, alegando que nenhum dos candidatos contemplava a pauta contra a “pacificação”. Por outro lado, muitos daqueles que tinham adotado uma crítica reformista (e que sustentavam a modificação e o aprimoramento do projeto) acabaram ainda assim votando em Pezão – que, mesmo com os problemas enfrentados pelas UPPs, conseguiu vencer nas zonas eleitorais de favelas ocupadas pela polícia “pacificadora”.<sup>12</sup>

Mesmo após a vitória de Pezão, o projeto jamais retomou a estabilidade de outrora e, mais que isso, as indeterminações em relação ao futuro das UPPs apenas aumentaram. Moradores de áreas “pacificadas” continuam indicando que o projeto “parece estar afundando”. Se outrora ele se apresentava como uma “luz no fim do túnel” para o problema da violência urbana, agora parece que o milagre tem cada vez menos “crentes”. Os índices criminais voltaram a crescer no estado do Rio de Janeiro e, embora Beltrame (2014, p. 181) afirme ser ainda “cedo demais para maiores julgamentos”, considerando que “não são apenas os números que avaliam o resultado”, poucos apostam que a polícia conseguirá supe-

---

11 O corpo de DG foi encontrado “no fundo de uma creche do Pavão-Pavãozinho no dia 23 de abril de 2014, um dia depois de um intenso tiroteio entre policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e supostos traficantes. Na conclusão do inquérito, que levou quase um ano para ser finalizado, o delegado Gilberto Ribeiro pediu ao Ministério Público a prisão preventiva por homicídio qualificado (sem direito a defesa) do soldado Walter Saldanha Corrêa Júnior – autor do disparo único que matou DG. Outros seis PMs foram indiciados ainda por falso testemunho e prevaricação. Dois outros homens da UPP foram absolvidos na investigação. O tiro que atingiu DG perfurou a região lombar direita e saiu pelo ombro do mesmo lado, de baixo para cima – perfurando o pulmão e causando a hemorragia que lhe tirou a vida, como constatou a perícia técnica no corpo do dançarino” (Naddeo, 2015).

12 Ver Pezão..., 2014.

rar todos os problemas que vem enfrentando para “pacificar” territórios complexos, como o do Alemão e o da Rocinha – sem falar na Maré, que já está ocupada, mas ainda não recebeu UPPs. Essas indeterminações em relação ao futuro acabaram atingindo não só as localidades onde o projeto estaria fracassando, mas também favelas onde a UPP era considerada bem-sucedida, como o Santa Marta.<sup>13</sup>

Em dezembro de 2014, por exemplo, o anúncio da mudança de comandantes de 16 das 38 UPPs do Rio (incluindo o Santa Marta e a Cidade de Deus) gerou grande ansiedade entre os moradores da favela de Botafogo. Grande parte da população ficou preocupada com a mudança e com os desdobramentos que ela poderia gerar no cotidiano da favela. Insatisfeitos com a decisão imposta pela Secretaria de Segurança de tirar o comandante Márcio Rocha da UPP do Santa Marta, um grupo de moradores criou a campanha “Fica, Capitão Rocha”. A página criada pelo grupo no Facebook teve mais de 350 curtidas, e uma matéria sobre o tema foi divulgada no jornal *O Dia*:

Em tempos de rearrumação da política de pacificação nas comunidades, um movimento de moradores do Santa Marta, em Botafogo, na Zona Sul, salta aos olhos. Realocado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Camarista-Méier, o capitão Márcio Rocha será motivo de um encontro entre moradores, lideranças locais do Santa Marta e o secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame, na próxima semana. Em pauta, nada de reclamações por abuso de poder ou arbitrariedades policiais: a comunidade exige a permanência na UPP do comandante, considerado “perfeito”, conforme mostrou ontem a coluna “Rio sem Fronteiras”. Desde 2013 no local – está em sua segunda passagem pelo morro –, o capitão é admirado pela capacidade de diálogo e projetos sociais que cria. Embora feliz com o movimento, não nega o desconforto que a campanha “Fica, Capitão Rocha!” causa. [...] Embora os moradores tentem sensibilizar a cúpula da Segurança Pública a manter o capitão Rocha, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) já deu um “banho de água fria” na campanha. Através de nota, a CPP informa

---

13 Beltrame (2014, p. 181) tentava minimizar as críticas feitas à situação das UPPs: “Chega a ser patético quando alguém diz que o projeto é um fracasso. É como apagar da memória a guerra dos morros e os bondes com que o Rio era obrigado a conviver até pouco tempo”.

que a reunião tem como objetivo “apresentar o novo comandante da unidade, tenente Gustavo Matheus”. (Santa Marta..., 2014)

Dois dias depois, na sede da UPP do Santa Marta, aconteceu uma reunião para discutir a mudança de comando. Participaram do encontro cerca de trinta pessoas, entre as quais havia moradores, lideranças comunitárias, policiais e agentes do Estado que trabalhavam na favela, além de figuras como o secretário Beltrame, a ex-comandante da UPP Pricilla Azevedo, o então comandante, Rocha, e o tenente Gustavo Matheus, que seria o novo comandante da UPP do Santa Marta. Logo no início da reunião, o presidente da associação de moradores, Zé Mário, pediu a palavra e, antes de abordar a saída de Rocha, fez uma longa retrospectiva da atuação da UPP na favela. Começou lembrando da chegada complicada da polícia no morro, do longo período de adaptação à nova realidade e de como foi traumática a saída de Pricilla do comando da UPP depois que “as coisas estavam acomodadas”:

Aí, de repente, a gente se depara com a notícia de que o Márcio Rocha vai sair da comunidade. [...] A preocupação maior nossa é a gente não voltar mais para aquilo de que não pode ter isso, não pode ter aquilo, que morador tem que ir para casa a tapa. Coisas que traumatizaram a favela, e isso não pode voltar mais; de forma alguma a gente vai permitir [...], a gente não vai permitir o Santa Marta retroceder. A gente mostrou nossa vontade, a nossa insatisfação através da mídia, através dos pedidos. A gente criou o “Fica, Márcio Rocha”, porque dentro de nós tem aquele pavor. Se você vai em uma comunidade que começou a pacificar agora, o pessoal fica com aquele medo de que vai acabar. Aqui mesmo a gente ainda tem medo de que, depois das Olimpíadas, possa acabar. Então, a gente tem medo do morador não confiar mais em nada, e todo o trabalho que a gente fez acabar. [...] O Rocha é muito querido. Fez um trabalho social excepcional aqui na comunidade. Sempre dialogando, buscando melhorias sempre para a comunidade [...]. Fez casamento comunitário [...]. Eu, de coração, amo o Rocha de paixão e, se dependesse de mim, ele ficaria aqui. [...] A gente tem que trazer para o novo capitão todo esse histórico que estou apresentando aqui para ele saber que aqui é uma comunidade diferente de muitas outras. O medo nosso é que viesse de uma comunidade mais violenta que troca tiro com a polícia. Aí, ele vem com trauma de lá e chega aqui e é uma comunidade que está acostumada à paz e



à tranquilidade e pode vivenciar um retrocesso, e isso a gente não quer. Isso a gente não vai deixar. (Trecho da fala de Zé Mário em reunião realizada na UPP do Santa Marta em 29 de dezembro de 2014)

Em sua fala, Zé Mário destacou ainda um episódio de violência policial ocorrido no morro naquele mesmo dia, um pouco antes da reunião. Um policial não uniformizado estava subindo a favela quando teria se deparado com um morador de idade avançada fumando maconha. O policial, então, teria agredido o morador, dando-lhe tapas no rosto. As pessoas em volta teriam reagido ao ver a agressão e investido contra o policial. Quando Zé Mário subia o morro, sem saber o que estava acontecendo, se deparou com o agente descendo a favela desesperado. Em suas palavras:

Eu estava subindo o morro vindo do mercado, e o policial de *short* e camiseta veio falar comigo que precisava ligar para o 190. Eu perguntei: “Se a UPP está aqui, para que ligar para o 190?”. Eu estava pensando que ele estava querendo socorrer alguém, porque aqui a gente tem esse trabalho [...]. A minha visão na hora era que ele estava querendo socorrer alguém. Então, eu peguei o telefone gentilmente e dei para ele. Ele começou a gritar no telefone: “Policial encurralado no Santa Marta! Policial encurralado no Santa Marta!”. Eu falei: “Dá esse telefone para cá! Como assim? A UPP aqui é um exemplo de UPP, por que você está chamando a polícia se aqui tem UPP?”. Aí me explicaram o que estava acontecendo. Eu vim aqui preparado para pedir para o senhor secretário tirar ele daqui. Mas, graças a Deus, passaram para mim que esse policial não pertence à UPP do Santa Marta. (Trecho da fala de Zé Mário em reunião realizada na UPP do Santa Marta em 29 de dezembro de 2014)

Pricilla interrompeu Zé Mário para acrescentar que, além de não ser do Santa Marta, o policial ainda iria responder pelo que tinha feito. Em seguida, o presidente da associação chamou o jovem agredido para entrar na sala onde acontecia a reunião, apresentou-o ao secretário e aos outros policiais presentes e disse olhando para ele: “Estamos falando em alto e bom som aqui que você não vai mais sofrer agressão desse policial e, se sofrer de qualquer outro, nós vamos denunciar!”.

É importante quem sofreu a lesão estar presente na reunião, porque a gente tem que tirar esse medo do pessoal de denunciar. [...] Uma laranja podre às

vezes estraga o cesto e não podemos deixar um policial mal-intencionado acabar com uma UPP que é modelo para a cidade. Se um policial chega batendo na cara dos outros, a gente reclama e ninguém ouve, a gente perde a esperança na UPP, e a gente não pode perder a esperança. A coisa que a gente não pode é perder a esperança. [...] Meu pedido é para que a gente não deixe que o Santa Marta retroceda! (Trecho da fala de Zé Mário em reunião realizada na UPP do Santa Marta em 29 de dezembro de 2014)

Depois que Zé Mário encerrou seu discurso, algumas moradoras insistiram para que Beltrame deixasse Rocha continuar comandando a UPP do Santa Marta. Elas também disseram que tinham medo de que a saída de Rocha do comando da UPP pudesse significar um retrocesso, especialmente naquele momento em que o projeto passava por uma fase difícil. Embora inicialmente tenha dito que não voltaria atrás, Beltrame acabou autorizando a permanência de Rocha no comando da UPP do Santa Marta por mais seis meses, mas lembrou que depois ele teria que sair porque o governo precisava dele em outras favelas para realizar o mesmo trabalho de aproximação com a população. Disse também que, daquele momento em diante, quando resolvessem fazer alguma troca de comando, discutiriam a substituição com a população da favela afetada, em vez de simplesmente anunciar a mudança na mídia, como vinha sendo feito até então.

Todos os presentes na reunião comemoraram a permanência de Rocha no Santa Marta. Uma moradora ressaltou que aquela conquista era importante para os moradores, porque as pessoas que participaram da campanha se expuseram muito para defender o comandante. Nas palavras dela: “A gente foi exposto no Facebook, no WhatsApp com essa campanha ‘Fica, Rocha’. A gente está se expondo vindo aqui na UPP defender que um comandante permaneça na favela. Quando a gente faz isso, a gente está se expondo muito”. A fala da moradora é interessante porque resalta como, mesmo em uma favela onde a relação entre a população e a polícia era muito mais próxima que em outras áreas “pacificadas”, muitos moradores continuavam receosos de demonstrar apoio à instituição policial e, quando o faziam, temiam as consequências.

A mudança do comando da UPP na Cidade de Deus, que, esta sim, aconteceu em dezembro de 2014, teve um impacto completamente di-

ferente do que ocorreu no Santa Marta. Em primeiro lugar, porque não houve mobilização alguma diante da mudança. Em segundo, porque a mudança gerou desdobramentos bastante graves. Comecei a perceber isso quando, na madrugada do dia 28 para o dia 29 de janeiro de 2015, recebi uma mensagem no WhatsApp de um de meus informantes na Cidade de Deus. Enviada às 5 horas e 17 minutos da manhã, ela dizia apenas o seguinte: “Tiros, a bala tá comendo aqui!”.

Conhecendo os hábitos desse informante de estudar de madrugada, liguei para ele em seguida. Conversamos, então, por uns vinte minutos. Ele, com o ouvido treinado de morador de favela que já vivera muitos outros tiroteios no passado, detalhou o ocorrido dizendo que inicialmente eram tiros de pistola, mas que depois passou a ouvir tiros de fuzil. Ele relatou que o tiroteio aconteceu, muito provavelmente, perto do Bloco Velho e que, diferentemente dos últimos, que haviam sido rápidos, esse teria se prolongado bastante. Desde a instalação da UPP na Cidade de Deus, sobretudo na região dos Apartamentos (considerada a mais tranquila), ele nunca tinha visto algo semelhante: “Foi tiro mesmo, foi troca de tiros mesmo!”.

Desliguei o telefone, deitei-me para dormir e acordei algumas horas depois, por volta do meio-dia. Vi que às 10 horas e 46 minutos da manhã esse mesmo informante havia me enviado uma outra mensagem: “Morreu um policial da UPP aqui nos AP, no tiroteio dessa madrugada!”. Tomei café da manhã e abri o Facebook para ver se no perfil de alguns moradores havia mais informações a respeito do tiroteio. Olhando a página, vi uma primeira pessoa dizendo: “Acordar agora com esses tiros não é nada legal. Senhor, cubra esses meninos com teu sangue, cubra filhos e afilhados”. Nos comentários, outras pessoas complementavam: “Não foi mesmo [legal], geral correu, todo mundo, até eu, que estava na Praça do Bruck, corri. Isso foi sério”. Outro morador disse logo em seguida: “Já estou em casa e não saio mais, não”. E foi logo respondido pelo autor da primeira a mensagem: “Meu Deus, sério, daqui de baixo eu vi um monte correndo e acordei no susto”. Outros comentários não paravam de aparecer: “Nossa! Mas foi muito tiro aqui no BV [Bloco Velho]!!! Perdi até o sono!!! Só vi os canas correndo!!! #Desnecessário uma hora dessa!!! Aff!”.

Em outra publicação, uma moradora escreveu: “Clima tenso #CDD. Que Deus nos projeta”. Logo abaixo, nos comentários, uma pessoa colo-

cava um aviso: “X, que medo! Tomar muito cuidado com criança na rua”. Vi, logo em seguida, outra postagem: “Tadinha do meu bebê, morrendo de medo dos tiros”. Pouco abaixo, mais dois comentários: “Eu, velha desse jeito, tô cheia de medo, imagina ela (eu tava jogada no chão do quarto de tanto medo)” e “Deus me livre! Me vi na guerra agora. Quanto tempo não escutava isso!”.

Ainda na página do Facebook, era possível ver outra postagem: “Caralho, muito tiro! Ninguém merece, às 3h50! Um policial foi baleado no BV, muito tiro”. Três horas depois, essa mesma pessoa colocou outra postagem com duas fotos, uma mostrando o buraco que um dos tiros havia feito na parede de sua casa, e outra que mostrava sua mão segurando um pedaço da parede arremessado pela bala. Na postagem, com mais de cem curtidas, a pessoa explicou as imagens: “E esse foi o resultado da minha madrugada, bala perdida acerta dentro da minha casa, em cima da cama do meu primo... Onde vamos parar, Senhor, com essa violência?”. A mesma pessoa, uma hora depois, colocou mais uma postagem com mais cinco fotos. Dessas, em duas era possível ver marcas de sangue no chão; outras duas mostravam grades de loja furadas pelas balas. Por fim, em uma última, via-se a palma de uma mão aberta com cinco projéteis de bala de fuzil e um de pistola. Ainda li em um último comentário: “Gente, o negócio tá brabo aqui na CDD”.

Continuei olhando a página, quando vi a referência a um traficante da região dos Apartamentos. Ao abrir seu perfil no Facebook, vi as primeiras mensagens relativas à prisão que tinha acabado de acontecer:

Não dá pra acreditar, primo... Liberdade!

Liberdade, paizão! É longa, mas não é perpétua!

Não, cara, diz que isso é mentira, que isso foi só um sonho ruim, que tu tá na CDD ainda! Quem eu vou dar conselhos agora? É longa, mas não é perpétua! Solta ele logo, senhor Juiz!

Paz, Justiça e Liberdade! PJJ

Oh, meu amor, sempre te avisei. Mas agora não é hora pra sermão, Deus é contigo e vai cuidar de você e confortar teu coração, porque só ele sabe o que

you are feeling, what you are thinking at this moment. I am going to be with you always, my friend, in all hours. I love you, friend! Freedom!

Caralho, mané! Olili, meu mano, nem dá pra acreditar, mané. Ainda você vivia falando que tava com medo, que não gostava de dormir sozinho com medo. Mas fazer o quê, né? É melhor aí dentro do que morto. Olili, é longa, mas não é perpétua, papai!

É, cunhado, ontem mesmo te vi de longe com esse sorriso estampado no seu rosto, hoje acordei e vejo a notícia que você tá aí dentro. Mas Deus é contigo, cadeia não é lugar de recuperação. Liberdade já! Já, já você vai estar aqui fora e vai pro COROADÃO como de costume, quebrando tudo, sarniando! Rs! Hahahaha! Vem pra dancinha do mano X!

Without words, it was terrible to remember with the news of what happened with you, to think that until two in the morning you were passing here with that smile, because I believe that in a short time you will be here with the new people! Freedom, mano X! We are with you, that God guard you and free you from all the evil and overthrow the grills of this prison as he did with Paulo and Silas! An earthquake will happen here and the chains that surround you will fall... Because there are no chains where there is worship!

I finished reading the messages of support to the trafficker and went to read the newspaper *O Dia*. In it, I saw a headline about the event: “Police officer from UPP is assassinated in the City of God” (Police..., 2015). In another article, published later, there was a reference to the trafficker captured: “Suspect of assassinating police officer from UPP in the City of God is arrested” (Suspect..., 2015).

In front of so many comments and news, I decided to call some friends from the City of God and hear their perceptions about the event. One of them told me that the shootings had become frequent and that, in some areas of the favela, especially at night, it was impossible to pass. “The guys have already started putting sofas, tree trunks, and at night, no one passes there anymore. No police. Only residents and addicts!”. According to him, the bandits were now adopting a guerrilla tactic: “Before this shooting, the rhythm had already changed. But what they

faziam? Eles vinham de surpresa e atacavam os policiais. Trocavam tiro no máximo por dez, quinze minutos, e depois fugiam. Era assim que eles estavam atuando”. Dessa vez, o ataque teria dado certo: um policial foi alvejado na cabeça e outro levou um tiro de raspão no ombro. Isso teria, então, desencadeado uma reação à altura de parte dos policiais, que teria não só feito uso de armamento pesado, como também prendido um dos suspeitos responsáveis pelo disparo letal. Além disso, segundo a mesma pessoa, agora já estaria circulando o rumor de que ninguém deveria sair de casa, pois o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e o Caveirão entrariam à noite na favela – fato esse confirmado pelo relato de uma outra moradora no Facebook: “Caveirão está entrando no AP. Ai, meu Deus! Proteja, Senhor, todos nós”.

Em razão da série de acontecimentos, esse morador com quem conversei parecia não ter dúvidas de que estaria havendo, ao menos no caso da Cidade de Deus, um retorno progressivo do “fogo cruzado”. Para confirmar sua tese, referiu-se a uma matéria televisiva daquele mesmo dia, em que o governador reclamava da falta de recursos: “Eu vi o Pezão hoje na televisão falando, tá faltando tudo, o projeto da UPP faliu! Faliu!”. O morador sustentou ainda que, seja na versão moderada do “fogo cruzado”, cujos tiroteios se dão segundo uma tática de guerrilha, seja na modalidade mais radical de “guerra”, cuja frequência e intensidade de tiroteios é muito maior, os conflitos armados teriam voltado a fazer parte da paisagem da vida favelada.

Por outro lado, ao falar com um outro morador, deparei-me com uma perspectiva bem diferente. Embora concordasse que os tiroteios estavam se tornando mais frequentes, ele sustentou que a morte do policial teria sido o limite da manutenção dessa lógica. Ele afirmou que, com o agente morto, haveria necessariamente uma intensificação do policiamento e um aumento significativo do uso da força por parte do aparato policial.<sup>14</sup> Com isso, não apenas os tiroteios se tornariam menos frequen-

---

14 Em 3 de março de 2015, foi anunciado pelo *site* UOL que policiais da UPP iriam participar de treinamentos com equipes integrantes do Comando de Operações Especiais (COE), que abrange o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), o Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), o Batalhão de Ações com Cães (BAC) e o Grupamento Aeromóvel (GAM): “O trabalho, em parceria com a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), faz parte de uma série de ações de realinhamento

tes, como os bandidos teriam que voltar a atuar segundo a lógica vigente no início da UPP, ou seja, a “de voltar a vender na encolha”. Assim como o primeiro morador, este também creditava à morte do policial uma mudança qualitativa. Porém, enquanto o primeiro pensava que o episódio apenas configurava o retorno definitivo ao “fogo cruzado”, o segundo sustentava que, ao contrário, a morte do policial representaria um retorno na direção do aumento do monitoramento e da lógica do “gato e rato”. O que os dois moradores não esperavam era que novas mortes fossem acontecer logo em seguida, poucas semanas depois.

No dia 18 de fevereiro, novos confrontos ocorreram na Cidade de Deus, resultando na morte de mais um policial e de dois traficantes. Após esses episódios, a major Alessandra Carvalhaes (comandante da UPP desde dezembro de 2014) acabou sendo exonerada, abrindo espaço para o retorno do major Felipe Romeu ao comando da UPP.

A exoneração de Carvalhaes gerou especulações entre os moradores de que ela havia sido afastada do cargo porque tentou “botar ordem” na favela, o que teria incomodado os traficantes que “abriram fogo contra a UPP”. Eles lembraram que, até dezembro de 2014, o tráfico estava muito fortalecido e que parecia estar “tudo arregrado” na favela, pois quase não ocorriam rondas. Quando Carvalhaes assumiu, contudo, os moradores contam que o “ritmo mudou”. Segundo um morador, se antes ele só via os policiais da UPP passarem umas três vezes por dia em frente a sua casa, depois que Carvalhaes assumiu, as rondas começaram a ocorrer quase que de hora em hora e os patrulhamentos noturnos voltaram a ocorrer várias vezes durante a madrugada. Ele disse ainda que, em algumas ocasiões, vira a própria comandante dentro de viaturas fazendo rondas pela favela.

Essa mulher é brava! Um dia tinha uns meninos fumando maconha atrás da creche, ela foi lá e deu um pescoção neles. Ela disse que, se eles quisessem fumar maconha, que era para ir fumar em casa. Ela estava tentando botar ordem na favela! Ela colocou ronda na madrugada direto. Acho que com ela não tinha arrego. Por isso que teve tanto confronto em pouco tempo. Agora

---

operacional das UPPs. [...] De acordo com o comando da Coordenadoria de Polícia Pacificadora, o objetivo é que todos os policiais lotados nas UPPs participem deste treinamento” (Operação..., 2015).

os moleques [traficantes] estão dando graças a Deus porque ela saiu! Esse comandante que vai voltar a gente já conhece, sabe que com ele o arrego rola solto. Então, acho que as coisas vão piorar, os meninos vão se fortalecer de novo! Mas não dá para ter certeza de nada. O futuro é interrogação. (Trecho da fala de um morador da Cidade de Deus)

A saída da comandante gerou uma nova situação indeterminada. Naquele momento, os moradores não sabiam muito bem o que esperar, mas não nutriam mais muitas esperanças em relação ao futuro das UPPs. A crença de que a experiência das UPPs poderia promover uma efetiva “pacificação” não só do território propriamente dito das favelas, mas também da própria polícia,<sup>15</sup> criando condições para uma reforma mais ampla na corporação,<sup>16</sup> parecia não existir mais.

As denúncias de corrupção e de abuso policial tinham crescido muito e, ao mesmo tempo, a postura dos grupos armados que controlavam a venda de drogas nas favelas tinha se tornado mais destemida, mostrando que os traficantes estavam cada vez mais descrentes com relação ao poder efetivo dessa nova forma de policiamento. Ocorreu, assim, uma progressiva redução da crença de que as UPPs poderiam continuar sendo a solução para o problema da violência urbana no Rio de Janeiro, como se

---

15 Burgos *et al.* (2012) relataram que os moradores por eles entrevistados pareciam ter a esperança de que a UPP promovesse uma “pacificação” da própria polícia. Eles acreditavam que a “nova polícia” poderia “contaminar” a “velha polícia”. Conforme os autores: “A questão central que está em jogo na experiência da UPP não é tanto a do seu efeito pontual em cada favela, seja no acesso aos serviços públicos ou no florescimento dos negócios, mas, sim, a de saber em que medida essa experiência criará condições que venham a permitir a universalização dessa nova polícia, pautada pelo respeito aos direitos dos moradores das favelas e periferias, de que a UPP parece ser um ensaio” (p. 91).

16 Em 2011, Luiz Eduardo Soares, em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, afirmou que o desafio das UPPs é “transformar o programa em política pública, ou seja, dotá-lo de universalidade e sustentabilidade, o que exige o envolvimento do conjunto das instituições policiais em sua aplicação. No Rio, não há essa hipótese, tal o nível de comprometimento das polícias com o tráfico, as milícias e a criminalidade em geral. Portanto, sem a refundação das polícias não haverá futuro para as UPPs. Elas se limitarão a intervenções tópicas, insuficientes para mudar o panorama geral da segurança pública, e continuarão a conviver com nichos policiais, milicianos ou não, que têm sido fonte de violência, e não instrumentos da ordem cidadã e democrática. No Rio, é preciso exorcizar a retórica tão patética quanto mascaradora do bem contra o mal e inscrever a mudança das polícias no centro da agenda pública” (Soares, 2011).



acreditou no ápice do processo de “pacificação”. Ao mesmo tempo, surgiu a percepção de que “os tempos de paz” não iriam voltar, que a lógica do “fogo cruzado” se intensificava cada dia mais e que estava “tudo voltando a ser como antes”.<sup>17</sup>

Até mesmo no Santa Marta, onde “tudo parecia estar em paz”, os moradores passaram a temer a volta do “fogo cruzado”. Na noite de 8 de março de 2015, moradores da favela publicaram mensagens no Facebook apontando que algo estranho estava ocorrendo no morro. Primeiro uma moradora questionou: “O que está acontecendo, favela Santa Marta????!! #tiroporradaebomba, ou estou delirando????!!”. Vários moradores começaram a comentar o assunto. Um deles afirmou: “Deus vai nos proteger. Ouvi um barulho aqui em cima que parecia bomba”. Poucos minutos depois, outro acrescentou: “Grupos passando aqui pela cerquinha. Primeiro policiais, agora moradores com garrafa de vidro e madeira. Disseram que balearam (ou mataram) alguém no Pico. Tá uma gritaria lá pro lado do Eco”. Logo em seguida, começaram a surgir comentários sobre barulho de bomba na favela: “Ouvi uma bomba, achei que fosse cabeção de nego. Faz tempo que não ouvimos isso”. Ainda na mesma publicação, moradores comentavam sobre uma confusão ocorrida na parte baixa da favela: “Teve uma rebelião aqui no pé da escada! Está tudo tomado de [gás] lacrimogênio! Vários moradores estão com a camisa tampando o rosto e teve troca de insultos e bombas de gás, cabeção de nego e bomba!”. Nas horas seguintes, vários outros residentes do Santa Marta publicaram mensagens sobre o ocorrido:

Tiro, porrada e bomba na favela Santa Marta (Botafogo). Gente, o que tá acontecendo...? A polícia atirou no PICO em quem? Moradores descendo revoltados com paus, pedra e garrafas de vidro...

Ladeira lotada de polícia. Moradores jogando garrafa e eles respondendo com tiro e bomba. Isso q é FAVELA-MODELO!! Vamos ver se vai sair em algum jornal!

17 Uma operação realizada em 25 de fevereiro de 2015 na Cidade de Deus para cumprir 27 mandados de prisão contra envolvidos no tráfico de drogas causou mais seis mortes na favela e configurou mais uma pista de que “tudo estava voltando a ser como era antes da UPP”.

Tá rolando o papo que um morador do Morro Santa Marta foi baleado pela UPP. Paz armada só para os pobres!

Tiro de borracha no cotovelo, fratura exposta, talvez precisará passar por uma cirurgia, foi encaminhado para o Miguel Couto pra ser avaliado pelo ortopedista!

Não sei o que realmente tá acontecendo aqui no Morro Santa Marta. Mas acordei com o barulho de umas três granadas, tiros e gritos. É, a pacificação por aqui não vai ser tão tranquila como a mídia burguesa diz!

Na manhã seguinte, um morador do Santa Marta publicou um breve relato com “notícias improvisadas” (Shibutani, 1966) sobre o que ocorreu na madrugada. Junto com o texto, publicou também algumas fotos da escadaria principal do morro que mostravam muitas garrafas de cerveja quebradas:

E assim começa a manhã de segunda-feira na favela Santa Marta (Botafogo). Até onde se sabe, um jovem [...] foi baleado no alto no morro (Pico) pela polícia, e os moradores reagiram com paus, pedras e garrafas de vidro. A polícia, por sua vez, usou bombas de efeito moral e balas (talvez de borracha) contra os moradores. Os conflitos entre morador *versus* UPP já não são novidade nas favelas “pacificadas”. E o histórico é sempre o mesmo, a polícia atira (em muitas das vezes mata) e o morador, com os meios que tem, reage. Poucas vezes tem nota na imprensa, poucas vezes os relatos deságuam em forte investigação. A “favela-modelo” mais uma vez põe em xeque o modelo de pacificação. (Texto publicado no Facebook por um morador do Santa Marta)



Figura 21 – Escadas do Santa Marta repletas de garrafas quebradas.

Fotos: Morador do Santa Marta.

Algumas notícias de jornal trataram do episódio sem fornecer muitos detalhes sobre o ocorrido. O jornal *O Dia* afirmou que um grupo de sete moradores do Santa Marta teria jogado pedras e garrafas contra a sede da UPP, em protesto a uma suposta abordagem realizada de maneira grosseira por um PM a dois moradores. Segundo o jornal, a coordenadora das UPPs, através de nota, admitiu o uso de “armas não letais para conter o tumulto” e disse que o policiamento precisou ser reforçado por militares de outras unidades da região e que o caso fora registrado na 10<sup>a</sup> DP de Botafogo.

No mesmo dia, algumas lideranças do Santa Marta começaram a anunciar no Facebook que seria realizada, no dia seguinte, às 18 horas, uma reunião na Laje do Michael Jackson que contaria com a presença de uma comissão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), do comandante Márcio Rocha e dos moradores afetados pelos conflitos ocorridos na favela. As lideranças convocavam a população do Santa Marta a participar da reunião e lembravam: “Tem que tá junto da nossa favela nos momentos tensos também e não somente na boa. #ficaadica”.

Dois meses depois, no fim de maio de 2015, ocorreu a primeira troca de tiros na “favela-modelo” desde a inauguração da UPP. Diante do episódio, o então governador, Luiz Fernando Pezão, declarou que o caso não iria “desestabilizar o processo de pacificação”. Tal declaração, contudo, não parecia encontrar ressonância entre a maioria da população das favelas cariocas, que já não demonstrava acreditar que as UPPs poderiam trazer e manter a paz como prometiam. Conforme sintetizou um morador do Santa Marta em entrevista ao portal G1 no dia 29 de maio de 2015: “Tenho visto bandidos armados, menores de idade trabalhando para o tráfico, ‘playboys’ subindo o morro perguntando onde é a boca pra comprar drogas. [...] Parece que acabou a nossa paz!” (Drogas..., 2015).

Como debaterei nas considerações finais, uma atmosfera de indeterminação ainda maior surgiu com o fim dos Jogos Olímpicos e com a saída do secretário de Segurança que comandou a implementação do projeto. Em outubro de 2016, José Mariano Beltrame deixou o governo depois de quase dez anos à frente da secretaria de Segurança Pública. Ele justificou a decisão como o encerramento de um ciclo. Logo após sua saída, dois episódios marcaram o fim desse ciclo ao qual se referiu. Em novembro de 2016, jovens envolvidos com o tráfico do Santa Marta colocaram fogo em uma das sedes da UPP da “favela-modelo”, após um conflito com policiais que atuavam no morro. No mesmo mês, os conflitos armados entre policiais e traficantes na Cidade de Deus viraram manchetes de jornais nacionais e internacionais, após um helicóptero da Polícia Militar cair na favela durante uma operação. Depois disso, mais de sete pessoas foram mortas pelo Bope na região considerada a mais violenta da Cidade de Deus, o Karatê. A expectativa por parte dos moradores é de que a lógica das incursões violentas retorne cada vez mais. Como sintetizou um jovem da favela: “A UPP continua aí, como uma maquiagem, e de tempos em tempos eles entram aqui com operação [...]. Vem a civil, o Bope, mata um montão, proíbem o baile, mas uma semana depois já tá tudo igual. A gente não tem mais esperança”.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 22 – Imagens com a temática do monitoramento.

(A) Foto: Carlos Coutinho; (B) Ilustração: Latuff.

## Múltiplas camadas de vigilância que se sobrepõem nas favelas “pacificadas”

No fim de 2014, deparei-me com duas imagens publicadas em redes sociais que sintetizavam a questão central com a qual eu gostaria de concluir este livro: a presença de dispositivos que engendram a experiência de vigilância generalizada presente nas favelas “pacificadas” que adiante defino como parte do regime do “campo minado”.

A primeira imagem é uma fotografia de Carlos Coutinho, um talentoso repórter fotográfico morador do Complexo do Alemão. A foto, publicada no Facebook, retrata uma representativa cena da “caminhada pela paz”, realizada no Alemão em 11 de outubro de 2014.<sup>1</sup> Essa cena poderia ter sido capturada em qualquer favela “pacificada” do Rio de Janeiro ou nas inúmeras manifestações que ocorreram na cidade a partir de junho de 2013.

No primeiro plano, a imagem exhibe um policial branco, uniformizado e de capacete que aparece de costas segurando um telefone celular. Pela posição das mãos, do celular e do dedo posicionado na tela, é possível dizer que o clique para que uma imagem seja capturada na forma de foto ou vídeo já foi ou será dado em instantes. O alvo da câmera são os manifestantes que, em parte, aparecem no segundo plano da foto. Entre esses, destaca-se uma mulher que está parada em frente ao policial, em uma posição muito semelhante a dele. Ela, como o policial, segura em suas mãos um telefone celular usado para capturar a imagem daquele que a fotografa. Ao lado dela, um jovem observa o duplo clique, enquanto outra manifestante, logo atrás, olha para outro lado. Assim se resume a principal ideia expressa na foto: aquele que captura a cena é também capturado pelo clique de um outro.

A segunda imagem é uma ilustração feita em 2014 pelo cartunista e ativista político brasileiro Latuff. No primeiro plano, há sete mãos (algu-

---

1 No site do grupo Raízes em Movimento, a convocação para a manifestação dizia: “No último sábado, 27 de setembro, o jovem Marcos Vinicius Soares Heleno, 17 anos, foi mais uma vítima desta guerra instalada no Complexo do Alemão depois da ocupação militar com a UPP. É daí que moradores, lideranças e militantes comunitários vão para as ruas gritar, brigar por dignidade e respeito à vida”. Disponível em: <http://www.raizesemmovimento.org.br/caminhada-pela-paz/#sthash.cbLuLs3u.dpuf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

mas brancas e outras negras) armadas com câmeras que buscam capturar o que Cartier-Bresson (2015) chamou de “momento decisivo”. O alvo das câmeras é um policial branco que se encontra com uma arma em punho apontada na direção da cabeça de um homem negro, sem camisa, ajoelhado de costas e com as mãos algemadas. A quase onipotência do policial se opõe à vulnerabilidade absoluta do homem negro, em uma posição de escravo capturado. Porém, o mais interessante é a opção que Latuff faz da captura do instante. Em vez de capturá-lo diretamente, ele interpõe entre a imagem que ele faz ver e a cena que ele deseja mostrar outras várias câmeras, essas também voltadas para a captura do instante da execução.

Mas há um outro elemento fundamental na imagem: nela se vê que o policial movimentava a cabeça para trás e percebe a presença das câmeras apontadas para ele. Os três pingos de suor e a expressão facial mostram que o policial não parece nada satisfeito com a presença das câmeras. Elas lhe subtraem a onipotência. Nesse sentido, a presença das câmeras na ilustração de Latuff não serve apenas para mostrar a pluralidade de capturas possíveis; mais que isso, elas produzem um efeito concreto sobre a ação do policial e interferem diretamente nas relações de poder da situação. O policial sabe que é visto por elas e que tudo aquilo que fizer ali será imediatamente capturado. É apenas por isso que a provável execução do homem capturado não ocorrerá. Será graças à vigilância imposta pelos aparelhos eletrônicos que o policial não poderá seguir o curso planejado e desejado de sua ação até o seu fim.

Posto isso, qual seria a relação dessa imagem com a primeira? A mais óbvia é salientar a presença de policiais e de dispositivos fotográficos – que, na situação, operam como dispositivos de controle. Para além disso, contudo, vale observar que uma oitava mão aparece no lado esquerdo da ilustração de Latuff, mão esta que se encontra em posição contrária a todas as outras. Ela está apontada para aqueles que estão com os outros celulares em punho, o que evidencia mais uma semelhança com a primeira imagem, já que em ambas se pode vislumbrar uma espécie de “panóptico” de simetria generalizada em que, ao contrário do de Bentham, aquele que vê também é visto, aquele que monitora também é monitorado.

Nesse sentido, as duas imagens salientam um ponto fundamental que observei desde o início de meu trabalho de campo e que parece ter se intensificado ainda mais após as manifestações de junho e julho de 2013:



a importância dos sistemas e dispositivos de vigilância e controle no contexto das favelas “pacificadas”. Tais sistemas e dispositivos, além de permitirem um controle mútuo e generalizado, acarretam um aumento nas formas de autocontrole. Em outras palavras, o correlato do panoptismo generalizado instituído pelos dispositivos de vigilância é um processo de internalização da repressão na qual o ator, por antecipar a visibilidade de seus próprios atos a partir da captura do olhar do outro, remodela suas ações.

As duas imagens mostradas anteriormente, contudo, tratam apenas da experiência de policiais e de moradores. Por isso, para deixar mais claro o que chamo de “panóptico de simetria generalizada”, gostaria de descrever as marcações que observei em duas paredes da favela Cidade de Deus que introduzem um outro ator nesses sistemas de vigilância presentes nas áreas “pacificadas”: os jovens envolvidos com o tráfico de drogas varejista.

Certa vez, passando por um dos prédios da UPP na Cidade de Deus, vi um cartaz enorme colado na parede com o seguinte texto: “Ajude a UPP CDD a ajudar você. Denuncie. Telefone: 2333-6600. E-mail: denunciaccdd@gmail.com”. O cartaz incentivava explicitamente os moradores a denunciarem as ações criminosas de traficantes locais. Aquilo que, do ponto de vista do tráfico – e de boa parte dos moradores da favela –, era e continua sendo visto negativamente como delação, como “coisa de X9” ou de “cagete”, no cartaz da UPP era apresentado como denúncia, portanto, como algo benéfico à favela e ao denunciante.<sup>2</sup>

---

2 No contexto das UPPs havia um espaço reduzido para a realização de denúncias, uma vez que os moradores de favelas vivem forçosamente em um regime de delação. Segundo Misse (1999, p. 62), existe uma “disjunção no significado moderno e universalizante da denúncia [...] que em muitos contextos ‘decai’ para a categoria particularista, socialmente negativa, da ‘delação’”. Para o autor, a “delação” é uma denúncia representada como “não legítima”. Em sua visão, o medo de retaliações é o principal fator a recalcar a motivação da denúncia, mas não serve para explicar a abrangência alcançada, pelo menos no Brasil e em especial no Rio de Janeiro, pelo estigma moral de “delator”. Sua afinidade de sentido com a traição e a deslealdade só deveria ter vigência quando a distância social entre os agentes fosse mínima. Nas palavras do autor, “a criação de um serviço sigiloso para quem denuncia [...] atende a quem tem medo de denunciar, mas não a quem ‘não deve delatar’. [...] A disjunção entre delação e denúncia, que existe em todos os lugares, ganha aqui uma relevância particular, porque se reveste de algum valor moral” (Misse, 1999, p. 63).

Já a segunda demarcação do espaço da favela que me chamou a atenção foi feita não por agentes estatais, como a primeira, mas por agentes ligados ao “mundo do crime”. Em uma das paredes da Cidade de Deus, destacava-se uma pichação com o seguinte recado: “Seja bem-vindo. Mas não venha mandado. Tudo monitorado. APP. CDD. Bruck”. A mensagem, que podia ser vista na região dos Apartamentos, “Apês” e Bruck (nome usado para definir uma região adjacente e, ao mesmo tempo, considerada parte dos Apartamentos, o Pantanal), anunciava que qualquer um era bem-vindo ao local desde que não tivesse a intenção de delatar as ações do tráfico (nas palavras nativas, desde que “não venha mandado”). O recado era seguido ainda de um alerta segundo o qual qualquer “mancada” não passaria em branco, uma vez que estava “tudo monitorado”. Assim, enquanto o cartaz da UPP incentivava a prática do monitoramento e da delação por moradores com relação ao tráfico, o recado dos traficantes avisava que os moradores estavam sob sua vigilância e que, caso alguém tentasse denunciá-los ou delatá-los, seriam “cobrados”, isto é, receberiam algum tipo de punição.

### **A continuidade da experiência de “vida sob cerco” pós-“pacificação”**

As quatro imagens apresentadas anteriormente servem como expressões singulares do argumento que gostaria de sustentar de agora em diante: a “pacificação” das favelas não significou o fim da experiência de “vida sob cerco” (Machado da Silva; Leite, 2008), ainda que tenha produzido mudanças qualitativas nessa experiência. Quero dizer com isso que, no contexto pós-“pacificação”, houve uma continuidade da “vida sob cerco”. Mas essa experiência, nesse novo contexto, passou a estar relacionada a uma nova modalidade de antecipações e de expectativas, que se caracteriza por uma transformação brutal do “regime de familiaridade” (Thévenot, 2006) gerada pela ampliação da vigilância fragmentada.

Essa mudança pode ser entendida a partir da comparação entre dois regimes que geram diferentes experiências de “vida sob cerco”: o regime do “fogo cruzado” e o do “campo minado”. Para compará-los, primeiramente é preciso lembrar que a chegada da UPP não significou o início da presença de agentes do Estado nem a saída de todos os traficantes

das favelas “pacificadas” – ao contrário do que as análises apresentadas pela mídia costumavam apontar nos primeiros anos de “pacificação” –, mas sim uma transformação nas modalidades de presença desses atores nos territórios favelados. Se antes da UPP as relações entre traficantes e policiais eram pautadas basicamente pela alternância entre confrontos armados e negociações envolvendo “arregos”, após a inauguração do projeto houve uma temporária redução dos confrontos, e a relação entre traficantes e policiais passou a repousar, sobretudo, na lógica da vigilância e do monitoramento mútuos.

A redução dos confrontos armados em áreas “pacificadas” – que produziam uma constante ansiedade entre os moradores de favelas – obviamente gerou um alívio inicial na “vida sob cerco”, já que essa experiência estava diretamente associada à preocupação dos moradores com as interrupções de rotina acarretadas pelas constantes manifestações violentas. Também colaborou para o afrouxamento da sensação de “cerco” a redução da visibilidade e da ostensividade da presença de traficantes nas favelas “pacificadas” logo após a inauguração das primeiras UPPs.

Como dito anteriormente, em um primeiro momento após a ocupação policial do Santa Marta e da Cidade de Deus, alguns traficantes (os que assumiam postos mais altos na hierarquia do tráfico) deixaram as favelas temporariamente, e, entre os que ficaram, poucos enfrentaram a polícia. A venda de drogas, nos primeiros dias após as acuações das favelas, chegou a ser interrompida, voltando a ocorrer, logo em seguida, de modo muito discreto. Contudo, esse cenário não permaneceu intacto por muito tempo.

Como os traficantes notaram que não era possível retomar por completo o domínio territorial da favela no auge do projeto das UPPs, dada a superioridade do poder armado do Estado, e como não era possível, em um primeiro momento, estabelecer algum tipo de negociação envolvendo “arrego”, perceberam que não seria eficaz confrontar os policiais cotidianamente. Eles entenderam rapidamente que precisariam mudar suas estratégias de ação para continuar agindo na favela. Por isso, logo começaram a investigar a atuação dos policiais da UPP, monitorar por onde eles passavam e mapear quem fazia parte de cada plantão e como cada um desses grupos geralmente trabalhava, para, assim, traçar planos de ação que pudessem se ajustar ao novo ambiente da favela.

A força “sedentarizante” do fuzil, portanto, deu lugar à observação atenta dos olheiros e à comunicação “flexibilizante” dos celulares e radinhos usados para monitorar os fluxos de circulação pelo território. Desse modo, os mecanismos de monitoramento ganharam centralidade na atuação cotidiana dos traficantes nas favelas “pacificadas”.

### **Do “tá tudo dominado” ao “tá tudo monitorado”**

Nesta pesquisa, defendo que a lógica do “tá tudo dominado”, que guiava a atuação dos traficantes no período pré-UPP, deu lugar à lógica do “tá tudo monitorado” do contexto pós-“pacificação”.<sup>3</sup> Isso porque, após a inauguração das UPPs, os traficantes entenderam que não podiam mais ter – e, em certo sentido, não precisavam ter – o domínio do território para manter a venda de suas mercadorias. Contudo, eles tiveram, para isso, que transformar suas condições de existência para continuar subsistindo no novo ambiente pós-UPP. Nessa nova lógica, o “traficante ideal” ou o “ideal de traficante” deixou de ser pautado apenas pela valorização da *disposição para o confronto*, passando a ser também avaliado, em grande medida, por sua *capacidade de se manter “na atividade”*, ou seja, de permanecer vigilante e sempre atento ao que acontece ao seu redor, fazendo cálculos e antecipações do que pode vir a ocorrer logo em seguida, como aponta o *funk* “Passou cracudo na televisão. Tá tudo monitorado”, de MC Rodson:

Traz o boldo e traz o lança, mas preste atenção

Use longe das crianças pra não ter complicação

Mas o bagulho tá monitorado

---

3 Os termos entre aspas se referem às letras de dois *funks* lançados em períodos distintos. A ideia de usar essas referências musicais para pensar a passagem do “fogo cruzado” para o “campo minado” foi sugestão da pesquisadora Carla Mattos. O primeiro *funk*, que fez muito sucesso no início dos anos 2000, evidencia como, naquele momento, a questão central para o tráfico era o domínio territorial da favela. Já o segundo *funk*, lançado em 2013, mostra que a questão fundamental passou a ser o monitoramento, uma vez que a polícia e o tráfico passaram a conviver cotidianamente no mesmo território.

O que se passa vai sair no rádio

Passa o cracudo na televisão

A mídia quer prejudicar os irmão [...]

Pra tá na Nova

Tem que tá ligado

*Pra não pisar em lugar errado*

Até então bagulho aqui tem divisão

Nós aqui tudo vermelho e do outro lado os alemão

De vez em quando nós vai de rolé

Até de moto, carro, bicho, a pé

E na bocada, mano, é tudo devagar

Não precisa nós ter pressa

Que tudo vai ser pra andar [...]

Menor bt menor vu plantão

Fica ligado no bagulho então

E na virada sem querendo me gabar

Vou chamar

Na FM tá monitorado

E lá na 2 vai escutar no rádio

Qrl lá na boca da bt no malhão na rv nos amigo tá aê

E no P.U. homi inteligente

Graças a deus morador tá contente

E lá na ponte, tudo devagar, não precisa nós ter pressa que

Tudo vai ser pra andar<sup>4</sup> (grifos meus)

Vale notar que a lógica do monitoramento é importante não só para o tráfico, mas também para a UPP, uma vez que os policiais também passaram a monitorar todos os “movimentos suspeitos” dentro das favelas. Tal monitoramento foi importante para que eles, pouco a pouco, fossem mapeando “quem era quem” e descobrindo como os traficantes estavam atuando. Entender o modo de atuação do tráfico no novo contexto e monitorar a movimentação dos traficantes é fundamental para que os PMs possam, assim, escolher o melhor momento para “dar o bote” e capturar os “inimigos”.

Durante as entrevistas realizadas com policiais e traficantes em áreas “pacificadas”, notei que ambos os atores usavam uma mesma expressão para nomear a forma de interação que substituiu a lógica do confronto: “jogo de gato e rato”. Como mostrado no capítulo 5, essa dinâmica se baseia mais nas antecipações reflexivas da ação do outro que na força física. Logo, traficantes e policiais tiveram que passar a fazer um cálculo de suas ações – objetivado na vigilância fragmentada – para tentar, assim, antecipar o erro de percepção e de atenção uns dos outros. Por isso, um morador da Cidade de Deus me disse que era preciso “ser matemático” para calcular a melhor hora de agir. E por isso também um traficante da mesma favela sugeriu que “agora a adrenalina [de atuar no tráfico] está na mente”, ou seja, baseia-se menos na força e no poder das armas e mais na “atividade” (isto é, em um esforço mental, em um exercício de atenção constante).

O imperativo de “estar na atividade” produz uma permanente tensão psicológica nos policiais e nos traficantes que monitoram constantemente o ambiente para tentar antecipar as ações do inimigo. Essa tensão também passou a ser vivenciada cotidianamente pelos moradores de fa-

---

4 A letra na íntegra está disponível em: <http://www.vagalume.com.br/mc-rodson/pas-sou-cracudo-na-televisao.html#ixzz3SekqtX6T>. Acesso em: 20 fev. 2015.

velas com UPP, que, em sua maioria, tentam ser neutros em relação ao “jogo de gato e rato”, mas que, por outro lado, não podem simplesmente ignorar sua existência e as consequências desse “jogo” para a vida na favela. Zé Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, disse-me certa vez que tomava muito cuidado para não desagradar nenhum dos “dois deuses”, pois se desagradasse um poderia ser taxado de “X9” e se despertasse a desconfiança do outro poderia ser condenado por associação ao tráfico. Um jovem da Cidade de Deus também manifestou essa preocupação:

O morador fica oprimido. Olha só, se você mora aqui, você é criado aqui, só porque você pegou uma certa amizade com um policial, só porque você levou um copo d’água, o tráfico te oprime. Se você é um morador que mora aqui há não sei quantos anos e se acostumou com o tráfico e ajuda o tráfico, o policial te oprime. Então tu fica acuado, porque tu tem que ficar no meio de tudo e de todos, mas não se deixar levar por nenhum deles. *Tem que ser que nem um poste, tem que ficar parado e intacto.* (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus; grifos meus)

A expressão “tem que ser que nem um poste” designava a forma como se materializava a “mobilidade” cotidiana nas favelas naquele momento em que o projeto das UPPs estava no auge de sua expansão. Essa (i) mobilidade estava relacionada a um sentimento de “paralisia” perante os posicionamentos em relação ao tráfico e à polícia. Nesse contexto, o dilema passou a ser como transitar pelo território sem que, no entanto, esse trânsito implicasse um ato de adesão a um dos lados. Daí a necessidade de introduzir uma importante nuance, pois, embora o discurso oficial apontasse que a “mobilidade” nas favelas aumentara com a chegada da UPP – e parte da população confirmasse que passou a circular com menos medo na favela com a redução dos tiroteios –, muitos moradores sinalizavam que a contiguidade territorial cotidiana com traficantes e policiais havia gerado também uma paralisia paradoxal. Paralisia essa que se impunha exatamente porque a maior “liberdade” de trânsito pelo território, que potencialmente ampliou a capacidade de ir e vir dos moradores – considerando a redução de tiroteios –, acarretou também a ampliação do risco

potencial de “contaminação”. Em suma, ao aumento potencial da mobilidade física correspondeu um crescimento real da tensão psicológica.

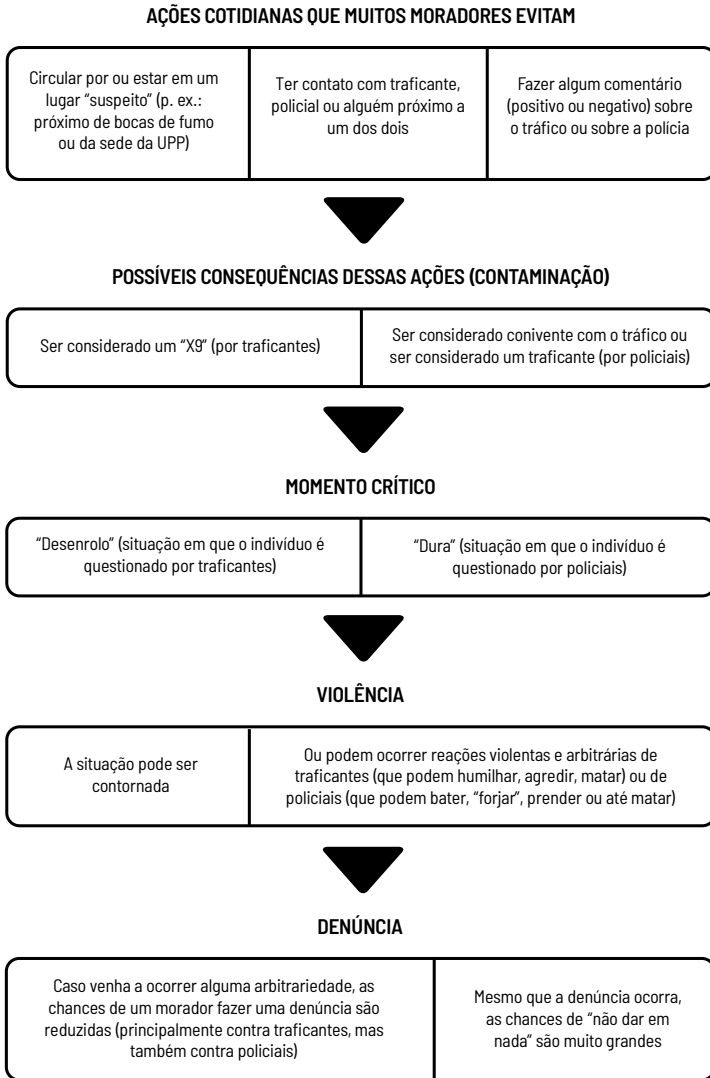
O quadro 4 mostra como a convivência cotidiana com esses dois agentes pouco previsíveis e potencialmente arbitrários e violentos – a polícia e o tráfico – obrigou os moradores a se preocuparem constantemente com possíveis consequências de atos corriqueiros dentro da favela. Nesse espaço tensionado em que todos se tornaram potencialmente monitorados, disseminou-se um medo permanente de que atos banais viessem a produzir uma “contaminação” que podia, por sua vez, acabar desembocando em uma situação crítica (como uma “dura” ou um “desenrolo”<sup>5</sup>). Embora esses momentos críticos possam ser “contornados”, sempre há o risco de que eles tenham um desfecho violento, envolvendo desde humilhações a graves agressões causadas tanto por traficantes como por policiais. Por isso, os moradores evitavam ao máximo esse tipo de situação – usando diferentes mecanismos descritos em detalhes no capítulo 5. Eles conheciam os riscos envolvidos e reconheciam que, uma vez que uma violência ocorresse, muito provavelmente ela não poderia ser denunciada no espaço público e, se fosse, o risco de “não dar em nada” ou de gerar alguma represália era enorme.

---

5 Uma jovem moradora de uma favela “pacificada” me disse certa vez que foge de um “desenrolo” como “quem foge da cruz”. Perguntei por que ela evitava tanto os desenrolos, e ela respondeu: “Ah, eu evito porque a gente nunca sabe como um desenrolo pode acabar. Pode ser que tudo se resolva no papo, mas também pode ser que você leve ou veja alguém levando um tapa na cara, uma madeirada ou até mesmo pode acabar em morte! Então, é sempre melhor evitar ir para um desenrolo!”.



Quadro 4 – Ações evitadas por moradores e seus possíveis desdobramentos



## O regime de “campo minado”

A sensação permanente de estarem sendo “monitorados” e, por isso, terem que aumentar a vigilância de si, empreendendo esforços cotidianos – como tentar controlar, ao máximo, onde, como, quando e com quem circulam,

falam ou estabelecem algum outro tipo de contato –, acabou gerando nos moradores de favelas “pacificadas” o sentimento de estar constantemente “pisando em ovos” ou vivendo em um “campo minado”.<sup>6</sup> Tanto no Santa Marta quanto na Cidade de Deus ouvi diversas vezes moradores usando essas duas expressões para indicar uma mesma característica da vida cotidiana no contexto pós-“pacificação”: uma espécie de imperativo de realização constante de antecipações. Antecipações essas que, diferentemente das brilhantes análises goffmanianas, não se reduzem ao risco de “perder a face” (Goffman, 1967), mas sim de perder a própria vida. Isso significa que, nesse contexto, todos precisavam fazer cálculos constantemente, ter cuidado e antecipar os riscos envolvidos antes que um passo fosse dado, pois um simples passo errado poderia “quebrar um ovo” ou detonar uma bomba – ou seja, poderia ter por corolário imediato uma situação crítica.

A expressão “campo minado” me pareceu heurísticamente válida, em especial porque, se entendermos a “pacificação” como a metáfora do estágio final de uma “guerra”, temos que pensar também no papel das minas que permanecem no palco do conflito armado. Isso porque, quando cessa o “fogo cruzado”, os campos minados permanecem como um problema a ser administrado,<sup>7</sup> e as bombas enterradas continuam sendo objeto de preocupação cotidiana, já que apresentam um alto potencial de letalidade e constituem uma permanente fonte de indeterminação para aqueles que habitam as áreas onde guerras (reais ou metafóricas) ocorreram.

---

6 Outros autores também vêm utilizando a expressão “campo minado”. Segundo Ost e Fleury (2013, p. 664), “há grande preocupação quanto à sustentabilidade do projeto UPP [...]. Tal preocupação leva-os [os moradores] a agir com prudência quanto às associações que fazem e quanto ao que falam, pois se sentem em um terreno ainda minado. Chega ao ponto de aqueles que obtiveram sucesso empresarial com a chegada da UPP pensarem na necessidade de sair do morro caso o projeto chegue ao fim, devido ao medo de represálias pelo seu alinhamento às forças dominantes na situação atual”. Mendonça (2014, p. 16), em sua dissertação, destaca que uma de suas interlocutoras em campo se referia à vida no Batan como um “campo minado”: “Aqui, pra todo lado que você vai, ou tem os UPP, ou tem milícia; atravessou, tem os caras do movimento. Tem que saber sempre onde você está pisando, é tipo um campo minado! Qualquer erro e você explode”.

7 Nas favelas “pacificadas”, é importante notar que o “campo minado” se autonomiza, não havendo mais uma subjetividade, um ator individual ou coletivo, a produzi-lo. É essa ambivalência que busquei analisar neste livro.

Nesse sentido, a metáfora é particularmente sugestiva porque no “campo minado”, diferentemente do “fogo cruzado”, a violência tem menos visibilidade – já que as minas estão enterradas e não são tão evidentes quanto os tiros que são escutados e que cruzam o campo de visão de todos ao redor. No entanto, embora menos visível, a violência não está ausente no “campo minado” e pode ser tão letal quanto no “fogo cruzado”, além de ainda envolver uma indeterminação permanente, considerando que ninguém sabe ao certo onde estão as bombas e que as tentativas de desarmá-las sempre envolvem riscos. Por isso, todos precisam desenvolver estratégias para tentar evitar o contato com elas. Todos precisam criar raciocínios lógicos e antecipatórios com o objetivo de antever e evitar a explosão das bombas – que, nas favelas “pacificadas”, é representada pelos “momentos críticos”.<sup>8</sup> Sugiro, portanto, usar a ideia de regime de “campo minado” (figura 23) para caracterizar essa nova fenomenologia do habitar que, se não se instaurou, ao menos se intensificou de forma particular no novo ambiente pós-“pacificação”.

Ao longo deste livro, trabalhei o conceito de investigação inspirado no pragmatismo de John Dewey (1938). No entanto, gostaria de ressaltar aqui que o autor parte de um pressuposto “otimista”, segundo o qual toda e qualquer indeterminação é, a princípio, superável. No tratado sobre a lógica, em que detalha sua teoria da investigação, Dewey não contempla situações cujas indeterminações estão além da capacidade do indivíduo de restituí-las à normalidade. Existe, portanto, um otimismo pressuposto que entende que a intensidade das situações indeterminadas é medida pela capacidade do indivíduo ou da coletividade que com elas se depara de superá-las. Tudo se passa como se toda e qualquer situação, por maior que seja a indeterminação, fosse reconduzível à situação estável – ou seja, habitual e rotineira.

---

8 A necessidade desse raciocínio matemático se torna muito evidente se pensarmos no jogo de computador, inventado por Robert Donner em 1989, que ganhou o nome de “campo minado”. A ideia do jogo é simples: o jogador tem que se movimentar por um campo minado sem deixar que nenhuma mina exploda sobre si. Há diversos métodos para resolver os problemas do jogo, como: análise de um quadrado, análise de dois quadrados e análise de minas compartilhadas. Mas, em alguns casos, nenhuma das análises se aplica, e o jogador precisa recorrer à adivinhação para descobrir

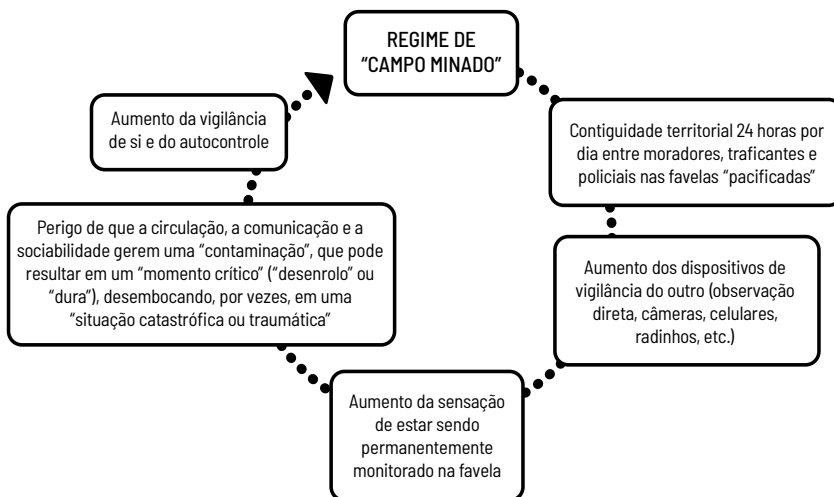


Figura 23 – Estrutura do regime de “campo minado”.

Fonte: Elaboração da autora.

Contudo, há situações cujas indeterminações não cessam ou simplesmente não são superáveis no sentido de serem reconduzíveis à normalidade. E o regime de “campo minado” expressa justamente isso. Nele os atores empreendem constantes investigações. Mas elas são realizadas menos para reconduzir a indeterminação à normalidade que para evitar que ela se intensifique a ponto de se tornar um momento crítico (uma “dura” ou um “desenrolo”) e, pior, uma situação catastrófica e traumática (uma ação violenta, como a cobrança ou a execução praticada por policiais ou traficantes). Utilizo aqui os conceitos de “catástrofe” e de “trauma” em termos bem formais, ou seja, como indeterminações ou problemas cuja in-

---

onde estão os quadrados sem minas e vencer o jogo. Sustento que é possível estabelecer um paralelo entre o *game* e a experiência vivenciada pelos moradores de favelas “pacificadas” porque, tanto no jogo como na vida, aqueles que estão caminhando pelo “campo minado” precisam traçar estratégias de ação partindo de padrões de análise que podem ser mais simples ou mais complexos. No entanto, em ambos os casos, essas estratégias têm um limite e, por mais que os jogadores sejam “bons de matemática”, precisam lidar com a indeterminação e, em alguns momentos, precisam simplesmente se arriscar, fazendo adivinhações sem nenhuma garantia de que uma bomba não vá explodir sobre si.

tensidade transcende a capacidade da pessoa que se depara com eles – ou do coletivo que os enfrenta – de superá-los, de trazê-los à “normalidade”.

Daí duas questões se colocam a partir da análise do regime de “campo minado” que nos fazem ir além da lógica da investigação proposta por Dewey (1938). De um lado, o regime de “campo minado” é uma fenomenologia do habitar que implica uma constante ausência de familiaridade com o ambiente. Porém, tudo se passa como se a situação problemática se tornasse rotina, e a investigação um hábito. Um aparente paroxismo decorre daí, pois, nesse caso, há uma rotina que nunca se rotiniza por completo e um hábito que nunca se torna integralmente habitual. Isso porque o jogo de antecipações e de “contaminações” existente na experiência de “campo minado” produz uma reciprocidade de expectativas *sui generis*, cujo efeito mais imediato é o de impedir que os habitantes das favelas se relacionem com o seu local de moradia a partir de um “regime de familiaridade” (Thévenot, 2006). E, na ausência de familiaridade, há então uma forma de engajamento particular com o ambiente traduzida na perda do descanso típico de uma sociabilidade ancorada em regras estabilizadas que “permitem continuar” (Giddens, 2002) tacitamente em conjunto.<sup>9</sup>

De outro lado, o regime de “campo minado” também obriga a expandir o modelo da investigação de Dewey e a contemplar situações que o seu pragmatismo “otimista” simplesmente deixa de lado. Isso porque, como já pontuado, a investigação dos atores no regime de “campo minado” visa não tanto impedir a ocorrência da situação problemática – esta é, em certo sentido, a sua condição permanente –, mas prevenir o momento crítico

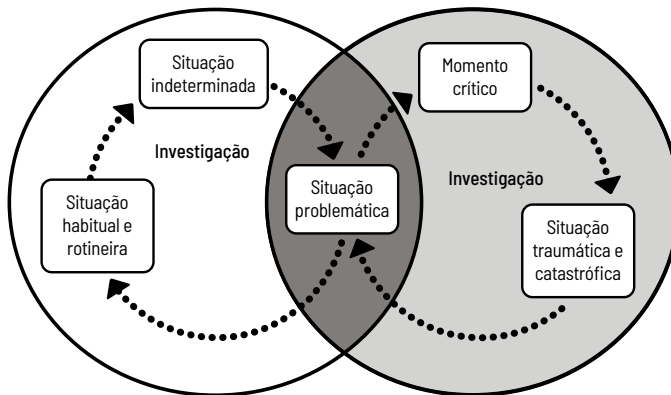
---

9 Giddens (1991) articula o debate entre confiança e rotina através do conceito de segurança ontológica. Quando utiliza essa expressão, o autor se refere “à crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua autoidentidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes [...]”. A segurança ontológica tem a ver com ‘ser’ ou, nos termos da fenomenologia, ser-no-mundo” (p. 95). A noção de segurança, como afirma Giddens, “liga-se intimamente ao caráter tácito da consciência prática – ou, em termos fenomenológicos, ao ‘pôr entre parênteses’ suposto pela ‘atitude natural’ na vida cotidiana” (Giddens, 2002, p. 40). A atitude natural coloca entre parênteses perguntas que devem ser dadas como respondidas para que se possa enfrentar a atividade cotidiana. Em suas palavras: “A consciência prática, junto com as rotinas diárias reproduzidas por ela, ajuda a pôr em parênteses as ansiedades não só, nem mesmo principalmente, por causa da estabilidade que implicam, mas por seu papel constitutivo na organização de um ambiente de ‘faz de conta’ em relação às questões existenciais” (Giddens, 2002, p. 41).

e, sobretudo, evitar, a todo custo, a situação catastrófica ou traumática. Nesse sentido, a lógica que rege a investigação do “campo minado” não é “como resolver a situação”, de modo a torná-la estável, mas “como evitar a catástrofe”, ou seja, como impedir que a situação problemática tenda para o “desenrolar”, a “dura” e, por conseguinte, para a ação violenta.

#### Investigação segundo John Dewey (1938)

A investigação vem na sequência de uma situação indeterminada e estabelece uma situação problemática. Objetivo maior da investigação: reconduzir a situação problemática à situação estável (habitual e rotineira).



#### Investigação no regime de “campo minado”

A investigação se torna ação habitual.  
A situação problemática se torna rotina.  
Objetivo maior da investigação: evitar momentos críticos que podem desembocar em uma situação traumática e catastrófica.

Figura 24 – Comparação entre a lógica da investigação para Dewey (1938) e a lógica da investigação no regime de “campo minado”.

Fonte: Elaboração da autora.

Não se trata aqui de opor um pragmatismo “pessimista” (Stavo-Debaugé, 2012) ao pragmatismo “otimista” de Dewey, mas de desenvolver ferramentas analíticas que permitam dar conta das experiências dos atores quando eles se deparam (virtual ou atualmente) com situações cuja indeterminação ou problema ultrapassam sua capacidade de resolvê-los. Afinal, quando tratamos de situações nas quais os atores estão su-

jeitos a pauladas ou a tiros de arma de fogo, saímos de uma situação problemática e caímos em uma situação traumática e catastrófica, ou seja, em uma situação cujos efeitos são potencialmente irreversíveis, razão pela qual o vocabulário da “superação”, da “estabilização” ou da “recondução à ‘normalidade’” perde sua operacionalidade.

### **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**

Penso no regime de “campo minado” como uma contraposição ao regime de “fogo cruzado” que estava em voga antes da inauguração das UPPs (e que permaneceu em vigência nas favelas não “pacificadas”). Tanto o “fogo cruzado” como o “campo minado” resultam da sobreposição de dois regimes territoriais diferentes e conflitantes presentes nos territórios das favelas: o imposto pelo tráfico e o imposto pela polícia. Cada um envolve dinâmicas distintas. Enquanto a lógica do “fogo cruzado” se baseia na oscilação entre confrontos (que ocorriam a partir da realização de operações policiais nas favelas) e negociações (que envolviam o estabelecimento dos valores dos “arregos”), a do “campo minado” é calcada na investigação permanente do ambiente e no monitoramento constante dos fluxos de circulação de pessoas e objetos que nele ocorrem.

É importante destacar que o regime de “campo minado” é experimentado não só pelos moradores de favelas “pacificadas”, mas também pelos traficantes que atuam nesses territórios, pelos policiais que ali trabalham e até mesmo por outras pessoas que circulam por essas áreas (eu mesma narrei, na introdução deste livro, que também senti na pele a sensação permanente de estar sendo vigiada enquanto fazia meu trabalho de campo).<sup>10</sup> Os moradores são, sem dúvida, o lado mais fraco da disputa de forças existente no “campo minado”, mas isso não quer dizer que eles sejam apenas “passivos”; além de serem monitorados, eles também monitoram.

A experiência de “campo minado” não é vivida sempre da mesma forma. Ela varia dependendo: a) da pessoa, b) do lugar e c) do momento

---

<sup>10</sup> Obviamente sei que não posso comparar a minha experiência de “campo minado” com a de um “morador comum” da favela, uma vez que, mesmo morando no Santa Marta, para mim era muito mais fácil sair do morro caso me sentisse ameaçada, em comparação a alguém com casa e família no local.

em questão. Essa experiência vivida por um policial obviamente não é a mesma vivida por um traficante ou por um morador. Mesmo entre cada um desses grupos há muitas variações. Traficantes, policiais e moradores não são grupos homogêneos. Logo, a experiência de “campo minado” vivenciada, por exemplo, por um homem jovem negro provavelmente é muito distinta da de uma mulher mais velha branca. Não poderia deixar de frisar, portanto, que especialmente raça e gênero, mas também geração, atividade profissional, engajamento político, filiação religiosa, dão contornos específicos para as experiências de “campo minado”. E isso vale para moradores, mas também para policiais e traficantes, pois a sensação de estar sendo constantemente monitorado pode variar muito dependendo da atividade que cada um exerce e da posição que cada um ocupa na hierarquia da polícia ou do tráfico.

Há também uma variação significativa dessa experiência de “campo minado” de favela para favela. Desde o início da minha pesquisa na Cidade de Deus, notei que ali, em comparação ao Santa Marta, os moradores tinham bem menos contato com a polícia e que era muito mais intensa a circulação de rumores sobre represálias impostas pelo tráfico para quem se aproximasse dos policiais. A circulação desse tipo de informação obviamente tem um impacto nas expectativas e nos jogos de antecipação realizados cotidianamente pelos atores.

Vale ainda ressaltar que há uma variação dessa experiência mesmo dentro da favela, dependendo da região em questão. Na área dos Apartamentos na Cidade de Deus, os moradores narravam que, desde o início da ocupação policial, o clima sempre foi menos tenso, enquanto no Karatê “o bicho pegava e continua pegando”. Isso era notado não só pelos moradores, mas também pelos próprios policiais. Certa vez, estava em um dos prédios da UPP na Cidade de Deus, sentada na portaria esperando o comandante sair de uma reunião para fazer uma entrevista com ele, quando um grupo de policiais começou a conversar do meu lado. Um falou para o outro que o clima no Karatê estava tenso, que no plantão anterior haviam jogado pedras na viatura enquanto trabalhavam lá. Outro policial comentou: “Pedra não é nada, o pior são os tiros que, vai e volta, dão em cima da gente. Lá não tem como ficar tranquilo, não. Tem



que estar sempre atento, porque sempre tem alguém nos monitorando, e a qualquer hora pode ocorrer um ataque”.

Além de variar de lugar para lugar, o grau de intensidade da experiência de “campo minado” também varia de um momento para outro. Isso significa que circular em certas áreas durante o dia pode ser mais complicado que à noite, que no fim de semana o monitoramento pode ser mais intenso que em um dia de semana. Além dessas variações infinitesimais, há também variações mais visíveis que ocorrem de um período para outro.

Em linhas bem gerais, é possível dizer que, no primeiro ano após a chegada da UPP, a experiência de “campo minado” foi muito intensa. Isso porque, por um lado, aumentaram abruptamente os dispositivos de vigilância utilizados pela polícia na favela, como as abordagens policiais constantes e a instalação de câmeras em diversos pontos para ajudar a UPP a mapear “quem era quem” e controlar os fluxos de circulação no território. Por outro lado, os traficantes também reforçaram seus sistemas de vigilância, usando, por exemplo, olheiros espalhados por toda a favela para monitorar o deslocamento dos policiais pela área e também a aproximação entre os PMs e a população local. Formavam-se, assim, múltiplas camadas de vigilância.

Nos dois primeiros anos de UPP, a partir de uma vigilância constante, traficantes, policiais e moradores foram mapeando o novo ambiente da favela e também os padrões de ação uns dos outros. Uma vez que esses padrões foram mapeados, tornou-se um pouco mais fácil “ler o clima” da favela e fazer antecipações. Houve, portanto, a partir do fim de 2010, uma rotinização das UPPs e um afrouxamento momentâneo do monitoramento e da experiência de “campo minado”.

Inicialmente, os moradores narram que esse afrouxamento gerou um distensionamento das relações e uma redução momentânea na sensação de “cerco”. Mas, em pouco tempo, essa percepção foi mudando e eles passaram a associar o afrouxamento da vigilância nas áreas pacificadas ao incremento de crimes não letais, ao novo fortalecimento do tráfico e ao aumento da corrupção, o que gerou um retensionamento das relações e conseqüentemente uma ampliação da experiência de “campo minado”.

Com o aumento dos casos de corrupção,<sup>11</sup> os moradores do Santa Marta e da Cidade de Deus, por exemplo, passaram, a partir de 2011, a novamente expressar o medo de fazer denúncias contra o tráfico em áreas “pacificadas”. Essa “volta da corrupção” colaborou para abalar a reputação do projeto das UPPs e a confiança dos moradores na polícia. Eles ficaram mais receosos de estabelecer qualquer contato com os policiais na favela, pois não sabiam mais quem estava “fechado” com o tráfico ou não. Tal sensação aumentou ainda mais depois do caso Amarildo, das manifestações de 2013, da quebra do consenso que havia em torno das UPPs, do (re)fortalecimento do tráfico e da intensificação dos conflitos armados entre traficantes e policiais em áreas “pacificadas”.

A partir de 2014 e 2015, o aumento dos tiroteios e a volta do “fogo cruzado” em favelas com UPP fizeram com que as preocupações com a interrupção das rotinas, presentes no período pré-“pacificação”, voltassem a fazer parte do cotidiano dos moradores de várias favelas “pacificadas”. Mas, diferente do que uma análise apressada poderia indicar, o retorno do “fogo cruzado” não trouxe de volta a experiência de “vida sob cerco” tal como ela era antes da invenção das UPPs, uma vez que a lógica do “campo minado” não desapareceu por completo. Pelo contrário, como o ambiente ficou mais tenso, policiais, traficantes e moradores redobram a vigilância. Como sabem que estão sendo ainda mais monitorados, todos tentam antecipar possíveis desdobramentos de suas ações. Consequentemente, a vigilância do outro, de si e o autocontrole também foram reforçados nesse período.

---

11 Tanto no regime de “fogo cruzado” como no de “campo minado”, policiais podem usar o poder que possuem para extrair benefícios pessoais, mas as negociações dos subornos parecem ocorrer de modo um pouco diferente nos dois regimes. No “fogo cruzado”, os traficantes pagam para que operações não ocorram na favela, enquanto no “campo minado” o pagamento de propinas – que geralmente é acordado com policiais específicos ou com determinados “plantões” – está mais associado ao afrouxamento do monitoramento em certos lugares, horários e dias. Além de aceitarem “arregos” para “não ver” o que está ocorrendo em certas áreas da favela e até para não circular por certas partes do território, policiais corruptos também têm praticado “sequestros” de traficantes – que são “capturados” e devolvidos para a favela, sem serem presos, caso seja pago um “resgate” – e “roubos” de cargas e armas – que depois são novamente revendidas para outros traficantes.

Portanto, penso que a volta dos tiroteios gerou uma sobreposição com variações de intensidade entre o regime do “fogo cruzado” e o do “campo minado” em áreas com UPP. Logo, em alguns momentos, a ansiedade gerada pelo “fogo cruzado” passa a centralizar a atenção dos atores, enquanto em outros momentos (em que o “fogo cessa”) a preocupação com o monitoramento e as “contaminações” passa a ganhar novamente centralidade no cotidiano dessas favelas. Mas nos dois momentos há uma continuidade da experiência de “vida sob cerco”, que segue sendo reatualizada tanto pelos confrontos armados como pela vigilância constante.

Acredito, assim, que, para refletir sobre a crise das UPPs (Corrêa; Menezes, 2018; Vilarouca; Ribeiro; Menezes, 2022) e o desmonte do projeto de “pacificação”, é necessário pensar nas possíveis sobreposições, interpenetrações e arranjos criativos entre o que aqui chamei de regime de “fogo cruzado” e regime de “campo minado”. Isso porque um dos principais “legados” que o projeto das UPPs deixou foi o incremento da militarização da vida nas favelas (Leite *et al.*, 2018; Carvalho, 2018; Rocha, 2019a; Rocha; Motta, 2020; Martins, 2020), com ênfase especial na vigilância e no controle das mobilidades nesses territórios. Portanto, habitar favelas atualmente significa para os moradores não apenas viver entre “dois deuses”, mas também ter que conviver cotidianamente tanto com o perigo do “fogo cruzado” quanto com a vigilância de simetria generalizada do regime de “campo minado”.

## POSFÁCIO

Desde que finalizei a pesquisa que deu origem a este livro, o cenário descrito aqui sofreu diversas e significativas transformações. Obviamente, não será possível analisar todas elas neste posfácio – até porque um ou vários outros livros seriam necessários para isso. No entanto, julgo importante elencar algumas dessas mudanças para, posteriormente, refletir sobre sua relação com o processo de emergência e queda do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) ao longo de uma década.

O objetivo deste posfácio não é, portanto, tratar de forma detalhada das alterações ocorridas em uma escala macrossocial, mas sim mapear alguns de seus impactos em um plano microssituado. Para tanto, comecei elencando dez eventos políticos e sociais ocorridos entre 2015 e 2018. Em seguida, apresentarei um panorama de suas implicações na vida cotidiana das favelas onde fiz trabalho de campo:

- 1) A primeira mudança ocorrida desde que escrevi a última linha das considerações finais deste livro foi o processo de *impeachment* presidencial, que se desenrolou entre 12 de maio e 31 de agosto de 2016.
- 2) Enquanto estava em curso o golpe parlamentar que destituiu a presidente Dilma Rousseff, pela primeira vez na história do Rio de Janeiro, em junho de 2016, foi decretado “estado de calamidade pública”,<sup>1</sup> devido à “grave crise financeira” que impedia o cumprimento das obrigações assumidas por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.
- 3) Logo após a realização das Olimpíadas, no início de outubro de 2016, José Mariano Beltrame, o secretário que mais tempo permaneceu à frente da pasta de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, e que criou o projeto das UPPs, pediu exoneração do cargo – o qual foi assumido por seu subsecretário, Roberto Sá.

---

<sup>1</sup> De acordo com um decreto publicado em edição extraordinária do *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, o governo temia um “total colapso na segurança pública, na saúde, na educação, na mobilidade e na gestão ambiental” e, por isso, adotaria “medidas excepcionais necessárias à racionalização de todos os serviços públicos essenciais, com vistas à realização dos jogos” (Boeckel *et al.*, 2016).

- 4) Naquele mesmo mês, Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, elegeu-se prefeito da cidade do Rio de Janeiro.
- 5) Em novembro de 2016, foi decretada a prisão do ex-governador Sérgio Cabral, sob a suspeita de receber milhões em propina para fechar contratos públicos.
- 6) No ano seguinte, houve um aumento significativo dos homicídios no Rio de Janeiro, e o número de mortes violentas no estado se aproximou daqueles registrados antes das UPPs.<sup>2</sup>
- 7) Logo após o carnaval de 2018, foi anunciado o início da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, que durou até 31 de dezembro do mesmo ano.<sup>3</sup>
- 8) Duas semanas após ter assumido a relatoria da comissão da Câmara de Vereadores criada para acompanhar a intervenção federal, Marielle Franco – que, a partir de uma longa trajetória de defesa dos direitos humanos, tinha sido eleita vereadora em 2016 com uma expressiva votação –, foi brutalmente assassinada em um ataque que também vitimou seu motorista, Anderson Gomes.<sup>4</sup>
- 9) Em outubro de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República e Wilson Witzel, governador do Rio de Janeiro – substituindo o então titular do cargo, Luiz Fernando Pezão.

---

2 Foram 6.731 casos de mortes violentas ocorridas no estado do Rio de Janeiro em 2017, sendo que 1.124 ocorrências foram causadas pela polícia. A taxa de homicídios decorrentes de intervenção policial ficou em 6,7 por 100 mil habitantes, a maior desde 2008, quando foram inauguradas as primeiras UPPs (RJ fecha 2017..., 2018).

3 O general do Exército Walter Souza Braga Netto tornou-se interventor no estado, assumindo o comando da Secretaria de Segurança, das polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e do sistema carcerário estadual. Como aponta Miagusko (2018, p. 160), “uma das causas que motivaram fortemente a intervenção na política de segurança do estado não foram apenas as imagens que circularam com o ataque a turistas ou moradores por assaltantes [no carnaval]. O que parece ter motivado foi o aumento do roubo de carga no estado, os custos do transporte e a logística da chegada de produtos na região metropolitana e, sobretudo, na capital”.

4 Compartilho com Leite *et al.* (2018) a certeza de que o assassinato de Marielle, ocorrido em 14 de março de 2018, “foi um crime político, por seu ativismo, denunciando as arbitrariedades e crimes perpetrados pelos aparatos estatais de repressão” (p. 3). Para mais informações sobre a trajetória de Marielle Franco, ver Rocha (2019b).

10) Pezão, no entanto, não conseguiu concluir seu mandato, porque teve prisão decretada em novembro de 2018 – dois anos após a detenção de Cabral –, sob a acusação de ter recebido dinheiro desviado durante os sete anos em que foi vice-governador.

Ao mesmo tempo que esses eventos ocorriam nos âmbitos federal, estadual e municipal, as UPPs eram progressivamente desmontadas. Embora o consenso que ajudava a sustentar o projeto já começara a ser quebrado em 2013, com o caso Amarildo – como mostro no capítulo 10 –, após os Jogos Olímpicos de 2016, o processo de desmonte das UPPs se intensificou ainda mais. Findos os grandes eventos, acelerou-se o enfraquecimento da chamada “polícia de proximidade”,<sup>5</sup> com a redução do efetivo, do orçamento e, posteriormente, do número de UPPs existentes. Tais reduções foram publicamente justificadas com o argumento de que o projeto de “pacificação” já não estava mais cumprindo um de seus principais objetivos: o de evitar confrontos e mortes violentas em favelas “pacificadas”.

Ao longo deste livro, demonstrei como a redução momentânea do regime de “fogo cruzado” nos primeiros anos de “pacificação” – embora tenha gerado um alívio na rotina dos moradores de favelas – não significou o fim da experiência de “vida sob cerco”, mas sim a sua transformação, a partir da emergência do regime de “campo minado”. A contiguidade territorial entre policiais e traficantes 24 horas por dia nos territórios “pacificados” alterou a fenomenologia do habitar na favela, instituindo novas pressões psicológicas com as quais os atores que moravam, traba-

---

5 Segundo moradores, no Santa Marta, assim como ocorreu na maior parte das favelas com UPPs, os policiais deixaram de fazer rondas frequentes pelo território e passaram a ficar dentro das sedes. Até mesmo as trocas de turno dos agentes deixaram de ser feitas dentro da favela. PMs passaram a acessar a localidade apenas pela parte alta do morro, sem transitar por seus becos e vielas. Na percepção dos moradores, a redução do policiamento contribuiu para o fortalecimento dos traficantes – que passaram a ostentar cada vez mais armas e drogas pela favela –, assim como de bocas sedentárias em áreas que passaram a ser evitadas pela população. O Cantão, por exemplo, que havia se tornado ponto turístico do Santa Marta com a “pacificação”, passou a ser temido e evitado por muitos habitantes do morro. Comerciantes se queixam da queda da movimentação na área, que prejudicou significativamente o faturamento de seus negócios.

lhavam ou simplesmente circulavam em áreas “pacificadas” tiveram que aprender a lidar.

Não considero que a (re)intensificação do regime de “fogo cruzado”, motivada pela “crise” do projeto, tenha significado uma volta ao cenário pré-UPPs, como matérias de jornal e até alguns pesquisadores sugerem. Embora as taxas de mortes violentas, a partir de 2017, tenham se aproximado muito daquelas registradas no período pré-“pacificação”, aqueles que vivem, trabalham e/ou transitam em favelas hoje estão tendo que enfrentar um cenário ainda mais complexo e dramático do que o de uma década atrás. Os anos 2000 e 2010 foram marcados por um incremento significativo da militarização da vida cotidiana carioca (Leite *et al.*, 2018), cujo ápice foi a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Nesse processo, as UPPs, em especial, deixaram como um de seus principais “legados” a intensificação do uso não só de dispositivos de guerra mais “tradicionais” – como armamento pesado, “caveirão” terrestre, “caveirão” voador, tanques do Exército e da Marinha, entre outros –, mas também de dispositivos de vigilância – como câmeras, celulares, drones, etc. Vale notar que os dispositivos de confronto, assim como os de monitoramento, continuam sendo usados de forma complementar e intensiva tanto por agentes estatais como por agentes criminais,<sup>6</sup> configurando situações que transitam permanentemente nas fronteiras porosas do legal e do ilegal, do lícito e do ilícito (Telles, 2010).

Entendo que o desmonte, ou mesmo a extinção, das UPPs em algumas favelas não significou o fim do “regime de campo minado” nesses territórios, uma vez que moradores de áreas antes consideradas “pacificadas” hoje têm que lidar com a ansiedade e as consequências geradas, por um lado, pelos tiroteios frequentes e, por outro, pelo monitoramento constante nos territórios das favelas. Para fazer uma breve reflexão sobre os efeitos de possíveis sobreposições, interpenetrações e arranjos criativos entre os regimes de “fogo cruzado” e de “campo minado”, apresento a seguir a seleção de algumas cenas etnográficas observadas diretamente

---

6 Nos últimos anos, circularam diversas denúncias de que, além de venderem armas e munição para traficantes, policiais teriam alugado “caveirões” para criminosos no intuito de facilitar invasões a territórios de facções rivais (Alfano *et al.*, 2017).

por mim ou descritas por meus interlocutores entre 2015 e 2018 no Santa Marta e na Cidade de Deus.<sup>7</sup>

Para dar início a tal reflexão, é importante ressaltar que a “crise” das UPPs teve desdobramentos bastante distintos em cada uma dessas favelas. No caso do Santa Marta, a polícia continua atuando no morro (ainda que de um modo bastante diferente do início da “pacificação”), e, segundo a instituição, a primeira UPP inaugurada na cidade “não será descontinuada”.<sup>8</sup> Já a Cidade de Deus, depois de ter sido ocupada por militares durante a intervenção federal no mês de junho de 2018, teve sua UPP extinta no mês seguinte.<sup>9</sup>

Apesar disso, pude notar que em ambas as favelas, entre 2015 e 2018, moradores tiveram suas vidas cotidianas marcadas por uma série de arbitrariedades e violências praticadas tanto pelo tráfico quanto pela polícia. De um modo geral, essas ações incluem: mortes violentas; furtos; interrupção de serviços básicos nas favelas; tentativas de monitorar o território e a circulação de corpos, objetos e informação; iniciativas para evitar possíveis denúncias e delações.

---

7 Durante esse período, voltei a frequentar o morro Santa Marta e a me comunicar com frequência com meus interlocutores tanto da favela de Botafogo como da de Jacarepaguá pelo aplicativo de chamadas WhatsApp. Ao longo de 2018, um de meus principais interlocutores na Cidade de Deus produziu diários de campo com relatos da vida cotidiana na favela.

8 De acordo com moradores, a atuação da polícia foi inclusive intensificada em 2018, após uma mudança no comando da UPP. A nova comandante decidiu que as trocas de turno dos agentes voltariam a acontecer na favela, o que significou a volta de policiais em circulação/ronda pelo morro em determinados horários do dia. Porém, como esse trânsito estaria “proibido” pelo tráfico, os confrontos “passaram a ser diários, com hora marcada para começar, que [era] justamente o horário de sair para trabalhar e levar as crianças para a escola”. Além disso, conflitos passaram a ocorrer principalmente às sextas-feiras, uma vez que a nova comandante havia proibido a realização dos bailes *funk* que ocorriam nesse dia da semana. Como, mesmo sem autorização, os jovens ligados ao tráfico estariam insistindo em realizar bailes e em portar fuzis nas ruas durante a festa, todas as sextas-feiras um “caveirão” branco passou a ficar parado no Cantão, onde confrontos começaram a ocorrer com frequência.

9 A UPP da Cidade de Deus foi a quarta a ser desativada. Anteriormente, já haviam sido extintas as UPPs da Vila Kennedy e do Batan, também na Zona Oeste do Rio, e da Mangueirinha, na Baixada Fluminense.



Tais eventos geram uma forte tensão cotidiana entre os moradores e um medo enorme de denunciar qualquer uma dessas arbitrariedades. No entanto, também suscitam a organização de resistências coletivas, que incluem não só formas tradicionais de protesto e manifestação pública, mas também novos formatos de ações conjuntas. Esses novos modelos vêm se beneficiando dos dispositivos de vigilância e de monitoramento – como celulares que filmam, fotografam e dispõem de diversos aplicativos – para tentar, por um lado, mapear a ocorrência de conflitos com o objetivo de facilitar a (i)mobilidade na favela e, por outro, criar canais mais seguros para a realização de denúncias (Mano; Menezes, 2021a, 2021b).

Duas cenas ilustram algumas das arbitrariedades cometidas pelo tráfico nos últimos anos e a dificuldade de denunciá-las. A primeira chegou ao meu conhecimento por uma mensagem que recebi de Marielle Franco em outubro de 2015.<sup>10</sup> Era dia 20 e, como eu tinha feito aniversário no dia 16, ela começou o recado, enviado pelo Facebook, dizendo: “Lindona, parabéns atrasado! Desculpa te perturbar, mas queria uma ajuda com relação a esse caso”. Em seguida, enviou-me o *link* de uma matéria cujo conteúdo narrava o desaparecimento de dois irmãos que moravam no Santa Marta: Evelyn Araújo, de 14 anos, e Eliel Lucas Araújo, de 18. Segundo a reportagem,

Washington Luís Alves, de 21 anos, conhecido como Di Banana, tentou um flerte com a menina durante um baile *funk*. Rejeitado na abordagem, ele teria chegado a agredir Evelyn com uma coronhada. Nas semanas seguintes, ainda segundo esses relatos, a jovem passou a criticar Washington abertamente na comunidade, desagradando os traficantes. Quando o bandido foi preso por policiais militares da UPP, em 11 de setembro, os criminosos teriam desconfiado de que Evelyn o havia delatado, o que culminou na retaliação. (Soares, 2015)

---

10 Desde que iniciei a pesquisa no Santa Marta em 2009, um ano após o início de sua ocupação, encontrei-me com Marielle diversas vezes na favela. Nos primeiros anos de “pacificação”, ela acompanhou de perto uma série de tentativas de resistência dos moradores às arbitrariedades cometidas pela polícia – que descrevo nos primeiros capítulos deste livro. Entre 2009 e 2010, ela apoiou a formulação e o lançamento da cartilha de abordagem policial do Santa Marta, mencionada no capítulo 3.

Marielle – que, na época, atuava no mandato do então deputado estadual Marcelo Freixo e na Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) – pedia na mensagem que eu a avisasse caso soubesse de alguém capaz de dar informações sobre o ocorrido. Como eu não estava no Rio naquela semana, entrei em contato com amigos do Santa Marta pelo WhatsApp e pelo Facebook, mas todos preferiram conversar ao vivo, justificando que não seria possível “desenvolver [o assunto] pelo Face”, já que “ninguém esta[va] podendo falar disso [naquele] momento”, que “o clima esta[va] tenso” e que “esta[va] tudo abafado” – ou seja, ninguém podia emitir comentários sobre o fato.

Combinei de conversar pessoalmente com moradores quando voltasse ao Rio. Marielle disse que estava à disposição caso alguém precisasse de ajuda para denunciar o ocorrido, embora soubesse que fazer denúncias contra o tráfico era tão ou mais difícil que denunciar abusos policiais. Ela tinha razão. Ninguém com quem conversei se sentiu seguro para denunciar o caso, uma vez que os rumores e especulações apontavam que os jovens haviam sido assassinados por traficantes por terem sido considerados “X9”. Posteriormente, essa versão foi confirmada pela polícia, que prendeu, em fevereiro de 2016, um dos acusados de cometer o crime.

Passados três anos, no fim de 2018, um outro caso, ocorrido na Cidade de Deus, chamou-me particular atenção. Via WhatsApp, recebi notícias de que dois jovens que eu havia conhecido, à época de meu trabalho de campo, na condição de membros da Assembleia de Deus tinham sido assassinados pelo tráfico. Os dois, que já haviam saído da igreja e estavam trabalhando na “endolação” de drogas, foram acusados de venda clandestina na favela (ou seja, de comercializar substâncias ilícitas sem pertencer à boca de fumo). Segundo relatos, depois de mortos a facadas, ambos tiveram os corpos queimados; com isso, suas famílias não puderam sequer enterrá-los.

Embora muitas pessoas tenham lamentado a morte dos jovens, em momento algum, houve qualquer iniciativa dos moradores da Cidade de Deus em direção a uma possível denúncia do caso. Quando souberam que o pai de um dos meninos fora até a “boca” pedir o corpo do filho e teve seu pedido ignorado, os moradores com quem falei não pareceram estra-

nhar o ocorrido. Um deles me disse que o dono daquela área da Cidade de Deus “cobra mesmo. O que estiver errado, ele vai cobrar. Não tem pedido. O cara está tomando as atitudes dele para não virar bagunça”.

Quase sempre que eu perguntava a meus interlocutores como estava o “clima” na favela, além de ouvir casos de arbitrariedades cometidas por traficantes, também recebia relatos de abusos cometidos por policiais. No início de 2019, um morador da Cidade de Deus descreveu o “ritmo” da favela da seguinte maneira: “Continua o mesmo tiroteio de sempre. ‘Caveirão’ entrou esses dias, teve uma operaçãozinha”. Outro morador foi além: “No fim de 2018, policiais entraram numa casa, se esconderam e depois balearam dois moleques”.

Em 2018, o cotidiano do Santa Marta foi marcado por conflitos que geraram uma série de transtornos para os moradores, como a dificuldade de entrar e sair do morro e as constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica – uma vez que, em situações de tiroteio, não é raro que policiais ou traficantes atirem nos transformadores, deixando o morro no escuro.<sup>11</sup> Além disso, a intensificação dos confrontos armados deixou pessoas feridas ao longo desse mesmo ano. Em setembro, uma mulher foi atingida por bala dentro de sua casa em Botafogo durante uma troca de tiros no Santa Marta (Mulher..., 2018). Em dezembro, um policial foi baleado durante um confronto na Laje do Michael Jackson, considerada o principal ponto turístico da favela (Policial..., 2018). O caso mais grave, no entanto, foi a morte de um jovem morador em agosto, que passo a narrar a seguir.

Na semana do ocorrido, fui ao Santa Marta e ouvi muitas pessoas lamentando a morte do jovem, que, segundo relatos, tinha entrado para o tráfico poucos dias antes do falecimento. Diversos moradores afirmaram que sua morte não ocorrera em uma troca de tiros, como noticiado pela mídia (Homem..., 2018). Segundo meus interlocutores, policiais estavam fazendo ronda pela favela quando encontraram um grupo armado. Todos do grupo teriam corrido, com exceção do jovem, que era mais inexperiente em confrontos; em virtude disso, acabou sendo executado pelos PMS

---

11 Em 2018, houve mais tiroteios na favela de Botafogo do que no Parque Proletário, no Complexo da Penha, e em Nova Brasília, no Complexo do Alemão. O Santa Marta deixou de ser considerado um modelo de sucesso da política de pacificação e passou a ser descrito como símbolo da decadência das UPPs (Soares, 2018).

com vários tiros. Como o rapaz realmente estava “envolvido” com o tráfico, ninguém cogitou a hipótese de denunciar sua execução pela polícia.

Entretanto, no mês de dezembro de 2018, em duas ocasiões, outras arbitrariedades cometidas por PMs foram publicamente denunciadas por moradores do Santa Marta. No dia 7 daquele mês, algumas lideranças comunitárias participaram de uma caminhada pela favela de Botafogo com representantes da Defensoria Pública.<sup>12</sup> A ideia da visita, como divulgado em redes sociais, era ouvir os moradores a respeito das “violações de direitos, ‘esculachos’, ‘pé na porta’, abuso de poder, falta de água, luz e transporte público (bondinho), entre outras questões”.

Durante a visita, lideranças denunciaram que policiais estariam entrando na casa de moradores sem mandado – não só “metendo o pé na porta”, como de costume, mas também usando um instrumento que eles chamaram de “chave mestra”. O dispositivo, segundo os relatos, seria capaz de abrir toda e qualquer porta, evitando arrombamentos.<sup>13</sup> Por isso, alguns moradores chegaram a descrever situações em que foram acordados por policiais “em cima deles na cama”, sem antes terem ouvido qualquer barulho ou indício de arrombamento da porta. Outros também narraram episódios em que, ao chegar em casa depois do trabalho, encontraram objetos fora do lugar, armários e gavetas revirados, além de notar o desaparecimento de alimentos da geladeira e de determinados objetos de valor, como tênis, perfumes, documentos e dinheiro em espécie.<sup>14</sup>

---

12 Essa atividade fez parte do Circuito Favelas por Direitos, iniciativa de articulação entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil, que percorrem territórios de favelas, escutando e registrando os relatos de moradores sobre violações de agentes de segurança do Estado.

13 Conversando com um morador em outro momento sobre a “chave mestra”, ouvi uma versão diferente sobre o uso do dispositivo. Na visão dele, não existiria uma chave capaz de abrir qualquer porta. Na verdade, policiais conseguiriam entrar nas casas sem arrombar as fechaduras porque estariam circulando pelo morro com um chaveiro contratado, ou talvez com algum agente da polícia que tivesse feito curso de chaveiro. Assim, essa pessoa estaria usando as mesmas ferramentas e técnicas de um chaveiro comum para abrir qualquer fechadura, sem a necessidade de “meter o pé na porta” – além de contar com o fator surpresa.

14 Integrantes da Defensoria Pública presentes no Santa Marta naquela ocasião afirmaram ouvir relatos semelhantes de uso da tal “chave mestra” e de furtos praticados por policiais em várias outras favelas. Na Cidade de Deus, por exemplo, uma moradora relatou no fim de 2018 que haviam levado 300 reais de sua vizinha: “uma

No dia seguinte à visita da Defensoria Pública, voltei ao Santa Marta e ouvi de um morador que não só policiais estariam invadindo casas e roubando objetos, mas que traficantes também estariam adotando a prática. Ele me contou que uma casa da favela teria sido invadida e um frigobar, furtado do local. Inicialmente, alguns moradores disseram que o furto teria sido praticado por PMs. Todavia, meu interlocutor afirmou ter certeza de que, na verdade, foram alguns dos “meninos” que invadiram a casa para passar a noite e que, depois, levaram a pequena geladeira que ali se encontrava. Nas palavras do morador: “As lógicas do tráfico e da polícia são iguazinhas. O que vale hoje na favela é a lógica do confronto, e foda-se o resto, que, no caso, é o morador!”. Ainda segundo ele, a sensação dos moradores é a de estar com as “mãos atadas”, já que não há qualquer possibilidade de que esse tipo de abuso seja publicamente denunciado.

Além das invasões e furtos, outra violação cometida com frequência por policiais na favela tem sido obrigar moradores a entregarem a senha de seus celulares para viabilizar a busca de informações comprometedoras nos aparelhos. Ouvi relatos de que, em prática semelhante à dos PMs, alguns traficantes, quando desconfiam de um morador, também pegam seu celular para investigar e confirmar possíveis delações.

Muitos moradores contam que adquiriram o hábito de apagar as mensagens trocadas em seus celulares em razão desse tipo de revista. Pude apreender, entre meus interlocutores, a existência de um medo generalizado de que qualquer troca de mensagem pudesse ser considerada pela polícia como envolvimento com tráfico e pelos traficantes como prova de que a pessoa seria uma possível “X9”.<sup>15</sup> Durante uma conversa informal no início de 2019, um morador do Santa Marta afirmou que um dos principais medos de quem mora na favela hoje seria o “de ser rotulado de ‘X9’, porque os caras estão paranoicos com isso, e só tende a piorar.

---

senhora idosa que não estava em casa, que tinha ido ao médico [...]. Eles entram e mexem em tudo, até gaveta de calcinha. Eles ficam colocando terror psicológico nas pessoas. Eles arrobam sua porta com uma chave que eles têm e depois deixam sua porta aberta”.

15 Em 2018, ouvi rumores de que PMs encapuzados estariam circulando pelo Santa Marta e de que alguns dos rostos cobertos seriam delatores que passavam aos policiais informações sobre a atuação do tráfico no local.

Eles não respeitam mais morador e ficam na noia de que todo mundo pode denunciar eles a qualquer momento”.

Para tentar evitar que possíveis delações ocorram na favela, desde o início das UPPs traficantes tentam proibir comerciantes locais de vender qualquer produto para agentes da polícia. O dono de um dos bares mais famosos do Santa Marta – que ganhou prêmios de gastronomia e era frequentado por muitos turistas no auge da “pacificação” – foi obrigado a deixar a favela repentinamente, expulso por traficantes, por insistir em vender refeições para agentes da UPP quando o projeto começava a entrar em crise. Por medo de represálias como essa, comerciantes do morro, segundo relatos, teriam passado a evitar a venda de qualquer produto para policiais. Mas, em virtude disso, alguns acabaram sofrendo represálias da Polícia Militar. Circulou, em 2018, um rumor de que, durante uma operação no Santa Marta, policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) teriam quebrado objetos e equipamentos de uma padaria, após o dono do estabelecimento ter se negado a lhes vender café.

Para denunciar violações como essas e exprimir diversas outras dificuldades que os moradores do Santa Marta têm enfrentado, lideranças e residentes da favela se reuniram no dia 14 de dezembro de 2018, na praça Corumbá, para realizar um ato. Tratava-se de uma manifestação “contra os péssimos serviços prestados no Santa Marta pela Light e pela Cedae, o sucateamento do bondinho, o desmonte das equipes da Clínica da Família – que se intensificou após a posse de Crivella como prefeito do Rio – e a invasão de domicílio sem mandado judicial”.

Na mesma época, diversas matérias de jornal foram divulgadas sobre os dez anos da inauguração da UPP no Santa Marta. Nelas, além de falar dos mesmos problemas denunciados na manifestação, moradores explicaram também como a crise econômica do estado atingiu diretamente suas vidas, paralisando, por exemplo, as obras de urbanização no Santa Marta<sup>16</sup> e uma série de projetos sociais que estavam sendo realizados no

---

16 Prédios que estavam sendo construídos para abrigar 64 famílias não foram finalizados sob a alegação do governo de que faltavam, pelo menos, 4,5 milhões de reais para terminar o projeto. Enquanto esperam pelos apartamentos prometidos, moradores têm vivido em casas de madeira, sem saneamento básico, em uma área que contrasta enormemente com as demais regiões do morro.

morro. Como explicou um guia de turismo da favela em uma dessas reportagens: “A crise econômica explica a decadência do morro. Quando havia dinheiro, tinha muita obra na favela, projetos sociais. A gente via jovens que hoje estão no tráfico trabalhando. Hoje, todos voltaram para o crime” (Soares, 2018). O presidente da associação de moradores definiu bem a situação atual da favela em uma outra entrevista:

Avalio o Santa Marta hoje como um cemitério de projetos, de obras. Projetos que foram outrora recebidos com aplausos pela população, mas, pela não continuidade, a gente hoje está chorando o leite derramado. É triste falar isso, mas o desgoverno, a falta de política pública para dar continuidade aos projetos, faz com que nós fiquemos tristes em ver essa falência total do projeto no Santa Marta, que foi considerada uma favela modelo de pacificação. (Regueira, 2018)

Na zona oeste do Rio, moradores da Cidade de Deus, além de também terem sido afetados pela descontinuidade de projetos sociais, tiveram, em 2018, suas rotinas impactadas por duas notícias: a de que a favela seria ocupada durante a intervenção militar e a de que a UPP local seria extinta. Um de meus interlocutores conta em diário que, no dia 7 de junho, estava andando pela favela às 6 e meia da manhã quando começou a ouvir um barulho de helicóptero e de muitos fogos. Logo, percebeu que “algo de muita relevância estava acontecendo”. Quando chegou em casa, ouviu a televisão anunciando que a intervenção militar havia chegado à Cidade de Deus. Ao sair novamente, percebeu que

havia dois tanques de guerra, com muitos soldados, espalhados pelas ruas [...]. Praticamente, ninguém passava sem ser revistado em suas bolsas ou mochilas [...]. Havia um estilo de corredor polonês. O clima era de muita tensão; é notável a perplexidade no semblante das pessoas, a Cidade de Deus tomada de ponta a ponta por soldados do Exército [...]. Algo chamou a minha atenção: um traficante passando pela tropa do Exército, com uma mulher; ele, levando uma criança recém-nascida no colo, sendo abraçado por ela.

Três dias depois, em seu diário, o morador relatou que, embora o comércio de drogas não tivesse sido completamente paralisado, ele sofrera alterações semelhantes àquelas que ocorreram no início da “pacificação” da favela. Conta ainda que “em alguns locais havia as famosas ‘esticas’ –

dessa vez, de *bike*". Em seguida, diz que os traficantes, ao passarem perto das pessoas, "divulgavam a droga em venda, procurando ser discretos e falar em tom bem baixo: 'maconha, pó, loló e *crack*'". Para um outro morador da Cidade de Deus, com a experiência da UPP, os traficantes da favela ganharam um *know-how* sobre como vender drogas mesmo com a ocupação do território. Da mesma forma, aqueles que consomem substâncias ilícitas, sobretudo os chamados "viciados", também tiveram que se adaptar. Assim explica meu interlocutor em seu diário:

É notável como os traficantes e os viciados se adaptaram às novas mudanças. Eles sabem como e onde têm que comprar, sabem, inclusive, como se comportar para não chamar a atenção. Jamais ficam aglomerados. Alguns, que perdem a linha pela ânsia de usar as drogas, acabam quebrando essa regra. É aí que, então, o traficante, utilizando de gírias específicas do tráfico, logo fala: "Pega a visão, já dei o papo, não pode aglomerar na boca, dá um rolê, marcar um dez, na ponta os periquitos [soldados do Exército] estão andando a pé".

Outra mudança notável concerne à utilização de "radinhos". Quem trabalhava como "atividade" ("olheiro"), nesse período, passou a usar mais os telefones celulares para evitar "chamar a atenção dos soldados", já que os rádios faziam muitos ruídos. Durante as rondas dos soldados pela favela, como descreveu meu interlocutor, no início, havia um "um forte esquema de revista pessoal e de carros, com cones dividindo a ponte, celulares sendo vasculhados, fotos sendo tiradas, mototaxistas sendo parados". No entanto, com o passar dos dias, tudo foi mudando. No diário de meu interlocutor, consta o seguinte relato no dia 23 de junho de 2018:

Após alguns dias da entrada do Exército na favela, praticamente tudo volta à normalidade: o uso de "radinhos" e a venda de drogas com o uso de tableteiros estão em funcionamento 24 horas por dia. Não foi preso um único chefe do tráfico, nenhum arsenal de armas de grosso calibre foi apreendido, as ruas ficaram vazias. [...] Como um colega me disse outro dia: "Do que adianta tudo isso? Os moleques estão vendendo do mesmo jeito; depois os soldados vão embora, vai ficar do mesmo jeito que era antes ou até pior. Sabe o que é isso? É o mesmo que enxugar gelo, não vai mudar nada! E ainda corremos o risco de esses soldados serem corrompidos como aconteceu com os policiais da UPP".



Essa situação nos mostra que, além da intensificação da vigilância e do controle nas favelas, um segundo “legado” deixado pelas UPPs foi a criação de um repertório acumulado, uma espécie de estoque de conhecimento a partir do qual moradores – assim como policiais e traficantes – aprenderam a investigar situações indeterminadas e desenvolveram formas de atuar em ocupações policiais “permanentes” no território das favelas. O intenso e longo período de convivência entre esses atores durante o chamado processo de “pacificação” fez com que todos adquirissem um *know-how* que poderá ser usado futuramente em outras eventuais experiências de ocupação de favelas – como já aconteceu durante a intervenção militar na Cidade de Deus.

Além disso, o relato do morador nos revela como a UPP – mesmo após seu término – passa a configurar para os que habitam a favela um “espaço de experiência” (Koselleck, 2006), isto é, uma experiência passada mantida viva em forma de lembrança que aponta para um pessimismo em relação a novas possibilidades de o Estado “pacificar” e resolver o problema da violência no local. No momento anterior à retirada dos contêineres e das sedes da UPP da Cidade de Deus, o “horizonte de expectativa” (Koselleck, 2006) dos moradores era composto, basicamente, por três especulações – e/ou medos – principais em relação ao futuro. A primeira era que a polícia poderia ficar ainda mais violenta e entrar na favela “já matando geral” após o fim oficial da UPP. A segunda se referia ao receio de que pudesse haver uma invasão da milícia na Cidade de Deus.<sup>17</sup> Já a terceira hipótese era de que o tráfico ficasse ainda mais fortalecido. Nas palavras de um morador: “Vão mandar e desmandar, quem tiver juízo

---

17 Esse medo já tinha se manifestado diversas outras vezes durante meu trabalho de campo na favela. Meu interlocutor anotou em seu diário a fala de um outro morador, para quem o tráfico era melhor que a milícia: “O traficante não mexe contigo, compra quem quer, mas a milícia invade sua vida, não te respeita, se tu tiver mulher e filha bonita...”. Em outros trechos do diário, seu autor observa que tráfico e milícia atuam de forma cada vez mais semelhante. Isso porque, por um lado, milicianos, em algumas áreas, estariam “andando igual a traficantes, com fuzis e colocando baile *funk*. Chega a dar medo deles”. Por outro lado, traficantes estariam lucrando com a venda de gás, “gatonet” e mototáxi na Cidade de Deus, assim como milicianos costumam fazer em outros lugares. No Santa Marta, ouvi rumores de que nos últimos anos traficantes também teriam passado a dominar o fornecimento de internet e que, inclusive, teriam destruído redes concorrentes para obrigar os moradores a usarem o serviço que ofereciam.

que obedeça [...]. Deus meu livre! Se agora eles são abusados, com a saída da UPP, fodeu tudo!”.

No dia 18 de julho de 2018, a Secretaria de Segurança encerrou a UPP da Cidade de Deus com a assinatura de uma resolução que criava uma Companhia Destacada naquela localidade e também no bairro vizinho da Praça Seca, sem que houvesse aumento de efetivo nem de despesa. Moradores com os quais conversei por WhatsApp relataram que, embora não tenham ocorrido mudanças drásticas no cenário da favela após a retirada dos contêineres, houve um aumento da ostentação de armas e da presença de drogas no espaço público da Cidade de Deus.

Em um trecho de seu diário de campo, meu interlocutor observa: “Com a saída da UPP, vimos pessoas ‘saindo do armário’”, isto é, pessoas que estavam escondidas e com medo, mas que agora se assumiram no espaço público da favela como traficantes. E complementa: “[...] agora aumentou o número de garotos envolvidos, vendendo e na contenção”. No início de 2019, um outro morador me enviou um áudio contando que, próximo à sua casa, haviam acabado de passar mais de vinte homens em motos portando fuzis. Em suas palavras:

Aqui não tem opressão. Tem tráfico de drogas rolando solto. Eu já te falei. O governo não quer oprimir o tráfico, quer oprimir o morador. Eles vêm aqui. Estão preocupados em fazer um choque de ordem, derrubar a lojinha que o pessoal construiu na beira do rio. Eles estão preocupados com isso. Não estão preocupados em prender traficantes, não.

Parece haver um consenso entre os moradores com quem conversei de que, com o fim do projeto de “pacificação”, “os moleques estão andando mais à vontade” tanto para matar, como para vender drogas pela favela. Um jovem me relatou que, antes mesmo do anúncio de sua retirada, “a UPP já estava fraca”: “Agora que não tem mais UPP, está mais tranquilo para os bandidos, [porque] não tem mais polícia e a movimentação dos traficantes está maior”.

Vale notar que, com o fim da UPP, iniciou-se na Cidade de Deus um processo de renegociação do passado da “pacificação”. A memória desse período passou a ser renegociada após o fim do projeto nessa favela e a UPP foi adquirindo novos sentidos ao longo do tempo. Mesmo no Santa Marta, onde o fim da UPP não foi oficialmente decretado, a imagem que

muitos tinham dos primeiros anos de “pacificação” já foi renegociada. Se, no início de minha pesquisa no morro, ouvi muitos moradores descrevendo a fase inaugural do projeto como um “momento tenso, de conflitos e abusos”, em 2019 pude observar alguns desses mesmos moradores renegociando as memórias do passado. Ouvi uma liderança, que antes era bem crítica à UPP, dizendo, por exemplo, que no Santa Marta se viveu “seis ou sete anos de paz, com uma geração que cresceu sem ouvir um tiro no morro”, que por um período “os policiais sabiam dialogar”, que alguns comandantes “se tornaram parceiros da comunidade” e que o tráfico local “por um tempo ficou quase zerado, porque perdeu o atrativo e quase nenhum menino do morro queria entrar para a ‘boca’”.

Com o aumento dos confrontos, os habitantes do morro não conseguem mais nutrir otimismo em relação ao futuro do projeto e pensam que, mesmo com a permanência da UPP, não há qualquer chance de tudo voltar a ser como era no início da “pacificação”. Na favela de Botafogo, assim como na de Jacarepaguá, embora muitos moradores reconheçam que a UPP inicialmente gerou alguns impactos positivos, há uma crença generalizada de que não é possível retomar a confiança no projeto porque os “policiais pacificadores” se corromperam. Como resumiu uma moradora da Cidade de Deus:

A chegada da UPP melhorou a vida dos moradores de bem na comunidade, hoje não tem como negar isso. Muitas crianças voltaram a estudar, ir para a escola. No começo teve uma paz celestial, podia ficar até tarde na rua, sentar no seu portão e tudo. Mas a corrupção falou mais alto, tudo pelo dinheiro. Eles perderam o controle total porque se corromperam. E depois ainda querem falar que o bandido está abusado. Quem mandou eles darem confiança e aceitar arrego?

Em 2009, alguns de meus interlocutores diziam não saber se o tráfico estava ou não pagando “arrego” no Santa Marta ou na Cidade de Deus: “Antes da UPP, tinha arrego semanal. [...] Se tiver arrego agora, devem ter aumentado os valores [...]. Eu até acho que tem, mas fico na dúvida, porque toda hora está tendo operação”.<sup>18</sup> Como a polícia realiza opera-

---

<sup>18</sup> Vale notar que as dinâmicas associadas ao “arrego” também podem ter sofrido alteração nos últimos anos com a ampliação dos dispositivos de vigilância. Como me

ções com alguma frequência na Cidade de Deus, os traficantes continuam constantemente monitorando o território da favela – ainda que não da mesma forma como ocorria quando a UPP estava presente – para evitar qualquer surpresa:

Os bandidos usavam e continuam usando o atividade para monitorar a favela. Agora os olheiros ficam nas beiras da favela, olhando a pista. Antigamente, eles olhavam para dentro da favela para ver por onde policiais da UPP estavam circulando. Agora, tem contenção lá perto de casa. Mudaram os pontos dos atividades. Agora eles ficam na beira da rua. [...] Até tem uns atividades dentro da favela, mas aí são em pontos da favela onde os policiais podem entrar. [...] O atividade fica de radinho, mas tem também grupo de zap. Tem o grupo da boca. E tem também grupo da favela. Eles usam fogos também para avisar para o morador. O radinho, só quem é da boca que vai saber; já os fogos são usados para todo mundo da favela saber que está entrando polícia.

Vale ressaltar que o fim da presença da polícia 24 horas por dia na Cidade de Deus não significou, como se poderia supor, um alívio nas tensões pela convivência permanente entre dois atores armados, arbitrários e pouco previsíveis. Isso porque, embora a presença física tenha sido reduzida, sua presença virtual permanece, principalmente, através dos dispositivos de vigilância utilizados na favela. Como apontam alguns moradores, os policiais, mesmo não estando permanentemente presentes no território, continuam monitorando a atuação do tráfico:

Agora, eles usam vários tipos de coisa. A polícia bota o drone, muitas das vezes, quando é dia de baile. Muitas vezes, no final do baile, de manhã, tem drone. À noite, dá para ver melhor que um drone está voando, porque ele pisca. [...] Eu não me escondo porque não devo nada. Mas o povo se esconde quando vê o drone. [...] Tem também o helicóptero azulzinho, que a gen-

---

alertou um morador da Cidade de Deus: “O policial hoje está mais vigiado que antigamente. Policial está sendo vigiado pela própria polícia, porque carros têm câmera. [...] Agora tem que sair da viatura, pegar o dinheiro e voltar. Antigamente, não tinha essa frescura de precisar sair da viatura. Antes, entravam de carro na favela, pegavam e depois iam embora. [...] Antes, entravam e já falavam no rádio: ‘E aí? Hoje tem papo’. E aí os caras lá levavam o dinheiro lá no DPO mesmo de bicicleta ou mototáxi. Antigamente, não tinha câmera no DPO. Desde que colocaram câmeras nas viaturas, mudou muito”.

te chama de ‘X9’, que também fica voando, filmando lá os moleques. [...] O águia passa lá só quando tem troca de tiros. Passa lá dando uns rasantes sinistros! Dá até medo. O águia é da PM. Do Bope é o caveirão voador. Até o barulho dele é diferente. Geral tem medo dele. Aquele aqui, quando passa, tem *snipers* que ficam ali só apontando. Quando tem operação, é o Bope que vem. E eles entram metendo bala [...]. Os caras [do tráfico] revidam no baixo, no alto não. Revida e vai embora.

Um outro morador da Cidade de Deus também tratou da intensificação do uso de dispositivos de vigilância na favela nos últimos anos: “Agora está tudo mais vigiado. Antigamente, não existia drone. Hoje, já tem e ele filma todo mundo. Para piorar, dizem que esse cara falou que ia lá em Israel comprar um drone que atira. Ele está querendo fazer uma nova guerra mundial”. A fala faz referência ao anúncio, no fim de novembro de 2018, do então recém-eleito governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, de que iria a Israel para comprar cinquenta drones capazes não só de filmar, mas também de atirar (Seara, 2018). O drone que filma e atira sintetiza, em um único dispositivo, minha hipótese de que continua a existir, mesmo após o ocaso das UPPs, uma sobreposição dos regimes de “fogo cruzado” e de “campo minado”, de troca de tiros e de monitoramento e vigilância constantes. Por um lado, o drone suscita e incrementa a preocupação com a vigilância permanente da favela e do fluxo de pessoas e objetos que ali circulam. Por outro, ele apavora, porque abre duas possibilidades: a) a de garantir a presença virtual da polícia, monitorando o território a qualquer momento (sem que para isso seja necessária a presença física de policiais na área); b) a de matar, sem que para isso sejam necessárias mãos humanas para atirar. Ele é, portanto, o símbolo da continuidade do processo, por vezes impessoal, de militarização da vida no Rio de Janeiro e, especialmente, nos territórios das favelas.

Tal processo conta com o apoio de uma parcela grande da população. Uma prova disso é que, mesmo sem haver pena de morte no Brasil, um candidato que defendia publicamente a orientação à polícia de atirar em todo e qualquer potencial criminoso que portasse um fuzil – e que chegou a quebrar uma placa fixada em uma rua do Rio com o nome de Marielle Franco – foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro. Na visão de Wilson Witzel, não é necessário que a pessoa esteja mirando ou

ensejando alguma ameaça com a arma para que os policiais atirem. Em suas próprias palavras: “O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro” (Wilson Witzel..., 2018).

Afirmações semelhantes já vinham sendo feitas pelo então candidato à Presidência da República que apoiou a candidatura de Witzel ao governo do estado. Jair Bolsonaro, em diversos momentos de sua campanha – como em uma entrevista ao vivo ao *Jornal Nacional* –, afirmou com todas as letras que policiais responsáveis por matar “bandidos” não deveriam ser processados, mas sim condecorados. Além disso, fez inúmeras outras declarações que atentavam contra os direitos humanos, conforme relatado em um *blog* do jornal *O Globo*, em fevereiro de 2018:

Jair Bolsonaro deu a sua receita para resolver a guerra da Rocinha, num grande evento promovido, na semana passada, pelo BTG Pactual. Uma solução simples – e idiota. A uma plateia de mil executivos do mercado financeiro, Bolsonaro disse que mandaria um helicóptero derramar milhares de folhetos sobre a favela, avisando que daria um prazo de seis horas para os bandidos se entregarem. Findo esse tempo, se a bandidagem continuasse escondida, metralharia a Rocinha. Sinal dos tempos, foi aplaudido pelo público. (Jardim, 2018)

A repercussão de falas como essas puderam ser sentidas no cotidiano das favelas antes mesmo de Bolsonaro ser eleito e empossado. No Santa Marta, poucos dias antes das eleições de 2018, ocorreu uma operação policial com o uso do “Caveirão” que resultou em tiroteios. Como tem ocorrido frequentemente, tiros foram dados nos transformadores e o morro ficou sem luz. Depois que os disparos cessaram, segundo moradores, policiais impediram que o caminhão da Light subisse a favela para restaurar o fornecimento de energia. Diante disso, algumas lideranças e moradores se direcionaram à parte de baixo da favela para tentar convencer os PMs a deixarem o caminhão subir. No entanto, foram recebidos pela polícia com rojões e gritos: “Agora é o bonde do Bolsonaro. Acabou o sossego de vocês!”. Mesmo com medo, alguns moradores resistiram, juntaram-se em volta do caminhão e formaram um cordão humano para que os funcionários da Light pudessem subir o morro com segurança e restabelecessem a energia – isso sem deixarem de filmar a ação.

Esse é um pequeno exemplo de uma enxurrada de retrocessos que ocorreram nos anos seguintes – ainda que não tenham ocorrido sem resistências. Diversas novas formas de organização surgiram nos últimos anos e passaram a utilizar os mesmos dispositivos usados para controlar e vigiar os territórios das favelas tanto pelos agentes criminais quanto pelos estatais. Como certa vez afirmou uma moradora, é uma “guerra de informação e contrainformação, de vigilância e contravigilância”. Celulares com câmeras,<sup>19</sup> aplicativos,<sup>20</sup> páginas de Facebook e grupos de WhatsApp têm sido usados com cada vez mais frequência por moradores de favela, não só para fazer denúncias contra arbitrariedades, mas também para tentar lidar com a imprevisibilidade cotidiana gerada pela sobreposição dos regimes de “fogo cruzado” e “campo minado”.

Em uma escala mais ampla, o aplicativo Fogo Cruzado,<sup>21</sup> por exemplo, monitorou a incidência de tiroteios na cidade ao longo de todo o período da intervenção militar e mostrou que, de fevereiro a dezembro de 2018, o número de conflitos armados cresceu 56%. Foram 8.193 registros de confrontos, quase 3 mil a mais em comparação com o mesmo período de 2017. Em uma escala mais microssituada, novas iniciativas de monitoramento dos problemas cotidianos das favelas cariocas também têm surgido.

---

19 Muitos moradores passaram a usar o celular para fazer registros de violência policial e encaminhar denúncias contra a Polícia Militar. Para ajudá-los, a Witness, uma ONG com sede em Nova York que, desde o início da década de 1990, tem treinado ativistas para documentar violações de direitos humanos em vídeo, lançou uma cartilha para ensinar como moradores devem registrar a violência policial com o celular (Witness, [s.d.]).

20 O Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro lançou o aplicativo Nós por Nós, projetado especificamente para que moradores de favelas denunciem abusos policiais em tempo real. Os usuários têm a opção de permanecer anônimos, e as informações enviadas são codificadas e repassadas ao fórum. A ideia é que um pequeno grupo da organização, em seguida, encaminhe o material para a instituição pública competente, que irá analisar as informações e prestar apoio, ou então agir em nome das pessoas envolvidas no incidente. O aplicativo propositalmente não engloba a polícia, devido à falta de confiança de muitos moradores de favela em relação às autoridades. O Fórum de Juventudes foi, em parte, aconselhado pela ONG Witness.

21 O projeto Fogo Cruzado realiza um mapeamento não oficial de tiroteios nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e do Recife com base em informações recebidas pelas redes sociais, imprensa e canais de comunicação das autoridades policiais.

Em novembro de 2018, Thiago Firmino, importante liderança comunitária do Santa Marta, teve a ideia de criar um grupo de informações sobre a favela no WhatsApp. Em pouco mais de dois meses de funcionamento, o projeto passou a reunir mais de seiscentos moradores (divididos em três grupos), que cotidianamente mapeiam os principais problemas públicos da favela e tentam coletivamente organizar soluções para assuntos como: falta de água e de luz, paralisação do funcionamento do bonde, recolhimento precário do lixo e ocorrência de tiroteios e arbitrariedades policiais no morro.

A articulação do grupo gerou diversos resultados. No dia 11 de janeiro de 2018, mesmo após o presidente da associação de moradores ter avisado ao comando da UPP sobre a realização da colônia de férias do Grupo Eco, que reúne há quarenta anos mais de duzentas crianças todo mês de janeiro, a polícia organizou uma operação policial no Santa Marta. A ação envolveu muitas trocas de tiros e uma série de arbitrariedades. Inicialmente, os moradores ficaram com muito medo de denunciar as agressões e furtos realizados pela Polícia Militar naquele dia. Durante uma discussão sobre o ocorrido no grupo de WhatsApp, um morador questionou: “E aí? A gente vai colocar a boca no trombone ou vai ficar calado mais uma vez?”. Eles não ficaram. A partir de uma mobilização coletiva feita através do grupo, várias pessoas se sentiram encorajadas a dar entrevistas, denunciando em uma reportagem de televisão os abusos sofridos no morro.

Tomar esses dispositivos como porta de entrada para se pensar em (i)mobilidades (Freire-Medeiros; Lages, 2020) e novas formas de mobilização em favelas cariocas pode ser potente, porque, em alguma medida, eles têm um impacto transformador. Dito de outro modo, esses instrumentos apresentam um poder de transformação, ao mesmo tempo, do ambiente em que os indivíduos estão inseridos, das modalidades pelas quais eles apreendem esse ambiente e nele intervêm e da capacidade que esses indivíduos têm de também influir, em maior ou menor grau, uns sobre os outros. Por isso, os dispositivos de vigilância devem ser pensados simultaneamente sob o ângulo das coerções que exercem e dos apoios que podem oferecer às pessoas; como elementos que reprimem e constroem, mas também que potencializam e impelem à ação.



Se essas ferramentas já têm uma importância geral, elas adquirem particularidade quando olhamos para as “margens” (Das; Poole, 2004). Exatamente porque são marcadas pela indeterminação permanente e pelo imperativo de investigação constante, os dispositivos assumem um protagonismo particular nessas localidades. Especificamente no caso das favelas do Rio de Janeiro, onde os conflitos armados e as mortes violentas têm aumentado com a “crise” das UPPs, as alternativas de mobilidade dos moradores vêm se reduzindo ainda mais. Além de terem que se preocupar com os potenciais de contaminação gerados por possíveis contatos com a polícia e com o tráfico, como vimos, os habitantes das favelas também têm que lidar com os perigos produzidos pela intensificação de tiroteios.

Nesse contexto, em suma, os dispositivos de monitoramento (como grupos de WhatsApp e páginas do Facebook) são essenciais para medir o grau de tensionamento do ambiente favelado, de modo a ajudar a movimentação dos moradores, policiais e traficantes nos lugares em que vivem ou trabalham.<sup>22</sup> Por outro lado, eles também abrem espaço para o compartilhamento de novas formas de mobilização e de apresentação de denúncias contra a violação de direitos.

Tais dispositivos não são, portanto, artefatos meramente reativos às novas circunstâncias, no sentido daquilo que é usado apenas para reagir às indeterminações do contexto. Eles são capazes de exercer um papel transformador, que pode ser resumido, por fim, na fala de um membro do grupo de WhatsApp do Santa Marta em 2019: “Nesses anos sombrios que estão por vir, vai ter muita repressão, mas estamos nos mobilizando [...] e vamos mostrar que também vai ter muita resistência”.

O que o morador não poderia prever naquele momento era que os anos sombrios que estavam por vir incluiriam não só uma forte expan-

---

22 Um morador do Santa Marta assim descreve o uso que faz do grupo de WhatsApp da favela: “Toda vez quando vou trabalhar ou quando estou saindo do trabalho, olho logo o grupo para saber como está a situação no morro. Uso para saber se tem luz (para decidir se carrego o celular na tomada pela rua ou não); se tem água (para levar vasilhas para encher ou não); se tem tiro no morro (para saber se aguardo mais na rua ou não); se o bonde está bom (para ver se levo compras ou não para casa). Informação é tudo nessa vida!”.

são da atuação de grupos criminosos – especialmente das milícias<sup>23</sup> – e das chacinas<sup>24</sup> em favelas do Rio de Janeiro, mas também a ocorrência da pandemia da Covid-19. Era impossível prever que viveríamos a maior crise sanitária mundial da nossa época que vitimaria quase 700 mil brasileiros, muitos deles moradores de favelas e periferias do país. Todavia, o morador tinha razão ao anunciar que nesses anos sombrios haveria muita resistência nas favelas.<sup>25</sup> Resistência essa que foi – e continua sendo – fundamental para a garantia da vida das moradoras e dos moradores de favelas bem como para a produção de conhecimentos e memórias sobre esses territórios.<sup>26</sup>

---

23 Para conhecer um pouco mais sobre a expansão dos grupos armados e das milícias no Rio de Janeiro, vale conferir os seguintes verbetes do Dicionário de Favelas Marielle Franco: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Expans%C3%A3o\\_das\\_mil%C3%ADcias\\_no\\_Rio\\_de\\_Janeiro\\_\(relat%C3%B3rio\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Expans%C3%A3o_das_mil%C3%ADcias_no_Rio_de_Janeiro_(relat%C3%B3rio)) e [https://wikifavelas.com.br/index.php/Mapa\\_dos\\_grupos\\_armados\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://wikifavelas.com.br/index.php/Mapa_dos_grupos_armados_do_Rio_de_Janeiro) (Acesso em: 20 dez. 2022).

24 Para conhecer um pouco mais sobre o histórico de chacinas no Rio de Janeiro, vale conferir o seguinte verbete do Dicionário de Favelas Marielle Franco: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas\\_em\\_favelas\\_no\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_em_favelas_no_Rio_de_Janeiro) (Acesso em: 20 nov. 2022).

25 Para saber um pouco mais sobre os impactos da Covid-19 nas favelas, vale conferir o seguinte verbete do Dicionário de Favelas Marielle Franco: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Coronav%C3%ADrus\\_nas\\_favelas](https://wikifavelas.com.br/index.php/Coronav%C3%ADrus_nas_favelas) (Acesso em: 20 nov. 2022).

26 A pandemia da Covid-19 representou um ponto de inflexão no longo histórico de mobilização dos(as) moradores(as) de favelas e periferias. Entre 2020 e 2021, ações coletivas, articulações em redes e produção própria e disseminação de dados e informações desses territórios – o chamado “nós por nós” – fortaleceram-se intensamente. Nesse período, a organização das favelas alcançou uma visibilidade sem precedentes em grandes jornais, revistas e mídias digitais. O destaque recebido no debate público pode ser explicado: 1) pela rapidez e pelo alcance de ações que visavam à garantia da subsistência das pessoas (como doação de alimentos e materiais de limpeza) e à prevenção da disseminação do vírus (como sanitização das favelas); 2) pela capacidade de articulação de redes (entre lideranças e grupos de diferentes favelas, instituições públicas, empresas privadas e organizações não governamentais nacionais e internacionais) mobilizadas para produzir e difundir dados sobre incidência e mortalidade da Covid-19 nas favelas e periferias, bem como para elaborar planos e campanhas comunitárias de combate à pandemia e prevenção da contaminação (Fleury; Menezes, 2020; Fleury; Magalhães; Menezes, 2021; Menezes; Magalhães; Silva, 2021).

## REFERÊNCIAS

A FORÇA de paz da Cidade de Deus. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 fev. 2009.

A UPP deixou seu Zé na mão. *Extra*, Rio de Janeiro, 7 out. 2011.

ABBOTT, Andrew. *Time matters: on theory and method*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, São Paulo, n. 132, p. 7-8, abr./jun. 2002.

ALFANO, Bruno *et al.* PM investiga se policiais colocaram bandidos em caveirão para retomar a Cidade Alta. *Extra*, Rio de Janeiro, 8 maio 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/pm-investiga-se-policiais-colocaram-bandidos-em-caveirao-para-retomar-cidade-alta-21308066.html>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ALLPORT, Gordon W.; POSTMAN, Leo. *The psychology of rumor*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1947.

APRENDENDO com os erros. *Extra*, Rio de Janeiro, 28 dez. 2008.

ARAÚJO, Vera. Unidade da PM em prédio de creche gera protestos no Morro Dona Marta. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 nov. 2008.

ARAÚJO SILVA, Marcella Carvalho de. *A transformação da política na favela: um estudo de caso sobre os agentes comunitários*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ARAÚJO SILVA, Marcella Carvalho de; CARVALHO, Monique Batista. Circuitos políticos em uma favela pacificada: os desafios da mediação. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 63-76, jan./fev./mar. 2015.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARIAS, Enrique Desmond. Formal freedoms, informal violence: academic freedom and human rights in Latin America. In: GERSTMAN, Evan; STREB, Matthew (ed.). *Academic freedom at the dawn of a new century: how terrorism, governments, and culture wars impact free speech at universities at home and abroad*. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 130-153.

ARQUITETURA da exclusão. Direção de Daniel Lima. Rio de Janeiro: Invisíveis Produções, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nUZBkMDm8zU>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BARBOSA, Antonio Rafael. Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, p. 256-265, 2012.

BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (org.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BARROS, Rachel. *Urbanização e “pacificação” em Manguinhos: um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BARROS, Rachel. “Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui”: a voz das favelas na luta contra violência policial. *Radar Covid-19 Favelas*, Rio de Janeiro, Cooperação Social/Fiocruz, n. 9, maio 2021.

BARROS, Rachel; FARIAS, Juliana; MARTINS, Gizele *et al.* *Violências de gênero em contextos militarizados: uma cartografia escrita por mulheres*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fase, 2020.

BATISTA, Soraya. Entrevista: José Mariano Beltrame. *UPPRJ*, Rio de Janeiro, 3 dez. 2013. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/entrevista-jose-mariano-beltrame/PPP>. Acesso em: 10 out. 2014.

BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, 17., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: IBCCrim, 2011.

BAUTÈS, Nicolas; GONÇALVES, Rafael Soares. Sécuriser l’espace des pauvres/ Improving security in poor areas. *Justice Spatiale/Spatial Justice*, v. 4, p. 1-20, 2011.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BELTRAME quer pressão em investimentos sociais pós-UPPs: “Nada sobrevive só com segurança”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 maio 2011. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/rio/beltrame-quer-prensa-em-investimentos-sociais-pos-upps-nada-sobrevive-so-com-seguranca-2764060>. Acesso em: 29 maio 2011.

BELTRAME, José Mariano. *Todo dia é segunda-feira*. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

BENDIX, Reinhard. *Max Weber: an intellectual portrait*. Nova York: Doubleday, 1960.

BENEDICT, Ruth. *Patterns of culture*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1934.

BENEVIDES, Laíze Gabriela Benevides; RODRIGUES, Matheus; ABREU, Rafael Rondis. Segurança pública e direitos humanos no estado do Rio de Janeiro. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 88-102, 2011.

BERALDO, Ana; RICHMOND, Matthew A.; FELTRAN, Gabriel. Coexisting normative regimes, conflict and urban inequalities in a Brazilian favela. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, v. 1, p. 1-14, 2022.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1974.

BERGSON, Henri. *Duration and simultaneity*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1985.

BESNIER, Niko. *Gossip and the everyday production of politics*. Honolulu: University of Hawaii Press, 2009.

BEZERRA, Gustavo Antonio das Neves. *O jogo pós-salarial: questão social, redemocratização e capitalismo móvel no Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2012.

BIJKER, Wiebe; LAW, John. *Shaping technology/Building society: studies in sociotechnical change*. Massachusetts: The MIT Press, 1997.

BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia da Silva Pereira (org.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BOECKEL, Cristina *et al.* Governo do Rio decreta estado de calamidade pública devido à crise. *G1*, Rio de Janeiro, 17 jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/governo-do-rj-decreta-estado-de-calamidade-publica-devido-crise.html>. Acesso em: 26 dez. 2018.

BOLTANSKI, Luc. *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2000.

- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, Luc; CLAVERIE, Élisabeth. Du monde social en tant que scène d'un procès. In: OFFENSTADT, Nicolas; VAN DAMME, Stéphane (org.). *Affaires, scandales et grandes causes: de Socrate à Pinochet*. Paris: Éditions Stock, 2007.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. A sociologia da capacidade crítica. *European Journal of Social Theory*, v. 3, n. 2, p. 359-377, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.
- BREVIGLIERI, Marc; STAVO-DEBAUGE, Joan. Le geste pragmatique de la sociologie française: autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot. *Antropolítica*, Niterói, n. 7, p. 7-22, 1999.
- BRICENO-LEON, Roberto; ZUBILLAGA, Verónica. Violence and globalization in Latin America. *Current Sociology*, v. 50, n. 1, p. 19-37, 2002.
- BRODEUR, Jean-Paul. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. *Caderno CRH*, Salvador, v. XVII, n. 42, p. 481-489, 2004.
- BURGOS, Marcelo. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BURGOS, Marcelo. Reconciliar o Rio de Janeiro com a Constituição de 1988. *Boletim CEDES*, Rio de Janeiro, v. I, p. 27-30, 2008.
- BURGOS, Marcelo *et al.* O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. *Desigualdade & Diversidade*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 49-97, 2012.
- BYSOW, L. A. Gerichte. *Kolner Vierteljahrshefte fur Soziologie*, v. 7, p. 301-308, 1928.
- CALAZANS, Márcia. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n. 18, p. 142-150, 2004.
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CANO, Ignacio. *Letalidade policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, 1997.

CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo. *Os donos do morro: uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro*. 1. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais Lemos. *No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung, 2012.

CAPITÃ comandará ocupação na favela. *Extra*, Rio de Janeiro, 4 dez. 2008.

CARPES, Giuliander. Em favelas com UPP, baile *funk* perde a vez para “festas de playboy”. *Uol*, Rio de Janeiro, 12 out. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/12/em-favelas-com-upp-baile-funk-perde-a-vez-para-festas-de-classe-media.htm>. Acesso em: 4 dez. 2013.

CARTIER-BRESSON, Henri. *The decisive moment*. Nova York: Steidl Dap, 2015.

CARVALHO, Monique Batista. A ação do Estado nas favelas do Rio de Janeiro: a experiência da UPP Borel. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., 2011, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: UFPR, 2011.

CARVALHO, Monique Batista. A experiência da pacificação em um conjunto de favelas na Tijuca: rupturas e contradições na gestão da ordem pública. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v. 67, p. 172-183, 2012.

CARVALHO, Monique Batista. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 285-308, 2013.

CARVALHO, Monique Batista. “Bem-aventurados os pacificadores”: práticas de militarização e disciplinarização dos corpos no programa de pacificação de favelas do Rio de Janeiro. In: LEITE, Marcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique (org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018. p. 92-110.

CARVALHO, Monique B.; SILVA, Marcella C. de A. Circuitos políticos em uma favela pacificada: os desafios da mediação política. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 8, p. 63-76, 2015.

CASTELLÓN, Natalia A. Urbina. *Territórios de educação e comunicação na favela Santa Marta*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, Rafael B. de; PEDRO, Rosa M. L. R. *Redes de vigilância: a experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano*. *Vigilância e Controle Social na América Latina*, Curitiba, p. 70-91, 2009.

Disponível em: [http://www2.pucpr.br/sssc/papers/SessaoB\\_A10\\_pp70-91.pdf](http://www2.pucpr.br/sssc/papers/SessaoB_A10_pp70-91.pdf). Acesso em: 23 jun. 2014.

CAULY, Fernando. UPP falhou ao não evoluir no diálogo com a comunidade, diz especialista. *DW*, Rio de Janeiro, 23 abr. 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/upp-falhou-ao-n%C3%A3o-evoluir-no-di%C3%A1logo-com-comunidade-diz-especialista/a-17588486>. Acesso em: 9 maio 2014.

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela consolidada. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, 2009.

CAVELL, Stanley. *The claim of reason: Wittgenstein, skepticism, morality, and tragedy*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidades*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CEFAÏ, Daniel. Qu'est-ce qu'une arene publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (org.). *L'Heritage du pragmatism: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 2002.

CEFAÏ, Daniel. *Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective*. Édition La Découverte: Paris, 2007.

CEFAÏ, Daniel. Public, socialisation et politisation: relire Dewey à l'épreuve de Mead. In: Cukier, Alexis; Debray, Eva. (ed.). *La théorie sociale de George Herbert Mead: etudes critiques et traductions inédites*. Lormont: Le Bord de l'Eau, 2013. p. 342-368.

CECIP. *O impacto sobre a primeira infância das políticas de segurança pública e iniciativas comunitárias em comunidades urbanas de baixa renda*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2010.

CHATEAURAYNAUD, Francis. *La faute professionnelle: une sociologie des conflits de responsabilité*. Paris: Éditions Métailié, 1991.

CHATEAURAYNAUD, Francis. *Argumenter dans un champs de forces*. Essais de balistique sociologique. Paris: Éditions Pétras, 2011.

CIDADE de Deus ganhará uma companhia da PM. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 dez. 2008.



COMUNIDADE Dona Marta debate uso das câmeras de segurança. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 out. 2009. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2009/10/06/comunidade-dona-marta-debate-uso-das-cameras-de-seguranca/>. Acesso em: 23 fev. 2014.

COORDENADOR de UPPs não descarta mudar comando de unidades pacificadoras. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 jul. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/coordenador-de-upps-nao-descarta-mudar-comando-de-unidades-pacificadoras-2985013>. Acesso em: 3 jul. 2010.

CORRÊA, Diogo Silva. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, n. 40, p. 35-62, abr. 2014.

CORRÊA, Diogo Silva; DIAS, Rodrigo de Castro. Sociedades críticas e situações incertas: *De la justification* e a guinada pragmática. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 67-99, 2016.

CORRÊA, Diogo Silva; MENEZES, Palloma Valle. From disarmament to rearmament: elements for a sociology of critique of the Pacification Police Unit Program. *Vibrant*, Florianópolis, v. 14, p. 192-215, 2018.

CORTES, A.; MENEZES, P. V.; MANO, A. Muralism, disputes, and imaginaries of community resistance: case-studies from settlements in Santiago de Chile and Rio de Janeiro. In: MEADE, Rosie; SHAW, Mae (org.). *Arts, culture and community development*. Bristol: Policy Press, 2021. p. 73-88.

COSTA, Marcelo H.; CASTILHO, Sérgio R. Desenvolvimento econômico solidário e segurança pública na cidade do Rio de Janeiro: estratégias para a ação. *Mercado de Trabalho*, Rio de Janeiro, n. 46, p. 57-61, 2011.

COUTO, Maria Isabel MacDowell. *UPP e UPP Social: narrativas sobre integração na cidade*. 2016. 295 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CRIMES proibidos por “leis” do tráfico afligem favelas pacificadas do Rio. *Portal R7*, Rio de Janeiro, 9 out. 2011. Disponível em: <http://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/2011/10/crimes-proibidos-por-leis-do-trafico-afligem-favelas-pacificadas-do-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 14 out. 2011.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 371-401, jul.-set. 2011.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. A UPP e o processo de urbanização na favela Santa Marta. In: MELLO, Marco Antonio da Silva *et al.* *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

DAFLON, Rogério. Regularização fundiária em xeque. *Canal Ibase*, Rio de Janeiro, 8 ago. 2013. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/a-regularizacao-fundiaria-em-xeque/>. Acesso em: 19 nov. 2013.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the State*. Nova Déli: Oxford University Press, 2004.

DAUZAT, Albert. *Légendes, prophéties et superstitions de la guerre*. Paris: La Reinissance du Livre, 1919.

DAVIES, Frank Andrew. Rituais de “pacificação”: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 24-46, fev./mar. 2014.

DAVIES, Frank. A colonialidade do “problema da favela”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 22, p. 334-356, 2022.

DE TOMMASI, L.; VELAZCO, D. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 56, p. 15-42, 2013.

DEWEY, John. *Logic: the theory of inquiry*. Nova York: Henry Holt, 1938.

DIFONZO, Nicholas; BORDIA Prashant. *Rumor psychology: social and organizational approaches*. Washington, D.C.: American Psychological Association, 2007.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DROGAS e munição são apreendidas no Morro Dona Marta após tiroteio. *G1*, Rio de Janeiro, 29 maio 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/drogas-e-municao-sao-apreendidas-no-morro-dona-marta-apos-tiroteio.html>. Acesso em: 29 maio 2015.

DUAS mulheres que enfrentaram o poder de traficantes para levar paz a dois bairros ameaçados. *G1*, Rio de Janeiro, 7 dez. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2012/12/duas-mulheres-que-enfrentaram-o-poder-de-trafficantes-para-levar-paz-dois-bairros-ameacados.html>. Acesso em: 15 ago. 2013.

EDITAL SELEÇÃO PÚBLICA – UPP SOCIAL 2010. Edital de seleção pública nº 12, CEPUERJ, 2010.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ERICSON, Richard; HAGGERTY, Kevin. *Policing the risk society*. Toronto: University of Toronto Press; Oxford: Oxford University Press, 1997.

ESTRADA, Fernando. La información y el rumor en zonas de conflicto. *Análisis Político*, Bogotá, v. 20, n. 60, p. 44-59, 2007.

FACINA, Adriana. “Vou te dar um papo reto”: linguagem e questões metodológicas para uma etnografia do *funk* carioca. *Candelária*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 99-108, jul. 2009.

FARIA, Alessandra Maia Terra; COSTA, André Saldanha; CORRÊA, Roberta de Mello. Áreas Integradas de Segurança Pública e suas representações: efetivo policial, densidade demográfica e ocorrências criminais. *Revista Cadernos de Segurança Pública*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p. 60-83, 2012.

FARIAS, Juliana. Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FARIAS, Juliana. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FARIAS, Juliana. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2020.

FAVELA sem tráfico: Dona Marta será usada como modelo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 dez. 2008.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo*, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

FEIRA de drogas resiste à UPP da Cidade de Deus. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 jul. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/feira-de-drogas-resiste-upp-da-cidade-de-deus-2984494>. Acesso em: 2 jul. 2010.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. *Temáticas*, Campinas, ano 15, p. 11-50, 2007.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FERNANDES, Nelito. Os bandidos já viram que não estamos de brincadeira. *Época*, Rio de Janeiro, n. 477, 6 jul. 2007. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG77973-5856,00-OS+BANDIDOS+JA+VIRAM+Q UE+NAO+ESTAMOS+DE+BRINCADEIRA.html>. Acesso em: 20 fev. 2011.

FINE, Gary A. Rumors and gossiping. In: VAN DIJK, Teun (ed.). *Handbook of Discourse Analysis*. Londres: Academic Press, 1985. p. 223-237.

FINE, Gary Alan; CAMPION-VINCENT, Véronique; HEATH, Chip. *Rumors mills: the social impact of rumor and legend*. New Brunswick; London: Transaction Publishers, 2009.

FIRJAN. *Diagnóstico socioeconômico de comunidades com UPP do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2012.

FIRTH, Raymond. Rumor in a primitive society. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, Washington, D.C., v. 53, p. 122-132, 1956.

FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 30, p. 194-222, 2012.

FLEURY, Sonia *et al.* Rio: marca registrada da participação pacificada. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, n. 67, 2013.

FLEURY, Sonia; KABAD, Juliana. Metonímias da participação pacificada. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 18, p. 1-32, 2014.

FLEURY, Sonia; MAGALHÃES, Alexandre; MENEZES, Palloma Valle. Deslocando enquadramentos: coletivos de favelas em ação na pandemia. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, n. 23, p. 256-279, 2021.

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma Valle. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. *Saúde em Debate*, v. 44, p. 267, 2020.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: a etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. “Os donos do morro”: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução S. Muchail. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Marielle. *UPP: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

FREEMAN, James. Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, v. 38, n. 1, p. 95-126, 2012.

FREGA, Roberto. *Les sources de la normativité: une théorie des pratiques normatives*. Paris: Vrin, 2013.

FREIRE, Aluizio. Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro. *G1*, Rio de Janeiro, 24 out. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>. Acesso em: 20 fev. 2011.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Capítulos do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

FREIRE, Jussara. *Sensos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. 2005. 266 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A favela e seus trânsitos turísticos. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 2-13, jun. 2007.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009a.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. The favela and its touristic transits. *Geoforum*, v. 40, p. 580-588, jul. 2009b.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Touring poverty*. Londres; Nova York: Routledge, 2013.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Maurício P. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. The mobilities turn: flows, fixities and frictions. Le tournant des mobilités : fluxes, fixités et frictions. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 3, p. 121-142, 2020.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; ROCHA, Lia de M.; NAME, Leo; FARIAS, Juliana. Of cable-cars and helicopters: mobility regimes and the politics of visibility in the favelas of Rio de Janeiro. *Visual Studies*, v. 36, p. 111-224, 2020.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; VILAROUCA, Márcio Grijó; MENEZES, Palloma Valle. Gringos no Santa Marta: quem são, o que pensam e como avaliam a experiência turística na favela. In: SANTOS, Angela Penalva; MARAFON, Glauco; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (org.). *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2012.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; VILAROUCA, Márcio Grijó; MENEZES, Palloma Valle. International tourists in a 'pacified' favela: profiles and attitudes. The case of Santa Marta, Rio de Janeiro. *Die Erde*, Berlim, v. 144, p. 147-159, 2013.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; VILAROUCA, Márcio Grijó; MENEZES, Palloma Valle. A pobreza turística no mercado de pacificação: reflexões a partir da experiência da Favela Santa Marta. *Cadernos CRH* (on-line), v. 29, p. 571-586, 2017.

FRIDMAN, Luis Carlos. Delegação de poder discricionário: o sonho de paz. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 611-623, 2014.

FGV. *Avaliação do impacto do policiamento comunitário na Cidade de Deus e no Dona Marta*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Relatório de pesquisa (mimeo).

GAIL DE VOS. *Tales, rumors, and gossip: exploring contemporary folk literature in grades 7-12*. Westport: Libraries Unlimited, 1996.

GAMA, Fabiene. *Fotodocumentação e participação política: um estudo comparativo entre Brasil e Bangladesh*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.

GELL, Alfred. How to read a map: remarks on the practical logic of navigation. *Man* (New Series), Londres, v. 20, n. 2, p. 271-286, jun. 1985.

GIBSON, James. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1979.

GIDDENS, Anthony. *As novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GLUCKMAN, Max. *Gossip and scandal*. The University of Chicago Press, Chicago, v. 4, n. 3, p. 307-316, jun. 1963.

GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual*. Garden City, Nova York: Anchor Books, 1967.

GOFFMAN, Erving. *Relations in public: microstudies of the public order*. Nova York: Basic Books, 1971.

GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Comportamentos em lugares públicos: nota sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GOMIDE, Raphael. “Não é uma crise nas UPPs”, diz Beltrame. *Último Segundo*, Rio de Janeiro, 13 set. 2011. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/nao-e-uma-crise-nas-upps-diz-beltrame/n1597207458069.html>. Acesso em: 30 jul. 2012.

GONÇALVES, Rafael Soares. O debate jurídico em torno da urbanização de favelas no Rio de Janeiro. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, São Paulo, n. 2, p. 139-148, out. 2008.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Habitação popular, favela e meio ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Prourb, 2010.

GRANJA, Patrick. Entrevista – Nilo Batista: “Militarização de favelas é estado de sítio inconstitucional”. *A Nova Democracia*, Rio de Janeiro, ano X, n. 84, dez. 2011. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-84/3788-entrevista-nilo-batista-militarizacao-de-favelas-e-estado-de-sitio-inconstitucional>. Acesso em: 3 mar. 2014.

GRILLO, Carolina Christoph. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GRILLO, Carolina Christoph. Fronteiras tácitas: confronto e acordo em favelas do Rio de Janeiro. *Confins – Revista Franco-brasileira de Geografia* (on-line), v. 28, n. 28, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/11246>. Acesso em: 22 nov. 2018.

GRILLO, Carolina Christoph. Da violência urbana à guerra: repensando a sociabilidade violenta. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 12, p. 62-92, 2019.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. O rumor e o terror na construção de vulnerabilidade na Zona Portuária do Rio de Janeiro. *Mana* (on-line), v. 22, n. 1, 2016.

HAVILAND, John Beard. *Gossip, reputation, and knowledge in Zinacantan*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

HENRIQUES, Ricardo; RAMOS, Sílvia. UPP Social: ações sociais para a consolidação da pacificação. In: URANI, André; GIAMBIAGI, Fabio. (org.). Rio: a hora da virada. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011.

HERITAGE, John C. Etnometodologia. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan H. (org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

HIRATA, Daniel V.; SANTOS, Shyrlei R.; GRILLO, Carolina C.; MORAES, Camilla B.; DIRK, Renato; MALANQUINI, Lidiane. Impactos de ações judiciais na preservação de vidas negras nas favelas: ACP da Maré e ADPF das Favelas. *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. 26, p. 21-28, 2021.

HOMEM morre baleado em confronto no Morro Dona Marta. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/homem-morre-baleado-em-confronto-no-morro-dona-marta-22980610>. Acesso em: 27 dez. 2018.

INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling, and skill*. Londres; Nova York: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. Londres: Routledge, 2011.

IBPS. *O impacto das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas da cidade do Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2009.

JAMES, William. *Pragmatismo e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

JARDIM, Lauro. A solução de Bolsonaro para a Rocinha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 fev. 2018. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/solucao-de-bolsonaro-para-rocinha.html>. Acesso em: 15 jan. 2019.



JEGANATHAN, Pradeep. Checkpoint: anthropology, identity and the State. *In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (org.). Anthropology in the margins of the State: comparative ethnographies.* Santa Fé: James Currey/School of American Research Press, 2004.

JUNG, Carl Gustav. Ein Beitrag zur Psychologie des Gerüchtes. *Zentralblatt für Psychoanalyse*, Berlim, v. 1, n. 3, p. 81-90, 1910.

KAPFERER, Jean-Noel. *Uses, interpretations, and images.* Piscataway, N.J.: Transaction Publishers, 2013.

KNAPP, Robert H. Psychology of rumor. *Public Opinion Quarterly*, Oxford, v. 8, n. 1, p. 22-37, jan. 1944.

KNOPE, Terry Ann. *Rumors, race and riots.* New Brunswick: Transaction Books, 1975.

KOENDERS, Sara. Hearts and minds: “pacification”, education and children’s roles in the struggle for control in a Rio de Janeiro favela. *In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2014, Chicago. Anais [...].* Chicago: LASA 2014 Congress Papers, 2014.

KOENDERS, Sara; KOONINGS, Kees. Winning the urban war? Citizen security and the favela pacification strategy. *In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 30., 2012. Anais [...].* São Francisco: LASA, 2012.

KOONINGS, Kees. The Military and the dictatorship in Brazil: factionalism and political orientations of the Armed Forces, 1964-1985. *In: SILVA, Patricio (ed.). The soldier and the State in South America: essays in civil-military relations.* Basingstoke: Palgrave, 2001. p. 127-150.

KOONINGS, Kees; KRUIJ, Dirk. *Fractured cities: social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America.* Londres; Nova York: Zed Books, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

LATOUR, Bruno. Note sur certains objets chevelus application. *Nouvelle revue d’ethnopsychiatrie*, Paris, n. 27, p. 21-36, 1995.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a construção dos fatos científicos.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LAUTIER, Bruno. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 59-91, maio 1997.

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 73-90, 2000.

LEITE, Márcia Pereira. *Para além da metáfora da guerra: percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

LEITE, Márcia Pereira. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389, 2012.

LEITE, Márcia Pereira. Território e ocupação: afinal, de que regime se trata? *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, v. 6, n. 67, p. 13-13, 2013.

LEITE, Márcia Pereira. Entre a “guerra” e a “paz”: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 625-642, 2014.

LEITE, Márcia Pereira; BIRMAN, Patrícia. Rio e São Paulo: categorias emaranhadas e relativização de seus sentidos. In: BARROS, Joana; DAL’BÓ, André; RIZEK, Cibele (org.). *Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios*. São Carlos: IAU/USP, 2018. p. 27-39.

LEITE, Márcia Pereira et al. (org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

LEMIEUX, Cyril. L’accusation tolérante: remarques sur les rapports entre commérage, scandale et affaire. In: BOLTANSKI, Luc et al. *Affaires, scandales et grandes cause: de Socrate à Pinochet*. Paris: Éditions Stock, 2007.

LOPES, Carlos. Em busca do gênero “lenda urbana”. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 8, p. 373-393, 2008.

LOPES, Paulo Victor Leite. Corpos, gêneros e subjetividades em disputa: reflexões a partir de um caso de violência em uma favela do Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu* (on-line), n. 55, 2019.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana: representação de uma ordem social. In: NASCIMENTO, E.; BARREIRA, I. (org.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do problema da favela. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina em favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Afinal, qual é a das UPPs?* Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo\\_machado\\_UPPs.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf). Acesso em: 20 mar. 2010a.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago. 2010b.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. O controle do crime violento no Rio de Janeiro. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, v. 6, p. 6-7, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A experiência das UPPs: uma tomada de posição. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 7-24, 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio *et al* (org.). *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luís Carlos. Matar, morrer, civilizar: o problema da “segurança pública”. In: MAPAS: monitoramento ativo da participação da sociedade. Rio de Janeiro: Ibase/Ford Foundation/ActionAid, 2005.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; MENEZES, Palloma Valle. (Des)continuidades na experiência de ‘vida sob cerco’ e na ‘sociabilidade violenta’. *Novos Estudos Cebrap*, v. 38, p. 529-551, 2019.

MAGALHÃES, Alexandre de Almeida. *Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MAGALHÃES, Alexandre de Almeida. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistências*. Curitiba: Appris, 2019.

MAGALHÃES, Alexandre de Almeida. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, p. 1-20, 2021.

MAJOR Pricilla Azevedo, da PM do Rio, ganha prêmio internacional “Mulheres de Coragem 2012”. *Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 6 mar. 2012. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeconteudo?article-id=813294>. Acesso em: 25 nov. 2014.

MANO, Apoena Dias. A “vida social” da estátua de Michael Jackson na favela Santa Marta, Rio de Janeiro: uma perspectiva móvel sobre “regimes de valor”. *Revista Etnográfica* (no prelo).

MANO, Apoena Dias; MENEZES, Palloma Valle. “Pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta”: reconfigurações entre performances políticas em favelas “pacificadas”. *O Público e o Privado*, v. 19, p. 59, 2021a.

MANO, Apoena Dias; MENEZES, Palloma Valle. Alerta Santa Marta: dispositivos de (contra)vigilância em favelas no Rio de Janeiro. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 52, p. 147, 2021b.

MARIA UPP mostra a cara e abre o jogo: “Já saí com mais de mil PMs. Fiz porque gosto”. *Portal R7*, Rio de Janeiro, 20 abr. 2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/maria-upp-mostra-a-cara-e-abre-o-jogo-ja-sai-com-mais-de-mil-pms-fiz-porque-gosto-20042014>. Acesso em: 14 out. 2014.

MAROTTI, Priscila. Major Pricilla eleita personalidade ibero-americana 2012. *Portal da UPP*, Rio de Janeiro, 24 dez. 2012. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/major-pricilla-eleita-personalidade-iberoamericana-20121>. Acesso em: 22 jul. 2014.

MARTINS, Geovani. *O sol na cabeça*. Lisboa: Companhia das Letras, 2018.

MARTINS, Gizele. Um basta no racismo e nos 5 anos de UPP. *O Cidadão*, Rio de Janeiro, 2 dez. 2013. Disponível em: <http://jornalocidadao.net/245/>. Acesso em: 17 out. 2014.

MARTINS, Gizele. *Militarização e censura: a luta por liberdade de expressão na Favela da Maré*. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2020.

MATTAR, Flávia; CHEQUER, Jamil; DIAS, Mariana. UPP: tecendo discursos. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 72-81, 2010.

MATTOS, Carla dos Santos. Memória, “violência urbana” e sujeição criminal em uma favela carioca. *Museu AfroDigital*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.museuafroorio.uerj.br/?work=memoria-violencia-urbana-e-sujeicao-criminal-em-uma-favela-carioca>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MATTOS, Carla dos Santos. “Parado na esquina”: performances masculinas e identificações entre “bundes” juvenis na Nova Holanda, Maré, RJ. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 643-663, 2014.

MAZUR, Felipe Pires do Rio; PONTES, Lorena Rangel. Um estudo acerca dos aglomerados de exclusão na Cidade Maravilhosa. *Revista Geográfica de América Central*, número especial Egal, 2011.

MELLO, Edir. *Luz, câmera, ação: Cidade de Deus entre histórias e memórias*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, Tássia. *Batan: tráfico, milícia e “pacificação” na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MENEZES, Palloma. *Interseções entre novos sentidos de patrimônio, turismo e políticas públicas: um estudo de caso sobre o museu a céu aberto do Morro da Providência*. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MENEZES, Palloma. Os rumores da “pacificação”: a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 665-683, 2014.

MENEZES, Palloma. “Favela-modelo”: a study on housing, belonging and civic engagement in a “pacified” favela in Rio de Janeiro, Brasil. In: KLAUFUS, Christien; OUWENEEL, Arij (ed.). *Housing and belonging in Latin America*. Nova York: Berghahn Books, 2015a. p. 123-148.

MENEZES, Palloma Valle. “Será que estaremos aqui quando as Olimpíadas chegarem?”: novas oportunidades e preocupações pós-UPP na “favela modelo”. *Trama*, ano 1, v. 1, p. 42-58, 2015b.

MENEZES, Palloma Valle. La “pacification” et ses rumeurs: les incidences des Unités de Police Pacificatrices sur les problèmes publics dans les favelas de Rio de Janeiro. *Contextes*, Liège, v. 28, p. 1-16, 2016.

MENEZES, Palloma Valle. Monitorar, negociar e confrontar: (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. *Tempo Social*, v. 30, p. 191-216, 2018a.

MENEZES, Palloma Valle. O problema da aproximação no “policimento de proximidade”: dilemas da experiência de “pacificação” de favelas do Rio de Janeiro. *Trabajo y Sociedad*, v. 31, p. 51-73, 2018b.

MENEZES, Palloma Valle. Vivendo entre dois deuses: a fenomenologia do habitar em favelas pacificadas. In: LEITE, M.; FARIAS, J.; ROCHA, L.; CARVALHO, M. (org.). *Militarização e engrenagens urbanas na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018c. p. 70-91.

MENEZES, Palloma Valle. Teorias dos rumores: comparações entre definições e perspectivas. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 4, n. 12, p. 21-42, 2020.

MENEZES, Palloma Valle; GUTTERRES, Anelise dos S.; MAGALHÃES, Alexandre de A.; BARROS, Rachel. Apresentação do dossiê “Sociologia e antropologia dos rumores”. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 4, n. 13, p. 15, 2020.

MENEZES, Palloma Valle; MAGALHÃES, Alexandre de A.; SILVA, Caíque A. F. Painéis comunitários: a disputa pela verdade da pandemia nas favelas cariocas. *Horizontes Antropológicos*, ano 27, n. 59, p. 109-128, 2021.

MENEZES, Palloma Valle; MANO, Apoena Dias. Sanitização comunitária, articulações e trocas de conhecimentos para “cuidar dos nossos”: entrevista com Thiago Firmino, liderança da favela Santa Marta, Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Reflexões na Pandemia, p. 1-17, 2020.

MESQUITA, Wania. Quando o trabalho é desordem: as demandas dos vendedores ambulantes com a chegada da UPP ao Complexo do Alemão. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 685-702, 2014.

MIAGUSKO, Edson. A pacificação vista da Baixada Fluminense: violência, mercado político e militarização”. In: LEITE, Márcia et al. (org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

MICHELSON, Grant; MOULY, Suchitra. Rumour and gossip in organizations: a conceptual study. *Management Decision*, v. 38, n. 5, p. 339-46, 2000.

MINAYO, Cecília; SOUZA, Ednilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia (coord.). *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MISSE, Daniel. Cinco anos de UPP: um breve balanço. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 675-700, 2014.

MISSE, Daniel; ALVIM, Joaquim Leonel de R. A gestão social em áreas pacificadas na construção da Conferência Rio+20 nas comunidades. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 1., 2012, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: EdUFF, 2012.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. O Movimento: redes do mercado de drogas. *Tempo Presença*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 323, p. 7-12, 2002.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MISSE, Michel. *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

MISSE, Michel. Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, n. 48, 2011.

MISSE, Michel *et al.* *Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro: Booklink, 2013.

MORADORES do Santa Marta reclamam de câmera “big brother”. *Estadão*, São Paulo, 29 set. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,moradores-do-santa-marta-reclamam-de-camera-big-brother,442993,0.htm>. Acesso em: 23 fev. 2014.

MOREIRA, Rosemeri. Virilidade e o corpo militar. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 321-335, jul.-dez. 2011.

MORRO tinha metralhadora que fura Caveirão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 out. 2007.

MORRO Dona Marta começa a receber serviços. *Extra*, Rio de Janeiro, 5 dez. 2008. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/morro-dona-marta-comeca-receber-servicos-621113.html>. Acesso em: 20 mar. 2010.

MORRO Dona Marta terá cameras de segurança. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 ago. 2009.

MORTE de PM devolve tensão e medo ao Complexo do Alemão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jul. 2012. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-morte-de-pm-devolve-tensao-e-medo-ao-complexo-do-alemao,9450ac68281da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 30 jul. 2012.

MOTTA, Luana. *Fazer Estado, produzir ordem: gestão do conflito urbano em projetos sociais para a juventude vulnerável*. São Carlos: EduFSCar, 2021.

MOURÃO, Barbara. *UPPs: uma polícia de que gênero? Relatório parcial da pesquisa “Mulheres policiais nas UPPs: experiências e representações”*. Rio de Janeiro: CESeC, 2013.

MULHER é atingida por bala perdida dentro de casa em rua de Botafogo durante tiroteio no Dona Marta. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 set. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/mulher-atingida-por-bala-perdida-dentro-de-casa-em-rua-de-botafogo-durante-tiroteio-no-dona-marta-23095515>. Acesso em: 27 dez. 2018.

MUNIZ, Jaqueline. Rio de Janeiro, 2013. Entrevista concedida à Globo News.

MUSUMECI, Leonarda *et al.* Ser policial de UPP: aproximações e resistências. *Boletim Segurança e Cidadania*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-28, 2013.

NADDEO, André. Pulo de 7 metros e blecaute: entenda como foi a morte de DG. *Terra*, Rio de Janeiro, 4 mar. 2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/pulo-de-7-metros-e-blecaute-entenda-como-foi-a-morte-de-dg,e125b326b86eb410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>. Acesso em: 15 mar. 2015.

NÚCLEO do AfroReggae na Vila Cruzeiro é alvo de disparos, no segundo ataque em três dias. *Extra*, Rio de Janeiro, 1 ago. 2013. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/nucleo-do-afroreggae-na-vila-cruzeiro-alvo-de-disparos-no-segundo-ataque-em-tres-dias-9321448.html>. Acesso em: 2 ago. 2013.

O LABORATÓRIO de Beltrame. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 dez. 2008.

OCUPAÇÃO da PM leva traficantes do Dona Marta a mudarem de favela. *Extra*, Rio de Janeiro, 2 dez. 2008a.

OCUPAÇÃO real. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 dez. 2008b.

OCUPAÇÃO policial no Dona Marta completa um ano. *TV Brasil*, Rio de Janeiro, 24 nov. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TsgzWYadIgw>. Acesso em: 8 mar. 2014.



OGIEN, Albert; QUERÉ, Louis. *Les moments de la confiance: connaissance, affects et engagements*. Paris: Economica, 2006.

OLIVEIRA, Antonio. Os policiais podem ser controlados? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 23, p. 142-175, jan./abr. 2010.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; ABRAMOVAY, Pedro Vieira. As UPPs e o longo caminho para a cidadania nas favelas do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Fabiana Luci de *et al. UPPs, direitos e justiça: um estudo de caso das favelas do Vidigal e do Cantagalo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 123-147.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.

OMAN, Charles. Rumor in time of war. *Transactions of the Royal Historical Society*, Cambridge, v. 1, p. 1- 27, 1918.

OPERAÇÃO da Polícia Civil prende quatro na Cidade de Deus. *O Dia*, Rio de Janeiro, 9 dez. 2014.

OPERAÇÃO na comunidade de São João. *Band Uol*, Rio de Janeiro, 3 mar. 2015. Disponível em: [https://www.band.uol.com.br/amp/?id=100000739196&site=ap\\_rimeiravista](https://www.band.uol.com.br/amp/?id=100000739196&site=ap_rimeiravista). Acesso em: 3 mar. 2015.

ORTEGA, Francisco A. *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana/Instituto Pensar, 2008. (Colección Lecturas CES).

OST, Sabrina; FLEURY, Sonia. O mercado sobe o morro: a cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, p. 635-671, 2013.

PAES rebatiza ação social em UPPs para superar estigma. *O Dia*, Rio de Janeiro, 9 ago. 2014. Disponível em: [https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-09/paes-rebatiza-acao-social-em-upps-para-superar-estigma.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-09/paes-rebatiza-acao-social-em-upps-para-superar-estigma.html). Acesso em: 17 out. 2014.

PANDOLFI, Dulce; GRYSZPAN, Mário. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: histórias e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PARK, Robert. News as a form of knowledge. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 45, p. 669-866, 1940.

PASSOS, Pâmella Santos dos. *Lan-house na favela: cultura e práticas sociais em Acari e no Santa Marta*. 2013. 267 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PATRÍCIO, Luciane. “Disque-Denúncia: a arma do cidadão”: um estudo sobre os processos de construção de verdade a partir das experiências da Central Disque-Denúncia do Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PEIRCE, Charles S. The fixation of belief. *Popular Science Monthly* 12, n. 1, p. 1-15, 1877. Disponível em: <http://www.peirce.org/writings/p107.html#note2,1877>. Acesso em: 21 nov. 2018.

PEIRCE, Charles S. How to make our ideas clear. *Popular Science Monthly* 12, p. 286-302, 1878. Disponível em: <http://www.peirce.org/writings/p119.html>. Acesso em: 26 nov. 2018.

PELO SANTA MARTA, para o Santa Marta: o percurso da comunicação comunitária. Produção de Anna Carolina Düppre e Henrique Romualdo. Rio de Janeiro: Projeto experimental, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mv8wp8W10Zo>. Acesso em: 31 jul. 2014.

PEREIRA, Pedro Paulo G. Sucatas do mundo: noções de contaminação e de abjeção em uma instituição de portadores de Aids. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 127-147, jul./dez. 2001.

PEREIRA, Anthony W.; DAVIS, Diane E. New patterns of militarized violence and coercion in the Americas. *Latin American Perspectives*, Thousand Oaks, issue 11, v. 27, n. 2, p. 3-17, 2000.

PETERSON, Warren; GIST, Noel. Rumor and public opinion. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 57, p. 159-67, 1951.

PETTI, Daniela Ramos. Da favela ao condomínio: o rumor como dúvida e investigação em face da incerteza. *Sociabilidades Urbanas: Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 4, p. 43, 2020.

PEZÃO ganhou com grande vantagem em áreas onde há UPPs. *O Dia*, Rio de Janeiro, 28 out. 2014. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/eleicoes2014/2014-10-27/pezao-ganhou-com-grande-vantagem-em-areas-onde-ha-upps.html>. Acesso em: 30 out. 2014.

PILO, Francesca. Rio de Janeiro: regularising energy consumption in favelas through reshaping consumers into customers. In: LUQUE, A.; SILVER, J. (dir.). *Energy, power and protest on the urban grid: geographies of the electric city*. Londres: Routledge, 2016. p. 67-85.

PITT-RIVERS, Julian. *The people of the Sierra*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

PM ocupa Cidade de Deus e 7.700 ficam sem aulas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 nov. 2008a.

PM vira Papai Noel no Dona Marta. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 dez. 2008b.

PM do Rio expulsa quatro soldados de UPP acusados de estupro coletivo. *UOL Notícias*, São Paulo, 31 ago. 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2014/08/31/pm-do-rio-expulsa-4-soldados-de-upp-acusados-de-estupro.htm>. Acesso em: 14 out. 2014.

POLÍCIA diz que *rapper* que acusa PMs de agressão faz protesto contra UPPs. *G1*, Rio de Janeiro, 24 maio 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/05/policia-diz-que-rapper-que-acusa-pms-de-agressao-faz-protesto-contru-upps.html>. Acesso em: 25 maio 2010.

POLICIAL é baleado em troca de tiros no Morro Dona Marta, na Zona Sul do Rio. *G1*, Rio de Janeiro, 12 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/12/policial-e-baleado-em-troca-de-tiros-no-morro-dona-marta-na-zona-sul-do-rio.ghtml>. Acesso em: 27 dez. 2018.

POLICIAL militar da UPP é assassinado na Cidade de Deus. *O Dia*, Rio de Janeiro, 29 jan. 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-01-29/policial-militar-da-upp-e-assassinado-na-cidade-de-deus.html>. Acesso em: 29 jan. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Especial de Comunicação Social. *Das remoções à célula urbana: evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2003.

PROERD. *Objetivos do Proerd*. 10 set. 2013. Disponível em: <http://www.proerd.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=2168&ACT=null&PAGE=0&PARAM=null&LBL=proerd/rn>. Acesso em: 7 mar. 2014.

PROJETO de deputado mantém UPPs por pelo menos 25 anos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 mar. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/projeto-de-deputado-mantem-upps-por-pelo-menos-25-anos-3034946>. Acesso em: 23 mar. 2010.

RAMOS, Silvia (coord.). *A cor da violência policial: a bala não erra o alvo*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2020.

RAMOS, Silvia; FRANCISCO, Diego; SILVA, Pedro Paulo da; SILVA, Itamar. *Elemento suspeito: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

RAPAZ é morto com tiro nas costas por policial em UPP no Rio de Janeiro. *Bom Dia Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jun. 2011.

REGUEIRA, Chico. Construção de prédio para moradores da Favela Santa Marta, em Botafogo, ficou só na promessa. *G1*, Rio de Janeiro, 24 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/24/construcao-de-predio-para-moradores-da-favela-santa-marta-em-botafogo-ficou-so-na-promessa.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2019.

REIS, Gisele dos; FREIRE, Jussara. Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local. *Cadernos Metrôpoles*, São Paulo, n. 10, p. 75-102, 2. sem. 2003.

RESENDE, Leandro. *Cadê o Amarildo? O desaparecimento do pedreiro e o caso das UPPs*. São Paulo: Editora Baioneta, 2019.

RIBEIRO, Camilla; DIAS, Rafael; CARVALHO, Sandra. Discursos e práticas na construção de uma política de segurança: o caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008). In: JUSTIÇA GLOBAL (org.). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 6-15.

RJ FECHA 2017 com maior taxa de mortes violentas dos últimos 8 anos. *UOL Notícias*, Rio de Janeiro, 18 jan. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/18/rio-fecha-2017-com-maior-taxa-de-mortes-violentas-dos-ultimos-oito-anos.htm>. Acesso em: 23 dez. 2018.

ROCHA, Adair. *Cidade cerzida: a costura da cidadania no Santa Marta*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005.

ROCHA, Carla. Primeira mulher a comandar uma UPP é uma das dez a ganhar prêmio internacional dos EUA. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 mar. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/primeira-mulher-comandar-uma-upp-uma-das-dez-ganhar-premio-internacional-nos-eua-4235036#ixzz385bE45eY>. Acesso em: 21 jul. 2014.

ROCHA, Carolina. *“A culpa é do Diabo”*: as políticas de existência na encruzilhada entre neopentecostalismo, varejo de drogas ilícitas e terreiros em favelas do Rio de Janeiro. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ROCHA, Lia de Mattos. *Uma favela “diferente das outras”? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

ROCHA, Lia de Mattos. O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas. In: BIRMAN, Patrícia *et al.* (org.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Faperj, 2014. p. 291-312. v. 1.

ROCHA, Lia de Mattos. Militarização e democracia no Rio de Janeiro: efeitos e legados da “pacificação” das favelas cariocas. *Ensaio*, v. 14, p. 80-98, 2019a.

ROCHA, Lia de Mattos. A vida e as lutas de Marielle Franco. *Em Pauta*, v. 16, p. 274-280, 2019b.

ROCHA, Lia de Mattos; CARVALHO, Monique Batista de. Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, v. 20, p. 905-924, 2018.

ROCHA, Lia de Mattos; CARVALHO, Monique Batista de; DAVIES, Frank Andrew. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas “pacificadas” do Rio de Janeiro. *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v. 10, p. 216-237, 2018.

ROCHA, Lia de Mattos; MOTTA, Jonathan. Entre luzes e sombras: o Rio de Janeiro dos megaeventos e a militarização da vida na cidade. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 22, p. 225-248, 2020.

ROCHA, Lia de Mattos; PALERMO, Luís Cláudio. “O morro está na calmaria”: mídia impressa e o repertório da paz no contexto da pacificação. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 25-40, jan./fev./mar. 2015.

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza; LISSOVSKY, Maurício (org.). Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões. *Comunicações do ISEER*, Rio de Janeiro, n. 67, ano 31, p. 2012.

ROSE, Arnold. *A study of rumor*. Unpublished Master’s Thesis, University of Chicago, 1940.

ROSNOW, Ralph L.; KIMMEL, Allan J. Lives of a rumor. *Psychology Today*, v. 13, n. 1, p. 88-92, 1979.

RUI, Taniele; FELTRAN, Gabriel S. Guerra e pacificação: palavras-chave do conflito urbano contemporâneo (nota do Comitê Migrações e Deslocamentos). *Boletim Informativo*, n. 18/2015-ABA, 1º set. 2015.

SAIGG, Mahomed. Contra a homofobia no Santa Marta. *O Dia*, Rio de Janeiro, 8 set. 2009.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 16, p. 31-149, jun. 2001.

SANTA MARTA faz abaixo-assinado para retorno do comandante de UPP. *O Dia*, Rio de Janeiro, 27 dez. 2014. Disponível em: [https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2014-12-27/santa-marta-faz-abaixo-assinado-para-retorno-de-comandante-de-upp.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2014-12-27/santa-marta-faz-abaixo-assinado-para-retorno-de-comandante-de-upp.html). Acesso em: 30 dez. 2014.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven; London: Yale University Pres, 1985.

SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven; London: Yale University Press, 1990.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SEARA, Berenice. Witzel e Flávio Bolsonaro vão a Israel comprar drone que faz disparos. *Extra*, Rio de Janeiro, 2 nov. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/witzel-flavio-bolsonaro-vaao-israel-comprar-drone-que-faz-disparos-23206958.html>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SERRANO-BERTHET, Rodrigo (coord.). *O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro: uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Banco Mundial, 2013.

SHIBUTANI, Tamotsu. *Improvised news: a sociological study of rumor*. Indianapolis; Nova York: The Bobbs-Merrill Co Inc., 1966.

SILVA, Daniel. Papo reto: the politics of enregisterment amid the crossfire in Rio de Janeiro. *Signs and Society*, v. 10, n. 2, p. 239-264, 2022.

SILVA, Itamar. Turismo na favela: e os moradores? *O Dia*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2013a.

SILVA, Itamar. O maior símbolo da UPP à frente da Rocinha. *Canal Ibase*, Rio de Janeiro, 9 set. 2013b. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/o-maior-simbolo-da-upp-a-frente-da-rocinha/>. Acesso em: 3 dez. 2013.

SILVA, Itamar; ROCHA, Lia. Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo. *In: JUSTIÇA GLOBAL (org.)*.

*Segurança, tráfico e milícias*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2008. p. 37-47. v. 1.

SOARES, Barbara M. *Unidades de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais*. Ano II. Rio de Janeiro: CESeC/Ucam, 2012.

SOARES, Barbara M.; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. Além do bem e do mal na cidade sitiada. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 nov. 2011. Caderno Aliás, p. 2.

SOARES, Rafael. Moradora desaparecida no Santa Marta saiu da favela após conversa com bandido, diz testemunha. *Extra*, Rio de Janeiro, 20 out. 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/moradora-desaparecida-no-santa-marta-saiu-da-favela-apos-conversa-com-bandido-diz-testemunha-17821443.html>. Acesso em: 28 dez. 2018.

SOARES, Rafael. Dez anos após chegada da UPP, fuzis voltam à rotina do Morro Dona Marta. *Extra*, Rio de Janeiro, 16 dez. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/dez-anos-apos-chegada-da-upp-fuzis-voltam-rotina-do-morro-dona-marta-23307859.html>. Acesso em: 23 dez. 2018.

SOUZA E SILVA, Jailson. As Unidades de Polícia Pacificadora e os novos desafios para as favelas cariocas. In: Seminário Aspectos Humanos da Favela Carioca, 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Laboratório de Etnografia Metropolitana (Le Metro)/IFCS/UFRJ, 2010.

SPIGLIATTI, Solange. Ocupação na Cidade de Deus deixa 7.730 sem aulas. *Estadão*, São Paulo, 12 nov. 2008. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,ocupacao-na-cidade-de-deus-deixa-7730-sem-aulas,276364>. Acesso em: 23 abr. 2017.

STARK, David. *The sense of dissonance: accounts of worth in economic life*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

STAVO-DEBAUGE, Joan. Des événements difficiles à encaisser: un pragmatisme pessimiste. In: CÉFAÏ, Daniel; TERZI, Cédric (ed.). *L'expérience des problèmes publics. Raisons pratiques*, 22. Paris: Editions de l'EHESS, 2012.

STEWART, Pamela; STRATHERN, Andrew. *Witchcraft, sorcery, rumour and gossip*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SUSPEITO de assassinar policial de UPP da Cidade de Deus é preso. *O Dia*, Rio de Janeiro, 29 jan. 2015. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/>

[rio-de-janeiro/2015-01-29/suspeito-de-assassinar-policial-de-upp-da-cidade-de-deus-e-pres0.html](http://rio-de-janeiro/2015-01-29/suspeito-de-assassinar-policial-de-upp-da-cidade-de-deus-e-pres0.html). Acesso em: 29 jan. 2015.

TEIXEIRA, Cesar P. O policial social: algumas observações sobre o engajamento de policiais militares em projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPPs. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 77-96, jan./fev./mar. 2015.

TELLES, Vera da Silva. *As cidades nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, IRD, 2006.

THÉVENOT, Laurent. *L' action au pluriel: sociologie des regimes d' engajement*. Paris: La Découverte, 2006.

THOMAS, William. The definition of the situation. In: ROUSSEAU, Nathan (ed.). *Self, symbols, and society: classic readings in social psychology*. Lanham, M.D.: Rowman & Littlefield, 2002.

TRAJANO FILHO, Wilson. *Outros rumores de identidade na Guiné-Bissau*. Brasília: Departamento de Antropologia, UnB, 2000.

TRÊS menores são mortos na Cidade de Deus. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 dez. 2009.

UPP: moradores denunciam assassinatos e ação de milicianos no Cantagalo. *A Nova Democracia*, Rio de Janeiro, 3 abr. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=12k9JybKOkY>. Acesso em: 5 maio 2014.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VANSINA, Jan. *Oral tradition: a study in historical methodology*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1965.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VIANA, Ana Paula. Ministério Público quer o fim do medidor com chip da Light. *Extra*, Rio de Janeiro, 3 fev. 2012. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/ministerio-publico-quer-fim-do-medidor-com-chip-da-light-3863688.html>. Acesso em: 17 out. 2014.

VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.



VICENTE, Marcos Xavier. A Polícia Militar sem farda. *Gazeta do Povo*, Paraná, 30 maio 2009. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=891809>. Acesso em: 23 jul. 2014.

VIGH, Henrik. Motion squared: a second look at the concept of social navigation. *Anthropological Theory*, v. 9, p. 419-438, dec. 2009.

VILAROUCA, Márcio Grijó; RIBEIRO, Ludmila; MENEZES, Palloma Valle. Os policiais das UPPs e a crise permanente da segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, p. 1-23, 2022.

VISÃO sobre UPPs muda. *TV Brasil*, 13 maio 2010. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=N39V4Ap\\_iZs](http://www.youtube.com/watch?v=N39V4Ap_iZs). Acesso em: 10 mar. 2014.

VITAL DA CUNHA, Christina. O medo do retorno do medo: um ponto de inflexão no programa das UPPs. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 41-62, jan./fev./mar. 2015.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WELZER-LANG, Daniel. Virilité et virilisme dans les quartiers populaires en France. *Enjeux*, n. 128, p. 10-32, mar. 2002. Disponível em: <http://www2.cndp.fr/revueVEI/128/01003211.pdf>. Acesso em: 24 set. 2013.

WERNECK, Alexandre. O ornitorrinco de criminalização: a construção social moral do miliciano a partir dos personagens da violência urbana do Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 8, n. 3, p. 429-454, 2015.

WERNECK, Alexandre; LORETTI, Pricila. Critique-form, forms of critique: the different dimensions of the discourse of discontent. *Sociologia & Antropologia* (on-line), v. 8, n. 3, p. 973-1.008, 2018.

WHITE, Louise. *Speaking with vampires: rumor and history in colonial Africa*. Berkeley: University of California Press, 2000.

WILSON WITZEL: “A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo!”. *Veja*, Rio de Janeiro, 1 nov. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

WITNESS. *10 dicas para filmar protestos, manifestações e conduta policial*. Nova York: Witness, [s.d.]. Disponível em: [https://portugues.witness.org/portfolio\\_page/10-dicas-para-filmar/](https://portugues.witness.org/portfolio_page/10-dicas-para-filmar/). Acesso em: 20 jan. 2019.

ZACARIAS travou “guerra” por controle do tráfico em morro do Rio. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u18957.shtml>. Acesso em: 7 mar. 2013.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

APÊNDICE

**MAPEAMENTO DOS RUMORES SOBRE A  
“PACIFICAÇÃO”**

Tema	Rumores que tratam, principalmente, sobre
A	a UPP e a atuação de policiais no território das favelas "pacificadas"
B	o tráfico e a atuação de traficantes no território das favelas "pacificadas"
C	as mudanças nos crimes e conflitos na favela após a chegada da UPP
D	um possível processo de "invasão" e de "gentrificação" das favelas "pacificadas"

Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajatória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2009	Câmeras foram instaladas no Santa Marta para espionar os moradores. Elas filmam até dentro de casa, e as imagens vão direto para a Secretaria de Segurança.	A	Boca a boca e mídia	Foi oficialmente negado, embora um policial tenha dito informalmente que câmeras podem mesmo gravar dentro das casas dos moradores.	Moradores organizaram reuniões para discutir o tema das câmeras e criticar a invasão de privacidade e o fato de as câmeras terem sido instaladas sem que houvesse qualquer debate sobre o assunto.
	Policiais estão detendo moradores com frequência e os levando para averiguação pelo simples fato de estarem circulando pela favela sem documentos.	A	Boca a boca	Passou a ser considerado um "fato", confirmado até pelos próprios policiais, que diziam que moradores eram levados para que suas fichas fossem levantadas.	Moradores organizaram a Cartilha de Abordagem Policial do Santa Marta, conscientizando a população da favela sobre o que poderia ser feito durante uma "dura".
	A UPP acabou com a vida cultural na favela e os moradores não podem ouvir <i>funk</i> nem mesmo dentro de suas próprias casas; caso contrário, são abordados por policiais, que os obrigam a desligar o som.	A	Boca a boca	A UPP informou que os bailes <i>funks</i> estavam suspensos na favela e que qualquer evento deveria ter autorização para ocorrer e terminar às 2 horas da manhã. Permanece, porém, como rumor a informação de que os moradores não poderiam ouvir <i>funk</i> em suas casas.	Algumas lideranças usaram essas informações para criticar a militarização da vida cotidiana da favela. Posteriormente, em 2010, começaram a ser realizadas reuniões no Santa Marta para debater a vida cultural na favela, culminando, em seguida, na criação da Rádio Comunitária Santa Marta como um novo espaço de debate.

Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajatória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2009	Policiais militares estão impondo uma lei do silêncio na favela. Eles ordenam energicamente que o som seja desligado em diversos eventos e até mesmo invadem festas e aniversários de família tanto em espaços públicos como em espaços privados, causando grande constrangimento para os moradores.	A	Boca a boca	Segundo policiais da UPP, eles pediam que o som fosse desligado em eventos após receberem denúncias de vizinhos que estariam incomodados com a música. Ainda assim continua circulando o rumor de que PMS atuam de forma truculenta e invadem residências e estabelecimentos comerciais privados sem mandados específicos para entrar nesses locais.	Esse tipo de rumor gerou revolta em muitos moradores, sobretudo nos mais jovens, que dizem ter a impressão de que a UPP só está na favela para oprimir a população. Mas outra parcela dos moradores apoia esse tipo de proibição e acha que é importante a polícia mostrar que “agora há ordem na favela”.
	Morador que falar com policiais e/ou frequentar a UPP pode sofrer alguma represália.	A	Boca a boca, mídia e redes sociais na internet	Tornou-se um “fato”, já que vários casos ocorreram em diversas favelas “pacificadas”, de acordo com confirmação dos moradores.	Muitos moradores não se aproximam dos policiais devido a esse tipo de rumor.
	A UPP só vai durar até as Olimpíadas e depois traficantes voltarão a dominar o morro.	A	Boca a boca, mídia e redes sociais na internet	Permanece como um rumor que ainda circula, <sup>1</sup> mesmo depois de todas as tentativas oficiais de desmenti-lo. Essa especulação circula também em debates públicos e aparece em textos produzidos por vários pesquisadores que estudam as UPPs.	
	Traficantes do Santa Marta ameaçam raspar o cabelo de moradoras que se envolvam com policiais.	B	Boca a boca	Permaneceu como informação não verificada, mas perdeu força com o passar do tempo de ocupação.	

1 A afirmação se refere à época de término da pesquisa (2015). Todas as informações deste apêndice relativas à permanência de circulação de determinados rumores dizem respeito ao período de conclusão do trabalho de campo.

Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajetória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2009	Traficantes da Cidade de Deus expulsaram da favela morador que dava café para policiais.	B	Boca a boca	Moradores ainda continuam reproduzindo essa informação como algo que ouviram falar, embora não saibam precisar quem foi a pessoa que teria sido expulsa.	Muitos moradores não se aproximam dos policiais por causa desse tipo de rumor.
	Na Cidade de Deus traficantes teriam criado uma lista com nome de moradores que estariam colaborando com a polícia dentro da favela.	B	Boca a boca	A informação ainda circula entre os moradores, e alguns traficantes confirmam que o mapeamento de fato existe.	
	Com a chegada da polícia, cresceu o trânsito de pessoas estranhas e desconhecidas na favela. Multiplicou-se, por exemplo, o número de vendedores ambulantes. Há desconfiança de que eles podem ser “espíões” tanto do “inimigo” (traficantes rivais) quanto da polícia.	D	Boca a boca	Permanece circulando como rumor. Apesar de perder força, depois de um tempo foi retomado no Santa Marta.	Esse tipo de informação alimenta a desconfiança que os moradores têm em relação aos “estranhos” (pessoas de fora) que, depois da chegada da UPP, começaram a circular pela favela em maior número e com maior frequência.
2010	Os policiais mapeiam os moradores do morro, levantando a ficha criminal de suspeitos e montando, inclusive, um arquivo com foto de moradores que já teriam tido algum envolvimento com o crime.	A	Boca a boca	Policiais confirmaram a informação durante as entrevistas.	Policiais passam a distinguir quem era quem na favela e a abordar com menos frequência quem era identificado por eles como “trabalhador”.
	Traficantes do Santa Marta estão “quebrados”, mas querem usar a “moral” que tinham antes da UPP.	B	Boca a boca	Permaneceu como rumor, mas perdeu força em alguns meses.	Moradores utilizavam a informação para dizer que traficantes queriam mostrar uma força que não tinham mais.

Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajatória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2010	Turistas vêm ao Santa Marta para ver casas que futuramente vão comprar.	D	Boca a boca	Permanece como rumor que ainda circula, porém com menos intensidade.	Aumenta o medo dos moradores de que a favela sofra um processo de “gentrificação”.
	Policiais estão consumindo bebida alcoólica durante o serviço e até mesmo dentro da sede da UPP.	A	Boca a boca	Circulou por um tempo com baixa intensidade, mas foi retomado depois e ganhou força novamente.	Serve como argumento para alguns moradores que defendem a tese de que policiais da UPP não são diferentes dos outros.
	Tarado atacou quarto de crianças no Santa Marta e gerou pânico entre os moradores.	C	Boca a boca	Algumas pessoas acreditam que, de fato, os ataques aconteceram, enquanto outras pensam que o rumor foi inventado por traficantes para criar nostalgia em relação à época em que dominavam o território.	Provocou pânico entre muitos moradores da favela. Por um lado, o aumento dessas ocorrências gerou certa nostalgia em relação ao domínio do tráfico. Muitos dizem que os traficantes puniam exemplarmente quem estuprava, roubava ou brigava na favela. Por outro, o aumento dessas ocorrências foi usado como argumento para alguns moradores criticarem a UPP, sob a alegação de que os policiais não se importavam com a segurança da população da favela e que estavam ali apenas para vigiá-los.
2011	Não dá para deixar nem uma cueca no varal que roubam e policiais não fazem nada.	C	Boca a boca	O aumento do número de ocorrências de roubos e brigas na favela foi confirmado por estatísticas. Mas alguns pesquisadores alertam que esse aumento está associado não somente a um crescimento dos casos, mas a uma queda no sub-registro dos casos ocorridos anteriormente. As vítimas não iam até a delegacia denunciar.	
	Aumentou na favela a quantidade de brigas entre marido e mulher e entre parentes ou vizinhos.	C	Boca a boca	Moradores e policiais confirmaram a informação. Os agentes da UPP apontam, contudo, que o aumento de casos registrados deve-se ao sub-registro anterior, pois antes da UPP as pessoas tinham medo de fazer denúncias.	

Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajatória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2011	A comandante Pricilla é “mãezona”, mas quando fica brava, bate feito homem. Ela usa a energia e a autoridade quando necessário para mostrar que não está de brincadeira.	A	Boca a boca	A informação circulava bastante enquanto Pricilla Azevedo era comandante da UPP do Santa Marta. Vários moradores confirmaram que a viram bater em alguns moradores da favela.	Embora essa postura seja criticada por alguns moradores, era elogiada por outros, que acreditavam que a policial precisava mesmo agir de modo mais enérgico para “impor respeito”.
	Quando a comandante Pricilla não está no Santa Marta, o ritmo da favela muda e os “meninos” já abusam achando que está tudo “largadão”.	A	Boca a boca	A informação foi confirmada pela própria comandante, segundo a qual, por isso, não podia sequer tirar férias.	
	Policiais queriam morar no Santa Marta e tentaram criar uma milícia no início da ocupação da favela. Já na Cidade de Deus, antes da chegada da UPP, já circulava um rumor de que a favela corria o risco de ser ocupada por milicianos.	A	Boca a boca	Embora a ideia de que a UPP podia virar milícia tenha perdido força no Santa Marta, ela cresceu em 2014 no Cantagalo e no Pavão-Pavãozinho, onde surgiram pichações com símbolos de milicianos nas paredes.	Cresceu entre alguns moradores o medo de que a UPP pudesse acabar se transformando em milícia futuramente.
	O capitão que substituiu Pricilla era do 2º Batalhão e frequentava o morro antes da UPP.	A	Boca a boca	Essa informação circulava bastante enquanto o policial era subcomandante e passou a circular ainda mais quando se tornou comandante da UPP do Santa Marta.	Moradores do Santa Marta consideraram que o morro ficou “largadão” após a mudança de comando, uma vez que a corrupção aumentou.
	As coisas mudaram depois que mudou o comando da UPP do Santa Marta.	A	Boca a boca	Essa informação se transformou em “fato” e foi confirmada até pelo comandante Rocha, quando ele passou a comandar a UPP do Santa Marta.	



Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajetória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2011	Policiais começaram a se corromper e a pedir propina em várias situações tanto no Santa Marta quanto na Cidade de Deus.	A	Boca a boca	A notícia acabou se tornando um “fato” que os moradores deixaram de questionar. Em outras favelas, como na Providência, policiais foram afastados por corrupção.	Começa a crescer a percepção entre os moradores de que policiais estavam voltando a agir como antes da “pacificação” e de que traficantes voltavam a se fortalecer.
	Traficantes voltaram a andar armados no Santa Marta.	B	Boca a boca	Essa informação inicialmente foi rotulada como “boato”. Moradores afirmavam que já tinham ouvido falar, mas que não tinham visto traficantes armados no Santa Marta após a “pacificação”.	
	Em breve, pessoas começarão a vender suas casas e seu comércio para grandes empresas ou para os gringos, e com isso acabará acontecendo uma remoção “branca” nas favelas.	D	Boca a boca, mídia e redes sociais na internet	Essa notícia está ganhando mais força em quase todas as favelas “pacificadas” da Zona Sul da cidade.	Aumentou o medo dos moradores de que a favela sofresse um processo de “gentrificação”.
2012	Policiais estão andando à paisana pelo morro Santa Marta para espionar os moradores.	A	Boca a boca	Policiais confirmaram que policiais civis rotineiramente andavam à paisana na favela. Esse rumor perdeu força temporariamente, mas dois anos depois voltou a circular pela favela.	Aumentou a desconfiança dos moradores que se sentiam vigiados e achavam que qualquer pessoa “estranha” podia ser um policial disfarçado.
	A venda de crack no Santa Marta tinha sido interrompida após a chegada da UPP, mas agora voltou a ocorrer.	B	Boca a boca	Embora não tenha circulado muito entre os moradores, essa informação foi confirmada pelos policiais, já que várias apreensões de crack e de outras drogas foram feitas pela UPP no Santa Marta nos últimos anos.	Aumentou a percepção de que o tráfico se reorganizou e voltou a crescer.

Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajetória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2012	Meninas que namoram PMs na Cidade de Deus estariam desaparecendo.	B	Boca a boca	Moradores dizem acreditar que a informação seja verdadeira, embora não possam confirmá-la.	Aumentou o medo dos moradores de sofrerem represálias por parte do tráfico, caso se aproximassem de policiais da UPP.
	O comandante que substituiu Pricilla saiu do comando da UPP porque era corrupto. Enquanto era comandante, chegava à favela com um “carão” e ia aos bailes com cordão de ouro acompanhado por mulheres.	A	Boca a boca	A informação circulou assim que o policial deixou o comando da favela, mas depois perdeu força, não tendo sido confirmada nem desmentida oficialmente.	O fato de o comandante ter sido afastado reforçou a ideia de que, para o governo, “nada podia dar errado” no Santa Marta. Por isso, falhas na UPP da favela precisavam ser rapidamente solucionadas para não abalarem a imagem do projeto.
	Os bandidos não enfrentam policiais no Santa Marta porque o chefe do tráfico não quer correr o risco de ser transferido de Bangu para algum presídio em outro estado do país.	B	Boca a boca	A informação circulou por pouco tempo no Santa Marta.	-
	O “dono” de uma região da Cidade de Deus deixa os traficantes enfrentarem a polícia, enquanto o “dono” de outra parte os proíbe, pois acha que o embate prejudica o faturamento gerado pela venda de drogas.	B	Boca a boca	A informação ainda circula como rumor.	-
	Traficantes estariam ficando com parte do dinheiro que a Associação de Moradores do Santa Marta recebe por ocasião de filmagens no morro ou de projetos de fora desenvolvidos na favela.	B	Boca a boca	Embora muitas pessoas afirmem que o presidente teria envolvimento com o tráfico, nenhuma prova foi apresentada publicamente contra ele.	Esse tipo de especulação enfraquece a legitimidade da associação de moradores.

Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajatória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2012	Governo quer remover moradores do Pico porque empresários, como Eike Batista, querem fazer um empreendimento imobiliário/turístico no alto da favela.	D	Boca a boca	A informação circulou muito pela favela. Moradores diziam que tinham verificado a notícia com “pessoas do governo” e que de fato ela seria verdadeira. Todavia, a informação perdeu força depois que as empresas de Eike Batista entraram em crise.	Moradores do Pico vêm organizando nos últimos anos diversas manifestações para tentar articular a luta contra a remoção das famílias que habitam a parte mais antiga do Santa Marta.
	Alguns “plantões” policiais são melhores, outros piores. Com uns tem conversa e com outros não. Alguns se corrompem e outros não.	A	Boca a boca	Tornou-se um “fato”, já que muitos moradores afirmam que, de fato, existe uma variação entre os turnos em várias favelas.	Essa informação circulou em debates públicos sobre as UPPs. Ela serve como subsídio para moradores criticarem o projeto das UPPs.
	“Gatos” de luz estão voltando a ser feitos no Santa Marta e traficantes estão envolvidos nessa prática.	B	Boca a boca	Essa notícia circulou por pouco tempo no Santa Marta. Posteriormente, moradores da Cidade de Deus também comentaram que os “gatos” estariam novamente sendo feitos na favela.	A Light utilizou a informação para defender o aumento no valor das contas de luz e justificar a maior ocorrência de quedas de energia.
2013	Traficantes voltam a andar armados na Cidade de Deus.	B	Boca a boca e mídia	Com o passar do tempo, essa informação se transformou em um “fato” confirmado tanto por moradores como por policiais da UPP.	Aumentou ainda mais o medo dos moradores. Essas informações serviram de base para as críticas a policiais da UPP, que estariam se corrompendo e até mesmo cometendo crimes dentro do território da favela.
	Estupros, furtos e roubos estão acontecendo com frequência na Cidade de Deus. Até a mulher do “dono” do morro teve a sua loja roubada.	B	Boca a boca	Moradores confirmaram a informação, mas preferiam evitar falar sobre o assalto. Alguns especulavam que foram viciados, outros achavam que foram traficantes de outra favela ou policiais da UPP que cometeram o crime.	

Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajatória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2013	Existe uma lista de pessoas marcadas para morrer quando o “dono” do Santa Marta sair da cadeia.	B	Boca a boca	Embora não tenha circulado muito pelo Santa Marta, outras versões desse rumor também aparecem em outras favelas. Na Cidade de Deus, também se fala em lista de “marcados para morrer” quando a UPP sair da localidade.	Esse tipo de especulação aumenta o medo dos moradores de se aproximarem da polícia dentro da favela.
	Turistas estão tentando aliciar crianças do Santa Marta.	D	Boca a boca, reuniões organizadas na favela.	Moradores comentam que de fato alguns casos teriam acontecido.	Moradores montaram um Comitê de Turismo do Santa Marta para debater questões ligadas à presença constante de turistas na favela.
	Um pai resolveu se mudar do Santa Marta junto com a família depois de descobrir que sua filha, menor de idade, estava envolvida com um policial da UPP.	A	Boca a boca	Moradores não sabem dizer se de fato isso ocorreu, embora confirmem que ouviram falar sobre o assunto.	-
	A venda de drogas aumentou em razão dos eventos que estão acontecendo na quadra do Santa Marta, direcionados a um público de classe média com um alto poder aquisitivo para comprar essas drogas.	B	Boca a boca	Embora não tenha havido uma confirmação oficial, alguns policiais ratificaram informalmente que de fato a venda de determinadas drogas, como loló, teria aumentado.	-

Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajetória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2013	No Santa Marta, traficantes deram uma surra em um homem porque ele roubara dinheiro do tráfico. Ao ser internado no hospital, o homem entregou o nome de várias pessoas envolvidas com o tráfico de drogas no Santa Marta para policiais da UPP que foram visitá-lo. Dizem que, mesmo com a presença da UPP, traficantes também já teriam arrancado quatro dedos de outra pessoa que desviara dinheiro da venda de drogas no morro.	B	Boca a boca	Policiais confirmaram a informação sobre o primeiro caso. O segundo permanece como rumor. Na Cidade de Deus também há relatos de vários outros casos semelhantes de moradores que teriam apanhado de traficantes dentro da favela.	Começou a surgir entre os moradores a sensação de que “está tudo voltando a ser como antes”.
	Cresceu o número de apreensões de drogas no Santa Marta nos últimos meses. Em julho, por exemplo, quatro indivíduos (que trabalhavam como pedreiros) foram flagrados fazendo “endolação” dentro de uma obra (construção de prédios) financiada pelo governo do estado.	A	Boca a boca	Embora sem confirmação oficial, alguns policiais do Santa Marta reiteraram essa informação e acrescentaram que o comandante Rocha havia pedido para que esse tipo de notícia não fosse divulgado pela mídia para não abalar a imagem da “favela-modelo” e desmoralizar a UPP.	Esse tipo de informação ajudou a aumentar a sensação dos moradores e até mesmo dos policiais da UPP de que a “realidade” das favelas “pacificadas” é muito diferente do que é retratado pela mídia e do que aparece no discurso oficial dos representantes do governo do estado.
	A referida obra foi paralisada devido à apreensão de drogas realizada pela UPP.	A	Boca a boca	Embora não tenha ocorrido uma confirmação oficial, houve comentários de que representantes do governo do estado usaram essa “desculpa” para justificar a paralisação da obra por tanto tempo.	Moradores diziam que esse era só um pretexto para justificar a paralisação da obra e que na verdade teria havido algum problema entre o governo e a construtora contratada.

Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajatória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2013	Traficantes estão cobrando tarifa de comerciantes e de pessoas que pretendam realizar projetos na favela. Uma pessoa que se negou a pagar levou uma surra.	B	Boca a boca	Alguns moradores afirmavam que isso de fato estava acontecendo; outros, porém, diziam que era mentira.	Aumentou a sensação de que os traficantes estavam agindo de forma similar aos milicianos.
	Foram expedidos mandados para prender traficantes do Santa Marta; por isso, policiais civis estão andando à paisana pelo morro para efetuar prisões.	A	Boca a boca	Embora não tenha sido confirmada oficialmente, essa informação foi corroborada de modo informal por alguns policiais do Santa Marta.	-
	Traficantes estão tentando “pegar mais leve” em suas condutas para não chamar muita atenção depois que prisões aconteceram.	B	Boca a boca	Essa informação circulou momentaneamente entre os moradores e também entre os policiais da UPP.	-
2014	Traficantes estão soltando fogos para sinalizar a aproximação de policiais em uma região da Cidade de Deus. Além disso, a utilização de “radinhos” foi retomada, e traficantes já estão colocando cadeiras e sofá no meio das ruas para controlar a passagem de carros.	B	Boca a boca	A informação permanece circulando como rumor.	Aumentou a percepção dos moradores de que está “tudo voltando a ser como antes”.
	Moradores ouviram policiais disparando para o alto em uma área do Santa Marta, onde havia muitas crianças e famílias.	B	Redes sociais na internet	Um morador publicou no Facebook que tinha ouvido falar sobre a ocorrência, e depois outros moradores confirmaram a informação.	

Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajetória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2014	Policiais foram atingidos por tiros durante o Carnaval. Depois disso, a polícia colocou uma faixa com o número do Disque-Denúncia em frente a um dos prédios da UPP, mas ela foi arrancada.	B	Boca a boca	Informação permanece circulando como rumor.	Aumentou a percepção dos moradores de que está “tudo voltando a ser como antes”.
	Criança foi atingida por tiro no Santa Marta.	B	Redes sociais na internet	Um morador publicou um comentário no Facebook sobre essa ocorrência. O presidente da associação disse que aquilo era boato. Mas depois a UPP declarou, também no Facebook, que a informação era verdadeira.	
	Traficantes que antes estavam matando a facadas na Cidade de Deus para não chamar atenção agora voltavam a usar arma de fogo para matar pessoas dentro do território da favela.	B	Boca a boca	Informação permanece circulando como rumor.	
	Traficantes estão voltando a portar fuzis na Cidade de Deus. Até na área dos Apartamentos, que é considerada a mais calma, já haveria um fuzil.	B	Boca a boca	Informação permanece circulando como rumor.	
	Um morador da Cidade de Deus foi expulso da favela porque estava “de papo” e “confraternizando” com policiais dentro do território da favela.	B	Boca a boca	Informação permanece circulando como rumor.	

Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajetória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2014	O capitão Jeimison Barbosa foi afastado do comando da UPP do Santa Marta depois que houve disparo de arma de fogo na favela.	A	Boca a boca	Informação foi confirmada por policiais.	Essa informação reforçou a ideia do governo, compartilhada por moradores e policiais, de que, no caso do Santa Marta, "nada podia dar errado". Por isso, qualquer falha na UPP do Santa Marta precisava ser rapidamente solucionada para não prejudicar a imagem do projeto.
	Meninos envolvidos com o tráfico estão se fixando em determinados locais do Santa Marta por onde moradores evitam passar.	B	Boca a boca	A informação foi confirmada pelo capitão Rocha, que retomou o comando da UPP da favela. Segundo o comandante, o policiamento seria intensificado para evitar que os moradores tivessem a percepção de que as "bocas" haviam voltado.	-
	Policiais estariam consumindo bebida alcoólica dentro de uma das sedes da UPP do Santa Marta e levando mulheres para o interior do prédio para fazer "festinhas".	A	Boca a boca, mídia e redes sociais na internet	A informação começou a circular no Santa Marta depois que uma moradora vizinha de uma sede da UPP publicou a denúncia no Facebook. Uma semana depois, um jornal divulgou que "orgias" estariam acontecendo na sede de outras UPPs na Cidade de Deus e no Complexo do Alemão.	A informação serviu de argumento para moradores criticarem os policiais da UPP e até mesmo o projeto, que estaria "perdendo o rumo".
	Policiais à paisana (P2) e jornalistas estariam subindo o morro Santa Marta "disfarçados" de turistas.	D	Boca a boca	Informação permanece circulando como rumor.	Aumentou a desconfiança dos moradores em relação ao grande fluxo de turistas circulando na favela.



Quando surgiu	Rumor	Tema	Modo de circulação	Trajetória de cada rumor com o passar do tempo	Desdobramentos dos rumores
2014	Uma nova estação do metrô será construída na Praça Corumbá e será conectada ao plano inclinado do Santa Marta. Além disso, o Mirante Dona Marta fará parte da supertrilha (uma trilha ecológica de 250 quilômetros).	D	Boca a boca e mídia	A informação de que o Mirante Dona Marta faria parte da supertrilha ecológica de 250 quilômetros, que começaria em Barra de Guaratiba e terminaria no Pão de Açúcar, foi divulgada em jornais, que destacavam que aquela seria a maior trilha ecológica em área urbana do mundo. Sobre a estação de metrô Santa Marta, não houve ainda confirmação oficial.	A partir dessas informações, moradores passaram a especular que o fluxo de turistas pela favela aumentaria ainda mais. Muitos diziam temer que a especulação imobiliária também aumentasse e que o processo de gentrificação no morro ganhasse força.
	Policiais “das antigas” (que atuavam na favela antes da UPP) vão voltar para “fazer uma limpeza” na favela.	A	Boca a boca	Informação permanece circulando como rumor.	Criou-se a expectativa de que, apesar de estar “tudo voltando a ser como antes”, haverá uma reação por parte da polícia.
	Traficantes da Amigos dos Amigos (ADA) invadiram o Tabajaras e estão planejando invadir o Santa Marta (já que as duas favelas são do mesmo “dono”).	B	Boca a boca e <i>blogs</i> na internet	Informação parou de circular depois de um tempo.	Moradores afirmavam estar tensos e com a impressão de que estava “tudo voltando a ser como antes”.
	Milicianos da Gardênia ameaçaram invadir a Cidade de Deus e agrediram moradores da favela, ordenando que eles avisassem aos traficantes sobre sua chegada.	B	Boca a boca	Informação ainda circula como rumor.	
2015	Playboy (traficante da ADA) está ameaçando invadir a Cidade de Deus.	B	Boca a boca	Informação ainda circula como rumor.	
	Comandante que voltou para a UPP da Cidade de Deus é corrupto e “deixa tudo rolar solto” na favela.	A	Boca a boca		

*A favela, no Rio de Janeiro, é um lugar síntese da cidade: beleza contrastante, lugar de acolhimento, inventora de cultura, promotora de encontros improváveis. Mas, também, um campo minado onde a violência e a ausência de direitos básicos se espalham pelos becos e vielas e revelam um tecido social fragilizado em sua cidadania. Este livro é um belo instrumento para a reflexão sobre o fenômeno da favela. Um trabalho que na melhor tradição etnográfica observa, indaga, ouve, se cala, se interroga e traz à tona “o ponto de vista dos invasores” e o “dos invadidos”, com metodologia e conteúdo impecáveis. Talvez, Palloma tenha encontrado a maneira mais respeitosa e apropriada para revelar as imprecisões, incoerências e inseguranças nas favelas. Essas “vidas sob cerco” não escondem a luta e o desejo de desfrutar de uma cidadania plena, onde o direito de ir e vir não seja mediado nem por uma polícia que é a única forma de presença do Estado, nem pela dinâmica do tráfico.*

**Itamar Silva**

Jornalista e presidente do  
Grupo Eco do Santa Marta

**DIREITOS E CONFLITOS**

ISBN 978-85-7108-505-3

